

Volume 14, N° 2, 2020



Crédito: Victor Moriyama para *The New York Times* (Bolívia, 2019)

Editor-Chefe

Raphael Lana Seabra, Universidade de Brasília

Editor-Assistente

Daniel Bin, Universidade de Brasília

Secretário Executivo

Paulo Roberto, Universidade de Brasília

Secretária Editorial

Luara Wandelli Loth, Universidade de Brasília

Comitê editorial

Elaine Moreira, Departamento de Estudos Latino-Americanos – Universidade de Brasília, Brasil

Flávia Lessa de Barros, Departamento de Estudos Latino- Americanos – Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Ana Laura Rivoir Cabrera, Departamento de Sociología de la Universidad de la República, Uruguai

Ana Maria Fernandes, Universidade de Brasília (in memorian)

Andy Higginbottom, Associate Professor Kingston University

Benício Viero Schmidt, Universidade de Brasília

Carlos Eduardo da Rosa Martins, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil

César Germaná Cavero, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru

Cristóbal Kay, Rotterdam Erasmus University, Haia, Holanda,

Daniel H. Levine, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru

Daniel Mato, Investigador Principal de CONICET, Argentina

Danilo Enrico Martuscelli, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, Brasil

Eduardo Devés Valdés, Universidad de Santiago de Chile, Chile

Eugenio Enrique Espinosa Martinez, Professor titular da Universidad de La Habana, Cuba

Evelina Dagnino, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gilberto Maringoni de Oliveira, Universidade Federal do ABC

Juan Agulló Fernández, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Juan Pablo Pérez Sáinz, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Costa Rica

Marcos Roitman Rosenmann, Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Mariano Feliz, Departamento de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Maristella Svampa, Universidad Nacional de la Plata, Argentina,

Marie Laure Geoffray, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine- Sorbonne Nouvelle/Paris 3, França

Mirian Jimeno, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia

Nildo Domingos Ouriques, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Nora Garita Bonilla, Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Pablo Gentili, CLACSO, Argentina/ UFRJ, Brasil

Patrício Valdívieso, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Ronald Inglehart, Universidade de Michigan, EUA

Sônia E. Alvarez, University of Massachusetts, Estados Unidos da América do Norte

Timothy Power, University of Oxford, Inglaterra

Victor Armony, Université du Québec à Montréal, Canadá

Wilson Fernandez, Universidad de la Republica, Uruguai

Yamandú Acosta Roncagliolo, Universidad de la República, Uruguai

Copyright © 2015

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA
Universidade de Brasília (UnB)

Capa: Luara Wandelli Loth

Arte: Victor Moriyama para *The New York Times*, (Bolívia, 2019)

É permitida a reprodução dos artigos desde que mencione a fonte.

Universidade de Brasília (UnB)

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

Instituto de Ciências Sociais

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-Diretora: Carla Costa Texeira

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA

Chefe: Daniel Bin

Coordenação do Programa de Pós-Graduação: Moisés Villamil Balestro

Coordenação de Graduação: Lília Tavolaro

A correspondência comercial deve ser enviada para Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas Campus Universitário Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília – Distrito Federal - Asa Norte, CEP 70910-900 Brasília-DF - Brasil

A **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (ISSN 1984-1639) é uma publicação quadrimestral do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), indexa da embases de dados Nacionais e Internacionais, como o LATINDEX, DOAJ,, REDIB, Sumários e periódicos CAPES. Na classificação QUALIS da CAPES está situada como B1 nas áreas Interdisciplinar, direito e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. A revista aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros ou entrevistas. A Revista abrange todas as áreas classificadas no CNQP como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Os trabalhos deverão contemplar: (i) a discussão dos grandes temas e problemas que caracterizam o pensamento sobre as Américas; (ii) a ênfase nos estudos comparativos e interdisciplinares; e (iii) a consistência com as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do ELA. A Revista publica trabalhos em português, espanhol e inglês. Poderão ser publicados trabalhos em outras línguas, a critério do Comitê Executivo.

Sumário

Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas

Teologia da Libertação Latino-Americana: Camilo Torres - *Samuel Silva Gotay*..... 1

Dossiê Crises Políticas na América Latina

Introdução: Crises Políticas na América Latina - *Patrícia da Silva Santos, Ricardo Pagliuso Regatieri*.... 22

O que a Ciência Política (não) tem a dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano? - *Gabriel Eduardo Vitullo, Fabricio Pereira da Silva*..... 27

Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado - *Danilo Enrico Martuscelli* 67

O Novo na sua Face Sombria: um balanço das análises sobre a ascensão da extrema direita no Brasil atual - *Patrícia da Silva Santos, Ricardo Pagliuso Regatieri* 103

Primaveras, Tribunais e Dólares: uma análise panorâmica das crises políticas na América Latina (1990-2020) - *Pedro Borba*..... 122

Contradicciones del Capitalismo y Transformaciones Sociales en América Latina - *Agustín Lucas Prestifilippo* 157

O “Pós-Neoliberalismo” e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina - *Beatriz Stolowicz* 189

O Estado como Forma e como Limite: contradições das esquerdas na América Latina, em especial na Venezuela e no Brasil - *Vladimir Puzone*..... 216

Caminhos da Reprodução da Colonialidade: experiência desenvolvimentista e reação conservadora sob a tensão colonialidade/decolonialidade - *Rogério de Souza Medeiros, Bruno Ferreira Freire Andrade Lira*..... 250

Crise da Democracia Liberal, Neoliberalismo e Corpos na Rua no Brasil Contemporâneo: reflexões sobre a política pública de cortes de recursos ao ensino superior público e faíscas insurgentes - *Luciana Fernandes*..... 287

O Governo López Obrador no México: entre a crise e as relações com os Estados Unidos - *Fabio Barbosa dos Santos, Marcela Franzoni*..... 310

Artigos

Estado Burguês, Planejamento Econômico e Industrialização no Brasil (1930-1980) - *Glauber Lopes Xavier* 338

In Memoriam

Florestan Fernandes: sociólogo e socialista - *Jales Dantas da Costa*..... 373

Resenhas

Repensando o Comum como Princípio Político - *Marina Bolfarine Caixeta*412

Teologia da Libertação Latino-Americana: Camilo Torres*

Samuel Silva Gotay¹

A Igreja Católica na América Latina constitui um terço dos católicos do mundo e nos próximos trinta anos representará a metade do total dos católicos do globo. Este dado leva ao sociólogo Germán Guzmán [entre 1962 e 1977] a concluir que “nas circunstâncias atuais da América Latina, a maior força para enfrentar qualquer forma de imperialismo e neocolonialismo externo ou interno está na Igreja Católica”. Esta possibilidade, desde já, está condicionada a que ocorram mudanças radicais nessa instituição social.

O desenvolvimento dos *camilistas* na América Latina é um sinal que aponta à possibilidade dessas mudanças.

Apesar da importância da igreja como fator social que opera na dinâmica das sociedades da América Latina, esta tem sido pouco estudada por nossos historiadores e cientistas sociais. O propósito deste ensaio (parte de um estudo sobre estes desenvolvimentos na década de 1960) é o de examinar o contexto em que afloram as ideias do sacerdote revolucionário Camilo Torres Restrepo,

* Publicado no livro *Fuentes de la Cultura Latinoamericana Tomo II*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, organizado por Leopoldo Zea Tradução do original em castelhano por Sergio Alejandro Dorfler Bustamante, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-ECsA-UnB) da Universidade de Brasília, revisão da tradução por Raphael Lana Seabra docente do PPG-ECsA-UnB.

¹ Samuel Silva Gotay (1935) é um sociólogo porto-riquenho, professor na Universidade de Porto Rico (UPR) na Faculdade de Ciências Sociais de Río Piedras. Formado em Psicologia na UPR, mestre em Teologia e Sociologia da Religião na Universidade de Yale e doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Autônoma do México. Possui vários trabalhos sobre as relações da igreja com a sociedade latino-americana. Entre eles se conta com o intitulado *O Apostolo e a Igreja e a pobreza em Porto Rico: Uma interpretação histórico-social*. Conhece, amplamente, a discutida Teologia da Libertação que surge na América Latina, a partir da reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano em Medellín, Colômbia. Publica a *Bibliografía mínima da Teologia da Libertação*. O texto aqui publicado é resultado do Seminário de História das Ideias na América Latina, ministrado no Centro de Estudos Latino-Americanos da Faculdade de Filosofia e Letras da UNAM, publicado em 1972, no anuário *Latinoamerica*, trabalho que leva o título de *Teoria da Revolução de Camilo Torres: seu contexto e suas consequências continentais*, aqui publicado em quase sua totalidade.

analisar sua teoria e sua teologia da revolução para entender suas consequências continentais, e examinar algumas das perguntas propostas por esse fenômeno à história e à sociologia da religião.

I. Seu Contexto

A Igreja e as classes dominantes

A Igreja Católica na América Latina tem sido estudada, geralmente, desde o ponto de vista de uma das instituições que cumpre a função de guardiã da estabilidade social e política para benefício das classes dominantes. Em troca disso recebe a proteção dos seus privilégios. Loyd Mecham, em sua prestigiosa obra *Church and State in Latin America* (1934), retoma pelo menos 36 ocasiões em que a igreja organizou, financiou, provocou, influenciou e apoiou golpes de Estado a governos liberais. Durante o desenvolvimento colonial e enquanto durou o velho regime, a igreja foi considerada o departamento de assuntos religiosos do Estado graças ao *Patronato Real* que colocava nas mãos do rei mais “poderes administrativos” sobre a igreja colonial do que o próprio Sumo Pontífice sobre esta. Essa relação implicava, por sua vez, a fidelidade e a defesa do Estado por parte da igreja.

Com a transformação produzida no sistema sociocultural pelo advento do liberalismo, a igreja foi despojada de seu poder político - e, em alguns casos, do econômico - por conta de sua aliança com os regimes conservadores. Eventualmente, a igreja se reconciliou com as liberdades econômicas e políticas do liberalismo (o que a levou a recuperar alguns dos seus poderes), para começar novamente, em nosso século, com outro conflito ante o advento de outro sistema socioeconômico: o socialismo.

Não obstante as condições de mudança social no mundo, a crise da cultura e a revolução social levaram, desta vez, o conflito ao seio da igreja, e esta já não pôde apresentar uma frente tão unida como o fizera no século XIX na América Latina a partir das guerras de independência. Se olharmos para esta situação de crise e mudança social veremos como esses fatores incidiram sobre o conflito interno na igreja revelando-nos o surgimento de outro clero, este último exerce uma função social contraditória à que desempenha a igreja (religião



institucional) e em apoio dos interesses de outra classe social. Esse novo clero desempenha um papel de agente de mudança e de apoio dos interesses da classe baixa e dos grupos marginais.

A crise da cultura

O século presente está marcado por duas revoluções fundamentais, a revolução tecnológica – que levou o homem à lua – e a revolução dos povos coloniais e das minorias oprimidas. Estas duas revoluções revelam a natureza da crise de nossa cultura no sentido de um mundo que morre para dar à luz a outro que apenas tem perfilado seu contorno.

Esta crise está caracterizada pelo processo de secularização e pela rapidez das transformações sociais.

O processo de secularização

Apesar de que desde o século XIX o homem vem descobrindo com força e reafirmando a “historicidade” dos conceitos e dos valores e das crenças, que esse homem havia sacrificado e acreditava eternos ou determinados por uma lei natural, não é senão até nosso século que as consequências de ver o mundo e a cultura como criações do homem se amontoam e se precipitam em um processo de “dessacralização” que anuncia que o homem religioso descobriu que Deus o fez completamente “autônomo” e “responsável” de si mesmo e pela sua história. O homem de mediados do século XX já não pode justificar as condições socioeconômicas e a estrutura política alegando a existência de uma “lei natural”, porque a sociologia explicou-lhe a natureza da formação das ideologias e das convenções sociais; as normas, as instituições e os valores que o homem havia sacralizado como absolutos e universais já foram secularizados. Agora nenhuma lei, estrutura social ou sistema econômico pode ser considerado como “ordenado por Deus” ou como “revelado”, mas produto do fazer político e social dos homens.

As rápidas transformações sociais

A outra característica da crise de nossa cultura é constituída pela rapidez das mudanças. Enquanto antes falava-se em processos de séculos, atualmente o



conhecimento se duplica em períodos tão curtos que às vezes não passam de cinco anos; a tecnologia, a moral, as concepções tecnológicas, os processos econômicos, a cultura material manufaturada (edificações, máquinas, a cidade), as técnicas educativas, as tarefas especializadas, as profissões e, ainda, as comunidades, estão sujeitas a mudanças tão velozes nos últimos anos que tornam impossível ao homem manter um “conhecimento tal” sobre o mundo como para reclamar ser uma “autoridade”. Em um mundo “permanente”, aqueles de “idade mais avançada” constituem a autoridade porque detêm mais conhecimento e domínio da realidade, mas em um mundo em transformação as “autoridades tradicionais” perdem seu valor e sua relevância. Nesse mundo não há autoridade, exceto a reconhecida pelos homens. No nosso século “a autoridade” está morta.

Junto a isto e em parte como consequência do anterior, ocorre uma tendência que (em falta de outro nome) chamaremos de “tendência à democratização”, na qual a participação da pessoa nos acontecimentos que afetam sua vida começa a firmar-se, uma vez que o exercício da autoridade à moda antiga já não é mais possível. Cada homem tem que decidir o que lhe convém. O homem comum possui opiniões, um mínimo de educação e escuta o rádio e assiste à televisão. Este homem sabe que muitas das verdades são relativas e não absolutas; venham elas do papa ou do reitor de um monastério. O “aconselhar paternalista” de antes é substituído pelo *counseling* indireto, a “conferência autorizada” pelo seminário de participação e os “sermões dogmáticos” pelos “grupos de estudo”. Essa participação do homem que de repente se descobre como responsável pelas forças do destino é inerente ao processo de secularização que vem dando à luz a esse novo mundo que nasce.

Quando os elementos da cultura, tais como a moral, o costume, a comunidade, os trabalhos e outros não são o suficientemente permanentes como para desempenhar a função de formar uma pessoa mediante o “processo de socialização”; faz-se mais urgente do que em qualquer período da história que as pessoas jovens lutem “ativamente” com seu mundo para formulá-lo e defini-lo de modo a atender às suas necessidades, em lugar de vivenciá-lo com um atitude passiva e de dependência.

Vemos isso na forte e desesperada procura por forjar uma “nova moralidade”; não somente nos jovens, em quem a relatividade do seu meio

circundante – por conta das rápidas mudanças – não pôde imprimir padrões normativos de vida, mas também nos filósofos, nos teólogos e profissionais que formulam concepções éticas para lidar com os problemas humanos.

Os clérigos de vanguarda da América Latina geralmente são pessoas que estudaram e se formaram intelectualmente nesse ambiente peculiar de nossa cultura em crise. Apesar de que essas características da crise de nossa cultura não são tão evidentes nas sociedades tradicionais da maioria de nossos meios rurais ou nas dos recentemente urbanizados na América Latina, alerta-se que a liderança dos clérigos de vanguarda, especialmente os chamados “rebeldes” receberam formação intelectual nos centros urbanos europeus ou norte-americanos, onde o efeitos da crise é mais agudo e onde mais se reflete sobre ela. Todo o ambiente da cultura do século XX pressiona esses homens, moldando-os em homens do século.

Teologia da revolução

Esse clero teve acesso a toda uma discussão teológica sobre a renovação da igreja que procedeu por muitos anos no concílio, particularmente nos seminários do norte da Europa, em cujos centros a teologia bíblica produto da crítica bíblica protestante e judaica colocou no fogo os velhos dogmas escolásticos da igreja, a velha liturgia latina e as concepções não científicas do mundo, do homem e da sociedade – a isso ajudaram enormemente os ramos da sociologia, da antropologia e da psicologia freudiana.

Assim, esse clero jovem (como os que haviam se mantido informados quanto às transformações do mundo e da teologia) tem uma concepção diferente sobre a religião, a igreja e sobre a missão da mesma, concepção essa que não é compartilhada por seus superiores, geralmente de maior idade e produto das sociedades rurais estáveis.

O concílio eclesiástico fez eco dessas ideias de vanguarda em suas discussões e abriu o caminho a ser seguido para transformar o “conceito da igreja”: a igreja como comunidade (o povo de Deus em lugar do clero e da hierarquia); a liberdade religiosa e a liberdade de consciência; reconhecimento do valor das liberdades terrestres; reconhecimento da corresponsabilidade dos cristãos na construção da comunidade humana.



Mas o mais importante havia sido a superação da antinomia entre o temporal e o eterno. A condenação do “mundo” e o “terrestre” como coisa degenerada frente ao divino, é superada com a reafirmação da criação como obra de Deus e o reconhecimento da história como a arena de ação de Deus. Com isso vem o reconhecimento da vida cotidiana, o trabalho e a política como meios de servir a Deus mediante o serviço ao próximo e, por outro lado, o reconhecimento da natureza histórica da igreja.

A nova teologia produz uma brecha insuperável entre o novo clero e a sua velha hierarquia respeito ao entendimento da relação igreja-mundo. Enquanto a hierarquia está orientada pela função histórica que tem desempenhado como instituição, a nova geração de teólogos e estudantes seminaristas está orientada pela preocupação dos teólogos europeus do pós-guerra; pelo ambiente cultural das universidades e seminários invadidos pela questão da revolução colonial, da revolução racial, da questão universitária, da Guerra do Vietnã e da atitude crítica que domina a cultura juvenil. Mas, sobretudo, são perturbados pelas condições de miséria, fome, doenças, desemprego e exploração, que se aprofundam na América Latina a partir do fracasso das esperanças postas no capitalismo industrializado, e, a partir das novas esperanças apresentadas pela Revolução Cubana. Não é somente uma geração em contato direto com a miséria que surge da exploração, mas que possui, também, instrumentos conceituais para entendê-la e interpretá-la. Conhecem o “desenvolvimentismo” de Le Bret e o diálogo cristão-marxista estimulado por Emanuel Mounier na França. Isto faz deles diferentes do clero que, por muitos anos, havia educado a igreja.

As condições econômicas da América Latina na década de 1960-1970

No começo da década de 1970 os sinais de fadiga da “substituição de importações”, que havia determinado a história das três décadas anteriores, indicavam que esta tinha atingido o esgotamento. Com a crise da depressão na década de 30, as economias da América Latina que possuíam infraestruturas desenvolvidas tentaram se industrializar, transferindo os esforços da instável produção primária para a produção industrial. O Estado fez-se com a função de dirigente, controlando a política fiscal, fomentando, distribuindo e arbitrando. Os países onde o enclave estrangeiro não permitiu o desenvolvimento de uma

burguesia nacional, de acumulação de capital nem de uma infraestrutura administrativa, não puderam dar início a essas ações depois da Segunda Guerra Mundial e viram esses anos sob o governo de ditadores a serviço da hegemonia estrangeira que explorava seus recursos.

O liberalismo econômico puro havia fracassado na América Latina. O Estado adquiriu uma função econômica com os modelos populistas e com os reformistas chamados “democratas de esquerda”. Surgiu uma classe operária que pugnava por participar das decisões políticas e por obter melhores benefícios. Avalanches de camponeses invadiram as cidades criando periferias que levaram o desequilíbrio social ao limite; criando situações críticas pela falta de facilidades e seus consequentes problemas de saúde, moradia, desemprego, delinquência, pressões políticas e instabilidade. O desequilíbrio da infraestrutura urbana afetava, ainda, à classe média e à indústria. Os governos populistas fizeram esforços distributivos para a incorporação das novas classes, mas resultaram em medidas inflacionárias e contraditórias às necessidades de concentração de capital em uma industrialização que tinha esgotado seu mercado e que exigia o controle das pressões das classes populares. Todavia, as classes populares não podiam esperar. Especialmente a infraclasse de marginados e os que compunham o subemprego. A mortalidade, a fome em algumas regiões, as enfermidades, a superlotação e o contraste cada vez maior com “quem tem”, contraste que a disseminação dos meios de comunicação tornou mais evidente e desafiante a exploração do campesinato, que já não se sustentava no campo; tudo levada a proporções insuportáveis dada a alta taxa de crescimento populacional tornava a situação muito dolorosa e difícil como para que essas classes esperassem.

O imperialismo norte-americano, que começara a fortalecer os vínculos de dependência dessas economias periféricas mediante medidas de injeção de capital e ajuda econômica, iria exigir garantias de estabilidade (contra as pressões populares) a esses governos, aos quais controlaria usando a OEA como instrumento de dominação.

O desenvolvimentismo alertará que essas economias não se salvarão com medidas keynesianas, pois se trata de economias pequenas condenadas a serem sacrificadas pela sobrevivência das economias centrais do mercado mundial que controla seu próprio ritmo de produção, preços, sistemas de comercialização,

etcetera, pelo qual apenas uma “transformação integral” poderia criar o equilíbrio necessário. Com quais recursos? Poupança nacional? De onde? Investimento estrangeiro? A que custo? Tudo ficou em magníficos diagnósticos (o que era uma magnífica contribuição, mas não resolvia o problema). O mesmo caminho foi seguido pela possibilidade de reforma agrária para a modernização da produção, para absorver a mão de obra, para expandir o mercado interno e para aliviar tensões políticas. O poder explorador sobre índios e camponeses era absoluto. As dificuldades políticas da modernização superavam as dificuldades técnicas. A burguesia nacional e, por conseguinte, os setores políticos poderosos estavam intimamente ligados à oligarquia tradicional. Impossível renovar o setor rural pacificamente.

Nessa situação surge Cuba como uma opção para a América Latina. Significa independência dos Estados Unidos, reforma agrária, reforma urbana, alfabetização e políticas distributivas com medidas voltadas à industrialização. A teoria do foco guerrilheiro como vanguarda da revolução para a qual o campesinato é o povo, é a revolução proposta desde um marxismo flexível e nativo, que não demanda maturidade das condições objetivas nem que uma revolução burguesa ocorra - de qualquer forma as economias periféricas coloniais não a gerariam.

Essa perspectiva revolucionária, que exalta a imagem do guerrilheiro como reformista social moralizante e como expressão do “novo homem” não mais alienado, é a revolução esperada e por isso impacta fortemente à América Latina com o símbolo da esperança definitiva.

Essa esperança cria uma atmosfera nos povos que vivem essas condições descritas. E, no caso dos sacerdotes de formação europeia, impactados pela natureza dos tempos que refletem na cultura, na teologia e na ética social, irão se vincular à revolução por motivos religiosos, mas aceitando a revolução nos seus próprios termos.

A igreja e as classes exploradas

Uma mutação surge no sacerdócio latino-americano como resultado dessas condições do mundo em que vivemos. Assim, aparecem: Camilo Torres, Francisco Lage, Carlos Zalfaroni, o padre Allaz, Jordan Bishop, Hélder Câmara, os

Sacerdotes para o Terceiro Mundo, a Igreja Jovem do Chile, os sacerdotes de Golconda na Colômbia e outros sacerdotes no Uruguai, na Argentina, na Bolívia, no Peru, na Guatemala, na República Dominicana, em Cuba e em Porto Rico.

Sociologicamente esse clero exercia uma função oposta à de manter a estabilidade política e social. São agentes de mudança ao serviço de uma classe social diferente à que a igreja, como instituição social, esteve servindo politicamente. Aqui avisamos que a religião “institucionalizada” e a religião como “movimento ideológico-evangélico” desempenhavam duas funções sociais contraditórias que serviam a duas classes opostas em questão de seus interesses. Essa contradição se intensifica em épocas de crises econômicas e culturais. Os estudos sociológicos sobre as seitas messiânicas e subversivas nos indicam que estas põem em risco a segurança que a funcionalidade da cultura e da vida comunal oferece.

A característica fundamental das seitas é a sua relação de antagonismo com o mundo “oficial”, com as instituições religiosas oficiais, com as autoridades eclesiásticas e com a moral pública e a ética do clero oficial. Esse antagonismo se traduz numa visão apocalíptica de destruição do mundo corrompido, de iminente salvação dos “pobres” e “puros” que não se contaminaram com “o mundo” e no rechaço aos costumes e às instituições aceitos pelas classes superiores, que dirigem essas instituições. Até agora na maioria das seitas, como mencionado por Williams em seu estudo sobre as seitas no Chile e no Brasil, esse antagonismo se manifesta em um rechaço ao mundo e na inversão de valores da moral oficial, constitui “uma subversão da ordem tradicional na linguagem do simbolismo religioso”, subversão que resulta na inutilização da ação política real. Se for certo que constitui uma rebelião contra a injustiça da ordem material ou imperante, não passa de ser uma rebelião simbólica. Nesse sentido, constituem-se rebeliões alienadas.

Embora estes grupos “camilistas” não respondam em todas suas características à tipologia de seita, como a conhecemos na sociologia da religião, encontramos nos camilistas essa característica fundamental da rebelião contra a ordem socioeconômica e religiosa imperante e a favor dos grupos marginalizados, mas com a diferença de que a rebelião dos camilistas não é simbólica, mas política. A rebelião dos camilistas contra o sistema de exploração



não toma o caráter simbólico da apocalíptica destruição do mundo nem o da salvação celestial como consolo aos explorados, mas toma o caráter revolucionário dos movimentos hussitas e dos movimentos camponeses alemães do século dezesseis. O camilismo é um movimento que luta pela salvação do homem mediante a promoção da revolução socialista, ainda que a revolução não esgote a luta pelo “novo homem”.

Quais condições determinam que a religião sirva de “ópio das massas” e quais condições determinam que a religião como ideologia? Ainda não sabemos. A procura pela resposta a essa pergunta é muito recente ainda. Camilo Torres Restrepo e os camilistas serão a longo prazo parte dessa resposta. Por isso a importância do estudo contínuo desses grupos.

II. Teoria e Teologia da Revolução em Camilo Torres Restrepo

Introdução, os dias de Camilo

O pensamento de Camilo Torres é a expressão peculiar das condições existentes na Colômbia, expressão que é estimulada pela natureza dos tempos. Seu pensamento é o grito do povo que sofreu com a matança dos dois mil operários e de suas famílias, assassinados em 1928 pela oligarquia e a pseudo burguesia que lhes fechou a entrada no sistema social e econômico; é a expressão articulada do povo frustrado que vê suas esperanças morrerem com o assassinato de Gaetán; a indignação dos 300.000 colombianos mortos na matança da década de 50 – 30.000 por ano, dois mil e quinhentos por mês, oitenta e três por dia, quatro a cada hora -; é a ameaça dos milhares de camponeses que precisam arrancar a sobrevivência do minifúndio, enquanto um punhado de famílias possuem o 64 por cento da superfície agrícola, a mesma que se apoderou do Banco da República em 1951 para emitir sua moeda e decidir a política monetária mais conveniente; é o gemido das trezentas mil crianças que morrem anualmente de fome ou miséria; é a arma dos pequenos agricultores da monocultura de café, explorados pelos comerciantes colombianos e norte-americanos; é o fuzil dos campesinos assassinados diariamente no planalto e nos bosques pelo exército por conta de liberais e conservadores que fecharam o sistema à participação dos operários, dos campesinos e dos marginalizados. É a

resposta da violência revolucionária à violência institucional. Mas também é o ato de liberdade de um homem que toma para si a exploração de seu povo e oferece sua própria vida.

Com a intervenção militar de 1964 no Brasil, o foco da “igreja rebelde” muda para a Colômbia, onde o padre Camilo Torres, capelão universitário e sociólogo interessado no desenvolvimento comunal e na reforma agrária, começou a entrar em conflitos com sua hierarquia dadas as tentativas de unificar o povo colombiano em um Frente Unido para tomar o poder e promover mudanças radicais nas estruturas sociais e econômicas.

Já em 1964 Camilo escreveu:

“Nós progressistas somos muito espertos. Falamos muito bem. Gozamos de popularidade. Mas a reação move um dos seus poderosos dedos e nos paralisa. Não podemos seguir sem organização e sem armas iguais, pelo menos. Já falaremos disso tudo” (TORRES RESTREPO, 1964).

Em dezembro conversa com seu grupo sobre o “dever do revolucionário” e sobre “seu ingresso à guerrilha”.

No início do ano 1965, quando o projeto para publicar uma série de estudos sobre a Colômbia falha, redige a plataforma da Frente Unida, na qual diz que tendo em vista que uma minoria é quem toma as decisões fundamentais do país em contra de uma maioria, e que tendo em vista que essa minoria não alterará seus interesses nem afetará os estrangeiros, faz-se necessário que as maiorias tomem o poder para realizar as mudanças necessárias ao desenvolvimento econômico e social, e procede a convocar uma unidade que substituirá os desprestigiados partidos políticos. A Plataforma da Frente Unida do Povo Colombiano continha os seguintes objetivos:

- reforma agrária sem indenização
- reforma urbana que outorgaria a propriedade sobre suas residências aos moradores das mesmas;
- planificação obrigatória de investimento público e privado;
- impostos progressivos sobre a renda, não haveria instituições isentas;
- nacionalização de bancos, companhias de seguros, hospitais, centros de fabricação de medicinas, transportes públicos, rádio e televisão e exploração de recursos naturais;

- relações internacionais independentes com todos os povos;
- previdência social e saúde pública garantidas, o pessoal médico trabalhará em qualidade de empregados públicos;
- sanções para os pais de crianças abandonadas (milhares em Bogotá);
- orçamento adequado para as forças armadas e para defesa da soberania nacional sob responsabilidade de todo o povo;
- igualdade política para as mulheres.

Em março Camilo leu a Plataforma a um clube da Juventude Conservadora e dali foi difundida rápida e amplamente. Durante os motins causados pela intervenção norte-americana em Santo Domingo, que pareceram derrocar o governo de Valencia na Colômbia, Camilo falou com os estudantes em representação de Valencia e os instou a “se organizar com armas iguais contra as forças”. Daqui em diante a Plataforma da Frente Unida se estende como um fogo devastador e Camilo não descansará, visitará campos e cidades, sindicatos e universidades em uma corrida veloz e urgente para se comunicar com todo o país. A isto o regime respondeu com uma crescente repressão.

Em maio os grupos de oposição aceitaram sua plataforma. Durante o verão a hierarquia declara suas atividades “incompatíveis com o caráter sacerdotal” enquanto Camilo se encontra com a Frente de Liberação Nacional e planejam juntos a luta nas cidades. Fora destituído de suas funções por petição própria, quando Camilo saiu para participar das guerrilhas em 18 de outubro desse precipitado ano de 1965. Quatro meses depois morre em combate.

A motivação cristã: teologia dos motivos revolucionários

Camilo encontra a razão da sua vida e da sua missão revolucionária no seu amor ao próximo. Nas vezes em que menciona a sua trajetória biográfica menciona que, em primeiro lugar, encontrou no cristianismo “uma forma de viver o amor pelo próximo” e logo, ao ver sua importância, disse que resolveu se dedicar “ao amor ao próximo completo” e por isso se tornou sacerdote. Mas como “para ser sincero e verdadeiro teria que ser eficaz – e por isso viu a necessidade de aliá-lo à ciência – fez-se sociólogo também. No entanto, ao

estudar sociologia percebeu que para dar de comer às maiorias “não bastava com a beneficência do paternalismo”. Em outras palavras, concluiu que “a revolução não somente é permitida, mas é obrigatória para os cristãos que veem nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos”.

Foi assim que chegou aos seus principais lineamentos:

1. O poder deve ir para as maiorias, sem ele não há mudança social;
2. O rechaço da via eleitoral como caminho para tomar o poder;
3. A luta armada como um mal necessário que impõe a burguesia como condição para entrar o poder.

Para ele, é o amor cristão o que o induz a abandonar o sacerdócio pela revolução:

“Abandonei o sacerdócio pelas mesmas razões pelas quais me comprometi com ele. Descobri o cristianismo como uma vida totalmente centrada no amor ao próximo... Foi depois disso quando compreendi que na Colômbia não se pode realizar este amor simplesmente pela beneficência, mas urgia uma mudança de estruturas políticas, econômicas e sociais, que exigiam uma revolução à qual tal amor estava intimamente ligado”.

Esta experiência pessoal é teologizada por ele quando em “A Revolução, Imperativo Cristiano” faz menção ao apostolado cristão. O apostolado cristão “consiste em todo aquilo que leve aos demais a ter uma vida sobrenatural (...) o resultado último e essencial é invisível já que é a mesma vida sobrenatural”. Mas diz ele que o “amor” é o “índice externo” da presença dessa vida sobrenatural. Menciona, ainda, os meios ordinários (da teologia católica) para obter a vida sobrenatural “na ausência da caridade”. Cita I Coríntios 13 e Santiago II 15-15 entre outros para fundamentar que fé e rito sem caridade não são indício de vida sobrenatural, ao tempo em que cita Romanos XIII 8: “Porque ele que ama ao próximo cumpre a lei”.

Daqui em diante passará neste em muitos outros artigos à análise das condições de opressão e da impossibilidade de conseguir a mudança social sem tomar o poder para a revolução das estruturas. Se o cristianismo vai aplicar seu amor à realidade humana, conclui, tem que ser fazendo a revolução. Nesta mencionada conferência disse: “[...] fica muito claro que o cristianismo, nos países pobres, não somente pode, mas deve comprometer-se com a mudança das estruturas para conseguir uma maior planificação técnica a favor das maiorias”. Em seguida procede a analisar a colaboração com os marxistas. Na carta ao bispo

coadjutor de Bogotá inclui-lhe um estudo onde diz: “Isto se chama revolução, e se é necessário para realizar o amor ao próximo, então para um cristão é necessário ser revolucionário”. E na reportagem de Gilly no *Monthly Review*, que *Marcha* publicou em espanhol, aponta: “Por isso um pouco em tom de piada, mas também seriamente coloco-me intransigente e digo à minha gente, o católico que não é revolucionário e não está com os revolucionários está em pecado mortal”.

Essa convicção será repetida múltiplas vezes em artigos e discursos.

Nesse sentido, Camilo Torres é definitivamente um revolucionário cristão, apesar de que a análise da situação, a estratégia e a tática sejam seculares, como analisaremos mais tarde. Camilo é um conservador em sua teologia. Não irá tão longe como outros cristãos radicais que chegaram a teologizar sobre a revolução desde um ponto de vista secular humanista ainda como motivação. Seu conservadorismo teológico vemo-lo na matéria do jornal *El Tiempo* quando diz: “Em questões bíblicas não sou partidário do livre arbítrio. Em questões científicas sou partidário da discussão livre baseada na liberdade de investigação”; e a mesma atitude se revela com a nitidez com que ele observa as regras e o protocolo de obediência canônica com seus superiores, inclusive no momento de romper com eles e na consideração que lhes guarda ainda depois. É na análise dessa característica de Camilo aonde se observa com maior clareza a força e o poder do seu compromisso – seu “amor” – com o povo e a dor do seu rompimento com a hierarquia.

A ação secular e a ciência sem ideologia

Apesar de que Camilo considera que o motivo para a participação do cristianismo na revolução é de natureza religiosa, considera que a ação dos cristãos no mundo se dá “como pessoas, como cidadãos do mundo, e não como integrantes de uma instituição religiosa”. Camilo, bem como os teólogos de vanguarda, rejeita o “triunfalismo” e o “integralismo” da igreja e mantém uma distinção entre o que é realmente divino ou especificamente divino – enquanto pertence a Cristo – e as obras dos homens – resultados da motivação do homem e da sua formação cultural, ainda que esse homem seja cristão.

Camilo faz referência ao teólogo espanhol José María González Ruiz, quem explica essa mudança na teologia da igreja, que deixará as portas abertas para a colaboração com os marxistas.

A igreja não pôde ter a proteção de se instalar no mundo como um enclave territorial dotado de autonomia e dos recursos de sua própria independência. A graça não vem suprir nem suplantar as glândulas produtoras de valores humanos; somente vem potencializá-los e elevá-los. A igreja não recebeu de Cristo a missão de produzir técnicas políticas, sociais ou culturais... Por isso a igreja não tem por que criar uma política cristã, uma sociedade cristã (GONZÁLEZ RUIZ, José María).

Falando sobre as soluções para o subdesenvolvimento, diz que “essas soluções não devem ser cristãs, nem protestantes, nem batistas, nem materialistas. Essas soluções devem ser científicas, eficazes: e a eficácia não tem ideologia”.

Essa posição teológica de Camilo vai ligada à sua concepção sobre a relação entre ciência e ideologia, como já vimos despontar na citação anterior. Nos primeiros anos Camilo descobre na sociologia “o caminho” como antes já o havia descoberto no sacerdócio e como mais tarde o irá descobrir na revolução. Com essa paixão que o caracteriza, pregou a objetividade da ciência como o caminho para encontrar a solução dos problemas. Mesmo quando já não acredite que isso seja suficiente, ainda lhe restará sua concepção da objetividade da ciência. Em um excelente, embora simples, artigo, ataca, de um lado, a “covardia disfarçada de objetividade” da sociologia empirista – sem análise estrutural dos problemas e que escolhe problemas insignificantes que não revelam as condições político-econômicas da ‘maioria’ -; e, por outro lado, ataca a concepção dos “falsos discípulos de Marx”, que afirmam que a ciência é inseparável da ideologia da classe que a produz - isso implica que neste caso haveria necessariamente uma sociologia burguesa e outra proletária - sem lembrar que nem Marx nem Engels pertenciam à classe proletária e que, caso se discutisse que estes são excepcionais, isto encerraria o caso uma vez que, precisamente, os cientistas são excepcionais. Aponta Camilo:

“Chegar a ser essa exceção é a base para chegar a ser um cientista... exceções que não se conseguem senão baseadas na disciplina e na formação científica, na base do valor moral e da ética profissional, da autocrítica e do reconhecimento dos próprios juízos de valor, para se preservar dos mesmos durante a indagação objetiva dos fatos...”

São estas duas concepções, a teológica e a científica o que habilitará Camilo Torres a trabalhar na colaboração com os não cristãos e pela unidade na revolução por uma sociedade socialista.

Cristianismo e marxismo

O cristianismo e o marxismo podem trabalhar juntos em prol do que têm em comum. Camilo entende que o marxismo, além de ser uma filosofia, é também uma ciência sobre a sociedade e uma técnica para o desenvolvimento, e concorda com este último ponto – pelo objetivo que a ciência pode ser e porque a igreja já não demanda que as soluções sejam “cristãs”.

Na sua publicação sobre a Frente Unida ele coloca:

“[...] é necessário definir que esta plataforma tende ao estabelecimento de um Estado socialista, com a condição de que entendemos o ‘socialismo’ em um sentido unicamente técnico e positivo, em nenhuma mistura com elementos ideológicos. Trata-se de um socialismo prático e não teórico”.

À pergunta sobre se é marxista Camilo responde ao jornalista francês Jean Pierre Sergent o seguinte:

“O fato de ser marxista é algo complexo, eu acredito que eles apresentam algumas soluções e alguns pontos de vista que estão exatamente no domínio da técnica econômica, sociológica e política e então, se seus pontos de vista são científicos – como o são os meus respeito à sociedade colombiana – haverá coincidência nesses domínios que, embora eu não seja marxista, posso conciliar”.

Por isso, respeito à Colômbia ele afirma:

“Eu poderia colaborar verdadeiramente com os comunistas na Colômbia porque creio que entre eles há elementos verdadeiramente revolucionários e porque são cientistas têm pontos que coincidem com o trabalho que eu me proponho. E como nós lançamos a consigna de que seríamos amigos de todos os revolucionários e inimigos de todos os contrarrevolucionários, nós seremos amigos dos comunistas e iremos com eles até a tomada do poder, sem descartar a possibilidade de que depois ocorrerá uma discussão sobre temas filosóficos. Mas o que importa pelo momento são as questões práticas”.

Ante essa concepção prática que Camilo tem acerca do marxismo, faz uso da abertura criada pela encíclica do Papa João XXIII, *Pacem in Terris*, quando diz que “distinguindo cuidadosamente entre as teorias filosóficas”, poderiam ser úteis e proveitosos os contatos com estes outros grupos de iniciativas “práticas” enquanto e aonde os homens cristãos em seu mundo acreditem que tais medidas práticas respondem à “reta razão” e “às justas aspirações do homem”.

O ponto em comum entre cristãos e marxistas, segundo Camilo, é a prioridade que a “ação em serviço dos demais” tem no mundo presente. Assim, “o elemento comum está constituído”, precisamente “pelo que é essencial no cristianismo”. No seu pensamento, o povo (maioria oprimida) converte-se em ponto de validação; a redenção do povo é o critério para avaliar, para dar valor, para julgar; e, no caso dos marxistas, o povo e, no caso dos marxistas, o povo exerce o mesmo papel. Assim, a revolução do povo é o ponto sobre o qual se apoia a colaboração cristão-marxista no movimento de Camilo.

A partir disso, todos seus discursos sobre a unidade destacarão o compromisso com a revolução do povo por cima de todas as diferenças estéreis.

Em vista disso dirá:

“A todos irão nos chamar de comunistas... e irão dizer que o Partido Comunista vai tomar o poder dentro do movimento; mas nós o que queremos fazer é a revolução. Sabemos que os que se farão com o movimento serão os que apresentarão respostas mais populares e mais revolucionárias e os que demonstrem mais valor durante a luta; por isso, se tomam o poder, é porque o merecem”.

Sua concepção sobre a ação secular dos cristãos, apoiada pela sua concepção sobre o marxismo como ciência e pela sua concepção da relação entre ciência e ideologia tem o efeito de esclarecer a separação da igreja e do Estado, de tal maneira que Camilo está seguro de que uma mudança na estrutura política ou econômica do país não implicará na morte da igreja.

“A igreja não está casada com nenhum sistema temporal e ter tratado de liga-la a esses sistemas acarretou para nós que, na época em que os bárbaros invadiram Roma, afirmou-se que a igreja havia acabado; que quando a Revolução Francesa sobreveio a igreja acabou porque o Antigo Regime e a monarquia foram derrubados; e que, hoje em dia, com o sistema capitalista acabando, algumas pessoas acreditam que a igreja está chegando ao seu fim, e consideram que o cristianismo não possui suficiente virtualidade para cristianizar um mundo socialista rumo ao qual parece que nos dirigimos”.

Camilo trabalha conjuntamente com seus companheiros revolucionários marxistas, mas mantém as diferenças claras. Em Frente Unida lhes diz: “[...] eu não penso em fazer proselitismo com meus irmãos comunistas... e os comunistas devem saber que eu também não integrarei suas fileiras, pois eu não sou nem serei comunista, nem como colombiano, nem como sociólogo, nem como sacerdote”.

Nasce a igreja rebelde

Camilo constitui uma façanha na história da igreja e na história da teoria revolucionária. Com sua práxis e com a reflexão sobre ela propõe um desafio à concepção marxista conservadora sobre a religião e, em particular, sobre o cristianismo e abre, com clareza meridiana, um novo caminho à igreja para que esta se redima dos seus erros passados e se justifique como instituição e como ideologia no mundo do futuro. Toda uma geração de clérigos seguirá este caminho para enfrentar-se à opressão frente à qual se sentiam impotentes, por conta das restrições teológicas e políticas do seu meio cultural ou pela falta de soluções às suas crises de lealdades divididas. Muitos pensaram como Camilo, quiçá tenham sob sua posse melhores trabalhos sobre alguns dos temas de Camilo, quiçá sejam mais audazes teologicamente, mas ninguém havia oferecido com tanto entusiasmo, espontaneidade e generosidade todo o que tinha, o pouco e o muito para usá-lo inteligentemente em favor da redenção do povo, e muito menos com a certeza radical e com o amor que Camilo o fez.

Não obstante, este caminho que Camilo abriu e que não poderá ser mais fechado por nenhuma autoridade, não poderá ser copiado com exatidão e cada um dos clérigos da igreja rebelde terá que responder criadoramente à sua situação, enriquecendo, assim, a ética social de Camilo, sua teoria revolucionária e expandindo seu caminho.

III. Consequências

A morte de Camilo deu início ao camilismo. O melhor da geração de sacerdotes dessa década, preparados em Lovaina, Paris e em outros seminários da Europa, decidem adotar definitivamente a linha revolucionária de Camilo e se lançam contra as estruturas sociopolíticas que apoiam a exploração econômica e a miséria na América Latina. Em um movimento crescente que parecia acender toda a América Latina, começaram a surgir por todo o continente incidentes, manifestações, protestos e denúncias em contra da violência institucionalizada e a favor da violência revolucionária e da socialização dos meios de produção.

Surge a revista *Cristianismo y Revolución* na Argentina; aparece a Pastoral do Terceiro Mundo aprovando a revolução, publicam-se as conclusões do Seminário Sacerdotal de Chile, aonde se ataca o capitalismo e se pede

compreensão com a violência revolucionária; no Uruguai, o padre Carlos Zaffaroni se transforma no Camilo uruguaio – e foge para a clandestinidade, onde permanece até hoje; na Guatemala, padres e freiras norte-americanos se unem à guerrilha; faz-se claro que a igreja latino-americana só tem um caminho ante si: a revolução; em Cuba, Fidel Castro chega a reconhecer publicamente a legitimidade revolucionária dos cristãos e a admitir diante do Congresso Cultural da Havana a necessidade de reexaminar a posição marxista sobre a religião; no Brasil, o bispo Antônio Fragoso continua desafiando publicamente o regime das torturas quando diz: “pode ser que a luta armada seja necessária e quando ela é necessária pode ser evangélica”; no Panamá, o padre Pérez Herrera organiza um encontro nacional chamando o povo “à violência revolucionária” e contra o imperialismo “condição que devem assumir os cristãos”; na Colômbia, Germán Guzmán continua o trabalho de Camilo; na Bolívia, oitenta sacerdotes pedem uma revolução na igreja; no Brasil tornam-se públicas as anotações do teólogo Comblin sobre o material preparatório para a Reunião Episcopal de Medellín, onde ele deixa claro que “a tomada do poder pelo povo” mediante a força e a socialização de todos os meios de produção por meio de ‘um governo ditatorial’ são condições imprescindíveis para o desenvolvimento; do Brasil exporta-se o manifesto dos Trezentos e Cinquenta Sacerdotes reconhecendo a “eleição do caminho revolucionário” como “um chamado que pode provir do mais puro da consciência”, manifesto este que circulará por toda a América Latina e chegará à reunião do episcopado em Medellín com quase mil assinaturas de sacerdotes.

Diante dessa avalanche de acontecimentos que ameaçava a segurança das classes dirigentes na América Latina, como nunca antes na história recente, e frente à real possibilidade da metodologia da guerrilha como veículo da década para a expressão dessa rebeldia clerical, o Vaticano convence-se de que é sua responsabilidade vir à América Latina para colocar um muro de contenção a essa força transbordante. Diante da magnitude do movimento revolucionário cristão, perigoso mais por sua importância estratégica do que numérica, o Papa Paulo VI decidiu vir à América Latina – primeira visita de um papa em 476 anos -, e vir presencialmente à Colômbia, onde Camilo regará com seu sangue esse florescimento revolucionário. Esse florescimento e essa visita dramatizaram a

magnitude das consequências continentais do acontecimento de Camilo Torres Restrepo.

Apesar das numerosas cartas de movimentos cristãos, sindicalistas e sacerdotais pedindo-lhe que não viesse a desautorizar a revolução dos oprimidos, Paulo VI veio à Colômbia a se enfrentar com o espectro de Camilo e ali conversou com as classes dirigentes e falou aos camponeses “representativos” trazidos em caminhões pelo governo para a ocasião. Seus três discursos foram dirigidos contra a revolução e contra o uso da violência revolucionária.

A apoteótica visita resultou num fracasso histórico. Camilo havia vencido. As consequências continentais do seu pensamento continuaram sendo enriquecidas com novos atos e novas reflexões sobre a teologia e sobre a teoria da revolução.

Seis meses depois da visita do Papa Paulo, surgiu o movimento do Grupo Sacerdotal de Golconda na Colômbia. Proclama que necessitam de “mudanças estruturais”, que a pressão para as mudanças será:

“Pacífica ou violenta de acordo com a atitude que assuma a classe dirigente, e que a mudança deve ser revolucionária e a revolução deve ser popular ou não ser... com o objetivo de conseguir a instauração de uma sociedade de tipo socialista que permita a eliminação de todas as forças de exploração do homem pelo homem e que responda às tendências históricas de nosso tempo e à idiosincrasia do homem colombiano”.

Os sacerdotes de Golconda incorporam a linguagem progressista de Medellín para mostrar o vínculo de sua oposição com a da igreja; de Camilo adotam seu entendimento das causas estruturais da miséria e do subdesenvolvimento, a necessidade da revolução, sua atitude revolucionária, seu sentido de compromisso e de entrega, seu entendimento teológico do amor como guia da decisão revolucionária e seu entendimento da compatibilidade da revolução socialista com a fé cristã. Mas diferentemente de Camilo, decidem atuar como movimento de sacerdotes com ordens ministeriais e não como indivíduos ou revolucionários isolados, o que os leva a desenvolver mais a justificativa teológica de sua função revolucionária dentro da igreja e dentro da revolução.

Na Argentina organiza-se o Movimento dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo. Seguem as linhas do pensamento de Camilo com a diferença de que

levam mais longe ainda a secularização do pensamento camilista quando dizem que:

“Não necessitamos justificar com citações bíblicas nem com apelações evangélicas esta exigência de participar com toda nossa vida da transformação do mundo dos explorados, dos famintos e dos despojados... Se a análise das condições sociais, políticas e culturais e morais em que sobrevivem milhões de irmãos; se a morte permanente de outros irmãos... se os dados da violência institucionalizada... analfabetismo, doenças... desemprego, prostituição... se nenhuma dessas realidades nos leva a nos comprometermos com a ação, com a luta e com a vida revolucionária, não haverá papas nem evangelhos, nem teólogos, nem profetas que possam converter nosso coração”.

No Chile surge a Igreja Jovem. É este camilismo o que deixa mais explícito e mais público seu diálogo e sua cooperação com os marxistas. Acima de tudo deixam claro, superando as expressões de Camilo, que o socialismo a que aspiram não é um socialismo misturado com as alcunhas de “cristão” ou “democrático”, como se quis misturar com fórmulas “pequeno-burguesas”, mas que aspiram “ao socialismo científico com o qual a teoria e a prática do marxismo contribuíram para elaborar de maneira sem igual”. No momento do triunfo de Allende, a extensão do movimento era tamanha que numerosos sacerdotes e organizações católicas saíram a defender publicamente o triunfo do socialismo para surpresa da Democracia Cristã.

Esses são somente os movimentos mais conhecidos e articulados, mas o camilismo avança por toda a América Latina somando cristãos à revolução em virtude dos elementos ideológicos da fé cristã, e incorporando os mesmos ao diálogo cristão-marxista para a luta onde se perfila o futuro da América. Desde o Cone Sul, onde ocorreu primeiro a revolução da independência, até a indômita ilha de Porto Rico, que ainda luta pela sua primeira independência, as consequências da vida e do pensamento de Camilo Torres continuam crescendo.

Este movimento continuará crescendo? Conseguirá modificar a mentalidade dos hierarcas da igreja, ou se manterá entre os círculos dos oprimidos e marginalizados? Qual será seu impacto na história da América Latina quando a metade dos católicos do globo se encontrem em nosso continente? Poderá o Vaticano manter sua resistência à revolução por mais tempo? Creio que estas são perguntas que merecem uma séria consideração por parte dos historiadores e cientistas sociais da América Latina.

Introdução: Crises políticas na América Latina

Patrícia da Silva Santos^{1*}
Ricardo Pagliuso Regatieri^{2**}

Na abertura deste dossiê sobre crises políticas na América Latina, gostaríamos de ressoar as palavras do escritor Augusto Roa Bastos a respeito do Paraguai: *“Su historia parecería, si no fuese objetivamente real, la fabulación de un dramático destino, de una tragedia ininterrumpida, con tramos de grandeza y plenitud, sin embargo, muy altos y significativos.”*³ Tais palavras ecoam fortemente no cenário latino-americano contemporâneo, no qual se ensaia novamente a tragédia, sob orquestração neoliberal e, muitas vezes, abertamente autoritária e antidemocrática – quando não, de contornos neofascistas.

As atuais crises políticas na América Latina possuem intrincados vínculos históricos, econômicos e sociais. A posição (semi)periférica da região em relação ao sistema capitalista mundial, as tensões internas situadas na intersecção de classes e identidades étnicas altamente conflitantes, as heranças da origem colonial, patriarcal e escravagista convergem para deflagrar situações críticas na política institucional e evidenciam a vigência de forças profundamente desagregadoras nas sociedades latino-americanas.

Este dossiê foi concebido como uma tentativa de compreensão, incontornavelmente parcial, de situações de crise política ocorridas recentemente na região e seus nexos com forças desintegradoras prevaletentes no âmbito do capitalismo (periférico) contemporâneo.

Nesse sentido, o dossiê reúne contribuições de autores do Brasil, da Argentina e do México que discutem as crises políticas da região desde ângulos diversos. Nele, o leitor encontrará discussões a respeito das dificuldades da apreensão dos novos golpes na região por parte da Ciência Política; do debate

1 * Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

2 ** Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

3 BASTOS, Augusto Roa. “Paraguay: isla rodeada de tierra”, *El Correo de la Unesco*, 1977, p. 56. Disponível em: http://www.lacult.unesco.org/docc/oralidad_06_07_56-59-paraguay.pdf



acadêmico no campo da Ciência Política em torno da definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe; da caracterização do governo Bolsonaro e do *bolsonarismo* pelas Ciências Sociais; das relações entre crises políticas recentes na América Latina e movimentos populares, poder judiciário e mercado; da reestruturação capitalista dos anos 1990 sob alegação de “pós-neoliberalismo”; da emergência de forças antidemocráticas na América Latina tendo em vista o quadro mais amplo da crise do sistema mundial capitalista; da forma e dos limites do Estado no subcontinente; dos limites das esquerdas no Brasil, no México e na Venezuela; das articulações do modelo desenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores com a tensão colonialidade/decolonialidade; das insurreições do movimento estudantil após o anúncio das primeiras medidas neoliberais na educação pelo governo Bolsonaro.

A partir de uma análise de uma década de produção da Ciência Política tendo como amostra algumas das principais revistas editadas na ou sobre a América Latina assim como trabalhos apresentados em eventos dessa área, Gabriel Eduardo Vitullo e Fabricio Pereira da Silva constatam a baixa presença de análises sobre os recentes golpes na região. Os autores sugerem que o aparato conceitual e o enfoque fortemente influenciados pelo institucionalismo norte-americano que marcam esse campo bloqueiam não apenas uma compreensão mais aprofundada mas até mesmo a própria tematização daquilo que eles chamam de neogolpes na América Latina, para o estudo dos quais eles propõem uma agenda de pesquisa.

Danilo Enrico Martuscelli discute as polêmicas em torno da definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe nos debates acadêmicos e políticos. Por meio de uma análise bibliográfica das discussões, Martuscelli sustenta que as vertentes institucionalistas tendem a refutar a tese do golpe porque dissociam instituições e luta de classes, concentrando suas análises em processos institucionais, sem considerar as forças sociais que os mobilizam. Para o autor, a consideração da influência dos conflitos de reprodução de classes é fundamental para a compreensão do caráter golpista do impeachment sofrido por Rousseff.

Ainda no terreno da análise da produção bibliográfica, Patrícia da Silva Santos e Ricardo Pagliuso Regatieri oferecem um balanço crítico, ainda que de caráter parcial, a respeito de como o governo Bolsonaro e o *bolsonarismo* têm



sido interpretados pelas Ciências Sociais brasileiras. Os autores identificam três tipos de caracterizações do governo atual e sua base de apoiadores: a primeira recorre à experiência histórica europeia do fascismo e considera que o Brasil testemunha um renascimento desse fenômeno político, ao passo em que a segunda divisa elementos que permitem paralelos com o fascismo mas insiste na especificidade sócio-histórica brasileira, enquanto a terceira está mais preocupada com o destino do jogo político da Nova República, com seu esgotamento simbolizado pelas manifestações de 2013 e com as novas formas de ativismo digital. Santos e Regatieri enfatizam que, para uma melhor compreensão da ascensão da extrema direita no Brasil, faz-se necessário articular tendências sociais e políticas globais com aquelas em curso no país.

Com base em um panorama das crises políticas ocorridas na América Latina no período de 1990 a 2020, Pedro Borba discute o papel do que nomeia primaveras, tribunais e dólares no jogo político institucional da região. Nesse sentido, o autor reflete sobre o rol de crises do período sob a ótica da influência da eclosão de protestos com identidade cidadã, oposicionista e popular (“primaveras”); da intervenção de órgãos de controle (“tribunais”); e da interferência sobre a dinâmica representativa resultante do risco de crise cambial (“dólares”). Borba opõe-se à ideia de que os 37 episódios de crises levantados em 15 países devam-se a um estágio transitório de consolidação democrática e sustenta, por sua vez, que as intervenções desarmadas características do período moldam práticas, expectativas e limites da democracia liberal na América Latina.

Já Agustín Lucas Prestifilippo aponta que as reformas neoliberais no centro e na periferia do capitalismo levaram a uma progressiva destruição da institucionalidade democrática e a processos de desintegração sistêmica em distintos níveis da totalidade social. Mobilizando abordagens críticas do capitalismo que vão de Theodor Adorno e Max Horkheimer a Wolfgang Streeck, o autor propõe existir uma íntima correlação entre a deterioração das condições materiais de vida e a proliferação de projeções paranoicas violentas dirigidas a pessoas e grupos que catalisam as sensações de frustração. As novas forças antidemocráticas na América Latina, segundo Prestifilippo, manifestam a apropriação política de profundas tendências ideológicas conformadas pela cultura neoliberal contemporânea.



Beatriz Stolowicz, em artigo publicado inicialmente em 2011, agora traduzido para o português, discute as implicações para os países latino-americanos do modelo que costuma ser chamado, de maneira eufemística, de “pós-neoliberalismo”. A autora demonstra como, na verdade, esse modelo consistiu em uma reestruturação do capitalismo na região, com algumas críticas ao neoliberalismo que teve vigência até os anos 1990, mas sem nenhuma perspectiva real de sua negação. Nesse sentido, o projeto legitimou-se sob a alegação de “anti-neoliberal” ou “pós-neoliberal”, apropriando-se também do léxico do chamado pensamento crítico. Um dos eixos era uma reconfiguração da sociedade, que apresentava como políticas “progressistas” ideias elaboradas pelo neoconservadorismo desde os anos 1980.

Analisando os casos de governos de esquerda no Brasil e na Venezuela, Vladimir Ferrari Puzone chama a atenção para o fato de que sua gravitação em torno do Estado e as limitações intrínsecas a essa forma estreitaram o horizonte de transformações e obliteraram a construção de alternativas anticapitalistas. Enquanto no Brasil o ensaio neodesenvolvimentista por meio do Estado levado a cabo pela esquerda organizada terminou com um golpe da direita e com a subsequente ascensão de um governo autoritário, na Venezuela o regime vem recrudescendo, fazendo uso crescente da força e se apegando a todo custo à defesa do Estado e da nação contra tentativas de golpe por parte da direita.

Buscando compreender o ciclo de desenvolvimentismo recente promovido pelos governos do partido dos trabalhadores por meio de parâmetros da tensão entre colonialidade e decolonialidade, Rogério de Souza Medeiros e Bruno Ferreira Freire Andrade Lira levam a cabo um debate sobre os processos de inclusão econômica e social ocorridos no período. Para os autores, o processo de “medianização precarizada” ocorrido nos governos petistas não foi capaz de romper com modelos de desenvolvimento neoliberais próprios da colonialidade e, por isso, não logrou conter a subsequente reação conservadora e de extrema direita. Embora algumas políticas públicas de inclusão tenham rompido com modelos da colonialidade, priorizou-se a lógica da “medianização precarizada”.

Luciana Fernandes apresenta uma discussão sobre o padrão neoliberal subjacente ao governo de Jair Bolsonaro, indicando os nexos entre racionalidade neoliberal e crise da democracia liberal, com base em discussões bibliográficas

que incluem autores como Wendy Brown, Pierre Dardot e Christian Laval. Além disso, a autora se vale do episódio de resistência ao corte de gastos educacionais ocorrido no início de 2019 para discutir as potencialidades das revoltas populares e da ocupação das ruas face ao projeto de precarização e austeridade, com especial foco no ensino superior público.

Fabio Barbosa dos Santos e Marcela Franzoni discutem o governo de López Obrador no México sob o prisma dos impasses e limites que a associação subordinada desse país com os Estados Unidos coloca. Segundo os autores, López Obrador não deverá modificar o padrão vigente de relações com os Estados Unidos, buscando benefícios por meio da implementação de uma agenda doméstica de centro-esquerda pautada pela tentativa de mitigar as mazelas sociais do país sem enfrentar suas causas estruturais. Assim, seu governo poderia ser visto como uma versão tardia do progressismo latino-americano, mesclando a expectativa de crescimento econômico com programas sociais redistributivos, sem questionar os fundamentos da modernização periférica mexicana.

Como se vê, a coletânea busca tecer os vínculos entre forças sociais e crises políticas, sob diversas óticas e com base em situações específicas. Grosso modo, destacam-se as preocupações com o potencial desagregador do neoliberalismo e seus vínculos com o autoritarismo, assim como o caráter recorrente das instabilidades democráticas – sintomaticamente expressas nos golpes desarmados que tomaram a história latino-americana recente.

De todo modo, sem perder de vista a encenação da história mundial, os autores oferecem um panorama significativo dos recentes desdobramentos do “dramático destino” latino-americano por meio do debate acerca de suas crises políticas. Esperamos que o dossiê contribua para a discussão e, em alguma medida, para a reflexão em torno de possíveis formas de superação das tragédias ininterruptas da América Latina.

O que a Ciência Política (não) tem a Dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano?

Gabriel Eduardo Vitullo¹
Fabricio Pereira da Silva²

Qual tem sido a reação da ciência política latino-americana, e especialmente da ciência política brasileira, diante dos processos de ruptura institucional de novo tipo sofridos por diversos países da região nesta última década? Ou, mais concretamente: como a disciplina vem se posicionando frente ao que aconteceu em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012, e no Brasil em 2016? Qual a centralidade que ocupa este tema na agenda de investigação dos cientistas políticos dos nossos países? Nestas páginas procuraremos responder a estas perguntas, a partir da análise dos textos publicados nas principais revistas da área, assim como do exame dos artigos apresentados nos Congressos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e nos Congressos da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP).

Partimos do pressuposto de que, diante de um fenômeno novo que põe em xeque a sobrevivência das democracias latino-americanas, a ciência política,

¹ Professor Associado no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui Graduação em Ciência Política (1994) e Graduação em Direito (1995), ambas pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA), Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1999) e Doutorado em Ciência Política por essa mesma universidade (UFRGS, 2005). Fez Pós-Doutorado na Universidad Complutense de Madrid (2014-2015). Contato: gvitullo@hotmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Estudos Políticos e Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Colíder do Centro de Análise de Instituições, Políticas e Reflexões da América, África e Ásia (CAIPORA), Grupo de Pesquisa sediado na UNIRIO. Professor da Maestría en Estudios Contemporáneos de América Latina da Universidad de la República (UdelaR) do Uruguai. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez o Mestrado em História Social pela UFRJ e o Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Fez Pós-Doutorado no *Instituto de Estudios Avanzados* da *Universidad de Santiago de Chile* (2019-2020). Contato: fabriciopereira31@gmail.com



sempre preocupada justamente com a questão democrática, deveria dar ao assunto o destaque que este merece, pondo-o, assim, no topo das suas preocupações acadêmicas e políticas. Algo que, todavia, pareceria não se verificar na prática: a nossa primeira impressão é que, de fato, a disciplina não tem prestado ao tema a importância que este exige. Fora eventos como os cursos sobre “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil” – que congregaram alguns valorosos cientistas políticos da área como organizadores ou ministrantes –, pareceriam ser poucos os colegas que se debruçam sobre o fenômeno do neogolpismo e publicam ou apresentam artigos sobre o tema. E, nas poucas ocasiões em que o assunto aparece, daria a impressão de que são minoria os que caracterizam os fatos acontecidos nos três países acima citados como “golpes” ou “neogolpes”. Estas, então, são as respostas provisórias às perguntas acima formuladas e que dão lugar à hipótese a ser testada no presente texto: a produção acadêmica sobre o assunto seria pouco expressiva em termos quantitativos, e em geral tímida na sua capacidade de análise e potencial de crítica.

O artigo se estrutura da seguinte forma. Na primeira parte apresentamos a metodologia utilizada para a seleção, coleta e análise dos dados empíricos. Na segunda parte discutimos conceitualmente o fenômeno do neogolpismo, apontando por que efetivamente são golpes, e de que natureza; adicionalmente oferecemos algumas reflexões pontuais sobre o caráter inercialmente conservador da ciência política hegemônica (que marca também sua produção latino-americana). Na terceira parte expomos sistematicamente os dados empíricos, de modo a testar a hipótese levantada. Por fim, na conclusão sistematizamos os resultados finais e propomos uma agenda de pesquisa para os colegas interessados em colocar os neogolpes no centro do debate da nossa disciplina.

Metodologia

A efeitos de explorar a pertinência ou não da nossa hipótese, realizamos uma análise bibliométrica do material publicado nas principais revistas de ciência política latino-americanas – com especial destaque para aquelas editadas no Brasil – e dos trabalhos apresentados nos Congressos da ABCP e da ALACIP sobre os processos de ruptura institucional sofridos por Honduras (2009), Paraguai

(2012) e Brasil (2016). O período do levantamento se estende por quase uma década: começa em julho de 2009, logo depois de ocorrido o neogolpe em Honduras, e se prolonga até o final de 2018. O universo pesquisado perfaz um total de 6.915 materiais publicados em 24 revistas selecionadas e 9.818 trabalhos programados nas sucessivas edições dos eventos citados.

As publicações brasileiras escolhidas para a análise foram: *Dados – Revista de Ciências Sociais* (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, IESP-UERJ), *Revista de Sociologia e Política* (Universidade Federal do Paraná, UFPR), *Opinião Pública* (Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, CESOP/Unicamp), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS), *Brazilian Political Science Review* (Associação Brasileira de Ciência Política, ABCP), *Novos Estudos CEBRAP* (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP), *Revista Brasileira de Ciência Política* (Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, IPOL-UnB) e *Revista de Ciências Sociais* (Universidade Federal do Ceará, UFC).

No caso das revistas editadas em outros países, as publicações analisadas foram: *América Latina Hoy* (Universidad de Salamanca, Espanha), *Revista de Ciencia Política* (Pontificia Universidad Católica de Chile), *Colombia Internacional* (Universidad de los Andes, Colômbia), *Latin American Research Review* (Latin American Studies Association, EUA), *Revista de la Sociedad Argentina de Análisis Político* (SAAP, Argentina), *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* (Universidad Autónoma de México), *Política y Gobierno* (Centro de Investigación y Docencia Económicas, México), *Cuadernos del CENDES* (Universidad Central de Venezuela), *Nueva Sociedad* (Fundación Friedrich Ebert, Argentina), *Paraguay desde las Ciencias Sociales* (Universidad de Buenos Aires, Argentina), *Novapolis – Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos* (Centro de Estudios y Educación Popular ‘Germinal’, Paraguai), *Análisis Político* (Universidad Nacional de Colombia), *Estudios Políticos* (Universidad Nacional Autónoma de México), *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales* (Universidad Autónoma de Asunción, Paraguai), *Revista Uruguay de Ciencia Política*

(*Universidad de la República*, Uruguai) e *Apuntes* (*Universidad del Pacífico*, Perú)³.

No que se refere à ABCP, contemplamos os 1.913 trabalhos incluídos na programação do Oitavo (Gramado, 2012), do Nono (Brasília, 2014), do Décimo (Belo Horizonte, 2016) e do Décimo-Primeiro (Curitiba, 2018) Encontros⁴. E no caso da ALACIP, consideramos os trabalhos programados para o Quinto (Buenos Aires, 2010), o Sexto (Quito, 2012), o Sétimo (Bogotá, 2013), o Oitavo (Lima, 2015) e o Nono (Montevideu, 2017) Congressos.

Para o processo de recuperação dos materiais que guardam relação direta ou indireta com os acontecimentos de Honduras, Paraguai ou Brasil, fizemos uso dos mecanismos de pesquisa avançada oferecidos pelo *Google* e o *Google Scholar*. No processo de identificação e seleção de ditos materiais nos servimos das seguintes expressões de busca: “golpe”, “coup”, “neogolpe”, “impeachment”, “impedimento”, “impedimiento”, “juicio político”, “juízo político”, “afastamento”, “deposição”, “deposición”, “derrocamiento”, “ruptura democrática”, “Zelaya”, “Lugo”, “Dilma”, “Rousseff”, “Honduras”, “Paraguai”, “Brasil”, “2009”, “2012”, “2016”, nas suas mais diversas combinações. Vale esclarecer que neste processo não restringimos a busca a um campo específico (títulos, resumos ou palavras-chave), senão que foi realizada sobre os textos na íntegra. Isto nos permitiu selecionar não somente os textos e trabalhos focados na análise dos fatos já mencionados acontecidos em Honduras, Paraguai e Brasil, mas também identificar aqueles materiais que, mesmo não tendo como alvo o exame desta temática, aludem, de algum modo, a eles.

Feita a recuperação e contabilização de todos esses materiais, procedemos à análise dos mesmos. Com o auxílio do programa *Doc Fetcher* e dos dispositivos de busca oferecidos pelo *Adobe Reader*, localizamos as expressões de pesquisa acima elencadas em cada um dos materiais para, ato contínuo, proceder à leitura da passagem onde tais expressões se faziam presentes. Quando necessário, e como complemento ao exame do contexto em que apareciam os termos assim

³ Mesmo não sendo editadas na América Latina, as revistas *América Latina Hoy* e *Latin American Research Review* também fazem parte da nossa seleção, dada a sua importância para o desenvolvimento da ciência política na região.

⁴ Infelizmente não foi possível ter acesso aos anais do Sétimo Congresso da ABCP, realizado em Recife, em 2010.

identificados, lemos fragmentos maiores, o resumo do artigo ou as suas palavras-chave e, em casos muito pontuais, o texto na íntegra. Isto nos possibilitou, na sequência, passar à etapa da classificação de todos esses materiais. de todos esses materiais. Esta classificação foi orientada pelo critério de maior ou menor aproximação ao tema que nos ocupa, por qual ou quais dos três países são contemplados em cada um dos materiais analisados e pelo tipo de terminologia utilizada para se referir ao que aconteceu nos três países: Golpe? Neogolpe? *Impeachment*? Juízo Político? Derrubada? Deposição? Queda? Ruptura Institucional? Quanto a este último caso, e a efeitos de melhor testar a nossa hipótese, optamos por agrupar tais rótulos no par dicotômico “Golpe vs *Impeachment*”.

Sobre Golpes e Neogolpes

Uma questão central, ao abordar o conceito de “Golpe de Estado”, diz respeito a sua historicidade. Como bem destaca Bianchi (2016), o conceito de golpe de Estado (*Coup d’État*) foi formulado por Gabriel Naudé em seu *Considérations politiques sur les coups d’État*, de 1639. Nessa obra, o golpe era entendido como uma ação do “príncipe”, justificada em nome da razão de Estado. Era um ato de força, em defesa do bem público, que se definia por seu caráter extraordinário e pelo elemento surpresa. O conceito, porém, só viria ganhar popularidade dois séculos mais tarde, na França do século XIX, quando Alexis de Tocqueville e Karl Marx desenvolveram suas análises críticas sobre o processo político protagonizado por Luís Napoleão, em 1851.

Mas a noção de golpe só assumiria as feições com as quais estávamos acostumados a associá-la no século XX, como fruto da interpretação das rupturas institucionais encabeçadas pela corporação militar, em especial na segunda metade do século. O destaque, neste caso, deve ser dado ao livro *Coup d’État: a practical handbook*, de Edward Luttwak, publicado em 1968 (Bianchi, 2016). Nesta obra o golpe se define como um ato realizado por setores do Estado que não integram o governo (burocracia, forças armadas, policiais) de modo a se autonomizar do poder eleito, e tem como elemento central o uso da força militar.

De acordo com Bianchi (2016),

o sujeito do golpe de estado moderno é (...) uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (s. p.).

Isso dá crédito a *Moreno Velador e Figueroa Ibarra* (2019, p. 152) quando afirmam que, “[...] em que pese o fato de que falar de Golpe de Estado implique fazer alusão ao Estado, a deposição levada a cabo é, na verdade, de um governo e não de um Estado”. Caberia então pensar o golpe como uma ruptura impulsionada desde o interior do próprio aparato estatal que, na maior parte dos casos, visa mudar a configuração governamental. O que nos leva a coincidir com Renato Perissinoto (2016, p. 2), quando sustenta que um golpe, portanto, “é essencialmente, a substituição de um governo por meio de procedimentos não previstos; um golpe de Estado é basicamente o rompimento das regras do jogo sucessório”.

No mesmo diapasão se expressa Carlos Barbé, no *Dicionário de política* organizado por Norberto Bobbio, Niccola Mateucci e Gianfranco Pasquino publicado originalmente em 1983. O autor observa que o nosso entendimento de golpe de Estado precisa se dar à luz do constitucionalismo moderno. Para ele, o golpe tem como momento central a substituição do governo em desacordo com as regras constitucionais, e se dá historicamente através de integrantes do Estado. Seu agente, portanto, não precisa estar necessariamente vinculado às forças armadas. Porém, se estas não são o agente principal (como eram na maioria dos casos), devem ao menos assumir uma atitude de “neutralidade-cumplicidade” (Barbé, 2010, p. 547).

É no sentido de um tipo de golpe que se diferencia particularmente dos “golpes militares” do século XX que tem optado pela expressão “neogolpismo” (Tokatlian, 2009, 2012; Huertas, Cáceres, 2014; Lemoine, 2014; Soler, 2015; Jinkings, Doria, Cleto, 2016; Perissinotto, 2016; Cannon, 2016; Reis, 2017; Miguel, 2018; Souza, 2018; entre outros) para tratar dos novos processos de

desestabilização e derrubada de governos legitimamente eleitos. Este novo tipo não tem a participação direta dos militares, e se processa através de interpretações distorcidas das instituições – particularmente do mecanismo do *impeachment* quando este é constitucionalmente previsto –, combinando estratégias institucionais com a mobilização de setores da sociedade civil através dos tradicionais e dos novos meios de comunicação. Tais características têm como intuito revestir de alguma legalidade e legitimidade estratégias não-eleitorais de chegada ao poder.

Não pretendemos analisar em profundidade os diversos conceitos de golpe, mas apenas ilustrar sua historicidade. Se o golpe se metamorfoseou e ao longo do tempo foi nomeando fenômenos distintos, por que essa transformação não poderia continuar ocorrendo? A ciência política latino-americana pareceria ter ficado aferrada a um tipo de golpe muito frequente durante boa parte do século XX no continente, porém deveria superar esse paradigma para, de tal modo, conseguir compreender e caracterizar melhor o que tem ocorrido nestes últimos anos em países como Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) ou, mais recentemente, em casos como o da Bolívia (2019).

Assim sendo, consideramos que caberia entender o “neogolpismo” como um tipo de golpe de Estado que preserva certas aparências legais e se processa preferencialmente por meio das instituições vigentes e do cumprimento de ritos formais – mesmo que estas possam, na sequência, eventualmente sofrer modificações, durante a etapa cinzenta que se abre a partir de então. Diferentemente dos golpes do século passado, tais formas mais processuais e mais sutis no uso concentrado da força tornam mais difícil sua condenação aberta pela comunidade internacional e até facilitam o reconhecimento dos governos resultantes da nova modalidade de golpe pelas potências estrangeiras que, por ação ou omissão, apoiaram tais rupturas. Quanto aos atores dos novos golpes, não são diferentes daqueles que preparavam e executavam os golpes “clássicos”, porém o peso específico e o lugar que ocupa cada um deles tendem a mudar.

O “novo golpismo” está encabeçado mais abertamente por civis e conta com o apoio tácito (passivo) ou a cumplicidade explícita (ativa) das Forças Armadas, pretende violar a constituição do Estado com uma violência menos ostensiva, procura preservar uma aparência institucional mínima (por exemplo, com o Congresso em funcionamento e/ou a Corte Suprema temporariamente intacta),

nem sempre envolve uma grande potência (por exemplo, Estados Unidos) e aspira mais a resolver um impasse social ou político potencialmente ruinoso que a fundar uma nova ordem (Tokatlian, 2009).

Nos “neogolpes”, então, se apresentam como atores principais os setores políticos conservadores, atuando através do Parlamento e do Judiciário (aparato de segurança incluído). Adicionalmente, são sustentados pelos poderes fácticos da burguesia local (agro/industrial/rentista, atualmente constituindo o mesmo ator hibridizado), setores religiosos e os grandes oligopólios de comunicação – com o (por enquanto) ainda difícil de comprovar, mas muito provável apoio de *think tanks* de direita internacionais e do governo dos EUA. Essas novas modalidades de golpe têm sido nomeadas de muitas maneiras: golpe “brando” ou “branco”, golpe “institucional”, golpe “parlamentar”... São termos que nem sempre definem muito mais além da sutileza com a qual estes processos são levados adiante. A caracterização de golpe “parlamentar”, por exemplo, pode que nem sempre seja correta, dado o papel de protagonista que cabe, também, ao Judiciário na posta em prática e reconhecimento de todo o processo.

Valeria insistir, portanto, na determinação dos novos elementos que traz o “neogolpismo” e que marcam suas diferenças com o padrão outrora tão frequente na região. Barbé (2010) menciona duas perguntas sobre o golpe: “quem o faz” e “como se faz”. À primeira pergunta, podemos responder que seguem sendo agentes do próprio Estado – o que é essencial ao conceito. A mudança que vem ocorrendo tem relação com a segunda pergunta. O “como se faz” é que está se transformando.

Talvez a insistência nas instituições e nos procedimentos guarde relação com a concepção da democracia predominante na nossa disciplina, na medida em que esta é definida, de forma bastante acrítica, como um mero conjunto de instituições e procedimentos já estabelecidos. Desse modo, preservados formalmente certos simulacros de instituições e procedimentos, não se poderia afirmar categoricamente que a democracia foi de todo abandonada. Portanto, a ideia de “golpe institucional” tem mais a ver com o “como se faz” do que com “quem faz” – os golpes sempre ocorreram através de agentes do próprio Estado (soberano, Forças Armadas, burocracia, parlamentares etc.), porém agora o *modus operandi* seria mais complexo e a princípio menos violento.



Em toda a América Latina, a ciência política institucionalizou-se tendo como principal referência a forma em que foi sendo construída e definida a disciplina nos círculos acadêmicos dos EUA, mantendo com estes uma forte relação de identidade – e eventualmente de dependência. Isto leva a entender, em grande medida, o porquê do predomínio de certas temáticas dentro da nossa área em detrimento de outras. E fundamentalmente explica também o porquê de certos enfoques serem predominantes, como acontece com a perspectiva institucionalista (ou neoinstitucionalista) (Souza, Valmore, 2016; Feres Jr., 2000).

Concretamente, vemos que a disciplina, no seu processo de institucionalização e autonomização, tem adotado como um dos seus principais temas de pesquisa a questão democrática e as instituições que foram sendo associadas a ela em sua vertente liberal (partidos, parlamentos, sistemas e processos eleitorais, relação entre os poderes, etc), com destaque para os processos de transição, consolidação e funcionamento deste regime. A forte relação da ciência política com a democracia levou a que esta fosse definida – seguindo o modelo construído nos EUA – como uma disciplina a serviço da “educação dos cidadãos para a democracia” (Farr, 1988 apud Feres Jr., 2000, p. 98). Esta interpretação foi reforçada pela leitura que se impôs da história da disciplina naquele país, que levou a sustentar a tese de que “A ciência política apareceu com o crescimento da democracia representativa. A conclusão lógica a ser tirada é que o desenvolvimento da ciência política, da maneira pela qual a entendemos, depende do futuro da democracia representativa” (Anckar, Berndtson, 1987 apud Feres Jr., *ibid.*, p. 99).

Entretanto, apesar da questão democrática ter se constituído em tema central para a disciplina, estranhamente – ou nem tanto – a ciência política tem dado pouco relevo aos processos de regressão ou involução autoritária que vêm sofrendo vários países do continente – em grande medida nem vem lendo-os dessa maneira. A “desconsolidação” dos regimes democráticos latino-americanos não parece suscitar um grau de interesse minimamente equiparável ao enorme interesse gerado anteriormente pela “consolidação” desses mesmos regimes entre

os “transitólogos” e “consolidólogos” – hoje “qualidólogos”⁵. Mais estranho pode parecer se considerarmos que o enfoque teórico-metodológico prevalescente, como destacamos, é o neoinstitucionalista, sendo que foi justamente através de algumas das consideradas instituições-chave dos regimes democráticos que foram efetivadas as rupturas que aqui chamamos de neogolpistas. A estranheza se dissipa, contudo, ao verificar o pouco diálogo que a ciência política estabelece com outras disciplinas do campo das Ciências Humanas e Sociais e a falta de importância do Estado como objeto de estudo. Consideramos a ciência política impregnada por uma crescente tendência à sofisticação metodológica, que não se traduz, na maioria dos casos, em avanços significativos para a disciplina, especialmente quanto à dimensão teórica. Desse modo, produz-se uma incapacidade de compreender os processos disruptivos, e de um modo geral de agregar, analisar e entender a dimensão do conflito. Esse formalismo excessivo se traduz numa ênfase na questão institucional, nas formas, sem conseguir entender as forças sócio-políticas em luta. Logo, isso deriva numa incapacidade tanto de prever quanto de explicar. Mesmo quando o próprio jogo é rompido, não se consegue observar nem muito menos entender o que ocorreu, e conseqüentemente nomear os fenômenos como o que eles são.

Em resumo, quando o neogolpismo se encontra com o caráter conservador e formalista da ciência política hegemônica, temos ou um incômodo silêncio ou uma envergonhada adesão, conforme procuraremos comprovar com os dados empíricos apresentados na próxima seção. Abordar esses golpes como o que efetivamente são exige de nós, politólogos, uma profunda reflexão (inclusive uma autocrítica) em torno das fundações sobre as quais vem se construindo a nossa disciplina, particularmente na América Latina, tão marcada pela influência estadunidense.

Um Panorama do (quase não) Debate da Ciência Política sobre os Neogolpes

Nesta terceira parte do artigo, passamos a examinar o material empírico. Como já mencionado, foi feito um levantamento em oito revistas de ciência

⁵ Para uma abordagem crítica sobre a “transitologia”, a consolidologia e a “qualidologia”, sugerimos consultar Vitullo (2001) e Pereira da Silva (2017).

política brasileiras e em dezesseis revistas estrangeiras da área, abrangendo um universo total de 225 números e 2.398 materiais publicados, no caso das primeiras, e um total de 401 números e 4.517 materiais, no caso das segundas, ao longo da última década (2009-2018)⁶). Somando os dados referentes às revistas brasileiras e às revistas publicadas no exterior, chegamos a um total geral de 626 números e 6.915 materiais publicados, de acordo com o que detalhamos a seguir (quadros 1 e 2):

Quadro 1: Revistas brasileiras (2009-2018)

Revista	Qualis*	Números publicados	Materiais publicados
Revista Dados	A1	38	295
Revista de Sociologia e Política	A1	36	373
Opinião Pública	A1	24	220
Revista Brasileira de Ciências Sociais	A2	28	423
<i>Brazilian Political Science Review</i>	A2	25	195
Novos Estudos CEBRAP	A2	29	333
Revista Brasileira de Ciência Política	B1	26	302
Revista de Ciências Sociais (UFC)	B3	19	257
Total		225	2.398

Fonte: Elaboração própria.

* Qualis do quadriênio 2013-2016.

Quadro 2: Revistas estrangeiras (2009-2018)

Revista	Qualis*	Números publicados	Materiais publicados
<i>América Latina Hoy</i> (Espanha)	A2	28	441
<i>Revista de Ciencia Política</i> (Chile)	A2	27	313
<i>Colombia Internacional</i> (Colômbia)	A2	27	232
<i>Latin American Research Review</i> (EUA)	A2	38	534
<i>Revista SAAP</i> (Argentina)	B1	18	225
<i>Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales</i> (México)	B1	28	377
<i>Política y Gobierno</i> (México)	B1	19	164
<i>Cuadernos del CENDES</i> (Venezuela)	B1	28	303
<i>Nueva Sociedad</i> (Venezuela)	B2	58	733
<i>Revista Paraguay desde las Ciencias</i> (Argentina)**	B3	9	55
<i>Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos / NOVAPOLIS</i>	B3	11	73
<i>Análisis Político</i> (Colômbia)	–	28	273
<i>Estudios Políticos</i> (México)	–	27	264
<i>Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales</i> (Paraguai)	–	19	169
<i>Revista Uruguaya de Ciencia Política</i> (Uruguai)	–	17	135

⁶ Não consideramos o que foi publicado no primeiro semestre de 2009, dado que o neogolpe em Honduras só ocorreu em junho daquele ano.

<i>Apuntes</i> (Peru)	–	19	226
Total		401	4.517

Fonte: Elaboração própria.

* *Qualis* do quadriênio 2013-2016.

** A revista começou a ser publicada em 2012, portanto o período contemplado, neste caso, foi 2012-2018.

Entre as revistas brasileiras, procuramos incluir as mais representativas dentro das melhor avaliadas no sistema *Qualis*: três que ostentam conceito A1, outras três com conceito A2 e uma com conceito B1. Fora estas, optamos também por incluir no nosso universo a Revista de Ciências Sociais (UFC), dado que foi a única revista brasileira que publicou vários textos sobre o tema (incluindo um *dossiê*), com uma perspectiva que destoa da perspectiva predominante. Já no caso das revistas publicadas no exterior, levamos em consideração o conceito *Qualis* e a necessidade de contemplarmos os países onde a disciplina está mais solidificada, dando espaço também na nossa análise a duas publicações que, mesmo sem serem editadas na América Latina, estão entre as mais prestigiosas dentre as que têm por foco a política da região.

Dentro desse vasto universo, procuramos identificar por um lado os textos que abordassem, de modo direto, os neogolpes sofridos por Honduras, Paraguai e Brasil, observando a forma em que fazem referência aos mesmos. E, por outro, buscamos detectar e quantificar aqueles materiais acadêmicos que, mesmo não tratando diretamente do tema, fizessem alguma alusão – destacada ou até marginal – a tais acontecimentos. Consequentemente, exibimos a seguir os principais resultados obtidos com este levantamento.

No caso dos encontros da ABCP e dos congressos da ALACIP, foram apresentados 1.913 e 7.905 trabalhos respectivamente, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 3: Encontros da Associação Brasileira de Ciência Política (2012-2018)

Edição	Ano	Trabalhos
VIII Encontro – Gramado	2012	510
IX Encontro – Brasília	2014	338
X Encontro – Belo Horizonte	2016	561
XI Encontro – Curitiba	2018	504
Total		1.913

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4: Congressos da Associação Latino-Americana de Ciência Política (2010-2017)

Edição	Ano	Trabalhos
V Congresso – Buenos Aires	2010	1.230
VI Congresso – Quito	2012	1.842
VII Congresso – Bogotá	2013	1.416
VIII – Congresso – Lima	2015	1.468
IX Congresso – Montevideú	2017	1.949
Total		7.905

Fonte: Elaboração própria.

O neogolpismo nas revistas de ciência política brasileiras

Dentro do período de nove anos e meio pesquisado, identificamos, nas oito revistas brasileiras selecionadas, 31 textos (26 artigos acadêmicos, 3 resenhas e 2 apresentações de *dossiê*) que abordam diretamente o tema que ocupa a nossa atenção. Isto dentro de um conjunto que chega a um total de 2.398 materiais, o qual representa, portanto, apenas 1,3% desse universo. Tal constitui, sem dúvidas, um índice baixíssimo para uma disciplina que tem o tema da democracia como seu principal objeto de estudo. E mesmo se restringirmos o universo em cada um dos três casos nacionais ao material publicado com posterioridade a cada um dos respectivos neogolpes, ainda assim os percentuais continuam sendo muito reduzidos: somente 0,3% dos 2.398 textos publicados em todo o período analisado abordam o caso de Honduras, 0,6% dos 1.622 textos publicados depois de junho de 2012 tratam do caso paraguaio e 5,2% dos 575 textos publicados depois de agosto de 2016 têm seu foco no caso brasileiro. Mas não é este apenas o único fato que chama a atenção. Há outras questões que também devem ser destacadas e que passamos a listar a seguir, a partir da leitura dos dados apresentados no quadro 5:

1. Há quase paridade entre o número de materiais que definem o que aconteceu nos três casos citados como “golpe” (16) e aqueles que se valem da expressão “impeachment” ou equivalentes (15), o que deixa em evidência a relutância de setores importantes da ciência política brasileira em utilizar



uma expressão mais condizente com o que realmente aconteceu nos três países examinados.

2. No que diz respeito à distribuição dos 31 materiais segundo o conceito *Qualis* atribuído às revistas onde estes foram publicados, se verifica um equilíbrio entre o número de ocorrências encontrado em revistas classificadas como A1 e A2 e o número de ocorrências em revistas classificadas como B1 e B3: 15 textos no primeiro caso, 16 no segundo. Com a ressalva, aqui, de que ao termos avaliado seis revistas que estão nos estratos mais altos do *Qualis* e apenas duas classificadas como B1 e B3, poderia se pensar que haveria uma maior abertura para publicação de artigos sobre essa temática em revistas tidas como de “menor relevância”.

3. Já no que se refere aos países citados nesses 31 materiais, vale destacar que 7 tratam do caso de Honduras, 9 do Paraguai e 29 se debruçam sobre o caso brasileiro, somando ao todo 45 ocorrências (em vários destes textos o foco está posto em mais de um dos três países aqui analisados, o que explica que a soma supere os 31 acima mencionados).

4. Ao examinar, para cada um dos três países, o tipo de caracterização ou termo escolhido para se referir aos fatos, se observa um claro predomínio da qualificação de “golpe” nos casos de Honduras e do Paraguai: em 5 dos textos o que aconteceu em Honduras em 2009 é definido como um “golpe” e apenas em 2 optou-se pela expressão “impeachment”; e em 6 textos os acontecimentos de 2012 que levaram à deposição de Fernando Lugo são caracterizados como um “golpe”, enquanto 3 usam a expressão “impeachment”. Já no caso brasileiro, em que pese a utilização da expressão “golpe” também ser majoritária, as proporções mudam de modo bastante significativo: em 16 textos os fatos que levaram à derrubada da presidenta legitimamente eleita são definidos como “golpe” e em 13 como “impeachment”.

5. É possível constatar que nas três revistas analisadas com conceito A1 no *Qualis* (Dados, Revista de Sociologia e Política e Opinião Pública) há apenas 5 artigos dedicados a examinar o novo golpismo latino-americano e para o qual 4 utilizam o rótulo de “impeachment” e apenas um o de “golpe”. Já nas revistas com conceito *Qualis* A2 encontramos 13 artigos que tratam do

tema, sendo que nelas, contrariamente, há mais ocorrências da expressão “golpe” que “impeachment” (7 e 6, respectivamente).

6. No caso das revistas com conceito *Qualis* B1 e B3, encontramos proporções bastante diferentes, a ponto de serem contabilizados apenas 6 textos em que os episódios de 2016 são definidos como “impeachment” e 10 como “golpe”. Neste quesito, ainda, vale salientar que não fosse a Revista de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará (*Qualis* B3), o número cairia sensivelmente: dos 31 textos que abordam o tema do neogolpe no Brasil, 15 foram publicados nessa revista.

7. Os 16 materiais sobre a temática que nos ocupa publicados nas revistas A1, A2 e B1 (a Revista Dados/*Qualis* A1, Revista Brasileira de Ciências Sociais/*Qualis* A2, a *Brazilian Political Science Review*/*Qualis* A2, a Novos Estudos CEBRAP/*Qualis* A2 e a Revista Brasileira de Ciência Política/*Qualis* B1) constituem apenas 1,0% dos 1.548 materiais veiculados nas cinco revistas ou, o que é ainda mais preocupante, representam um insignificante 0,7% se considerarmos o conjunto de materiais publicados na década em todos os periódicos sob análise, com exceção da revista da UFC. Como foi dito, incluímos esta revista com o intuito de apresentar um contraponto aos periódicos melhor avaliados. Excluindo-a da análise, chegamos a um quadro mais fiel (e alarmante) da situação em que se encontra a produção na área.

Quadro 5 – Revistas brasileiras (2009-2018) / Textos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
Revista Dados	-	-	-	-	-	-	-	1 100,0 %	1 100,0%	-	1 100,0 %	1 100,0 %
Revista de Sociologia e Política	-	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%	-	-	-	-	2 100,0 %	2 100,0 %
Opinião Pública	-	-	-	-	1 100,0%	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 50%	1 50%	2 100,0 %

Revista Brasileira de Ciências Sociais	–	–	–	–	–	–	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%
<i>Brazilian Political Science Review</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	3 100,0%	–	3 100,0%
Novos Estudos CEBRAP	–	–	–	–	–	–	3 42,9%	4 57,1%	7 100,0%	3 42,9%	4 57,1%	7 100,0%
Revista Brasileira de Ciência Política	–	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%
Revista de Ciências Sociais UFC	4 80,0%	1 20%	5 100,0%	5 83,3%	1 16,7%	6 100,0%	10 66,7%	5 33,3%	15 100,0%	19 73,1%	7 26,9%	26 100,0%
Total	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	6 66,7%	3 33,3%	9 100,0%	16 55,2%	13 44,8%	29 100,0%	27 60,0%	18 40,0%	45 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 31, porém a soma alcança os 45 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Quando a atenção é posta nas referências feitas aos fatos acontecidos nos três países acima citados, seja em textos que abordam diretamente a temática, seja em textos que tratam de outros assuntos mas que fazem alguma alusão – mesmo que marginal – a tais acontecimentos, resulta importante, à luz dos dados apresentados no quadro 6, fazer as seguintes considerações :

1. Ao contemplar não apenas os materiais focados na análise do que aconteceu em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), mas também aqueles que mesmo tratando de outros temas fazem alguma referência a tais casos, se chega a um total de 64 menções (equivalente a 4,1% de todo o material examinado)⁷. Destas, 23 definem tais acontecimentos como “golpe”, enquanto uma quantidade bastante mais elevada, somando um total de 41 ocorrências, faz uso da expressão “impeachment”.

⁷ Se refizermos o cálculo para cada país, tomando em consideração somente o período posterior ao respectivo neogolpe, temos que para o casos de Honduras e Paraguai os textos publicados representam apenas 0,4% e 0,6% dos seus respectivos intervalos temporais. Já no caso do Brasil, a proporção sobe aos 10,4% dos 575 materiais publicados a partir do segundo semestre de 2016, o que, mesmo sendo um percentual bastante mais elevado que para os outros dois países, continua constituindo uma mais do que tímida proporção.

2. Quando desagregamos esse total e concentramos o foco apenas nos materiais acadêmicos cujo tema principal não é o do neogolpismo, logo chama a atenção o predomínio da expressão “impeachment”, em detrimento da expressão “golpe: 7 ocorrências para “golpe” e 26 ocorrências para “impeachment”, em uma proporção de quase 4 por 1. O que permitiria concluir que em textos que não guardam relação direta com o tema específico a tendência é a de aderir acriticamente ao discurso legitimador produzido pelos próprios governos fruto dos neogolpes.

3. Tal predomínio no uso da expressão “impeachment” se verifica nos diferentes estratos *Qualis* das publicações analisadas: nas revistas A1 há uma nítida maioria que usa a expressão “impeachment” na hora de se referir a tais acontecimentos, em proporção de 15 contra 2, nas revistas A2 a expressão “impeachment” ou equivalentes também é majoritária, em proporção de 8 x 4 e situação análoga se verifica na revista B1, onde a relação é de 3 “impeachment” x 1 “golpe”. A B3 aqui não é listada, pois não há artigos que façam qualquer menção indireta ou marginal ao tema do neogolpismo.

4. Ao desagregarmos ainda mais esta parte do universo sob análise e examinarmos as menções feitas a cada um dos três países, constatamos que o caso paraguaio apenas é citado em 1 material, Honduras mal aparece (com 2 textos que usam a expressão “golpe” e 1 a palavra “impeachment”), e o Brasil concentra quase toda a atenção. Sendo que, neste último caso, na grande maioria dos materiais que fazem alguma menção, mesmo que marginal, aos acontecimentos de 2016, seus autores optam pela expressão “impeachment” (25 ocorrências contra apenas 5 que qualificam tais acontecimentos como “golpe”), o qual evidencia, mais uma vez, a resistência que as correntes majoritárias da ciência política brasileira têm em reconhecer os acontecimentos de 2016 como o que eles foram: um golpe de Estado de novo tipo.

Quadro 6 – Revistas brasileiras (2009-2018) / Textos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		G + I
G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	

Revista Dados	-	-	-	-	-	-	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
Revista de Sociologia e Política	-	-	-	-	1 100,0%	1 100,0%	-	3 100,0%	3 100,0%	-	4 100,0%	4 100,0%
Opinião Pública	-	-	-	-	-	-	1 8,3%	11 91,7%	12 100,0%	1 8,3%	11 91,7%	12 100,0%
Revista Brasileira de Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-	-	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%
<i>Brazilian Political Science Review</i>	-	-	-	-	-	-	-	3 100,0%	3 100,0%	-	3 100,0%	3 100,0%
Novos Estudos CEBRAP	1 100,0%	-	1 100,0%	-	-	-	3 42,8%	4 57,1%	7 100,0%	4 50,0%	4 50,0%	8 100,0%
Revista Brasileira de Ciência Política	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	-	-	-	-	2 100,0%	2 100,0%	1 25,0%	3 75,0%	4 100,0%
Revista de Ciências Sociais UFC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%	5 16,7%	25 83,3%	30 100,0%	7 20,6%	27 79,4%	34 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 33, porém a soma alcança os 34 devido a que há um texto em que aparecem mencionados simultaneamente os casos do Paraguai e do Brasil.

O neogolpismo nas revistas de ciência política estrangeiras

No caso das outras dezesseis revistas selecionadas, encontramos ao todo 57 materiais que tratam diretamente do neogolpismo latino-americano (50 artigos e 7 resenhas), sobre um universo de 4.517 materiais publicados entre julho de 2009 e final de 2018, o que representa 1,2% para o acumulado dos três países ou 0,7% do publicado sobre cada um com posterioridade ao respectivo neogolpe (proporções, portanto, tão ou mais exíguas que as já vistas na análise das revistas brasileiras). A seguir, com base nos dados exibidos no quadro 7, serão destacados outros fatos relevantes:

1. Nos 57 materiais que abordam de modo direto o tema dos neogolpes na região, uma ampla maioria faz uso da expressão “golpe”, enquanto são minoria os que se valem da expressão “impeachment” e equivalentes (“juicio político” e “interrupções presidenciais”, entre outras): somam 44 os primeiros contra apenas 13 os segundos. Verifica-se, portanto, um contraste bastante importante com as revistas brasileiras: longe da paridade, há, no caso das revistas publicadas no exterior, um claro predomínio da caracterização de “golpe”, em uma proporção em que chega a 77,2% dos materiais analisados.

2. Dos três casos, foi o de Honduras o que maior atenção recebeu nas revistas publicadas no exterior, com 32 materiais (quase a metade) que fazem referência a ele, seguido pelo Paraguai, com 25, e o Brasil, com apenas 10, o qual contrasta fortemente com o as revistas brasileiras já analisadas. O fato do caso brasileiro ser mais recente pode que explique, em parte, o menor número de ocorrências.

3. Ao analisar de forma mais específica o tratamento dado a cada país, há uma diferença muito expressiva entre a caracterização que é feita sobre os casos de Honduras e Paraguai por um lado e o do Brasil, por outro. Dos 32 artigos que abordam o processo hondurenho, 29 se referem a ele como um “golpe” (90,6%) e dos 25 que tratam do caso paraguaio, 19 também o caracterizam desse modo (76,0%), já no caso brasileiro apenas 1 de 10 assim o consideram (pífios 10,0%). Pode que o fato de ter havido uma participação mais explícita dos militares seja o principal fator explicativo, no caso de Honduras, para ter optado majoritariamente pela caracterização de “golpe” para se referir aos acontecimentos de 2009. Porém esta não seria uma variável de peso na hora de entender a enorme diferença que há ao comparar os casos paraguaio e brasileiro: terá sido, então, a insólita velocidade com a qual se processou o afastamento de Fernando Lugo da presidência paraguaia o elemento explicativo que motivou o predomínio da expressão “golpe”, diferentemente do que aconteceu para o caso brasileiro?

4. Por último, ao focar na análise em cada uma das 16 revistas selecionadas, chama a atenção o fato de que mais da metade dos materiais que abordam o tema do neogolpismo latino-americano se concentrem em apenas duas revistas: a *Revista de Ciencia Política*, do Chile, com 12 artigos, e a revista

Nueva Sociedad, com 21 artigos. Em ambas, 100,0% dos textos que tratam dos casos hondurenho e paraguaio os caracterizam como “golpe”. O mesmo não acontece no caso brasileiro: na primeira revista citada, os 3 artigos que abordam a derrubada de Dilma Rousseff fazem uso da expressão “impeachment”, de forma análoga ao que acontece com 3 dos 4 textos que abordam o tema na revista *Nueva Sociedad*. Vale destacar, ainda, que fora a *Revista de Ciencia Política*, as outras 3 publicações conceituadas como A1 no *Qualis* mal dão atenção ao assunto: na *Latin American Research Review* (LAAR) apenas um dentre 534 artigos publicados no período trata diretamente do tema (no caso, sobre Honduras), na *América Latina Hoy* (revista que é a principal referência europeia de estudos latino-americanos) num universo de 441 textos publicados entre 2009 e 2018, apenas 2 tratam do caso hondurenho (definido como “golpe”) e 1 aborda o caso do Paraguai (tido como um caso de “impeachment”) e, no caso da revista *Colombia Internacional* há apenas 3 textos entre os 232 publicados no período que tratam o tema (todos sobre os acontecimentos de Honduras, de 2009, definidos como “golpe”).

Quadro 7 – Revistas estrangeiras (2009-2018) / Textos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
<i>América Latina Hoy</i>	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	–	–	2 50,0%	2 50,0%	4 100,0%
<i>Rev. de Ciencia Política</i>	4 100,0%	–	4 100,0%	5 100,0%	–	5 100,0%	–	3 100%	3 100%	9 75%	3 25%	12 100%
<i>Colombia Internacional</i>	3 100,0%	–	3 100,0%	–	–	–	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
<i>Latin American Research Review</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
<i>Revista SAAP</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	1 100,0%	1 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
<i>Rev. Mexica</i>	1	–	1	1	–	1	–	–	–	2	–	2

na de C. Políticas y Sociales	100,0%		100,0%	100,0%		100,0%				100,0%		100,0%
Política y Gobierno	-	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%	-	3 100,0%	3 100,0%
Cuadernos del CENDES	-	-	-	1 100,0%	-	1 100,0%	-	-	-	1 100,0%	-	1 100,0%
Nueva Sociedad	13 100,0%	-	13 100,0%	4 100,0%	-	4 100,0%	1 25,0%	3 75,0%	4 100,0%	18 85,7%	3 14,3%	21 100,0%
Rev. Paraguaya desde las C. Sociales*	-	1 100,0%	1 100,0%	5 55,5%	4 44,4%	9 100,0%	-	-	-	5 50,0%	5 50,0%	10 100,0%
Rev. Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos / NOVAPOLIS	-	-	-	3 100,0%	-	3 100,0%	-	-	-	3 100,0%	-	3 100,0%
Análisis Político	4 100,0%	-	4 100,0%					1 100,0%	1 100,0%	4 80,0%	1 20,0%	5 100,0%
Estudios Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rev. Internacional de Investigación en C. Sociales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rev. Uruguaya de Ciencia Política	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apuntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	29 90,6%	3 9,4%	32 100,0%	19 76,0%	6 24,0%	25 100,0%	1 10,0%	9 90,0%	10 100,0%	49 73,1%	18 26,9%	67 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

* No caso da *Revista Paraguaya desde las Ciencias Sociales* o período analisado começa em 2012, ano de início da revista.

Nota: O número de trabalhos é 57, porém a soma alcança os 67 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Para além da observação dos textos que abordam diretamente os fatos acontecidos nos três países citados, buscamos examinar também os textos que, mesmo tratando de outros assuntos, fazem algum tipo de referência a tais

acontecimentos. São 115 matérias que se enquadram nesta situação (equivalente a 2,5% dos 4.517 textos analisados)⁸, os quais, somados aos 57 já examinados, dão um total de 172 textos. Isto representa 3,8% do total de publicações naquelas dezesseis revistas, um resultado superior ao que apresentam as oito revistas brasileiras selecionadas (2,5%), mas ainda assim muito reduzido. Sobre este universo, ainda, cabem algumas considerações adicionais, tendo por base os dados apresentados no quadro 8:

1. Se considerarmos o conjunto de referências, observaremos que 123 tratam os fenômenos como “golpes” e 49 como “impeachment”, “juicio político”, “crise”, “interrupção presidencial”, etc, numa proporção de praticamente 3 por 1.
2. Focando em cada um dos três países, é possível constatar como, dentre os materiais que fazem alguma referência ao tema, mas que não o abordam de modo direto, o caso hondurenho é o mais mencionado, com 55 ocorrências, seguido do caso paraguaio, com 39, e o caso brasileiro, com 32 menções. Se verifica, então, uma menor desvantagem do caso brasileiro na comparação com aqueles artigos que tratam diretamente do tema.
3. Quanto à caracterização que é feita de cada um dos processos nos artigos publicados nas revistas estrangeiras, dentro do subconjunto ora analisado, mais uma vez o processo hondurenho é o mais tratado como “golpe” (52 das 55 menções ou 94,5%), seguido pelo caso paraguaio (27 de 39 ou 69,2%) e pelo brasileiro (9 de 32 ou meros 28,1%). Vale observar que quando se levam em conta as menções em trabalhos que não abordam diretamente a nossa temática, mesmo que continue minoritário, aumenta proporcionalmente o número de materiais em que o processo brasileiro é definido como um golpe: 28,1% nesses trabalhos contra apenas 10,0%, como já resenhado, no caso dos trabalhos que tratam diretamente do tema que nos ocupa.

⁸ Novamente se refizermos os cálculos levando em consideração apenas o período posterior a cada neogolpe, são estes os resultados: 1,2%, 1,1% e 2,1% dos trabalhos fazem alguma referência secundária ao tema para os casos de Honduras, Paraguai e Brasil respectivamente.

Quadro 8 – Revistas estrangeiras (2009-2018) / Textos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
<i>América Latina Hoy</i>	5 100,0%	–	5 100,0%	–	–	–	–	–	–	5 100,0%	–	5 100,0%
<i>Rev.de Ciencia Política</i>	6 100,0%	–	6 100,0%	3 100,0%	–	3 100,0%	–	2 100,0%	2 100%	9 81,8%	2 18,2%	11 100,0%
<i>Colombia Internacional</i>	–	–	–	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%	2 28,6%	5 71,4%	7 100%	3 30,0%	7 70,0%	10 100,0%
<i>Latin American Research Review</i>	7 100,0%	–	7 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	7 100,0%	7 100,0%	7 46,7%	8 53,3%	15 100,0%
<i>Rev.SAAP</i>	–	2 100,0%	2 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	–	–	–	1 25,0%	3 75,0%	4 100,0%
<i>Rev.Mexicana de C.Políticas y Sociales</i>	2 100,0%	–	2 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	–	–	–	3 75,0%	1 25,0%	4 100,0%
<i>Política y Gobierno Cuadernos del CENDES</i>	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2 100,0%	–	2 100,0%	–	–	–	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	3 75,0%	1 25,0%	4 100,0%
<i>Nueva Sociedad</i>	20 100,0%	–	20 100,0%	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	5 41,7%	7 58,3%	12 100,0%	30 76,9%	9 23,1%	39 100,0%
<i>Rev.Paraguay desde las C. Sociales*</i>	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
<i>Rev.Paraguay de Estudios Pol. Contemporáneos / NOVAPOLIS</i>	5 100,0%	–	5 100,0%	11 73,3%	4 26,7%	15 100,0%	1 100%	–	1 100,0%	17 80,9%	4 19,1%	21 100,0%
<i>Análisis Político</i>	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
<i>Estudios Políticos</i>	3 100,0%	–	3 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	4 100,0%	–	4 100,0%



<i>Rev. Internacional de Investigación en C.Sociales</i>	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
<i>Rev. Uruguaya de Ciencia Política</i>	–	–	–	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	2 100,0%	2 100,0%
<i>Apuntes</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
Total	52 94,5%	3 5,5%	55 100,0%	27 69,2%	12 30,8%	39 100,0%	9 28,1%	23 71,9%	32 100,0%	88 69,8%	38 30,2%	126 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

* No caso da *Revista Paraguay desde las Ciencias Sociales* o período analisado começa em 2012, ano de início da revista.

Nota: O número de trabalhos é 115, porém a soma alcança os 126 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

O neogolpismo nos Encontros da ABCP

Para além das revistas, também nos debruçamos sobre o material apresentado nos Encontros da ABCP e nos Congressos da ALACIP. Optamos por analisar estes dois eventos por serem disciplinares (atraindo basicamente cientistas políticos, de formação ou atuando atualmente na área), e por constituírem respectivamente os principais eventos nacional e regional na área em questão. No levantamento realizado sobre as últimas quatro edições do encontro da ABCP, identificamos um total de 11 trabalhos que abordam diretamente o nosso tema, representando 0,6 % dos 1.913 trabalhos programados. Além disso, temos 34 trabalhos que de modo indireto fazem alguma referência ao tema, o qual representa 1,8% do total. Assim, temos 45 trabalhos tratando do tema em algum nível, ou seja, 2,3% do total⁹. Esse número reduzido apresenta alguma alta em 2016 (Belo Horizonte, com 3,9% dos trabalhos) e em 2018 (Curitiba, com 3,0% dos trabalhos), em comparação a 2012

⁹ Como o primeiro congresso analisado foi o de 2012, portanto em data em que já tinham acontecido os neogolpes de Honduras e Paraguai, para ambos os países levamos em consideração o período completo. Já no caso brasileiro, podemos tomar apenas os dados dos dois últimos. E ao fazer isto verificaremos que o número de trabalhos que tratam diretamente da nossa temática representa apenas 0,8%, os que fazem alguma alusão indireta ao assunto alcançam os 2,7% e a soma de ambos percentuais totaliza um 3,5%. Todas proporções, mais uma vez, bastante exíguas.

(Gramado, com 1,0%) e a 2014 (Brasília, com 0,9%). Isso é evidentemente provocado pelo caso brasileiro. Mas não se pode afirmar a partir dos dados que essa alta configure uma tendência, na medida em que, se o número de trabalhos tratando diretamente do tema aumenta ligeiramente entre 2016 e 2018, os trabalhos que o mencionam indiretamente caem consideravelmente entre estes Encontros (e com isso o número total de trabalhos que de alguma forma fazem alusão ao tema).

Vejamos os dados dos trabalhos que tratam diretamente dos neogolpes, discriminando-os entre os que os tratam como “golpes” e os que os definem como “impeachments”.

Quadro 9 – ABCP (2012-2018) / Trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
2012	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
2014	1 100,0%	–	1 100,0%	2 100,0%	–	2 100,0%	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
2016	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	2 100,0%	–	2 100,0%	3 100,0%	–	3 100,0%
2018	1 100,0%	–	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%	2 40,0%	3 60,0%	5 100,0%
Total	4 100,0%	–	4 100,0%	2 66,6%	1 33,3%	3 100,0%	3 60,0%	2 40,0%	5 100,0%	9 75,0%	3 25,0%	12 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 11, porém a soma alcança os 12 devido a que em um deles aparecem mencionados dois países.

Primeiramente, chama a atenção que a produção sobre os neogolpes nos Encontros da ABCP seja bastante reduzida, quase inexistente – particularmente considerando o número de trabalhos que tratam do tema de forma direta, o que lamentavelmente facilita nossa análise. Há apenas 1 trabalho no Encontro de 2012, que aborda o caso hondurenho como um golpe. No Encontro de 2014, há 2 trabalhos sobre a temática, considerando as quedas de Zelaya e Lugo como “ruptura democrática” e “golpe de Estado parlamentar”. No Encontro de 2016, há

1 trabalho sobre Honduras e (apenas) 2 sobre o Brasil. Vale mencionar que o Encontro se deu em meio ao processo de construção do golpe contra Dilma Rousseff (entre seu afastamento temporário pela Câmara dos Deputados e o definitivo pelo Senado Federal)¹⁰. Finalmente, no Encontro de 2018 há um ligeiro aumento, para 5 trabalhos – quantidade que deveria ter sido significativamente maior se for considerada a definição do tema geral do evento como “O Brasil e sua crise”. Podemos constatar que dessa feita aparecem 3 trabalhos que tratam o tema como “impeachment” e apenas 2 que o qualificaram como golpe¹¹.

Levando em conta os dados de todos os anos, é curioso notar que não há um número consideravelmente superior de estudos apenas sobre o Brasil: 5 trabalhos tratam do caso brasileiro, 4 do hondurenho e 3 do paraguaio. O hondurenho é sempre tratado como golpe, o que é mais nuançado no caso brasileiro. De todo modo, nota-se que os poucos trabalhos dedicados diretamente ao tema o consideram majoritariamente como golpe. Pode-se sugerir que os poucos politólogos brasileiros que se dedicam a esse debate, a ponto de tomá-lo como um tema de pesquisa a ser tratado em seus trabalhos, o fazem movidos, precisamente, pela preocupação de entendê-los como rupturas. Os cientistas políticos que não tratam diretamente do tema tendem a lançar mão genericamente da ideia do “impeachment”, um conceito que alguns poderiam a priori e equivocadamente considerar como “mais neutro”.

Tomando os países separadamente, os poucos trabalhos que analisam os casos hondurenho e paraguaio tendem a considerá-los golpes. Porém, quando se trata do Brasil a visão é diferente, pois esse processo tende a ser majoritariamente tratado como “crise”, “impeachment” ou “interrupção de mandato presidencial”. São muito poucos os que debatem mais claramente a “crise da democracia” e a “pós-democracia” no Brasil. Isso fica mais nítido ao considerarmos os dados de trabalhos que mencionam indiretamente o tema.

¹⁰ O tema foi discutido apenas em uma mesa-redonda nesse Encontro da ABCP (“A Ciência Política e a Crise Brasileira”), sendo tratado como golpe por apenas um dos participantes, Luis Felipe Miguel. Não por acaso, o idealizador do primeiro curso sobre “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, na UnB (Miguel, 2018).

¹¹ Nesse ano ocorreram 9 eventos especiais que trataram do caso brasileiro (3 deles numa perspectiva comparada regional). Esses eventos o apresentaram de forma genérica (portanto fraca) como uma “crise” política, institucional ou constitucional.

Quadro 10 – ABCP (2012-2018) / Trabalhos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I
2012	–	1	1	–	3	3	–	–	–	–	4	4
		100,0%	100,0%		100,0%	100,0%					100,0%	100,0%
2014	–	–	–	1	–	1	–	–	–	1	–	1
				100,0%		100,0%				100,0%		100,0%
2016	1	–	1	1	1	2	4	13	17	6	14	20
	100,0%		100,0%	50,0%	50,0%	100,0%	23,5%	76,5%	100,0%	30,0%	70,0%	100,0%
2018	–	–	–	–	–	–	2	8	10	2	8	10
							20,0%	80,0%	100,0%	20,0%	80,0%	100,0%
Total	1	1	2	2	4	6	6	21	27	9	26	35
	50,0%	50,0%	100,0%	33,3%	66,7%	100,0%	22,2%	77,8%	100,0%	25,7%	74,3%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 34, porém a soma alcança os 35 devido a que em um dos textos aparecem mencionados dois países.

Pode-se confirmar a partir desse quadro que os trabalhos que não tratam diretamente do tema o apresentam genericamente como “impeachments”. Nesse caso, mesmo para a derrubada de Zelaya e de Lugo, há mais menções no campo do impeachment que do golpe. Mas é para o caso brasileiro que essa tendência é realmente marcante: enquanto 6 trabalhos o mencionam no campo do golpe, 21 o fazem com referência a impeachment ou assemelhados. Nota-se também uma queda nas menções em 2018. Os casos hondurenho e paraguaio desaparecem, e ocorre uma redução considerável do brasileiro. Ao que parece, as rupturas hondurenha e paraguaia tendem a se esvaecer das análises dos cientistas políticos brasileiros, e mesmo o caso brasileiro teve sua atenção consideravelmente reduzida entre 2016 e 2018. Se essa tendência se mantiver, possivelmente teremos em 2020 ainda alguns trabalhos tratando do tema, mas com uma redução ainda mais significativa dos que o mencionam indiretamente (até mesmo para evitar o debate em torno da natureza de processos como o brasileiro).

De um modo geral, salta aos olhos então o desinteresse dos cientistas políticos brasileiros frequentadores da ABCP em relação aos neogolpes. Pode-se afirmar que o tema entra de algum modo no radar dos politólogos brasileiros a partir da crise em seu próprio país – o que indica o interesse reduzido por temas

latino-americanos. A preocupação (quando esta existe) é com a “crise brasileira”, que não chegou ainda a ser cabalmente diagnosticada, se tomamos em conta a participação dos politólogos brasileiros na ABCP.

O neogolpismo nos Congressos da ALACIP

No levantamento feito sobre as últimas cinco edições do Congresso da ALACIP (2010, 2012, 2013, 2015 e 2017), identificamos um total de 76 trabalhos que abordam diretamente o tema que nos ocupa, representando 1,0% dos 7.905 trabalhos programados¹². A distribuição, todavia, é bastante irregular, pois a maioria deles se concentra numa única edição, a de 2017, realizada em Montevidéu. Nessa ocasião, houve 58 trabalhos que trataram do neogolpismo latino-americano (equivalente a 3,0% dos 1.949 trabalhos previstos na ocasião). Já os 18 restantes se distribuíram da seguinte forma: 6 no Congresso de 2010 (Buenos Aires), apenas 1 no Congresso de 2012 (Quito), 8 na edição de 2013 (Bogotá) e 3 no Congresso de 2015 (Lima), o qual, em termos percentuais, significou respectivamente 0,5%, menos de 0,1%, 0,6% e 0,2% dos trabalhos programados em cada edição do evento.

Quanto aos países que são objeto de tais trabalhos, por óbvio no Congresso de Buenos Aires, de 2010, Honduras é o único que aparece (com cinco trabalhos que qualificam os sucessos de 2009 como um “golpe de Estado” e um que não adere a esta caracterização). No Congresso seguinte, realizado em Quito, em 2012, também se faz presente apenas Honduras entre os trabalhos dedicados à nossa temática, pois o golpe no Paraguai tinha acontecido no mês anterior à realização do Congresso, quando as datas para o envio dos trabalhos completos já tinham se encerrado. No caso, houve apenas 1 trabalho que tratou do assunto e que definiu a derrubada de Zelaya como um “golpe”. O leque se amplia em 2013, no Congresso que teve lugar em Bogotá. Na oportunidade, 1 trabalho focou sua atenção só em Honduras, 3 em Honduras e Paraguai e 4 só no

¹² Se formos delimitar por período específico para cada um dos três países, verificaremos que no caso de Honduras os 19 trabalhos que abordam o neogolpe de 2009 representam ínfimos 0,2% dos 7.905 que somam as cinco edições da ALACIP selecionadas. Não muito distantes dos 0,4% que representam os 25 trabalhos que abordam o caso paraguaio, sobre um total de 6.675 trabalhos incluídos na programação da edição de 2012 e subsequentes. Já no caso do neogolpe brasileiro, os 50 textos que abordam o assunto representam 2,6% dos trabalhos programados para a edição da ALACIP do ano de 2017.

Paraguai. Nesse conjunto de 8 trabalhos, predomina a caracterização de “golpe” em ambos os casos: 3 versus 1 para Honduras e 5 versus 2 para o Paraguai. Na edição que seguiu na sequência, a de 2015, realizada em Lima, voltou a ser apenas Honduras o país contemplado, por 3 trabalhos, todos os quais definiram os acontecimentos de 2009 como um “golpe”.

Parágrafo à parte merece o Congresso de Montevidéu, de 2017, dado o aumento expressivo de trabalhos com foco posto no assunto que aqui estamos analisando. Das 58 propostas incluídas na programação que abordam o tema, encontramos 5 que tratam de Honduras, 16 de Paraguai, 50 do caso brasileiro e 2 da América Latina, de forma genérica (a soma supera o número de trabalhos acima citado, pois vários são os que abordam mais de um país). Interessante notar que o significativo aumento de textos focados neste fenômeno que põe em questão a democracia no continente se deve, em grande parte, ao caso brasileiro: 86,2% dos 58 trabalhos incluem a derrubada da presidenta Dilma Rousseff como alvo de análise. Há, porém, um outro fato que também chama a atenção: em 100,0% dos trabalhos que abordam o caso hondurenho a palavra utilizada para definir o que aconteceu no país é “golpe”. O que contrasta com o caso paraguaio, onde esta proporção cai para 62,5%, e ainda mais com o caso brasileiro, para o qual vemos que apenas 40,0% dos 50 trabalhos que incluem os acontecimentos de 2016 na sua análise optam pelo qualificativo de “golpe”.

Quadro 11 – ALACIP (2010-2017) / Trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I
2010	5 83,3%	1 16,2%	6 100,0%	–	–	–	–	–	–	5 83,3%	1 16,2%	6 100,0%
2012	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
2013	3 75,0%	1 25,0%	4 100,0%	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	–	–	–	8 72,7%	3 27,3%	11 100,0%
2015	3 100,0%	–	3 100,0%	2 100,0%	–	2 100,0%	–	–	–	5 100,0%	–	5 100,0%
2017	5 100,0%	–	5 100,0%	10 62,5%	6 37,5%	16 100,0%	20 40,0%	30 60,0%	50 100,0%	37* 52,1%	36 47,9%	73 100,0%

Total	17	2	19	17	8	25	20	30	50	56*	40	96*
	89,5%	10,5%	100,0%	68,0%	32,0%	100,0%	40,0%	60,0%	100,0%	58,3%	41,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

* Inclui 2 ocorrências para América Latina.

Nota: O número de trabalhos é 76, porém a soma alcança os 96 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Como dito acima, para além da análise dos trabalhos destinados diretamente ao exame das novas formas que assume o golpismo no continente, também fizemos um levantamento das menções que este fenômeno mereceu em textos que não abordavam o tema de forma direta. Foi assim que identificamos, no conjunto dos 7.905 trabalhos programados nas cinco edições do Congresso da ALACIP, 132 trabalhos que faziam algum tipo de referência ao assunto. Somando-os aos 76 já analisados, chegamos a um total de 208 textos que têm como foco os acontecimentos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) ou, mesmo não tendo tal foco, fazem alguma alusão a este tema (o que equivale a 2,6% de tal universo)¹³.

De forma análoga ao que aconteceu com os trabalhos enfocados nos fatos ocorridos nos países citados, nesses que tinham outro tema principal, também a distribuição nas sucessivas edições é bastante irregular. Concretamente, observamos que as menções aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) nesses trabalhos que tratam de outros temas, que não o do neogolpismo, somam 11 no Congresso de Buenos Aires, 3 em cada um dos Congressos de Quito, Bogotá e Lima e 112 no Congresso realizado em Montevideú.

Numa análise desagregada desses trabalhos cuja temática não é a do neogolpismo, outra vez verificamos que em 2010 e 2012 o único país mencionado é Honduras, caracterizando a remoção de Zelaya, na maioria dos casos, como um “golpe”: 7 dos 11 trabalhos de 2010 e os 3 de 2012 assim o definem. Na edição seguinte, a de Bogotá, em 2013, só aparecem referências indiretas ao caso paraguaio: 2 consideram que a remoção de Fernando Lugo

¹³ Ao delimitar o universo de análise para cada um dos três países em função do período pós-neogolpe correspondente, temos que os 22 trabalhos sobre Honduras representam 0,3% do universo total, os 24 trabalhos sobre o Paraguai representam 0,4% dos trabalhos apresentados nos congressos de 2012, 2013, 2015 e 2017 e os 104 que abordam o caso brasileiro configuram 5,3% de todos os trabalhos programados para o congresso de 2017, realizado em Montevideú.

tratou-se de um “golpe” e 1 de “impeachment”. Já no Congresso de 2015, realizado em Lima, os dois países, Honduras e Paraguai, recebem alguma alusão: 1 trabalho faz referência ao “golpe” em Honduras e 2 mencionam o caso paraguaio (um como “golpe” e o outro como “impeachment”).

Novamente abordamos em separado o Congresso de 2017, de Montevidéu, pelo número significativamente maior de propostas que identificamos. Como já antecipado, há 112 trabalhos que, mesmo não abordando diretamente o tema das novas modalidades de golpe na América Latina, fazem alguma referência aos casos de Honduras, Paraguai e/ou Brasil. Chama a atenção, aqui, que a grande maioria se refira a estes sucessos com o qualificativo de “impeachment” ou equivalentes: 82 desses trabalhos assim os definem (73,2%), enquanto apenas 30 optam por qualificá-los como “golpe” (26,8%). Ao discriminar por países, constatamos que o que desequilibra majoritariamente a balança é o caso brasileiro: dos 7 trabalhos que fazem referência à remoção de Zelaya, 6 o qualificam como “golpe” (85,7%), e dos 19 dos que mencionam a remoção de Lugo 11 também optam por este rótulo (57,9%). Já quando se faz referência à remoção de Dilma Rousseff, apenas 25 dos 104 trabalhos definem o que aconteceu como um “golpe” (escassos 24,0%) – mesma tendência observada nos Encontros da ABCP.

Quadro 12 – ALACIP (2010-2017) / Trabalhos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
2010	7 63,6%	4 36,4%	11 100,0%	–	–	–	–	–	–	7 63,6%	4 36,4%	11 100,0%
2012	3 100,0%	–	3 100,0%	–	–	–	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
2013	–	–	–	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	–	–	–	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%
2015	1 100,0%	–	1 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 50,0%	–	–	–	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%

2017	6 85,7%	1 14,3%	7 100,0%	11 57,9%	8 42,1%	19 100,0 %	25 24,0%	79 76,0%	104 100,0%	42 32,3%	88 67,7%	130 100,0 %
Total	17 77,3%	5 22,7%	22 100,0%	14 58,3%	10 41,7%	24 100,0 %	25 24,0%	79 76,0%	104 100,0%	55 36,7%	95 63,3%	150 100,0 %

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 132, porém a soma alcança os 150 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Conclusão

Para concluir a nossa análise, vamos agregar os dados apresentados separadamente até aqui. Primeiro, vejamos os trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras, Paraguai e Brasil.

Quadro 13 – Trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e tipo de produção.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
Revistas brasileiras	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	6 66,7%	3 33,3%	9 100,0%	16 55,2%	13 44,8%	29 100,0%	27 60,0%	18 40,0%	45 100%
Revistas estrangeiras	29 90,6%	3 9,4%	32 100,0%	19 76,0%	6 24,0%	25 100,0%	1 10,0%	9 90,0%	10 100,0%	49 73,1%	18 26,9%	67 100%
ABCP	4 100,0 %	—	4 100,0%	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	3 60,0%	2 40,0%	5 100,0%	9 75,0%	3 25,0%	12 100%
ALACIP	17 89,5%	2 10,5	19 100,0%	17 68,0%	8 32,0%	25 100,0%	20 40,0%	30 60,0%	50 100,0%	56 58,3%	40 41,7%	96 100%
Total	55 88,7%	7 11,3%	62 100,0%	44 71,0%	18 29,0%	62 100,0%	40 42,5%	54 57,5%	94 100,0%	141 64,1%	79 35,9%	220 100%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 175, porém a soma alcança os 220 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

A partir desse quadro, podemos notar que o caso hondurenho é tratado quase unanimemente como golpe (88,7%), seguido pelo Paraguai (71,0%). Já o caso brasileiro é tratado majoritariamente como impeachment (57,5%). Os casos

hondurenho e paraguaio são interpretados majoritariamente como golpes em todos os tipos de produção, com poucas variações entre cada uma. Já no caso brasileiro, a opção pela caracterização de golpe predomina nas revistas brasileiras e nos Encontros da ABCP, enquanto o rótulo de impeachment aparece como majoritário nas revistas estrangeiras e – mesmo que em menor medida – nos Congressos da ALACIP. Isto nos permitiria afirmar que dentro do pequeno conjunto de colegas do Brasil que têm dado atenção ao tema, haveria uma percepção mais clara sobre o caráter golpista dos acontecimentos de 2016, quando comparada com a leitura que dos mesmos fatos fazem os participantes da ALACIP e os colegas que publicam em revistas do exterior.

Tomando os dados de forma mais agregada, a avaliação predominante é de considerar os casos de neogolpes enquanto tais, em todos os tipos de produção. Desse modo, ao menos entre os que se propõem a escrever diretamente sobre o tema, a percepção é de haver neogolpismo – e é com a motivação de compreendê-lo e eventualmente denunciá-lo que esses trabalhos em geral são elaborados. Vejamos agora como muda quando focamos nos trabalhos que mencionam os neogolpes sem ter esta como a temática central.

Quadro 14 – Trabalhos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e tipo de produção.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
Revistas brasileiras	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	5 16,7%	25 83,3%	30 100,0%	7 20,6%	27 79,4%	34 100,0%
Revistas estrangeiras	52 94,5%	3 5,5%	55 100,0%	27 69,2%	12 30,8%	39 100,0%	9 28,1%	23 71,9%	32 100,0%	88 69,8%	38 30,2%	126 100,0%
ABCP	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	2 33,3%	4 66,7%	6 100,0%	6 22,2%	21 77,8%	27 100,0%	9 25,7%	26 74,3%	35 100,0%
ALACIP	17 77,3%	5 22,3%	22 100,0%	14 58,3%	10 41,7%	24 100,0%	25 24,0%	79 76,0%	104 100,0%	56 37,3%	94 62,7%	150 100,0%
Total	72 87,8%	10 12,2%	82 100,0%	43 61,4%	27 38,6%	70 100,0%	45 23,3%	148 76,7%	193 100,0%	160 46,4%	185 53,6%	345 100,0%

			%			%			%			%
--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 259, porém a soma alcança os 345 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Vemos nesse caso que a percepção dos neogolpes enquanto tais cai consideravelmente. Isso indica provavelmente que, excluídos os politólogos que se dedicam a estudar esses casos específicos e a temática geral que nos interessa, a tendência prevalecente é considerar que se tratou de processos de impeachment (53,6% do total). Essa categoria prevalece de forma contundente nas revistas brasileiras (79,4%), nos Encontros da ABCP (74,3%) e nos Congressos da ALACIP (62,7%). As proporções se invertem apenas no caso das revistas estrangeiras, onde apenas 30,2% dos textos que fazem alguma menção aos acontecimentos de Honduras, Paraguai e/o Brasil os qualificam como processos de “impeachment”, enquanto 69,8% se valem da expressão “golpe”. O que realmente é determinante para esse resultado é o caso brasileiro: este aparece majoritariamente como impeachment em todos os tipos de produção (o que não ocorre com a caracterização do que aconteceu nos outros dois países). Nesse caso, mesmo entre os brasileiros, a percepção sobre a ocorrência de um neogolpe em seu país muda.

O que se extrai de mais relevante da observação dos quadros 13 e 14 é que, enquanto a produção que trata diretamente do tema o classifica majoritariamente como neogolpe, isso não ocorre no maior número de produções que apenas o mencionam. Assim, pode-se sugerir que esta amostra do quadro 14 se aproxima mais da percepção média dos politólogos da região, enquanto os mais preocupados em estudar essas rupturas e nossa temática estão por sua vez pautados por uma visão mais crítica e problematizadora da democracia liberal e particularmente da situação que vêm enfrentando os regimes sócio-políticos da região.

Pode-se constatar que o caso brasileiro é o mais difícil de classificar como neogolpe para os colegas da região, o que possivelmente é motivado pela maior preocupação com os ritos formais em comparação com os outros casos. E talvez porque seja mais difícil para os politólogos brasileiros (evidentemente um número

considerável dos que mencionam o referido processo), classificar seu próprio país como um exemplo de ruptura, e comparativamente mais fácil fazê-lo em relação a outros países (nas raras vezes em que estes entram em seu radar). Assim, pode-se notar adicionalmente que os autores brasileiros (que são, logicamente, a grande maioria nas revistas brasileiras e nos encontros da ABCP) pouco produziram sobre (ou ao menos mencionaram) Honduras e Paraguai. Pode-se sugerir, a partir dessa constatação, que haveria um desinteresse na ciência política brasileira em relação à região da qual fazemos parte.

Adicionalmente, pode ser observada, ainda que levemente, uma maior produção ou um maior número de menções ao tema nos Congressos da ALACIP. Somando referências diretas e indiretas, temos 2,6% para a ALACIP e 2,3% para a ABCP. A diferença é ligeiramente maior comparando os trabalhos que abordam diretamente o tema: 1,0% na ALACIP contra 0,6% na ABCP. Se considerarmos essas diferenças relevantes, podemos sugerir que a ALACIP teria maior abertura (comparativamente à ABCP e às revistas) para a produção de estudantes e colegas oriundos de posições mais periféricas, bem como para a apresentação de textos em preparação e análises de conjuntura. Poderíamos aventar a partir disso que haveria mais produção sobre neogolpismo na ciência política regional (análises de conjuntura, trabalhos em eventos menores e coletâneas), que não chegou aos espaços mais *mainstream* da disciplina e particularmente às revistas. Se chegará ou não, não temos como saber, embora chame a atenção o fato de que transcorridos 10 anos do neogolpe em Honduras, 7 do neogolpe no Paraguai e 3 de concretizado o neogolpe no Brasil seja tão pouco o que tem sido publicado sobre o assunto em pauta.

De todo modo, a partir da análise de uma década de produção da ciência política – tanto a publicada nas principais revistas editadas na ou sobre a América Latina quanto os trabalhos apresentados nos eventos já citados –, e dado o significativo volume de material examinado neste artigo, constata-se a quase ausência da temática dos neogolpes – seja por falta de interesse ou pela falta do necessário arsenal teórico-analítico para tal, contribuindo assim para a sua invisibilização (Boron, 2010). Especificamente quanto ao caso brasileiro, nota-se uma dificuldade em classificá-lo como uma ruptura intitucional, produto de um

golpe. Como sugerimos, isso ocorre provavelmente pelo maior esforço em aparentar legalidade nesse processo, em comparação com os anteriores.

Outro elemento a ser observado é que a grande maioria das produções que abordam o tema em pauta enfocam empiricamente um dos casos de neogolpe. São muito poucas as que abordam comparativamente dois ou os três casos aqui citados. O que implica dizer que são raros os trabalhos que procuram discutir o fenômeno de forma mais teórico-conceitual. Pode-se sugerir que a ciência política se dedica geralmente à empiria e a estudos de casos (em maior medida nacionais). Assim, no tema de nosso interesse temos análises circunscritas a fenômenos nacionais, mas pouco debate no nosso universo de produções sobre o conceito de neogolpismo ou sobre a teoria democrática (eventualmente lançando mão dos casos empíricos para sustentar o debate teórico-conceitual). E foi a essa tendência que nos adequamos neste artigo, estruturando boa parte de nossa pesquisa empírica e consequente apresentação dos resultados a partir do trinômio de casos nacionais Honduras/Paraguai/Brasil, pois é sobre isso basicamente que tratam as produções aqui analisadas.

Mesmo tendo adotado metodologicamente a opção de buscar o tratamento desses casos nacionais a partir do momento da ruptura institucional, devemos observar que nos três casos a crise que derivou nos neogolpismos é bem anterior a esses desfechos. A instabilidade no caso hondurenho começou praticamente desde a reorientação política protagonizada por Zelaya, quando se aproximou do chavismo. Quanto ao caso paraguaio, deve-se observar que a estratégia do impeachment sem maiores justificativas foi lançada contra Lugo desde o início de seu mandato e que, quanto ao caso brasileiro, o processo se iniciou ao menos em 2014, com a contestação do resultado eleitoral pela oposição de direita. Esses indícios já poderiam ter sido considerados pelos politólogos como material para análise (e preocupação). Particularmente no Brasil, seguem-se desde então cinco anos de crise ininterrupta, que culminam com um processo eleitoral em outubro de 2018 marcado por graves irregularidades que põem em xeque a própria legitimidade do pleito, e com um novo governo que vem terminando de desmontar o que restou do regime democrático no país. Como dissemos, pode-se sugerir que o neogolpe brasileiro é menos entendido enquanto tal pela maior lentidão e cumprimento de ritos em comparação aos outros dois casos. Se for essa

a razão para seu tratamento diferenciado, isso só viria a reforçar nossa crítica à obsessão institucionalista e formalista da ciência política hegemônica, que secundariza ou diretamente ignora outras dimensões da vida política que vão além das questões formais e procedimentais.

Nossa pesquisa seguirá em duas direções. Primeiramente, reunindo mais literatura sobre o debate em torno do conceito de neogolpismo (procurando refiná-lo), bem como para a definição de quais casos podem efetivamente se enquadrar nessa categoria – o que exige a análise mais detida de cada evento potencialmente classificável como um neogolpe. Em segundo lugar, seguiremos com a análise do tratamento dado pela ciência política ao tema, levantando os trabalhos apresentados nos próximos Congressos de associações da área (ALACIP 2019 e ABCP 2020), bem como de livros e de cursos sobre o tema, de modo a continuarmos testando a nossa hipótese.

Para além disso, sugerimos uma agenda de pesquisa aos colegas interessados em colocar os neogolpes no centro do debate da ciência política. Cabe encontrar formas de medir e de comparar o espaço dedicado a essa reflexão nos diversos campos de conhecimento das humanidades – e não nos surpreenderíamos com a constatação de uma desvantagem da ciência política nessa comparação. É importante mapear de forma sistemática os conceitos utilizados até aqui para tratar desses fenômenos. A partir disso, deve-se buscar uma definição mais precisa do neogolpismo, potencialmente avançando para algum conceito mais satisfatório do que este de “neogolpes” que estamos preliminarmente adotando. Igualmente, deve-se discutir o que ocorre depois dessas rupturas, o que levará à reflexão em torno dos “Estados de exceção”, “regimes híbridos”, “desdemocratizações”, “pós-democracias”, “reoligarquizações”, etc. O que bem provavelmente impulsionará a necessidade mesma de um repensar de algumas das bases de nossa disciplina.

Referências bibliográficas

BARBÉ, Carlos. “Golpe de Estado”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.), *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 2010, v. 1.

BIANCHI, Álvaro. "O que é um golpe de Estado?" *Blog Junho*, 26 mar. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>.

BORON, Atilio. "Invisibilizando golpes de estado: lo que la teoría hegemónica en la ciencia política no quiere ver". *Rebelión*, 4/1/2010. <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=98071>

CANNON, Barry. *The Right in Latin America: Elite Power, Hegemony and the Struggle for the State*. Nova Iorque: Routledge, 2016.

FERES JR., João. "Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar". *Revista de Sociologia e Política*, 2000.

HUERTAS, Omar, CÁCERES, Victor. "Los golpes de Estado constitucionales en Latinoamérica: una amenaza emergente para el principio democrático". *Justicia Juris*, v. 10 n. 2, 2014, pp. 28-35.

JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim, CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEMOINE, Maurice. "La era de los golpes de estado suaves en América Latina". In: *Asociación Mémoire des Luttes*, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. "Golpe". Texto-resumo da primeira aula da disciplina "Tópicos especiais em Ciência Política 4: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", do curso de bacharelado em Ciência Política da Universidade de Brasília. 5/3/2018.

_____. "Brasil: ¿post-democracia o neo-dictadura?". *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea (RIHALC)*, n. 8, 2018.

MORENO VELADOR, Octavio H.; FIGUEROA IBARRA, Carlos A. Golpe y neogolpismo en América Latina. *Revista Debates*, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2019, p. 150-172.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. "A 'qualidade da democracia' como um problema: que qualidades as nossas democracias deveriam possuir?". *Teoria & Pesquisa*, v. 26, 2017, pp. 6-29.

PERISSINOTO, Renato. *Por que golpe?* 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe. Acesso em 15/3/2019.

REIS, Guilherme Simões. "O fim da era das democracias na América". *L(E)H, Breviário de Filosofia Pública*, n. 146, 2017.

SOLER, Lorena. "Golpes de Estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012)". *Cadernos PROLAM/USP*, v. 14, n. 26, 2015, pp. 77-89.

SOUZA, André Luiz Coelho Farias de (org.). "Dossiê 'Os significados das novas quedas presidenciais na América Latina: instabilidade dos governos ou dos regimes?". *Revista de Ciências Sociais* (UFC), v. 49, n. 1, 2018.

SOUZA, Nelson Rosário de; VALMORE, Fabiane Helene. "A autonomização da ciência política no Brasil a partir da percepção dos editores de sete periódicos nacionais". *10º Encontro da ABCP*, 2016.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. "El auge del neogolpismo". *La Nación*, 24 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>

_____. "Neogolpismo". Página/12, 13 de jul. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html>

VITULLO, Gabriel E. "Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica". *Revista de Sociologia e Política*, n.17, 2001, pp. 53-60.

O que a Ciência Política (não) tem a dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano?

Resumo

Qual tem sido a reação da ciência política latino-americana, e especialmente da ciência política brasileira, diante dos processos de ruptura institucional de novo tipo sofridos por diversos países da região nesta última década? Ou, mais concretamente: como a disciplina vem se posicionando frente ao que aconteceu em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012 e no Brasil em 2016? Qual a centralidade que ocupa este tema na agenda de investigação dos cientistas políticos dos nossos países? Procuramos responder a estas perguntas a partir da análise dos textos publicados nas principais revistas da área, assim como do exame dos artigos apresentados nos Congressos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e nos Congressos da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), buscando por termos selecionados que guardam relação com a temática dos neogolpes. Partimos do pressuposto de que, diante de um fenômeno novo que põe em xeque a sobrevivência das democracias latino-americanas, a ciência política, sempre preocupada justamente com a questão democrática, deveria dar ao assunto o destaque que este merece, pondo-o, assim, no topo das suas preocupações acadêmicas e políticas. O artigo confirma a hipótese da quase ausência do tema na produção da ciência política latino-americana.

Palavras-chave: Ciência Política; Neogolpismo; América Latina.

¿Qué Tiene para (no) decir la Ciencia Política sobre el Neogolpismo Latinoamericano?

Resumen

¿Cuál ha sido la reacción de la ciencia política latinoamericana, y especialmente de la ciencia política brasileña, frente a los procesos de ruptura institucional de nuevo tipo sufridos por varios países de la región en la última década? O más concretamente: ¿cómo la disciplina se ha posicionado frente a lo que sucedió en Honduras en 2009, en Paraguay en 2012 y en Brasil en 2016? ¿Cuál es la centralidad de este tema en la agenda de investigación de los politólogos de nuestros países? Apuntamos a responder a estas preguntas analizando los textos publicados en las principales revistas del área, así como examinando los artículos presentados en los Congresos de la Asociación Brasileña de Ciencia Política (ABCP) y los Congresos de la Asociación



Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), buscando términos seleccionados que tienen relación con el tema de los neogolpes. Partimos de la suposición de que, ante un nuevo fenómeno que pone en tela de juicio la supervivencia de las democracias latinoamericanas, la ciencia política, siempre preocupada precisamente por la cuestión democrática, debería dar al tema el protagonismo que merece, poniéndolo así en la cima de sus preocupaciones académicas y políticas. El artículo confirma la hipótesis de la cuasi ausencia del tema en la producción de la ciencia política latinoamericana.

Palabras clave: Ciencia Política; Neogolpismo-; América Latina.

What does the Political Science (not) have to say about the new forms of institutional breakthrough suffered in Latin America?

Abstract

What has been the reaction of Latin American Political Science, and especially of Brazilian Political Science, to the processes of institutional ruptures of a new type suffered by several countries in the region in the last decade? Or, more concretely: how has the discipline been positioning itself against what happened in Honduras in 2009, in Paraguay in 2012, and in Brazil in 2016? What is the centrality of this theme in the research agenda of the political scientists of our countries? We seek to answer these questions by analyzing the texts published in the main journals of the area, as well as examining the articles presented at the Congresses of the Brazilian Association of Political Science (ABCP) and the Congresses of the Latin American Association of Political Science (ALACIP), looking for selected terms that are related to the theme. We start from the assumption that, faced with a new phenomenon that calls into question the survival of Latin American democracies, Political Science, always concerned precisely with the democratic question, should give the subject the prominence it deserves, thus putting it at the top of their academic and political concerns. The article confirms the hypothesis that the theme is almost absent in the production of Latin American political science.

Keywords: Political Science; Neo-coups d'État; Latin America.



Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado

Daniilo Enrico Martuscelli¹*

“Eu jamais apoiei ou fiz empenho pelo golpe” (declaração de Michel Temer sobre o impeachment de Dilma, no Programa Roda Viva, em setembro de 2019)

Introdução

O debate travado nos meios políticos e acadêmicos sobre o processo de destituição de Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República está bem distante de chegar a um consenso. Muitas são as polêmicas envolvendo esse acontecimento político, especialmente as ligadas à sua caracterização como sendo ou não um golpe de Estado. Tais polêmicas podem ser sintoma da existência de divergências teóricas e políticas profundas, manifestadas aberta ou veladamente pelos diferentes analistas, e estarem relacionadas aos critérios definidores deste conceito e à sua aplicação para explicar o impedimento de Dilma Rousseff.

Nessa perspectiva, tornam-se incontornáveis alguns questionamentos: o que define um golpe de Estado como tal? Quais aspectos devem ser considerados para caracterizar a especificidade deste fenômeno? Os golpes de Estado estão fundamentalmente ligados aos conflitos institucionais ou aos conflitos de classes? Quais desses tipos de conflitos possuem primazia na análise deste fenômeno? Devem ser concebidos como golpes de Estado somente os processos políticos que

1 *Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atua como docente nos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais e Mestrado em Filosofia (Campus Chapecó/SC) e Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (Campus Erechim/RS) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Autor dos livros: *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil* (Ed. CRV, 2015) e *Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo* (Em Debate/UFSC, 2018). Correio eletrônico: daniiloenrico@gmail.com

envolvem o emprego da força pelo aparelho de Estado e resultam, conseqüentemente, na ruptura com o regime democrático vigente? Sob nenhuma hipótese, o uso do dispositivo constitucional do impeachment pode ser entendido como um meio empregado para deflagrar um golpe de Estado? É possível estabelecer alguma relação entre golpe de Estado, crise política e disputas pelo controle do processo decisório da política de Estado? À luz do conjunto desses problemas suscitados, é possível conceber a interrupção do mandato presidencial de Dilma como um golpe de Estado?

Para tratar dessas polêmicas questões que se fazem presentes na conjuntura atual nacional e internacional, dividiremos o artigo em quatro seções principais. Na primeira delas, discutiremos como, no calor dos acontecimentos, o conceito de golpe de Estado foi omitido, rechaçado ou utilizado por determinados agentes políticos para caracterizar a deposição de Dilma Rousseff. Nas duas seções seguintes, adotaremos o mesmo procedimento para examinar o debate acadêmico sobre o tema. Assim, na segunda seção deste artigo, focaremos as análises que refutam a tese deste impeachment como um golpe de Estado e são orientadas pela problemática teórica institucionalista. Na terceira seção, debateremos os estudos que fazem explicitamente o uso do conceito de golpe para compreender a queda de Dilma e estabelecem conexões desse acontecimento político com os conflitos de classe. Na quarta e última seção do artigo, apresentaremos os critérios científicos que consideramos adequados para validar a caracterização do impeachment da presidente da República, ocorrido em 2016, como um golpe de Estado.

Basicamente, o conceito de golpe de Estado com o qual operamos designa três aspectos indissociáveis, a saber: 1) as disputas em torno do controle do processo decisório e do conteúdo da política de Estado (a direção política de classe do golpe: qual é a força social ascendente no processo e interessada em reforçar ou assumir o controle da política de Estado?); 2) as transformações nas relações entre os ramos dominantes e não dominantes do aparelho de Estado (a mudança institucional provocada pelo golpe: qual é a força institucional executora do golpe?); e 3) o trabalho de conspiração/ usurpação do poder

realizado pelas forças golpistas (meios empregados: quais recursos são mobilizados para deflagrar e legitimar o golpe?).²

O Debate Político sobre a Deposição de Dilma Rousseff

A definição de golpe de Estado recebeu os mais diferentes sentidos no debate político ocorrido no calor dos acontecimentos. Nesta seção, procuraremos ilustrar as teses formuladas por algumas das forças políticas que se manifestaram e intervieram na conjuntura em questão. Está fora de questão, aqui, apresentar a posição do conjunto das forças políticas nesse processo. Tal procedimento seria impossível de ser concretizado no reduzido espaço de um artigo acadêmico. Objetiva-se tão somente indicar o caráter polissêmico das análises políticas acerca da deposição de Dilma Rousseff e demonstrar os pressupostos teóricos que as informam no debate político de ideias, ainda que manifestos na maioria das vezes em estado prático.

Para aqueles que defenderam abertamente a necessidade de interromper o mandato de Dilma, os motivos jurídicos apresentados tinham relação com dois tipos de crime de responsabilidade que teriam sido cometidos pela presidente da República, a saber: a) as manobras fiscais realizadas pelo governo, não previstas em lei, as quais se efetivaram por meio do atraso do repasse de verbas do Tesouro Nacional para bancos privados e públicos, com vistas a aliviar ou garantir a situação fiscal do governo por determinado tempo (as chamadas “pedaladas fiscais”); e b) a emissão de decretos que estabeleciam a liberação de créditos suplementares, sem passar por aprovação do Congresso Nacional.

Para os acusadores, com tais iniciativas, a presidente Dilma teria afrontado a legislação vigente e deveria ser enquadrada naquilo que estabelece a Lei

2. Em outro momento, realizamos um balanço geral da discussão teórica sobre o conceito de golpe de Estado, apontando o alcance e os limites das análises mais influentes sobre o tema. Ver: Martuscelli (2018a). Neste artigo, empreendemos a crítica dos estudos que se centram exclusivamente nas instituições estatais para definir um golpe de Estado por considerarmos que a caracterização mais adequada deste fenômeno envolve examinar a relação entre instituições estatais e conflitos de classe. É a partir dessa problemática orientada pelos conflitos reprodutivos de classe que se torna possível superar o formalismo analítico presente nas análises orientadas pela problemática institucionalista e entrever o impacto que produzem tais conflitos, em particular os conflitos internos ao bloco no poder sobre as instituições políticas do Estado e sobre o próprio conteúdo da política estatal. Em síntese, para a formulação do conceito de golpe de Estado, procuramos nos inspirar na teoria do bloco no poder desenvolvida por Nicos Poulantzas (2019).



1.079/1950, que “define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento” dos ocupantes dos cargos de Presidente da República, Ministros do Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal ou Procurador-Geral da República. Assim sendo, cumprindo todos os trâmites e requisitos legais do processo de admissibilidade e aprovação do impeachment, realizado no âmbito do Congresso Nacional, a destituição da presidente da República não poderia ser considerada uma violação constitucional ou mesmo um golpe de Estado.

No entanto, a despeito das polêmicas sobre a interpretação casuística das “pedaladas fiscais” e dos decretos de abertura de créditos suplementares como crime de responsabilidade, práticas, aliás, que haviam sido adotadas por vários outros governos no âmbito federal, estadual e municipal sem terem sido tipificadas como crimes passíveis de impeachment, é preciso observar que, na votação de admissibilidade do processo de impeachment, ocorrida na Câmara Federal no dia 17 de abril de 2016, as declarações de voto feitas pela grande maioria dos deputados federais estiveram muito distantes de dar centralidade aos aspectos jurídicos do processo. Outras razões e motivações ganharam mais centralidade e orientaram o voto dos 367 parlamentares que se manifestaram favoráveis à admissibilidade do pedido de impeachment.

Como observa a jornalista Andrea Dip (2018, p. 59), os deputados “dedicaram voto à própria família, a torturadores da época da ditadura e a corretores de seguros do Brasil. Mas, principalmente votaram em nome de Deus”. Já Almeida (2017, p. 72) destaca que:

A expressão “pedaladas fiscais”, acusação formal do processo jurídico-político, foi citada apenas oito vezes entre os 367 deputados que votaram a favor do impeachment, e foram destes que vieram a quase totalidade de referências a deus — 43 vezes —, à (sua) família e à nação. Em várias declarações, família — 117 vezes — veio associada aos termos “honra”, “respeito”, “consciência”, buscando significar honestidade e bom caráter de quem a evocou. E o apelo à nação — 28 vezes — não era um discurso identitário cultural ou protecionista econômico como muito recorrente em contextos internacionais contemporâneos. Além do sentido mais geral de unidade, o termo nação expressou um patriotismo que identificou na corrupção do Estado um crime contra o país. Corrupção foi o termo de acusação mais recorrente e estava em sintonia com a mensagem da grande mídia naquele momento, a saber: a corrupção é a geradora de todos os males econômicos e éticos, além de ser sistêmica em um partido específico.

Não faria sentido supor que aqueles que se manifestaram favoravelmente à destituição de Dilma Rousseff assumiriam, de forma tácita ou explícita, a posição

de que estavam empenhados na consumação de um golpe de Estado, tendo em vista a conotação negativa que, histórica e socialmente, essa noção carrega. Assim, para ser eficiente quanto aos resultados e ganhar adeptos, a defesa da saída de Dilma deveria, na medida do possível, ser capaz de mesclar uma série de mensagens e argumentos com conotação positiva e com amplo alcance social, como: o respeito à Constituição Federal e à democracia; as reverências a Deus e à família; o estabelecimento de uma divisão entre verdadeiros (cidadãos de bem e pagadores de impostos) e falsos patriotas (corruptos que só pensam em “mamar nas tetas” do Estado); a contraposição entre eficiência e transparência do mercado e a ganância e corrupção do Estado; e, não menos importante, a responsabilização do PT por toda a deterioração do quadro social e econômico, e por toda a corrupção existente no país. Tal tese foi expressa por meio do entendimento de que o problema era o “conjunto da obra” – e acrescentaríamos: da obra feita pelos petistas no governo, pois o PMDB, que também fez parte por um longo tempo da aliança política com o PT, não deveria ser defenestrado do governo.

Notamos, aqui, como aspectos de ordem política e moral tornam-se mais determinantes que os aspectos de natureza legal ou constitucional para dar sustentação à deposição de Dilma. Tal hierarquia (o político se sobrepondo ao que é legal) poderia fazer sentido se o impeachment no Brasil fosse tratado como *recall* e não como crime de responsabilidade, mas como os aspectos políticos e jurídicos se mesclam na própria definição do impeachment, isto dá margem para que esse expediente sirva tanto como um recurso de chantagem política, como de imposição de um golpe “constitucional” contra o mandato de qualquer presidente da República. Para sua consumação, basta contar com o ativismo ou anuência do Judiciário, legitimando a tese de que tudo está funcionando como prega a Constituição Federal, e a maioria qualificada de 2/3 no Congresso Nacional vindo a aprovar o processo.

Com isso, cabe fazer as seguintes indagações: o uso casuístico dos princípios legais e constitucionais vigentes que regem o processo de impeachment pode ser tratado como uma espécie de violação constitucional e, portanto, como um dos meios empregados para deflagrar um golpe de Estado? Há

a possibilidade de o dispositivo de impeachment se tornar um expediente utilizado para perpetrar golpes de Estado?

Além de ser possível dar uma resposta positiva a tais questões para o caso da presidente Dilma, é importante ressaltar que a própria legislação do impeachment tal como está estabelecida sempre conteve em si a possibilidade de manobra para neutralizar ou minar a capacidade governativa de qualquer presidente da República no país, como nos lembram Napolitano e Ribeiro (2017, p. 55):

Os detalhamentos de cada tipo de crime nos artigos específicos [da Lei 1.079/1950] deixam um grande espaço de manobra política e leitura discricionária, possibilitando que a referida lei fosse invocada em momentos de luta política entre os Poderes Executivo e o Legislativo, como de fato ocorreu.

Entre as forças alinhadas contrárias à destituição de Dilma Rousseff, ganhou evidência o pronunciamento feito na imprensa por Fernando Haddad, o então prefeito de São Paulo e candidato à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT) neste município. Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Haddad (2016) salientou que, durante o processo eleitoral, daria prioridade à discussão dos temas municipais, sem, com isso, ignorar os debates nacionais. Ao se referir aos fundamentos do impeachment de Dilma, tratou-os como casuísmo, mas, ao mesmo tempo, afirmou que a palavra golpe é “um pouco dura” por remeter à ditadura militar, a “armas e tanques nas ruas” e a “encarceramento injusto de pessoas que foram submetidas à tortura”, observando, ademais, que o “processo não está seguindo os ritos previstos na Constituição”. Aqui, a noção de golpe de Estado é remetida à ideia de ditadura militar ou de uso da força física por parte do aparelho de Estado e, por isso, é problematizada por Haddad para caracterizar o impeachment de Dilma.

Posição bastante diferente tomou a própria presidente Dilma, a ala majoritária do PT e outras organizações políticas, como PSOL, PCdoB, MTST, MST, CUT, UNE, entre outras, durante essa conjuntura, as quais utilizaram abertamente a palavra golpe para se referir ao processo de impeachment. Assim, não é casual que as palavras de ordem: “Não vai ter golpe! Vai ter luta!”, tenham

marcado os mais variados atos e mobilizações de resistência do período³. Uma ação encaminhada por deputados do PSDB, DEM, SD, PP e PPS ao STF, exigiu, inclusive, que Dilma se explicasse sobre a acusação de que teria sofrido um golpe. Os questionamentos feitos por esses deputados eram os seguintes:

- 1) A interpelada ratifica as afirmações – proferidas em distintos eventos – de que há um golpe em curso no Brasil?
- 2) Quais atos compõem o golpe denunciado pela Interpelada?
- 3) Quem são os responsáveis pelo citado golpe?
- 4) Que instituições atentam contra seu mandato, de modo a realizar um golpe de Estado?
- 5) É parte desse golpe a aprovação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, da instauração de processo contra a Interpelada, por crime de responsabilidade, nos termos do parecer da Comissão Especial à Denúncia por Crime de Responsabilidade 1/2015, dos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal?
- 6) Se estamos na iminência de um golpe, quais as medidas que a Interpelada, na condição de Chefe de Governo e Chefe de Estado, pretende tomar para resguardar a República? (Oliveira, 2016)

No dia 18 de maio de 2018, o STF, representado pela ministra Rosa Weber, notificou a presidente Dilma para que esclarecesse, caso quisesse, as afirmações de que teria sido vítima de um golpe de Estado e lhe concedeu 10 dias para dar uma resposta. Poucas semanas antes, uma juíza havia concedido liminar proibindo a realização de um debate sobre o impeachment na Faculdade de Direito da UFMG, aceitando a posição dos acusadores de que o Centro Acadêmico estava sendo aparelhado partidariamente (Macedo, 2016). Logo em seguida, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tomou a decisão de anular essa liminar.⁴

Esses exemplos de ação judicial tomada contra a presidente Dilma e membros da comunidade universitária demonstram que o próprio uso da palavra golpe para se referir ao impeachment havia se tornado objeto de interpelação

3 Para uma explicação da fragilidade dessa resistência, ver: Boito Jr. (2018), em especial, o capítulo intitulado: “Por que foi fraca a resistência ao golpe de 2016?”.

4 Já sob o governo Temer, no início de 2018, o ministro da Educação Mendonça Filho afirmou à imprensa que acionaria os órgãos do Judiciário e de fiscalização para investigar a disciplina “O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, que seria ministrada pelo professor Luis Felipe Miguel para o curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). No entanto, a tática da ameaça e da intimidação adotada por esse Ministro não foi adiante e malogrou, vindo a ser respondida com atos de resistência de pesquisadores e acadêmicos de várias universidades e faculdades, que não só manifestaram solidariedade ao professor Miguel pelas ameaças e intimidações descabidas que vinha sofrendo, como passaram a organizar uma série de cursos sobre o golpe de Estado em diversas instituições do país. Um relato sobre esse conturbado processo pode ser encontrado em: Miguel (2019a).

jurídica e intimidação política, indicando, assim, que, muito distante de as instituições políticas estarem “funcionando normalmente”, o processo de impeachment vinha se consolidando com uma clara ameaça ao regime democrático liberal-burguês vigente no país.

Ainda sobre a notificação feita pelo STF à Dilma, é oportuno observar o conteúdo do discurso apresentado pela peça de defesa da Presidente, assinada pelos advogados José Eduardo Martins Cardozo e Renato Ferreira Moura Franco, na qual é reiterada a caracterização do impeachment de Dilma Rousseff como um golpe de Estado e realizado um razoável balanço bibliográfico de estudos sobre o tema, chegando às seguintes observações sobre o que viria a ser o “neogolpismo” ou os golpes de novo tipo:

Nesses golpes não são utilizados tanques, bombardeios, canhões ou metralhadoras, como ocorre nos golpes militares. São usados argumentos jurídicos falsos, mentirosos, buscando-se substituir a violência das ações armadas pelas palavras ocas e hipócritas dos que se fingem de democratas para melhor pisotear a democracia no momento em que isto servir a seus interesses. Invoca-se a Constituição, apenas para que seja ela rasgada com elegância e sem ruídos (Cardozo e Franco, 2016, p. 14).

Dessa maneira, o impeachment de Dilma seria concebido como um golpe por ter sido construído por meio de processo “ilegítimo e ofensivo à Constituição”. Com essa definição de golpe de Estado, a defesa de Dilma Rousseff procurava questionar o processo de impeachment e contestar os argumentos jurídicos da acusação – que concebia as pedaladas fiscais e os decretos de créditos suplementares como crimes de responsabilidade –, por considerá-los falsos e utilizados de maneira casuística para destituir uma governante que passa por uma situação de impopularidade. Além disso, a defesa de Dilma identificava, nas oposições parlamentares, os agentes principais do golpe, pois a elas caberia aceitar e aprovar o pedido de impeachment: “Que oposições parlamentares não buscarão a desestabilização política, independentemente do agravamento que isso traga à economia e às condições sociais do povo, na busca de um assalto rápido ao poder, fora da legitimação das urnas?” (Cardoso e Franco, 2016, p. 16). Em linhas gerais, essa peça de defesa enunciava os meios empregados para a deflagração do golpe de Estado: o uso casuístico da lei; e os agentes principais que deram o golpe, a oposição parlamentar. Essa seria a tônica da defesa de

Dilma durante todo o processo para denunciar o impeachment da Presidente como expressão de um novo tipo de golpe.

Para além de tratar o debate político como o lugar das paixões e emoções, no qual apenas imperariam os comportamentos subjetivos ou mesmo irracionais dos agentes envolvidos, procuramos indicar nesta seção do artigo alguns dos pressupostos teóricos que informavam as diferentes análises e tomadas de posição política na conjuntura em questão. Ainda que os meios empregados e os critérios de validação do discurso político tenham sua especificidade, é possível observar, no discurso acadêmico, a repetição de uma série de questionamentos que se fizeram também presentes nos debates políticos. Com isso, não queremos sustentar que a ciência tenha se subsumido à dinâmica política, ou mesmo se sobreposto, mas sim indicar as afinidades eletivas entre um discurso e outro. Como veremos, a seguir, essas afinidades eletivas se manifestam nos próprios questionamentos feitos pela produção acadêmica sobre o assunto em pauta: o golpe de Estado implica o uso da força? O impeachment só pode ser concebido como um expediente legal e constitucional ou pode ser utilizado para outros fins? Quais foram os protagonistas principais do processo de destituição da presidente Dilma e quais métodos empregaram para atingir esse objetivo? Quais interesses estavam em jogo nesse processo?

Não foi Golpe: o caráter constitucional do impeachment de Dilma no debate acadêmico

A destituição de presidentes da República na América Latina e no mundo tem sido objeto de várias análises no âmbito das Ciências Humanas. Parte delas tem identificado uma mudança nos meios empregados e nas forças institucionais que são responsáveis por tais processos de destituição, indicando, assim, que, a partir dos anos 1980, os presidentes da República não seriam mais removidos por meio de métodos violentos empregados por forças militares.

De acordo com Hochstetler (2007), o período de 1978 a 2003 foi marcado pela contestação de cerca de 40% dos presidentes eleitos na América Latina, dos quais 23% foram substituídos por civis por meio de impeachment e renúncias. Para a autora, três fatores principais marcaram esses processos contestatórios: a implementação de políticas neoliberais, o envolvimento pessoal do presidente

com corrupção e a dificuldade do presidente de obter maioria junto ao Congresso. Diferentemente das décadas anteriores, na qual a queda de presidentes se dava pela ação dos militares, a conjuntura aberta a partir do final dos anos 1970 teria sido marcada pela presença de protestos populares como variável fundamental para a destituição presidencial.

Bermeo (2016) sustenta que há, desde os anos 1990, três variedades de “retrocesso democrático” em ascensão: 1) os “golpes promissórios” que “abrangem a derrubada de um governo eleito como uma defesa da legalidade democrática e envolvem uma promessa pública de realizar eleições e restaurar a democracia o mais rápido possível” (Ibidem, p. 8); 2) a ampliação das atribuições do Executivo, englobando uma série de mudanças institucionais para limitar ou dificultar a intervenção das forças de oposição, sem que haja necessidade de colocar em xeque a institucionalidade democrática; e, por fim, 3) a “manipulação estratégica das eleições”, a qual compreende uma série de iniciativas que são tomadas no interior da própria institucionalidade para favorecer determinada candidatura sem que isso denote a aparência de fraude.

Já Powell e Thyne (2011) realizam amplo balanço sobre a ocorrência de golpes de Estado entre 1950 e 2010 no mundo todo e observam uma queda tendencial do número de golpes de Estado, especialmente a partir dos anos 1980, indicando, contudo, haver um declínio ainda mais acentuado do número de golpes de Estado e um crescimento significativo de golpes bem-sucedidos, a partir dos anos 2000 – o que teria resultado no maior índice de golpes bem-sucedidos em todo o período por eles analisado: “12 das 18 (67%) tentativas de golpe foram desde então bem-sucedidas, e somente uma das quatro mais recentes tentativas falhou” (Ibidem, p. 255).

É possível admitir, portanto, que o ascenso e a difusão ampla de diversos regimes democráticos, em escala internacional, nas últimas décadas, teriam criado novas condicionalidades para os processos de interrupção de mandatos presidenciais, que passaram a ser resolvidos por métodos não violentos, sob o apanágio constitucional e executados por forças civis que integram o Estado. No entanto, uma questão emerge nesse debate: o uso do procedimento de impeachment poderia ser caracterizado como fator de uma nova forma de golpe de Estado?

Para Pérez-Liñan (2018), o impeachment contemporâneo pode ser considerado como o “equivalente funcional” do golpe militar do passado, pois ambos processos tendem a possuir causas históricas em comum, tais como: as recessões econômicas que desestabilizam o governo, a existência de mobilizações populares que o enfraquecem e fortalecem a oposição e a radicalização dos posicionamentos políticos das elites. No entanto, o autor considera um equívoco analítico e político ampliar o conceito de golpe de Estado para incorporar os processos de impeachment:

Analicamente, não podemos realizar pesquisas empíricas para identificar semelhanças e diferenças, a menos que tenhamos uma clara distinção conceitual entre as duas categorias. Politicamente, a identificação de impeachment e golpes cria desafios inesperados: implica – de maneira revisionista – que os movimentos sociais que defendiam impeachment na década de 1990 eram antidemocráticos, naturaliza o papel da intervenção militar nas narrativas anticorrupção e oculta o fato de que presidentes poderosos – não parlamentares poderosos – são o principal perigo para a estabilidade democrática. (Pérez-Liñan, 2018, pp. 10-11).

Ainda que considere que o Congresso e/ou Judiciário possam cometer abusos e distorcer o caráter democrático do dispositivo do impeachment quando o Executivo não estiver amparado por sólido apoio popular, Pérez-Liñan (2018) entende que o maior risco à democracia nos países latino-americanos não se encontra no Congresso ou no Judiciário, mas na hegemonia do Executivo que conta com vários recursos a seu dispor, como o comando da “patronagem”, dos “recursos orçamentários” e das “forças de segurança” para impor um poder autoritário. Nessa perspectiva, o conceito de golpe de Estado não pode abrigar o conceito de impeachment por estar diretamente associado a uma prática antidemocrática.⁵

Marsteintredet (2013) procura analisar os casos de destituição inesperada de presidentes que não acarretam em rupturas democráticas. Em vez de procurar

5 Em obra anterior, Liñan-Perez (2009) sustentava que o período 1992-2004 teria sido marcado por um “novo padrão de instabilidade”, no qual as destituições de presidentes democraticamente eleitos não implicaram a derrubada de regimes democráticos, tal como teria ocorrido na América Latina nos anos 1960 e 1970. Para ele, três seriam os fatores principais que tornariam possível o impeachment sem rompimento com a ordem constitucional: a) os meios de comunicação passaram a exercer um papel fundamental na investigação e revelação de escândalos de corrupção; b) os presidentes deixaram de controlar ou obter apoio do Congresso; e c) a mobilização popular contra o governo tornou-se um aspecto decisivo para a queda do presidente. Em linhas gerais, sua análise estabelece uma clara distinção entre crises presidenciais que resultam da ativação de mecanismos constitucionais para destituir o presidente (impeachment) e aquelas derivadas de ações inconstitucionais (golpe de Estado).

identificar qualquer traço em comum desses processos com os golpes de Estado, o autor prefere classificar a “nova forma de instabilidade do Executivo” como “interrupção presidencial”, que ganha projeção na América Latina a partir de 1978, isto é, trata-se de “uma saída prematura, extraordinária e forçada de um presidente eleito que não acarreta numa ruptura democrática” (Ibidem, p. 2). Isso não significa que as interrupções presidenciais ocorridas na América Latina sejam todas iguais. Na verdade, o autor lança mão de uma tipologia para explicar a variação dos casos e identifica duas variáveis: a) a motivação primária da oposição, que pode ter relação com o comportamento ilegal ou inconstitucional do presidente ou com as políticas ou comportamento político que adota, podendo haver a combinação de ambas motivações; e b) o grau de aderência às regras democráticas, abarcando as seguintes implicações:

Se o presidente é o ator mais antidemocrático, removê-lo provavelmente afetará positivamente a democracia. Se a oposição é o ator mais antidemocrático e consegue destituir o presidente, é provável que a interrupção fortaleça uma oposição semileal ou desleal, prejudicando o desenvolvimento democrático (Ibidem, p. 6).

Novamente, o conceito de golpe é utilizado para se referir à ação militar e à ruptura democrática.

Em outro artigo, Kasahara e Marsteintredet (2018) formulam a seguinte tipologia dos mandatos interrompidos desde 1985 na América Latina: *via institucional/impeachment*: Collor (1992, Brasil), Pérez (1993, Venezuela), Cubas (1999, Paraguai), Lugo (2012, Paraguai), Pérez-Molina (2015, Guatemala) e Rousseff (2016, Brasil); *via institucional/incapacidade ou abandono de cargo*: Bucaram (1997, Equador) e Gutiérrez (2005, Equador); *via decisão unilateral do presidente/renúncia*: Alfonsín (1989, Argentina), de la Rúa (2001, Argentina), Serrano (1993, Guatemala), Fujimori (2000, Peru), Sánchez de Lozada (2003, Bolívia), Mesa (2005, Bolívia); *via decisão unilateral do presidente/renúncia e eleições antecipadas*: Siles Zuazo (1985, Bolívia) e Balaguer (1986, República Dominicana); *via ação militar/golpe*: Mahuad (2000, Equador) e Zelaya (2009, Honduras).

No caso do impeachment de Dilma, Kasahara e Marsteintredet (2018) procuram caracterizá-lo como uma “resposta parlamentarista à crise”, um “voto de desconfiança” marcado por motivações de caráter político e “fundamentações

controversas” que gerariam custos políticos de grande magnitude e que não seriam satisfatórios para resolver a própria crise. Os autores indicam que seria mais produtivo realizar reformas institucionais para reduzir o “risco de manipulação do impeachment” e as tensões decorrentes de sua legitimidade e legalidade, e para tratá-lo como mecanismo de destituição presidencial exclusivamente político. Mais importante do que discutir “se é um *golpe* ou não”, para a aprovação do impeachment por motivações políticas, como eles apontam, seria preciso manter o quórum qualificado de 2/3, estabelecer uma cláusula de dissolução do Congresso e convocar novas eleições, possibilitando, assim, que tanto o Congresso como o vice-presidente dividissem com o presidente os custos da remoção. Diante do exposto, caberia fazer a seguinte indagação: quais as possibilidades de se concretizar um impeachment, caso essas reformas institucionais fossem realizadas e todo o processo decisório de aprovação do impeachment ficasse nas mãos das partes diretamente envolvidas?

Em artigo mais recente, Marsteintredet e Malamud (2019) procuram fazer um balanço dos usos do conceito de “golpe com adjetivos” e identificam um paradoxo na produção acadêmica sobre o tema disponível em espanhol, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que há um aumento da frequência do uso do conceito de golpe, há um declínio da ocorrência desse fenômeno nos anos 2000. Na visão desses autores, há em curso um alargamento deste conceito, comprometendo-se os critérios basilares para a sua própria definição. Em contraposição à perspectiva dos “golpes com adjetivos”, que pode assumir variadas formas: neoliberal, constitucional, parlamentar, jurídico, brando, etc., Marsteintredet e Malamud (2019) concebem que o conceito de golpe de Estado abrange três elementos fundamentais: o ator que perpetra o golpe, que se situa no interior do próprio Estado (militares, judiciário, congresso, burocracia civil); a vítima ou alvo que é golpeado, indicando, com isso, que todo golpe envolve uma mudança de governo – e não necessariamente de regime; e a tática adotada, que assume um caráter ilegal e inconstitucional de destituição do governo. Para tais autores, o impeachment não pode ser caracterizado como um golpe, pois não abrange um desses elementos: o emprego da tática ilegal. Nesse sentido, quando procuram situar a destituição de Dilma Rousseff, descartam a tese do golpe de Estado por considerarem que não houve o uso de métodos ilegais ou

inconstitucionais. Para atestar essa questionável tese, valem-se, inclusive, do argumento de que autoridades nacionais e internacionais não reconheceram tal destituição como golpe. Além disso, compreendem que não faz sentido falar nem em golpe jurídico, pois não houve uso da força e ameaças à ordem constitucional, nem em golpe parlamentar, uma vez que o requerimento de impeachment foi aprovado pelo número de parlamentares requerido pela própria Constituição.

Limongi (2017) também descarta a tese do golpe de Estado para caracterizar o impeachment de Dilma. Para ele, essa presidente teria sido destituída por perder apoio parlamentar e teria perdido esse apoio tanto por ter tentado mudar, de maneira “quixotesca”, “esquemas consolidados de corrupção envolvendo acordos partidários” (Ibidem, p. 8), como por não oferecer um porto seguro a segmentos de sua própria base política no Congresso que vinham sendo alvo da Operação Lava Jato. Para Limongi, o impeachment seria fruto principalmente da inabilidade da presidente Dilma em estabelecer acordos partidários para garantir ampla base de apoio parlamentar.

Em outro artigo escrito pelo autor conjuntamente com Figueiredo, eles sustentam a tese de que a crise do segundo governo Dilma que resultou no seu impedimento não seria derivada de “causas institucionais”, mas fundamentalmente da “estratégia dos atores políticos”. Nesse sentido, não seria resultante da própria dinâmica do chamado “presidencialismo de coalizão” – que funcionaria sob a base da barganha e da cooperação entre Executivo e coalizão partidária no Congresso Nacional –, mas fruto da indecisão e da incapacidade do governo Dilma de propor medidas para conter a polarização política – que vinha ganhando força, ao menos desde as eleições de 2014 – e a crise econômica. Isto teria aberto brechas para que o governo fosse “bombardeado pelos dois lados, tanto pela direita quanto pela esquerda” (Limongi e Figueiredo, 2017, p. 92), possibilitou que Eduardo Cunha atuasse como um dos principais responsáveis por sua queda, e que Temer tirasse proveito disso, pois, afinal, ambos e outros aliados “fizeram uso da mobilização anti-PT para chegar ao poder e, dessa forma, aumentar suas chances de escapar das denúncias que os ameaçavam” (Ibidem, p. 95). Por esse ângulo de análise, o impedimento de Dilma não teria sido causado pelo presidencialismo de coalizão, mas estaria relacionado tanto à inabilidade da

Presidente para estabelecer alianças quanto à ação racional da oposição para remover Dilma do cargo de presidente da República com vistas a assumir o governo e conter as denúncias de corrupção que lhes eram dirigidas.

Da análise que empreendemos até aqui sobre a produção acadêmica que refuta, problematiza ou faz reparos à tese de que o impeachment de Dilma poderia ser caracterizado como um golpe de Estado, podemos identificar alguns aspectos em comum:

a) em primeiro lugar, chama-nos a atenção o forte predomínio da problemática teórica institucionalista nessas análises,⁶ o que as levam a dissociar a relação entre instituições e conflitos de classe, ou seja, a operar com a ideia de que as instituições políticas do Estado são apartadas das relações de classe. Qual é consequência desse procedimento analítico? Tal procedimento resulta na ocultação ou omissão do impacto dos conflitos reprodutivos de classe sobre o processo de destituição da presidente Dilma Rousseff, o que também não lhes impossibilita detectar qual é a força social dirigente do processo de deposição presidencial;

b) em segundo lugar, ao operarem com a distinção entre golpe de Estado (= violação constitucional e ruptura democrática) e impeachment (= procedimento legal e constitucional nos limites da democracia), tais análises assumem abertamente uma visão edulcorada de democracia, que é concebida fundamentalmente como resultante de uma relação harmônica entre Executivo e Legislativo. Nesse sentido, o impeachment de Dilma pode ser entendido como um “voto de desconfiança” do Congresso Nacional contra o Executivo para que o sistema político traga a relação entre Executivo e Legislativo à sua normalidade/estabilidade. A crise do impeachment seria compreendida, assim,

6 No âmbito da análise institucionalista, há autores que identificam o impeachment de Dilma como um golpe parlamentar. Este é o caso de Santos e Guarnieri (2016), que indicam que houve uma queda do sucesso legislativo de Dilma no sentido de aprovar especialmente Medidas Provisórias e Projetos de Lei Orçamentária, matérias que eram aprovadas sem muita dificuldade nos anos anteriores. Os autores sustentam que tal queda não teve relação com a “baixa aprovação do governo” ou com sua “guinada programática”, mas principalmente com a tentativa de lideranças parlamentares, dirigidas por Eduardo Cunha, de obstruir as pautas do governo, inicialmente em troca de verbas e cargos; com a iniciativa do PSDB de buscar formular o requerimento de impeachment, mesmo quando não havia nenhum elemento que comprovasse que a presidente Dilma tivesse cometido algum crime de responsabilidade; e com os protestos de rua organizados pela direita e incentivados pela divulgação das denúncias de corrupção feitas pela Lava Jato com o apoio da mídia.

como possibilidade histórica do próprio processo de “consolidação da democracia”, que, por vezes, passa por caminhos tortuosos sem perder de vista a rota a que está inelutavelmente destinada a seguir.⁷ Trata-se, na verdade, de uma visão teleológica sobre o processo de evolução da democracia a partir da transição política ocorrida nos anos 1980. A própria noção de “consolidação da democracia” está bastante ligada à ideia de linearidade e de processo que se aprofunda progressivamente – o que pode resultar na ocultação e na subestimação da continuidade da presença de aspectos autoritários no novo regime político e na idealização da possibilidade efetiva de concretização dos processos democráticos. Em resumo, como a época dos golpes militares no Brasil teria sido supostamente deixada para trás, a aplicação do dispositivo do impeachment para interromper o mandato de Dilma Rousseff só poderia ser vista, para tais analistas, como manifestação da força das instituições democráticas no país, tese que foi amplamente difundida e sintetizada pela mídia corporativa e por formadores de opinião por meio do jargão: “as instituições estão funcionando normalmente”;

c) em terceiro lugar, é preciso observar que, embora tais análises reconheçam que um golpe de Estado é perpetrado por um órgão interno ao Estado e que, portanto, o golpe pode ser executado por militares, parlamentares, judiciário e setores da burocracia civil, elas tendem a sustentar, aberta ou veladamente, que, desde que se respeite todos os ritos constitucionais, a aprovação do impeachment não pode ser confundida com a deflagração de um golpe de Estado. O uso casuístico da legislação e da Constituição não é tratado como uma espécie de violação constitucional, mas apenas como uma controvérsia que pode ser superada desde que as instituições políticas nacionais e internacionais não reconheçam a deposição de Dilma ou de qualquer outro presidente da República como um golpe.

Assim, é possível afirmar que os analistas orientados pela perspectiva institucionalista tendem a ser movidos por uma espécie de *fetichismo do constitucionalismo*, que descarta a distinção existente entre a lei (formal) e a

⁷ Como nos lembra Miguel (2019b), essa ideia de consolidação democrática que informa boa parte das análises institucionalistas, é uma noção inútil para analisar a conjuntura de deposição da presidente Dilma, uma vez que se sustenta na “crença de que a institucionalidade burguesa pode, de fato, realizar os valores que ela promete” (Ibidem, p. 19)

efetividade da lei (real), e ocultam, assim, as manobras políticas que podem ser adotadas pelas forças sociais politicamente ascendentes para favorecer seus interesses. Tais análises também comungam com uma visão das instituições que tende a tratar o Executivo como o polo negativo, já que estaria inclinado ao autoritarismo, e o Congresso Nacional como polo positivo, uma vez que expressaria forte potência democrática. Por justamente desconsiderar as conexões entre instituições e conflitos de classes sociais, tal forma de tratar as relações entre Executivo e Legislativo torna-se bastante insuficiente do ponto de vista analítico e distante daquilo que o filósofo florentino chamou de “verdade efetiva da coisa”. Contrariando essa visão idealista sobre o Legislativo, é importante retomar a análise das crises da história republicana brasileira, realizada por Napolitano e Ribeiro (2017, p. 72), que salientam que via de regra no caso brasileiro: “(...) o Congresso Nacional entra em cena, não para dar sustentação aos projetos reformistas, ainda que temperados, mas para bloqueá-los de maneira intransigente”. Nessa perspectiva, o Congresso Nacional estaria associado ao “golpismo atávico” que acomete a história republicana brasileira e não seria concebido como o lugar onde se manifestam os potenciais democráticos mais sublimes.⁸

Foi Golpe: a destituição de Dilma caracterizada como golpe de Estado

No que se refere às análises que operam com o conceito de golpe de Estado para se referir ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, identificamos divergências significativas. Há análises que se dedicam mais detidamente à discussão sobre o próprio conceito de golpe e procuram responder à pergunta: por que foi golpe?, outras tendem mais a aplicar tal conceito à análise deste processo sem entrar nos detalhes sobre o que diferencia um golpe de outros

8 Tal consideração não nos leva a desconsiderar as implicações que possuem a forte centralização e concentração de poderes no Executivo sobre o processo decisório nas democracias burguesas, fenômeno que vem sendo caracterizado por vários analistas do campo crítico, como: “estatismo autoritário” (Poulantzas, 2000; Boukalas, 2014), “autoritarismo civil” (Saes, 2001) ou “bonapartismo soft” (Losurdo, 2004). Ocorre que nenhum deles recorre a uma visão formalista das instituições, considerando-as como apartadas dos conflitos reprodutivos de classe. Ao contrário, definem o processo de centralização e concentração de poderes no Executivo como resultante ou como expressão desses conflitos.

fenômenos que envolvem a interrupção de mandatos presidenciais. Apresentaremos, a seguir, algumas dessas interpretações.

Perissinotto (2016) indica três elementos para caracterizar a destituição de Dilma como um golpe de Estado. Em primeiro lugar, destaca o uso casuístico ou oportunista dos procedimentos legais para aprovar o impeachment, que já vinha sendo alimentado desde o questionamento dos resultados eleitorais realizado pelo PSDB. Em segundo lugar, sustenta que todo golpe de Estado conta com a participação de agentes estatais e envolve uma ação conspiratória, mas considera importante distinguir: os “perpetradores intencionais”, que são representados pela “coalizão política de conveniência” formada por PMDB e PSDB, e os agentes que criaram as condições propícias para o golpe, entre os quais quatro deles tornaram-se fundamentais: os protestos de rua organizado pela direita desde 2013, a mídia, o STF e “o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e os efeitos da Lava Jato”. Ao operar com essa distinção, ele refuta a caracterização do golpe contra Dilma como um golpe parlamentar-jurídico por associar principalmente o conceito de golpe aos seus “perpetradores intencionais”. Perissinotto (2016) aponta também que o debate sobre a natureza social ou de classe do golpe pode se converter num dos pontos importantes para a agenda de pesquisa da Ciência Política sobre os golpes, mas apenas indica tal possibilidade sem analisá-la ou tratá-la como critério para caracterizar a deposição de Dilma como um golpe de Estado.

Para Santos (2017), diferentemente do “assalto ao poder” perpetrado pelos golpes militares que envolvem o uso da violência e podem se concretizar em qualquer regime, os golpes parlamentares só podem ocorrer em democracias representativas de massa, que são caracterizadas por duas condições:

1. a competição eleitoral pelos lugares de poder, a intervalos regulares, com regras explícitas, e cujos resultados sejam conhecidos pelos competidores; 2. a participação da coletividade na competição se dê sob a regra do sufrágio universal, tendo por única barreira o requisito de idade limítrofe (Ibidem, p. 25).

Para ele, os golpes parlamentares são profundamente marcados por uma instabilidade política, na qual as alianças feitas para destituir um governo não oferecem garantias, seja para quem herdá-lo, seja sobre como exercê-lo, sendo seus executores civis vinculados ao parlamento. Desse modo:

Em golpes parlamentares, é a reação parlamentar dos derrotados que violenta o princípio de garantias mútuas e se dispõe a destituir o grupo político vencedor com apelos controversos à legislação constitucional (...). [tais golpes] indicam uma modalidade de ruptura de governo, sem explícitas alterações legais, a que estão expostos todos os governos regularmente eleitos, parlamentaristas ou presidencialistas (Santos, 2017, pp. 31-32)

Na comparação dos golpes de 1964 e 2016, ao mesmo tempo que diferencia quem foram seus executores (respectivamente, militares e civis), Santos (2017) assinala como denominador comum de ambos eventos o fato de terem sido resultado de uma “clara reação dos conservadores [constituída por empresários brasileiros e grandes parcelas das classes médias] à participação popular na vida pública e rejeição de políticas de acentuado conteúdo social” (Ibidem, p. 32). Como ele destaca, a própria crítica à corrupção e os apelos éticos feitos por grupos conservadores que se fizeram presentes na crise de 1954, levando ao suicídio de Vargas; na vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek, em 1955; e na derrubada de João Goulart, em 1964, não tinham como prioridade fundamental o combate à corrupção, mas foram expedientes empregados com o propósito de conter medidas favoráveis aos “destituídos” e às “classes vulneráveis”, assim: “(...) na maioria absoluta das vezes o governo denunciado é de inclinação popular” (Ibidem, p. 42).

Embora enquadre a destituição de Dilma como um golpe parlamentar resultante de uma reação conservadora a um governo de inclinação popular, para Santos (2017), o aspecto institucional do golpe, ou seja, a centralidade dada à participação dos parlamentares na deflagração do impeachment parece ser relativizada ao longo de sua análise, na medida em que ele passa a defender que a Ação Penal 470, também conhecida como “juízo do mensalão”, teria inaugurado a ação conservadora de interrupção da liderança do PT pela via não eleitoral, ou ainda: “A Ação Penal 470 estreou ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na política [e] deu início à formulação jurídica dos fundamentos para os golpes parlamentares de transgressão constitucional” (Ibidem, pp. 159-160).⁹ Mais do que isso, o autor sustenta explicitamente que o

9 Na análise do autor, três teses foram advogadas pelo STF para dar sustentação à AP 470: a) a tese de que “a Constituição era aquilo que o Supremo Tribunal Federal diz que ela é”, consolidando, assim, uma espécie de “sequestro de poder constituinte do povo”; 2) a tese de que o acusado deve assumir a responsabilidade por demonstrar que não era culpado, o que implica a “disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado”; e 3) a tese da “imputação de

golpe concretizou-se por meio de um “acordo tácito” das forças majoritárias do Judiciário e do Legislativo, além de envolver o papel decisivo do empresariado e da mídia como “ator subsidiário” na difusão das notícias que chegavam às grandes massas.

Napolitano (2019) observa que um dos traços comuns aos antigos e contemporâneos golpes de Estado é a ação de um ator “abrigado no próprio Estado”, e sustenta que os golpes de Estado contemporâneos tendem a se manifestar “contra processos e projetos de mudança socioeconômica, vistos como ‘subversão da ordem tradicional’ (ou alegados como tais pelos golpistas)” (Ibidem, p. 402). Ao examinar o caso das crises políticas e golpes de Estado ocorridos no Brasil, especialmente as ocorridas a partir de 1945, identifica a presença do que chama de “golpismo atávico”, que possui um caráter latente e que pode aflorar com certa frequência, “alimentado por utopias autoritárias e valores elitistas receosos dos avanços democráticos” (Ibidem, p. 407). De alguma maneira, o autor parece compartilhar do mesmo entendimento de Santos (2017) sobre o significado social dos golpes de Estado no Brasil e sustenta, ademais, que havendo reduzida unidade entre as frações das elites e menor adesão social aos seus interesses econômicos, maior demanda há por poderes moderadores para impor soluções que nem sempre seguem a ordem constitucional e os valores democráticos. Os exemplos de novos poderes moderadores fornecidos pelo autor seriam os seguintes: a burocracia técnica federal nos anos 1930, as Forças Armadas nos anos 1950 e 1960, e o Judiciário na conjuntura mais recente.

Napolitano (2019) enquadra a deposição de Dilma no rol de manifestações do “golpismo atávico”, concretizado por “grupos conservadores brasileiros” defensores da “moralidade pública” e apoiados por uma “sociedade amedrontada pela crise econômica, pela insegurança pública e pela falta de serviços básicos” (Ibidem, p. 413). Em outra análise, atesta que o conflito entre Legislativo e Executivo foi um elemento constante das crises republicanas no Brasil ocorridas em 1954, 1964 e 2016, ainda que tenha exercido um papel político-ideológico e

possibilidade objetiva e causalidade adequada”, que acarreta a ideia de que “a inexistência de provas de conexões inferiores (causações adequadas ao longo de toda cadeia de comando [administrativo]) comprovava, *contra o réu*, que ele era responsável pelo ilícito. Era dispensável sua presença em qualquer outro lugar da hierarquia de decisão: *ele possuía o domínio do fato*” (Santos, 2017, p. 168 et seq.)

assumido graus distintos em cada um desses eventos políticos, diferenciando-se, como vimos, de muitas análises que procuraram delegar um papel progressista ao Congresso (Napolitano e Ribeiro, 2017). É oportuno apresentar, numa longa citação, os aspectos principais que, segundo tais autores, caracterizariam as deposições forçadas de presidentes da República, entre as quais se inclui o impeachment de Dilma:

1) Resistência dos segmentos conservadores, sejam liberais ou autoritários, a líderes e partidos políticos afinados com qualquer tipo de “política de massas” e agendas econômicas “nacional-desenvolvimentistas”, ainda que moderadas. 2) Existência de uma cultura política autoritária que, para além de se constituir como uma corrente doutrinária delimitada e específica, é pautada sobretudo pelo chamado “autoritarismo de crise”, sugerindo um *deficit* democrático arraigado na tradição do constitucionalismo liberal brasileiro. Inclusive, (...) um traço autoritário como constituinte das práticas institucionais de parte das elites políticas brasileiras. 3) Dificuldade de articulação social e político-institucional de um projeto reformista e nacional-desenvolvimentista consistentes, dado o antirreformismo visceral das elites, profissionais liberais e da classe média alta, (...) 4) Uso de estratégias de desconstrução simbólica dos governos indesejáveis ao *establishment* que constituem uma espécie de “tecnologia golpista” para derrubar governos eleitos, disseminada sobretudo pela imprensa liberal, espalhando-se na opinião pública a partir dos seguintes elementos-chave: denúncia da corrupção, denúncia da inversão de valores e hierarquias sociais e de querer instaurar a “divisão social” (“subversão”), denúncia do “populismo irresponsável” ameaçador à “boa administração” do Estado e da livre-iniciativa. 5) Instrumentalização do Congresso Nacional como fator de pressão sobre as agendas reformistas do Executivo, em combinação a outros agentes e instituições (como as Forças Armadas no passado e o Poder Judiciário no presente). No caso do Poder Legislativo, vale ressaltar que sua composição social é historicamente conservadora. (Ibidem, pp.73-74)

Souza (2016) também trata a deposição de Dilma como um golpe de Estado. Em sua análise é crucial o papel cumprido pela “elite do dinheiro” nesse processo: “é antes de tudo a elite financeira que comanda os grandes bancos e os fundos de investimento” (Ibidem, p. 13). Trata-se de uma elite que comanda e “compra” as demais elites existentes, tais como: as elites política, jurídica, jornalística, intelectual, literária, etc. Nesse sentido, o autor caracteriza o golpe como uma fraude concretizada pela elite do dinheiro e que está profundamente vinculada ao tema da “corrupção seletiva”: “Todos os golpes de Estado tiveram a corrupção como mote, precisamente porque ela se presta sem esforço a ser tomada arbitrariamente contra o inimigo político de ocasião” (Ibidem, p. 12).

Um dos elementos destacados pelo autor para dar sustentação ao golpe foi o conluio constituído entre mídia e aparato jurídico-político. Esse conluio passou

a se estabelecer quando a pauta da redução das tarifas de transportes, mobilizada no contexto das manifestações de junho de 2013, passou a ceder lugar para bandeiras de natureza “antipolíticas” e “antipartidos”, a ser substituída por temas como inflação e custo de vida, corrupção e, em especial, a promover ataques contra a PEC 37, que visava estabelecer uma divisão de funções entre investigação (Polícia Federal), acusação (Ministério Público) e julgamento (Juiz). O que a “casta jurídica” desejava era concentrar todas essas funções e conseguir derrotar a PEC 37 com a ajuda da mídia. Com a não aprovação da PEC 37 no Congresso Nacional, o discurso anticorrupção ganhou força e se fez presente na disputa eleitoral de 2014, juntamente aos discursos sobre o controle de gastos públicos e da austeridade fiscal, e passou a ser adotado de maneira seletiva para atacar o PT e seus principais líderes. Dessa maneira, aquilo que surgiu como algo abstrato em junho de 2013, tornava-se algo mais concreto, especialmente com a criação da Lava Jato no começo de 2014, que gradualmente acabou desempenhando o papel de criminalizar o PT, sua base de apoio e seu projeto de inclusão social. Tratava-se de um “falso combate à corrupção”, que jamais poderia confessar os reais interesses [da elite do dinheiro] que o sustentava, por dois motivos principais:

(...) primeiro, a corrupção pode ser vendida como interesse de todos, servindo como uma luva para todo tipo de mascaramento de interesses particulares em interesse geral; em segundo lugar, ninguém diz verdadeiramente o que é corrupção, tornando-a, precisamente por seu caráter impreciso e maleável, o mote ideal de todo tipo de distorção sistemática da realidade (Souza, 2016, p. 113).

Na caracterização do processo de golpe, Souza (2016) identifica um protagonismo inicial do Judiciário, graças ao vazamento ilegal da conversa entre a presidente Dilma e Lula feita a comando do juiz Sérgio Moro e ao impedimento da nomeação de Lula para o Ministério da Casa Civil. No entanto, considera que o Judiciário teria perdido sua “aura de imparcialidade” justamente por tomar essas iniciativas, abrindo espaço, na cena, para o Parlamento. Liderada pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB), a maioria dos congressistas procurou enfraquecer o governo federal por meio da aprovação de projetos de lei (as chamadas “pautas-bombas”) que aumentavam os gastos públicos e impunham óbices ao cumprimento das metas fiscais de 2015. Mais tarde, quando se viu ameaçado por processo de cassação na Comissão de Ética da Câmara dos

Deputados, Cunha autorizou a abertura do processo de impeachment. Pelo fato de o Judiciário ter saído de cena com sentimento de “dever cumprido”, como salienta Souza (2016), o Parlamento se tornou o principal protagonista do golpe. Com isso, conclui:

A elite financeira, a mídia – sob o comando da TV Globo –, o parlamento comprado e a casta jurídica se unem e decretam o fim do governo eleito. Com o golpe consumado, todos os interesses que se articulam partem direto para a rapina e para o saque do espólio. Vender as riquezas brasileiras, o petróleo à frente, cortar os gastos sociais, posto que o que vale agora é apenas o interesse do 1% mais rico, e fazer a festa da turma da “privataria”. Os pobres voltam ao esquecimento, à marginalidade e aos salários de escravos por serviços à classe média e às empresas dos endinheirados. Tudo como antes como no quartel de Abrantes (Ibidem, pp. 131-132)

Singer (2015) anteviu alguns aspectos importantes que contribuiriam pouco tempo depois para a deflagração do golpe. Ao analisar o primeiro governo Dilma, o autor identificou, nesse período, a existência de uma contradição entre uma coalizão produtivista, formada por industriais e trabalhadores organizados, e uma coalizão rentista, que agregava o capital financeiro e a classe média tradicional, e observou que o ensaio desenvolvimentista capitaneado pela coalizão produtivista começava a passar por um processo de crise, a partir da qual se constituiria uma “frente única burguesa anti-desenvolvimentista”, que se unificaria sob a dominância do rentismo e reivindicaria a política neoliberal. Vários fatores explicariam a crise do ensaio desenvolvimentista e a dissolução da coalizão produtivista, mas um deles teria sido fundamental para provocar tais deslocamentos, a saber, o ativismo estatal perseguido pelo governo Dilma:

Enquanto, pelo alto, Dilma e Mantega realizaram ousado programa de redução dos juros, desvalorização da moeda, controle do fluxo de capitais, subsídios ao investimento produtivo e reordenação favorável ao interesse público de concessões à iniciativa privada, no chão social e político o vínculo entre industriais e trabalhadores se dissolvia, e os empresários se unificavam “contra o intervencionismo” (Ibidem, p. 69)

Esse seria o pano de fundo dos conflitos de classe que levaria, posteriormente, Singer (2018) a caracterizar o impeachment de Dilma como um golpe parlamentar, destacando, desse modo, o papel que o Congresso cumpriu nesse processo. Para ele, o golpe parlamentar resultou da formação de uma “sólida frente antirrepublicana”, liderada por Eduardo Cunha e setores do PMDB, como o próprio vice-presidente Michel Temer. Tal frente foi construída para se

contrapor ao ensaio republicano que Dilma teria buscado pôr em prática durante seu governo, especialmente com a constituição da Operação Lava Jato – que teria revelado um forte esquema de corrupção na Petrobras. Portanto, Singer (2018) parte do pressuposto de que a Lava Jato teria, em alguma medida, cumprido um papel republicano e que mesmo que tenha tido como alvo preferencial quadros ligados ao PT, na prática, teria gerado reação de setores antirrepublicanos no Congresso e contribuído para desconstruir a base parlamentar do governo Dilma.

Ademais, o autor procura desvincular as ideias de golpe parlamentar e golpe de Estado, quando observa que:

(...) golpe parlamentar não é golpe de Estado, que “na grande maioria dos casos” significa a tomada do poder pelas Forças Armadas. O processo de impedimento, repleto de incontáveis peripécias, fora aprovado na Câmara, em 17 de abril, por maioria constitucional, depois de quatro meses de contraditório, público e livre, entre acusação e defesa. (Singer, 2018, p. 14)”

Assim sendo, o conceito de golpe de Estado passa a se referir unicamente à ação de militares, e a aprovação por parte de uma maioria constitucional do impeachment de Dilma torna-se o critério empregado para concluir que não houve ruptura democrática, como ocorre nos golpes militares, mas um “golpe *por dentro* da Constituição” (Singer, 2018, p. 15).

Na análise de Boito Jr. (2018), o “golpe do impeachment” é caracterizado fundamentalmente como resultante de uma ofensiva política do grande capital internacional e da fração burguesa a ele associada (força política dirigente do golpe) que é ancorada na mobilização da alta classe média (base social do golpe) – o que teria permitido a restauração do neoliberalismo (mudança no conteúdo da política econômica, social e externa do governo). A ofensiva restauradora do neoliberalismo ocorre em meio a um processo de crise do neodesenvolvimentismo, que se alicerçava na hegemonia política da grande burguesia interna, com apoio do movimento popular e sindical organizado, e dos trabalhadores da massa marginal, concebidos como principais beneficiários dos programas sociais dos governos petistas. Diferentemente de Singer que advoga a tese da frente única burguesa, Boito Jr. (2018) identifica ao menos três tipos de posição da grande burguesia interna diante do golpe: capitulação (empresas nacionais de construção civil e engenharia pesada, que foram perseguidas

judicialmente pela Lava Jato), tentativa de salvar o governo Dilma (bancos nacionais, especialmente Bradesco), apoio ativo (FIESP, CNI e indústria de transformação) e neutralidade (indústria naval).

Além disso, observa que os conflitos de classe decorrentes desse processo político repercutiram nas instituições políticas do Estado e no debate de ideias, resultando, com isso, na deflagração de um golpe parlamentar, articulado principalmente por partidos e parlamentares que se situavam na oposição ao governo Dilma (p. ex., o PSDB, que desde o anúncio da vitória de Dilma nas urnas, questionou os resultados das eleições de 2014) ou passaram para esse campo político durante o processo (p. ex., o PMDB, especialmente após a publicação do programa “Uma ponte para o futuro”, no final de 2015). Boito Jr. (2018) salienta ainda que a Operação Lava Jato se tornou o partido da alta classe média e que, embora os interesses dessa fração não coincidam com os interesses das forças dirigentes do golpe, acabou sendo utilizada pelo imperialismo e pela burguesia a ele associada para combater os interesses de sua fração rival: os interesses da grande burguesia interna, fração que possui uma relação de contradição e dependência em relação ao capital estrangeiro; distingue-se da antiga burguesia nacional por não assumir posições anti-imperialistas; não é uma mera correia de transmissão do capital imperialista; e está situada nos seguintes ramos: indústria de transformação, construção civil, indústria naval, mineração, agronegócio e bancos nacionais.

Apesar de evidenciar o importante papel da Lava Jato no golpe, o autor não opera com a tese de que teria havido um golpe jurídico-parlamentar, embora tal noção possa ser deduzida do desenvolvimento de sua análise, tendo em vista o papel fundamental que ocupa a Lava Jato no processo de crise do neodesenvolvimentismo e na deposição de Dilma. Para além do debate sobre os aspectos institucionais do golpe, o que é central nesta análise são os conflitos de classe, especialmente os que envolvem o aguçamento da contradição principal entre imperialismo e burguesia a ele associada, de um lado, e burguesia interna, de outro. Ou ainda, para ele, é preciso observar como os conflitos de classe incidem e repercutem sobre os conflitos institucionais para que se possa alcançar uma análise mais satisfatória da crise política e do golpe de Estado.

Do mesmo modo que foi possível identificar alguns aspectos comuns às análises que não tratam o impeachment de Dilma como golpe, podemos apontar algumas semelhanças gerais existentes nas interpretações que afirmam haver uma correlação entre tal impeachment e golpe de Estado. Certamente, trata-se de uma unidade relacionada à tese geral (foi golpe) e também a um problema de fundo: os conflitos de classe assumem importância decisiva na caracterização do impedimento de Dilma. Isto distancia esse conjunto de análises do caráter formalista predominante nos estudos orientados pela perspectiva institucionalista, na medida em que tais análises procuram demonstrar o impacto dos conflitos de classe sobre as instituições políticas do Estado e sobre o conteúdo da política econômica e social.

Um problema que perpassa esse segundo conjunto de análises no campo acadêmico é o debate sobre a natureza de classe do golpe. As interpretações, aqui mencionadas, consideraram importante identificar quais forças sociais se beneficiaram do golpe, ou ainda, procuraram oferecer respostas à questão: a quem interessava a deposição de Dilma? As categorias mobilizadas para dar conta da explicação desta questão variam de um caso para outro, mas subjaz a todos analistas a necessidade de detectar, de modo mais ou menos desenvolvido, a força social que dá direção política ao golpe, daí advindo o emprego de noções e conceitos como: reação conservadora contra governo de inclinação popular, “golpismo atávico” realizado por grupos conservadores brasileiros, “elite do dinheiro”, “coalizão rentista”, “o capital financeiro e a burguesia a ele associada”.

Também se faz presente nesse debate a caracterização do conteúdo da política de Estado que atende aos interesses das forças dirigentes e que passa a orientar o governo que sucedeu o governo Dilma. Nesse caso, podemos destacar, entre outras, as seguintes referências: antirreformismo visceral, rejeição às políticas que atendem os interesses das classes vulneráveis, contrariedade a projetos desenvolvimentistas e à continuidade de avanços democráticos, aprofundamento da “privataria” e dos saques às riquezas nacionais, restauração do neoliberalismo ortodoxo, dissolução da coalizão produtivista, crise do neodesenvolvimentismo.

Todas essas referências aludem às mudanças reivindicadas e/ou consumadas pelas forças dirigentes do golpe no plano da política econômica e

social. Certamente, o exame *post factum* do golpe permite ao analista da conjuntura um tratamento mais rigoroso das orientações predominantes da política do governo nascido do golpe. No entanto, nada impediu que análises feitas no calor dos acontecimentos conseguissem detectar tendências gerais dos processos de realinhamento político de classe e de redefinição da política econômica e social.

Por uma Caracterização do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: apontamentos finais

Diante do exposto e com o intuito de apresentar algumas conclusões finais, chamamos a atenção para o fato de que todo golpe de Estado – o que inclui o caso do impedimento de Dilma – implica uma mudança na correlação política de forças que integram o bloco no poder, podendo, assim, acarretar na *redefinição da hegemonia política* de uma fração do bloco no poder, caso em que uma dada fração burguesa deixa de ter seus interesses priorizados pela política estatal e cede lugar para outra fração pertencente ao bloco no poder. Nesse caso, estaríamos diante da substituição da fração de classe que exerce o controle sobre o processo decisório da política estatal; ou então, resultar no *reforço da hegemonia política* de uma dada fração burguesa – o que envolve intensificar a implementação de políticas que lhes são favoráveis e conter ou neutralizar a política de acomodação e concessão material aos interesses de outras frações burguesas que se situam de maneira subordinada à fração hegemônica do bloco no poder. O golpe de 2016 designa o reforço da hegemonia política dos interesses do capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada, e a contenção do processo de fortalecimento político dos interesses da grande burguesia interna, que vinha ocorrendo desde 2005 (Martuscelli, 2018b). Apesar de o golpe de 2016 ter recebido o apoio ativo de amplos segmentos da grande burguesia interna, inclusive nas mobilizações de rua, não foram esses segmentos que lograram estabelecer a hegemonia política no bloco no poder, uma vez que, se a implementação de uma versão extremada do neoliberalismo unifica a burguesia contra os interesses dos trabalhadores na política de redução ou supressão de direitos sociais e trabalhistas, contrariamente estabelece uma hierarquia entre os interesses do capital financeiro internacional e aqueles da



grande burguesia interna. É adequado afirmar que o golpe de 2016 teve como consequência a implementação de uma política que impôs sérios sacrifícios materiais às classes dominadas, mas essa constatação é insuficiente para quem se propõe a realizar uma análise global das classes sociais. Para tanto, é preciso detectar também quais interesses das frações do bloco no poder foram priorizados pela nova política governamental, isto é, qual hierarquia de interesses se constituiu no seio do bloco no poder.

Esse primeiro critério utilizado para identificar a existência de um golpe de Estado, demonstra como os conflitos de classe impactam as relações entre as frações do bloco no poder e o conteúdo da política de Estado. Nessa perspectiva, é possível indicar que o golpe de Estado que resultou no impeachment de Dilma, coincidiu com uma crise política que possibilitou a ascensão política de forças sociais interessadas em promover a implementação de uma política neoliberal extremada (ortodoxa). Como vimos, as principais frações interessadas na aplicação desta política eram o capital financeiro internacional e a burguesia a ele associada.

Outros aspectos relacionados ainda a esse primeiro critério dizem respeito à adesão das classes dominantes e das classes médias ao golpe. Em concordância com Boito Jr. (2018), sustentamos que o golpe de Estado não foi propriamente resultado de uma “frente única burguesa”, de uma “reação conservadora” ou de uma iniciativa da “elite do dinheiro”, consideradas em abstrato como homogêneas, mas esteve marcado por diferentes posicionamentos das frações burguesas, abrangendo: apoio ativo, aceitação passiva, tentativas de evitar a saída de Dilma e neutralidade.¹⁰ Ou seja, o processo de golpe foi permeado por contradições no seio das classes dominantes. Tais contradições sempre se fazem presentes de maneira mais manifesta nos períodos de crise política, como são as conjunturas de deflagração de golpes de Estado. No que se refere à ativa participação de setores das classes médias nos protestos de rua favoráveis ao impeachment de Dilma, é importante não superestimar seu papel político, em função de que a classe média não chegou ao poder. Mas, afinal, qual posição ocupou a classe média no golpe? Em primeiro lugar, é possível caracterizá-la

10 Sobre esses diferentes posicionamentos da burguesia, ver também: Valle (2019).

como base social principal e força motriz do golpe. Ainda que parte da classe média tenha conferido apoio ao campo político neoliberal dirigido pelo capital financeiro internacional e pela burguesia a ele associada, a classe média não foi a força dirigente deste processo. Contudo, sua participação como principal força social dos protestos de rua contra o governo Dilma foi decisiva para garantir ao golpe uma considerável base social. Observamos também que não foi o conjunto da classe média que apoiou o golpe, mas as camadas superiores dessa fração de classe, ou ainda, a alta classe média. Outra parcela da classe média, ainda que em número proporcionalmente mais reduzido, foi às ruas resistir ao golpe, como constatam Cavalcante e Arias (2019) com base em dados de pesquisas de opinião de grande amplitude.

Um segundo critério utilizado para tratar do impeachment de Dilma como golpe foi a participação de uma força interna ao Estado como perpetradora ou executora do golpe. Tal critério tem sido mais amplamente aceito nos estudos sobre golpes de Estado, mas o que muitas análises deixam de observar é que a existência desta força no interior das instituições políticas do Estado emerge como efeito dos conflitos reprodutivos de classes, engendrados principalmente pelas disputas intraburguesas pelo controle do processo decisório da política estatal. Desse modo, esse segundo critério permite entrever as relações entre os ramos dominantes e não dominantes do aparelho de Estado. No caso dos estudos aqui considerados, percebemos que o Parlamento e o aparato judicial, que envolve STF, MP, órgãos do Judiciário, Lava Jato, tendem a ser indicados como os protagonistas principais no processo de impeachment. Nenhuma análise salientou qualquer tipo de participação ativa ou decisiva das forças militares nesse processo. No entanto, a maioria dos analistas considerou que o Congresso Nacional foi a principal força institucional do golpe ou o “perpetrador intencional”, para utilizarmos uma expressão cunhada por Perissinotto (2016), daí advindo a ideia de definir o golpe como sendo um golpe parlamentar.

Se se consideram ao pé da letra os requisitos legais e constitucionais para a aceitação e aprovação do pedido de impeachment no Brasil, a conclusão a que se chega é a de que, formalmente, caberá sempre ao Congresso Nacional o papel decisivo na destituição de qualquer presidente da República. Basta que o presidente da Câmara dos Deputados acolha o pedido de impeachment e que,

com quórum qualificado de 2/3, a Câmara Federal aceite e o Senado Federal aprove o referido pedido. No entanto, o analista da conjuntura que procura realizar um exame rigoroso desta questão não pode se fixar exclusivamente nos aspectos legais e constitucionais do processo de impeachment. Necessita levar em consideração também a existência dos aspectos políticos relacionados a esse processo. Isto envolve observar como os conflitos e realinhamentos de classes impactam a dimensão institucional e podem provocar mudanças na base política que dá sustentação a um determinado governo.

No caso do impeachment de Dilma, os conflitos de classe repercutiram na dimensão partidária, e dois fatores foram decisivos para a sua aprovação: a) a não aceitação por parte do PSDB dos resultados eleitorais de 2014 e as iniciativas que esse partido tomou, a partir de então, para legitimar o fim antecipado do mandato de Dilma Rousseff; e b) o desembarque do PMDB da coalizão governamental liderada pelo PT e as articulações que o antigo aliado dos petistas passou a fazer com outros parlamentares ou partidos satélites para inviabilizar o governo, especialmente a partir do lançamento do programa “Uma ponte para o futuro”, que pretendia unificar o partido em torno de uma plataforma neoliberal, e do acolhimento por parte do deputado Eduardo Cunha do pedido de impeachment na Câmara Federal. Embora outros deslocamentos partidários tenham ocorrido nesse processo, o posicionamento tomado por esses dois grandes partidos que possuíam ampla inserção política nacional e bancada superior a 50 parlamentares foi decisivo para minar a base partidária do governo Dilma no Congresso Nacional¹¹ e aglutinar forças favoráveis à implementação do neoliberalismo extremado.

Como se insere o aparato judicial, composto por STF, órgãos do Judiciário, MP, Lava Jato, no golpe? Trata-se de mero coadjuvante que teria apenas criado as condições para que o golpe fosse consumado ou teria sido um dos executores fundamentais da destituição de Dilma? Nesse caso, notamos uma ampla gama de posicionamentos que convergem com a aceitação do impeachment, entre os

11 No caso do PMDB, 59 de 66 deputados votaram favoráveis ao impeachment. Já entre os parlamentares do PSDB, a aprovação dos votantes foi unânime: 52 votos. Outros partidos com número superior a 20 parlamentares também foram decisivos para aprovar a destituição da presidente Dilma: DEM (posição unânime: 28 votos); PP (38 de 42 votos); PR (26 de 36 votos); PRB (posição unânime: 22 votos); PSB (29 de 32 votos)

quais destacamos: a conivência de parcelas significativas desse aparato com o tratamento questionável dado às pedaladas fiscais e aos decretos de créditos suplementares como crime de responsabilidade; a organização de toda uma arquitetura institucional para defenestrar do governo a presidente Dilma e as forças ligadas ao PT, destacando-se os seguintes componentes: a Ação Penal 470 e a legitimação da teoria do domínio do fato, o rechaço à PEC 37, a ampliação da abrangência do dispositivo da delação premiada, a Operação Lava Jato, o vazamento ilegal de conversas entre Dilma e Lula, o impedimento da posse de Lula como ministro, a criminalização do lobby, a “participação ativa” do STF na condução dos trabalhos do julgamento do processo de impeachment no Senado e a sua “omissão” ao rejeitar todos recursos que visavam demonstrar irregularidades e lacunas no processo;¹² o “conluio” entre aparato judicial e mídia corporativa – aspecto fundamental para gerar o consenso negativo contra Dilma e seu partido e legitimar socialmente as iniciativas da cúpula do aparato judicial que não se inserem no aparelho estatal por meio da representação do voto; a politização do judiciário e a formação de uma ampla rede de conspiração política constituída principalmente por juízes, promotores e operadores da Lava Jato, como demonstraram as diversas matérias divulgadas por The Intercept Brasil em 2019.

Nessa perspectiva, como considerar esse conjunto de elementos como algo secundário ou irrelevante na caracterização das forças institucionais que foram protagonistas e perpetradoras do golpe? Em que medida falar apenas em golpe parlamentar não só contribui para ocultar esses elementos, como também tende a reforçar a visão de que apenas os políticos/parlamentares participaram da trama golpista, enquanto o aparato judicial foi orientado por decisões técnicas alheias à política? Não se referir ao aparato jurídico como perpetrador do golpe não resultaria em tratar seus membros como cidadãos de bem, acima dos conflitos de interesses e guiados por princípios voltados para a defesa incontestada da moralidade pública e contra a corrupção? Por esse rol de questionamentos suscitados e de observações feitas sobre o papel do aparato judicial no golpe, julgamos adequado caracterizá-lo como uma das forças institucionais do golpe, e definir o impeachment de Dilma como um golpe jurídico-parlamentar,

12 Esses dois últimos pontos foram observados por: Monteiro (2018)

relembrando, aqui, que esse aspecto institucional do golpe é condicionado e atravessado pelos conflitos reprodutivos de classe presentes na referida conjuntura. Como salienta Monteiro (2018), a destituição de Dilma pode ser concebida como um “golpe não clássico, mas de natureza jurídico-parlamentar”, uma vez que:

Enquanto os golpes clássicos não precisam do Judiciário e, uma vez executados, geralmente se voltam contra ele; nos neogolpes, a mais alta corte do país torna-se primordial no processo, seja como garantidora do golpe concretizado no Parlamento, seja como ator efetivo no processo de destituição. O principal motivo é a necessidade de aparência de legalidade e de manutenção do rito legal. (Ibidem, p. 71)

O último critério de aferição do golpe diz respeito aos meios empregados para destituir Dilma. As análises consideradas nesse trabalho tendem a indicar o uso casuístico ou oportunista da legislação nacional e da Constituição referente ao impeachment. Um dos aspectos fundamentais da tática adotada pelas forças golpistas foi a de caracterizar expedientes amplamente utilizados por governos em nível federal, estadual e municipal em várias gestões, como são os casos das pedaladas fiscais e dos decretos de crédito suplementares, como crimes de responsabilidade e como alegação suficiente e crível para interromper o mandato de Dilma. Outro aspecto importante foi o conluio criado pelo aparato judicial e a mídia corporativa com vistas a legitimar todas as iniciativas tomadas pelos maiores defensores da moralidade pública (os membros do judiciário) e transmitir a ideia de lisura técnica de todo o processo que, embora implicasse a decisão dos congressistas, tinha o aval do judiciário – afinal as instituições estavam funcionando muito bem.

Com isso, é possível elaborar um esquema que sintetize as principais teses formuladas neste trabalho. Como foi indicado ao longo do texto, compartilhamos muitos dos pressupostos teóricos dos analistas que caracterizam a destituição de Dilma como um golpe de Estado, conectam esse processo com conflitos reprodutivos de classe existentes na sociedade brasileira e tendem a observar o impacto que tais conflitos produzem sobre as instituições políticas do Estado e sobre o conteúdo da política econômica e social. O quadro abaixo resume o que acabamos de discutir.

Quadro 1 – A destituição de Dilma Rousseff como golpe de Estado

Golpe de Estado	Destituição de Dilma Rousseff
<i>Objetivo central</i>	Reforço da hegemonia política do capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada por meio da reivindicação e implementação de uma versão extremada da política neoliberal
<i>Força política dirigente</i>	Capital financeiro internacional e burguesia a ele associada
<i>Base social ou força motriz</i>	Alta classe média
<i>Forças institucionais perpetradoras</i>	Congresso Nacional e Aparato judicial composto por STF, Judiciário, MP, Lava Jato
<i>Meios empregados</i>	Uso casuístico da lei do impeachment e conluio entre aparato judicial e mídia corporativa para legitimar a lisura técnica do golpe.

Bibliografia

ALMEIDA, Ronaldo de. “Os deuses do parlamento”. *Novos Estudos Cebrap*, ed. especial, pp. 71-79, junho de 2017.

BERMEO, Nancy. “On democratic backsliding”. *Journal of Democracy*, vol. 27, nº 1, pp. 5-19, January 2016.

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

BOUKALAS, Christos. “No exceptions: authoritarian statism. Agamben, Poulantzas and homeland security”. *Critical Studies on Terrorism*, vol.1, nº 7, pp. 112-130, 2014.

CARDOZO, José Eduardo Martins; FRANCO, Renato Ferreira Moura. “Resposta à interpelação judicial emitida pelo STF”. *Petição 6126/DF*. Brasília, 7 de junho de 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/crise/dilma-explica-a-rosa-weber-que-foi-golpe-por-mais-de-100-fontes/> Acesso: 2 nov. 2019.

CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. “A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016)”. GALVÃO, Andréia et al. (orgs.). *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo: Alameda Editorial, pp. 97-125, 2019.

DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

HADDAD, Fernando. “Golpe é uma palavra um pouco dura”, diz Haddad sobre impeachment”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de agosto de 2016. Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,golpe-e-uma-palavra-um-pouco-dura-diz-haddad-sobre-impeachment,10000068420> Acesso: 29 out. 2019.

HOCHSTETLER, Kathryn. “Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul”. *Lua Nova*, n. 72, pp. 9-46, 2007.

KASAHARA, Yuri; MARSTEINTREDET, Leiv. “Presidencialismo em Crise ou Parlamentarismo por Outros Meios? Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina”. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, n.1, pp. 30-54, 2018.

LIMONGI, Fernando. “Impedindo Dilma”. *Novos Estudos Cebrap*, ed. especial, pp. 5-13, junho de 2017.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “A crise atual e o debate institucional”. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 36, n. 3, pp. 79-87, 2017.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MACEDO, Fausto. “Veja a decisão que proíbe debate sobre impeachment na Faculdade de Direito da UFMG”. *O Estado de S. Paulo*, 2 de maio de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-a-decisao-que-proibe-debate-sobre-impeachment-na-faculdade-de-direito-da-ufmg/> Acesso: 29 out. 2019.

MARSTEINTREDET, Leiv. “Explaining variation of executive instability in presidential regimes: Presidential interruptions in Latin America”. *International Political Science Review*, n. 7, pp. 173-194, 2013.

MARSTEINTREDET, Leiv; MALAMUD, Andrés. “Coup with adjectives: conceptual stretching or innovation in comparative research?”. *Political Studies*, pp. 1-22, 2019.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “O golpe de Estado como fenômeno indissociável dos conflitos de classe”. *Revista Demarcaciones*, n. 6, pp. 1-15, 2018a.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma In: OUVIÑA, Hernán; REY, Mabel Thwaites (orgs.). *Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo em América Latina*. Buenos Aires: El Colectivo, pp. 90-120, 2018b.

MIGUEL, Luis Felipe. Os cursos sobre o golpe: um testemunho pessoal In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth (orgs.). *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas: Pontes Editores, pp. 13-19, 2019a.

_____. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019b.



MONTEIRO, Leonardo Valente. "Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil". *Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, n. 1, pp. 55-97, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. "Golpe de Estado: entre o nome e a coisa". *Estudos Avançados*, vol. 33, n. 96, pp. 397-420, 2019.

NAPOLITANO, Marcos; RIBEIRO, David. "Crises políticas e o 'golpismo atávico' na história recente do Brasil (1954-2016)" In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (orgs.). *Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez Editora/ANPUH-SP, pp. 49-74, 2017.

OLIVEIRA, Mariana. "STF notifica Dilma para explicar acusação de que sofreu 'golpe'". *Portal G1*, 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/stf-notifica-dilma-para-explicar-acusacao-de-que-sofreu-golpe.html> Acesso: 29 out. 2019.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. "Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, n. 98, pp. 1-15, 2018.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. *Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

PERISSINOTTO, Renato. *Por que golpe?*, mimeo, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe Acesso: 9 dez. 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2019.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POWELL, Jonathan M.; THYNE, Clayton L. "Global instances of coups from 1950 to 2010: A new dataset". *Journal of Peace Research*, vol. 48, n. 2, pp. 249-259, 2011.

SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

SANTOS, Fabiano; GUARNIERI, Fernando. "From protest to parliamentary coup: an overview of Brazil's recent history". *Journal of Latin American Cultural Studies*, vol. 25, n. 4, pp. 485-494, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. São Paulo: FGV Editora, 2017.

SINGER, André. *Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. "Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)". *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, pp. 39-67, julho de 2015.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

VALLE, André Flores Penha. *Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 2019.

Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar algumas das polêmicas existentes nos debates políticos e acadêmicos sobre a caracterização do impeachment de Dilma como sendo uma interrupção constitucional do mandato presidencial ou um golpe de Estado. Nesse trabalho, indicamos os limites da abordagem institucionalista que tende a dissociar as instituições dos conflitos de classe e a refutar a tese do golpe. Concordamos com as análises que tendem a demonstrar o impacto dos conflitos reprodutivos de classe sobre a dinâmica institucional e operam com a tese de que a deposição de Dilma pode ser caracterizada como um golpe de Estado.

Palavras-chave: Golpe de Estado, Impeachment, Governo Dilma Rousseff, Política brasileira.

Controversy over Defining Dilma Rousseff's Impeachment as a Coup d'Etat

Abstract

The purpose of this paper is to analyze some of the controversies in the political and academic debates about the characterization of Dilma's impeachment as a constitutional interruption of the presidential mandate or a coup d'état. In this paper, we indicate the limits of the institutionalist approach that tends to dissociate institutions from class conflicts and refute the coup thesis. We agree with the analyzes that tend to demonstrate the impact of reproductive class conflicts on institutional dynamics and operate with the thesis that Dilma's deposition can be characterized as a coup d'etat.

Keywords: Coup d'etat, Impeachment, Dilma Rousseff Government, Brazilian Politics.

Controversias sobre la Definición del Juicio Político de Dilma Rousseff como un Golpe de Estado

Resumen

El propósito de este artículo es analizar algunas de las controversias en los debates políticos y académicos sobre la caracterización del juicio político de Dilma como una interrupción constitucional del mandato presidencial o un golpe de estado. En este artículo, indicamos los límites del enfoque institucionalista que tiende a disociar a las instituciones de los conflictos de clase y refutar la tesis del golpe de estado. Estamos de acuerdo con los análisis que tienden a demostrar el impacto de los conflictos reproductivos de clase en la dinámica institucional y operan con la tesis de que la deposición de Dilma puede caracterizarse como un golpe de estado.

Palabras clave: Golpe de Estado, Juicio político, Gobierno de Dilma Rousseff, Política brasileña.



O Novo na sua Face Sombria: um balanço das análises sobre a ascensão da extrema direita no Brasil atual

Patrícia da Silva Santos^{1*}
Ricardo Pagliuso Regatieri^{2**}

1. Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 impôs uma tarefa complexa e espinhosa às ciências sociais brasileiras: não só compreender a atuação das forças sociais que permitiram a ocupação da presidência do país por uma figura tão improvável e controversa, como também caracterizar a natureza dessas forças e de seu governo. Tratar-se-ia de um governo (neo)fascista? Ou do bom e velho autoritarismo brasileiro encarnado numa figura bizarra? Que mudanças tiveram lugar no Brasil nos últimos anos desencadeando uma passagem vertiginosa de um governo de esquerda moderado para um governo radical de direita? Bolsonaro somente pode ser compreendido como resultado de processos muito mais abrangentes, tanto do ponto de vista temporal, como geográfico e, evidentemente, levando em conta nexos coletivos. De modo que a pergunta em relação à eleição do presidente se desloca para as questões relativas às tendências sociais, tanto circunstanciais como históricas e globais, que estão em jogo no momento político contemporâneo.

Tudo isso requer um grande esforço intelectual, que vem sendo gestado de maneira a cobrir diversos aspectos do que está sendo denominado *bolsonarismo*: os grupos sociais que servem de suporte ao projeto da extrema direita no poder, a comparação entre a extrema direita brasileira e os movimentos autoritários que angariam espaço em outras partes do mundo, o papel das crises econômicas

1* Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

2** Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

iniciadas em 2008 na ascensão contemporânea de soluções autoritárias, a relevância dos meios técnicos de comunicação na disseminação das ideologias extremistas, as semelhanças e diferenças entre o momento atual e outros períodos brasileiros em que a direita radical exerceu influência no cenário político nacional (notadamente, no período do movimento integralista e na ditadura), as aproximações e distanciamentos entre a extrema direita atual e os movimentos fascistas dos anos 1930, o neoliberalismo, os projetos de destruição inerentes à atuação do atual governo brasileiro, entre muitos outros. O rol extenso de temas faz parte do diagnóstico do presente que vem sendo construído por diferentes intelectuais brasileiros.

O propósito central desse artigo é oferecer um balanço crítico, embora certamente parcial, desse debate. Ainda que incompleto, esse panorama, construído por meio da exposição, confrontação e análise de algumas das teses levantadas para a compreensão da situação brasileira, pretende contribuir para o delineamento das tendências sociais em jogo no cenário sociopolítico brasileiro.

2. (Neo)Fascismo, Neoliberalismo Totalitário e Neoatraso

Para compreender as especificidades do momento contemporâneo brasileiro, além de tentar estabelecer conexões e desdobramentos a partir do contexto sociopolítico nacional, os analistas têm buscado fazer movimentos temporais e geográficos, em busca de conceitos, analogias e comparações. Do ponto de vista histórico, as análises voltam-se ora para o passado especificamente brasileiro, com destaque para os anos 1960, ora para os movimentos fascistas dos anos 1930. De todo modo, nem a constelação inerente à ditadura brasileira, nem a organização própria ao fascismo repetem-se, propriamente, no momento atual. É por isso que, entre os analistas que adotam essas posturas, há um cuidado em formular elaborações que acentuam as especificidades da extrema direita brasileira contemporânea, sob concepções como (neo)fascismo, neoatraso ou novo totalitarismo. De uma perspectiva geográfica, muitos olhares voltam-se, comparativamente, para outras partes do globo onde a direita extremista ocupa o poder. Aqui também não é possível uma identificação estrita entre o Brasil e países europeus, por exemplo. Porém, a comparação é instrutiva na medida em

que situa no contexto global o que ocorre no país e logra expor alguns dos nós que conectam o bolsonarismo à economia globalizada neoliberal. De qualquer forma, talvez seja possível afirmar que a maior dificuldade nas análises ainda está em destrinchar tendências futuras a partir do ponto de cruzamento de vetores históricos e geográficos que convergem no presente histórico brasileiro.

No debate brasileiro contemporâneo, a tentativa de compreensão do cenário político tem envolvido uma disputa pela designação mais apropriada para o contexto atual. Vários autores têm lançado mão dos conceitos de fascismo ou de neofascismo para analisar a realidade brasileira. Armando Boito Jr. (2019; 2020), por exemplo, defende a caracterização do bolsonarismo como neofascismo, argumentando que ele seria uma espécie específica do gênero teórico mais abrangente fascismo. Para o autor, embora não tenhamos uma ditadura fascista, teríamos um governo neofascista operando em uma democracia burguesa deteriorada (Boito Jr., 2020: 112). Em tal governo prevaleceriam características específicas que remontam ao modelo geral do fascismo, tais como: a mobilização das classes médias, desorganização dos trabalhadores e eliminação do reformismo, componentes ideológicos de anticomunismo, culto à violência, crítica à corrupção, crise prévia à eclosão da extrema direita, acomodação da burguesia, entre outras.

Dialogando com Boito Jr., Michel Löwy (2019) também defende a conceituação neofascismo para designar o atual governo brasileiro. Destacando a dimensão internacional do movimento de ascensão da direita radical, Löwy afirma que a extrema direita neofascista e/ou autoritária chega a governar metade dos países do mundo, mas que ainda não há uma análise global disponível para entendermos esse fenômeno. De todo modo, o autor aponta dois elementos relevantes, embora ambos tenham impactos diferenciados para as distintas partes do mundo: o (1) “pânico identitário” (expressão tomada de Daniel Bensaid), que se fortalece na globalização capitalista e reforça lógicas nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e a (2) crise financeira do capitalismo iniciada em 2008. O movimento atual não seria idêntico ao dos anos 1930, conforme Löwy, pois não responde propriamente a “ameaças revolucionárias”, não se conecta necessariamente ao grande capital, nem se apoia apenas na pequena burguesia. Especificamente no caso brasileiro, o analista enxerga divergências em relação à

ascensão atual da extrema direita europeia. Aqui, o discurso anticorrupção é central, a questão racial não foi alçada à condição de bandeira principal, o ódio à esquerda é crucial, não ocorre uma continuidade em relação ao discurso fascista dos anos 1930 (integralismo), o neoliberalismo é um aliado e a religião tem papel essencial. De modo geral, são características distintas daquelas presentes em países europeus onde a extrema direita ganhou espaço. De qualquer forma, as especificidades brasileiras levantadas por Michel Löwy contribuem para uma maior historicização e posicionamento geográfico desse processo global, indicando que a caracterização do bolsonarismo como neofascismo não implica, necessariamente, abrir mão de sua contextualização.

Em sua discussão, Löwy chama atenção para a forma como Marilena Chauí caracterizou a situação brasileira. A filósofa justifica o não emprego da designação fascismo por não reconhecer em governos de extrema direita contemporâneos o caráter fortemente militarista, o nacionalismo exacerbado nem o imperialismo via colonialismo (características próprias do movimento fascista, conforme Chauí). Ela prefere enxergar na ascensão contemporânea da extrema direita uma nova forma de totalitarismo, que seria característica do neoliberalismo – Chauí retoma a expressão “sociedade administrada” utilizada por Adorno e Horkheimer nos anos 1940. Nesse novo totalitarismo, “em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado” (Chauí, 2019). Nesse tipo de totalitarismo próprio ao neoliberalismo “a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: a empresa” (Chauí, 2019).

Ao analisar mais especificamente a situação brasileira, Vladimir Safatle (2020) sustenta que a pandemia deveria servir para dissipar qualquer dúvida em relação ao caráter fascista do governo atual. No flerte bolsonarista com a morte teríamos a versão brasileira do “estado suicidário” (Safatle, 2020). Tal estado havia sido materializado no telegrama 71 de Hitler, que preconizava a autodestruição do estado em caso de derrota da guerra. No Brasil, para além da necropolítica, teríamos agora um Estado que “é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com

sua própria destruição” (Safatle, 2020). Essa dimensão suicida da política brasileira atual talvez seja o maior desafio para aqueles que buscam resistir à lógica do bolsonarismo. A oposição não é a um projeto de país, que poderia ser criticado, dissecado em suas falhas e contraposto por outras ideias. Trata-se de uma oposição que deve resistir a um antiprojeto devastador, como propõem analistas que serão tratados na próxima seção.

Conforme André Singer e outros sete colegas seus da Universidade de São Paulo (entre eles o próprio Safatle), o bolsonarismo atualiza discursos e estratégias do fascismo histórico brasileiro – o integralismo de Plínio Salgado. Eles afirmam que, “mesmo considerando as diferenças, o bolsonarismo está muito mais próximo das marcas características do integralismo do que da tradicional direita conservadora brasileira, pela simples razão de que ambos, bolsonarismo e integralismo, representam um fenômeno mobilizador, que vem de baixo para cima” (Singer et al., 2020). Na altura do golpe parlamentar de 2015-2016, o que estava em questão para as elites brasileiras era o esvaziamento da Constituição de 1988 e a transformação da democracia em um arremedo oligárquico. No vácuo deixado pelas forças da direita tradicional, que pareciam ter jogado a toalha frente à tarefa de oferecer uma alternativa palatável para o país, teria sido possível o que os autores chamam de “retomada do fascismo à brasileira” (Singer et al., 2020). Apresentando-se como alternativa antissistêmica, Bolsonaro teria sabido “se aproveitar do impulso anti-institucional desperto pelas manifestações de 2013, com suas tópicas de antirrepresentação política e refratária aos modelos de governabilidade característicos da democracia pós-Constituição de 1988” (Singer et al., 2020), unindo essas energias com as do conservadorismo janista, malufista e de grupos como a TFP (tradição, família e propriedade). A novidade de Bolsonaro, segundo os autores, seria que, “pela primeira vez na história do Brasil republicano, um autoritarismo vindo de baixo para cima não teve seu voo interceptado no meio do caminho por uma alternativa conjurada pelas elites, como se deu com Getúlio Vargas nos anos 1930 e com o golpe de 1964” (Singer et al., 2020).

Por seu turno, Gabriel Cohn, em texto publicado logo após as eleições de 2018, sustenta não ser possível taxar de fascismo o “novo presidencialismo brasileiro” (Cohn, 2018). Para ele, o fascismo implica em Estado forte, sem traço

de liberalismo, seja novo seja antigo. Contudo, haveria um ponto central para a caracterização do “presidencialismo de ocupação” do governo de Jair Bolsonaro: a dimensão propagandística. As táticas do famoso ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels, estariam sendo reeditadas pela extrema direita brasileira, nomeadamente, a estratégia de disseminação continuamente repetida de mentiras com o objetivo de transmutá-las em verdades. O principal argumento contrário à identificação com os modelos fascistas do início do século passado consiste na constatação de que “estamos diante da emergência de algo novo, de modo peculiar de organização e exercício do poder em escala planetária, e para cuja consolidação o caso brasileiro é da maior importância, por tudo aquilo que este país representa.” (Cohn, 2018). Em vez de voltar o olhar para o passado, seria necessário compreender o que está sendo gestado para o futuro, não somente no âmbito local, mas em escala global. O Brasil estaria ensaiando algo que “não é mera aberração sustentada por governo ocasional”, mas tem “importância planetária” (Cohn, 2018).

Para Roberto Schwarz, há bastante em comum entre os processos que tiveram lugar em 1964 e em 2018, ainda que no primeiro caso tenha se tratado de um golpe militar e no segundo de um candidato que venceu uma eleição. O que permite aproximar esses dois momentos é uma mesma dinâmica de fundo, a saber, o entrelaçamento entre o moderno e o atrasado na sociedade brasileira. Tal vinculação dialética, na qual, na periferia do capitalismo, o velho se encrusta no novo e se reproduz por meio dele é um tema caro a Schwarz desde seus trabalhos da década de 1960 e é central na sociologia uspiana³. Conforme Schwarz, em ambos os casos, “um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização” (Schwarz, 2020: 25). Schwarz cita como exemplo clássico dessa articulação o apoio do capital ao nazismo na Alemanha na década de 1930, o qual soube mobilizar os sentimentos regressivos das massas. A aposta da burguesia alemã em apoiar o nazismo “deflagrou um processo incontrolável,

3 Ao menos na sociologia de Florestan Fernandes e de discípulos seus como Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins e Sedi Hirano. No final da década de 1960 e início da década de 1970, tanto a abordagem de Schwarz quanto a dos sociólogos reunidos em torno de Florestan acerca da combinação entre tradicional e moderno no Brasil sofreu uma dura crítica por parte de Maria Sylvia de Carvalho Franco, também egressa desse círculo paulista.

ao fim do qual já não havia como saber quem seria devorado por quem” (Schwarz, 2020: 25).

Entretanto, uma grande diferença que Schwarz vê entre os dois momentos históricos é que, se em 1964 tanto a esquerda quanto a direita prometiam, de um jeito ou de outro, a superação do subdesenvolvimento, com o final do ciclo político dominado pelos herdeiros da redemocratização (PSDB e PT), e em especial com o fim do processo de integração social viabilizado pelo *boom* das *commodities* durante o período petista, o horizonte da superação do subdesenvolvimento parece agora fechado. Nesse contexto, em que, por um lado, faltava organização política para aprofundar a democracia e a reflexão social coletiva, e por outro, operaram técnicas recém-inventadas de propaganda enganosa, a frustração social da parte daqueles que haviam sido favorecidos pelas políticas progressistas levou-os a apostar na opção anti-ilustrada com vistas a garantir a qualquer preço os ganhos já alcançados (Schwarz, 2020: 26). Outra importante diferença entre 1964 e 2018 apontada por Schwarz é o tipo de atraso que presidiu a reação às pautas progressistas: enquanto há cinquenta anos, ela se compunha dos “preteridos pela modernização, representativos do Brasil antigo, que lutava para não desaparecer, mesmo sendo vencedor”, o neoatraso bolsonarista, que mobiliza a “deslaicização da política, a teologia da prosperidade, as armas de fogo na vida civil, o ataque aos radares nas estradas, o ódio aos trabalhadores organizados”, se originou “no terreno da sociedade contemporânea, no vácuo deixado pela falência do Estado” (Schwarz, 2020: 27-28). Não só no Brasil, mas também globalmente, “os faróis da modernidade mundial perderam muito de sua luz” (Schwarz, 2020: 28), afirma o autor.

Como se vê, embora a eleição de Bolsonaro tenha, não raro, despertado um sentimento inicial de surpresa, alguns analistas procuram compreendê-la não só em sua aparência de ruptura radical, mas também buscando delinear os possíveis nexos de continuidade histórica.

3. Caos como Método e Lógica da Guerra

Se não há consenso entre os partícipes do debate político contemporâneo na utilização do termo fascismo para caracterizar o governo de Jair Bolsonaro,

parece haver um pouco mais de acordo quando se sublinha o caráter eminentemente destrutivo do projeto bolsonarista. É nesse sentido que se articulam as ideias de caos como método (Nobre, 2020), “guerra cultural” (Rocha, 2020a; 2020b; 2020c), “guerra híbrida” (Leirner 2019) e “populismo digital” (Cesarino, 2019). De todo modo, o projeto devastador do bolsonarismo se desdobra em diferentes frentes: engloba tanto as instituições como o debate público, sobretudo por contaminação via redes sociais; inclui direitos previstos no período de democratização como a legislação ambiental e o próprio sistema político; incorpora especialmente todos os campos identificados por tal projeto como “ideológicos”, sobretudo o intelectual e o artístico – tudo isso combinado a um neoliberalismo econômico bastante radical.

Nesse sentido, para Marcos Nobre, que se opõe ao uso do conceito de fascismo para entender o atual cenário político nacional, seria necessário entender Bolsonaro “nos termos da política da guerra e da morte que o guia” (Nobre, 2020: 9). Conforme o autor, Bolsonaro foi eleito na esteira do colapso do sistema político que se precipitou desde 2013, tendo logrado “canalizar para sua candidatura a devastação social e institucional das crises sobrepostas” (Nobre, 2020: 15) e transformado esse colapso e essa devastação em estilo de governo. Com a pandemia de COVID-19 no segundo ano de seu mandato, “Bolsonaro levou o caos como método ao limite” (Nobre, 2020: 17). O enfrentamento à crise sanitária e à crise econômica que a acompanha exigiria governar, que é, entretanto, “algo que Bolsonaro não pode nem pretende fazer” (Nobre, 2020: 17). De forma que sua decisão foi montar um “governo de guerra” (Nobre, 2020: 14), baseado num tripé composto por seus apoiadores mais fanáticos, pelos militares – que fariam as vezes de um partido e vertebrariam o governo de Bolsonaro como antes haviam feito o PSDB e o PT durante o que Nobre denomina de República do Real (1994-2016) – e o centrão.

O autor argumenta que em 2018 grande parte do eleitorado se sentia “existencialmente ameaçada” e que “Bolsonaro foi muito bem-sucedido em apontar o dedo para o sistema político como fonte e origem desse medo e dessa angústia muito reais” (Nobre, 2020: 24). Seu grande mérito, revelador do significado social mais profundo de sua vitória, consistiria em ter feito convergirem lavajatismo, antipetismo, disposições antissistema, conservadorismo

de costumes, reivindicação absoluta de “lei & ordem”, forças de segurança pública e privada, e um autoritarismo sem disfarces.

Na mesma linha, mas partindo de um referencial teórico distinto, Letícia Cesarino argumenta que este é um fenômeno típico do populismo: em contextos de grave crise e desordem, surgem lideranças carismáticas que reivindicam “a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrompido.” (Cesarino, 2019: 534). Para Cesarino, a facada que atingiu Bolsonaro durante as eleições também foi muito importante para que fosse possível criar certa aura de pureza em torno dele. Por conta do atentado, foi possível produzir o que a autora chama de “o corpo digital do rei”: em analogia à imagem da teologia política medieval, na qual um corpo divino se sobrepunha ao corpo físico do rei, “após o atentado a faca que retirou Jair Bolsonaro da esfera pública, seu corpo debilitado foi substituído por um corpo digital formado por seus apoiadores, que passaram a fazer campanha no seu lugar” (Cesarino, 2019: 533).

Nessa política pautada na radicalização da lógica amigo/inimigo, é sintomático que a metáfora da guerra seja mobilizada por diferentes analistas. Alguns preferem empregar a ideia de guerra híbrida: é como se houvesse um estado permanente de guerra, que também opera no âmbito psicológico, promovendo desorientação e perda da sensação de real (Leirner, 2019) – o âmbito por excelência dessa prática têm sido as redes sociais bolsonaristas, conforme apontaremos mais abaixo. Mas, antes, seria pertinente questionarmos quem é o inimigo nesse amplo projeto de destruição do governo extremista brasileiro, pois é precisamente essa figura que garante certa coerência interna e fechamento ao discurso (por mais deturpado que este seja) – quem está fora da margem divisória do sistema bolsonarista já é designado como inimigo (Cesarino, 2019).

Como lembra João Cezar de Castro Rocha (2020a), a extrema direita contemporânea posiciona seu principal inimigo não mais externamente (comunismo internacional), mas sim internamente (os pretensos partidários do comunismo no Brasil). Contudo, aqui não há apenas uma alteração geográfica da localização do inimigo, na medida em que a ela estão associadas certas alterações na estrutura social que reorientaram também a forma de atuação da



extrema direita brasileira. A ideia de que a guerra agora é cultural apoia-se em interpretações acerca do “inimigo” da direita radical, que, em parte, procuram responder às transformações ocorridas no campo da esquerda – não sem fortes deturpações. Como argumenta Carapanã (2018), no mundo pós-socialista, os ultraconservadores precisavam criar novas narrativas que relacionassem os oponentes da esquerda ao comunismo. E a solução foi encontrada ao tomar elementos das lutas identitárias para potencializar as forças inimigas: o deslocamento cultural do oponente permite aos radicais de direita conceber um discurso que identifica o comunismo em frentes tão diversas como as lutas feministas, a ONU e a OMS, o politicamente correto, a música pop e as universidades. É como se esses e outros grupos e instituições fizessem parte de uma conspiração contra os valores civilizatórios ocidentais (Carapanã, 2018).

Especificamente no caso brasileiro, Rocha (2020b) propõe que a guerra cultural posta em marcha por Bolsonaro e os que o cercam se sustenta em um tripé, composto de uma (1) retomada, em tempos democráticos, da Doutrina de Segurança Nacional do regime militar, do (2) discurso revanchista e revisionista do Exército materializado no Projeto Orvil e da (3) retórica do ódio de Olavo de Carvalho. A narrativa do Projeto Orvil mostra precisamente como teria passado a agir o inimigo interno no período final da ditadura e na redemocratização. Elaborado entre 1986 e 1989 sob a liderança do então ministro do Exército do governo Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, e privilegiando o que seus autores consideravam ser os crimes da luta armada no Brasil, o Projeto Orvil pretendia ser uma resposta ao livro *Brasil: nunca mais*, de 1985, que havia denunciado as arbitrariedades, a tortura e os desaparecimentos durante a ditadura militar (Rocha, 2020a). Essa contranarrativa – orvil é livro lido ao contrário – do Exército apresenta o século vinte no Brasil como palco de uma série de tentativas de tomada do poder pelo movimento comunista internacional, com vistas a estabelecer no Brasil uma ditadura do proletariado.

Porém – e, de acordo com Rocha, isso nos conduz ao coração do bolsonarismo –, segundo o Projeto Orvil, “a iniciativa ‘mais perigosa’ iniciou-se em 1974, quando a esquerda realizou uma autocrítica severa e mudou de estratégia, abandonando os coturnos e abraçando os livros, a fim de conquistar corações e mentes por meio da infiltração lenta, porém segura, nas instituições do

Estado e da sociedade civil” (Rocha, 2020b). Para Bolsonaro, esse aparelhamento ideológico por parte da esquerda não teria feito mais do que se ampliar nas últimas quatro décadas. A esses dois elementos, Doutrina de Segurança Nacional e Projeto Orvil, soma-se o novo discurso de direita radical que tem sido elaborado por Olavo de Carvalho desde a década de 1990. O guru bolsonarista lograria traduzir para as redes sociais a Doutrina de Segurança Nacional, ao mesmo tempo em que dissemina a conspiração de uma infiltração gramsciana para a tomada do poder – reformulando aspectos que estão no Orvil. Se, desde a redemocratização, as instituições são colonizadas pelos comunistas, a tarefa que se coloca Bolsonaro não é a de reconstruí-las ou reformá-las, mas antes a de desmantelá-las – colocando alguém que odeia as universidades públicas à frente do Ministério da Educação e um desmatador para chefiar o Ministério do Meio Ambiente, extinguindo o Ministério da Cultura, e contrariando todos os esforços do Ministério e de ministros da Saúde para combater a pandemia de coronavírus.

Ao analisar detidamente a presença do bolsonarismo nas redes sociais, Cesarino (2019) tem apontado a mesma dinâmica no discurso dos ultraconservadores brasileiros. O bolsonarismo seria bivalente, ao combinar o ultraconservadorismo moral ao neoliberalismo econômico. Nisso, há o abuso de “significantes vazios” para separar o nós (“trabalhadores”, “cidadãos de bem”, “patriotas”) deles (“vagabundos” que se apresentariam como ativistas de direitos humanos, militância feminista, lgbt e do movimento negro). A antropóloga elabora como tudo isso foi traduzido na linguagem direta e apelativa aos afetos das redes sociais por meio de memes, vídeos, montagens imagéticas e textos impactantes. No caso das eleições de 2018, Cesarino indica o quanto essa atuação política foi capaz de angariar adeptos que permaneciam às margens do ativismo: “O carisma digital e a simplicidade discursiva tanto da memética quanto do discurso populista [...] fizeram com que qualquer um se sentisse à vontade e encorajado a participar da política nesses novos termos.” (Cesarino, 2020: 112).

Ponto relevante para a compreensão dessa capacidade de mobilização do bolsonarismo são os mecanismos criados por seus discursos para mobilizar afetos. De acordo com Nobre (2020), as energias fomentadas a partir da crise política visível a partir de 2013 acabaram não se aglutinando nas formas clássicas dos

partidos políticos e dos movimentos sociais e sim na internet e nas redes sociais, permitindo que “a solidão de pessoas que se sentiam prejudicadas, discriminadas, diminuídas encontrasse eco em milhares de outras solidões” e oferecendo “a oportunidade de fazer alguma coisa, de pôr a mão na massa, de arrebentar ‘tudo o que está aí’” (Nobre, 2020: 27). As redes sociais forneceram o espaço propício para a formação da “figura caleidoscópica” (Cesarino, 2019: 549) e contraditória de Bolsonaro, capaz de conectar “interesses, medos e outros afetos de segmentos eleitorais específicos” (Cesarino, 2019: 550).

Na esteira dessas análises, talvez possamos pensar essa capacidade catalisadora do discurso bolsonarista por meio de uma reflexão teórica feita por Theodor Adorno em 1967 para compreender a persistência do radicalismo de direita nas democracias contemporâneas. Os adeptos da extrema direita seriam sujeitos autoritários que se ressentem contra a democracia precisamente porque ela “nunca se concretizou plenamente em lugar algum, permanecendo algo formal” (Adorno, 2019: 18). Por isso, a imagem dos movimentos ultraconservadores é a das “chagas” ou “cicatrizes” de uma democracia. No caso brasileiro, os ressentidos cobrem um amplo espectro: donas de casa preocupadas com a moralidade de seus filhos, pais de família acossados pela criminalidade, jovens com trabalhos precários, homens ameaçados pela masculinidade em crise, opositores brancos de classe média contra o politicamente correto etc. (Cesarino, 2019: 550). Conforme argumenta Rocha, “o bolsonarismo é sobretudo um sistema de crenças” (Rocha, 2020c). Ou seja, não é simplesmente a figura de Bolsonaro que está em jogo, mas sim toda uma “pulsão antissistêmica” (Rocha, 2020c) que o presidente e seus adeptos souberam catalisar. Como tem afirmado Isabela Kalil a partir de suas pesquisas acerca de perfis de bolsonaristas, o “bolsonarismo é maior que Bolsonaro”, daí a necessidade de compreender a ressonância que os discursos de intolerância vão encontrando na sociedade, para além da centralização na figura do presidente (Kalil, 2019).

Por fim, conforme já apontado na seção anterior, a compreensão desses mecanismos bolsonaristas de mobilização em meio a uma política de guerra não pode ocorrer em detrimento da consideração do cenário internacional. É necessário considerar que o “atual presidente mimetiza táticas de populismos

autoritários mundo afora⁴, que atacam permanentemente o que continua a funcionar e se beneficiam de que as coisas continuem a funcionar apesar de seus ataques” (Nobre, 2020: 18). Viktor Orbán na Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Recep Erdoğan na Turquia e o governo do partido Lei e Justiça na Polônia também participam do movimento de ascensão de novos líderes autoritários na última década. Para Nobre, tal movimento configura um levante conservador que tem sua origem nos efeitos da crise econômica de 2007-2008, permitindo um paralelo com a de 1929. Essa onda conservadora soube mobilizar “déficits reais dos regimes democráticos para chegar ao poder de Estado”, destacando a “lacuna entre a ‘vontade popular’ e os mecanismos estabelecidos de representação política” (Nobre, 2020: 22). Referindo-se aos acontecimentos da última década, Nobre frisa que “os resultados políticos regressivos dos últimos anos não indicam uma tendência irresistível da história: provêm, antes de tudo, de tentativas de manipular e de bloquear os potenciais democráticos que emergiram no período pós-crise econômica mundial” (Nobre, 2020: 31), o que está em consonância com a interpretação de que junho de 2013 não deve ser encarado como intrinsecamente reacionário⁵. Também Cesarino (2019) aponta uma tendência global de ruptura com o neoliberalismo progressista⁶ e a pós-política que marcaram as décadas anteriores – culminando na bivalência neoliberalismo-conservadorismo que indicamos anteriormente. Desnecessário acrescentar que essa bivalência está no cerne do caráter destrutivo do governo bolsonarista. Por meio dela, o antiprojeto de país opera uma devastação de

4 Tal interpretação vai no sentido da de Shalini Randeria, que procura analisar os novos líderes autoritários mundiais a partir de uma perspectiva que coloca em relevo suas conexões. Conforme Randeria, os líderes autoritários contemporâneos “aprendem rapidamente uns com os outros quais argumentos e modelos funcionam bem e quais estratégias políticas são efetivas” (2019: 51).

5 Em seu livro *Choque de democracia: razões da revolta*, escrito em 2013 pouco após os acontecimentos do mês de junho, Nobre afirma: “As energias sociais de protesto mobilizadas nas revoltas de junho de 2013, que se dirigem contra o pemedebismo, não têm outra maneira de enfrentá-lo senão enfrentando o sistema como um todo. São energias difusas que se dirigem contra a *normalização* do pemedebismo [lógica de megablocos de apoio parlamentar que estiveram do lado tanto dos governos do PSDB quanto do PT e que acabaram sendo identificados com o ‘sistema’] e que não se encontram devidamente representadas no sistema político. Em nível social mais profundo, uma nova cultura política se forma, já mais próxima do social-desenvolvimentismo, ao mesmo tempo que o sistema político continua a funcionar segundo uma cultura política pemedebista” (Nobre, 2013: 46). Esse trecho evidencia como, em 2013, Nobre enxergava potenciais de renovação democrática nas revoltas daquele ano, cujas energias antissistêmicas, entretanto, se direcionaram no sentido da destruição reacionária do status quo.

6 A tese do fim do período do neoliberalismo progressista foi proposta por Nancy Fraser em artigo de 2017 tendo em vista o contexto norte-americano e a eleição de Donald Trump (Fraser, 2017).

múltiplas dimensões, que incorpora elementos como o meio ambiente, a opinião pública, a educação, direitos humanos e trabalhistas.

5. Conclusões

O balanço que acima procuramos fazer reveste-se de um incontornável caráter parcial. O fato de que é praticamente impossível dar conta de todas as intervenções recentes que buscam caracterizar a natureza e o funcionamento do governo Bolsonaro e do bolsonarismo impõe o imperativo de fazer escolhas – imperativo que, como Weber nunca cansou de enfatizar, é intrínseco às ciências de modo geral e às ciências sociais em particular. Os autores e textos que escolhemos para esse nosso balanço do debate chamaram nossa atenção nos últimos meses no contexto de um esforço de cada um de nós dois em encontrar caminhos explicativos para a recente virada autoritária no Brasil. Ao final desse balanço parcial a respeito da situação política e social brasileira, gostaríamos de destacar argumentos e autores que têm logrado entender a ascensão da extrema direita brasileira em suas peculiaridades históricas e geográficas daqueles que compreendem o fenômeno ainda de uma maneira mais geral, análoga a processos ocorridos em outras partes do mundo e/ou períodos históricos. Além disso, também vale a compreensão crítica da forma como, até o momento, esse debate tem sido capaz de compreender a inserção e o lugar do bolsonarismo no plano internacional. Cumpre mencionar, por antecipação, que entender as especificidades brasileiras não significa destacar o país de processos globais, mas sim reconhecer sua condição semiperiférica no âmbito do sistema capitalista mundial.

Como vimos, desde que Bolsonaro foi eleito, há uma discussão ampla relativa à melhor forma de denominar o que ocorre no Brasil. Enquanto alguns analistas defendem taxativamente o emprego da concepção (neo)fascismo (a exemplo de: Safatle, 2020; Singer et al., 2020; Löwy, 2019; Boito Jr., 2019, 2020), outros rechaçam o termo como não apropriado (como: Cohn, 2019; Nobre, 2020; Chauí, 2019). Contudo, para além da polêmica em torno dessa adoção conceitual, é possível perceber que algumas análises conseguem atinar melhor



para especificidades brasileiras, independentemente do emprego ou recusa de conceito de carga semântica tão complexa.

Nesse sentido, enquanto Boito Jr. (2019, 2020), por exemplo, defende a caracterização de neofascismo como apropriada para o contexto brasileiro procurando parâmetros nacionais equivalentes aos que estiveram em vigência nos anos 1930 em países europeus, Löwy (2019) pondera melhor as distinções entre os fascismos do início do século passado e os governos atuais que denomina neofascistas. Além disso, Löwy também procura traçar diferenças entre o caso brasileiro contemporâneo e os governos de extrema direita europeia. Por outro lado, na discussão desenvolvida por Marilena Chauí (2019) há a recusa do emprego da concepção de fascismo, porém a opção pela designação “neoliberalismo totalitário” é, ao menos no texto em pauta, um tanto genérica, sem ater-se à maneira própria e extrema como esse modelo se organiza no caso brasileiro. Também seria importante observar mais detidamente o modo peculiar como, em um país de origem escravocrata e colonial como o Brasil, se logra operar a transformação de “medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio” (Chauí, 2019). Ou seja, cabe a pergunta em relação às raízes sócio-históricas que tornaram possível a sanção por parte da sociedade brasileira de um projeto construído em torno de argumentos hierárquicos, racistas, homofóbicos, machistas e fundamentalistas religiosos.

Conforme é possível observar nas discussões apresentadas, Bolsonaro logrou mobilizar a favor de sua eleição tendências sociais distintas (movimentos anticorrupção e antissistema político, ultraconservadorismos difusos, antipetismo, medos relativos às crises econômicas e de segurança pública, disseminação de novas tecnologias de comunicação etc.). Mas isso só foi possível por uma combinação de forças internas e externas, que estavam operando no movimento “desigual e combinado” da ordem mundial. Ao destrinchar alguns nós desse nexo fatídico, a discussão desenvolvida por Marcos Nobre (2020) consegue atrelar medos e angústias individuais que, de algum modo, associaram-se a crises mundiais como a de 2008 e convergiram na eleição da figura antissistêmica de Bolsonaro.

Para compreender a extrema direita bolsonarista e seu modo de operação no âmbito das redes sociais, Cesarino (2019, 2020) e Rocha (2020a, 2020b, 2020c), cada um a seu modo, também procuram encontrar traços do movimento mundial de alterações nas pautas políticas da esquerda que permitiram ao discurso ultradireitista brasileiro redelinear seu inimigo. Na ótica da extrema direita, já não se trata do comunismo clássico que tinha o projeto de revolucionar o modo de produção, mas de inimigos mais “camuflados”, difusos, que ocuparam postos-chaves promovendo valores de cunho também identitário e cultural (universidades, organismos internacionais, setores artísticos e intelectuais etc.). Também na análise desse processo de construção discursiva do inimigo – ponto fundamental para a compreensão da extrema direita – é necessária uma perspectiva abrangente, de contornos globais. Assim, quando Rocha (2020a) remonta essas transformações de ordem planetária em consonância com aspectos históricos brasileiros (ao mobilizar, por exemplo, o discurso revanchista e revisionista do exército materializado no Projeto Orvil) contribui para uma compreensão mais específica da ascensão da extrema direita brasileira que não está, contudo, desatrelada de processos que permitiram que a lógica autoritária domine atualmente metade do planeta. Por seu turno, em consonância com suas reflexões acerca do capitalismo periférico brasileiro, Schwarz (2020) também procura entender o que ocorre no Brasil contemporâneo a partir de uma ótica que privilegia a posição do país na economia mundial e destaca as relações entre o golpe de 1964 e o momento presente. Em ambas as ocasiões, tratou-se do bloqueio de processos democráticos e mais inclusivos. A discussão de Nobre (2020) não inclui o período do golpe militar, mas sua análise da década de 2010 no Brasil também a encara como palco de tentativas de manipular e de bloquear potenciais democráticos que haviam sido liberados.

Grosso modo, talvez seja possível argumentar que, quanto mais o debate em torno do bolsonarismo lograr construir observações capazes de compreender a situação brasileira em suas especificidades, sem deixar de considerar suas conexões com os rumos mundiais, mais consistente será o diagnóstico passível de ser oferecido pelas ciências sociais – e mais importante: melhor providas de informação estarão as forças de resistência. Nesse sentido, não basta apenas construir pontes teóricas com o passado (embora a visada histórica siga

imprescindível), como bem argumenta Gabriel Cohn: “Tanto mais se torna vital a lucidez, a abertura para o novo também na sua face sombria, a atenção e a inteligência alerta, móveis, que saibam enfrentar o pior risco, o de perder o tempo da história.” (Cohn, 2019).

Referências

ADORNO, Theodor W. *Aspekte des neuen Rechts-radikalismus* [1967]. Berlin: Suhrkamp, 2019.

BOITO, Armando. “A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista”. *A terra é redonda*, 17 de outubro, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista>. Acessado em: 17/08/2020.

_____. “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo”. *Crítica Marxista*, 50: 111-119, 2020.

CARAPANÃ. “A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo”. In: SOLANO GALLEGU, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CESARINO, Letícia. “Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal”. *Revista de Antropologia*, 62 (3): 530 -557, 2019.

_____. “Como vencer uma eleição sem sair de casa”. *internet & sociedade*, 1 (1): 91-120, 2020.

CHAUÍ, Marilena. “Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo”. *A terra é redonda*, 06 de outubro, 2019. Disponível em: aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo. Acessado em: 31/10/2019.

COHN, Gabriel. “A nova cara do presidencialismo”. *Le Monde Diplomatique*, 06 de novembro, 2018. Disponível em: diplomatique.org.br/a-nova-cara-do-presidencialismo. Acessado em: 17/08/2020.

FRASER, Nancy. “The End of Progressive Neoliberalism”. In: BRENNER, Johanna and FRASER, Nancy. “What Is Progressive Neoliberalism? A Debate”. *Dissent*, 64 (2): 130-140, 2017.

KALIL, Isabela. “O bolsonarismo é maior que Bolsonaro’: projeto punitivista admite o intolerável e ameaça democracia”. *Sul21*, Porto Alegre, 29 de julho, 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/07/o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro-projeto-punitivista-admite-o-intoleravel-e-ameaca-democracia/>. Acesso em 17/08/2020.

LEIRNER, Piero. "Caminho de Bolsonaro ao poder seguiu 'lógica da guerra', diz antropólogo que estuda militares". *Agência Pública*, São Paulo, 11 de abril, 2019. Disponível em <https://apublica.org/2019/04/caminho-de-bolsonaro-ao-poder-seguiu-logica-da-guerra-diz-antropologo-que-estuda-militares/>. Acesso em 16/08/2020.

LÖWY, Michael. "Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro". *A terra é redonda*, 24 de outubro, 2019. Disponível em: aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro. Acessado em: 31/10/2019.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-Book.

_____. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020. E-Book.

RANDERIA, Shalini. "Das Verborgene entdecken: Zur Geschichte und Methodologie des Verflechtungsansatzes. Shalini Randeria im Gespräch mit Jens Adam und Regina Römhild". In: ADAM, Jens Adam et al. (Hg.). *Europa dezentrieren. Globale Verflechtungen neu denken*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2019.

ROCHA, João Cezar Castro. "Como funciona a guerra cultural de Bolsonaro". Entrevista a Ciro Barros. *Agência Pública*, 28 de maio, 2020a. Disponível em: apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj. Acessado em: 01/06/2020.

_____. "Bolsonarismo é a mais perversa máquina de destruição de nossa história republicana". *Folha de São Paulo*, 08 de agosto, 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/bolsonarismo-e-a-mais-perversa-maquina-de-destruicao-de-nossa-historia-republicana.shtml>. Acessado em: 09/08/2020.

_____. "Precisamos controlar a nossa obsessão com a figura de Bolsonaro", diz historiador". *Carta Capital*, 15 de agosto, 2020c. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/precisamos-controlar-a-nossa-obsessao-com-figura-de-bolsonaro-diz-historiador/>. Acesso em: 16/08/2020.

SAFATLE, Vladimir. "Bem-vindo ao estado suicidário". *pandemia crítica*, 004, n-1 edições, 2020. Disponível em: n1edicoes.org/004. Acessado em: 23/04/2020.

SCHWARZ, Roberto. "Neo-Backwardness in Bolsonaro's Brazil". *New Left Review*, 123: 25-38, 2020.

SINGER, André; DUNKER, Christian; ARAÚJO, Cicero; LOUREIRO, Felipe; CARVALHO, Laura; PAULANI, Leda; BRAGA, Ruy e SAFATLE, Vladimir. "Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira". *Folha de São Paulo*, 09 de junho, 2020. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml. Acessado em: 09/06/2020.

O Novo na sua Face Sombria: um balanço das análises sobre a ascensão da extrema direita no Brasil atual

Resumo

O artigo realiza um balanço parcial e com propósitos críticos das análises recentes das ciências sociais brasileiras acerca da caracterização do governo de Jair Bolsonaro e do assim chamado bolsonarismo. Com esse objetivo, o artigo coloca em diálogo análises da situação brasileira atual que mobilizam as ideias de (neo)fascismo, de neoliberalismo totalitário, de reposição do atraso brasileiro e de estratégias de guerra, ocupação e utilização do caos como método de governo. Por meio da revisão crítica da literatura, também há o propósito de expor algumas das tendências sociais que estão em jogo no cenário sociopolítico brasileiro e seus nexos com o contexto global. Na conclusão do artigo, procura-se apontar os ganhos e limites das abordagens discutidas anteriormente e argumenta-se que, quanto mais o debate das ciências sociais brasileiras em torno do bolsonarismo lograr compreender a situação brasileira em suas especificidades sem ao mesmo tempo deixar de considerar suas conexões com os rumos mundiais, mais consistente será seu diagnóstico do presente histórico.

Palavras-chave: autoritarismo; neofascismo; guerra; neoliberalismo; Brasil

Lo Nuevo en su cara Sombria: Un balance de los análisis sobre el ascenso de la extrema derecha en el Brasil actual

Resumen

Este artículo hace un balance parcial y con propósitos críticos de los análisis recientes de las ciencias sociales brasileñas respecto a la caracterización del gobierno de Jair Bolsonaro y al así llamado bolsonarismo. Con ese objetivo, el artículo pone en diálogo análisis de la situación brasileña actual las cuales movilizan las ideas de (neo)fascismo, de neoliberalismo totalitario, de reposición del atraso brasileño y de estrategias de guerra, ocupación y utilización del caos como método de gobierno. A través de la revisión crítica de la literatura, buscamos también exponer algunas de las tendencias sociales que están en juego en el escenario sociopolítico brasileño y sus nexos con el contexto global. En la conclusión, apuntamos las ganancias y las limitaciones de los abordajes anteriormente discutidos y argumentamos que, cuanto más el debate de las ciencias sociales brasileñas alrededor del bolsonarismo logre comprender la situación brasileña en sus especificidades sin al mismo tiempo dejar de lado sus conexiones con los rumbos mundiales, más consistente será su diagnóstico del presente histórico.

Palabras clave: autoritarismo; neofascismo; guerra; neoliberalismo; Brasil

The Bleak Face of the New: A review of the analyses of the rise of the far right in contemporary Brazil

Abstract

The article undertakes a partial yet critical review of recent analyses regarding the government of Jair Bolsonaro and the so-called 'bolsonarismo' within the Brazilian social sciences. With this purpose, it places into dialogue analyses of the current Brazilian political situation that make use of the ideas of (neo)fascism, totalitarian neoliberalism, neo-backwardness and strategies of war, occupation and utilization of chaos as method of ruling. By means of the critical review of the literature, the article also aims at discussing a number of social tendencies in the Brazilian socio-political scenario and their connections to the global context. In its conclusion, the article points out advantages and limits of the approaches discussed, arguing that, the more the debate on 'bolsonarismo' in the Brazilian social sciences succeeds in comprehending the specificities of the Brazilian situation while also taking into account its connections with the course of contemporary world, the more consistent their account of the historical present becomes.

Keywords: authoritarianism; neofascism; war; neoliberalism; Brazil.

Primaveras, Tribunais e Dólares: uma análise panorâmica das crises políticas na América Latina (1990-2020)

Pedro Borba¹

O objetivo deste texto é analisar as crises políticas na América Latina nas últimas três décadas, período em que a democracia liberal se tornou regime político prevalecente na região. O tema recebeu nova atenção em função da turbulência recente na política latino-americana, que ressuscitou o argumento da ingovernabilidade do presidencialismo, quando não de um regime democrático. Com efeito, essa turbulência responde, nos últimos cinco anos, pela derrubada precoce de presidentes na Guatemala (2015), Brasil (2016), Peru (2018) e Bolívia (2019), além de impasses prolongados em Honduras, Venezuela e Nicarágua. Em 2019, houve manifestações populares de grande escala no Chile, no Equador, na Colômbia, no Haiti, e em menor grau no Paraguai, no Panamá e no Brasil, recolocando no radar as resistências populares e lutas instituintes por direitos em meio ao giro eleitoral conservador na última década. No caso chileno, a insurgência desencadeada pela elevação dos preços do transporte público deflagrou o país a tal ponto que precipitou um processo constitucional, que porá termo à carta outorgada pela ditadura militar em 1980.

A Ciência Política tem produzido um corpo sistemático de análise sobre as crises institucionais latino-americanas, em especial no que tange à interrupção de mandatos presidenciais (Hochstetler, 2007; Marsteinstredet & Bertzen, 2008; Pérez-Liñán, 2000, 2007; Souza, 2013, 2016; Valenzuela, 2004). Mais amplamente, houve nos anos 1990 um pessimismo generalizado com a adoção de regimes presidenciais pela rigidez de seu processo político (Linz, 1990). O

¹ Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Contato: pedroborba.cp@gmail.com.

mandato independente do executivo também foi objeto de desconfiança pela “altíssima concentração da responsabilidade pelos resultados no presidente”, o que levaria a uma dinâmica de delegação direta com oscilações abruptas de popularidade (O’Donnell, 1991, p. 33). A frequência com que os mandatos presidenciais foram interrompidos por quebras de confiança, especialmente por escândalos de corrupção e protestos populares, concorria ao “argumento de que o presidencialismo sul-americano tende ao colapso” (Hochstetler, 2007, p. 41). Para cobrir suas próprias vulnerabilidades, os presidentes acabavam embutindo traços plebiscitários de legitimação que viriam a minar as instituições democráticas que os elegeram (Valenzuela, 2004).

Há dois pressupostos frequentes na análise institucionalista das crises políticas que convém explicitar por seus desdobramentos problemáticos. O primeiro é que as crises são eventos independentes entre si, até certo ponto homogêneos. Esse pressuposto se apoia implicitamente sobre o que Sewell Jr. (2005) chamou de “temporalidade experimental”: as crises concretas são recortadas e convertidas em unidades amostrais para aferir seus determinantes. Esse recorte faz com que as crises sejam percebidas como o reverso da democracia enquanto regime, isto é, como uma condição isolada de anormalidade. O segundo pressuposto desdobra o anormal como disfuncionalidade, como contrapartida negativa ou patológica da boa operação institucional da representação política. Esse pressuposto funcionalista negligencia a ambiguidade do termo, já que a irrupção de crises, se sabidamente já produziu derrocadas autoritárias, foi também recurso de resistência popular contra o sequestro elitista do estado, via estelionato eleitoral, corrupção e autoritarismo. A história latino-americana dos últimos trinta anos oferece exemplos suficientes de ambos os casos.

O argumento aqui não toma uma leitura normativa da democracia liberal para avaliar seus desvios e vulnerabilidades, a serem expostos em momentos críticos, mas parte das crises para reavaliar a democracia realmente existente. Para tal, procede um levantamento da ocorrência desses episódios em 15 países latino-americanos entre 1990 e 2020. Como outros analistas já observaram, uma característica saliente do período é que, não obstante a gravidade ou a duração das crises políticas registradas, há resiliência considerável do arcabouço

institucional, que eventualmente se fortalece com esses episódios (Marsteinstredet & Bertzen, 2008; Pérez-Liñán, 2007). Mesmo quando a crise implica violência, destituição de governos ou paralisia decisória, a tendência geral foi, em seu desfecho, a restauração os procedimentos formais da democracia representativa, que se mantém como referência de legitimidade. Esse resultado aparentemente paradoxal, condensado especialmente à luz da experiência da década passada, é então nosso ponto de partida. Ao invés de perguntar o que isso diz sobre a dinâmica das crises políticas recentes, interessa sobretudo responder o que esse paradoxo revela sobre o consenso aparente em torno da democracia liberal.

A segunda proposição é que, através de uma abordagem panorâmica, as crises revelam as formas contemporâneas de intervenção sobre a dinâmica do sistema político, capazes de levá-lo à inoperância momentânea. A primeira delas é a eclosão relativamente acelerada de protestos multitudinários com identidade cidadã, oposicionista e popular, com força suficiente para travar os canais usuais de negociação pela pressão urgente das ruas. A segunda é a intervenção de órgãos de controle tendo por base a primazia da lei sobre a política, que, em determinadas circunstâncias, podem ensejar um impasse. Por fim, há interferência informal sobre a dinâmica representativa resultante do poder de veto dos investidores ou, em outras palavras, da suscetibilidade da política ao risco de estrangulamento externo das economias latino-americanas. Esquemáticamente, iremos tratar essas três formas de intervenção como “primaveras”, “tribunais” e “dólares”.

Objeto de diversos estudos anteriores, a incidência das primaveras, dos tribunais e dos dólares não só nos ajuda a compreender as situações de crise política na região, mas nos instiga a ver a democracia liberal para além da triangulação essencial entre partido, cidadão e órgãos representativos. Desde Weber e Schumpeter, reputamos essa triangulação ao cerne do jogo político nas modernas democracias de massa. Tratar genericamente as interferências sobre ela como distúrbios antidemocráticos perde de vista as visões concorrentes, e mesmo incompatíveis, de democracia que se chocam nas crises impulsionadas por protestos multitudinários, por órgãos de controle e pelo comportamento dos investidores. Nesse sentido, e seguindo a sugestão original de Carl Schmitt, poderíamos ler as situações críticas não como uma aberração, exótica ao curso

regular da norma, mas como uma oportunidade para desvelar certas realidades que permanecem subreptícias sob a normalidade.

O artigo desenvolve essa proposta em três etapas. A primeira esclarece o uso do termo crise e a forma como se procedeu o levantamento dos episódios a partir de um critério fundamentalmente contextual. A segunda etapa analisa com maior detalhe o papel das mobilizações populares, das instituições independentes de controle e do estrangulamento externo como “interventores desarmados” sobre o sistema político. Como consequência, é possível observar as crises não como eventos isolados, mas capazes de tecer conexões anteriores e posteriores através, por exemplo, do efeito de exemplaridade e contraexemplaridade. A terceira etapa é transpor o efeito das primaveras, dos tribunais e dos dólares para uma reflexão contrafactual sobre a democracia liberal, buscando refazer os laços entre a irrupção do excepcional e a vigência da regra.

A Crise Política como Exceção

Há mais de meio século, o historiador alemão Reinhart Koselleck elaborou o argumento de que a crise não é uma irrupção circunstancial, mas sim condição constitutiva da sociedade moderna, ou seja, faz parte da forma como ela organiza a política, a moral e o transcurso do tempo histórico (Koselleck, 1999). A modernidade abriu uma crise que nunca foi exatamente resolvida. Diante desse marco, qualquer tentativa de conceptualização inevitavelmente perde em coerência. Delimitar e definir uma conjuntura específica de “crise” implica algum grau de arbitrariedade, mas tal sacrifício é necessário para uma sociologia política ser possível (NETSAL, 2017). Em termos gerais, o estudo das crises políticas se baseou em duas formas de análise. A primeira atribui a ocorrência de crises à operação de processos sociais mais amplos, como foi a análise de Tocqueville (1997) sobre a Revolução Francesa ou a de Samuel Huntington (1968) sobre a instabilidade no Terceiro Mundo. A tese de Guillermo O’Donnell (1996) sobre o aparecimento de estados burocrático-autoritários igualmente segue essa chave de explicação processual, na medida em que a crise é ponto de confluência histórica de determinadas tendências de desenvolvimento. Por ser impelida por



transformações estruturais, a crise política assim entendida não pode ser resolvida meramente pela restauração da rotina institucional anterior.

A segunda forma privilegia a autonomia do evento crítico, o que em larga medida assimila a análise institucional. Dessa maneira, por manobras contingentes e incentivos específicos, os atores produzem uma situação atípica de deflagração da disputa com rumos indeterminados. As crises não são parte ou ápice de uma narrativa mais ampla; elas são a própria narrativa. Quaisquer processos de mudança social são irrelevantes ou remotos perante a interação estratégica dos protagonistas da crise política, que é, do ponto de vista analítico, uma unidade autocontida.

As análises do primeiro tipo, baseadas em processos abrangentes, se tornaram mais escassas nas últimas três décadas conforme perderam força o marxismo e as teorias da modernização. Na América Latina, a remissão dos episódios de crise a processos tendenciais ainda se pode identificar, ainda que matizada, na agenda sobre transição e consolidação democrática (Vitullo, 2001). Disso derivaria a hipótese de que a recorrência de crises políticas fossem sintomas de um período transitório a ser superado progressivamente. Essa hipótese ganhou nova tonalidade com o ciclo eleitoral de governos de esquerda nos anos 2000. Se os anos 1990 foram marcados por crises suscitadas por guinadas neoliberais, seria plausível que a prevalência de agendas redistributivas atacasse as raízes da instabilidade (Silva, 2011; Souza, 2013). No entanto, a posterior derrocada desse ciclo revelou não só o reaparecimento de crises institucionais profundas, mas também do estelionato eleitoral para implementar programas de austeridade.

Diante disso as crises latino-americanas parecem desprovidas, em seu conjunto, de uma conotação tendencial clara. Em casos particulares, é usual que elas inspirem, por sua própria natureza, análises processuais retrospectivas, como já observou Pérez-Liñán (2007): a eclosão do conflito agudo é decomposta e analisada a partir da extrapolação ou culminância de tendências previamente já em curso. Afóra os casos particulares, a tentativa de estabelecer explicações processuais para as crises latino-americanas contemporâneas perdeu força, além das razões teóricas, pela própria divergência de trajetórias na região.



Em boa medida pelo crescimento da abordagem institucional, a análise centrada no evento crítico se tornou predominante. Para organizar a aproximação empírica, utilizaremos uma definição desse tipo: uma crise política envolve as *circunstâncias excepcionais em que a rotina institucional é bloqueada, fazendo com que o acirramento do conflito eleve também a incerteza a respeito dos resultados possíveis*. Como frisou Tilly (1978), há uma distinção relevante entre uma situação revolucionária e resultados revolucionários, o que *mutatis mutandis* vale para as crises políticas em geral. Mais do que avaliar retrospectivamente as transformações resultantes, é preciso ter em conta o interregno decisivo entre a abertura de possibilidades e o desfecho de um evento crítico.

Para tornar o critério mais apurado, tomou-se como referência inicial a efetivação ou possibilidade concreta de interrupção precoce de mandatos presidenciais entre 1990 e 2020. A seguir, excluiu-se os casos de interrupção por causas ordinárias, como a renúncia de Hugo Banzer na Bolívia (2001), então vítima de câncer. A seguir, foram adicionados casos em que, mesmo sem risco imediato ao mandato presidencial, é possível identificar circunstâncias excepcionais de estremecimento da ordem política. Tal foi o caso, por exemplo, da escalada da guerra civil colombiana após o estabelecimento de uma zona desmilitarizada no sul do país em 1998 (Tokatlián, 2006; Valencia, 2005). Embora a fracassada negociação de paz com as FARC tenha arruinado a popularidade de Andrés Pastrana, seu mandato não esteve em risco direto; ainda assim, o rumo da guerra abriu uma janela de possibilidades tão ou mais extremas para o país e seus vizinhos. Nessa mesma rubrica se inclui a insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional em 1994, que, por não ameaçar seriamente uma interrupção de mandato presidencial, é geralmente desconsiderada na catalogação das crises. No entanto, os eventos em Chiapas (e sua repercussão nacional e internacional) abriram uma ruptura de outra natureza na política mexicana que, confluindo com a quebra do peso e o assassinato de Donaldo Colossio no mesmo ano, abriram radicalmente o horizonte de possibilidades.

A definição contextual significa que os episódios não podem ser avaliados por um critério formal estanque, como a queda do presidente ou o amplo emprego de violência, mas pelo efeito que produzem em seu contexto político.

Em casos de guerra civil, como ocorreu na América Central, no Peru ou na Colômbia, o uso da violência política pode não ser critério suficiente para distinguir uma crise. Em governos autoritários como o Peru de Alberto Fujimori, as medidas de exceção são sinais da operação regular do sistema político, e não de sua instabilidade. Essa avaliação contextual sem dúvida abre margem para discricionariedade, já que há inúmeros casos limítrofes, alguns dos quais iremos comentar em seguida. Desde já, é importante esclarecer que a atenção à fissura das rotinas institucionais implica que uma crise só adquire sentido diante de seu contexto prévio.

Vale lembrar que a literatura sobre crises dedica pouca ou nenhuma atenção ao problema da duração, de modo que os levantamentos disponíveis têm por regra elencar os casos só como unidades (Hochstetler, 2007; Marsteinstredet & Bertzen, 2008; Pérez-Liñán, 2007; Souza, 2016; Valenzuela, 2004). Pela presunção de independência relativa entre a abertura e o desfecho da crise, alteramos esse procedimento metodológico. A medida de duração utilizada foi semestral, o que confere uma aproximação razoável. De fato, há exemplos de crises em períodos curtos e alta intensidade: a rebelião policial no Equador em 2010 transcorreu em cerca de duas semanas e ameaçou afastar à força Rafael Correa do cargo. A deposição de Fernando Lugo no Paraguai (2012), ícone do chamado “neogolpismo”, teve tramitação incrivelmente célere, sacrificando o direito de ampla defesa do presidente em nome da imediata recomposição da rotina institucional. Seria possível objetar que nesses casos o semestre seja medida inadequada. Por outro lado, a escala semestral permite igualmente projetar crises mais prolongadas com seus desenvolvimentos internos, como, por exemplo, o ciclo de lutas antineoliberais na Bolívia entre 2000 e 2005. Entremeada por eleições presidenciais e municipais, duas quedas presidenciais (Sánchez de Lozada em 2003 e seu vice Carlos Mesa em 2005), seus reequilíbrios foram precários e provisórios. Nesse caso, isolar os picos de tensão social perde de vista a dinâmica de conjunto: o desfecho da crise política iniciada com a “guerra da água” em 2000 é melhor compreendido se situado no encaixe entre o plebiscito sobre a nacionalização do gás e a eleição de Evo Morales em 2005, quando os movimentos populares, sindicais e indígenas atingem novas conexões

com a política institucional sob a insígnia da refundação nacional (Cunha Filho, 2018, p.263-273; Silva, 2013; Pannain, 2018).

As dificuldades relacionadas à duração se misturam com a determinação, nem sempre cristalina, do início e do fim de uma crise política. Nesse sentido, não se pode supor que há um desfecho na crise quando desaparece a razão de sua eclosão. Precisamente porque há uma margem de indeterminação no curso dos eventos, esse critério intuitivo pode ser traiçoeiro: no exemplo acima, a vitória da mobilização popular contra a privatização da água em Cochabamba, em abril de 2000, não enquadra bem um desfecho da crise por ela desencadeada. Dessa forma, a delimitação mais coerente para uma crise política corresponde ao restabelecimento da operacionalidade do sistema político como núcleo decisório, controlando o grau de incerteza e beligerância. Esse restabelecimento pode tanto democratizar como desdemocratizar os termos pelos quais as decisões são produzidas e implementadas. De igual maneira, esse restabelecimento pode exigir maiores ou menores mudanças com relação ao *status quo ante* conforme for a profundidade da crise, isto é, a gravidade do bloqueio que ela impõe à rotina institucional. Essas ressalvas poderiam ser eventualmente afiadas como novas hipóteses, mas isso extrapolaria os limites do presente argumento. Por ora, interessa demarcar a duração como um atributo descritivo.

Para ilustrar as dificuldades inerentes aos limites iniciais e finais de cada caso, vale observar a situação recente na Guatemala. O pivô da crise foi a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), constituída em 2006 pela cooperação entre agências guatemaltecas de investigação e as Nações Unidas. Com efeito, a atuação da CICIG produziu diversas investigações de impacto na década de 2010, ao implicar figuras de alto escalão governamental em crimes de corrupção, fraude e até crimes violentos. Assim, há um efeito cumulativo em que é difícil discernir exatamente quando inicia a crise política no país, ela própria infundida em um quadro de segurança pública em deterioração por razões múltiplas (Brannun, 2019).

Nesse cenário, definiu-se como momento de ignição o primeiro semestre de 2015, quando a CICIG atingiu frontalmente o presidente em exercício Otto Pérez Molina, implicado em um esquema de fraude aduaneira conhecido como “A Linha” (Ives & Guimarães, 2016). O escândalo inflamou um ciclo de protestos



de rua sob o mote digital de *#RenunciaYa*, iniciado em 25 de abril (Torres, 2015). A queda do mandatário às vésperas da eleição presidencial parecia oferecer uma oportunidade de reequilíbrio, catapultando um político jovem e *outsider*, identificado com os protestos e comprometido com o mandato da CICIG. Esse compromisso foi curto à medida em que Jimmy Morales, figura carismática da nova direita, foi ele próprio alvo de investigações sobre o financiamento de campanha, recolocando o impasse entre a CICIG e o sistema político guatemalteco.

O desfecho da crise, portanto, parece mais claro no segundo semestre de 2017 quando Morales decide encerrar o mandato da Comissão à revelia da Corte Constitucional e das manifestações de rua. Ainda que essas manifestações não tenham se encerrado, é plausível afirmar que, a partir deste ato de soberania de Morales, que acabaria por pulverizar sua popularidade, mas o aproximar das elites econômicas guatemaltecas, o sistema político começa a se reorganizar e reerguer diques para sua operação, pavimentadas com a eleição presidencial de 2019 (Álvarez Aragón, 2020; Brannun, 2019; Calderón Castillo, 2019). Aqui, uma dificuldade adicional de trabalhar com o tempo presente é presumir quão estável virá a ser esse reequilíbrio; quiçá um novo abalo no futuro próximo nos faça reavaliar o período 2017-2019 não como desfecho, mas como flutuação interna na instabilidade originada pela devassa da CICIG contra a política institucional no país.

Em suma, como seria de esperar, delimitar a duração de uma crise acarreta um recorte nem sempre autoevidente. Na mesma linha, há um critério mínimo de intensidade que é igualmente de difícil aferição. Em razão do que percebeu Koselleck, é sempre mais fácil dizer que há uma crise do que o contrário. Ainda assim, há campanhas políticas de fôlego, com mobilização extensa da sociedade civil, que não necessariamente desencadeiam uma crise em seu bojo. Pense-se, por exemplo, na campanha vitoriosa contra a lei de privatização das empresas públicas no Uruguai em 1992, ou na recente “primavera colombiana” de 2019. No Brasil, vale considerar o contraste entre a mobilização pelo “Fora Collor” (na qual há um bloqueio institucional que leva à renúncia do presidente) e pelo “Fora FHC” (1995-1996), que, embora mais duradoura, nunca emparedou ou paralisou o sistema político. Essa distinção estipula um critério mínimo de intensidade.

O mesmo vale para o uso político das corporações armadas do estado, fenômeno quase imediatamente identificado como crise política por inúmeras razões históricas. Para transpor esse critério de intensidade, vejamos exemplos contrastantes: de um lado, os casos de Peru (1992) e Guatemala (1993), de outro o recente episódio de incursão militar no parlamento de El Salvador (2020). O caso do autogolpe de Fujimori em 1992 é, nessa rubrica, exemplo claro de crise política com protagonismo do Exército e das polícias. Curiosamente, os levantamentos empíricos baseados na interrupção de mandato presidencial são levados ou a omitir o caso peruano, ou a identificá-lo em novembro de 1991, quando o Senado tentou sem sucesso depor Fujimori, menosprezando o crucial, a saber, a escalada autoritária com que o presidente responderia à crise. Um movimento similar foi tentado em 1993 na Guatemala. O presidente Antonio Elías Serrano, inspirado pelo precedente peruano, tentou um autogolpe conhecido como *Serranazo*, mas foi frustrado pela firme resposta doméstica e internacional. Ambos os casos, não obstante seus desfechos distintos, transitam em um grau de abalo grave da rotina institucional que os separa de turbulências pontuais nas relações civis-militares.

Em fevereiro de 2020, em uma manobra de claro viés autoritário, o presidente de El Salvador Nayib Bukele adentrou o Congresso acompanhado de soldados armados e oficiais de alta patente para exigir que fosse votado seu projeto para a área de segurança pública, principal plataforma de sua campanha. A forma do episódio atraiu enorme atenção, mas foi mais dramática do que seu conteúdo. Ao final, Bukele estava mais interessado em uma performance de liderança forte que lhe permitisse redirecionar a agenda política do país em um momento em que surgiam pautas adversas para seu governo (Lemus, Martínez & Martínez, 2020). Ora, pelo perfil de Bukele, não há garantia contra uma deriva autoritária à frente (El Salvador se encontra em estado de emergência pela pandemia de Covid-19), mas parece excessivo considerar a manobra de fevereiro como uma crise política. No limite, vale lembrar que nem todo processo de desdemocratização é consequência direta de uma crise.

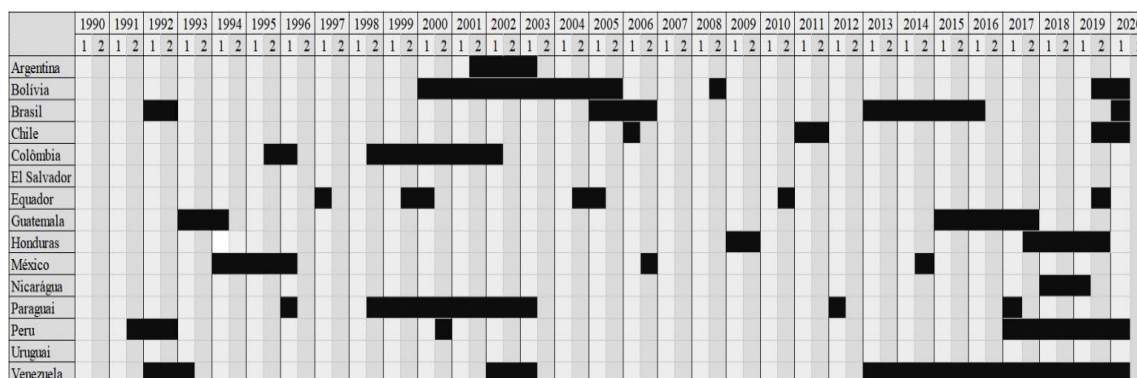
Em síntese, seja em termos de duração ou intensidade, é preciso estabelecer critérios de distinção das crises políticas latino-americanas, centrando-se na excepcionalidade do evento diante de seu contexto. Com isso,

formamos um conjunto heterogêneo de 37 casos em que as instituições políticas estiveram sob alta pressão nos últimos trinta anos de hegemonia da democracia liberal na região (ver Tabela 1). Nosso próximo passo é reavaliar esse conjunto através do significado que tiveram os “interventores desarmados” sobre a arena política, as “primaveras” nas ruas, os julgamentos políticos e o risco de colapso cambial. Mais do que recorrências periódicas ou espasmos patológicos, essas gramáticas de intervenção foram disputando espaço no campo semântico da democracia.

Tabela 1 - Crises políticas na América Latina, 1990-2020

Argentina	Currallito (2001-2003)
Bolívia	Guerras populares contra o neoliberalismo (2000-2005); Separatismo oriental (2008); Derrubada Evo Morales (2019-2020)
Brasil	Derrubada Collor (1992); Mensalão (2005-2006); Crise do Lulismo (2013-2016); Impasse de Bolsonaro (2020)
Chile	Revolução <i>Pinguina</i> (2006); Inverno Chileno (2011); Revolução dos 30 Pesos (2019-2020)
Colômbia	Processo 8000 (1995-1996); Escalada Guerra Civil (1998-2002)
El Salvador	-
Equador	Impugnação de A. Bucaram (1997); Destituição de J. Mahuad (2000); Destituição de L. Gutiérrez (2005); Sublevação policial (2010); Outubro Plebeu (2019)
Guatemala	Serranazo (1993-1994); CICIG (2015-2017)
Honduras	Deposição Zelaya (2009); MACCIH e crise eleitoral (2017-2019)
México	Levante Zapatista (1994-1996); Crise eleitoral (2006); Ayotzinapa (2014);
Nicarágua	Crise de abril (2018-2019)
Paraguai	Tentativa de Golpe de Oviedo (1996); Março Paraguaio e Campanha Oviedista (1998-2003); Destituição Fernando Lugo (2012); Segundo Março Paraguaio (2017)

Peru	Autogolpe Fujimori (1991-1992); Vladvídeos (2000); Escândalo da Odebrecht (2017-2020)
Uruguai	-
Venezuela	Destituição de Andrés Pérez (1992-1993); Conspiração contra Chávez (2002-2003); Crise do Chavismo (2013-2020)

Gráfico 1 - Cronologia de crises políticas na América Latina, 1990-2020


Os “interventores desarmados” e a democracia liberal

A dinâmica de incerteza que caracteriza a crise política não pode ser integralmente acessada só pelo conflito interno ao sistema político. Ademais, a violência política organizada, que outrora recebeu grande atenção nos Estudos Latino-americanos, foi perdendo força nas últimas décadas como terreno decisivo da mudança política. Não só as insurgências armadas se tornaram comparativamente rarefeitas, mas também o golpe de estado em seu sentido clássico se tornou menos frequente (Pérez-Liñán, 2007, pp. 40-63). Entre 1945 e 1978, houve 20 casos de colapso democrático decorrentes de golpes militares na região (Marsteintredet & Berntzen, 2008). Desde 1990, nos 15 países em análise, houve três ocasiões em que o presidente em exercício foi destituído mediante intervenção militar, no Equador (2000) por uma sedição de oficiais de baixa patente no ápice da crise, e na Guatemala (1993) e em Honduras (2009) por pressão da corporação, sem recurso direto à violência. O movimento contra a reeleição de Evo Morales em 2019, que dos protestos amplos contra os resultados evoluiu para o uso paraestatal da violência miliciana, poderia ser considerado um

caso-limite em função da convivência das forças policiais e militares. Ainda quando houve participação das corporações armadas, uma vez forçada a interrupção do mandato, a crise foi encaminhada por meio dos procedimentos constitucionais da democracia liberal, através da linha sucessória e do calendário eleitoral.

É preciso parcimônia para apreender essa mudança, que é uma inflexão de grau. Isso não significa o apaziguamento geral das relações civis-militares, nem muito menos a proscricção da violência política. O que está em jogo é que, pelo esmaecimento dos mecanismos históricos de intervenção armada sobre o sistema político, sobressaíram formas “desarmadas” de impelir e legitimar a mudança. O caráter desarmado aqui não é necessariamente uma descrição literal, já que a violência é componente assíduo em situações de crise. O que parece distinguir o período atual é que os três mecanismos fundamentais de tomada do poder pela força, os golpes militares, as invasões estrangeiras e as insurreições armadas de base faccional ou regional, estão em notável desuso, fazendo com que a violência seja antes um subproduto ocasional da situação de crise. Nesse sentido, para compreender as democracias latino-americanas nos últimos trinta anos, não basta apontar a escassez de golpes, guerras e revoluções, mas deve-se atentar para como sobressaem formas diferentes de suspensão da ordem. É nessa chave que tentaremos decifrar, nas seções seguintes, o significado das primaveras populares, dos órgãos de controle e dos movimentos silencioso dos investidores.

“Primaveras” e o Triunfo Espontâneo do Povo

Há mais de meio século, um livro decisivo do historiador britânico George Rudé instigou os especialistas a estudar a multidão “não como uma entidade abstrata, mas como um fenômeno histórico vivo e multifacetado” (Rudé, 1991 [1964], p. 14). Com efeito, esse fenômeno permanece atual, igualmente vivo e multifacetado, embora suscitando os mesmos estereótipos que Rudé procurava combater. Embora suas origens sejam sabidamente anteriores, o termo “primavera” ganhou uso disseminado na última década para lidar com multidões autoconvocadas do mundo árabe ao Chile, da Ucrânia à Turquia ou Hong Kong. De certo modo, a expressão oferece uma descrição provisória de um fenômeno

ainda não bem apreendido. Como tal remete genericamente à irrupção, até certo ponto abrupta e heterogênea, de grandes movimentos de rua, por fora dos canais institucionais de mediação e representação. Esses movimentos, embora carregando aspectos singulares, por suas práticas e recursos organizativos, ao mesmo tempo se reapropriam do imaginário de soberania popular, uma das âncoras da política moderna (Bringel & Pleyers, 2017; Gerbaudo, 2017: 89-112).

É bastante conhecido o papel dos protestos populares massivos na deposição de presidentes na América Latina no ciclo de redemocratização iniciado em 1979. Em fevereiro de 1989, o confronto aberto nas ruas de Caracas foi uma espécie de marco inicial na luta popular contra o neoliberalismo. O então presidente Carlos Andrés Pérez teria sua popularidade irreversivelmente debilitada e cairia anos mais tarde. À mesma época, o processo de *impeachment* de Fernando Collor no Brasil também atingiu seu clímax sob a pressão das ruas, com o movimento dos “caras pintadas”. A certa altura, esse roteiro era tão familiar que os movimentos sociais foram classificados como “o poder moderador dos novos regimes civis” (Hochstetler, 2007, p. 14) e os “os principais defensores da soberania popular” (Souza, 2013, p. 227).

Convém, ainda assim, estabelecer uma fronteira nos conceitos. Movimentos sociais designam coletividades que mantêm ligações contínuas e compartilham alguma projeção política de si e do mundo. Movimentos sociais são, pois, formas associativas específicas. O que mais frequentemente se trata por “primavera” não possui esse nível de articulação, primando antes pelo descentramento e pela efemeridade. Não resta dúvida que movimentos sociais (bem como partidos políticos e outras organizações) podem ter papel decisivo, e em geral o tem, na deflagração desse tipo abrangente de mobilização da sociedade, mas isso em si não os equivale. Nesse sentido, mais do que certa duração temporal, a “primavera” tem um caráter excepcional, disruptivo. Seu contágio transborda, em uma conjuntura aguda, a base associativa prévia.

Para a discussão sobre crises políticas, esse transbordamento massivo tem se mostrado decisivo. É interessante notar que não há apenas um contágio instantâneo entre grupos sociais até então desarticulados, mas também há contato indireto com outras experiências semelhantes de ativação multitudinária. O Caracazo de 1989 foi inúmeras vezes recontado, lembrado e reconhecido pelas

lutas antineoliberais na América Latina, transbordando aquele dia particular para atingir uma memória social de potência popular pela ocupação das ruas. Não raro, esse encadeamento não é só simbólico, mas se inscreve na própria trajetória das pessoas e organizações que os protagonizaram, como ocorre claramente, por exemplo, nas jornadas de luta de 2006, 2011 e 2019 no Chile (Cortés, 2020). A metáfora da erupção vulcânica, como Alexis Cortés a usa, remete não só ao caráter explosivo e súbito do evento, mas também ao sedimentos que são formados em seu rescaldo.

Além disso, vale indicar que esses encadeamentos são possíveis também em dinâmica sincrônica em diferentes países, como se viu pela interação contínua entre a crise política no Brasil e na Venezuela a partir de 2013. Os movimentos oposicionistas nesses países fortaleceram-se mutuamente como espelhos de uma luta comum, estabelecendo analogias simbólicas e contatos diretos. Os protestos convocados pelo candidato derrotado Henrique Capriles após as eleições de abril de 2013, questionando a idoneidade do processo eleitoral, foram a abertura de um encadeamento de manifestações de rua lideradas pela direita latino-americana. Desnecessário lembrar, a analogia com a Venezuela foi uma das principais ferramentas retóricas da direita brasileira para deslegitimar o governo do PT e sua longa predominância eleitoral.

Essa inflexão à direita é talvez a principal incógnita no tratamento das “primaveras” como intervenção desarmada sobre o sistema político. No caso das lutas antineoliberais que ganharam força nas décadas de 1990 e 2000, o caráter progressista e popular dos protestos de massa se contrapunha a um sistema político elitista e conservador. O transbordamento dos movimentos sociais e dos partidos de oposição em grandes insurreições cívicas estabeleceu uma gramática de intervenção sobre a política institucional. Em outras palavras, por meio de sucessivas crises políticas e seus efeitos-demonstração, estabeleceu-se nos novos regimes democráticos o “povo” enquanto potência, sem depender para tal nem das instâncias institucionais de pressão nem da tomada violenta do poder. Na maior parte dos casos, as “primaveras” ao redor do mundo concorreram a esse sentido de democratização próprio aos movimentos sociais populares.

O giro latino-americano à direita trouxe a seguinte incógnita: as crises políticas a que precipitaram ativação são nesse caso também “primaveras”? De

saída, isso parece ofuscar dimensões cruciais da nova conjuntura: definitivamente não se pode negligenciar o uso da violência pela oposição na Venezuela e na Bolívia, e o ciclo de protestos que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff possuía vínculos nítidos e estreitos com a política institucional. Mais importante, há uma diferença a manter entre a pressão por inclusão política e expansão de direitos, diante da urgência dos movimentos de direita de controlar a situação de crise restaurando e reforçando hierarquias sociais. A intervenção dos protestos populares após a eleição boliviana de 2019, além de não ser literalmente “desarmada”, também concorreu a um giro restaurador com consequências ainda em aberto. Isso adverte contra o risco de reificar a “multidão nas ruas” e considerar similares quaisquer casos de sua aparição.

Por outro lado, parece insuficiente resolver o problema simplesmente separando duas categorias diferentes e dicotômicas: enquanto “primaveras” seriam inerentemente progressistas, ao resto caberia outro nome, como “outono” ou golpe. Antes de tudo, existem ambiguidades empíricas. Na Nicarágua, a irrupção popular contra o governo sandinista de Daniel Ortega em 2018 teve como gatilho uma reforma regressiva do sistema previdenciário, imposta por decreto presidencial em abril, elevando a contribuição e reduzindo as aposentadorias. Quase que imediatamente, “se conformou em todo o país um movimento cívico, multitudinário, autoconvocado, em que participam numerosas organizações e grupos, alguns deles organizados durante a crise e outros, desde antes” (Cuadra Lira, 2018, s/p). A insurreição catalisou a compressão política no governo de Ortega, outrora parte do ciclo de governos de esquerda na América Latina, que estabeleceu estado de exceção em 2019 denunciando uma ameaça de golpe de estado. Embora haja nuances, não se pode estabelecer uma oposição rígida entre o “longo abril” na Nicarágua e a crise política em curso na Venezuela. Se ampliarmos o escopo e trouxermos à análise os casos recentes na Guatemala (2015-2017), Paraguai (2017) e Honduras (2017-2019), fica ainda mais difícil traçar a linha de separação. Justamente porque a multidão não é politicamente homogênea, e as crises políticas se definem pela indeterminação entre abertura e desfecho, não é fácil separar os casos de perfil progressista dos demais. É preciso, levando isso em conta, algum registro para essa imagem recorrente de um “movimento cívico, multitudinário, autoconvocado”.

O ponto fundamental é perceber como a intervenção imediata do povo ou da cidadania é uma potência que se constitui sobre a democracia, não porque essas intervenções tenham sido idênticas nos últimos trinta anos, mas precisamente porque percorreram trajetórias que variaram extremamente. No ciclo das lutas antineoliberais, a irrupção do povo contra o sistema político parecia encaixada a uma direção emancipatória. Na medida em que esse alinhamento posteriormente se esfumaça, também fica claro que o fenômeno é mais flexível e heterogêneo. O que a conjuntura atual demonstrou é que a direita é capaz de apropriar-se, à sua maneira, do lugar do povo como oposição independente, isto é, de estabelecer o que Laclau e Mouffe (1987) chamaram de “cadeia de equivalências” entre diferentes posições de sujeito, capaz, com isso, de transbordar sua base associativa prévia. O maior triunfo da direita venezuelana é capitalizar para si todas as formas de oposição ao governo de Maduro.

A rigor, é preciso conceber a multidão auto-organizada em uma “primavera” não como uma descrição empírica nem valorativa, mas como uma dimensão simbólica. O cerne dela é uma plataforma oposicionista em base cidadã, nacional e espontânea, capaz de prevalecer sem recorrer à negociação institucional ou à força. Que essa dimensão simbólica não seja fidedigna à sua realização empírica é secundário, porque todas as suas impurezas (confrontos físicos, conexões institucionais, interesses corporativos) acabam por ser acidentais. Uma perspectiva panorâmica sobre as crises latino-americanas mostra que a potência da multidão afirma sua excepcionalidade na medida em que apaga essas impurezas, e por isso é flexível a circunstâncias políticas tão diversas. Essa potência carrega um sentido de democracia baseada na vontade popular imediata, como efetivação real e concreta, por isso superior à mecânica formal das instituições e capaz de eventualmente paralisá-la. Em retrospectiva, esse tipo de intervenção popular nas crises políticas não constitui um fenômeno obsoleto nem unidirecional, mas sim vivo, em aberto em suas possibilidades: “tal como a sociedade mudou, também a multidão mudou com ela e, ao mudar, deixou seu legado às gerações posteriores” (Rudé, 1991 [1964], p. 289).

“Tribunais”: teoria e prática das instituições de controle

A preocupação com as instituições de controle nasceu geminada ao diagnóstico de hipertrofia das prerrogativas presidenciais nos novos regimes democráticos (O'Donnell, 1991). A vulnerabilidade socioeconômica que acompanhou o processo de democratização na América Latina acentuaria esse caráter delegativo e centralizador, sendo sobremaneira frágeis as instituições judiciais e burocráticas responsáveis por ancorar a prevalência da lei e um sentido de bem comum (O'Donnell, 1993). Desdobrando-se do tema das transições, emergia uma agenda sobre reforma da estrutura de estado para responder ao novo ambiente democrático, superando o legado autoritário para fazer da burocracia uma solução, e não mais um problema. Era necessária uma nova malha institucional para garantir formas independentes de eficiência, responsabilização e controle dos dirigentes para além da competição eleitoral.

As eleições livres asseguram, por definição, alguma forma de controle vertical dos eleitores sobre seus representantes eleitos. Em caso de atos deletérios ou corruptos por parte destes, é razoável esperar que a exposição negativa de mídia, as manifestações de oposição e a competição eleitoral estabeleçam mecanismos para essa responsabilização política. O que Guillermo O'Donnell levantou nos anos 1990 era que não bastava uma poliarquia ser democrática, ela exigia o “império da lei” como lastro da disputa (O'Donnell, 2004). Em poucas palavras, isso acarretava a isonomia legal de todos os cidadãos, a garantia de prerrogativas individuais e salvaguardas processuais, além da operação efetiva do sistema de distribuição de justiça em todo o território. Para O'Donnell, a ênfase dos analistas em poliarquias já institucionalizadas, onde o império da lei era um dado assegurado, obscurecia os principais dilemas que viviam os países latino-americanos pós-transição: “meu interesse pelo que chamo de *accountability* horizontal nasce de sua ausência” (O'Donnell, 2004, p. 27).

A definição formal de *accountability* horizontal é ligeiramente tortuosa, mas vale reproduzi-la na íntegra:

“a existência de agências estatais que tem o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o *impeachment* contra ações ou emissões de outros agentes ou agências de Estado que possam ser qualificadas como delituosas” (O'Donnell, 2004, p. 40).

Toda a malha de controle está vertebrada sobre a inibição do delito, ou seja, sobre o imperativo legal como base para a fiscalização entre burocracias no interior do aparato de estado. Consequentemente, “o direito e o poder legal” significa a autonomia relativa desses órgãos de controle, independentes com relação à cadeia de comando formada pelas maiorias eleitorais. O fortalecimento democrático exigia, então, o adensamento e capacitação de órgãos de investigação criminal, controladoria do orçamento, inteligência financeira, fiscalização de órgãos públicos e adjudicação imparcial e célere de conflitos.

Essa digressão à obra de O’Donnell dos anos 1990 se justifica porque o tema da *accountability* horizontal foi absorvido e disseminado pelo pensamento ortodoxo sobre a democracia na América Latina. O desenvolvimento de instituições de garantia do *rule of law* passou a ser eixo programático de organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), organizações não-governamentais (como a *National Endowment for Democracy* e a Transparência Internacional) e mesmo agências de cooperação internacional do Departamento de Estado dos EUA, com o qual essas ONGs tem conexões próximas (Albuquerque, 2018). Nessa chave a democracia é traduzida a um novo vocabulário de governança, “boas práticas”, transparência, *accountability*, *compliance*, eficiência e, sobretudo, império da lei (*rule of law*). O combate à corrupção se torna um farol para a reforma do estado.

Nos primeiros casos de *impeachment* por acusações de corrupção (Collor no Brasil e Andrés Pérez na Venezuela), parece prevalecer a lógica da delegação irrestrita com responsabilização vertical identificada por O’Donnell. Os presidentes, no uso de suas prerrogativas cesaristas, avançaram políticas drásticas que arrasaram sua popularidade e sua credibilidade, criando um contexto de isolamento em que a improbidade administrativa apenas concorre ao desfecho da crise. No caso venezuelano, o impedimento exigiu inclusive algum malabarismo jurídico do Congresso, decidido a livrar-se do presidente diante da pressão popular e das duas quarteladas mal-sucedidas em fevereiro e novembro de 1992 (Pérez-Liñán, 2007, pp. 18-22 e 99-103). O mesmo enquadramento “delegativo” de adéqua à queda do presidente peruano Alberto Fujimori em 2000, após a revelação de esquemas de suborno e intimidação conduzidos pelo chefe da inteligência do governo. O efeito imediato da crise (a renúncia ocorre semanas

depois da publicação dos primeiros vídeos) reforça a ideia de que, mais do que intervenção dos órgãos de controle, a corrupção se processa pela responsabilização imediata do presidente.

Salvo melhor juízo, o primeiro caso de crise política com protagonismo dessas instituições foi o chamado “Processo 8000”, investigação criminal contra o presidente eleito Ernesto Samper do Partido Liberal colombiano. A acusação girava ao redor do recebimento clandestino de dinheiro do cartel de Cali para a campanha eleitoral de 1994, alavancada por gravações (“narco-cassetes”) obtidas pelo candidato derrotado, Andrés Pastrana. Com grande apoio midiático, o processo foi então liderado pela *Fiscalía General de la Nación*, órgão independente dentro do poder judicial estabelecido pela Constituição de 1991. A imprevisibilidade da crise foi potencializada pelas múltiplas e longevas conexões entre o estado colombiano e o crime organizado reveladas no curso da investigação, para as quais intercediam também membros da sociedade civil. Em 1996, contudo, a investigação formal contra o presidente foi arquivada na Câmara pela reorganização da maioria liberal, garantindo o mandato de Samper e impondo balizas aos rumos da crise política (Hinojosa & Pérez-Liñán, 2007).

Um segundo caso de relevo para a intervenção das instituições de controle sobre o sistema político foi o escândalo do “mensalão” no Brasil em 2005, que atingiria a cúpula do Partido dos Trabalhadores junto a políticos de inúmeros partidos. Mobilizados pelo tema da corrupção, atuaram em conjunto o Ministério Público, a imprensa e o Legislativo, que instaurou Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) à revelia da base governista. O transcorrer da crise incidiu diretamente sobre o pleito presidencial de 2006, já que o relatório final da CPMI e a primeira denúncia formal pela Procuradoria-Geral da República foi lançada meses antes da votação. Nesse sentido, há um desfecho na conjuntura de crise com a reeleição de Lula em 2006, ainda que o processo penal do “mensalão” tenha transcorrido até 2012. O sufrágio da figura de Lula, eventualmente fortalecida, controlaria os rumos da ofensiva anticorrupção contra o PT. De uma circunstância excepcional com elevada incerteza o tema passaria ao repertório ordinário da oposição.

Em retrospectiva, é interessante observar como, tanto na Colômbia como no Brasil, a corrupção revolvida pela fricção interna ao sistema político abre uma



cunha para o engajamento das instituições de controle; entretanto, a capacidade de recomposição das instituições representativas é decisiva para o manejo da crise, seja pela maioria parlamentar, seja pelo sufrágio popular. Por essa perspectiva, uma situação nova se coloca aberta na última década, a partir das interrupções de mandato presidencial em Honduras (2009), com intervenção decisiva da Corte Constitucional, e no Paraguai (2011), em que o Parlamento, investido em tribunal, contou com a cumplicidade do Tribunal Eleitoral para depor Fernando Lugo. Em ambos os casos, a maioria opositora no parlamento conseguiu respaldo das instituições de controle para consumir uma intervenção com redirecionamento de política, sob o pretexto da violação da lei e do bom uso das atribuições presidenciais.

Se a década de 1990 inspirou a avaliação de que os movimentos sociais seriam um “poder moderador” ao sistema político, a década de 2010 fez com que esse papel fosse reivindicado pelos tribunais, procuradorias e polícias judiciárias. Do papel de fiscalização independente emerge uma cultura organizacional vocacionada à refundação da política pela ética e pelo direito. As avaliações sobre os escândalos de corrupção como subproduto da liberdade de imprensa perdem de vista esse perfil mais combativo e profissionalizado das instituições de controle. Desde 2015, os casos mais emblemáticos desse novo cenário ocorreram na Guatemala, no Brasil e no Peru, onde a luta contra a corrupção por agentes autônomos de estado se tornou flanco para uma profunda desestabilização da política institucional.

É interessante observar que há encadeamentos não só pela exemplaridade, mas por ligações de contágio direto. No caso brasileiro, a ligação “para trás” é explícita, já que a Operação Lava Jato, iniciada em 2014, só fez potencializar uma projeção política que as instituições de controle nunca abandonaram desde 2005. Ademais, o desenvolvimento da Lava Jato produziu contágio continental, de forma mais dramática no Equador e no Peru, onde levou à renúncia de Pedro Pablo Kuczynski (2018) e à prisão de ex-presidentes e dirigentes partidários. Em países como Panamá, Argentina, El Salvador, Equador e México, investigações criminais envolvendo lideranças políticas no bloco governante estiveram na ordem do dia, sem evoluir a um ponto crítico, mas fortalecendo um sentimento difuso de criminalização de partidos, políticos e instituições. No Chile, mesmo a

cúpula do Exército foi devassada por uma investigação grave de desvio de verbas públicas em 2015 (“*milicogate*”), seguido de escândalo semelhante envolvendo a polícia nacional (“*pacogate*”).

O que interessa iluminar é que, por trás da “intervenção desarmada” dos órgãos de controle, há uma leitura implícita a respeito do devido funcionamento do regime democrático organizada pelo binômio lícito/ilícito. Ora, investigações de corrupção são um procedimento em si ordinário. Há situações específicas em que isso produz uma crise política mais ampla. Através desses casos críticos fica claro que a dimensão simbólica da intervenção dos “tribunais” e seus funcionários não-eleitos sobre o sistema político. A fiscalização independente dessas burocracias equipara o interesse público à lei vigente, tomando-a em um sentido deliberadamente reificado, ou seja, isento de e oposto à política. O ex-juiz Sérgio Moro, em um discurso aos formandos de 2018 na Universidade de Notre Dame nos Estados Unidos), resume esse espírito: “nunca esqueçam a pedra angular das nações democráticas, que é o império da lei [*rule of law*]” (Moro, 2018, s/p). Não há nenhuma menção no discurso à vontade da maioria, às eleições, à disputa programática e à representação; pelo contrário, ele define a democracia como um “governo da lei [*government by law*]”. A intervenção das autoridades legais se põe em um plano superior à democracia dos votos e dos partidos, um plano necessário para corrigi-la, reformá-la, depurá-la.

“Dólares”: disciplina de mercado e “estelionato eleitoral”

Para além das primaveras e dos tribunais, uma terceira forma de “intervenção desarmada” se consolidou nos últimos trinta anos graças ao risco cambial em uma economia aberta, ou seja, o voto dos dólares. É uma forma mais delicada dado que, ao contrário dos anteriores, não há um agente político igualmente bem definido. Não se trata de apontar o efeito geral da situação econômica sobre o comportamento dos eleitores e sobre a sustentação dos governantes. Esse efeito é razoavelmente endógeno ao sistema político, já que uma performance econômica negativa tende a pesar nas urnas. O que convém distinguir são as situações particulares em que a desconfiança dos investidores contra o governo cria um impasse de governabilidade, em particular quando um

bloqueio institucional decorre da adoção de diretrizes econômicas contrárias às que haviam sido de alguma maneira pactuadas nas eleições.

A divergência entre plataforma eleitoral e programa de governo, fenômeno em si recorrente nas últimas quatro décadas, já foi usada como epítome da falta de caráter dos políticos profissionais, dispostos a qualquer promessa para arrebanhar votos. Os intérpretes da “democracia delegativa”, por sua vez, viram aí mais uma evidência de que não havia um vínculo representativo e programático propriamente dito com os presidentes eleitos. No entanto, foi sobretudo a partir da obra de Susan Stokes (2001) que o fenômeno do “estelionato eleitoral” começou a ser analisado em seu próprio mérito, indicando causas específicas para sua recorrência.

Stokes (2001) apresentou um argumento causal com sua contrapartida normativa. O primeiro explicava que, para políticos interessados em ganhar cargos eletivos, a manobra seria uma estratégia razoável, dado que os votantes desconfiariam de políticas de liberalização econômica, mas ao final o resultado entregue pelo governo seria mais importante que a fidelidade aos compromissos de campanha. Por força da globalização financeira, esses políticos “acreditavam que os eleitores seriam prejudicados pelas ações dos mercados se os governos executassem políticas que não as favoráveis aos mercados” (Stokes, 2001, pp. 186-187). Daí a recorrência com que eles se elegeriam com programas estatistas e redistributivos para em seguida implementar reformas neoliberais, sem que ocorresse, contudo, a trajetória inversa. Em um plano normativo, Stokes defendeu que, mesmo com o estelionato, poderia eventualmente subsistir uma dinâmica de representação baseada no interesse comum, que seria passível de responsabilização através do voto retrospectivo.

A contraposição apresentada pela cientista política Daniela Campello (2014; 2015) levou o debate sobre estelionato eleitoral a outro nível. Campello aponta corretamente a premissa problemática de que só o neoliberalismo poderia efetivamente atingir resultados econômicos positivos, tendo de ser, contudo, mascarado em função das preferências dos eleitores. A esse respeito, o giro à esquerda dos anos 2000 foi um contraponto esclarecedor, já que as plataformas eleitorais redistributivas foram levadas a cabo sem reviravolta das condições econômicas gerais. Em geral, a popularidade dos mandatários se manteve alta

justamente por não inverter suas políticas após as eleições. Conforme os programas de esquerda eram levados das urnas aos gabinetes, os analistas levantaram a hipótese plausível de que, passadas duas décadas de choques neoliberais, a inversão de programas estaria obsoleta; afinal, seria “o chamado ‘estelionato eleitoral’ um fenômeno datado frente à atual conjuntura de governos progressistas (...) na América Latina?” (Souza, 2013, p. 247).

Não tardou muito para que essa hipótese otimista fosse descreditada. A esse respeito o caso mais salutar é o do presidente equatoriano Lenin Moreno, eleito em 2017 como herdeiro da Revolução Cidadã da Alianza-PAIS de Rafael Correa. Uma vez no cargo, iniciou uma reorientação à direita, demonizando Correa e definindo o equilíbrio fiscal como eixo da agenda econômica. Em maio de 2018, Moreno indicou para ministro da Economia e Finanças Richard Martínez, então presidente do Comitê Empresarial Equatoriano, que passou a centralizar as medidas de austeridade, que reaproximaram o Equador do Fundo Monetário Internacional. Um programa trienal de cooperação financeira com o órgão foi assinado em 2019, estabelecendo um compromisso de reformas pró-mercado. O chamado *paquetazo* de outubro de 2019, que incluía a elevação drástica do preço dos combustíveis, produziu uma insurreição popular de duas semanas em todo o país, obrigando o governo a se retirar temporariamente da capital. O giro de Moreno trouxe à memória dos equatorianos o mandato de Lucio Gutiérrez, que elegeu-se em 2002 com uma plataforma de esquerda e acabou deposto após inverter suas políticas. O retorno dessa modalidade de estelionato eleitoral na conjuntura recente também se exemplifica, em escala mais moderada, no mandato de Ollanta Humala no Peru (2011-2016) e na reeleição de Dilma Rousseff no Brasil (2015-2016).

Em tal cenário, sobressai a hipótese de Campello de que o estelionato eleitoral tem raiz no risco cambial, já que “refletem a decisão de presidentes de esquerda de adotar políticas propensas a atrair influxos de capital financeiro em períodos de escassez de dólares” (Campello, 2014, p. 262). De forma geral, os capitalistas são reticentes com relação aos candidatos de esquerda, o que, em uma economia aberta, gera risco de fuga de capitais. Mas a disponibilidade de liquidez internacional é uma condição variável. Momentos de abundância de divisas, como foi a década de 2000, em decorrência do superciclo das

commodities, fazem com que haja maior autonomia de política econômica, o que diminui a pressão pelo estelionato eleitoral (Campello, 2015). Essa é a explicação da viabilidade da “onda rosa” latino-americana. Em 2011, contudo, as *commodities* começam a cair e, a partir de 2013, há perdas líquidas de capital na América Latina (Santos, 2015). Novamente sob restrição externa, reaparece a pressão por inverter políticas, tentando atrair dólares com políticas ortodoxas.

Posteriormente, o argumento de Campello foi reforçado pelo estudo da presidência de Manuel Zelaya, único caso de inversão de política da direita para a esquerda (Cunha, Souza & Flores, 2013). Nesse caso, a política de Hugo Chávez de patrocinar seus aliados criou um incentivo atípico para a atração de divisas, fazendo com que o presidente hondurenho encampasse uma agenda avessa à sua campanha, ingressando na Aliança Bolivariana das Américas e sendo beneficiado pelos fundos do Petrocaribe. Até certo ponto, um argumento semelhante serviria a justificar a resiliência da hegemonia do PSUV na Venezuela, mesmo com o deterioro da situação econômica. Nesse caso, a alternativa de financiamento externo com o crédito da China fez com que o governo de Maduro não ficasse inteiramente exposto ao voto dos dólares. Em outros termos, essa associação estratégica permitiu arrefecer as pressões por inversão de política em uma circunstância específica em que a atração de capitais seria imperativa.

É certo que a interferência do estrangulamento externo sobre a política é tema caro ao pensamento latino-americano. Parece razoável prever, inclusive, uma revisitação crescente às teorias da dependência em um cenário atual, do qual o Brasil tem sido exemplo mais explícito, de direitização autoritária combinada com especialização produtiva e enxugamento do mercado interno. Recentemente, a vulnerabilidade às flutuações do cenário econômico internacional foi reavaliada como determinante para o sucesso ou fracasso dos presidentes latino-americanos (Campello & Zucco, 2016). Em um olhar retrospectivo, é evidente como a análise institucional da democracia foi desligada da questão de classe, o que tem consequências específicas em países periféricos. A dinâmica por trás do estelionato eleitoral e das crises cambiais em geral tem mostrado uma chave possível para essa reconciliação.

Cabe fazer dois esclarecimentos. A primeira é que não se pode equiparar imediatamente a interferência dos “dólares” a uma crise política, tal qual por si só investigações de corrupção ou manifestações populares não necessariamente transbordam a uma situação crítica. Por exemplo, o direitista Mauricio Macri elegeu-se na Argentina sob a bandeira da confiança dos investidores e da atração de divisas, acabando por recorrer a empréstimos do FMI em 2018 para saldar as obrigações em dólar, após já ter duplicado a taxa básica de juros. Em tal circunstância não houve nem crise política, nem estelionato eleitoral propriamente dito, já que seu perfil pró-mercado era transparente.

Em segundo lugar, cabe esclarecer que adotamos um critério menos rígido que o usual para compreender o voto informal dos detentores de capital como “intervenção desarmada”. Campello (2014) identifica um estelionato eleitoral quando, nos primeiros seis meses de governo, há inversão da plataforma de campanha (independente disso resultar ou não em uma crise política). Em nosso levantamento, partimos das crises (Tabela 1) para averiguar até que ponto sua eclosão ou aprofundamento têm relação direta com a fuga de capitais ou com um estelionato eleitoral para apaziguar as expectativas dos investidores. Reaproveitando o exemplo da Argentina, é possível iluminar essa diferença de registro: o governo peronista de Carlos Menem, eleito em 1989, representou um dos casos mais emblemáticos de estelionato eleitoral e “neoliberalismo de surpresa” nos anos 1990, mas isso não produziu uma crise política em seu governo. Sua política de paridade cambial com o dólar, no entanto, estaria no cerne da avassaladora crise política de 2001, precipitada por uma fuga de capitais. O presidente Fernando de la Rúa não se enquadra, por sua vez, como um caso convencional de estelionato eleitoral, já que o compromisso com a austeridade para manter a conversibilidade do peso era claro em sua campanha (Campello, 2015, pp. 159-187).

Os custos sociais da valorização artificial do peso se expressaram nas eleições legislativas de outubro de 2001, ceifando cerca de metade da base de apoio do presidente no Congresso, além de uma proporção inédita (22%) de votos brancos e nulos. Aos primeiros sinais de que o governo poderia reagir a esse revés eleitoral com um alívio do arrocho, o mercado financeiro reagiu rapidamente contra o peso. O poder de veto dos investidores sobre a arena

política, de certa forma, neutralizou preemptivamente o impacto das urnas, criando o cenário para a efervescência social de dezembro de 2001. No limite, essa forma de “intervenção desarmada” subentende o regime democrático não pela vontade popular imediata ou pelo imperativo da lei, mas por sua equiparação a uma economia de livre mercado.

O Significado Contrafactual das Crises em Trinta Anos de Democracia

Destacamos até aqui três matrizes de “intervenção desarmada” sobre o jogo político institucional que, de uma maneira ou de outra, disputam seu sentido democrático. As “primaveras” respondem por movimentos de massa, baseados em uma plataforma cidadã de oposição, que embutem uma visão superior de democracia pelo triunfo espontâneo do povo. Já os “tribunais” se referem à hipertrofia das instituições de controle orientadas sobretudo ao combate da corrupção, erguendo sobre o sistema político um critério formal de democracia como estado de direito. Por fim, os “dólares” exercem um poder de veto capaz de, em dadas circunstâncias, forçar a inversão de política por representantes eleitos, já que prevalece uma leitura tácita de que verdadeiramente democráticos são aqueles países que abdicam de políticas heterodoxas, dirigistas e nacionalistas. Ademais, as situações críticas produzidas pela intervenção desarmada de “primaveras”, “tribunais” e “dólares” não são sintomas de um estágio transitório, nem indicam, em seu conjunto, uma tendência uniforme de desenvolvimento da política latino-americana ao longo dos últimos trinta anos. Tampouco se pode afirmar que os fenômenos descritos sob tais rubricas sejam em si inteiramente novos e inéditos na história latino-americana.

Em uma perspectiva histórica alargada, o que sobressai no atual período democrático é a prevalência dessas intervenções desarmadas em momentos de crise política. Isso não significa, como já alertado, que tais intervenções sejam isentas de qualquer violência, ou que os militares estejam irrevogavelmente apartados da arena política. O caráter “desarmado” da intervenção significa especificamente que sua lógica interna e sua autorepresentação não se definem pela *ultima ratio* da força, mesmo que ela ocorra como subproduto acidental da crise. Há um contraste nesse sentido com o histórico de intervenções sobre a

política institucional na América Latina. Se a política desarmada se fez majoritariamente intramuros ao governo, com barganhas e compensações, as principais formas de intervenção externa ao sistema político apelaram aos meios violentos como busílis da mudança política. É possível resumir três formas básicas: o golpe militar, a intervenção estrangeira e a insurreição armada, seja por uma facção política ou por província irredenta. O que hoje identificamos como um período democrático na América Latina é, desse ponto de vista, o primeiro período em que a gramática da intervenção armada se tornou secundária para entender as crises políticas na região.

As crises permitem iluminar as linhas de fratura da ordem política, o que vale. A representação convencional da democracia liberal tem três vértices básicos: o cidadão/eleitor, o partido e os órgãos representativos. A mediação que organiza o sistema político é a eleição periódica. No entanto, essa mediação não se resume ao dia da votação: partidos e representantes se movem estrategicamente em função das oportunidades e riscos eleitorais futuros. Em teoria, as eleições produzem efeitos mesmo quando não ocorrem, isto é, modulam o comportamento dos agentes durante o período intereleitoral. No limite, se os governantes não controlam diretamente as eleições, seus mandatos precisam organizar-se de modo a ampliar sua base de simpatizantes, ou pelo menos conservá-la.

A hipótese do presidencialismo ingovernável na América Latina sustenta que essa triangulação é inerentemente instável. As mediações entre eleitores, partidos e instituições representativas seriam insuficientes e sua fragilidade produziria perturbações periódicas, apatia democrática e eventualmente colapso institucional (Valenzuela, 2004). Posteriormente, uma interpretação mais otimista atribuiu às interrupções de mandato presidencial a propriedade de resolver impasses com maior flexibilidade, aproximando-se na prática do parlamentarismo (Marsteintredet & Berntzen, 2008). No entanto, em ambos os casos há uma visão uniforme do significado da democracia, associada à representação convencional em três vértices, para o qual as crises são pontos exógenos. O que a análise das “intervenções desarmadas” demonstrou, contudo, é que elas não compõem um terreno uniforme de “não-democracia”, mas sim carregam visões discrepantes do que uma democracia deva ser. Essas intervenções são baseadas no conflito entre

significados sobrepostos, já que um atributo inseparável da democracia é o dissenso em torno do sentido real dela própria.

Há uma dinâmica contrafactual análoga às eleições: “primaveras”, “tribunais” e “dólares” produzem efeitos sobre o sistema político mesmo quando não ocorrem. Em outros termos, ainda quando não bloqueiam a rotina institucional, essas “intervenções desarmadas” alteram seus itinerários, ou ainda, as expectativas e os cálculos dos atores. As crises políticas já não seriam, pois, unidades analíticas autocontidas, mas um ponto de observação, uma circunstância excepcional que nos ajuda a decifrar a situação ordinária. No bojo da normalidade do jogo político, permanecem as possibilidades não-realizadas da irrupção multitudinária, do pretorianismo anticorrupção e do estrangulamento cambial. As elites políticas, para divisar suas perspectivas de poder, respondem só ao comportamento eleitoral prospectivo, mas também ao risco de crise política que os derrube precocemente.

É preciso entender as práticas e expectativas emergentes das democracias latino-americanas sem perder de vista a dinâmica das intervenções desarmadas ao longo dos últimos trinta anos. Como já foi notado, um dos efeitos colaterais da redução procedimental da democracia foi desarmar a análise para processos de desdemocratização que não interrompem definitivamente a competição eleitoral. Ao propor que a noção de democracia é em si objeto de dissenso, isso tampouco implica relativismo quanto ao seu conteúdo. Se as “intervenções desarmadas” interferem na vida política mesmo quando não ocorrem, é preciso compreender as respostas a elas tanto em seus riscos como em suas potencialidades.

Segundo José Maurício Domingues (2019), seria possível discernir uma tendência contemporânea de oligarquização da democracia liberal pelo entrincheiramento do sistema político, sem para tal revogar de todo as liberdades civis e políticas. Nessa chave, poderíamos projetar um cenário plausível de neutralização autoritária das “intervenções desarmadas”: novas tecnologias de vigilância e repressão como recurso preventivo ao contágio de futuras “primaveras”; a cooptação ou implosão dos órgãos de controle externo contra o risco dos “tribunais”; um compromisso indefinido com o neoliberalismo como resguardo contra o veto dos “dólares”. Nesse caso, a anulação das linhas de

fratura da democracia liberal concorreria simplesmente a institucionalizar o insulamento da elite política.

Por outro lado, há o desafio contemporâneo de pensar respostas democratizantes à questão. A esse respeito, cabem indicações preliminares a partir da experiência recente. As primaveras populares, para além de seu efeito imediato, não podem ser desconectadas do debate sobre organização política; os casos mais consequentes foram precisamente aqueles que interagiram e retroalimentaram sua base associativa prévia, de modo a potencializar reivindicações e controlar uma reação conservadora. Com relação à vulnerabilidade econômica à fuga de capitais, o primeiro passo é não naturalizá-la. Assim, há que se considerar a conotação política de arranjos nacionais e regionais de proteção cambial, por exemplo, pensando as restrições à mobilidade de capitais como subsídio democrático, dentre outros dispositivos contracíclicos. De igual maneira é preciso recalibrar a luta contra a corrupção para além da simples criminalização da política, estabelecendo contrapesos aos agentes não-eleitos e recuperando um propósito redistributivo como vértice. Aprofundar nosso entendimento sobre as intervenções sobre as instituições representativas em situações críticas pode não só nos ajudar a compreender seus limites e discursos autolegitimadores, mas também a sinalizar os caminhos pendentes para democratizá-las.

Considerações Finais

O artigo catalogou 37 episódios de crise política em 15 países latino-americanos entre 1990-2020, sem reduzi-los conceitualmente à interrupção de mandato presidencial. Por estabelecer uma diferença entre a abertura de uma crise e seu desfecho, em função da indeterminação que lhe é própria, estipulou-se um critério de duração para cada uma delas a partir da escala semestral. A análise panorâmica desses episódios não revela uma tendência clara para essas crises políticas em seu conjunto, mas foi possível notar certos traços emergentes nessas três décadas. Em diálogo com a literatura, o artigo discerniu então três gabaritos fundamentais de intervenção crítica sobre o sistema político, que esquematicamente resumiu como “primaveras”, “tribunais” e “dólares”. Ao invés

de assumi-los como ocorrências exógenas, mantendo no centro da análise as relações entre Legislativo e Executivo, a proposta foi deslocar a análise para essas bordas móveis do jogo representativo.

Disso resultam duas conclusões a serem futuramente aprofundadas em uma análise comparada das crises políticas: primeiro, há uma inflexão histórica no período recente com relação ao caráter das intervenções disruptivas sobre a política institucional, já que o protagonismo das ações armadas (golpe militar, invasão estrangeira e insurreição armada) cede a formas que não apelam diretamente à violência política para fundar a mudança. Em segundo lugar, as práticas e narrativas ligadas às “intervenções desarmadas” do povo autoconstituído, das instituições de controle e da confiança do mercado age continuamente no processo político para além das circunstâncias excepcionais em que promovem um bloqueio da rotina institucional. Esse procedimento nos permite reavaliar a mudança política na América Latina, e seus ciclos à direita e à esquerda na América Latina, sem se restringir à triangulação entre cidadão, partido e instituições representativas.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. A comunicação política depois do golpe: notas para uma agenda de pesquisa. *Compólitica*, vol. 8, n. 2, 2018, pp. 171-205.

ALVAREZ ARAGÓN, Virgilio. Guatemala ante un nuevo gobierno de derecha: Alejandro Gianmattei e la incertidumbre autoritaria. *Nueva Sociedad*, janeiro/2020.

BRANNUN, Kate. Guatemala 2018: facing a constitutional crossroad. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), vol. 39, n. 2, 2019, pp. 265-284.

BRINGEL, Breno & PLEYERS, Geoffrey (org.). *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO/FAPERJ, 2017.

CALDERÓN CASTILLO, Javier. *Brasil y Guatemala, divina corrupción*. CELAG/Análisis Político, 2019. Disponível em <https://www.celag.org/brasil-y-guatemala-divina-corrupcion/>. Acesso em 16/06/2020.

CAMPELLO, Daniela. *The politics of market discipline in Latin America: globalization and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CAMPELLO, Daniella & ZUCCO, César. Presidential success and the world economy. *The Journal of Politics*, vol. 78, n. 2. 2016, pp. 589-602.

CAMPELLO, Daniella. The politics of financial booms and crises: evidence from Latin America. *Comparative Politics*, vol. 47, n. 2, pp. 260-286.

CORTÉS, Alexis. El octubre chileno: el neoliberalismo ¿nació y morirá en Chile?. *Democraciaabierta*, 23/01/2020. Disponível em <https://www.opendemocracy.net/es/democraciaabierta-es/el-octubre-chileno-el-neoliberalismo-nace-y-muere-en-chile/>. Último acesso em 02/04/2020.

CUADRA LIRA, Elvira. El largo abril de Nicaragua. *Nueva Sociedad*, dezembro/2018.

CUNHA FILHO, Clayton. *Formação do estado e horizonte plurinacional na Bolívia*. Curitiba: Appris, 2018.

CUNHA, Clayton; SOUZA, André Luiz & FLORES, Fidel. A right-to-left policy switch? An analysis of the Honduran case under Manuel Zelaya. *International Political Science Review*, vol. 34, n. 5, 2013, pp. 519-542.

DOMINGUES, José Maurício. Political regimes and advanced liberal oligarchies. *Constellations*, vol. 26, 2019, pp. 78-93.

GERBAUDO, Paolo. *The mask and the flag: populism, citizenism and global protest*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

HINOJOSA, Victor & PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Presidential survival and the impeachment process: the United States and Colombia. *Political Science Quarterly*, vol. 121, n. 4, 2007, pp. 653-675.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. *Lua Nova*, vol. 72, 2007, pp. 9-46.

HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

IVES, Diogo & GUIMARÃES, Bruno. Anti-corruption organisms and US hegemony in Central America. *Conjuntura Austral*, vol. 7, n. 37, 2016, pp. 4-8.

KOSELLECK, Reinhard. *Crítica e crise: contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

LEMUS, Efreñ; MARTÍNEZ, Óscar & MARTÍNEZ, Carlos. La historia detrás del día en que Bukele se tomó la Asamblea Legislativa. *El Faro*, 11/03/2020.

LINZ, Juan. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, vol. 1, n. 1, 1990, pp. 51-69.



MARSTEINSTREDET, Leiv & BERTZEN, Einar. Reducing the perils of presidentialism in Latin America through presidential interruptions. *Comparative Politics*, vol. 41, n. 1, 2008, pp. 83-101.

MORO, Sergio. *2018 Commencement Address* (Notre Dame University, 2018). Disponível em 29/05/2020 no sítio eletrônico: <https://news.nd.edu/news/judge-sergio-moro-2018-commencement-address/>.

NETSAL, Núcleo de Teoria Social e América Latina. Sociologia política da crise. *Dossiê Temático*, n.7, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, vol. 44, 2004, pp. 27-54.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa?. *Novos Estudos*, n. 31, 1991, pp. 25-40.

O'DONNELL, Guillermo. *El estado burocrático-autoritário: triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1996.

O'DONNELL, Guillermo. On the state, democratization and some conceptual problems (a Latin American view with glances at some post-communist countries). *World Development*, vol. 21, n. 8, 1993, pp. 1355-1369.

PANNAIN, Rafaela. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. *Lua Nova*, n. 105, 2018, pp. 287-313.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. ¿Juicio político o golpe legislativo? Sobre las crisis constitucionales en los años noventa. *América Latina Hoy*, n. 26, 2000, pp. 67-74.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991 [1964].

SANTOS, Bruno. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. *Revista do BNDES*, n. 43, 2015, pp. 205-251.

SEWELL JR., William. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: Chicago University Press, 2005.

SILVA, Fabrício. As tradições das refundações: uma análise dos discursos refundadores da Venezuela, Bolívia e Equador (e o que eles têm a ver com a democracia). *Cadernos de Trabalho NETSAL*, vol. 1, n. 3, 2013, pp. 3-31.

SILVA, Fabrício. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.



SOUZA, André Luiz. O papel da sociedade e das instituições na definição das crises políticas e quedas de presidentes na América Latina. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, vol. 2, n. 3, 2013, pp. 227-260.

SOUZA, André Luiz. Um novo modelo de destituição de mandatários ou a releitura de velhas práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 113, 2016, pp. 11-50.

STOKES, Susan. *Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House, 1978.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

TOKATLIAN, Juan G. "After Irak: Next Colombia? The United States and (In)Security in South America". In LOVEMAN, Brian (org.). *Addicted to failure: U.S. security policy in Latin America and Andean region*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

TORRES, Gabriela. How a peaceful protest changed a violent country. *BBC News*, 27/05/2015.

VALENCIA, León. Drogas, conflito e os Estados Unidos: a Colômbia no princípio de século. *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, vol. 1, n. 2, p. 78-104, 2005.

VALENZUELA, Arturo. Latin American presidencies interrupted. *Journal of Democracy*, vol. 15, n. 4, 2004, pp. 5-19.

VITULLO, Gabriel. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, 2001, pp. 53-60.

Primaveras, tribunais e dólares: uma análise panorâmica das crises políticas na América Latina (1990-2020)

Resumo

O artigo analisa três formas de intervenção sobre o jogo político institucional em momentos de crise política na América Latina contemporânea: a eclosão relativamente acelerada de protestos multitudinários com identidade cidadã, oposicionista e popular ("primaveras"); a intervenção de órgãos de controle ("tribunais"); e a interferência sobre a dinâmica representativa resultante do risco de crise cambial ("dólares"). Procedeu um levantamento de 37 episódios de crise política em 15 países da região entre 1990 e 2020, entendendo-os como circunstâncias excepcionais de bloqueio da expediência rotineira do sistema político. Em seguida, define o sentido das primaveras, dos tribunais e dos dólares em diálogo com a literatura sobre crises institucionais, descartando tratar tais intervenções como um estágio transitório de consolidação democrática. Em vez disso, dois argumentos são propostos: em primeiro lugar, que o caráter "desarmado" de tais



intervencões constituiria uma descontinuidade na história latino-americana, em contraste com o protagonismo até então de interventores armados para compreender a crise; em segundo lugar, para além das circunstâncias críticas, essas intervenções desarmadas produzem efeitos mesmo quando não ocorrem, moldando práticas, expectativas e limites da democracia liberal na região.

Palavras-chaves: Crise Política; América Latina; Democracia; Presidencialismo.

Springs, Courts and Dollars: a panoramic analysis on political crises in contemporary Latin America (1990-2020)

Abstract

The article analyse three forms of intervention on institutional politics in situations of political crises in contemporary Latin America: the relatively sudden irruption of multitudinous protests with popular, oppositional and citizen identity ('springs'); the intervention of accountability institutions ('courts'); and the interference on representation as a result of capital flight risk ('dollars'). It presents a historical mapping of 37 episodes of political crises in 15 countries in the region between 1990 and 2020, framing them as exceptional circumstances of blockade in usual expediency of the political system. Reviewing those cases and the literature on institutional crises, it develops the meaning of 'springs', 'courts', and 'dollars', discarding the hypothesis that they represent a somehow transitory stage in democratic consolidation. Instead, two arguments unfold: first, that the 'unarmed' character of such interventions is a discontinuity in Latin American history, in contrast to the predominantly armed forms of political disruption; second, beyond critical junctures, these unarmed interventions generate effects even when they do not occur, shaping practices, expectations and boundaries of liberal democracy in the region.

Key-words: Political Crisis; Latin America; Democracy; Presidentialism.

Primaveras, Tribunales y Dólares: un análisis panorámico de las crisis políticas en América Latina contemporánea (1990-2020)

Resumen

El artículo analiza tres formas de intervención sobre el juego político institucional en América Latina contemporánea: la eclosión relativamente acelerada de protestos multitudinarios con identidad ciudadana, opositora y popular ("primaveras"), la intervención de órganos de control ("tribunales"), y la interferencia sobre la dinámica representativa resultante del riesgo de crisis cambiales ("dólares"). Procede un levantamiento de 37 episodios de crisis política en 15 países de la región entre 1990 y 2020, definiéndolos como circunstancias excepcionales de bloqueo de la expedición rutinera del sistema político. Em seguida, define el sentido de las "primaveras", "tribunales" y "dólares" en diálogo con la literatura sobre crisis institucionales, descartando tratar esas intervenciones como un estagio transitorio de la consolidación democrática. En cambio, dos argumentos se plantean: primero, que el carácter "desarmado" de tales intervenciones constituiria una descontinuidad en la historia latinoamericana, en contraste con el anterior protagonismo de interventores armados para comprender las crisis; segundo, más allá de las circunstancias críticas, esas intervenciones desarmadas producen efectos aún cuando no ocurren, moldando prácticas, expectativas y límites de la democracia liberal en la región.

Palabras-claves: Crisis política; América Latina; Democracia; Presidencialismo.



Contradicciones del Capitalismo y Transformaciones Sociales en América Latina

Agustín Lucas Prestifilippo¹

Introducción

Desde hace años, distintas zonas del mundo –Estados Unidos de la forma más emblemática; pero también Europa, en Alemania y Francia, España e Italia, o Hungría y Polonia– atestiguan un resurgimiento de fuerzas políticas reactivas con creciente base social que han sacudido la interpretación “progresista” (Fraser, 2019) con la que el capitalismo se venía presentado a sí mismo desde comienzos de la década del ´90.

Si a principios del nuevo siglo los experimentos de integración transnacional como la Unión Europea o el Nafta comenzaban a despertar las sospechas de que aquella interpretación no consistía sino en una mera legitimación ideológica de la selectividad puramente financiera y comercial con la que el capitalismo globalizado pretendía realizar el viejo sueño cosmopolita del liberalismo (Stiglitz, 2002), el *Brexit* y la reciente aparición de liderazgos autoritarios con voluntad de poder y capacidad electoral han vuelto a plantear en el debate público un problema que recorre las meditaciones de la teoría política y las luchas militantes de las izquierdas desde los tiempos de Rosa Luxemburgo. Nos referimos a la pregunta por la (in)compatibilidad entre capitalismo y democracia.

¹ Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA), Magíster en Estudios Literarios (UBA), y Sociólogo por la misma casa de estudios. Docente de grado y postgrado de la Facultad de Ciencias Sociales y de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA. Investigador asistente en el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Autor del libro *El lenguaje del sufrimiento. Estética y política en la teoría social de Theodor Adorno* (Prometeo, 2018). Sus investigaciones actuales giran en torno a la Teoría Crítica contemporánea y la Sociología del neoliberalismo. Correo electrónico: alprestifilippo@gmail.com.

Trayendo a memoria los peores recuerdos de la inmediata posterioridad al colapso de Wall Street, este escenario de polarización y radicalización autoritaria en los países centrales luego de la crisis de 2008 permite formular la pregunta de si acaso no estamos siendo testigos, en los albores de la segunda década del nuevo siglo, de una repetición de las impugnaciones con las que el fascismo irrumpió en la sociedad de entreguerras (*Cfr.* Amin, 2014; Traverso, 2019).

Con la victoria electoral en segunda vuelta de Jair Bolsonaro, no ha quedado margen para muchas dudas que la realidad latinoamericana, aun en la heterogeneidad estructural de sus experiencias singulares, no se encuentra exenta de estos sismas. Distintos sucesos permiten reforzar esta constatación en las fronteras del capitalismo desarrollado. Podemos recordar, entre otros, el ciclo iniciado con las movilizaciones de 2014 bajo la consigna “Brasil Livre”, seguido de la destitución de Dilma Rousseff y posterior encarcelamiento de Lula da Silva; la reciente masacre en las calles de Bolivia y su coronación en el Golpe de Estado al gobierno del MAS; o las distintas manifestaciones de *lawfare* que se observaron con menor o mayor éxito en la búsqueda de proscripción de dirigentes populares en Argentina y Ecuador. Las sociedades latinoamericanas, que desde principios del nuevo siglo habían visto surgir experiencias socio-económicas y político-culturales alternativas al destino de la globalización capitalista, crujen en nuestros días por la aparición de nuevas formas de radicalización política que, lejos de impugnar al neoliberalismo capitalista desde una perspectiva descolonizante, parecen más bien oficiar de canales de oclusión de sus encuadres democráticos.

Lo peculiar aquí es que estas nuevas versiones del neoliberalismo, antagónicas con la misma idea del principio fundamental de igual libertad de todos los miembros de una comunidad política, hacen depender su progresiva acumulación de fuerzas de la expresión pura de una violencia cuya legitimidad se nutre principalmente de las fuentes del racismo, la xenofobia, el clasismo y la misoginia (Ipar, 2019). ¿Cómo comprender este proceso en el que se engarzan de formas enigmáticas y desiguales el neoliberalismo y las más oscuras fuerzas antidemocráticas? ¿Cuál es la singularidad de esta expresión del capitalismo en las que los modos de clasificación que constituyeron la dominación colonial desde los inicios de la modernidad (Quijano, 2004) recuperan su capacidad de

atracción precisamente por su enunciación desinhibida en el espacio público político de nuestras sociedades?

Para acercarnos a una respuesta, debemos comenzar por situarlo en una constelación histórica y geográfica en la cual las nuevas formas sociales del descontento se anudan a las recientes contradicciones económicas del capitalismo, en el centro y en la periferia, evidenciando el fenómeno de un agotamiento de las fuentes de legitimación del orden existente. En este marco, el problema de la articulación entre capitalismo neoliberal y politización antidemocrática en América Latina puede ser estudiado a partir de modelos que se diferencian según el aspecto privilegiado al que hacen referencia. Por un lado, se vuelve necesario comprender las condiciones históricas de posibilidad de la crisis global; esto es, cuáles fueron los largos procesos subterráneos que confluyeron en una determinada coyuntura dando lugar a la interrupción de un continuo histórico aparentemente impertérrita en la superficie. Pero también nuestro problema requiere de un estudio de los efectos de esa crisis en la totalidad social; esto es, qué transformaciones pueden registrarse en los distintos niveles del orden social luego del quiebre. Mientras que la primera estrategia de interpretación asume un interés “histórico”, pues se pregunta *cómo* ha sido posible la crisis, la segunda orientación se formula la pregunta “sociológica” sobre *aquello* que esta crisis ha hecho posible.

En este escrito nos proponemos acercarnos a este problema interpretando las transformaciones sociales que han sucedido a la última gran crisis económica del capitalismo en América Latina. Sin pretensiones de asumir una imagen homogénea que, como ya reconociera clásicamente en sus estudios Cornejo Polar (2003), borre los múltiples tiempos que componen las experiencias colectivas que ese nombre invoca, revisaremos algunas discusiones teóricas contemporáneas acerca de estos efectos en el nivel específico de las formas de integración que estructuran las sociedades contemporáneas de nuestra región. En este sentido, nos guiamos por una pregunta que acompaña a la sociología desde sus comienzos, a saber: cómo puede verse erosionada la infraestructura de los apoyos colectivos del individuo por las transformaciones históricas del sistema económico capitalista.



El Aplazamiento de la Crisis y los Dilemas Contemporáneos de las Luchas Sociales

Los análisis recientes de Wolfgang Streeck parten de la premisa de comprender las relaciones entre el neoliberalismo y las actuales fuerzas antidemocráticas desde una mirada integral, en la cual la sensibilidad teórica hacia las diferencias de niveles e instancias de la estructura social no aleja al conocimiento de su relación crítica con la totalidad. De allí que en sus trabajos podamos encontrar no sólo una precisa genealogía de las líneas de causación que confluyeron en la última gran crisis del capitalismo sino también un estudio profundo sobre sus repercusiones en los conflictos prácticos que dividen al mundo social contemporáneo. Con este complejo programa de investigación, que se realiza por medio de un reencuentro entre los lenguajes de la sociología y de la economía política, se presenta una sugerente búsqueda de actualización de la Teoría Crítica de la Sociedad.

Streeck inscribe el triple estallido bancario, de finanzas públicas, y de crecimiento económico que arrastra a la economía mundial desde 2008 en una teoría del capitalismo que, al mismo tiempo en que presenta diacrónicamente una narración histórica de los cambios sucedidos en los patrones de desarrollo, cuenta con capacidad explicativa para articular esas transformaciones en una lógica en la que se reconectan analíticamente economía y sociedad.² Pues para Streeck esos cambios profundos en los esquemas de acumulación dependen siempre del motor de los conflictos distributivos entre las clases que fracturan la totalidad social.

Visto de esta manera, su retrospectiva histórica reconoce que desde fines de los años sesenta y comienzos de los setenta se advierten indicadores económicos que avizoraban desplazamientos de largo plazo en la dinámica

² Para ello Streeck se ve obligado a revisar críticamente los presupuestos “tecnocráticos” con los que algunas expresiones de la Teoría Crítica se acercaron al estudio científico-social del capitalismo, desde los análisis del orden económico nacionalsocialista mediante el concepto de “capitalismo de Estado” hasta la teoría del “capitalismo tardío” de los años de la postguerra. Mientras que el primero declaraba la “primacía de lo político por sobre lo económico”, la segunda remitía las líneas de quiebre del sistema a déficits de legitimación en la población asalariada. Para Streeck este alejamiento teórico de los problemas fundamentales de la economía política sólo podía pagar el alto precio de una renuncia “a una parte esencial del legado de Marx” (2003: 24). Para una reconstrucción alternativa de las primeras “generaciones” de la Teoría Crítica, véase: (Regatieri, 2019).

capitalista. Esos cambios vendrían marcados por la inflexión de un regreso hacia los “mercados autorregulados”. La desregulación del sector financiero, la privatización de empresas de servicios públicos, el desarrollo de nuevas tecnologías de producción orientadas a la diferenciación del producto, o la aparición de nuevos métodos de publicidad, son algunos de los signos más elocuentes al respecto.

Sin embargo, aun cuando ellos evidenciaban mutaciones profundas en el patrón de acumulación, esas transformaciones no pudieron ser diagnosticadas como tales, ni por las direcciones sindicales y políticas que representaban los intereses de los trabajadores, ni por las teorías que se dieron la tarea de estudiar la sociedad capitalista luego de 1945. Dificultades de comprensión, por lo tanto, en un momento en el que más necesarios se hacían los conceptos adecuados para la realización de acciones colectivas que pudiesen responder estratégicamente al lento pero continuo proceso de descomposición de los acuerdos que habían sustentado las instituciones sociales de bienestar desde la época de la reconstrucción.

El motivo de esa ceguera, que la lectura incisiva de Streeck señala en la perplejidad con la que las izquierdas europeas se comportaron desde los setenta, respondía sin embargo no sólo a déficits de perspectiva, sino también a imposibilidades objetivas. Los límites estructurales de lo pensable aquí parecieran haberse acotado notablemente por el relativo éxito de las estrategias estatales de compensación de los efectos desintegradores de estas transformaciones en el patrón de acumulación. Si no se dio un movimiento contundente de resistencia al aumento de la tasa de desempleo o a la mercantilización de los servicios, esto se debió en gran parte, al anudamiento de un complejo entramado de políticas económicas que lograron aplazar el advenimiento visible de una ruptura del modelo de sociedad que había caracterizado a las economías de posguerra. Ese entramado en el que Streeck ubica la sucesión histórica de políticas monetarias inflacionarias, crecimiento de la deuda pública de los Estados, y la promoción del endeudamiento privado de los hogares, configura un mecanismo que buscó

expandir el inventario de recursos en la economía para satisfacer las promesas de prosperidad del capitalismo.³

Precisamente las respuestas de los gobiernos ante estas mutaciones de la dinámica capitalista permitieron que, por un lado, se facilitase el movimiento de liberalización de los mercados y de financiarización de las economías en las que el capital, exonerado de las constricciones impuestas por los marcos nacionales de soberanía estatal, pudo recuperar la curva ascendente de las tasas de retorno de forma exponencial. A su vez, al posponer la crisis, sosteniendo niveles elevados de consumo y estilos de vida promovidos por un “*zeitgeist* optimista” luego de dos décadas de crecimiento rápido y casi ininterrumpido, facilitaron la reproducción de la lealtad en la mayoría de la ciudadanía, garantizando la denegación en los sujetos de los motivos de su malestar, y obturando los canales públicos de expresión de las críticas que pudieran poner en crisis sus fuentes de legitimación.

Para explicar este proceso Streeck reconduce el sentido de estos desplazamientos en la dinámica capitalista al análisis de los conflictos de clase por la apropiación de la riqueza socialmente producida. Esto supone, dice el autor, volver a concebir al capital no tanto como sustancia, esto es: “aparato”, “mecanismo” o “medio de producción”, sino más bien como sujeto; vale decir, como clase social con capacidad de agencia y diagramación de acciones estratégicas orientadas a fines. En este marco, la línea de quiebre del pacto que había sostenido el modelo de sociedad del capitalismo de postguerra puede ser efectivamente asociada al problema de la legitimidad, a condición de incluir en esta cuestión también al capital como actor colectivo. En efecto, para esta clase el déficit de legitimidad se expresa, según la clásica formulación de Michal Kalecki, como “pérdida de confianza” ante un orden que no garantiza una tasa “adecuada” de retorno del capital invertido. Los medios con los que cuenta el capital para solucionar esta adversidad, y volver a acoplar la realidad a sus

³ El correlato de esta lúcida historización, la disolución del “pacto de paz” del capitalismo con la democracia, se confirma de la manera más trágica en América Latina, donde la clausura vertiginosa del Estado de derecho como condición de las reformas neoliberales se realizó a sangre y fuego mediante sendas dictaduras cívico-militares instrumentadas por el imperialismo estadounidense. En esta *otra* historia del neoliberalismo, su faceta “combativa” (Davies, 2016), asume un sentido ominosamente literal.

expectativas, son variados, siendo la renuncia a la inversión productiva, y la relocalización de su patrimonio en nuevos mercados libres de regulación social uno de los más significativos.

Las transformaciones estructurales en el patrón de acumulación que comienzan a gestarse a comienzos de los setenta no serían así tanto el resultado de déficits de lealtad de los ciudadanos, sino de una rebelión del capital ante la idea de continuar participando de la “fórmula de paz” que había sostenido al capitalismo de pleno empleo. La última gran crisis del capitalismo tiene que ser entendida entonces como el agotamiento final del conjunto de herramientas de política económica implementadas por los Estados desde los años iniciales de esas rebelión, cuyo propósito siempre estuvo orientado a posponer un quiebre histórico inevitable ante el rechazo del capital de ceder parte de sus ganancias para garantizar la prosperidad e integración de la sociedad.

Como no podía ser de otra manera, la agudización de las contradicciones recientes del capitalismo neoliberal tiene correlatos en todas las dimensiones de la sociedad. Sin embargo, estas distintas transformaciones sociales están determinadas por una forma dominante que marca la modalidad paradójica que, según Streeck, asumen las luchas colectivas del presente. Pues por la misma tendencia al desplazamiento del conflicto social desde la disputa salarial en el lugar de trabajo hacia el plano transnacional de las tensiones entre Estados soberanos y agentes de la “diplomacia financiera internacional”, la complejidad de la realidad social aparece ante la experiencia de los actores como opacidad completamente ajena al sentido, limitando ostensiblemente su capacidad de incidencia política sobre dicho conflicto. Como decíamos al comienzo, aquí nos interesa estudiar qué desplazamientos sociales pueden estar dándose como efecto de este escenario paradójico luego de la crisis. Formulado a modo de pregunta, ¿qué consecuencias tiene esta situación en el nivel específico de los procesos de integración que estructuran sociedades en la periferia del capitalismo desarrollado, caracterizadas por una desigualdad de ingresos y patrimonios sólo comparable con las de fines del siglo XIX (Piketti, 2019; Pérez Sáinz, 2016)?

Interregno Capitalista y Transformaciones en los Procesos de Reproducción



Streeck caracteriza el orden social que ha dejado la crisis a partir de la imagen gramsciana del *interregno*, en donde “lo viejo agoniza y lo nuevo no puede nacer”. Al determinar al orden social con esta metáfora se alude a una temporalidad difusa, transicional, una *Sattelzeit* (Koselleck) signada por la interrupción de las estructuras que regulaban un orden previo pero abierto a una indeterminación en la que todavía no se han instituido nuevas relaciones normativas que establezcan expectativas generalizadas de roles. Precisamente la simultánea discordancia entre la identificación de un período como transicional y la dilatación indefinida de su duración en el tiempo es lo que para Streeck define las contradicciones del presente, y lo que hacía suponer, ya en 1930, que los interregnos podían “dar lugar a los fenómenos morbosos más variados” (Gramsci, 1981: 37).

En el interregno duradero del neoliberalismo luego de su crisis los presupuestos institucionales sobre los que se sostiene la coordinación de las acciones sociales son motivo de una duda hiperbólica. Para desarrollar conceptualmente esta posibilidad, Streeck propone recuperar “libremente” la distinción teórica de David Lockwood (1964) entre integración sistémica e integración social. Como podrá recordarse, en su clásico escrito sobre esta cuestión en las sociedades industrializadas, Lockwood discute con aquellas perspectivas que, como la teoría del conflicto y el funcionalismo normativo, no han sido capaces en su unilateralidad de responder satisfactoriamente a la pregunta sociológica elemental sobre las relaciones entre orden y cambio social.

Mientras que, por un lado, los autores de la teoría del conflicto cuestionan en la sociología funcionalista el excesivo énfasis en las dimensiones estabilizadoras de las instituciones, cuyos efectos teóricos redundan en una incapacidad para explicar las luchas sociales por el poder –y con ellas, el estatuto inestable de toda autoridad–; por el otro, el funcionalismo normativo acusa a su contendiente de recortar artificialmente el modelo de la acción estratégica, generalizándolo como modelo paradigmático de los vínculos sociales. Como resultado de esta selectividad unilateral, se inhibe a comprender los compromisos valorativos que comparten quienes incluso se orientan en sus acciones por propósitos motivados por una mera voluntad de poder. Ante esta mutua

insuficiencia en la que ambas posiciones se contraponen, Lockwood propone la distinción al interior del fenómeno de la integración entre su modalidad sistémica y su modalidad social. Aun cuando ambas sean necesarias para una correcta concepción de las relaciones entre orden y cambio en las sociedades modernas industrializadas, presentan lógicas heterogéneas que requieren ser estudiadas en profundidad.

Las relaciones sociales que organizan una sociedad se tejen siempre alrededor de un conjunto dado de condiciones materiales. Éstas incluyen no sólo los medios técnicos de dominación de la naturaleza, sino también los medios técnicos de dominación social. Los mecanismos de coordinación de las acciones que posibilitan la implementación de estos instrumentos de coacción forman parte de la modalidad sistémica de integración de una sociedad: “El problema de la integración sistémica apunta a las relaciones ordenadas o conflictivas entre las partes de un sistema social” (Lockwood, 1964: 371). Por lo tanto, una fuente de tensión en este contexto responde a los desajustes funcionales que puedan darse en las búsquedas de resolución eficaz de problemas técnicos por parte de los aparatos de dominación de una sociedad. Por el contrario, “el problema de la integración social se enfoca a las relaciones ordenadas o conflictivas entre los actores” (*Ibid.*), esto es: entre los estratos sociales que organizan sus relaciones alrededor de las condiciones materiales en órdenes institucionales específicos. Aquí el punto focal del conflicto ya no se ubica en la relación funcional entre las partes de un sistema y su entorno, sino en las relaciones sociales entre actores colectivos con “aspiraciones” diferenciales o pretensiones de reconocimiento heterogéneos.

Continuando estos pasos, y ante la tarea de dar cuenta de los dilemas sociales del “capitalismo tardío”, Jürgen Habermas también ha identificado la necesidad de atender a las modalidades diferenciales de integración a los fines de fundamentar un concepto de totalidad social que no repita los *impasses* en los que recae el pensamiento contemporáneo. Aquí las perspectivas con las que se discute ya no serán el funcionalismo normativo y la teoría del conflicto; sino los déficits, por un lado, de un idealismo hermenéutico en la sociología comprensiva; y, por el otro, de una nivelación de las diferencias conceptuales en la teoría de

sistemas. Para ello, Habermas adoptará una estrategia conceptual que consiste en determinar su concepto de sociedad de manera dúplice a partir de las categorías de sistema/mundo de la vida, en el marco más amplio de una teoría de la modernización que, en última instancia, se remonta al concepto de *racionalización* de Max Weber. Según esta interpretación, los mundos culturales relativamente homogéneos en los que las sociedades pre-modernas encontraban la fuente de su reproducción quedarán sujetos a un proceso de diferenciación interna en los que la integración social se expresará como *una* de las diferentes formas de relación humana con un mundo pluralizado en distintas concepciones de la objetividad (naturaleza, cultura, sociedad y subjetividad).

Cabe decir aquí entonces que las relaciones sociales en las que se urde el vínculo del actor con las expectativas institucionales de un orden social son formas de reproducción simbólica de un mundo de la vida –cuyo trasfondo presuponen y que ratifican en su actualización comunicativa–, pero que trabajan en conjunto con otras formas de regulación simbólica en las que también intervienen actos ilocucionarios donde los sujetos entablan relaciones interpersonales para entenderse acerca de algo, difiriendo en cada caso aquella dimensión del mundo al que hacen referencia. El fenómeno de la *integración social* alude así al problema específico que implica la coordinación de las acciones de un individuo con la normatividad de un orden institucional, en forma análoga en que la *reproducción cultural* atiende al problema específico de la coordinación de las acciones de un creyente con los valores transmitidos por una tradición, o la *socialización* a las cuestiones relativas a la incorporación de las capacidades y habilidades de comportamiento adulto en el ámbito familiar.

En esta reformulación, la otra modalidad de la integración que diferenciaba Lockwood también será resignificada en el marco más amplio de una profunda discusión con la teoría de sistemas. Los sistemas funcionan como formas de articulación de las acciones orientadas hacia el control de la naturaleza y la sociedad. Como efectos del proceso de diferenciación interna del mundo de la vida, ellos contienen potenciales liberadores que se expresan en técnicas al servicio de la satisfacción de las necesidades materiales de los seres humanos. Sin embargo, su capacidad sólo puede ser concebida legítimamente como

potencialidad emancipatoria allí donde su estudio no lo independice de las formas de regulación que caracterizan los procesos de reproducción simbólica del mundo de la vida. Pues precisamente en esto reside la “incontenible ironía” en la que para Habermas ha desembocado el proceso de racionalización social: las formas sistémicas de integración no pueden prescindir de la estructura “deslingüística” de sus medios de control, como el dinero y el poder, sin que esto las aleje de la finalidad para la que fueron producidas. Puesto que la reproducción material de una sociedad requiere de acciones eficaces en su capacidad productiva y organizativa, sus criterios no pueden ser otros sino los que residen en la capacidad de dominación técnica. Pero paradójicamente el progresivo aumento de la complejidad de los mecanismos sistémicos no sólo “no admite una actitud de conformidad normativa ni afiliaciones sociales generadoras de identidad, sino que más bien destierra éstas a la periferia” (Habermas, 1988: 231).

Sistema y mundo de la vida expresan de esta forma dos dimensiones de la reproducción social, en las que intervienen racionalidades distintas – instrumental/estratégica y comunicativa–, formas de acción heterogéneas – orientadas al propio éxito o hacia el mutuo entendimiento–, y medios de vinculación diferentes –de control y lingüísticos–. Pero en su evolución histórica, este dualismo, prerequisite necesario para comprender la complejidad de las sociedades capitalistas desarrolladas, ha conducido a la producción de nuevas formas sociales de opresión y sufrimiento que solicitan ser identificadas y explicadas. Pues si la diferenciación de los sistemas económicos y administrativos que se desprenden de la racionalización del mundo de la vida tienen la tendencia a violentar las lógicas simbólicas de reproducción social, imponiendo su racionalidad particular como criterio único de evaluación de todas las acciones, entonces será una de las tareas fundamentales de la Teoría Crítica de la Sociedad la de detectar las patologías sociales de esos procesos, reconstruyendo los potenciales de emancipación contenidos en las estructuras del mundo de la vida, que la modernización capitalista sólo ha obturado en su lógica obstinada de desarrollo.



La reformulación de las tesis de Lockwood en términos de una Teoría Crítica orientada al diagnóstico de las patologías sociales de la racionalización capitalista sienta sólidas bases conceptuales y normativas sobre las que pueden desarrollarse análisis de los “fenómenos morbosos más variados” (Gramsci). En el caso de Habermas, la determinación de la colonización sistémica del mundo de la vida como fuente privilegiada de crisis permitía extraer la conclusión de que la expansión de las modalidades de integración sistémica que requieren los procesos de reproducción material no contribuyen a un enriquecimiento de las formas de reproducción simbólica que estructuran los órdenes institucionales de la esfera privada y de la esfera de la opinión pública, sino que las empobrecen culturalmente –como se observa en las tendencias a la tecnificación de la vida política– incluso conduciendo al peligro de su completa destrucción –como muestran las formas del padecimiento ante los procesos de mercantilización de lo íntimo–. Evidentemente, Streeck (2009: 249) presupone estas reformulaciones críticas de la distinción de Lockwood para dar cuenta tanto de las nuevas “morbosidades” que produce el interregno neoliberal como de las posibilidades que se abren para una acción colectiva orientada hacia la emancipación social.

“Menos que Sociedad”: desintegración sistémica y entropía social

A primera vista, pareciera que la recuperación de Streeck vuelve a simplificar la cuidada diferenciación conceptual con la que Habermas había ofrecido una compleja idea de totalidad social capitalista. En efecto, en el uso “libre” que propone Streeck regresamos nuevamente a la distinción original de Lockwood entre modalidades sistémicas y sociales de integración. Sin embargo, visto con mayor detenimiento aparece lo que en realidad impulsa este regreso; a saber: la pretensión de volver a pensar enfáticamente qué significa integración sistémica. Pues para el estudio de Streeck los medios lingüísticos de la reproducción simbólica de la sociedad no son necesariamente el principal eje de los dramas del presente. Podría incluso sostenerse que sus análisis acerca del orden social en el interregno neoliberal presuponen la teoría habermasiana de la moderna estructura diferenciada del mundo de la vida.

Lo que aquí sí resulta problemático en esa teoría es el modo en que una estrategia conceptual expresamente dualista, por su carácter abstracto y dicotomizante, pierde la sal de la dialéctica en la que ambas modalidades de la integración se imbrican mutuamente en la historia. Para desarrollar esta sospecha, compartida por muchos de los representantes contemporáneos de la Teoría Crítica de la Sociedad (Honneth y Joas, 1991), Streeck radicalizará la tarea de la distinción conceptual, pero ahora con el propósito de complejizar lo que con Lockwood denominábamos modalidad sistémica de integración. Radicalizar una distinción aquí significa no sólo diferenciar lo que se consideraba idéntico, aportando rendimientos conceptuales a una perspectiva epistemológica, sino también realizar una operación eminentemente *crítica*, que resulta de un giro materialista en la teoría. Ese desplazamiento se da en el traslado del marco en el que trabajan los conceptos, en dos pasos: primero, desde el encuadre filosófico-histórico de la racionalización moderna hacia la narrativa histórica de la dinámica reciente del capitalismo; y segundo, y al interior de esta dinámica, de un concepto de capitalismo “tardío” u “organizado” hacia una noción de capitalismo “neoliberal”. El primer desplazamiento es crucial para atender al segundo, puesto que lo que posibilita el pasaje de la filosofía a la historia, de la lógica evolutiva a las gramáticas de los cambios institucionales y las luchas colectivas, es la interpretación de las diferencias en las operaciones de coordinación sistémica de las acciones sociales como transformaciones producidas *por* un proceso concreto de antagonismos de clase. Vale decir, lo que habilita el giro materialista de la actual Teoría Crítica de la Sociedad es la recuperación de una variable independiente para explicar las transformaciones recientes del patrón de acumulación capitalista (Streeck, 2009).⁴

Aquí el sentido de la crítica materialista no consiste tanto en la descripción de un orden secuencial de sucesos evidentes empíricamente, sino en la interrupción des-totalizadora que precisa los elementos sistémicos como instancias con diversos niveles de eficacia, las cuales varían en función de la fuerza organizativa y conciencia histórica de los estratos sociales en sus conflictos

⁴ La cual podría ser concebida en conjunción con el concepto de racialidad del poder, a los fines de un estudio preciso sobre el modo en que han operado estas transformaciones en sociedades de pasado colonial. Véase al respecto (Castro-Gómez y Grosfoguel, 2007).

prácticos. No será una tarea menor entonces la de reconstruir el *peso relativo* de cada una de ellas, diferenciando cuáles ocupan posiciones dominantes en un determinado momento.

Veamos pues en qué ha consistido la modalidad sistémica de integración en la sociedad capitalista reciente y cómo ha variado institucionalmente en el tiempo. En el análisis de Streeck esta cuestión no aparece enunciada positivamente. Ella se entrevera en sus análisis del interregno neoliberal. Una sociedad en interregno estaría signada por

(...) una descomposición de la integración sistémica a escala macro, que privaría a los individuos a escala micro de estructuración institucional y de apoyo colectivo, y que desplazaría la carga de ordenar la vida social, de dotarla de un mínimo de seguridad y estabilidad, a los propios individuos y a los dispositivos sociales que puedan crear por sí mismos (Streeck, 2016: 14).

De esta breve caracterización puede extraerse una definición mínima de cuáles son las competencias de los mecanismos sistémicos de integración. Al posibilitar un arraigo institucional de los individuos como sujetos sociales, ellos regulan normativamente sus relaciones en función de expectativas de rol estabilizadas “a escala macro”. Esta idea de integración sistémica como fuente de seguridad de estatus y apoyo colectivo la ve operando Streeck en el lapso de los treinta años que siguieron a 1945, en el que las mismas devastaciones de la guerra, la amenaza representada por las posiciones soviéticas y los movimientos de compensación en América Latina, obligaron al capitalismo europeo a un acoplamiento a los requerimientos extra-capitalistas de la institucionalidad estatal. Durante el excepcional tiempo en que tuvo vigencia esta modalidad de integración sistémica, la regulación de la administración estatal ocupó una posición dominante, dictando los límites legítimos de la acumulación privada en función de criterios ajenos a la pretensión capitalista de valorización. Precisamente por esa coerción política del capital que caracterizó a la integración sistémica es que este momento también puede ser denominado “capitalismo democrático”. Pero en la caracterización de Streeck la función de control que caracterizó al ejercicio del medio poder por parte de la burocracia estatal no aparece como el producto de una lógica anónima de dominación abstracta –aquí el “sub-sistema administrativo” no genera “intercambios” entre *inputs* y *outputs* con el mundo de la vida como su “entorno”–; sino que, por el contrario, este

anclaje institucional se presenta como un verdadero campo de batalla: caja de resonancias de peticiones de justicia articuladas por una clase social organizada y movilizadora en el ámbito de una esfera de opinión pública íntimamente dividida por luchas y antagonismos orientados a la democratización de la apropiación de la riqueza socialmente producida.

Así como esta reformulación de la categoría de integración sistémica en términos de una concepción histórica y materialista concibe al poder político del Estado como una capacidad de influencia direccionada por los coeficientes de fuerzas sociales en lucha en un momento determinado de la historia del capitalismo, del mismo modo debe revisarse la estructura del otro medio de control que incluíamos con Habermas en los mecanismos funcionales de integración sistémica. El dinero “habla” en términos de precios relativos y beneficios; pero, a diferencia de la caracterización funcionalista de la teoría de sistemas, aquí su manera de comunicarse no puede concebirse ajena a las tensiones del mundo de la vida, sino como producto del antagonismo entre clases con intereses y principios de justicia contrapuestos. Esto supone que el mercado es siempre ya, histórica y sistemáticamente, un proceso cristalizado en el que han intervenido distintas formas de “incrustación” (*embeddedness*) de acciones orientadas a la maximización de beneficios (Polanyi, 2001). La incrustación social del medio dinero entonces es su otro sin el que éste no sería posible. Sin esta infraestructura institucional de regulaciones, en las que intervienen compromisos valorativos, obligaciones normativas y plexos jurídicos, el medio de control del dinero no estaría en condiciones de resolver eficazmente los problemas de coordinación para los que es empleado.

Pero las formas de incrustación institucional de las acciones económicas no constituyen una noción de esencia transtemporal. Ellas no sirven para una mera ampliación complementaria de la teoría económica estándar de la elección racional, en la que se ratifica el prejuicio de la eficiencia por medio de la incorporación de conocimientos elaborados en función de evidencia empírica sobre la historia de las prácticas culturales de una comunidad. La “*embeddedness*” no es en sí misma un requisito funcional que opere siempre, en todo momento y en todo lugar, detrás de los cálculos de beneficio,

garantizándoles su adecuada, esto es: eficiente, realización social en relaciones contractuales (Beckert, 2009).

Para constatar el modo en que se transforma la incrustación institucional en el remolino histórico, basta con regresar a las determinaciones con que nos habíamos acercado al presente del neoliberalismo luego de su última gran crisis en 2008. En efecto, las transformaciones al interior de las formas sistémicas de integración que pautaron la tendencia de desarrollo neoliberal desde la década del '70 tuvieron como efecto el socavamiento de sus propias bases de sustentación simbólica –vale decir: el presupuesto tácito de que sin una relativa limitación social de la mercantilización capitalista, el mismo orden económico se vuelve insostenible–destruyendo progresivamente las fuentes internas de oposición sin las cuales el sub-sistema de la economía de mercado no podría estabilizarse como un orden social legítimo.

Por lo tanto, en la medida en que las estructuras de integración sistémica que coordinan las acciones de mercado no son ajenas a la degradación del tiempo, están sujetas a esta dialéctica negativa de la historia capitalista. Las mutaciones en la correlación de fuerzas sociales son las que aquí vuelven comprensibles estas transformaciones. Precisamente la liberación del capital de las formas de regulación sistémicas del poder estatal, lo que hemos caracterizado como una rebelión empresaria contra la regulación democrática de la economía de mercado, tiene como correlato el desarraigo institucional de la sociedad. A este proceso Streeck lo denominará *desintegración sistémica*. El mismo consiste en sentido estricto en la transfiguración institucional del Estado: de sub-sistema de control democrático de la economía capitalista a medio de expresión de las demandas de justicia procedentes de los agentes del mercado. La institución estatal se convierte así en canal de desdemocratización de la economía al servicio de tasas ilimitadas de ganancia de los propietarios del capital.

El correlato de la “larga transformación” del capitalismo tardío de posguerra hacia el neoliberalismo no fue entonces solamente el estancamiento de la actividad en la economía real, el aumento grotesco de las desigualdades tanto de ingreso como de riqueza, y el incremento de la deuda pública y privada (Streeck, 2013: 54), sino también la progresiva desintegración sistémica de la



sociedad, la cual se ha hecho visible crudamente en los tiempos presentes del interregno luego de la crisis. Streeck caracteriza el correlato de la “larga desintegración” como una sobrecarga de los individuos con la tarea de resolver, por sus propios medios, la función de coordinación de las acciones que los apoyos colectivos de las instituciones sociales garantizaban. Al no darse la integración sistémica que suponía la domesticación político-estatal de la economía de mercado, el problema de la integración de los agentes –el capital, los trabajadores y los consumidores– al sistema económico debe resolverse sin el apoyo de la mediación institucional. La ausencia de un patrón de regulación sistémica, la disolución de los compromisos sociales y de las obligaciones de rol que implicaba la dominación burocrática del Estado, produce así un orden social signado por una indeterminación que vuelve virtualmente ingobernables las posibilidades de coordinación de las acciones económicas. Del lado de los individuos, la *entropía social* lleva a que los sujetos se vean obligados a tejer estrategias de supervivencia y a la improvisación obligada de mecanismos que permitan responder a las demandas de un sistema económico concebido a imagen y semejanza de la “productividad marginal” como único principio de asignación de recursos.

La conversión oligárquica del poder económico en poder político que ha marcado el capitalismo en su fase neoliberal; esto es, la dominación de los resortes de la autoridad estatal por parte del capital financiarizado, lleva a que la ausencia de mediación que implicaba la integración sistémica, lo que Streeck denomina el devenir “menos que sociedad” de la sociedad, sea colmada por dos fuentes de legitimidad: del lado del individuo, la *conducción de su vida* se nutre de la economía pulsional de afectos como la codicia y el miedo en tanto fuentes de motivación última de su obcecada participación en el orden social. Detrás de esta restricción a esta dimensión reactiva de los sentimientos de aidez e inseguridad, el sujeto se socializa bajo la percepción cínica de que en el orden social que pauta el interregno neoliberal luego de la crisis sólo caben las orientaciones de acción estratégicas orientadas al propio éxito individual en una lucha competitiva por la supervivencia. De allí que los sujetos individuales en el interregno entrópico del neoliberalismo puedan ser tan proclives tanto a la



realización extrema de esfuerzos para sostener su participación en los mercados como al constante endeudamiento privado con tal de sostener una práctica de consumo de mercancías cada vez más diferenciadas, concebida como medio privilegiado de realización personal. Mientras que la disposición al sacrificio de toda dimensión de la vida que exceda el circuito de la valorización conforma los métodos de una conducción de la vida que recuerda de lejos el ascetismo intramundano que caracterizó a los primeros burgueses en los grupos religiosos del puritanismo, por su parte la disposición a configurar la propia vida según el criterio estético de un “estilo” trae a memoria el hedonismo propugnado por los grupos de bohemios románticos.

Pero esta productividad social de la dimensión meramente reactiva de la afectividad humana no sería posible sin el acicate de las formas novedosas de interpelación ideológica que produce la *cultura* neoliberal (Prestifilippo y Wegelin, 2016). Entre la desintegración sistémica y la entropía social penetran ideologemas que sirven para sustituir, aunque más no sea precaria e intermitentemente, las fuentes sistémicas de motivación que ofrecían las instituciones estatales en el capitalismo democrático. De las múltiples y contradictorias exigencias que hoy configuran la constelación ideológica de la cultura neoliberal luego de la crisis, destacaremos aquí tres mandatos que posibilitan el reconocimiento ideológico de los individuos como miembros sociales en tiempos de entropía:

a) extensión de un nuevo ascetismo sacrificial que permite valorar positivamente la autoexplotación ilimitada en una figura de la subjetividad laboral que toma el modelo individualista del emprendedor o empresario de sí como paradigma de todo desempeño económico;

b) jerarquización de valores comerciales al servicio de un hedonismo despreocupado en el que el consumo de productos diversificados y continuamente mejorados por nuevas tecnologías postfordistas facilita recursos de identificación imaginaria con las mercancías; y, por último

c) aparición de modalidades discursivas de un securitarismo cruel que facilita la interpretación de los “otros” como amenazas a la propia vida, las cuales deben ser neutralizadas mediante una violencia anticipatoria.



A continuación nos detendremos en algunos aspectos de esta última ideología, a los fines de indagar qué modalidades de reintegración está promoviendo en el interregno desintegrado y entrópico del orden social neoliberal.

Después del Desarraigo: la cultura neoliberal y los enigmas de la crueldad

Que con la crisis de 2008 se puso en evidencia la insostenibilidad de un orden social vacío no sólo de recursos monetarios para continuar posponiendo el colapso, sino también de las mismas fuentes de legitimación con las que hasta ese momento aquellas reformas se habían justificado, lo supo registrar con mordacidad incluso cierta tendencia contestataria al interior del nuevo cine comercial de Hollywood. El montaje con el que comienza *Capitalism: A Love Story* (Moore, 2009) refleja con cruda elocuencia los primeros síntomas de morbidez que empezaban manifestarse a pocos meses de que la crisis se haya desatado.

El film, que abreva en el documental realista de denuncia, inicia con la sucesión de registros audiovisuales que realizan tres familias de trabajadores al momento de ser desalojadas en distintos puntos geográficos de Estados Unidos. Inmediatamente después, el ojo de la cámara – que ahora asume el punto de vista del director –, nos presenta un joven agente inmobiliario, cuya carrera en ascenso en el Estado de Florida se ha forjado en base a la oferta de información sobre viviendas con hipotecas ejecutadas. Sin eufemismos ni señas de rubor, el joven declara que el mejor análogo para describir su trabajo se encuentra en la fauna de las aves. Más específicamente, en el comportamiento de los buitres. Sobrevolando un campo repleto de cuerpos agonizantes, entre cadáveres en descomposición, el buitre hace de la debilidad ajena la oportunidad de su provecho. Ante la evidencia irrefutable de los hechos, la sonrisa incrédula del joven emprendedor no refleja necesidad de exculpación alguna; en efecto, dice, “esto es el capitalismo”.

La crisis hizo crujir la consistencia simbólica de la ideología que impulsó el despliegue heroico del neoliberalismo en los decenios que siguieron a la reunificación del mundo capitalista (Harvey, 2007). Esa ideología, casi una

narrativa épica, tuvo la capacidad de convocar a vastos estratos de la sociedad, a partir de promesas de prosperidad cargadas de anhelos liberadores en los que la humanidad podría finalmente hacer realidad, en el plano interno, los ideales libertarios de una autonomía ilimitada para la creación de proyectos (Boltanski y Chiapello, 1999) y, en el plano externo, el sueño cosmopolita de una convivencia pacífica sin divisiones culturales ni fronteras políticas (Jameson, 1990). La revelación de las contradicciones del capitalismo que expuso la crisis, la visibilidad extraordinaria de la fractura en la que se sostenía la totalidad social desde los años setenta, puso de manifiesto la realidad de las oposiciones sociales que aquella “lógica cultural” (Jameson) del neoliberalismo había procurado denegar.

Pero la obscenidad que expresa el discurso del joven broker inmobiliario no es tolerable por demasiado tiempo. Aun cuando en la *Sattelzeit* de interregno que inauguró la crisis el cinismo de los perversos pauta una dimensión de resignación e incredulidad en la subjetividad contemporánea (Streeck, 2016: 34), la frustración ante el derrumbe de las promesas incumplidas ha dado lugar a la emergencia de nuevas creencias que, a modo de mitos, permiten a quienes las asumen resolver algunas de las aristas más traumáticas de las contradicciones expuestas. Veámos que en un tiempo de interregno pueden darse acontecimientos cuya lógica se presenta indescifrable a sus contemporáneos precisamente por el debilitamiento del potencial hermenéutico del horizonte que delimitaba lo legible de una época. Ante la experiencia de lo real de las divisiones, han comenzado a sedimentarse narrativas que, como los ideologemas del mérito en el trabajo y del consumo como estilo de vida, han procurado apaciguar el daño insoportable que produce la desintegración sistémica en la vida del yo.

Efectivamente, frente a las nuevas formas de padecimiento en tiempos de precarización generalizada (Prestifilippo y Wegelin, 2019), el sujeto cobija los ideologemas de la cultura neoliberal como instancias de descarga libidinal, sirviéndose de ellos como medios de externalización de la identificación hacia objetos con los que se logra un enlace afectivo. Ese desplazamiento puede orientarse hacia el yo como objeto privilegiado, hacia las cosas del mundo o

hacia los otros sujetos. Frente a la sensación de falta ante el mandato perverso de una integración que debe edificarse sólo a costas de las estrategias del individuo, la ligadura con un objeto permite descomprimir el peso de la angustia. Pero estos enlaces afectivos que posibilita la cultura del interregno neoliberal producen sus descargas de formas diferentes. Quisiéramos detenernos en el modo singular en que se da hoy una ligadura que no opera bajo el modelo de la sublimación, “dulcificando las pasiones”, sino, por el contrario, radicalizando las tensiones que fracturan al sujeto hasta el paroxismo. Se trata de una forma de identificación afectiva que direcciona la agresividad hacia “otros”.

¿Cómo interpretar esta operación paradójica de una pacificación mediante declaración de guerra? Pues aquí de lo que se trata es de un trabajo cultural de agudización de las contradicciones, de polarización de las identidades en un llamado al combate que trabaja sobre lo que Balibar ha denominado el enigma de la crueldad en el sujeto (2005: 110). La ideología aquí llama a una acción, conmina a la participación social, y al involucramiento en el ejercicio activo de la destrucción de un objeto externo como carnadura emblemática de una amenaza. Esta interpelación “incide en los estratos más profundos y sensibles de la identidad social e individual, donde se toman decisiones sobre el respeto y el desprecio, la inclusión y la exclusión, el reconocimiento y la excomuniación” (Streeck, 2017).

Se trata de una conminación ideológica al ejercicio de una violencia anticipatoria contra una amenaza que proviene de “otros” que no responden al llamado del presente: vidas vulnerables que, en sus formas débiles de resistencia al neoliberalismo, no se subordinan automáticamente a las demandas que conforman las ideologías individualistas del mérito emprendedor o del hedonismo consumista. Esos *otros* los figura la ideología de la crueldad como:

los «enemigos» contra los que ahora se dirige están en gran medida desprovistos de poder y se hallan dentro del propio sistema neoliberal. En algunos casos, como los de aquellos traumatizados por la pobreza, la deuda y el hundimiento de las redes de seguridad social, ya han sido en gran medida destruidos como fuerza política autónoma. Pero de algún modo esto aumenta el impulso de castigarlos más aún (Davies, 2016).

Esta interpelación toca los nervios más enigmáticos del sujeto contemporáneo porque se sitúa allí en donde opera una dimensión afectiva que,

a diferencia de la erótica, se rebela a toda inhibición cultural (Brown, 2019: 165 y ss.).

Lo que desconcierta aquí es que la subjetividad intente mitigar *de esta forma* el desasosiego que produce la intensidad y la multiplicidad de los conflictos que desgarran a la totalidad social capitalista en nuestro presente. Por lo tanto, aquello que requiere de mayor explicación son las condiciones de eficacia de una interpelación que impulsa a participar de un juego en el cual se continúa profundizando la precarización de las vidas, el daño y la violencia social. La hipótesis que quisiéramos sostener es que la aparición de esta ideología logra ofrecer, en sus heterogéneas narrativas del odio y en las obscenas figuras retóricas que moviliza, no sólo nuevas formas de justificar la desigualdad social creciente y los daños infligidos a quienes excluye, sino fundamentalmente *estrategias de reintegración* en una figura extraña de la comunidad en tiempos de desarraigo neoliberal.

Para desplegar esta hipótesis revisemos una escena. Se trata de uno de los debates presidenciales del partido republicano durante la campaña electoral de 2015 en Estados Unidos. En un momento, Wolf Blitzer, el moderador del debate que transmitió en vivo la cadena de noticias CNN, le plantea al congresista de Texas y entonces candidato presidencial Paul Ron la pregunta por lo que debería hacer el Estado ante la “hipotética” –y para nada ingenua– situación de un trabajador que, ante una problemática de salud de extrema gravedad, no cuente con cobertura médica privada.

La respuesta del congresista no se hace esperar, y escuchamos que ese trabajador tendría que hacerse cargo de sus propias decisiones, asumiendo así la responsabilidad por las consecuencias de sus actos. Puesto que en eso consistiría la libertad; a saber: en asumir riesgos a título personal. La escena no termina aquí, sino con la sorprendente reacción que despertó la respuesta del candidato ante el público, expresada en un acalorado aplauso, gritos de júbilo y una celebración colectiva. Cuando el moderador pregunta si lo que se estaba insinuando es que la sociedad debería dejar morir al trabajador, el mismo público se ocupa de despejar toda duda. Uno tras otro, los integrantes del público clamaron a los gritos la afirmación de la condena.



¿Qué problemas son los que aquí se han puesto en escena? Detrás de estas manifestaciones de entusiasmo colectivo ante la posibilidad de dar la muerte, directa o indirectamente, a quienes no pueden pagar en el mercado los servicios de salud, se solapan múltiples determinaciones que hacen a una dimensión novedosa y estructural de la actual configuración ideológica del neoliberalismo luego de su crisis. Puesto que la idea que el Estado es “muy grande”, vale decir, que el Estado gasta más de lo que recauda generando déficits fiscales, o que el Estado interviene “demasiado” en el mercado, por ejemplo, emitiendo más dinero del que debería, son conceptos ya clásicos de un modelo de libertad de mercado que puede ser retrotraído a las discusiones contra el Estado de Bienestar emprendidas por autores como Menger, Hayek o Nozick (Cfr. Peck, 2010), y que tuvieron pregnancia en toda la historia del neoliberalismo desde los ´70. Sin embargo estas ideas no dejaban de formar parte de una *doctrina* que no lograba trascender los estrechos límites de un debate entre “expertos”.

La ideología que nutre la sobrevida del neoliberalismo en tiempos de interregno parecería haber logrado hacer de la vieja tensión entre democracia y capitalismo un juego de suma cero en el que ya no es necesario hacer uso de grandes racionalizaciones o complejas justificaciones académicas para sostener posiciones ideológicas anti-democráticas. Tampoco es necesario, como en su fase utópica, comprometer a la población a una serie de sacrificios mediante un sueño salvífico de redención futura. En nuestros días esa vieja oposición entre mercados y política democrática parece haberse resuelto decididamente a favor de los primeros, abriendo un espacio simbólico liberado de toda constricción normativa.

Lo inédito aquí no es sólo *lo* que se dice, un mensaje nutrido de las tradiciones más oscuras del sadismo y la crueldad política que nos remiten a los rituales de violencia y sumisión de los fascismos del siglo pasado, sino también que la *modalidad* de su enunciación ya no pueda restringirse a un ámbito limitado de validez, como el que se expresaba en las doctrinas del ordoliberalismo o de la Escuela Austríaca, sino que se haya ampliado a lo que podríamos llamar un nivel *espontáneo*, haciéndose carne en las prácticas ritualizadas de los agentes sociales. De esta generalización social de la crueldad como instancia fundante de sociabilidad depende tanto la articulación de

movimientos sociales antidemocráticos como el progresivo e ininterrumpido aumento del caudal electoral de dirigentes políticos de extrema derecha al que hacíamos referencia en la introducción.

Analícemos pues los distintos niveles en los que aquella escena reveló al modo de un síntoma las transformaciones ideológicas profundas que hacen comprensible la cultura neoliberal del interregno capitalista. Una primera dimensión se presenta en la idea de libertad esgrimida. Para la audiencia del Tea Party era evidente que aquel trabajador caído en desgracia no tenía que ser protegido por el Estado porque él había decidido *consiente* y *voluntariamente* no pagar un servicio de salud privado, y al hacerlo había asumido los riesgos de esa decisión. Precisamente por ello, quien asume sus riesgos debe también responsabilizarse por sus actos, cargando de esta manera con las consecuencias para su vida.

Lo decisivo es que para el colectivo que ovacionó esta noción de libertad no sería justo que el Estado intervenga asignando un presupuesto para cubrir los gastos médicos del tratamiento a los vulnerables de la sociedad. En la medida en que la cobertura médica no es un derecho de todo ciudadano que tenga que ser garantizado por el Estado, sino una mercancía a la que se accede por dinero, es ocioso diferenciar si el joven en cuestión “no quiso” contratar el servicio o “no pudo” hacerlo por falta de ingresos. El mercado asigna los recursos según un criterio que no es moral, vale decir: particularista, sino “natural” u “anónimo”, y por lo tanto: universalista. Se configura así un principio de justicia distributiva encarnado en esta concepción de la libertad de mercado que tendrá un papel fundamental para entender esta declinación punitivista de la ideología neoliberal. Sin embargo, esta idea de *justicia de mercado* que asigna una distribución correcta de bienes y recursos, determinando desigualdades, violencias, y hasta muertes justas, presupone un imperativo contradictorio que puede conducir a la locura: se nos obliga de manera perversa a convertirnos en sujetos capaces de asumir riesgos en mundos sociales dominados por la inestabilidad económica y la inseguridad social. Responder exitosamente al imperativo del mercado implicaría transformarnos en sujetos autónomos económicamente y a asumir de manera individual las consecuencias de nuestros actos. Pero esa respuesta al llamado del



mercado se vuelve imposible en un contexto en el cual precisamente se han precarizado las condiciones sociales y económicas que permitirían viabilizar esos modelos de autonomía (Butler, 2015).

Como veíamos más arriba, la distribución desigual de la precariedad es uno de los correlatos más relevantes de la erosión progresiva de las condiciones institucionales de apoyo a la realización de los propósitos de vida de los individuos. Esta precarización también tiene su corolario en el plano de la intimidad afectiva del sujeto. Como efecto de esa destrucción neoliberal de la “infraestructura” sistémica de apoyo colectivo, nace lo que Hegel denominó en sus *Principios de la filosofía del derecho* “sufrimiento de indeterminación”, vale decir: un creciente sentimiento de angustia ante la evidente imposibilidad de responder a la exigencia impuesta de convertirse en un sujeto autosuficiente.

Aquí pueden sernos de ayuda algunas de las ideas que Adorno y Horkheimer (2017) desarrollaron en su momento acerca del lugar y significado sintomático del antisemitismo en las sociedades capitalistas. Lo que ellos quisieron explicar en las postrimerías del Holocausto, es un problema que nos resulta pertinente puesto que apunta a la difícil cuestión de por qué en determinadas condiciones de una coyuntura, las ideologías del odio pueden volverse capaces de concitar la adhesión y movilizar a amplios estratos de una sociedad, atravesando sectores ubicados en distintas posiciones de clase en la estructura. En *Dialéctica de la Ilustración* esta cuestión se explicita en los términos de una pregunta por las causas que hicieron del antisemitismo un punto nodal de la politización de las masas.

A su manera de ver, en el antisemitismo se conjugaba una determinada economía que vuelve correcta a la pregunta por su rendimiento, pero que no puede ser traducido sin restos a una dinámica de acumulación de dinero o de poder. Efectivamente, si el antisemitismo fascista había logrado movilizar a amplias capas de la sociedad, esto se debe a que esta ideología satisfacía una necesidad central para los sujetos. De esta manera, para Adorno y Horkheimer el antisemitismo como fenómeno de masas no tiene una utilidad material manifiesta, sino por el contrario, estrictamente simbólica. Lo que realiza el

antisemitismo, su *plus* para el sujeto, son sus impulsos destructivos reprimidos en el proceso de su socialización.

Si volvemos a la reacción de júbilo del público del Tea Party, podemos reconocer algo de esta economía libidinal. En efecto, siguiendo la dimensión analizada acerca del principio de la justicia de mercado y la consiguiente idea de libertad que le sirve de fundamento, lo que reconocemos aquí es una cierta modalidad del sujeto que estaría explotando el neoliberalismo de interregno. A esta comunidad de público y líder se le presenta el “otro”, el joven trabajador sin ingresos suficientes para asegurarse una cobertura de salud privada, como una perturbación traumática, algo que interrumpe violentamente el cerrado equilibrio de su identidad de grupo. Podríamos decir que en la afirmación de goce ante la destrucción del otro hay algo que se logra en la subjetividad de los agentes que lo afirman, algo que se satisface con estos movimientos afectivos movilizados detrás de este imperativo de autosuficiencia.

Finalmente, una última dimensión de los problemas expresados en lo ominoso de esta escena refiere al *estilo* de presentación en las justificaciones. En otros momentos de la historia del capitalismo, habría resultado imposible que un candidato en un debate presidencial, ante cientos de personas en la audiencia, y millones de espectadores en la transmisión televisiva, sostenga públicamente que una persona que no puede pagar un servicio de salud privado merece morir.⁵ ¿Cuáles son los mecanismos psíquicos del poder que facilitan este valor de exhibición del placer ante el sufrimiento de los demás? La cultura neoliberal de interregno logra desinhibir algo de lo reprimido (Brown, Gordon y Pensky, 2019: 29). En las declaraciones misóginas, homofóbicas, xenófobas y racistas de los profetas políticos del odio en distintos puntos de la región, en los pedidos de revisión de los juicios a genocidas o a favor de la tortura militar, o en las manifestaciones públicas en contra de las medidas solidarias de protección de indigentes que mueren de frío en las calles de las grandes urbes, lo que se busca es encarnar en el discurso político legitimado la liberación de una dimensión

⁵ Es uno de los grandes descubrimientos de Achille Mbembe (2011) identificar este comportamiento orientado a una legitimación del “dar la muerte” de los otros como una dimensión central del neoliberalismo contemporáneo. Aquí nos ocupamos de estudiar cómo se expresa esta dimensión en el plano “espontáneo” de la ideología.



reactiva del sujeto, en la que puedan derribarse cualquier límite que contenga las tendencias agresivas de la población.

Esos límites o constricciones son los que en la economía libidinal de los sujetos socializados en el marco de la integración sistémica permitía a su vez su incorporación en un modelo democrático de vida comunitaria anclado en una idea solidaria de responsabilidad colectiva. Por el contrario, la declinación securitaria de la ideología neoliberal facilita en sus desnudas expresiones de odio social y crueldad desatada contra los débiles una nueva versión del concepto acuñado originalmente por Marcuse de “des-sublimación represiva”, en la que se resuelve el conflicto interno entre las instancias psíquicas del sujeto a favor de una radicalización de su sujeción. En estas formas colectivas de exhibición de la pulsión de muerte, la sustancia vital libidinal es privada de su carácter inmediato y aparece completamente controlada por los mecanismos de dominación social (Žižek, 2006). En los términos de la segunda tópica freudiana, en la “des-sublimación represiva” que configura el nuevo neoliberalismo, se socializa el inconsciente a través de una identificación entre el ello y el superyó a expensas de la instancia de la reflexión que representa el yo.

Lo liberador en los gritos de la audiencia a favor de la muerte del joven trabajador descansa en la percepción de que hay determinadas constricciones que no dejan expresar una verdad auténtica arbitrariamente contenida. Como corolario, la ideología neoliberal de la crueldad garantiza el bloqueo de la reflexión crítica de los sujetos acerca de la corrosión de los lazos sociales y las obligaciones compartidas de rol que caracterizaban la integración sistémica en el “capitalismo democrático”. Al ser percibidas como coerciones externas que mancillan la experiencia del sujeto, posibilita en sus manifestaciones desinhibidas de violencia y odio ante los más débiles la destructividad de las pulsiones agresivas como solución imaginaria a todos los dramas que le infringe un mundo opaco que no se logra descifrar.

Conclusiones

En este escrito nos hemos acercado al fenómeno de la actual emergencia de fuerzas antidemocráticas en América Latina situándolo en un análisis más

amplio de la estructura y los efectos de la última gran crisis del sistema capitalista para los procesos de coordinación social. En nuestra reconstrucción de distintos modelos de crítica hemos podido determinar cómo la progresiva destrucción de la institucionalidad democrática que supusieron las reformas neoliberales en el centro y la periferia capitalista trajo aparejados procesos de desintegración sistémica con consecuencias de largo alcance en los distintos niveles de la totalidad social.

Podemos concluir que la actual pregnancia social de las nuevas fuerzas antidemocráticas en América Latina manifiesta una apropiación estrictamente política de profundas tendencias ideológicas que hacen a la actual cultura neoliberal y que se encuentran extendidas en distintos estratos de la sociedad. Los “enigmas” de la ideología de la crueldad pueden ser descifrados así por sus rendimientos para la subjetividad contemporánea: ella ha ofrecido a los individuos sobrellevar el drama del “sufrimiento de indeterminación” (Hegel), producido por el interregno entrópico del actual capitalismo neoliberal.

Se trata de una novedosa conjunción de interpelaciones ideológicas y mecanismos libidinales que sirve no sólo para justificar la agudización brutal de las desigualdades sociales en los países del centro y de la periferia, sino *también* para ofrecer mecanismos de reintegración del individuo en una voluntad colectiva delimitada en su identidad por el deseo de castigo hacia los demás. Aun cuando los sujetos a los que aluden los discursos del odio pueden ubicarse en cualquier categoría social, siempre se trata de formas precarias de vida, que padecen la agudización de la distribución desigual de las vulnerabilidades, y que resignifican las formas tradicionales de clasificación que estructuraron la sujeción colonial otorgándoles una nueva actualidad para la reproducción de los mecanismos de dominación social en nuestro presente.

Como en la economía libidinal del antisemitismo que analizaron ejemplarmente Adorno y Horkheimer, aquí vuelve a operar un mecanismo proyectivo que estructura formas renovadas de agresividad hacia los otros. En este sentido, se establece una íntima relación entre el deterioro de las condiciones materiales necesarias para una vida socialmente lograda y las proyecciones

paranoicas de violencia ante quienes se convierten en catalizadores de las frustraciones padecidas.

¿Cómo afectan estas reposiciones violentas de la división de lo social, entre la desintegración sistémica y la re-integración autoritaria, entre la entropía social y las ideologías de la crueldad, a las perspectivas comprometidas con un horizonte emancipatorio de descolonización social? La Teoría Crítica contemporánea requiere de categorías filosóficas y de estudios científico-sociales que permitan interpretar en la prosa del mundo latinoamericano las dislocaciones en las que estas nuevas formas de sujeción crujen, revelando en las prácticas sociales otra idea posible de justicia, en la que la democratización es presupuesto y punto de partida.

Esto inaugura la ineludible pregunta acerca de las dimensiones de la experiencia –corporal y teórica, cultural y política– en las que puedan reconocerse los saberes libres que trabajen desde y sobre lo común no sólo para resistir la precarización neoliberal sino también para proyectar órdenes sociales alternativos en nuestra región, anclados en una noción de responsabilidad colectiva, de cuidado sin cálculo, y de igualdad sustantiva.

Bibliografía

Amin, Samir, "The Return of Fascism in Contemporary Capitalism", *Monthly Review*, vol. 66 (4), 2014.

Balibar, Étienne, *Violencias, Identidades y Civilidad*, Buenos Aires: Gedisa, 2005.

Beckert, Jens, "The great transformation of embeddedness", en: C. Hann y K. Hart (Eds.) *Market and Society: The Great Transformation Today*, Nueva York: Cambridge University Press, 2009.

Boltanski, L. y Chiapello, Éve, *Le nouvel esprit du capitalisme*, París: Gallimard, 1999.

Butler, Judith, *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*, Cambridge: Harvard University Press, 2015.

Brown, Wendy, Gordon, Peter y Pensky, Max, *Authoritarianism. Three Inquiries in Critical Theory*, Chicago y Londres: The University Chicago Press, 2019.

Brown, Wendy, *In the Ruins of Neoliberalism*, Nueva York: Columbia University Press, 2019.

Castro-Gómez, Santiago y Grosfoguel, Ramón (org.), *El giro decolonial*, Bogotá: Siglo de Hombre, 2007.

Cornejo Polar, Antonio, *Escribir en el aire*, Lima: CELACP – Latinoamericana editores, 2003.

Davies, William, "The New Neoliberalism", *New Left Review*, núm. 101, 2016.

Fraser, Nancy, *The Old is Dying and the New Cannot Be Born*, Nueva York: Verso, 2019.

Gramsci, Antonio, *Cuadernos de la cárcel. Tomo 2*, México D. F.: Ediciones Era, 1981.

Habermas, Jürgen, *Theorie des kommunikativen Handelns (II)*, Frankfurt: Suhrkamp, 1988.

Harvey, David, *Breve historia del neoliberalismo*, Madrid: Akal, 2007.

Honneth, Axel y Joas, Hans (Eds.), *Communicative Action. Essays on Jürgen Habermas's The Theory of Communicative Action*, Cambridge: The MIT Press, 1991.

Horkheimer, Max y Adorno, Theodor, *Dialektik der Aufklärung*, Berlin: De Gruyter, 2017.

Ipar, Ezequiel, "Neoliberalismo y neautoritarismo", *Política y sociedad*, vol. 55 (3), 2018.

Jameson, Fredric, *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham: Duke University Press, 1990.

Lockwood, David, "Social Integration and System Integration", en: G. K. Zollschan y W. Hirsch (eds.) *Social Change*, Nueva York: John Wiley & Sons, 1964.

Membe, Achille, *Necropolítica*, Madrid: Melusina, 2011.

Peck, Jamie, *Constructions of Neoliberal Reason*, Oxford: Oxford University Press, 2010.

Pérez Sáinz, Juan P., *La historia de la desigualdad en América Latina*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

Polanyi, Karl, *The Great Transformation*, Boston: Beacon Press, 2001.

Prestifilippo, Agustín L. y Wegelin, Lucía, "El neoliberalismo como trama ideológica en la Argentina reciente", *Utopía y praxis latinoamericana*, núm. 74, 2016.



Prestifilippo, Agustín L. y Wegelin, Lucía, "La libertad precarizada. Nuevas formas sociales del padecimiento en el mundo del trabajo", *Argumentos. Revista de crítica social*, núm. 21, 2019.

Quijano, Anibal, "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", en: *Cuestiones y horizontes*, Buenos Aires: Clacso, 2014.

Regatieri, Ricardo, P., *Capitalismo sem peias. A crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 1940 e na elaboração da Dialética do Esclarecimento*, São Paulo: Humanitas, 2019.

Traverso, Enzo, *The New Faces of Fascism*, Londres y Nueva York: Verso, 2019.

Stiglitz, Joseph E., *El malestar en la globalización*, Madrid: Taurus, 2002.

Streeck, Wolfgang, *Re-Forming Capitalism*, Nueva York: Oxford University Press, 2009.

Streeck, Wolfgang, *Gekaufte Zeit*, Frankfurt: Suhrkamp, 2013.

Streeck, Wolfgang, *How Will Capitalism End?*, Nueva York: Verso, 2016.

Streeck, Wolfgang, "The Return of the Repressed", en: H. Geiselberger (ed.) *The Great Regression*, Cambridge: Polity, 2017.

Žižek, Slavoj, *The Metastases of Enjoyment*, Londres: Verso, 2006.

Contradicciones del Capitalismo y Transformaciones Sociales en América Latina

Resumen

Las sociedades latinoamericanas crujen en nuestros días por la aparición de nuevas formas de radicalización política que, lejos de impugnar al capitalismo, parecen más bien oficiar de canales de occlusión de sus encuadres democráticos. ¿Cómo comprender este proceso en el que se engarzan de forma enigmática el neoliberalismo y las más oscuras fuerzas opuestas al principio fundamental de igual libertad de los miembros de una comunidad política? En este artículo nos acercamos a este problema interpretando las transformaciones sociales que han sucedido a la última gran crisis económica del capitalismo en la región. Para ello, revisaremos algunas discusiones de la Teoría Crítica contemporánea acerca de estos efectos en el nivel específico de las formas de integración que estructuran nuestro mundo social. En este sentido, nos guiamos por una pregunta que acompaña a la sociología desde sus comienzos, a saber: cómo puede verse erosionada la infraestructura de los apoyos colectivos del individuo por las transformaciones históricas del sistema económico capitalista. El escrito finaliza con una aproximación analítica del papel que cumplen en nuestro presente las reconfiguraciones recientes de la cultura neoliberal para la subjetividad contemporánea.

Palabras clave: Contradicciones del capitalismo; Integración Social; Cultura Neoliberal; Ideología; Teoría Crítica Contemporánea; Jürgen Habermas; Wolfgang Streeck; América Latina.

Contradições do Capitalismo e Transformações Sociais na América Latina

Resumo

As sociedades latino-americanas de hoje estão em ebulição com a emergência de novas formas de radicalização política que, longe de desafiar o capitalismo, parecem mais canais para bloquear



os seus quadros democráticos. Como podemos compreender este processo em que o neoliberalismo e as forças mais perversas que se opõem ao princípio fundamental da igualdade de liberdade para os membros de uma comunidade política estão enigmáticamente ligados? Neste artigo propomos abordar este problema através da interpretação das transformações sociais ocorridas na região desde a última grande crise econômica do capitalismo. Para tal, iremos rever algumas discussões da Teoria Crítica contemporânea sobre estes efeitos no nível específico das formas de integração que estruturam o nosso mundo social. Neste sentido, somos guiados por uma questão que tem acompanhado a sociologia desde os seus primórdios, nomeadamente: como a infra-estrutura dos apoios coletivos do indivíduo pode ser corroída pelas transformações históricas do sistema econômico capitalista. O artigo termina com uma abordagem analítica do papel que as recentes reconfigurações da cultura neoliberal desempenham no nosso presente para a subjetividade contemporânea.

Palavras-chave: Contradições do Capitalismo; Integração Social; Cultura Neoliberal; Ideologia; Teoria Crítica Contemporânea; Jürgen Habermas; Wolfgang Streeck; América Latina.

Contradictions of Capitalism and Social Transformations in Latin America

Abstract

Latin American societies today are crackling with the emergence of new forms of political radicalization which, far from challenging capitalism, seem more like channels for occluding their democratic boundaries. How can we understand this process in which there is a mysterious intertwining of neoliberalism and the darkest forces opposed to the fundamental principle of equal freedom for the members of a political community? In this paper we approach this problem by interpreting the social transformations that have taken place in the region since the last great economic crisis of capitalism. In order to do so, we examine some discussions of contemporary Critical Theory about these effects on the specific level of the forms of integration that structure our social world. In this sense, we are guided by a question that has accompanied Sociology since its beginnings, namely: how the infrastructure of the collective supports of the individual can be eroded by the historical transformations of the capitalist economic system. The article ends with an analytical approach to the role played in our present by recent reconfigurations of neoliberal culture for contemporary subjectivity.

Keywords: Contradictions of Capitalism; Social Integration; Neoliberal Culture; Ideology; Contemporary Critical Theory; Jürgen Habermas; Wolfgang Streeck; Latin America.



O “Pós-Neoliberalismo” e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina¹

Beatriz Stolowicz²

O Novo Momento Latino-Americano

Ao terminar a primeira década do século XXI, nos encontramos em um momento complexo na América Latina, para o qual as arengas ou expressões de desejo não alcançam. Sem perder de vista as grandes possibilidades de disputa de projetos que se abriram na região, as preocupações que indicávamos no final de 2007 sobre os governos de esquerda³ parecem estar confirmadas quando dizíamos que nestes processos em construção “o movimento não é tudo” – rebatendo Bernstein – e que sua direção é decisiva; que a direita colocou todos os seus recursos econômicos, políticos, militares e simbólicos para disputar e definir essa direção, e que resta saber se as forças que aspiram à igualdade e à emancipação humana efetivamente as disputarão. Um requisito para isso é ser claro sobre o terreno da disputa.

Nos últimos anos, as discussões sobre a América Latina se concentraram nessas novas experiências de governo, como é lógico, com grande entusiasmo, a ponto de se tornar moda parafrasear que se trata de uma “mudança de época”.

Os triunfos eleitorais da direita foram considerados uma exceção, não muito bem explicada, e, às vezes, endossado a um ultraesquerdismo atávico. O final da década produz certa perplexidade ao comprovar as falências de tais

1 Escrito em 2011. Publicado em: Beatriz Stolowicz, *A contracorriente de la hegemonía conservadora*, Bogotá, Espacio Crítico Ediciones, 2012.

2 Professora-Pesquisadora da Área *Problemas de América Latina*, Departamento de Política e Cultura, Universidade Autónoma Metropolitana Unidade Xochimilco, México. Contato: beastolowicz@yahoo.com.mx

3 Em Beatriz Stolowicz (Coord.) *Gobiernos de izquierda en América Latina. El desafío del cambio*. Bogotá, Ediciones Aurora, 2007.

apreciações volicionais. O avanço da direita em alguns países, os sinais de estagnação na captura do eleitorado pela esquerda onde ela já governa, e o refluxo nos impulsos de mudança levaram a repensar as análises sobre a região.

Sobretudo nos cinco anos anteriores, dada a natureza inédita da conjuntura pelo protagonismo popular e por seu conteúdo ético, as análises sobre a América Latina focalizaram a democratização dos regimes políticos e os processos constituintes onde a esquerda e centro esquerda governam. A maioria delas eram análises eminentemente superestruturais, em que o aparato estatal foi assimilado ao poder do Estado, e a autonomia foi atribuída ao político, deixando de fora a análise estrutural da reprodução econômica e das classes (embora, às vezes, este último tenha implicitamente aparecido na forma de um possibilismo político). Portanto, foi rejeitado que cada modelo econômico requer um certo modelo político e social, que esse não pode ser pensado à margem daquele além da retórica ou das lideranças carismáticas.

Num segundo plano, permaneceram as análises originadas nos países onde, há muito tempo, é executada estratégia para estabilizar política e socialmente a reestruturação capitalista neoliberal. Situados necessariamente em uma temporalidade mais prolongada e numa articulação analítica mais clara entre economia e política, a partir dessas análises era possível observar fenômenos análogos a alguns dos processos progressistas. Apesar disso, o era de difícil interlocução. Agora começa a haver um terreno comum de preocupação com o padrão de acumulação extrativista primário-exportador e financeirizado sob o domínio transnacional, que é impulsionado, garantido e financiado pelos Estados latino-americanos. Que, salvo algumas exceções ou nuances e, por isso, muito valiosas, é realizado em todos os países da região, apesar das diferenças sociopolíticas ou até mesmo explorando a maior legitimidade dos governos de esquerda ou de centro-esquerda para executá-lo.

Embora a convergência de preocupações seja mais recente, o fenômeno não é novo. Há mais de uma década que, após as crises financeiras (particularmente as de 1995 e 1997), massas de capital excedente em risco de desvalorização na especulação procuram reciclar-se na acumulação por

despossessão⁴ com espoliação territorial, tanto no saque dos recursos naturais quanto na superexploração da força de trabalho; e que buscam recuperar a acumulação ampliada mediante a construção de infraestrutura – de rotação mais lenta, mas assegurada pelo Estado –, que, por sua vez, aumenta a acumulação por desapropriação com o barateamento da extração dessas riquezas naturais. Não nos esqueçamos de que a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o Plano Puebla Panamá (hoje Projeto Mesoamérica) já existem há uma década (desde 2007, diretamente articulados pela adesão da Colômbia a ambos).

A novidade é que também onde a esquerda ou a centro-esquerda governam, o capital transnacional encontrou ótimas condições de estabilização na crise capitalista, uma vez que também alcança isso através da legitimação política.

É novo, além disso, que em vários desses países esse padrão de acumulação – com mudanças institucionais, políticas e sociais que lhes são consubstanciais – seja promovido em nome de um “novo desenvolvimento”, com a implantação de uma retórica “neodesenvolvimentista” que explora as reminiscências simbólicas do antigo desenvolvimento redistributivo latino-americano, que não é nada semelhante. Onde a direita governa essas mesmas linhas estratégicas e suas políticas são executadas embora o rótulo de “neodesenvolvimentismo” não seja adicionado a ele.

O novo, no entanto, não surgiu por geração espontânea. Pelo contrário, sustento a tese de que estamos testemunhando um ponto de chegada da realização bem-sucedida da estratégia dominante executada durante 20 anos para estabilizar e legitimar a reestruturação do capitalismo na América Latina, denominada por seus promotores como “pós-neoliberalismo”.

Várias das perguntas sobre a evolução de projetos comumente conhecidos como alternativos, e sobre sua efetiva capacidade de disputa, encontrariam respostas mais claras em referência ou contraste com essa estratégia dominante, tanto quanto eles significam uma ruptura ou apontam a ela. Para isso, é

4 A categoria acumulação por despossessão foi cunhada por David Harvey, aludindo à prática permanente do que Marx chamou de acumulação original na atual reprodução capitalista, como um sinal do novo imperialismo.

necessário transcender o curto tempo do eleitoral, que sobredetermina as análises e as dinâmicas de projetos de mudança na região, e aumentar o foco para uma duração de tempo mais longa.

Vinte Anos de “Pós-Neoliberalismo”

Desde o início da década de 1990, a estratégia para estabilizar a reestruturação capitalista neoliberal na América Latina foi oficialmente apresentada em três etapas sucessivas: a primeira de “ajuste, estabilização e iniciação”; uma segunda de “aprofundamento das reformas estruturais”; e uma terceira fase de “consolidação das reformas e restauração dos níveis de investimento”⁵. A primeira etapa, de demolição do padrão de acumulação anterior e de suas instituições, havia sido executada nos anos 1970 e 1980, sob ditaduras militares e autoritarismo civil; a segunda e a terceira etapas tiveram que ser implementadas já sob as “novas regras do jogo” de regimes representativos, *democracias*. A ideia de uma sucessão estava mais claramente inspirada no Chile, onde a demolição do padrão de acumulação foi concluída sob a ditadura de Pinochet. Em outros países, em vez de uma sucessão, tiveram que sobrepor etapas, como, por exemplo, no Brasil e no México, sobrepondo, também, a retórica correspondente a cada um. Com um olhar retrospectivo, cabe perguntar se a terceira etapa de “consolidação das reformas e restauração dos níveis de investimento” não estaria sendo executada na primeira década do século XXI por alguns dos novos governos *progressistas*.

Definidos os objetivos, ao mesmo tempo em que a estratégia estava sendo formulada para avançar nesse caminho, cujas linhas principais abordavam as dimensões política, institucional e social para dar segurança ao aprofundamento da reestruturação capitalista, para estabilizá-la e legitimá-la. Esta estratégia multidimensional foi promovida desde 1990 pela “nova” neo-estruturalista Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal); pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), presidido pelo ex-cepalino Enrique

5 As três etapas foram formuladas em 1990 pelo chileno Marcelo Selowsky (1990, p. 28-31), economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe.

Iglesias⁶, e na segunda metade dos anos noventa, também pelo Banco Mundial, com Joseph Stiglitz como economista-chefe e com o colombiano Guillermo Perry como economista-chefe para a América Latina e o Caribe⁷. Por abordar as esferas de ação que o economicismo de mercado neoclássico não contemplava discursivamente, desde o início foi apresentado como “pós-neoliberal”. Autodefiniu-se como “superação do neoliberalismo”, mas ao mesmo tempo contrário ao “populismo” (na verdade, o que eles definiram como tal). Para isso, seus intelectuais e ideólogos questionaram alguns postulados doutrinários do liberalismo econômico, que em seu entendimento deviam ser corrigidos – nunca negados –, o que em termos doutrinários era estritamente um pós-liberalismo; que foi expressado como correção – nunca negação – dos postulados ultraliberais sobre o Estado e do ultra-individualismo sociopolítico.

Desde o sistema, nas vozes de grandes empresários, políticos e intelectuais, se multiplicaram expressões de crítica ao “neoliberalismo” (tal como o definiam). Já em 1996, Norbert Lechner disse: “Nos anos noventa, a América Latina entrou em uma fase ‘pós-neoliberal’. O neoliberalismo está esgotado como uma proposta inovadora” (Lechner, 1996). Essas expressões foram oficialmente recolhidas pela Cúpula das Américas de 1998, realizada em Santiago do Chile. Apesar da retórica, o que foi aprovado não foi antiliberal, nem pós-neoliberal, mas as linhas para estabilizar a reestruturação capitalista quando se observavam sinais de uma crise de governabilidade na região.

Deve-se esclarecer, mais uma vez, que o termo “pós-neoliberal” foi cunhado desde o sistema – não por esta autora – e que conforme sua origem é utilizado neste trabalho. O interessante é que o termo “pós-neoliberalismo” estava sendo socializado dentro da “esquerda moderna” ou “nova esquerda”. Para aumentar a confusão, nos últimos cinco anos, o termo “pós-neoliberalismo” é usado para descrever os projetos dos governos de esquerda e de centro-esquerda, como um caminho que apenas se estaria percorrendo. Já afirmei,

6 As linhas mestras da estratégia "pós-neoliberal" estão presentes no documento da CEPAL: *Transformação produtiva com equidade. A tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos noventa* (1990), e com muito maior precisão no trabalho de Enrique V. Iglesias, então presidente do BID: *Reflexiones sobre el desarrollo económico. Hacia un nuevo consenso latinoamericano* (1992).

7 O manifesto pós-neoliberal para a América Latina do Banco Mundial é o famoso *Além do Consenso de Washington* (1998).

repetidamente, a inconveniência de usar o mesmo termo, cunhado pelos dominantes, para denominar ou caracterizar projetos opostos e supostamente antagônicos. Ao longo dos anos, é possível pensar que talvez não tenha sido apenas uma falta de imaginação linguística.

O pós-neoliberal é uma concepção estratégica lúcida e complexa. Ela não vê as democracias como um perigo contra a continuação da reestruturação capitalista, mas como uma oportunidade para construir consensos moderados a favor das chamadas reformas econômicas, para as quais a política e a democracia deveriam ser instrumentos de governabilidade e, claro, de integração institucionalizada da esquerda que já avançava eleitoralmente.

A estratégia requer passar por reformas estruturais – semelhantes ao Decálogo de Williamson, mas apresentadas como uma iniciativa endógena – para “aproveitar as vantagens da globalização mediante a exportação do mais abundante”. É retoricamente postulada como uma transição de vantagens comparativas ortodoxas ou “espúrias” para uma “competitividade autêntica” posterior, que inevitavelmente tinha que ser impulsionada pelo capital transnacional por sua contribuição financeira, tecnológica e por seu acesso aos mercados. Para capturar esse investimento estrangeiro devia-se garantir um clima favorável aos negócios, lucros mais atraentes, segurança jurídica, estabilidade financeira e baixo déficit fiscal, e o pagamento da dívida. Um maior ativismo estatal era necessário para fortalecer o setor privado, e para isso era necessário reformar o Estado para torná-lo “pequeno, mas eficaz”. Essa suposta transição obviamente exigiu a redução do salário real e o alto desemprego: uma plataforma a partir da qual as políticas sociais são legitimadas para fortalecer a governabilidade.

O apelo ao Estado e a essa dimensão “social” são os sinais distintivos do “pós-neoliberalismo” para se apresentar como progressista e mesmo de esquerda. A estratégia propunha que, no curto prazo, a assistência dirigida à pobreza extrema fosse implementada para absorver as tensões sociais da (primeira) “década perdida”, que além disso liquidaria a cultura de direitos, substituindo-a por uma cultura mendicante degradada e agradecida. Mas, o pós-neoliberalismo visa alcançar, em longo prazo, uma profunda reestruturação social, que seria a base para gerar consenso social em torno da reestruturação capitalista.

Essas linhas mestras foram os objetivos imutáveis do “pós-neoliberalismo” ao longo desses 20 anos. Mas a maneira de executá-los variaria de acordo com as condições concretas de cada país e na região, dependendo das demandas globais do capitalismo. O fundamental era, e tem sido, a combinação daquelas esferas de ação para que, quando tivesse problemas em um, os outros compensassem: por exemplo, se a legitimidade do sistema político ou a credibilidade da democracia falhavam, políticas sociais direcionadas ou um maior ativismo governamental deviam compensá-lo para neutralizar conflitos e construir consenso passivo ou ativo; ou, inversamente, com alta legitimidade política, as “reformas econômicas” poderiam ser promovidas com menos “gastos” nas outras esferas. Sua execução exigiu maior percepção política, flexibilidade e pragmatismo, metaforicamente levantados com expressões como “um terno sob medida”, ou “projetos em andamento” ou “trabalhos em progresso”.

Os pós-neoliberais apareciam como os questionadores da tecnocracia, quando apenas uma divisão do trabalho era estabelecida, de modo que os tecnocratas disseram o que era inevitável, e os neopolíticos, como fazê-lo de forma mais eficaz e legítima. “Neopolíticos” porque economistas e técnicos “pós-neoliberais” tornaram-se os novos especialistas e teóricos da política, democracia e governabilidade, conjuntamente com a velha *classe política*. Para viabilizar cada uma das novas ações, bem como as mudanças de ênfase ou peso específico de cada esfera em relação às demais de acordo com as circunstâncias, um exército de intelectuais estava colocando as novas “agendas temáticas” e suas respectivas retóricas sob máscaras teóricas⁸. De um modo particular, é necessário enfatizar que foram os ideólogos do sistema que impuseram as definições sobre o “neoliberalismo”, que as estavam modificando em diferentes conjunturas, de tal forma que a estratégia dominante pudesse ser apresentada como uma “alternativa” a si mesma em vários momentos ou fases⁹. Sob linhas comuns a toda a região, como pano de fundo, perfeitamente identificáveis nos temas que determinavam as orientações das ciências sociais em cada conjuntura

8 Esse pragmatismo tático explica, em grande parte, que a estratégia não poderia ser apreendida em seu desenho total, especialmente em suas fases iniciais. Uma revisão retrospectiva dos temas, das ações promovidas e dos debates esclareceria os momentos táticos da estratégia dominante.

9 Para a economia do espaço, para ver as mudanças de definições no neoliberalismo, refiro-me ao meu trabalho “El debate actual: posliberalismo o anticapitalismo” (2009) em meu livro *A contracorriente de la hegemonia conservadora* (2012).

– e as réplicas do chamado pensamento crítico, fatigantemente contestatório –, em cada país havia diferentes ênfases atribuídas de acordo com as realidades sócio-políticas específicas. Esta aparente assincronia desaparece quando tendências comuns são consideradas em um período mais longo, o que é agora reconhecido na convergência de preocupações de países com governos chamados progressistas e com governos de direita.

Isso não significa que essa estratégia dominante e conservadora (mesmo que apresentada como progressista) não tenha que enfrentar resistências e conflitos, não significa que sua execução não acumule contradições e nem mesmo freios ou retrocessos em certas conjunturas e em certos países. Existe uma dialética que não pode ser ignorada. Porém, nesses 20 anos, observamos a grande capacidade de adaptação tática, de mudança no uso de instrumentos, de modificação discursiva na execução da estratégia dominante. A ponto de transformar em "oportunidade" as contradições que a própria estratégia gera para, como eu disse, apresentar uma próxima fase como alternativa a si mesma.

A Reconfiguração Capitalista

A execução – em suas combinações particulares – das linhas mestras da estratégia para estabilizar a reestruturação capitalista em nossa região avançou apesar do fato de a América Latina ter sido o centro das rejeições e lutas contra o neoliberalismo. Avançou, até mesmo ou precisamente, porque foi feito em nome de ir além do neoliberalismo. Os passos dados há 20 anos mostram sua materialização no presente.

Os usos conservadores da política institucional através de uma democracia governável têm sido objeto de análise por parte desta autora em distintos trabalhos, aos quais me refiro, cuja matéria deve ser pensada como uma esfera funcional em relação às demais, de enorme importância. Nessa perspectiva, devemos pensar, também, no significado das mudanças ou ajustes dos regimes políticos com os triunfos eleitorais da esquerda ou da centro-esquerda, como também foi sugerido em outros trabalhos.

Em contraste com as oscilações previsíveis dos regimes políticos devido às variações eleitorais – as “regras do jogo” que são úteis para a construção de

consenso acerca dessas mesmas regras –, o objetivo de reestruturar a sociedade tem uma dimensão mais profunda e de longo prazo para estabilizar o capitalismo em sua atual fase histórica.

A reestruturação da sociedade

A reestruturação social “pós-neoliberal” baseia-se na demolição do padrão de acumulação anterior e suas relações sociais e institucionais. Desemprego e empobrecimento são concebidos como a “oportunidade” de empreender essa reestruturação e alcançar legitimidade. O objetivo central da reestruturação é dissolver os sujeitos coletivos da pugna distributiva, certamente os populares. Mas, ao contrário do discurso ortodoxo “neoliberal” sobre a liberdade individual, o “pós-neoliberal” visa a que a flexibilização e a precarização do trabalho, a terceirização através de pequenas e médias empresas (PME) e o trabalho autônomo sejam aceitos como meios legítimos para acessar à “equidade”.

O pós-neoliberalismo busca legitimar a “democracia dos proprietários” neoliberais. Esta sociedade patrimonial de indivíduos “donos” de algo que eles trocam no mercado “como se fossem livres e iguais”, isto é, sem impedimentos formais para acessar bens, serviços, atividades ou profissões, exceto o que eles podem reivindicar possuir (recursos monetários ou “capital humano”); em que a condição salarial *formal* desaparece (direitos legais individuais e coletivos, regulamentos) para converter trabalhadores em “empresários” que gerenciam sua reprodução individualmente, indivíduos responsáveis por seu destino que “investem” em sua segurança (“custos de oportunidade”), seguro de saúde, fundos de pensão, etc. com recursos de seu fundo de consumo salarial ou recursos que estão nas mãos do Estado via impostos, e que vão para o capital privado que gerencia esses fundos de poupança e seguro. Os pós-neoliberais “corrigem” os defeitos de mercado através do discurso e do método social-liberal da *equidade como igualdade de oportunidades*: apenas os deficientes e os muito pobres recebem, através de subsídios ou alocações, um mínimo não igual nem permanente que os transforma em detentores de capital humano (capacidades e habilidades empregáveis), para que possam ser incorporados no mercado e também fazer parte da democracia de proprietários. Até este ponto, o pós-

neoliberalismo não se distancia em termos práticos da ortodoxia neoliberal que inclui expressamente políticas direcionadas de “atenção à pobreza”, que permanentemente aprofundam a desigualdade, mesmo que possam temporariamente subtrair alguns da inanição. No entanto, o discurso da equidade social-liberal apresenta o assistencialismo como um veículo para a afirmação da autonomia individual e da criatividade intercambiáveis no mercado. Desse modo, nasce uma nova concepção de “justiça na sociedade como equidade”. John Rawls é o mentor por excelência.

Em seus projetos-mestres, a estratégia pós-neoliberal para dissolver os sujeitos populares da pugna distributiva também levanta outras linhas de ação que questionam discursiva ou doutrinariamente as concepções liberais ou social-liberais baseadas no indivíduo. Essas outras linhas de ação, ao contrário, reivindicam o uso de *organizações intermediárias* (entre o indivíduo e o Estado) para a gestão limitada da sobrevivência ou coexistência. E que, ao mesmo tempo, são propostas como antídoto para o enfraquecimento dos mecanismos de controle e governabilidade diante de expressões anômicas geradas pela dispersão individualista. Esse aspecto da vasta estratégia para a estabilidade da dominação se baseia nas orientações do projeto neoconservador elaborado nas décadas de 1970 e 1980 e que adquire a identidade “pós-neoliberal” nos anos 1990 com o *comunitarismo*.

Em nome de “resgatar o indivíduo solitário do neoliberalismo e ir ao encontro da comunidade perdida”, a reestruturação da sociedade é complementada e legitimada pela gestação de um *microcorporativismo conservador* de múltiplas funções: a) mantém os sujeitos populares dispersos da pugna distributiva, não questiona a distribuição da riqueza, mas permite administrar recursos limitados para a sobrevivência ou para a convivência: uma espécie de *pobreza acompanhada*; b) torna a desigualdade invisível à imagem da diversidade pluralista, envolto, entre outros, pelo manto do multiculturalismo; c) não afeta as decisões do sistema político ou do Estado, mas é percebido como “participação” e “empoderamento”. É o instrumento de coesão social (“capital social”) que pareceria impossível.

Se o social-liberalismo está associado a ações governamentais “distributivas”, devido à sua retórica, o comunitarismo social-conservador está

associado ao reinado da “sociedade civil”. Mas não com a sociedade civil liberal de indivíduos, e sim com a sociedade civil de grupos e comunidades. Não mais com “racionalidade instrumental”, mas com a “moralidade” e a “solidariedade” grupal. Não mais com o horizonte pragmático do custo-benefício, mas com a subjetividade do “reconhecimento”.

Pouca atenção é dada ao fato de que, no meio de sua poderosa retórica filosófica, os comunitaristas sustentam que a teoria neoclássica, embora reducionista, não foi superada (insuperável?) para manter os equilíbrios necessários ao crescimento econômico, que deve ser complementado e nunca negado. Mas a carga filosófica e sociológica da sua argumentação fez os comunitaristas aparecerem como opositores categóricos do liberalismo, o que aumenta sua eficácia ideológica para permear o campo das “alternativas”. E permite que eles apareçam como pensamento crítico no campo das ciências sociais, porque seu argumento aparentemente desloca o reino absoluto da economia neoclássica com a reentrada da sociologia e da antropologia, das matemáticas com os estudos culturais. O apelo a Durkheim e Karl Polanyi se torna moda, e as elaborações de conservadores como Peter Berger, Robert Putnam, Amitai Etzioni, Michael Novak ou Frances Fukuyama aparecem como referentes de uma *terceira via*.

O comunitarismo conservador é apresentado como uma expressão de um pós-modernismo nostálgico do pré-moderno (próximo aos *tories* ou aos *velhos whigs*). Na América Latina, toma forma no *solidarismo* da doutrina social da Igreja, no social-cristianismo: que reformula seus conceitos de “bem viver”, de “função social da propriedade” (ou “responsabilidade social empresarial”), de “preço justo” e outros, questionando o “liberalismo”, mas fundamentando a moralidade do capitalismo; além de ser a Igreja oficial, protagonista central na execução da estratégia comunitarista. É por isso que não é coincidência que a fase de demolição “neoliberal” tenha sido realizada com Friedman, e que a fase de estabilização “pós-neoliberal” se faça com Hayek.

Junto com o assistencialismo individualizado, na América Latina são criadas múltiplas organizações comunitárias, que assumem a forma de cooperativas e associações solidárias até universidades interculturais. Algumas dessas organizações, como foi comprovado, cumpriram funções de contra-

insurgência¹⁰. Esse mundo comunitário e solidário é cercado por uma rede de “gestores” em que a classe média profissional encontra trabalho e renda, participa da reestruturação da sociedade e se converte em um intelectual orgânico do projeto.

Ao mesmo tempo, as concepções e práticas comunitárias conservadoras cumprem um papel fundamental na reconfiguração do mundo do trabalho, por exemplo, na implementação das formas toyotistas de produção e exploração: o trabalho em equipe, com o autocontrole dos trabalhadores, em círculos de controle de qualidade; aumento da produtividade através dos estímulos morais de “reconhecimento” e “dar voz”; sentimento de pertencer à empresa, concebido como uma “comunidade de trabalho e corresponsabilidade” em que todos estão “associados”. Para esta reconfiguração das relações de produção e de trabalho, a estratégia pós-neoliberal aceita e até promove entre as organizações intermediárias um certo tipo de sindicalismo afim, “participativo” e “proativo”¹¹, que se encarrega de promover o aumento da produtividade e a assunção de parte dos trabalhadores do interesse da empresa (do capital). Com isso, diante do neoliberalismo ortodoxo que repudia o sindicalismo, o pós-neoliberalismo aparece como progressista.

A flexibilização e precarização do trabalho, consubstancial à contrarrevolução neoliberal, adota novas formas “comunitárias” que as ocultam e legitimam; por exemplo, a constituição de cooperativas que realmente descentralizam a produção da empresa-mãe, na qual a relação de trabalho e exploração é ocultada pela ilusão de propriedade comum, facilitando a autoexploração dos trabalhadores e a economia de despesas sociais ou isenções fiscais ao capital. Empresas capitalistas registradas como cooperativas que realmente terceirizam a produção de outras; ou “cooperativas” que são empresas

10 É o caso das *Asociaciones Solidaristas* na América Central, estabelecidas por lei como uma associação colaborativa entre empregadores e trabalhadores que proíbe explicitamente a existência de um sindicato; *Cooperativas Convivir de Colombia*, origem de organizações paramilitares; ou as recém-criadas Cidades Rurais em Chiapas, no México.

11 Refiro-me aos estudos fundamentais do brasileiro Ricardo Antunes sobre esse novo sindicalismo. A partir de minha pesquisa, considero que os fundamentos ideológicos e práticos que a caracterizam estão intimamente ligados à estratégia comunitarista conservadora para o controle social e a gestação do consenso.

capitalistas para a contratação precária de trabalho (*maquila de nómina*) e até para fornecer “serviços sindicais”.

Este é o mundo das pequenas e médias empresas, promovido pelo pós-neoliberalismo como uma alternativa de trabalho independente e horizontalidade da comunidade, que em alta proporção é um instrumento para a insegurança no emprego, indicando qual é o verdadeiro conteúdo da propaganda de que “PME criam empregos”¹².

A utilidade do social

A “vocação social” do pós-neoliberalismo foi explícita nas modalidades que adotou, desde cedo, como Economia Social de Mercado no Chile, com os governos da *Concertación* desde 1990; como Estado social de direito na Colômbia após a Constituinte de 1991; e como Liberalismo Social no México, promovido por Carlos Salinas de Gortari desde dezembro de 1988 e formalizado em 1992 como uma doutrina do governo. O Programa Nacional de Solidariedade, de Salinas, apresentado em dezembro de 1988, foi um precursor da reconfiguração pós-neoliberal da sociedade combinando assistencialismo e organização comunitária, em perfeita harmonia com o solidarismo do Vaticano, com quem o governo restabeleceu relações diplomáticas (rompidas desde 1867). As distintas denominações dão conta da área prioritária para articular e legitimar a estratégia, assunto muito interessante que não pode ser tratado aqui. E a esta altura de nossa análise, já não deveria chamar a atenção para o fato de que esses três casos paradigmáticos do pós-neoliberalismo inicial, de “vocação social” explícita, tenham exibido uma poderosa capacidade de cooptar setores da esquerda, para transformar a sociedade de maneira conservadora, e para lubrificar a entrega da administração do estado à direita tradicional.

O “Estado social” pós-neoliberal, ao tempo de “reformular-se”, obteve o apoio dos empresários que entenderam *altruisticamente* que, além de sua razão “moral”, os gastos sociais têm uma utilidade econômica. O *progressismo pós-neoliberal* tornou-se, assim, um grande negócio capitalista.

12 O presidente da *Asociación Latinoamericana de Micro, Pequeña y Mediana Empresa*, Francisco dos Reis, na reunião de economistas de Havana, em março de 2010, reconheceu que a direita e o capital têm “vencido e neutralizado” o setor.

Os empresários fornecem os serviços sociais que o Estado não fornece mais, mas financia, transferindo assim parte do fundo de consumo dos trabalhadores e dos consumidores pobres – que não deduzem impostos – diretamente para a acumulação de capital. Em algumas áreas, o Estado até diminui seus gastos com o co-financiamento dos usuários ou clientes, como são agora chamados, sob o critério de “corresponsabilidade”. O campo do social é o que materializa a “associação Estado-mercado-sociedade” (o “lar público” de Daniel Bell, o “terceiro setor”). Com essa associação, os pobres e as classes médias financiam os extremamente pobres; o grande capital acumula legitimado por seus serviços pelo “novo bem-estar”; e os governos ganham clientelas eleitorais. Se produz o milagre que “todos ganham”, embora o capital esteja concentrado e a desigualdade aumente. Esse é um dos fundamentos dos acordos de “unidade nacional” recentemente impulsionados no Chile, pelo presidente Sebastián Piñera, e, na Colômbia, pelo presidente Juan Manuel Santos. Outros acordos tácitos de unidade nacional estão na agenda dos governos *progressistas*, por exemplo, no Uruguai.

Uma seção especial exigiria a análise do local como espaço de articulação das distintas esferas na estratégia pós-neoliberal. É o *lócus* da associação Estado-mercado-sociedade; da “gestão social” de organizações não-governamentais; de “participação” e de “empoderamento” comunitaristas e solidaristas. Viabiliza a “descentralização” (desconcentração na realidade) do Estado que entrega à provisão de funções sociais ao capital enquanto concentra as decisões econômicas no Banco Central e no Ministério da Fazenda (o “*bunker* hegemônico”, como tem caracterizado Jaime Osorio). É o espaço de menor resistência para a acumulação pela desapropriação transnacional, batizado de espaço “glocal”. É também, com todos esses componentes, a escola pós-neoliberal, na qual a esquerda começa a aprender o novo sentido do público, da “governança”, de um novo “estilo de governo”, que se aplicará nas áreas nacionais quando triunfa eleitoralmente. A onipresença do financiamento por parte do BID a projetos locais de governos progressistas é um indicador de seu papel estratégico.

A importância do Estado e a reconfiguração do poder

Tanto pelo seu apelo ao social quanto pela importância explicitamente atribuída ao Estado, é que a estratégia de estabilização capitalista aparece como pós-neoliberal. Para alguns, seriam as duas características típicas da social-democracia. Ou de sua versão modernizada como Terceira Via, uma “nova esquerda” com sua senha: “tanto mercado quanto possível, tanto Estado quanto necessário”.

O Estado é um ator central como suporte institucional e material de todos os aspectos da estratégia, fazendo uso intensivo de suas potestades coercitivas. Este é o reino do neoinstitucionalismo. Este é conhecido principalmente pelas funções governamentais multiplicadas para garantir a governabilidade por meio de políticas públicas: governança para governabilidade. A *good governance* traduzida como governança é medida pela sua eficácia em garantir o controle social e criar um consenso ativo e passivo, e por transferir riqueza para o capital. Mas quando falamos de neoinstitucionalismo, a função de estatal instituinte é da maior importância, através do uso intensivo do direito positivo para converter a estratégia de acumulação por despossessão em Estado de Direito. A desapropriação é legalizada, tudo é feito dentro da Lei, e com um poder judicial ativo que sanciona seu descumprimento.

O Estado “pós-neoliberal” enfatiza sua função subsidiária: por um lado, financiar o capital – que não investe ou arrisca – com recursos novos, isenções e privilégios fiscais, serviços gratuitos e infraestrutura, em uma modalidade de zona franca permanente; por outro lado, oferecer todos os tipos de segurança jurídica e política: contratos muito longos, garantias para a remessa de lucros para o exterior, garantias de que não serão afetados por desapropriações ou disputas trabalhistas, *et cetera*.

Esta função ativa do Estado a serviço do capital foi apresentada desde 1996 sob a fórmula de “pós-privatização” (Perry, Burki, 1998): parcerias público-privadas. Eles operam em tudo: na construção de infraestrutura, nos serviços sociais (agora também no ensino superior), na exploração dos recursos naturais. Em relação a este último, o direito cumpre uma importante função que estabelece a distinção entre direitos de propriedade e direitos de uso, permitindo a exploração privada mesmo se a propriedade estatal é mantida sobre eles, seja porque, por razões políticas, não foram privatizadas ou mesmo quando foram re-

nacionalizadas. Nos últimos cinco anos, foram promovidas leis específicas de parceria público-privada que, independentemente de cenários políticos, institucionalizam permanentemente essa função de estado subsidiário; a transferência de recursos públicos para a duração dos contratos, independentemente de decisões parlamentares ou governamentais; e a "nacionalização" legal do capital transnacional, que já não requer um recurso aos órgãos internacionais de resolução de controvérsias.

Este é a trama institucional para o padrão predador, de acumulação primária exportador extrativista, financeirizado, nas mãos do grande capital; que se baseia em vastas monoculturas transgênicas, em mineração especialmente a céu aberto, na exploração de energia como petróleo, gás, hidroeletricidade, na expropriação da biodiversidade, e na construção de um sistema multimodal de transporte e comunicação para baratear sua extração. Todas essas atividades requerem o controle do território, com a desapropriação de povos, camponeses, pequenos proprietários e comunidades indígenas, para as quais a militarização e o paramilitarismo operam quando necessário. Este padrão extrativista está conectado com a especulação financeira (assim como esta com as funções "sociais").

A esse serviço, as parcerias público-privadas também atingem aquelas que foram definidas como esferas exclusivas do Estado no exercício do monopólio da força. A segurança, que era uma função privativa do Estado, também é fornecida pelo setor privado com financiamento público, na função policial, nas prisões e nas funções militares.

Em países com governos progressistas, onde essas transformações institucionais, a serviço do grande capital, são apresentadas como parte de um "novo desenvolvimento" e do "interesse nacional", suas implicações são negligenciadas e se prioriza o "saldo positivo do modelo" na reativação econômica de curto prazo: porque produz empregos temporários; onde os impostos são exigidos, produz recursos fiscais para derrubar o assistencialismo social; cria uma nova fração burguesa contratante com o Estado nos serviços periféricos ao grande capital (que não é exatamente uma nova burguesia nacional porque compartilha os objetivos do capital transnacional, do qual é satélite econômico e ideológico), além de beneficiar um segmento profissional em tarefas

técnicas, de marketing, administração e gestão. Por estrito interesse econômico, esses segmentos e classes sociais dissimilares dão apoio político aos governos “neodesenvolvimentistas”.

A imagem dos presidentes exercendo um poder bonapartista sobre todas as classes, beneficiando todos e recebendo de todos sua adesão, qual personificação da unidade nacional, longe de sugerir um momento de "equilíbrio estático catastrófico entre forças com poder orgânico equivalente" (Gramsci)¹³, faz pensar antes na subordinação ou absorção de uma das forças pela ou pelas outras. Deve-se ter em mente que a estratégia pós-neoliberal avançou mais onde a esquerda foi enfraquecida como uma força de horizonte anticapitalista e onde a independência das organizações de classe popular foi enfraquecida; avançou mais onde as conquistas e os direitos sociais e políticos foram mais destruídos ou onde o empobrecimento impactou mais, e é da profundidade desse abismo que as ações sociais dos governos brilham muito mais; deve-se também ter em mente que as conquistas do pós-neoliberalismo são medidas pela elevação dos lucros capitalistas e pelo aumento do conservadorismo na sociedade. Não é, precisamente, uma equivalência de forças com o capital sobre as quais se coloca por cima, como árbitro, o presidente.

Tanto nesses países “neodesenvolvimentistas” com governos progressistas, como naqueles em que a estratégia é executada sem esse fardo discursivo, há uma reconfiguração da sociedade e o exercício do poder capitalista com efeitos de longo prazo, o que não podemos explicar com os conceitos tradicionais da teoria política. Por um lado, rompe-se com os fundamentos do Estado liberal moderno que formalmente estabelece, para sua universalização, a separação entre o público e o privado; tanto é assim que o conceito de corrupção perde significado. Não é só que não há autonomia relativa do Estado, mas é um novo patrimonialismo com a qual o privado domina direta, aberta e legitimamente o

13 Sobre a conceituação de Antonio Gramsci de cesarismo ou bonapartismo, cf Gramsci, 1981, p.65-68. Atualmente não estamos em um momento semelhante àquele, durante a Revolução Mexicana, no qual Álvaro Obregón empreendeu reformas trabalhistas e deu espaços de poder estatal aos trabalhadores da Confederação Regional de Trabalhadores do México (CROM), organização que ele promoveu, para limitar a força dos sindicatos independentes, impondo condições às diferentes frações da burguesia que queriam controlar o Estado, e aos Batalhões Vermelhos do CROM para combater as tropas da Divisão Norte comandadas por Pancho Villa. Esse equilíbrio de forças construiu Bonapartisticamente em troca da subordinação funcional do CROM, pela qual os trabalhadores logo pagaram mais.

público. Portanto, parcerias público-privadas não são sinônimo de economia mista. Com o pós-neoliberalismo, estamos diante de uma espécie de *Estado neo-oligárquico transnacionalizado de direito*, abertamente orientado para o grande capital (transnacional), mesmo quando financia o social. Mantém o envelope das formas liberais como eleições periódicas e três poderes, mas que são subordinadas ao capital pelo "interesse nacional do desenvolvimento" (que é desnacionalizante) e delimitadas pela juridização da política e da economia.

Em alguns de nossos países, esse Estado compartilha as características do antigo Estado oligárquico, em que a classe que domina economicamente é também a fração *reinante* no Estado – para usar um conceito de Poulantzas – tanto nos partidos representados no parlamento como na alta burocracia. A pergunta que deve ser feita é se, sob a estratégia pós-neoliberal, que tem como eixo o controle da sociedade e da política, o Estado mudaria sua natureza porque a fração reinante vem de outras classes ou grupos sociais. A democratização do regime político ou as mudanças de pessoal no aparato estatal não são suficientes para analisar o balanço de poder, sem ignorar a importância que eles podem ter para modificar o poder do capital.

Estamos também enfrentando uma reconfiguração da dominação em termos de mediações sociais, que existem. Em vários dos nossos países, as mediações tradicionais foram destruídas nas relações políticas de classes, mas outras mediações foram construídas para a governabilidade. Embora sejam muito diferentes das clássicas, se produzem governabilidade, isso significa que não é um "estado falido", como o Estado mexicano tem sido caracterizado falaciosamente. As políticas assistencialistas desempenham um papel de mediação. A legitimação do poder também é feita através da questão da segurança: a insegurança é induzida e explorada para validar o exercício da força pública e privada. Novos inimigos foram construídos, alguns muito difusos, não apenas o chamado terrorismo que também alude às lutas sociais contra a despossessão capitalista, mas também, por exemplo, epidemias. No México, a população do Distrito Federal, a mais crítica e politizada do país, em abril de 2009, voluntariamente se submeteu ao estado de sítio pela AH1N1. A manipulação da insegurança é feita sob os fundamentos de uma nova doutrina de segurança nacional garante dos direitos do capital, agora civil ou democrática.

Que dá novamente as forças armadas um papel protagonista e de liderança na defesa da ordem capitalista, apesar do fato de que nas democracias elas teriam supostamente retornado para seus quartéis.

A “mudança de época” que foi proclamada como caracterização do novo momento latino-americano aludia também a um enfraquecimento imperialista na região. Apesar de estarmos em um momento incomparável na história da América Latina devido ao número de expressões governamentais de maior distância do governo dos Estados Unidos, há também uma necessidade de rever as avaliações que foram feitas nos últimos anos sobre os graus de subordinação ou autonomia em relação ao imperialismo, pensados apenas pela diplomacia. A partir dos reducionismos analíticos sobre o imperialismo, ultimamente concebidos apenas como uma relação de dominação de um Estado sobre outro, perdeu-se de vista o fato de que o imperialismo é essencialmente o domínio molecular do capital financeiro (com isso quero dizer a fusão potencializada de todas as suas formas de reprodução e concentração), que utiliza o poder de seus Estados para sua penetração territorial, para a exportação de capital, mercadorias e tecnologia, para a apropriação das riquezas naturais e da mais-valia. Visto desta maneira, o “neodesenvolvimento” não implica uma diminuição do poder imperialista, mas o contrário. O peso internacional e geopolítico das “economias emergentes” (como o Brasil em nossa região) também tem a ver- embora não somente – com o capital transnacional se expandindo através de associações e fusões que se triangulam a partir desses espaços geográficos e apoios estatais; através do qual muda a sua “bandeira”, o que facilita a negociação política e o uso de prerrogativas multilaterais regionais.

Um Ponto de Chegada

Sustento a tese de que estamos testemunhando um ponto de chegada na estratégia dominante promovida por 20 anos para estabilizar e legitimar a reestruturação capitalista, cujo objetivo foi transformar a América Latina em um espaço vantajoso, seguro e estável para a reprodução do capital; portanto, um espaço para a estabilização do capitalismo, em crises cada vez mais frequentes.

Com exceção de alguns países como o México, a região se destacou por “resistir” melhor ao ataque da crise que eclodiu em 2008. Beneficiou-se do aumento dos preços das matérias-primas e da energia que exporta. Em alguns países com governos progressistas, as maiores mediações políticas e as pressões eleitorais pressionaram esses governos a manter o ritmo dos “gasto social”, o que mitigou os efeitos das crises sobre trabalhadores e consumidores pobres; embora, se constate aumento de renda, a situação não melhorou no saldo da distribuição de riqueza, que continua concentrada¹⁴. O aumento do consumo individual, em quase todos os países, está sobretudo com endividamento. A fim de conter a queda do crescimento, os megaprojetos de infraestrutura e o investimento transnacional nas atividades de exportação extrativista se intensificaram em todos os países. O grande beneficiário desses sucessos conjunturais foi e continua a ser o grande capital transnacional, seja de origem externa ou com “sementes crioulas” (empresas translatinas), com efeitos benéficos para seus parceiros locais e para as frações da classe média periférica. Eles são os sucessos usados como endosso às orientações atuais, mas essas brisas frescas incitam tempestades severas.

A reconfiguração do poder capitalista em nossa região é acompanhada pela gestação de uma nova hegemonia burguesa. Isso é expresso na legitimação do neo-desenvolvimento transnacional, que é como eu prefiro chamá-lo; na legitimação de uma concepção do Estado como suporte material e institucional para esse neo-desenvolvimento transnacional; e na legitimação de uma reestruturação social em nome de um “novo bem-estar”, que não se baseia em direitos coletivos universais, mas na peculiar igualdade de oportunidades que descrevemos. Essas tendências e suas ideias hegemônicas são muito mais visíveis onde governa a direita e em alguns países com governos progressistas, mas pressionam para se impor também onde a esquerda governa. Até que ponto eles conseguiram isso, é uma medida da disputa do projeto.

14 Embora a Venezuela ainda dependa da extração de petróleo, ela não segue a lógica ou a estratégia "pós-neoliberal" nos termos descritos, sendo observadas melhorias na redistribuição da riqueza para maiorias: o Coeficiente de Gini (distribuição de renda) passou de 0,4865 em 1998 para 0,3898 em 2010, segundo o Instituto Nacional de Estatística, colocando a Venezuela como o país com a menor desigualdade na região (exceto Cuba).

Uma manifestação dessa nova hegemonia burguesa é que, no período de maior crítica e interpelação do capitalismo por seus efeitos devastadores sobre a humanidade e o planeta, na América Latina se pensa fundamentalmente do ponto de vista do capital. Em muitos casos, pensa-se do ponto de vista do capital também quando se fala em socialismo. Isso não surpreenderia no século XIX, quando o socialismo era entendido como o próprio movimento do capitalismo com algumas reformas sociais, nem surpreenderia Schumpeter, que esperava que um “socialismo responsável” garantisse o desenvolvimento suave do capital. Mas terá que nos fazer refletir sobre as metamorfoses do chamado pensamento crítico. Em particular, sobre a influência efetiva do “pós-neoliberalismo” na definição de alternativas.

Novas Perguntas

A função do “pós-neoliberalismo” para a estabilização e legitimação da reestruturação (neoliberal) do capitalismo justifica perguntar se faz sentido estabelecer uma diferenciação entre o pós-neoliberalismo e o neoliberalismo, uma vez que seus objetivos são os mesmos. O problema que enfrentamos vai além, assim como a pergunta anterior, devemos nos perguntar se é conceitual e descritivamente apropriado continuar falando sobre o neoliberalismo, ou sob quais precisões. Uma vez que o “neoliberalismo” não constitui uma categoria de análise ou um conceito com eficácia descritiva invariante, e ao longo de seus vários usos, a ofensiva hegemônica dominante foi montada.

Como apontei em um artigo de 2009¹⁵, o pós-neoliberalismo é para o neoliberalismo, como são as “reformas” empreendidas pelo capitalismo para estabilizar suas “revoluções” (contrarrevoluções) ou reestruturações. Faz parte de sua consolidação, mas não é idêntico nos meios e, acima de tudo, em argumentos doutrinários.

A “reforma” estabilizadora pós-neoliberal é feita apelando à *oposição em uma tríade*, o que permite que ela se apresente como o “terceiro progressista”. É uma *revolução passiva* que recolhe discursivamente as demandas dos oponentes

15 Beatriz Stolorowicz, “El debate actual: posliberalismo o anticapitalismo” (2009), em *A contracorriente de la hegemonia conservadora* (2012).

do neoliberalismo, expropria sua linguagem, esvaziando-a de seu conteúdo transformador. O pós-neoliberalismo assume a “crítica do neoliberalismo” para “corrigi-lo”, ao mesmo tempo rejeita o marxismo e apresenta como progressistas elaborações neoconservadoras. O grave é que os argumentos e ações “anti-neoliberais” elaborados pelo neoconservadorismo podem ser confundidos com o discurso e com algumas das práticas historicamente associadas às aspirações emancipatórias, e avançaram na desnaturação de algumas de suas formas organizativas, seus conteúdos e objetivos. Não apenas os neutralizam, mas os transformam em engrenagens da hegemonia dos dominantes.

O neoliberalismo e o pós-neoliberalismo não são sucessivos movimentos pendulares de correção em excesso para recuperar o equilíbrio (como “progresso”), como formulado pela *teoria do pêndulo* elaborada a partir do capitalismo para explicar seu devir. Essa “teoria” esconde o fato de que após cada correção há uma maior concentração e centralização de capital, o que cria contradições e crises. A tarefa incessante da reprodução capitalista é derrubar ou iludir as “barreiras” que o próprio capital impõe. Em certos momentos, ao fazê-lo, produziram reestruturações que qualitativamente modificam toda a reprodução capitalista. Este não é o caso.

Nos *Grundrisse*, Marx apresentou essa ideia, que sintetizei no citado trabalho de 2009, e que reproduzo extensivamente para sustentar meu argumento. Marx considerou o capitalismo como uma “força destrutiva” de tudo o que o limita, portanto “revolucionário”, que derruba todas as barreiras que se apresentam: natureza, territórios, necessidades humanas, leis, costumes. “Pela primeira vez, a natureza se torna puramente um objeto para o homem, em uma coisa puramente útil; deixa de ser reconhecido como um poder para si mesmo; mesmo o reconhecimento teórico de suas leis autônomas aparece apenas como uma artimanha para sujeitá-lo às necessidades humanas, seja como objeto de consumo ou como meio de produção”. E ironicamente ele reafirmou assim: “*Hence the great civilising influence of capital*” (“Eis a grande influência civilizadora do capital”). Mas essas barreiras não são realmente superadas – prossegue – porque, com sua expansão universal, os capitais as reintroduzem, com novas contradições: “A universalidade a que ela [força destrutiva do capitalismo] tende incessantemente encontra obstáculos em sua própria natureza,

que em certa etapa do desenvolvimento do capital será reconhecido como a maior barreira para essa tendência". A tendência à superprodução de crises é inerente à natureza do capital para "pular as barreiras", porque precisa constantemente de "mais-trabalho", "mais-produtividade" e "e mais-consumo". Mas o mais-consumo está em contradição com o mais-trabalho que cria mais-valia: o capitalista vê os outros assalariados como consumidores, mas ele procura reduzir o trabalho necessário dos seu e, com isso, seu fundo de consumo. O capital quebra permanentemente "as proporções" devido à "coerção à qual o capital alheio a submete", isto é, a concorrência. O consumo insuficiente do produto excedente significa que essas forças produtivas são supérfluas. Por isso, a tendência expansiva do capital é um constante "colocar e tirar forças produtivas": a "tendência universal" do capital é colocá-las no lado da oferta (troca livre), e isso é confrontado com a "limitação particular" do consumo insuficiente do produto excedente, que procura extrair forças produtivas, "colocar um freio nas barreiras externas e artificiais, através de costumes, leis, etc." (ou *regulamentos* como é dito atualmente). Mas o capital procura quebrar essas barreiras novamente e recria as forças produtivas supérfluas (desvalorização) e, mais uma vez, tem que enfrentar uma "disciplina que é insuportável, nem mais nem menos que as corporações". Por esta razão, Marx diz: "ao contrário do que dizem os economistas, o capital não é a forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas" (Marx, 1971, pp.362-367 e 402).

Nessas décadas, o capitalismo demonstrou capacidade de derrubar ou escapar de barreiras, o que fez com o pragmatismo e a flexibilidade, combinando práticas que são justificadas a partir de distintos aspectos doutrinários ou teóricos do pensamento burguês. A estratégia pós-neoliberal tem buscado eliminar as barreiras políticas, sociais, institucionais e de "criação do espaço"¹⁶, abrindo caminho para que o capital avance sem obstáculos. Assim, cada êxito "pós-neoliberal" permite um avanço "neoliberal", não é a rigor um "retorno" ao

16 Em um livro também publicado em 2009, que acaba de chegar às minhas mãos, David Harvey analisa a atual dinâmica capitalista abordando também o tema da eliminação ou evasão de "barreiras" e as novas que ele vem colocando na busca de um crescimento médio de 3 por cento, apontando especificamente para as ambientais, de mercado, de lucro, de reconfiguração espacial da geografia da produção. Isso inclui tanto o acesso a matérias-primas e mão-de-obra barata, como novos espaços para o Estado financiar o capital e estabelecer mecanismos institucionais para garantir o fluxo e a acumulação de capital, Cf. Harvey, 2009.

neoliberalismo. Daí a confusão que provoca a simultaneidade de discursos aparentemente opostos.

À primeira questão sobre se faz sentido diferenciar o pós-neoliberalismo do neoliberalismo, é possível responder que, se partirmos da reprodução capitalista (exploração-espoliação-dominação) como unidade de análise, não seria necessário lidar de maneira particular com suas diferenças discursivas ou táticas, que fazem a totalidade complexa da reprodução capitalista. Mas, dada a função do pós-neoliberalismo na *revolução passiva* na América Latina, não podemos ignorar as especificidades que favorecem o reforço da hegemonia dos dominantes. A verdade é que esta primeira questão tem seu próprio reverso: se os objetivos neoliberais são realizados com ações e concepções que formulam críticas ao liberalismo e à teoria neoclássica que é consubstancial a ele, até que ponto é conveniente continuar falando sobre o “neoliberalismo”, pelo menos nos termos com os quais é feito hoje.

O terreno analítico é minado pelas diferentes definições de “neoliberalismo” baseadas em políticas econômicas ou postulados doutrinários. Elas ofuscam a caracterização do neoliberalismo como a contrarrevolução capitalista que visa derrubar como principal barreira o poder relativo alcançado pelo trabalho versus capital e o declínio na taxa de lucro, para o qual teve que demolir também as barreiras do espaço, políticas, institucionais e culturais, a fim de restaurar um poder de classe ilimitado dos capitalistas. Já são quatro décadas de demolição-reestruturação com esse objetivo. E como estamos vendo com o manejo da crise capitalista, por enquanto não se vislumbra uma forma de reprodução capitalista distinta. A maior concentração e centralização de capital que já ocorreu nesses anos de crise colocará de forma potencializada novas barreiras ambientais, energéticas, de matérias-primas, de consumo, de lucro, de produção geográfica do capital etc., como afirma Harvey. Para derrubá-los ou driblá-las, o capital exigirá maior subordinação e dependência da América Latina, gerando maiores contradições sociais e políticas e um previsível conflito crescente. Isso em si mesmo será uma nova barreira para derrubar ou iludir pelo capital. Soluções de força estão na ordem do dia, e aí está a militarização de nossa região, não só pelos Estados Unidos, mas também pelos exércitos nacionais sob uma nova doutrina de segurança nacional civil.

Mas não sabemos de que outras formas as forças do capital procurarão eliminar ou iludir as novas barreiras. O que aconteceu nessas décadas não autoriza subestimar a capacidade da classe dominante de encontrar maneiras de fazê-lo. Isso coloca sérios desafios para detectar tais “inovações” no tempo, a fim de reduzir a distância entre os processos socio-históricos e sua interpretação adequada para aumentar a resistência e o avanço de nossos povos.

As duas últimas décadas devem nos ensinar que a conservação do capitalismo é perseguida com uma diversidade de fontes doutrinárias e teóricas, e que, nesse sentido, não existe um “pensamento único”. Também é útil assimilar que os objetivos capitalistas compartilhados são realizados de diferentes maneiras, o que requer um estudo concreto e permanente da realidade concreta. A pregação ética não é suficiente. Mas para que essas formas sejam inteligíveis como mecanismos de dominação, não se pode perder de vista os processos profundos que as demandam, articulam e modificam; isto é, a unidade de análise deve ser a reprodução capitalista e o anticapitalismo como um horizonte epistêmico e político. Este é o que pode finalmente evitar as limitações contestatórias (em resposta a uma iniciativa dominante permanente), inerentes à falta de um horizonte próprio. Só assim teremos a base da contra-hegemonia, e não apenas uma crônica do que já aconteceu.

Quando se fala em gerar contra-hegemonia, também é necessário repensar seu alcance e conteúdo. Não se trata mais apenas de superar as concepções das elites econômicas, políticas e intelectuais, ou do individualismo em suas diferentes manifestações. A hegemonia dos dominantes é também realizada através da manipulação de formas de organização e práticas populares “anti-liberais”, com formatos semelhantes aos objetivos emancipatórios, mas de conteúdo e objetivos de subordinação. O esforço contra-hegemônico pode produzir rispidezes que não contemplamos há muito tempo.

Assumir que estamos diante de um ponto de chegada bem-sucedido da estratégia dominante complexa e lúcida não é uma opção para o pessimismo, mas uma condição para não desperdiçar as possibilidades de disputa de projetos que foram abertos na região pelas lutas populares.

Referências

CEPAL. *Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago de Chile, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*, volumen 5. México, Ediciones Era, 1981.

HARVEY, David. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. USA: Oxford University Press, 2009.

IGLESIAS, Enrique V. *Reflexiones sobre el desarrollo económico. Hacia un nuevo consenso latinoamericano*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1992.

LECHNER, Norbert. "Estado y Sociedad en una perspectiva democrática" in *Estudios Sociales*, Año VI, número 11, Argentina, 1996 (p.9-21).

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, Volumen I. México: Siglo XXI Editores, 1971.

PERRY, Guillermo y BURKI, Shahid Javed. *La Larga Marcha: una agenda de reformas para la próxima década en América Latina y el Caribe* (1996). Washington, Banco Mundial, 1998.

SELOWSKY, Marcelo. "Stages in the Recovery of Latin America's Growth" in *Finance and Development*, July, 1990.

O "Pós-Neoliberalismo" e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina

Resumo

Hoje causa perplexidade que a direita tenha conquistado apoio entre setores populares e de classe média na América Latina, mesmo em países onde governos de esquerda e centro-esquerda melhoraram sua renda e suas condições de vida. Mas o avanço de ideias e práticas sociais conservadoras não é tão recente, nem surgiu por geração espontânea. Há 10 anos fiz o alerta – como pode ser visto neste artigo agora publicado em português – que a estratégia dos dominantes, implantada desde a década de 1990 para estabilizar a reestruturação capitalista, vinha tendo sucesso na construção de uma nova hegemonia burguesa. A estratégia dominante ganhou legitimidade porque foi apresentada como "anti-neoliberal" ou "pós-neoliberal", após ter imposto uma noção falsificada sobre o "neoliberalismo" e depois de se apropriar do léxico do chamado pensamento crítico. A estratégia estabilizadora teve como um de seus eixos uma profunda reconfiguração da sociedade, apresentando-se como ideias e políticas "progressistas" elaboradas pelo neoconservadorismo desde os anos 1980. Esse "pós-neoliberalismo" elaborado a partir do sistema influenciou governos de esquerda em diferentes graus, mas se tornou o "mainstream" nas ciências sociais na América Latina.

Palavras-chave: Pós-neoliberalismo – Reestruturação capitalista – Reconfiguração do Estado e da sociedade

El "Posneoliberalismo" y la Reconfiguración del Capitalismo en América Latina

Resumen

Hoy produce perplejidad que la derecha haya conquistado apoyos entre sectores populares y de clase media en América Latina, incluso en países donde gobiernos de izquierda y centroizquierda



habían mejorado sus ingresos y condiciones de vida. Pero el avance de las ideas y prácticas sociales conservadoras no son tan recientes ni han surgido por generación espontánea. Hace 10 años hice la advertencia –como se observa en este trabajo que ahora se publica en portugués– de que la estrategia de los dominantes desplegada desde la década de 1990 para estabilizar la reestructuración capitalista estaba mostrando éxitos en construir una nueva hegemonía burguesa. La estrategia dominante ganó legitimidad porque fue presentada como “anti-neoliberal” o “post-neoliberal”, tras haber impuesto una noción falsificada sobre el “neoliberalismo”, y tras apropiarse del léxico del llamado pensamiento crítico. La estrategia estabilizadora tuvo como uno de sus ejes una profunda reconfiguración de la sociedad, presentando como “progresistas” ideas y políticas elaboradas por el neoconservadurismo desde los años 1980. Ese “posneoliberalismo” elaborado desde el sistema influyó en grados distintos sobre los gobiernos de izquierda, pero llegó a ser el “mainstream” en las ciencias sociales en América Latina.

Palabras clave: Posneoliberalismo – Reestructuración capitalista – Reconfiguración Estado y sociedad

“Post-Neoliberalism” and the Reconfiguration of Capitalism in Latin America

Abstract

Today it is perplexing that the right wing has won support among popular and middle class sectors in Latin America, even in countries where left and center-left governments had improved their income and living conditions. But the advance of conservative social ideas and practices are not so recent nor have they arisen by spontaneous generation. 10 years ago I made the warning - as can be seen in this paper that is now published in Portuguese - that the strategy of the dominant, deployed since the 1990s to stabilize capitalist restructuring, was showing success in building a new bourgeois hegemony. The dominant strategy gained legitimacy because it was presented as “anti-neoliberal” or “post-neoliberal”, after having imposed a falsified notion about “neoliberalism”, and after appropriating the lexicon of so-called critical thinking. The stabilizing strategy had as one of its axes a profound reconfiguration of society, presenting as “progressive” ideas and policies elaborated by neo-conservatism since the 1980s. That “post-neoliberalism” elaborated from the system influenced left governments to different degrees, but it became the “mainstream” in the social sciences in Latin America.

Keywords: Post-neoliberalism – Capitalist restructuring – Reconfiguration State and society.

O Estado como Forma e como Limite: contradições das esquerdas na América Latina, em especial na Venezuela e no Brasil

Vladimir Puzone¹

A atual conjuntura nos países da América do Sul é marcada pela queda dos assim chamados governos progressistas e a ascensão de grupos de extrema-direita, como no Brasil e na Bolívia, ou o retorno de grupos políticos dominantes, como no Uruguai. Junte-se a eles as disputas entre a herança do chavismo com Nicolás Maduro na Venezuela e as sucessivas tentativas de golpe, o que configura crises políticas que se arrastam há anos. Entram em cena administrações que enfatizam o mercado como regulador da vida social ou o uso de aparato repressivo para conter protestos.

As causas para essa derrocada ainda estão sendo discutidas. Algumas delas remetem às expectativas dos governos progressistas em torno de uma retomada das perspectivas estatais e das transformações sociais movidas ou agenciadas por ele. A despeito das diferenças entre aqueles governos – uns de tom mais radical, como foram os casos da Venezuela, do Equador e da Bolívia; outros de cariz mais consensual e reformista, casos do Brasil, Argentina e Uruguai –, pode-se dizer que em todos eles o estado foi peça central nas mobilizações. Mesmo em países como a Bolívia e Equador, em que os movimentos indígenas se caracterizam por maior autonomia, as instituições parlamentares e estatais funcionaram como centro de gravidade dos conflitos políticos.

A presença do estado nesses governos esteve relacionada àquilo que se denominou de “pós-neoliberalismo”, pois representaram vitórias eleitorais

¹ Bolsista PNPd/CAPES e pesquisador colaborador pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Contato: vfpuzone@gmail.com

assentadas em uma longa trajetória de protestos e mobilizações contra políticas neoliberais. Desde o *Caracazo* em 1989 até a ascensão do antigo líder sindical Evo Morales à presidência na Bolívia em 2005, as manifestações de trabalhadores e grupos subalternos se voltaram contra as medidas nos anos 1990 que aprofundaram processos de exclusão e aumento da desigualdade social. A partir da eleição de Hugo Chávez em 1998, parecia que as normas do “Consenso de Washington” seriam revertidas em favor das camadas mais empobrecidas das populações dos países da região. No entanto, a sequência dos governos pós-neoliberais passou a ser contestada por parte dos movimentos e organizações populares que estiveram no centro das rebeliões contra a piora nas condições de vida impostas pela implementação neoliberal. Isso foi o ensejo para que discussões em torno da caracterização dos governos “pós-neoliberais” questionasse a validade da expressão e a suposta contraposição deles em relação ao neoliberalismo (Svampa, 2019; Machado e Zibechi, 2016; Stolowicz, 2012; Dilger, Lang e Pereira Filho, 2016; Santos, 2018).

Muitos autores indicaram que esse modelo econômico não foi capaz de modificar os padrões de acumulação do capital na região e, portanto, reverter processos de dependência e subordinação aos centros da economia mundial (Carcanholo, 2015). A expansão do setor primário, estimulada pela demanda chinesa no início dos anos 2000, mostrou não só as fragilidades do modelo de desenvolvimento adotado por muitos dos países sul-americanos. Tão importante quanto o reforço de padrões de acumulação, que já vinha se observando desde as ditaduras militares, especialmente os processos de desindustrialização e especialização rebaixada na divisão do trabalho internacional, a ênfase nas atividades extrativistas acentuava a relação predatória com a natureza característica desde a conquista territorial e o massacre dos povos originários a partir do século XVI (Svampa, 2019; Mantovani, 2014). O modo de vida de comunidades locais é suprimido, em um processo que contribui para uma expansão da pura sobrevivência da força de trabalho e, portanto, recriando condições para a acumulação capitalista (Fontes, 2010, pp. 21-98). Ao mesmo tempo, durante a expansão das atividades primário-exportadoras, diferentes setores capitalistas obtiveram lucros crescentes, integrando parcelas de trabalhadores precarizados aos circuitos da expansão econômica baseada no



extrativismo e na financeirização (Gago, 2018). Para tanto, o estado funcionou como elemento mediador fundamental. Depois de um período de desregulações nas décadas de 1980 e 1990, e que resultou nos levantes mencionados anteriormente, as vitórias das esquerdas sul-americanas significaram um retorno do estado enquanto agente central na modernização capitalista (Stolowicz, 2012, pp. 13-38). Temos aqui outro dos motes caros aos progressistas: a oposição entre mercado e estado, ou ainda, entre neoliberalismo e ação governamental.

Aparentemente, trata-se de uma percepção correta, já que os governos progressistas realizaram uma série de investimentos em obras de infraestrutura e deram apoio estatal a empresas, além, é claro, dos gastos públicos em benefícios sociais. Essa impressão parece ainda mais correta se contrapusermos tais investimentos públicos com as privatizações e desregulações operadas anteriormente. Contudo, a oposição entre estado e mercado opera com uma simplificação, como se o primeiro antagonizasse com o segundo.² No centro dessa confusão estão o estado e as suas tarefas nas sociedades capitalistas periféricas. A contestação à ideia de que o neoliberalismo se opõe à atuação do estado destaca algumas contradições na atual política estatal, especialmente se levarmos em conta que o padrão de acumulação foi cada vez mais aprofundando a reprimarização da economia. Os gastos sociais, por exemplo, foram feitos não pela ampliação de direitos universais (como direito à moradia, transporte, educação e saúde públicas e gratuitas). Diferentemente, os benefícios pagos atrelaram-se à ampliação do crédito às camadas mais empobrecidas dos trabalhadores, o que resultou nas possibilidades de ampliação dos ganhos dos setores financeiros.

O estado pode ser tomado, então, como um dos aspectos centrais da análise sobre os destinos dos governos progressistas, a partir do qual surgem

² De acordo com Cortés (2012, p. 95), a expressão “retorno do estado” é mal formulada, uma vez que ele esteve o tempo todo aí. O que saiu de cena foi sua face ligada ao bem-estar: “está amplamente demonstrado que as políticas neoliberais supuseram um potente exercício do poder estatal”. Por sua vez, Osório (2014, pp. 222-3) mostra que os aspectos mais visíveis do estado, como os gastos públicos e o tamanho do aparato estatal, foram colocados em segundo plano com o neoliberalismo. Contudo, seria preciso prestar atenção para seus aspectos “invisíveis”, isto é, como formas de intervenção social mais restritas com relação às camadas mais empobrecidas das populações da região se apoiaram em formas de gestão estatal. (Todas as traduções de citações em espanhol são de minha responsabilidade).

algumas questões. Por que o estado é visto como o instrumento principal de transformações substantivas na vida dos indivíduos? Quais são as implicações dessa representação para as práticas políticas, tanto em nível institucional como fora dela, especialmente para as possibilidades de organização autônoma dos trabalhadores e subalternos? O presente texto toma essas indagações como ponto de partida. Farei aqui uma conexão sucinta entre o estado como forma política e da sociabilidade burguesa, por um lado, e as limitações dos grupos e partidos de esquerda em países como Venezuela e Brasil, por outro.

Inicialmente, o artigo examina brevemente o estado enquanto forma específica mediante a qual os indivíduos são socializados nessas sociedades e como seus conflitos e antagonismos são contidos no interior dessa forma. Ele não pode ser entendido como instituição isolada dos conflitos sociais e de classe, e nem dos processos de acumulação do capital. Ao contrário, seus traços fundamentais devem ser entendidos em correspondência com as características fundamentais das sociedades capitalistas. Mostrarei na sequência da exposição como as determinações do estado enquanto forma política e de socialização têm de ser analisadas a partir das particularidades históricas das sociedades latino-americanas e, sobretudo, mediante o exame da configuração do capitalismo na região. Esse constitui, a meu ver, um passo necessário para se entender por que o estado aparece muitas vezes como instituição capaz de resolver as desigualdades sociais, ou ao menos reduzi-las substancialmente. Tal expectativa aponta para uma ambivalência fundamental quando se fala do estado nos países latino-americanos. Diante da exclusão e da desigualdade social, ele pode despontar em determinados momentos como meio de ascensão social e melhoria nas condições gerais de vida. Em paralelo, ocorre uma limitação dos horizontes de transformação de trabalhadores e subalternos, que passam a ver no estado a forma última de acomodação e resolução dos conflitos. A maneira como suas vidas são produzidas e reproduzidas continua a ser opaca. Em contrapartida, pelas limitações mesmas da configuração das sociedades burguesas por aqui, o estado também aprofunda os processos de controle dos explorados e dominados de maneira violenta.

Feitas tais observações, passarei à comparação entre esquerdas na Venezuela e no Brasil com o intuito de examinar em que medida as crises

políticas se ligam às suas limitações, especialmente suas organizações e partidos mais bem estruturados, e sua conformação aos horizontes de transformação circunscritos pelo estado. Apesar dessas diferenças, há algumas similitudes quando se observam as crises em ambos os países. Em especial, trata-se de mostrar que a gravitação de seus respectivos movimentos e organizações de trabalhadores e subalternos em torno do estado é um elemento importante para se compreender os golpes e as tentativas de golpe para retirar partidos e grupos de esquerda, além do uso da violência policial e militar. É preciso, então, compreender por que as esquerdas e os movimentos e organizações dos trabalhadores e subalternos se encontram atualmente em posições defensivas e por que isso se relaciona às limitações perante o estado. O artigo também pretende contribuir para uma discussão a respeito das dificuldades tanto das esquerdas brasileiras quanto venezuelanas (e das sul-americanas, em geral) para formular alternativas aos cenários em que crescem antigos e novos reacionarismos.³

Excursão sobre Estado e Forma Social

Dizer que o estado se configura como um modo particular em que as relações de antagonismo próprias às sociedades burguesas se ajustam não significa negar que ele seja utilizado a favor das intenções de determinados grupos. Embora possa ser uma característica do estado, ela não descreve seus traços fundamentais (Heinrich, 2012, p. 202 e ss.). Trata-se de avaliá-lo como uma forma específica, mediante a qual as classes (e outros grupos sociais atravessados por nexos de dominação) relacionam-se umas às outras e reproduzem tais relações. Uma vez que os indivíduos nas sociedades capitalistas tendencialmente devam se constituir enquanto proprietários privados formalmente iguais, o uso direto de força nas relações de dominação solaparia tal

³ Não é intenção deste artigo fazer uma comparação exaustiva entre formas de organização de trabalhadores e subalternos, assim como formas de democracia participativa que existiram nos dois países nas últimas décadas – algo que extrapola em muito as pretensões do presente texto. Na verdade, trata-se mais de um panorama que examina as relações entre alguns traços particulares do desenvolvimento do capitalismo nos dois casos, as maneiras como seus respectivos estados se configuraram em meio àquele desenvolvimento e como grupos e organizações de extração popular pautaram suas ações a partir desse quadro. Para uma comparação entre instituições participativas nos dois países, os textos de Amorim (2015) e Silva (2016) são bastante instrutivos.

igualdade. Conseqüentemente, o estado não pode agir defendendo interesses particulares, mas aparentemente como uma força independente. Não por acaso, o funcionamento das instituições políticas, especialmente das decisões tomadas nas democracias liberais, é expressão daquela igualdade. Se todos os indivíduos são formalmente iguais, mas não podem definir de forma associada como se dará a produção e a reprodução de suas vidas, então a política deve funcionar mediante sufrágio universal e eleger representantes que tomarão decisões em seu lugar. Ao mesmo tempo, o estado deve garantir as condições para a acumulação do capital, que não podem ser estabelecidas pelos capitais individuais – tais como investimentos em infraestrutura necessária à produção e circulação de mercadorias ou a regulação da competição.

Pode-se entender as leis trabalhistas também como essa imposição dos interesses gerais da acumulação capitalista em relação aos interesses e vontades dos capitalistas individuais. Se dependesse destes, a exploração de trabalhadores deveria esgotar ao máximo suas forças, exaurindo-as física e mentalmente e, por conseguinte, solapando as próprias bases da acumulação. Nesse sentido, o estado não é apenas uma forma que garante condições da produção global do capital. Ela também contém em si as possibilidades de acomodar as reivindicações dos explorados e dominados – o que significa dizer que ele não é apenas um aparelho que media relações de exploração e dominação. Essas mesmas relações chocam-se com a resistência de trabalhadores e subalternos e, por vezes, suas demandas e conflitos também encontram expressão nas instituições estatais – ainda que as instituições políticas das sociedades capitalistas contribuam decisivamente para a desorganização dos subalternos, incluindo sua repressão.

Assim, as lutas no interior do estado não são uma mera ilusão, isto é, não se pode limitar a crítica às suas pretensões universais e concebê-las como simples ideologia (Demirovic, 2014). Apesar da crítica, os conflitos entre os indivíduos na sociedade burguesa continuam a assumir a forma do estado. Trata-se, então, de mostrar as razões disso, a partir de uma aproximação entre a teoria do fetichismo e análise da forma estado. Este funciona à revelia das vidas da maioria dos indivíduos e de suas decisões nessa sociedade. Num plano mais profundo, essa forma política de socialização corresponde ao fato de que só podem satisfazer suas necessidades de modo heterônomo, mediante a troca mercantil e porque

parte substantiva dos indivíduos tem de colocar sua força de trabalho à disposição de outros, tendo em vista a ausência dos meios para produzir e reproduzir suas vidas. Dessa maneira, as decisões a respeito dos conflitos entre os diferentes possuidores de mercadorias, que não são iguais entre si na determinação de suas vidas, também deve assumir uma forma igualmente heterônoma. “Na ausência de relações diretas entre os indivíduos, o estado é a esfera de mediação entre as práticas individuais” (Lechner, 2013, p. 340).⁴

Contudo, apesar da forma do estado resultar dos elementos do próprio processo de reprodução do capital, esse processo é constantemente acompanhado de crises e inconsistências (Hirsch, 1990, p. 150 e ss.). A colisão entre as determinações gerais do capital como um todo e os interesses de seus detentores particulares se mostra especialmente nos conflitos internos ao estado e na disputa entre partidos políticos. Isso aponta para a contingência dos processos políticos em cada estado, os quais não podem simplesmente ser deduzidos das determinações gerais do capital, mas só podem ser compreendidas pelos antagonismos específicos a cada formação social. Em resumo, o desenvolvimento do estado e suas formas nacionais depende tanto da conformação dos processos de produção no interior de cada estado-nação quanto da percepção que as classes possuem dessa situação (Thwaites-Rey e Ouviaña, 2012, p. 61).

Levando em conta essas especificidades, é possível questionar: como pensar a questão do estado enquanto garantidor das relações de igualdade

⁴ Assim, as representações em torno do estado não se limitam a um problema de ordem individual, mas a formas de pensamento socialmente válidas e dotadas de objetividade, como Marx (1996, p. 202) havia caracterizado a percepção da economia política em relação à mercadoria e o dinheiro. O estado pode ser analisado de maneira homóloga: parece ser algo dado e evidente, mas é também forma pela qual as relações entre indivíduos e classes se moldam. E as próprias formas permitem que elas sejam tomadas como um dado evidente da realidade. Aqui é preciso pensar numa homologia entre o estado e o exame das outras formas pelas quais a sociabilidades capitalista se expressa e adequa suas contradições. O exemplo da forma salário talvez seja útil para o caso em questão. Ninguém que pensa e luta a favor dos dominados e explorados deveria ser contra aumentos de salário e do nível de renda de trabalhadores, que representam, afinal, possibilidades de melhoria de vida. Apesar disso, o aumento salarial não elimina o fato de que a própria forma salário obscurece as relações de exploração. Somente a superação da necessidade de se vender a força de trabalho para sobreviver é que pode ir além da exploração. Algo semelhante pode ser pensado em relação ao estado. Por um lado, este pode consistir em um meio de mudanças na vida dos trabalhadores e dos subalternos, especialmente em contextos onde sua luta pressione as instituições estatais a reconhecer suas demandas e possibilite aprofundar processos de democratização e maior participação política. Por outro lado, enquanto forma de socialização de indivíduos isolados entre si e que não determinam em conjunto suas condições de vida, o estado deve permanecer como elemento chave dessa sociedade.

jurídica entre proprietários privados em sociedades como as nossas, onde a igualdade formal é colocada em xeque não apenas pelo passado escravista e colonial, mas também porque os proprietários privados não são tratados como iguais? Além disso: é possível entender o estado enquanto forma política e da sociabilidade burguesa diante dos dilemas enfrentados pelo desenvolvimento desse tipo de sociedade, isto é, pensar em estados nacionais em países subordinados à periferia do capitalismo?

Particularidades e Barreiras à Forma do Estado na América Latina

Muitos autores buscaram investigar os traços particulares dos estados da região e como sua configuração correspondia às especificidades da constituição e das transformações dos países. Para Norbert Lechner (2013, p. 340), seria falsa a divergência entre o estudo teórico do estado capitalista como modelo e seu estudo empírico na América Latina como um desvio. O autor chileno afirmou que a relação entre elementos abrangentes e particulares da sociedade capitalista deve ser entendida dentro de uma totalidade e, assim, considerar o desenvolvimento capitalista mundial. Elemento básico de tal investigação consiste na posição particular dos países da região e sua própria formação enquanto espaço de conquista e espoliação durante a expansão capitalista para além da Europa a partir do século XVI.

Como bem colocaram Thwaites-Rey e Ouviaña (2012, p. 162), o conjunto de estados da América Latina possui uma origem em comum, a despeito de seus desenvolvimentos distintos. Desde seu início a região se conformou como um espaço de acumulação dependente no mercado mundial. Mesmo a partir do momento em que se tornaram independentes em relação aos impérios europeus, no século XIX, suas articulações sociais internas continuariam a ser marcadas pela inserção subordinada nos processos globais de acumulação do capital. A debilidade dos processos produtivos seria expressa pela dificuldade das sociedades locais em criar as bases materiais de um interesse geral que se transfiguraria no estado, a exemplo dos países centrais do capitalismo (Lechner, 2013, p. 343). A ausência de vínculos fortes entre classes dominantes locais, que invertiam o excedente apropriado em mercados exteriores, e as classes

subalternas, trabalhando sob condições que rebaixam o valor de sua força de trabalho e sem incorporar o progresso técnico alcançado, implicava que a circulação do capital não se realizasse internamente.

Ao mesmo tempo, o estado teria um papel fundamental nas tentativas de alavancar a expansão do capital. Segundo Osorio (2014, p. 207), essa configuração de acordo com a subordinação externa e o rebaixamento das condições de vida “exige que o Estado do capitalismo dependente opere como uma relação social condensada de enorme relevância”. Assim, ele deve assumir um caráter interventor, configurando o que o autor chama de uma “matriz estadocêntrica” de particular importância na história da região, especialmente a partir do século XX. Não menos importante foram as lutas dos subalternos na imposição de limites tanto à atuação repressiva do estado quanto na regulação do uso da força de trabalho e em melhorias na qualidade de vida, já que boa parte das classes trabalhadoras ficou à margem das relações formais de exploração reguladas pelo estado. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo na região encontrou barreiras colocadas pela inserção inicial de seus países enquanto fornecedores de matérias-primas para a expansão da acumulação de capital na Europa. Esse dado inicial seria reforçado ao longo da história da América Latina e, nos momentos em que as necessidades da reprodução do capital impuseram transformações significativas para as relações entre as classes, o estado seria chamado justamente enquanto forma que ajudaria a reconfigurar as relações de exploração e dominação. Em especial, os estados da região foram chamados a resolver problemas referentes às possibilidades de conformação de um mercado interno de produção e circulação de mercadorias, o que marcou também as relações entre dominantes e dominados. Assim, é possível dizer que a relação entre o estado como forma e as particularidades do desenvolvimento capitalista na região indica uma configuração pendular do estado, entre perspectivas de integração às formas de reconhecimento e amortecimento dos antagonismos capitalistas e aquelas ligadas ao controle violento dessas contradições.

Os textos de René Zavaleta e Alberto Quijano trazem aproximações estimulantes com as considerações a respeito da forma do estado e ajudam a entender porque a busca por construções nacionais ainda é uma pauta que atravessa um conjunto de teorias e movimentos políticos por aqui, e porque o

estado é visto como entidade capaz de incorporar permanentemente indivíduos ao funcionamento normal da acumulação. Por outro lado, em consonância com análises a respeito do desenvolvimento truncado do capitalismo na região, elas destacam como o estado é elemento fundamental nessa construção, justamente pelas bases insuficientes da acumulação.

Em alguns de seus textos sobre o assunto (1989a, 1989b), Zavaleta mostra de forma bastante perspicaz como a constituição do estado (e da própria figura da nação) se liga, especialmente nas experiências europeias, à superação dos particularismos e das localidades. Para que os processos de reprodução e acumulação do capital aconteçam, eles precisam de uma força de trabalho livre, tanto para sua circulação quanto para a venda. Isso corresponderia a um complexo com certo grau de centralização e homogeneização em torno do mercado interno. Indivíduos considerados juridicamente iguais e formalmente livres se submeteriam a essa forma de coletividade que é a nação, configuração mais eficiente para a instalação do modo de produção capitalista segundo Zavaleta. Quanto mais o capital pudesse circular e crescer em um determinado território, tanto mais pujante seria a nacionalização.

Porém, a forma-estado e a nação seriam marcados localmente a ferro e fogo e não a partir dos ideais de igualdade e fraternidade originados na revolução francesa. A partir da conquista dos territórios locais pelos impérios europeus, assistiu-se à violência do processo de formação dos estados locais: “todas as formas de poder institucionalizado que se oponham, obstaculizem ou desacelerem a produção e o mercado do capital, quer dizer, a expansão das novas formas sociais que implicam o capital devem ser confrontadas e, melhor, destruídas” (Quijano 2014a, p. 610). A expropriação dos indivíduos de suas terras e de seus meios de vida, que também havia ocorrido na Europa, foi agravada em um cenário no qual boa parte deles, trazidos à força de outro continente, não poderiam se sentir pertencentes ao território nacional e, portanto, fazer parte de um interesse geral corporificado no estado – a não ser, é claro, pelo uso de mais violência. Aqui, o sociólogo peruano tem em vista o problema da racialização e da eliminação dos povos originários, assim como a migração forçada e a escravização de africanos para cá.

Os ensaios de Quijano ganham particular importância diante do problema, uma vez que mostram como a racialização foi elemento central tanto no plano da produção capitalista quanto na conformação dos modos de dominação e subjetividade modernas. Nos países europeus, a identificação das populações nacionais fomentou-se não apenas conformando-se um tipo racial específico aos territórios, mas também em oposição aos povos colonizados e classificados racialmente. Por lá, as lutas por democratização da sociedade foram, sem dúvida, balizadas pela expansão do mercado e seu impulso de igualar os indivíduos. Mesmo assim, as lutas sociais foram contidas pelo alcance dos processos de nacionalização sob a égide do estado, resultando na constituição de cidadãos. O que ocorreu por aqui foi o contrário:

em sociedades submetidas a um poder imperial de novo cunho, com as populações classificadas colonialmente em 'raças inferiores', distribuídas em formas de trabalho não assalariado, e que, portanto, junto com sua exclusão do mercado e dos contratos, as excluíam de toda forma de individualização e das liberdades consequentes (Quijano, 2014a, p. 613).

Tal exclusão seria fundamental por dois motivos. Primeiro, a constituição dos estados nacionais latino-americanos imitaria os modelos existentes na Europa, já que as formas sociais encontradas por aqui seriam rebaixadas e não conformes à razão eurocêntrica e capitalista – o que ajuda a entender a importação das ideias europeias pelas classes dominantes daqui. Além disso, o estado se converteu em modelo de ação política e resolução dos conflitos para todas as populações. As mesmas instituições das burguesias vitoriosas em suas revoluções clássicas deveriam ser implantadas do outro lado do oceano. Não menos importante é o fato de que o distanciamento em relação a burguesias e grandes proprietários rurais foi fundamental para que os padrões da sociabilidade capitalista desenvolvidos na Europa (e nos Estados Unidos, mais recentemente) fossem vistos como ideais a serem imitados, ignorando as formas das relações sociais dos povos indígenas originários e de africanos escravizados. Mas por conta da própria colonialidade, acrescenta Quijano, é que as esperanças em torno da nacionalização e da igualdade formal entre os indivíduos foram falsificadas. A maior parte dos explorados e dominados passou a ser vista simplesmente como um resquício da barbárie à qual a civilização ocidental deveria se opor e dominar.

A partir desses elementos ressaltados por Zavaleta e Quijano e, com base nas imposições contra as tentativas dos setores populares na região de estabelecer outras formas de organização social e política, é possível afirmar que uma das faces do estado por aqui se revelou por muito tempo como força. Tal condição seria estendida para quase totalidade das classes trabalhadores e grupos subalternos. A ausência ou o enfraquecimento das condições do desenvolvimento da produção e da circulação de mercadorias dentro dos espaços nacionais da América Latina significou, para os subalternos, que a reprodução de sua força de trabalho ficaria aquém dos padrões exteriores. Isso se expressaria na ausência dos significantes em torno da ideia de igualdade entre os indivíduos que caracterizam a forma geral das sociedades burguesas. Seria preciso esperar até o século XX para que seus elementos consensuais aflorassem e, assim, que o estado enquanto corporificação dos interesses gerais e forma de regulação dos antagonismos sociais pudesse se apresentar, ainda que de forma limitadamente.

Se nos períodos coloniais e nas décadas seguintes aos processos de independência a produção de mercadorias tinha como destino mercados externos, o problema da dependência continuaria durante os séculos XX e XXI, a despeito de transformações importantes nos perfis dos países e seus respectivos processos de expansão capitalista. Apesar da perenidade dessas características, houve certamente momentos em que o estado foi chamado a intervir, especialmente quando os processos de acumulação estavam diante de entraves por conta das bases insuficientes de acumulação. Nessas ocasiões, tanto setores das classes dominantes, como burgueses industriais, quanto setores dos subalternos, como trabalhadores urbanos e operários, modificaram o conjunto das relações entre as classes. Com a crise mundial iniciada em 1929, por exemplo, era quase impossível a determinadas formações capitalistas e seus respectivos estados (como nos casos do Brasil, Argentina e México) contar com bases assentadas somente na exportação de produtos primários. Não apenas a produção de mercadorias destinadas ao consumo interno deveria se realizar dentro daqueles países, como também as próprias necessidades dos setores industriais em expansão necessitavam do apoio estatal – diante, por exemplo, da ausência de infraestrutura necessária para a produção e circulação das

mercadorias ou da quantidade de capital necessária a ser invertida no avanço da industrialização.

Neste sentido, o bloco no poder se reacomoda em termos da divisão interna do poder, sob a crescente hegemonia da fração burguesa industrial, tendo no poder estatal sua principal arma para impor seu projeto econômico e societário (Osorio, 2014, p. 212).

Na sequência histórica, o estado permaneceria como elemento aglutinador da dinâmica capitalista na região. Nos populismos de meados do século XX, trabalhadores urbanos sindicalizados viram-se contemplados na melhoria de seus padrões de vida, especialmente pela regulamentação da exploração de sua força de trabalho.⁵ Osorio também observa (2014, p. 213) como as formas e as funções do estado nesse período estavam intimamente associadas às tarefas e alianças envolvidas no projeto de industrialização. Certamente, não se pode esquecer a pressão popular na primeira metade do século XX para sua inserção nos padrões capitalistas de consumo e de participação política (Lechner, 2013, p. 363). Ambos os aspectos se entrelaçariam: a constituição de um grande contingente de trabalhadores industriais e urbanos, resultado das transformações capitalistas da época, pressionou as sociedades locais a incorporá-las nas formas de resolução dos antagonismos – ainda que de forma limitada. Ao mesmo tempo, a organização política de trabalhadores urbanos e industriais se deu sob a égide das instituições estatais, com o atrelamento das burocracias sindicais às decisões políticas. *Grosso modo*, as décadas entre 1930 e 1970 representaram, por um lado, o desenvolvimento da forma estado vinculada ao amortecimento dos conflitos sociais e, por outro lado, apresentou um problema que continuaria nas

⁵ Não custa lembrar que os estratos mais ligados às atividades de subsistência e ao atraso, continuariam a ter sua importância para a expansão capitalista. Como lembra Osório (2014, p. 212), os interesses de grandes latifundiários não foram totalmente opostos com a industrialização nos estados latino-americanos. Ao contrário, esta encontraria “recursos para seu avanço nas rendas provenientes das exportações de matérias-primas e alimentos, ou seja, na manutenção da antiga economia exportadora (mas agora subordinada ao novo projeto econômico), que, apesar de seu declínio, seguia suprindo de recursos monetários duros, de modo que para a própria burguesia industrial era interessante que diminuíssem – mas não fossem destruídas – as bases de sustentação daqueles setores das classes dominantes”. Conjuntamente, aqueles estratos dos trabalhadores serviram para fornecer um largo contingente de força de trabalho barata a atividades urbano-industriais que não exigiam maiores qualificações, ao mesmo tempo em que ajudavam a regular para baixo o valor da força de trabalho dos setores mais diretamente ligados às indústrias. Sobre isso, e especialmente com relação ao caso brasileiro, cf. Oliveira (2003), que mostra em que medida a continuidade da existência de setores precarizados e às margens as relações de trabalho reguladas pelo estado não constituía uma barreira à industrialização.

décadas seguintes – quando a perspectiva de transformações via estado voltou com os governos progressistas.

Não por acaso, a identificação de uma matriz estadocêntrica feita por Osorio pode ser pensada também para a organização política dos trabalhadores. Em particular, a experiência histórica brasileira oferece um prisma significativo para compreendermos a vinculação dos movimentos populares e das esquerdas em outros países da região às perspectivas de transformação via estado. De acordo com Reis Filho (2014), o desenvolvimento da sociedade brasileira em boa parte do século XX pode ser caracterizado por aquilo que o autor chamou de “nacional-estatismo”. Seu marco inicial radicaria na ditadura varguista e influenciou até mesmo as posições do partido comunista brasileiro, redundando nas mobilizações sociais anteriores ao golpe de 1964 – momento em que o PCB esteve aliado ao partido trabalhista brasileiro em favor das reformas de base lideradas por João Goulart. O nacional-estatismo pode ser descrito, então, como um projeto de modernização concentrado na centralização estatal, em um ideário nacionalista, na industrialização e na conciliação de classes. Apesar da derrota do nacional-estatismo popular com a ditadura militar, essa tradição encontraria no Partido dos Trabalhadores um herdeiro – como poderemos constatar na próxima seção.

As organizações populares puderam se desenvolver em meados do século passado uma vez que aceitassem a institucionalização do conflito, ao mesmo tempo em que perdem perspectivas de se organizar de forma autônoma. Elas tendiam a aparecer mais como organizações do povo do que de classe. Esse vínculo concorreu para que o conflito político adquirisse um caráter ainda mais difuso do que em relação à forma básica do estado, já que se expressava por meio por meio de uma divisão entre povo e oligarquia. Embora não seja exclusiva daquele período histórico, a difusão dos antagonismos sociais mostrou em que medida sindicatos e partidos podem tomar o estado por sua aparência. Assim, a existência mesma de suas organizações estava condicionada pelas instituições estatais. Em uma tentativa de particularizar a teoria do estado como forma, Lechner (idem, p. 368) sugeriu que nos países da América Latina a

esfera da mediação social é reduzida à sua ‘encarnação’ (conotação religiosa!) no poder negociador do aparato estatal [...]. Daí que o realismo político veja no

aparato de estado o *locus* do poder, um poder neutro e asséptico, à disposição de quem o comande [...]. A luta social encontra-se, assim, limitada a uma conquista do poder.

Estaríamos diante de uma noção coisificada do poder, que não deixa lugar para a compreensão da natureza do estado. Tal como nas demais formas sociais capitalistas, em que as relações sociais são mediadas por coisas e estas aparecem com vida própria, as reivindicações populares seriam, no dizer de Lechner, confiscadas pelos poderes constituídos. O estado passaria, então, a definir o que deve ou não ser objeto da decisão política.⁶

Apesar da gravitação de organizações operárias e subalternas ao estado em meados do século XX, a pressão popular por reformas que alterassem significativamente suas condições de vida implicou o retorno com força dos traços autoritários. Em resposta àquelas pressões e ao risco de colocar sua subordinação externa em risco, as burguesias de muitos países lançaram mão de golpes militares. Se a ditadura imposta em 1964 no Brasil pode ser analisada como a tentativa de colocar um ponto final nas pretensões do nacional-estatismo (Reis Filho, 2014), o raciocínio pode ser estendido para os países vizinhos. Mesmo que os movimentos dos subalternos estivessem intimamente atrelados à

⁶ Em relação ao Brasil, Carvalho (1996) mostra como o desenvolvimento da cidadania no reverteu-se no que ele chama de “estadania”. O conceito descreveria os vínculos diretos dos indivíduos com o estado, índice das fraquezas do sistema de representação política. Direitos políticos e sociais seriam concedidos de cima para baixo pelo estado, cooptando seletivamente os cidadãos. O alargamento da cidadania pressuporia, portanto, que os indivíduos se relacionassem com o estado mediante partidos políticos e a competição eleitoral. Sem dúvida, as preocupações de Carvalho dialogam com a análise proposta neste trabalho, mas há pontos de divergência importantes. Esse historiador parte de uma separação entre sociedade civil (fraca) e estado (forte). Tal cisão reconhece, sim, o aparto estatal como entidade política distinta das atividades cotidianas de produção e reprodução da vida social, mas ao preço de uma hipóstase. Assim, não se entende como essa separação está baseada nas próprias relações sociais entre indivíduos isolados, que precisam também do estado para se relacionarem enquanto possuidores de mercadorias formalmente iguais. Segundo, ao não se levar em conta esse traço fundamental, perde-se de vista que a cidadania não é a ampliação das possibilidades da sociedade civil em relação ao estado, mas uma forma que regula as relações entre os indivíduos, em especial os detentores da força de trabalho, uma vez que os direitos sociais orientam a possibilidade de sua reprodução em um nível normal. A visão contida nos textos de Carvalho não permite vislumbrar como a cidadania e os processos de representação estão ligados a processos mais gerais da vida sob as formas capitalistas, assim como sua especificidade em países como o Brasil. Por último, pensar em uma perspectiva do problema a partir da representação não significa uma alternativa para além do estado, mas algo que reforça essa forma de mediação entre indivíduos isolados. Aliás, é notável que a perspectiva de Francisco Weffort sobre o populismo também comporte problema semelhante. Ao mostrar que a relação entre estado e massas não se fazia por meio de partidos políticos fortes, mas mediante a identificação com o líder estatal, o autor afirma que, “na ausência de partidos eficientes, o sufrágio tende a transformar a relação política numa relação entre indivíduos” (Weffort, 1978, p. 18).



forma política dominante, a simples ameaça de uma transformação interna substantiva das relações entre as classes era capaz de deixar em pânico as burguesias locais.

Desse breve apanhado sobre as transformações do estado na América Latina, é possível extrair algumas hipóteses, ajudando a entender as contradições da forma política em condições periféricas. Por aqui, os problemas relativos ao estado enquanto forma política de socialização capitalista constituem uma mediação de segunda ordem, uma vez que as limitações dos estados mais avançados são contidas pelas cisões próprias das sociedades latino-americanas. Os autores vistos nesta seção também ajudam a entender porque o estado é tomado como forma evidente e natural de resolução dos antagonismos sociais. Em especial, Quijano (2014b) afirma que o desenvolvimento do estado nacional não se refere apenas a um processo material, mas também intersubjetivo. Afinal, para os habitantes desse espaço impõe-se uma subjetividade que parece inescapável, isto é, a existência sem o estado parece impossível.

Além disso, pode-se dizer que o estado aparece tanto como possibilidade de inserção de trabalhadores quanto de sua repressão. Ou ainda, as especificidades do próprio processo de reprodução capitalista por aqui ajudam a entender porque a forma política pode ao mesmo tempo incorporar limitadamente demandas de baixo e servir como barreira à ampliação de suas perspectivas de transformação, por um lado, e como aparato repressor. Se os governos progressistas de Brasil e Venezuela foram artífices daquela possibilidade, ainda que de maneiras distintas, ambos contribuíram para aquele fechamento das possibilidades de transformação – o que deve ser compreendido pelo avanço e pela dinâmica das relações capitalistas. As transformações no processo de acumulação e as configurações alteradas das classes e suas relações encontraram expressão em uma maior transfiguração dos antagonismos na forma estado a partir dos anos 1990. O estado afigura-se como a instância de mediação e resolução dos conflitos, contribuindo para assentar a separação da vida comum de trabalhadores e subalternos em relação à forma política. No momento em que o pêndulo estatal se volta atualmente para sua face repressora, assistiu-se ao enfraquecimento das possibilidades de ação autônoma dos subalternos, para além das formas sociais capitalistas.

Venezuela e Brasil nas Encruzilhadas do Estado e da Política

Venezuela e Brasil constituem desde o final do século XX e início do XXI exemplos distintos das contradições da forma do estado na América do Sul. Por um lado, a eleição de Hugo Chávez em 1998 e o aprofundamento de processos de participação popular nas decisões governamentais apontava à primeira vista para a renovação das experiências socialistas. A melhoria nas condições de vida das camadas populares caracterizou-se pela tentativa de ampliar mecanismos de participação em decisões que as afetam e cujo ponto de partida foram intensos protestos e formas de organização até certo ponto autônomas em relação à política institucional. Ao mesmo tempo em que o estado venezuelano investia parte dos ganhos com a exportação de petróleo em políticas sociais, instituíram-se formas de participação que iam além das eleições, como no caso das comunas e conselhos comunais. Por outro lado, a experiência dos governos petistas, sobretudo no segundo mandato de Lula (entre 2007 e 2010) e nos três anos iniciais do primeiro mandato de Dilma Rousseff, parecia uma experiência bem-sucedida de inclusão social e crescimento econômico, sem que aparentemente houvesse maiores conflitos sociais. A redução dos níveis de pobreza e a elevação dos salários dos trabalhadores menos qualificados, por exemplo, ocorreram sem que existissem mobilizações amplas e uma participação aprofundada e organizada dos trabalhadores e subalternos. Não se trata de negar as experiências e instituições participativas promovidas pelo estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, e particularmente pelo Partido dos Trabalhadores, senão indicar suas contradições e limitações, especialmente pela diminuta capacidade de influir decisivamente nas políticas de estado. Assim, a menção às formas brasileiras de democracia participativa também ajuda a compreender a questão da conformação ao estado e a limitação dos horizontes de transformação.

À medida em que esses processos distintos ocorreram, as contradições contidas nas relações de exploração e dominação foram aos poucos levando ao limite a conformação dos antagonismos de ambas as sociedades. A morte de Chávez em 2013 e a eleição seguinte de Maduro, acompanhada da persistente crise econômica, abriu espaço para a crise política. No mesmo ano, os protestos contra o aumento das passagens no transporte público, organizados por alas da

esquerda críticas ao modelo de gestão petista, acabaram por assistir à ascensão de pautas anticorrupção e de grupos de extrema-direita, resultando na deposição de Dilma Rousseff. Mesmo com a posterior eleição de Bolsonaro, a crise política parece não ter um desfecho rápido à frente. O que parecia uma trajetória bem-sucedida e caminhos distintos de mudança social terminou por contestar grupos e partidos de esquerda no poder, dando lugar a novas direitas no Brasil e a antigos grupos golpistas na Venezuela, além do uso de medidas violentas por ambos os estados.

Apesar das diferenças entre os governos progressistas dos dois países, suas crises apontam para algumas semelhanças. Quando observados conjuntamente, os esforços por mudanças mais ou menos substantivas na vida dos trabalhadores e grupos subalternos se deram pela centralidade das formas políticas capitalistas e pela gravitação de suas organizações e movimentos ao redor do estado, expandindo certos problemas que vimos na seção anterior – a despeito do grau de autonomia dessas organizações ser diferente nos dois contextos, o que também impactou o nível de radicalidade dos processos de transformação. É preciso, então, procurar entender em que medida a gravitação ao redor do estado como horizonte de transformações se vincula às particularidades do desenvolvimento capitalista em cada país. Além disso, a própria conformação das relações entre as classes também encontra uma expressão específica na forma do estado e como ele aparece enquanto aquele horizonte. Quando se observa o início das manifestações populares que deram origem ao PT e ao chavismo, pode-se dizer que seus limites foram atingidos por aquela conformação, isto é, quando suas possibilidades de transformação mais ou menos radical foram absorvidas pelo estado de diferentes maneiras. Ou seja, essas crises políticas também seriam expressão da exaustão de certas formas de organização dos subalternos e de sua relação contraditória com o estado. O caso venezuelano será abordado primeiro. Na sequência, serão feitas algumas considerações sobre as perspectivas brasileiras nas últimas décadas.

As disputas sociais e políticas na Venezuela estão enraizadas na dependência histórica que a economia local tem em relação ao petróleo. Esse vínculo daria contornos tanto à configuração do estado como centro de gravidade dos conflitos quanto às representações acerca da política e das possibilidades de

transformação da sociedade. Muitos estudos e análises sobre a Venezuela nas últimas décadas partem da ideia de um “estado mágico”, que se apropriaria da renda obtida com a extração e exportação de petróleo e, por conseguinte, permitiria redistribuir esses ganhos ao conjunto da população.⁷ O país poderia finalmente atingir o patamar de desenvolvimento capitalista tão sonhado por países da região, ao mesmo tempo em que se distinguiria dos demais. Parte substancial das classes e atores políticos dos mais diversos matizes se orientaram por essa possibilidade, reificando o estado como o agente que resolveria por si mesmo os problemas nacionais. Ele seria o agente modernizador por excelência, transcendente em relação à nação, ao mesmo tempo em que seu unificador.

Isso tem implicações tanto para a conformação das classes sociais no país quanto para o estado. De início, quando o petróleo é descoberto nas primeiras décadas do século XX ele passa a ser o principal produto de exportação do país, e o estado passou cada vez mais a ser visto como fonte e administrador da riqueza nacional. Assim, os diferentes projetos políticos que caracterizaram a Venezuela se deram em torno da possibilidade de distribuir os frutos daquela abundância. O estado passa a intermediar a receita auferida com o recurso natural e os interesses nacionais a partir da nacionalização da indústria petroleira, em 1975, configurando uma disputa por ele próprio.

Em suma, o negócio petroleiro, o funcionalismo público, as obras de infraestrutura, os programas sociais e os subsídios diretos e indiretos ao consumo constituem uma rede que estende os benefícios da renda petroleira aos diferentes estratos da população, embora em proporção desigual (Santos, 2018, p. 41).

Por sua vez, na medida em que a renda petroleira permitiu subsidiar o consumo de mercadorias importadas, as burguesias do país passaram a ter um padrão de vida desligado dos processos produtivos nacionais e, portanto, muito acima das formas de consumo de trabalhadores. O antigo vínculo das burguesias latino-americanas com o exterior se agudiza, dificultando a formação de frações

⁷ Sem dúvida, o trabalho de Fernando Coronil (2002), *El Estado Mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*, constitui obra-chave a respeito do assunto. Partindo de uma caracterização feita pelo dramaturgo José Ignacio Cabrujas, o livro mostra como o imaginário sobre o estado e a nação na Venezuela foram circunscritos pela ideia eurocêntrica de progresso, a partir das supostas possibilidades infinitas trazidas pelas riquezas naturais pertencentes ao país. A obra de Coronil serviu como ponto de partida de muitos trabalhos de interpretação das dificuldades que o país enfrentaria para superar uma economia voltada essencialmente à produção petrolífera, deixando em segundo plano a diversificação das atividades econômicas e correspondente a uma industrialização incipiente.

industriais e nacionais. Embora a ascensão e consolidação da liderança de Chávez tenha representado uma inflexão importante, tanto com a abertura à participação popular quanto na redistribuição dos ganhos petrolíferos a favor das camadas mais empobrecidas dos trabalhadores, o eixo estado-petróleo-rentismo permaneceu como elemento aglutinador da sociedade venezuelana. Também para as classes trabalhadoras e grupos subalternos, esse baluarte ajudaria a conformar suas expectativas de mudança social e suas formas de organização.

O cenário muda com o *Caracazo*. A partir de então, enraizou-se nas periferias venezuelanas um vasto e profundo ativismo popular (Machado e Zibechi, 2016, p. 5). Uma nova camada de movimentos autônomos e horizontais surgiu, questionando a lógica das burocracias e das representações políticas e sindicais. Embora eles tenham contribuído decisivamente para a vitória eleitoral de Chávez em 1998, a ampliação de processos participativos só teria ocorrido a partir de 2002, com a tentativa frustrada de golpe liderada por empresários. Ao mesmo tempo, foi uma época de estatizações, incentivos a empresários nacionais e estímulo a formas de produção no campo e na cidade. Houve uma série de iniciativas em diversos terrenos com o esforço de aprofundar a organização dos subalternos.

Durante o primeiro governo de Chávez criou-se uma atmosfera de otimismo, particularmente entre os pobres e empobrecidos, mas também entre as classes médias urbanas. As decisões de políticas públicas com perspectiva participativa estimularam a criação de múltiplas instituições, como mesas técnicas de água, comitês de terra, mesas de gás, organizações comunitárias autogestionárias, conselhos locais de participação pública, etc. (López Maya, 2016, p. 166).

Graças a essas iniciativas, a liderança política de Chávez cresceu, ajudando a enfrentar as disputas políticas com os opositores ao nascente projeto bolivariano. Ao mesmo tempo, o preço internacional do barril de petróleo aumenta, o que deu sustento a políticas de redistribuição de renda e apoio às iniciativas de organização popular.

Contudo, aquelas iniciativas encontrariam barreiras nos direcionamentos por cima que o estado deu aos movimentos populares. Além disso, a expansão da acumulação capitalista no início dos anos 2000 seria revertida a partir de 2009, quando os preços do petróleo começam a cair, expressão da crise global do ano anterior. É nesse mesmo ano que o governo Chávez lança as bases para a constituição de um “estado comunal”, com as instituições estatais incentivando a

formação de comunas e conselhos comunais (CC). À época em que o governo bolivariano incentivava e organizava a participação social nos conselhos, um observador e analista da realidade venezuelana os descreveu assim: “a experiência dos CC tem avançado muito na mobilização, na politização, na geração de consciência revolucionária e de participação democrática direta”, constituindo a essência mesma de um novo estado (Seabra, 2012, pp. 176-7). Formados por muitas lideranças negras e femininas, os conselhos partiam de reivindicações imediatas (falta de estrutura urbana e serviços básicos como eletricidade) para se tornarem verdadeiros órgãos de gestão pública conduzidos pelos próprios habitantes das comunidades populares. Vislumbravam-se, então, as “possibilidades futuras de uma efetiva democracia de baixo para cima” (ibidem, p. 182). No entanto, mesmo com a perspectiva de decisões dos próprios trabalhadores e subalternos com relação a aspectos que tocavam suas vidas diretamente, já se percebia naquele momento certas tendências que colocariam em xeque a organização dos movimentos coletivos autônomos. Para isso contribuiria não apenas o papel muitas vezes tutelar do estado e a inexistência de uma economia própria daquelas formas de organização popular (Machado e Zibechi, 2016, p. 69), mas também o próprio andamento da expansão capitalista no país, reforçando as características centrais do estado.

Aos poucos foram se agravando as ligações perigosas entre estado, petróleo e rentismo. Não seria mero acaso que as contradições entre organizações populares e mesmo autogestionárias, por um lado, e o aumento da dependência em relação ao recurso natural e a formação de um setor burguês ligado à redistribuição da renda petrolífera efetuada pelos governos bolivarianos (*boliburguesia*), por outro lado, tenham resultado num paradoxal crescimento do capitalismo na Venezuela. De acordo com Sutherland (2018, p. 148), as estatizações foram negócios lucrativos para as burguesias locais, uma vez que muitas das empresas seriam tecnicamente obsoletas. Além dos indicadores de aumento da participação do setor privado no conjunto da economia, também chama atenção a queda contínua das rendas dos trabalhadores desde 2006. Sutherland é um de vários autores que vão apontar para as limitações das transformações na economia venezuelana (cf. Santos, 2018, p. 59 e ss.; López Maya, 2016; Mantovani, 2014, pp. 157-189). Mesmo que os governos

bolivarianos tenham expandido o gasto social e estatizado empresas, sua política econômica agravou os problemas ligados ao rentismo petrolífero, favorecendo o enriquecimento de setores que lucram com as importações e a expansão de uma “casta” militar-burocrática.⁸

Paulatinamente esses interesses colocariam em xeque as perspectivas de organização autônoma dos subalternos. O funcionamento da acumulação em sua variante venezuelana, agravada pelo fato de que os governos bolivarianos não tenham conseguido se livrar do peso representado pela extração e exportação de petróleo, parece cada vez mais impor o estado como aquela entidade mágica da qual falava Coronil. Mantovani (2014, p. 184) pergunta-se, afinal, “quem nas elites do capitalismo rentista nacional na atualidade permitiria dismantelar seu próprio instrumento de poder a favor de formas de autogestão econômica e política em todo o país – leia-se, o chamado ‘Estado Comunal’”? Além disso, o mesmo analista afirma que a partir de 2007, quando surge a proposta estatal por aquela forma de estado, houve uma crescente desmobilização do movimento popular. Sua institucionalização teria se revertido em burocratização, que se busca compensar tanto com os benefícios da distribuição da renda petrolífera, quanto por uma situação de emergência que vai impedindo trabalhadores e subalternos de fazer críticas ao governo. “A política parece perder cada vez mais suas formas de exercício direto da soberania popular, prevalecendo a lógica eleitoral” (ibidem, p. 185).⁹ A forma política encarnada pelo estado voltaria, então, a se apresentar como solução mágica dos conflitos sociais. A chegada de Maduro à presidência só agravaria tais circunstâncias.

A comparação com o cenário brasileiro requer algumas mudanças na análise a respeito dos nexos entre estado, acumulação do capital e organização dos trabalhadores e subalternos. Diferentemente de seu país vizinho, a dinâmica

⁸ “A aliança entre as elites locais e as empresas transnacionais faz com que as inversões produtivas da renda petrolífera sejam determinadas pelas necessidades do capital estrangeiro, ainda que se vendam à população como projetos de ‘interesse nacional’. Não é casual que historicamente muito poucos fundos tenham se dirigido à agricultura para cimentar as bases de uma soberania alimentar. É o grande capital junto às instituições de financiamento supranacionais quem financia o desenvolvimento e dirige as inversões primordiais à articulação nacional com o mercado mundial capitalista” (Mantovani, 2014, p. 177).

⁹ Machado e Zibechi (2016, p. 70) vão mais além na crítica. Para eles, a institucionalização dos grupos com origem popular faz com que estes passem a fazer parte da cultura rentista. De organizações portadoras de novas relações sociais, terminaram por se subordinar a um mundo velho e conhecido.

capitalista no Brasil não se prendeu à extração quase exclusiva de um recurso natural.¹⁰ De maneira semelhante ao que ocorreu na Argentina e no México, o estado teve um papel central para impulsionar o desenvolvimento capitalista, controlando parte significativa das indústrias de base e criando infraestrutura necessária à produção e circulação de mercadorias. Mesmo nas décadas seguintes à liderança varguista, quando capital industrial estrangeiro aflui para cá e, posteriormente, se desenvolvem capitais bancários e financeiros, o investimento estatal continuou a ter presença constante na expansão capitalista. Tais circunstâncias não deixariam de conformar o perfil das classes trabalhadoras em suas diferentes frações.

Durante a expansão da industrialização, houve um grande processo de migração interna, especialmente da região nordeste para o centro-sul do país, onde cresceriam as plantas industriais e as atividades urbanas. Em meados do século XX, configura-se uma divisão entre os trabalhadores. De um lado, a parcela ligada às atividades industriais consegue garantir condições para reproduzir sua força de trabalho de maneira estável, quando se institui, por exemplo, a carteira de trabalho, salário mínimo, estabilidade no emprego, assistência e previdência social. Do outro lado, uma massa de trabalhadores que permaneceu vinculada a atividades rurais e de subsistência.¹¹ Em sua grande maioria, negros e descendentes de indígenas, que desde a abolição da escravidão se viram jogados à própria sorte, sem meios de produzir e reproduzir suas vidas e sem condições de se comportar como possuidores de mercadorias iguais aos brancos – parafraseando Florestan Fernandes (2008). Aqueles que tentaram a sorte em cidades grandes como Rio de Janeiro ou São Paulo, se viram presos a uma rede de atividades informais e precárias, excluídos do mercado de trabalho urbano-industrial. Ou não eram qualificados para tais atividades, ou serviam

¹⁰ Muito embora as últimas décadas tenham assistido a uma reversão desse processo, com a desindustrialização da economia brasileira e a conversão do país a um dos principais exportadores de recursos naturais como minérios e produtos agropecuários.

¹¹ Vale ressaltar a interação destes trabalhadores com os latifúndios na forma de “meeiros” ou “parceiros”. É comum que no país se juntem trabalhadores rurais que circulam entre o latifúndio e lavouras ligadas à subsistência. Nos momentos de auge das grandes colheitas, eles são aproveitados como força de trabalho barata. Com o declínio ou a crise das monoculturas, aqueles trabalhadores se deslocam para as áreas precarizadas de subsistência. Sobre o assunto, cf. Oliveira (2003).

como exército de reserva que ajudava a regular para baixo o valor do conjunto da força de trabalho (Oliveira, 2003).

A despeito das diferenças entre essas frações, o estado se afigurou como um horizonte de possibilidades de mudança social para ambas. Para os trabalhadores industriais, o estado aparecia como provedor de direitos, especialmente na figura de Getúlio Vargas, ainda que a legislação trabalhista tenha sido fruto de lutas operárias. Para os trabalhadores informais e reduzidos a atividades de subsistência, a imagem do caudilho se apresentaria de maneira ainda mais perversa, como “pai dos pobres”. Ou seja, para aqueles fora das condições formais de emprego e trabalho, as ações do estado reforçavam a perspectiva de que o estado aparecesse como uma entidade acima das classes e, principalmente, como um horizonte a ser alcançado.¹² Afinal, melhor contar com a carteira assinada do que viver de bicos.

Com a instauração da ditadura militar, esse cenário se agravaria. Em parte, ela é uma resposta à ampliação e relativa autonomização das lutas subalternas por melhores condições de vida no início dos anos 1960, quando o modelo da industrialização populista começa a entrar em crise. A chegada dos militares ao controle do estado não apenas aumenta a desigualdade social substancialmente, tornando os trabalhadores empobrecidos mais pobres ainda e aprofundando a superexploração da força de trabalho, mas também excluindo qualquer forma de protesto e organização dos subalternos.

Diante desse cenário, mais especificamente no final da ditadura, quando a repressão estatal já havia controlado e assassinado militantes de esquerda, voltam a aparecer formas de luta organizadas. O PT surge como uma constelação de organizações das esquerdas no final dos anos 1970: movimentos populares que se organizavam nas periferias das grandes cidades e que lutavam por questões como acesso à moradia, transporte e infraestrutura urbana; pastorais operárias; membros dos antigos partidos socialistas e comunistas, perseguidos e exilados pela ditadura militar; trabalhadores sindicalizados de grandes centros urbanos

¹² Não se pode esquecer, mais uma vez, que o estado também se manifesta como pura força, seja para conter as formas de organização e reivindicação dos subalternos desde a escravidão, seja pelo controle policial de sindicatos e partidos. De acordo com Lincoln Secco (2014), esse duplo caráter do estado, provedor e repressor, explicaria a visão dos trabalhadores não organizados. Sem o estado, suas condições de vida tinham poucas garantias. Com ele, trata-se de reprimir qualquer tentativa de organização autônoma, com pautas próprias.

que lutavam contra a estrutura dos sindicatos atrelada à burocracia estatal e também por melhores salários e condições de trabalho. Todas essas organizações lutavam pelo fim do regime militar e confluíram para fundar o PT, partido que se pretendia representante dos trabalhadores e independente em relação à máquina estatal, refratária à participação dos subalternos.

A trajetória do partido pode ser vista, especialmente em seus anos iniciais, como a relação conflituosa com esses movimentos autônomos e as perspectivas de representação política no interior do estado. Aos poucos, o partido vê suas bandeiras serem derrotadas e a perspectiva eleitoral impõe-se.¹³ A campanha por eleições diretas e o aprofundamento da democratização, incluindo formas participativas, é não apenas dispersada, mas passa a ser hegemonizada por setores burgueses, vinculados a partidos tradicionais da política institucional e ligados à ditadura. Não por acaso, a nova constituição aprovada em 1988 contém muitos dispositivos autoritários – ainda que tenham sido aprovados mecanismos de um esboço de estado de bem-estar (Zaverucha, 2010). Na sequência, o PT é derrotado nas eleições presidenciais de 1989, o que se repetiria nos dois pleitos seguintes. A partir de então, o discurso e as práticas do partido se dirigem paulatinamente para um esforço de construção nacional e edificação de um capitalismo inclusivo e cidadão, no qual o estado teria um papel central – tanto

¹³ Trata-se, aqui, de uma generalização da experiência dos governos petistas. Efetivamente, parte importante de suas gestões tentou construir formas de participação popular nas últimas décadas, como nos casos dos Orçamentos Participativos em prefeituras lideradas pelo partido, em cidades como Porto Alegre, Belém e Recife. Posteriormente, no momento em que o PT lidera o governo federal, buscou-se implantar conferências nacionais, cujo esforço consistiria em integrar participação e deliberação, especialmente nas áreas de saúde e assistência social. Por um lado, é possível argumentar que elas se aproximaram de alguma maneira dos poderes executivo e legislativo, influenciando a tomada de decisões públicas. Por outro lado, é possível argumentar também que o alcance dessa participação foi bastante limitado, pois tocou apenas em questões laterais das políticas públicas e foram pouco capazes de alterar substancialmente o tamanho e a fatia dos orçamentos públicos aos quais se dirigiam (Fontes, 2010, p. 281). Para Dagnino (2004, p. 205), a abertura de espaços de participação nas discussões e formulações de políticas públicas restringiu aqueles mecanismos a simples executores de políticas públicas, sem que o poder de decisão quanto a essas políticas fosse compartilhado. Seria possível sugerir que essas formas limitadas de democracia participativa no Brasil ilustram a capacidade de nosso estado em conformar e absorver os antagonismos sociais, utilizando para os fins da reprodução do capital as estratégias de sobrevivência e reivindicações dos trabalhadores e subalternos. Mesmo um autor entusiasta das formas de democracia participativa no Brasil como Avritzer (2012, p. 138) toma o cuidado de dizer que, apesar de um algum elemento de efetividade, haveria muitas lacunas. Com relação às conferências nacionais, diz outro autor (Silva, 2016, p. 666), “surgiriam vários problemas potenciais, tais como: a dificuldade do cidadão comum, não militante de alguma organização social, em se fazer ouvir nas IPs [Instituições Participativas] brasileiras; a forma de escolha desses representantes da sociedade civil e da administração federal, em boa medida, por nomeação”, entre outros aspectos.

para retomar as perspectivas de desenvolvimento econômico quanto para incluir os trabalhadores marginalizados no mercado interno. No meio do caminho, porém, a reestruturação neoliberal avançava a passos largos.

Se durante o período da industrialização a incorporação dos subalternos às condições formalizadas de exploração e dominação encontravam barreiras na própria configuração do processo de acumulação, isso se agravaria a partir dos anos 1990. Com a desindustrialização e a conversão da economia brasileira em plataforma de atração de investimentos financeiros internacionais, concomitante à sua reprimarização, os índices de desigualdade e de informalidade aumentaram nessa mesma década (Paulani, 2008; Prado, 2017). Por conseguinte, também se gerou um mal-estar dos trabalhadores com as condições de vida, o que foi peça fundamental na eleição de Lula em 2002. No entanto, diferentemente do que ocorreu na Venezuela, não houve uma ascensão de formas autônomas de organização popular.

Contribuiu para esse cenário tanto a “confluência perversa” de movimentos sociais em direção às formas estatais de gestão (Dagnino, 2004) quanto a ênfase do PT nas plataformas eleitorais. Por um lado, movimentos sociais em torno de moradia, saúde e educação foram aos poucos sendo incorporados à lógica da administração das populações – algo do qual o próprio partido foi artífice, com seu “modo petista de governar”. As práticas de organização daqueles movimentos passam a ser utilizadas pelo estado como práticas de gestão, ao preço da perda de sua autonomia e da possibilidade de conduzir as vidas dos trabalhadores para além das relações mercantis e de assalariamento. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores deixa de ser polo aglutinador das lutas sociais para se concentrar na eleição de sua principal liderança, Lula. O preço que se pagou foi alto: quanto mais as lutas políticas foram vinculadas à imagem do líder, menos elas pareciam ter como protagonistas os trabalhadores e subalternos. As eleições passam cada vez mais a ser o único momento de mobilização popular.

Mas o neoliberalismo também contribuiria para reconfigurar o perfil das classes trabalhadoras, o que correspondeu ao estreitamento de suas formas de organização. Traços como a reestruturação produtiva, a precarização do emprego da força de trabalho e o aumento de formas de vigilância sobre o processo de



trabalho feitas pelos próprios trabalhadores redundaram no afastamento dos subalternos em relação a movimentos sociais e partidos. A “confluência perversa” não se restringiu apenas à relação entre movimentos sociais e estado. É possível dizer que ela ocorreu também nos nexos entre a ideologia e as práticas neoliberais, por um lado, e os trabalhadores e suas formas de organização, por outro. As eleições enquanto momento de mobilização reforçaram a visão de que o estado é o único horizonte possível das transformações na vida dos indivíduos, retirando sua própria capacidade em tomar essas decisões. A escolha de lideranças capazes de conduzir a melhoria na vida dos indivíduos se coaduna também com o individualismo e a competição entre os trabalhadores, exacerbadas na atualidade pela perenidade do empreendedorismo e pelos efeitos da “uberização” do trabalho.

Durante sua administração, os governos do PT se pautaram pela possibilidade de remediar os problemas relativos à desigualdade social mediante políticas de financeirização e não de ampliação de mecanismos universais de cidadania (Lavinias, 2017). No lugar das lutas por educação e saúde públicas de qualidade, além da expansão dos equipamentos e da infraestrutura pública, deu-se preferência à distribuição de dinheiro, atrelando-se a ampliação dos benefícios sociais à expansão de negócios privados e à de seu capital – como fica evidente nos casos dos programas de financiamento estudantil e de moradia popular. Ao mesmo tempo em que redistribuía uma parte os lucros vindos com a exportação de produtos primários, o estado servia de alavanca para a reapropriação da renda de trabalhadores. Esse cenário parecia não sofrer maiores contestações durante o auge das exportações de *commodities*, quando a acumulação de capital afluía para o Brasil. Contudo, no momento em que eclode a crise de 2008 e o país é arrastado nos anos seguintes pela queda no preço dos produtos primários, impuseram-se medidas de austeridade que pioraram significativamente as condições de vida dos explorados e dominados.

No que se refere ao PT como forma de organização dos trabalhadores, ele mesmo investiu na aparência do estado como modulador dos conflitos sociais, minando as possíveis bases para movimentos por fora das instituições políticas. Não seria mero acaso que, no momento em que sofreu sua derrota mais dura com o *impeachment* de Dilma, houvesse poucas respostas por parte dos trabalhadores.

Parecia não restar mais nada ao partido do que se aferrar às soluções institucionais e jurídicas, abrindo espaço para o controle da crise política que se inicia para as forças tradicionais e burguesas (Mascaro, 2018, p. 35). Mas a política enquanto forma de resolução e amortecimento dos conflitos sociais também se encontrava esgarçada. Para uma parcela da população brasileira, incluindo trabalhadores e subalternos, a política institucional e sua face visível, o PT, eram as culpadas pela crise econômica. O ressentimento criado por anos de individualização e competição neoliberal teve como desfecho a ascensão de um político que só na aparência estava fora da política institucional. Aproveitando-se da desorganização dos setores populares, Jair Bolsonaro se elegeu prometendo trazer ordem à nação, utilizando-se para isso da mão forte do estado.

Considerações Finais: o estado como horizonte da ordem

Este texto não tinha como objetivo a proposição direta de alternativas em termos de política organizativa dos trabalhadores e subalternos. Só é possível fazer essa reflexão a partir de novas formas de organização dos subalternos encontradas ou reinventadas por eles mesmos. O que se propõe aqui é um ponto de partida para a discussão das limitações dessas organizações quando se tem em vista sua relação ao estado, ou seja, a capacidade deste de transfigurar os conflitos e antagonismos sociais ao mesmo tempo em que pode, em determinados momentos, incorporar parte das demandas daqueles grupos. Daí que a crítica aqui proposta tenha partido de um exame da forma-estado em geral e aproximado o problema às particularidades do capitalismo nos países da região. Procurou-se mostrar como em períodos históricos distintos o estado funcionou como pura força, excluindo sujeitos da forma de mediação dos conflitos, assim como em outros por meio da incorporação de subalternos, ao preço de limitar o horizonte de transformações. Essa limitação redundou, no limite, na impossibilidade de que as antigas formas de organização dos subalternos continuassem, seja pela repressão estatal, seja pela adesão a práticas e ideologias que mantêm sua subordinação. Ou ainda, a gravitação em torno do estado e as limitações do horizonte de transformações correspondeu à imposição de formas sociais que impedia um horizonte anticapitalista.

Nos dois cenários discutidos brevemente, a ordem do estado e da nação se afirma mais uma vez como possível resolução dos impasses das crises políticas. Não deixa de ser curioso que o contexto brasileiro se aproxime do caos do qual o país vizinho foi costumeiramente acusado tanto por políticos profissionais quanto pela grande imprensa brasileira. Evidentemente, tratam-se de situações distintas, mas que tem na tentativa de unificar os conflitos sociais pela força um elemento em comum. Uma das diferenças é que no Brasil um apologista da ditadura e da tortura chegou ao poder. De maneira bastante distinta em relação a seus vizinhos do Cone Sul, que bem ou mal tentam acertar contas com o passado de violência estatal sistemática e assassinatos de opositores, a realidade brasileira insiste em recalcar o trauma da ditadura. De maneira inconsciente, as memórias das violências antigas, sobretudo da escravidão e do período colonial, retornam no cotidiano e se exacerbam com a crise agonizante. Mais do que isso, pode-se dizer que o projeto de modernização capitalista da ditadura correspondeu à nacionalização nos termos colocados por Zavaleta e Quijano. Aqueles que não concordam com uma lógica excludente, que pela própria dinâmica das relações capitalistas classifica indivíduos em cidadãos e não cidadãos, devem sofrer as consequências da imposição das formas da sociabilidade burguesa. Assim, o pacto com a ordem por parte das esquerdas organizadas, que tentaram colocar o problema da nação e do estado como uma forma neutra, passível de apropriação pelos subalternos, mostrou que essa proposta não tem lugar no Brasil e em países como os da América Latina. Talvez não seja mero acaso o discurso de Bolsonaro segundo o qual a ditadura não terminou seu serviço. Tampouco é casual que as esquerdas e as organizações dos trabalhadores e subalternos não encontrem uma saída com os meios que se usaram no Brasil nas últimas décadas. A ênfase nos mecanismos tradicionais de resolução dos conflitos sociais, centrados nos parlamentos e nos judiciários, parece não ter atentado para o fato de que a forma política se esgotou no Brasil contemporâneo. Isso foi algo que a extrema-direita soube captar, ainda que de forma invertida, uma vez que a proposta pela resolução da crise política se faz por uma defesa intransigente da ordem e subordina os subalternos mais violentamente ainda.

A percepção de analistas a respeito da atual situação venezuelana também guarda alguma semelhança com a brasileira no quis respeito às limitações das

ações da esquerda no poder. Distante das possibilidades de uma democracia participativa e da organização horizontal de trabalhadores e subalternos, o governo de Nicolás Maduro se aferra cada vez mais a uma defesa do estado nacional, redundando muitas vezes no uso de força policial – não apenas contra as forças de direita, mas também contra antigos apoiadores de extração popular e movimentos que lutam para manter as perspectivas de transformação radical. De maneira parecida com o caso brasileiro, a Venezuela convive hoje em dia, diante do agravamento da crise econômica e sucessivas crises políticas, não apenas com o recrudescimento do regime atual, mas também com as tentativas de golpe pelas direitas – até agora frustradas. O que se apresentava como um sonho de mudança radical vinda de baixo se realizou como a tentativa a todo custo de defender a nação e o estado, esgotando as possibilidades de uma política subalterna que viesse por fora das instituições políticas.

As ações do governo sugerem que a prioridade é sua permanência no poder, acima de qualquer objetivo, com o propósito de evitar o retorno da direita. No entanto, esse governo, autodenominado de esquerda e revolucionário, demonstra uma combinação explosiva de inaptidão, corrupção e autoritarismo crescente, e, longe de conter a direita, está lhe preparando o terreno. Passo a passo, foram desmoronando todas as ilusões de um mundo possível que predominaram no imaginário popular venezuelano nos primeiros anos do processo bolivariano liderado por Hugo Chávez. Hoje, vem se instaurando na população o dogma neoliberal, segundo o qual o poder público é necessariamente ineficiente e corrupto (Lander, 2018b, p. 240).

Esperemos que a resolução para as crises políticas, que não dependem de arranjos e acomodações entre dominantes e dominados, mas do fim dessa relação mesma, possa retornar ao horizonte.

Bibliografia

AMORIM, Alessandro Michael Cunha. “Democracia, governos de esquerda e participação política na América Latina: um olhar sobre a experiência brasileira e venezuelana”. Paper apresentado no *39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (2015).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Neoliberalismo y dependencia contemporânea. La actual lucha de clases por la transformación social”. In: VILLAGRA, Luis Rojas (cord.), *Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas*. Asunción: CLACSO, 2015, p. 263-82.

CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos". *Estudos Históricos*, n. 18, 1996, pp. 337-359.

CORONIL, Fernando. *El Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad/Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela, 2002.

CORTÉS, Martín. "El Leviatán criollo. Elementos para una análisis de la especificidad del Estado em América Latina". In: THWAITES-REY, Mabel (org.), *El Estado en América Latina. Continuidades y rupturas*. Buenos Aires/Santiago: Clacso/Editorial ARCIS, 2012, pp. 93-116.

DAGNINO, Evelina. "Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva". In: GRIMSON, Alejandro (Org.), *La cultura em las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, pp. 195-216.

DEMIROVIC, Alex. "Para que fim e de que forma criticar o estado?". *Direito e Práxis*, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 342-65.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Autonomia Literária/Elefante, 2016.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes. O legado da "raça branca". Volume 1*. São Paulo: Globo, 2008.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal. Economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

HEINRICH, Michael. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012.

HIRSCH, Joachim. "O problema da dedução da forma e da função do estado burguês". In: REICHEL, Helmut; HENNIG, Eike; SCHÄFER, Gert; HIRSCH, Joachim, *A teoria do Estado. Materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, pp. 143-58.

LANDER, Edgardo. "El estado mágico sigue ahí. Las continuidades y rupturas en la historia del petroestado venezolano". *Nueva Sociedad*, 274, pp. 30-43, 2018a.

_____. "Notas sobre a implosão rentista Venezuela". In: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (org.), *O eclipse do progressismo. A esquerda latino-americana em debate*. São Paulo: Elefante, 2018b, pp. 233-40.

LAVINAS, Lena. *The takeover of social policy by financialization. The Brazilian Paradox*.

New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LECHNER, Norbert. "La crisis del Estado em América Latina". In: *Obras I. Estado y derecho*. México D.F.: FLACSO/Fondo de Cultura Econômica, 2013, pp. 331-431.

LÓPEZ MAYA, Margarita. "La crisis del chavismo em Venezuela actual". *Estudios Latinoamericanos*, Nueva Época, 38, Julio-Diciembre, 2016, pp. 159-185.

MACHADO, Decio e ZIBECCHI, Raul. *Cambiar el mundo desde arriba. Los limites del progressismo*. La Paz: CEDLA, 2016.

MANTOVANI, Emiliano Terán. *El fantasma de la Gran Venezuela. Un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-estado em la Revolución Bolivariana*. Caracas: CELARG, 2014.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política. Tomo I, Vol. 1*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery. Servidão financeira e estado de emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PRADO, Eleutério. "Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil". *Revista de Economia Política*, vol. 37, nº 3 (148), pp. 478-503, julho-setembro 2017.

QUIJANO, Aníbal. "Estado-nación, ciudadanía y democracia. Cuestiones abiertas". In: *Cuestiones y horizontes. De la dependencia histórico-estructural a colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014a, pp. 605-24.

_____. "La razón del Estado". In: *Cuestiones y horizontes. De la dependencia histórico-estructural a colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014b, pp. 743-56.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista". In: *A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 11-29.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana*. São Paulo: Elefante, 2018.



SECCO, Lincoln. "A hegemonia tardia". In: Pinheiro, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, pp. 231-147.

SEABRA, Raphael Lana. A primeira revolução no século XXI? Bolívarianismo e socialismo na Venezuela. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 237 p., 2012.

SILVA, Fabrício Pereira. "Padrões de Participação em Governos de Esquerda na América Latina: Brasil e Venezuela em Perspectiva Comparada". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, n. 3, 2016, pp. 651-681.

STOLOWICZ, Beatriz. *A contracorriente de la hegemonia conservadora*. México D.F.: Editorial Ítaca, 2012.

SUTHERLAND, Manuel. "La ruina de Venezuela no se debe al 'socialismo' ni a la 'revolución'". *Nueva Sociedad*, 274, marzo-abril 2018, pp. 142-51.

SVAMPA, Maristela. *Las fronteras del neoextractivismo em América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências*. Costa Rica: Editorial UCR, 2019.

THWAITES-REY, Mabel (org.). *El Estado en América Latina. Continuidades y rupturas*. Buenos Aires/Santiago: Clacso/Editorial ARCIS, 2012.

THWAITES-REY, Mabel e OUVIÑA, Hernán. "La estatalidad latino-americana revisitada. Reflexiones e hipótesis alrededor del problema del poder político y de las transiciones". In: THWAITES-REY, Mabel (org.). *El Estado en América Latina. Continuidades y rupturas*. Buenos Aires/Santiago: Clacso/Editorial ARCIS, 2012, pp. 51-92.

ZAVALETA, René. "Notas sobre la cuestión nacional em América Latina" In: *El Estado em América Latina*. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1989a, pp. 43-60.

_____. "El Estado em América Latina". In: *El Estado em América Latina*. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1989b, pp. 161-203.

ZAVERUCHA, Jorge. "Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição de 1988". In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (org.), *O que resta da Ditadura?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, pp. 41-77.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

O Estado como Forma e como Limite: contradições das esquerdas na América Latina, em especial na Venezuela e no Brasil

Resumo

Este texto tem por objetivo fazer algumas reflexões sobre a gravitação de partidos e movimentos populares e de trabalhadores em relação ao estado em países da América do Sul nas últimas duas

décadas e entender as circunstâncias que levaram às crises políticas que se seguiram, especialmente no Brasil e na Venezuela. A gravitação daquelas organizações é entendida a partir de uma teoria do estado capitalista que o analisa enquanto forma que contém os conflitos e antagonismos sociais, além da sua especificidade nos países da região. Parte-se de uma breve resenha sobre os governos progressistas da América do Sul para em seguida mostrar as particularidades da forma estado na região e problematizar em que medida os governos e os movimentos e organizações populares venezuelanos e brasileiros tiveram seus horizontes de transformação conformados pela atividade estatal. O texto sugere, então, que a crise política e a ascensão (ou o retorno) de grupos de direita e extrema-direita no Brasil e na Venezuela podem ser pensadas em conexão com a questão da conformação dos horizontes de transformação.

Palavras-chave: crise política; governos progressistas; estado; forma política.

Estado como Forma y Limite: contradicciones de las izquierdas latino-americanas, especialmente en Venezuela y Brasil

Resumen

Este texto tiene como objetivo hacer algunas reflexiones sobre la gravitación de los partidos y movimientos populares y obreros en relación al Estado en los países de América del Sur en las últimas dos décadas y comprender las circunstancias que llevaron a las crisis políticas que siguieron, especialmente en Brasil y en Venezuela. La gravitación de esas organizaciones se entiende a partir de una teoría del Estado capitalista que lo analiza como una forma que contiene conflictos y antagonismos sociales, además de su especificidad en los países de la región. Se inicia con un breve repaso sobre los gobiernos progresistas de América del Sur para luego mostrar las particularidades del Estado en la región y discutir hasta qué punto los gobiernos y organizaciones y movimientos populares venezolanos y brasileños han conformado sus horizontes de transformación por la actividad estatal. El texto sugiere, entonces, que la crisis política y el surgimiento (o retorno) de los grupos de derecha y extrema derecha en Brasil y Venezuela pueden pensarse en conexión con la cuestión de la conformación los horizontes de la transformación.

Palabras clave: crisis política; gobiernos progressistas; estado; forma política.

The State as Form and Limit: contradictions of the Latin American Left, especially Venezuela and Brazil

Abstract

This text assesses the gravitation from popular and workers' movements by the state in South American countries in the last two decades, especially in Brazil and Venezuela. It understands that gravitation from a capitalist state theory which analyses the state as a form that contains social conflicts and antagonisms. The essay starts with a short review of the so-called progressive governments in South America and then shows the particularities of the state in those countries. Later, popular and workers' movements from Venezuela and Brazil are evaluated according to the limitations in their emancipatory horizon conformed by the state. Finally, it suggests that the political crisis and the return of right-wing/ extreme right groups in Brazil and Venezuela could be thought in connection with the limitation of the emancipatory horizon.

Keywords: political crisis; progressive governments; state; political form.



Caminhos da Reprodução da Colonialidade: experiência desenvolvimentista e reação conservadora sob a tensão colonialidade/decolonialidade

Rogério de Souza Medeiros¹
Bruno Ferreira Freire Andrade Lira²

Considerações Iniciais

A presente reflexão é fruto de uma longa pesquisa crítica de revisão bibliográfica³, onde tratamos de refletir a temática do desenvolvimento a partir da tensão colonialidade/decolonialidade. Esse tensionamento é circunscrito, por um lado, de uma dominação financeira e neoliberal e, por outro, de saberes e práticas de (r)existência ante ao capitalismo. A análise da tese centrou-se em verificar como o modelo desenvolvimentista brasileiro, durante os governos petistas, em especial o segundo governo Lula (2006-2010) e o primeiro Dilma (2011-2014), promoveu crescimento econômico com inclusão social, produzindo um processo de medianização precarizada. Aqui, denominamos este período de segunda experiência desenvolvimentista brasileira. Segundo Cepêda (2012), entre os anos de 1930 a 80 ocorreu a primeira experiência desenvolvimentista brasileira, denominada de nacional-desenvolvimentismo, extremamente heterogêneo, especialmente pela presença de um autoritarismo que se renova de tempos em tempos. Baseado na reflexão da autora temos a seguinte definição sobre desenvolvimentismo: “(...) de maneira geral, pode-se definir

1 Doutor em Sociologia pela Boston University (E.U.A.). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rogerio.medeiros@academico.ufpb.br

2 Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFPB. Professor Temporário da Universidade Regional do Cariri na Unidade Descentralizada de Iguatu. E-mail: bffalira@gmail.com

3 Desenvolvida como parte do processo de elaboração de tese de doutoramento, defendida em julho de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

desenvolvimentismo como um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social” (CEPÊDA, 2012, p. 79).

Assim, identificamos que a segunda experiência desenvolvimentista promoveu uma medianização precarizada que possibilitou uma mobilidade social limitada das faixas de renda E e D para a chamada faixa de renda C, denominada por alguns, no final da primeira década do século XXI, de *nova classe média ou classe C*. Demonstramos que a classe média real permanece como estrato pertencente aos grupos dominantes e essa classe C se caracteriza por ocupações, consumo de serviços e bens precários. O artigo, então, apresenta o resultado da pesquisa de doutorado, o processo de medianização precarizada, e trata de refletir como este fato pode se relacionar com a escalada recente de reações conservadoras e de extrema direita no seio da sociedade brasileira.

O texto divide-se em sete momentos: no primeiro, tratamos de entender como o neoliberalismo e a dominação financeira se consolidam no imaginário hegemônico do desenvolvimento; no segundo, recorremos ao pensamento crítico latino-americano e caribenho decolonial e como este delinea a tensão colonialidade/decolonialidade como ferramenta analítica para a compreensão da realidade; no terceiro, estabelecemos os marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimentismo; no quarto momento, de forma breve, identificamos os elementos mais centrais que caracterizam a segunda experiência desenvolvimentista brasileira; no quinto momento, verificamos como ocorre o processo de medianização precarizada; no sexto momento, analisamos a medianização à luz dos marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento; concluímos refletindo sobre a relação entre a medianização e a emergência de forças sociais conservadoras e de extrema direita no Brasil.

A Formação de um Imaginário Financeiro Global

É importante situarmos que é na emergência de uma economia global, representada pela esfera do mercado, que ocorre a formação de um novo *ethos* capitalista, baseado no aspecto da financeirização (BOLTANSKI; CHIAPELLO,

2009). A crise do keynesianismo/*welfare state*, localizada na América do Norte e na Europa Ocidental em meados dos anos de 1970, abriu espaço no cenário internacional para que outras perspectivas e modelos emergissem e se fortalecessem. A matriz econômica heterodoxa, de base histórica institucionalista, vai perdendo espaço para o ortodoxismo econômico, centrado na calculabilidade e na racionalidade técnica instrumentalizada pelo uso de modelos matemáticos (POLANYI, 2000).

A ideologia neoliberal surge na metade do séc. XX, fazendo críticas profundas aos ideais keynesianos/sociais-democratas. Destaque para dois importantes centros de estudo, o *Mont Pelerin Society* e a Escola de Chicago, liderados por Hayek (2010) e Friedman (1985), o liberalismo de outrora ganha novos contornos, dando origem a novas estratégias geopolíticas, fazendo-o coadunar com o processo de globalização socioeconômica. A desregulamentação da economia nacional, a retração do Estado em setores antes tidos como prioritários – incluindo a redução dos sistemas públicos de proteção social –, a adoção de rígidos mecanismos de controle orçamentário, ampliação de privatizações e o enxugamento da máquina pública (HARVEY, 2011) fizeram parte⁴ de amplos processos que possibilitaram a consolidação de uma economia global (SASSEN, 2010). Esse conjunto de medidas, denominado de neoliberalismo, conheceu a sua primeira experiência prática na ditadura civil-militar chilena do General Augusto Pinochet (1973-1990), em uma experiência conduzida com forte participação de economistas formados em Chicago⁵.

O discurso neoliberal vai, a partir dos governos Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, ganhar projeção mundial como um modelo de crescimento econômico esvaziado, estimulador do livre-mercado e do consumo de massa. As instituições financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) – são essenciais para a concretização das medidas estabelecidas pelo neoliberalismo, principalmente na

4 Tais medidas se circunscrevem no chamado receituário neoliberal, cuja implementação ainda ocorre na atualidade (HARVEY, 2011).

5 Estes economistas ficaram conhecidos como Chicago Boys (HARVEY, 2011)

periferia do globo⁶. O Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 2003) exemplifica tal cenário, em que países latino-americanos e caribenhos negociaram suas dívidas externas em troca do comprometimento de implementar as políticas neoliberais.

O neoliberalismo, portanto, através da ortodoxia econômica e de políticas não-intervencionistas, propicia o avanço da financeirização do capitalismo. Nesse sentido, podemos considerar a emergência de uma dominação financeira que trata de modificar as relações de poder dentro da esfera do mercado global. O surgimento, nas décadas de 1960/70, de grandes conglomerados e de empresas transnacionais promoveu a desvinculação destas com o Estado planejador (HARVEY, 2011). Diante da expansão empresarial e da desregulamentação das economias nacionais, a esfera financeira, baseada em “escolhas racionais” e no “puro” conhecimento econômico, passou a ditar as regras do sistema capitalista (STEINER, 2006). Concordamos com Boltanski e Chiapello (2009) ao identificarem nesse processo de financeirização o surgimento de um “novo espírito do capitalismo”. Se anteriormente a figura central eram os administradores e gestores, centrados na burocracia e na maior eficiência a médio e longo prazos, agora surgem os acionistas e rentistas⁷, alinhados somente com os lucros no menor tempo possível.

Consolida-se a partir do processo de globalização recente um capitalismo baseado em três aspectos: a financeirização, a concentração de poder e riqueza e forte desigualdade socioeconômica. A dominação financeira, como caráter central dessa nova/velha roupagem capitalista, usufrui do discurso e das práticas neoliberais para imprimir a hegemonia de uma economia global que transforme o Estado de provedor social a garantidor do livre-mercado. Porém, como se estabelece a financeirização? Para tal resposta trazemos a sociologia econômica francesa, especialmente a construída inicialmente por Bourdieu (2006) e aprofundada por Boltanski e Chiapello (2009) e Steiner (2006). Os francófonos, ao identificarem uma crescente hegemonia do ortodoxismo econômico como

6 Países da Ásia, América Latina e África.

7 Segundo Cattani (2007), teríamos aqui um grupo de indivíduos transnacionais, bastante heterogêneos, que se destacam pela posse de grandes fortunas; ausência de amarras nacionais, desvinculação de dimensões físicas do capital; pelo faustoso padrão de vida. Denominados de High-Net-Worth Individuals (HNWI).

forma de análise cotidiana e visão de mundo, passam a questionar o excessivo abstracionismo assim como o isolamento da dimensão econômica da ordem social. Os fenômenos econômicos podem e devem ser estudados pela sociologia, a partir de suas ferramentas teórico-metodológicas, contribuindo para um diálogo horizontal e plural.

O imaginário hegemônico do desenvolvimento, apoiado pela financeirização e pelo neoliberalismo, se alicerça em três aspectos – *mercado*, *sujeito glocal* e *saber econômico*. A financeirização do capitalismo possibilita ao mercado operar tanto na forma de instituição central como campo autônomo da vida socioeconômica (BOURDIEU, 2006; STEINER, 2006). O Estado torna-se, aqui, uma ferramenta que legitima os preceitos configuradores do livre-mercado. Por isso, há ênfase na minimização das funções estatais, visto que não caberia a este intervir na economia, apenas garantir que as demandas mercadológicas sejam praticadas na sociedade. O bem-estar social, por exemplo, principalmente aqueles vinculados aos serviços essenciais como educação, saúde, transporte, seguridade social, deve provir prioritariamente da esfera privada, pois a concorrência geraria a melhoria na qualificação, apesar de não poderem ser acessados por todos (HARVEY, 2011).

Outro elemento importante dessa dominação financeira é a estetização de um indivíduo racional e atomizado imerso em redes financeiras - o sujeito glocal. O sujeito modelado aqui baseia-se na busca por satisfazer seus autointeresses e na sua capacidade de fazer escolhas puramente racionais (BOURDIEU, 2006). Esse indivíduo encontra-se imerso em uma financeirização do cotidiano, retratada no uso indiscriminado do capital fictício, o cartão de crédito, ou nas diversas formas de financiamento, contraindo dívidas. Dentro dessa perspectiva, os sujeitos estariam em uma constante busca por um conhecimento econômico que lhes permitisse tomar as melhores decisões, baseadas na razão e nas suas preferências.

Por fim, é preciso considerar, também, o discurso que mantém e legitima a dominação financeira; o saber econômico expresso no economicismo que influencia a prática econômica (STEINER, 2006). Aqui formam-se especialistas, sujeitos com conhecimentos econômicos “exclusivos” capazes de compreender a vida econômica. Ideais propagados pelos grandes veículos de comunicação,

centrados na economia como motrizes para o desenvolvimento; ou na educação financeira e as distintas formas de poupar e lucrar capital. Aqui o comportamento dos indivíduos depende das grandezas monetárias. O economicismo apresenta-se como um conhecimento extremamente técnico e objetivo, além de distante do contexto social que o cerca.

Diante dos elementos tanto do neoliberalismo como da financeirização, o desenvolvimento trata de se situar em bases ortodoxas que imprime um caráter reducionista produzindo modelos de crescimento econômico que ampliam as desigualdades e vulnerabilidades sociais. Os três aspectos que o alicerçam – mercado como campo isolado da vida social; sujeito glocal racionalizado; e economicismo – reforçam ainda mais esse contexto hegemônico.

O Pensamento Decolonial: a tensão entre colonialidade/decolonialidade

Estabelecida a associação entre desenvolvimento e o neoliberalismo e a dominação financeira, aprofundados pelos seus alicerces, é importante pontuar que a formação do capitalismo latino-americano e caribenho, incluindo o brasileiro, é singular dentro do desenvolvimento do sistema capitalista. A região encontra-se, desde a formação desse sistema econômico mundial, em uma posição periférica e dependente – desde o período colonial até o imperialismo do capital monopolista e financeiro (FURTADO, 2007).

Enquanto a representatividade do centro do sistema capitalista limita-se ao domínio do grupo das oito principais economias do mundo (G8), a periferia se detém em diferentes camadas de nível de desenvolvimento e numa capacidade reduzida de influenciar as tomadas de decisão na geopolítica internacional. O Brasil se coloca aqui como parte importante entre estes países da periferia, um destacado sujeito na definição da política regional. Contudo, o capitalismo aqui é dependente de um desenvolvimento estabelecido nos centros financeiros e nas marcas imperialistas. O dependentismo configura um capitalismo cujo desenvolvimento não é autônomo e nem autossustentado (MARINI, 2008).

O neoliberalismo e a dominação financeira, como velhas/novas vestes do capitalismo, permitem-nos afirmar que o ideal de modernidade se situa presente na constituição desse imaginário hegemônico de progresso e crescimento

econômico. Diante disso, torna-se necessário buscar outras formas de saberes que não estejam vinculadas acriticamente ao conhecimento moderno ocidental, visto seu universalismo e monologismo (SANTOS, 2008). O reconhecimento de modernidades múltiplas ou alternativas permite nos direcionar para uma ecologia de saberes (SANTOS, 2008) que reconhece e valoriza outras vivências e formas de pensamento. Nesse sentido é que buscamos pautar esta pesquisa na tensão colonialidade/decolonialidade, reconhecendo-a como unidade analítica que permite capturar criticamente as relações de dominação e classificação social dentro do sistema-mundo capitalista/moderno, em especial a condição subalterna da América Latina e Caribe.

Os diversos saberes latino-americano e caribenho, situados à margem do pensamento moderno ocidental, trazem consigo reflexões e vivências plurais essenciais para a compreensão da vida social cotidiana. Na década de 1990, um grupo de pesquisadores⁸ latino-americanos e caribenhos, radicados como docentes nos EUA, passaram a se reunir e promover encontros, atividades e publicações acadêmico-políticas em torno desses diferentes conhecimentos propondo uma forte e consistente crítica teórico-prática ao sistema mundo capitalista/moderno/eurocêntrico/colonial/patriarcal (CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007). Inaugurava-se aqui um programa de investigação reconhecido como grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que posteriormente, a partir dos anos 2000, passaria a ser considerado também uma rede de investigação dada a diversidade de pesquisadores/as espalhadas pelo mais diferentes locais. O conceito de Santos (2008) referente a uma sociologia das ausências, ou seja, legitimar e reconhecer saberes invisibilizados e/ou ausentes do imaginário hegemônico, comporta-se de forma adequada à perspectiva que vem sendo fundamentada pelo M/C.

O M/C identifica que a modernidade e o capitalismo, enquanto referenciais eurocêntricos, são faces de um único processo que apenas se completa com o reconhecimento da sua face obscura, a colonialidade (MIGNOLO, 2017), esta como determinante para a imposição de classificações

8 Anibal Quijano, Enrique Dussel, Catherine Walsh, Emmanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Nelson Torres-Maldonado, Santiago Castro-Gomez, Arturo Escobar, Ramon Grosfoguel, Walter Mignolo (BALLESTRIN, 2013).

sociais e formas de dominação. O desenvolvimento, em decorrência da sua associação tanto ao moderno quanto ao capitalismo, só foi possível pelo processo de colonização das periferias pela Europa, com destaque para a América Latina e Caribe. Os/as autores/as do M/C enfatizam que mesmo após o processo de independência da maior parte dos países latino-americanos e caribenhos persistiram legados coloniais, ou seja, formas de exploração/opressão/violência que se mantêm como mecanismos produtores e reprodutores de divisões e hierarquizações sociais (GROSFOGUEL, 2010).

Quijano (2000) vai afirmar que enquanto o colonialismo é um processo circunscrito a um dado período histórico, a manutenção de situações coloniais, centrada no par sujeitos superiores/inferiores, é uma legado histórico de poder que se insere nas mais diversas dimensões, seja política, econômica, social, cultural, moral, denominada de colonialidade. O imperialismo estadunidense tão presente na América Latina e Caribe, especialmente a partir do século XX, não precisou/precisa da presença da figura da colônia para impor suas vontades e interesses. A diferença entre colonialismo e colonialidade é para enfatizar que os processos de independência não encerraram a experiência de colonizados das antigas colônias. Em vez disso, o que ocorreu foi a manutenção de um legado colonial que se inscreveu nas próprias estruturas das sociedades colonizadas. É uma condição do poder tal qual ele se configura historicamente nessas sociedades. E como tal, ela opera através de mecanismos específicos, capazes de estruturar relações hierarquizadas tanto a um nível geopolítico (de dominação entre povos e nações), quanto a um nível interpessoal, na conformação de subjetividades e comportamentos. Segundo Quijano (2010), há três eixos de poder articulados que promovem a classificação social e formas de dominação – trabalho (classe), raça e gênero, sendo estes alguns dos mecanismos geradores de hierarquizações, nas relações entre pessoas, grupos, regiões, povos e nações. A colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), então, é uma estrutura que continua a colonizar dentro do sistema mundo capitalista/moderno gerando relações de dominação e classificação social através de uma matriz de poder colonial exercida nas formas de exploração/opressão/violência.

A condição de desenvolvimento está atrelada à classificação dentro da divisão geopolítica internacional que prioriza o capital e o crescimento

econômico de poucos, promovendo a concentração da renda, de riqueza e de poder. Não somente isso, como a colonialidade se faz presente nos Estados-nação internamente, denominado por Casanova (2009) de colonialismo interno. A homogeneização promovida pela ideia de nacionalidade invisibilizou e subalternizou diferentes grupos sociais em vista da manutenção das formas de classificação social, resultantes da colonialidade do poder. Na América Latina e Caribe, isso é evidenciado na permanência de oligarquias e elites, formadas ainda no período colonial, que mantém uma ordem social extremamente desigual (FERNANDES, 2009).

O M/C então aponta para a necessidade de resgatar/construir pensamentos decoloniais advindos das experiências e dos saberes latino-americanos e caribenhos, estes não valorizados ante ao conhecimento moderno ocidental. A decolonialidade, de matriz diversa e plural, é o caminho inverso da colonialidade, pautada em situações de emancipação social e do bem-comum tanto dos sujeitos como das coletividades (GROSFOGUEL, 2010). Para isso é preciso promover o giro decolonial (CASTRO-GOMEZ; GROSFOGUEL, 2007) que é um movimento de ruptura com a colonialidade e com as relações de dominação e classificação social. O rompimento aqui é decorrente da rememoração/construção dos diferentes saberes prático-teóricos, sejam aqueles produzidos no ambiente acadêmico, nas vivências cotidianas, em movimentos sociais e nas ações coletivas, e/ou no diálogo entre esses. O giro decolonial se propõe a promover a resistência e a existência – (r)existência – ante as formas de exploração/opressão/violência impostas pelo sistema mundo moderno/capitalista.

Estabelecido o M/C e a construção do seu pensamento crítico latino-americano e caribenho, propomos que para promover uma análise desconstrutiva sobre o desenvolvimento é preciso situar este na constante tensão entre colonialidade/decolonialidade. Visto que a ortodoxia econômica se revela como pertencente ao imaginário da colonialidade, pois centra-se numa matriz de poder colonial advinda do sistema-mundo capitalista/moderno/colonial. Aqui, a dominação financeira da vida cotidiana promove formas constantes de exploração/opressão/violência que relega o direito à vida e ao bem-estar social a um mero apêndice do livre-mercado, mantenedor de divisões sociais hierárquicas e subalternizadas. Na face oposta está a decolonialidade, movimentos, saberes e

experiências que se propõem a criticar e romper com as formas coloniais da vida social.

A colonialidade passa, então, a atuar em três níveis: i) a colonialidade do poder, demonstrada por Quijano, em que as relações sociais, sejam no âmbito econômico, político, institucional vigoram de forma hierárquica, excludente e opressora; ii) a colonialidade do saber, que legitima apenas o conhecimento moderno estadunidense-europeu, não reconhecendo outros saberes e práticas; iii) e a colonialidade do ser, aquele que age no campo das subjetividades e dos afetos, discriminando a pluralidade existente nas sociedades e desconstruindo as coletividades (MALDONADO-TORRES, 2019). Acrescenta-se aqui, a matriz de poder colonial que a partir do sistema-mundo capitalista/moderno/colonial produz um enredamento de formas de dominação e classificação social – raça/classe/gênero.

A decolonialidade, imprimida pelo giro decolonial, possibilita então (re)significar o cotidiano a partir da desconstrução de elementos fomentadores do prisma hegemônico. Contudo, como podemos caracterizar a decolonialidade? É importante, da mesma forma, que identifiquemos na colonialidade uma tríade, a verificação dos componentes alicerçadores do decolonial (MALDONADO-TORRES, 2019). Três conceitos são centrais, aqui: i) emancipação social (SANTOS, 2008), que se refere à possibilidade do indivíduo de preservar sua espiritualidade e criatividade, buscando suas realizações pessoais inseridas nas demandas coletivas; ii) desmercadorização (SPING-ANDERSEN, 1991), que trata do grau de independência e autonomia do sujeito em relação ao mercado, permitindo a ampliação dos direitos e atitudes coletivas; e iii) a pluralidade dialógica, que refere-se à importância de reconhecer uma ecologia de saberes e a prática dialógica (FREIRE, 1998), ambos processos possibilitam o livre questionamento e pensamento crítico. Aqui, o giro decolonial, a partir de saberes, experiências e vivências múltiplas, dá forma aos alicerces da decolonialidade.

A tensão colonialidade/decolonialidade caracteriza-se, por um lado, por situações coloniais – como a dicotomia centro/periferia, a pobreza, a racialização e o patriarcalismo – que se mantêm mesmo após o fim da colonização, gerando uma colonialidade sentida tanto pelo poder, como pelo saber e pelo ser. Por outro, a decolonialidade se caracteriza como um movimento de desconstrução,

rompimento e utopias – este representado pela emancipação, desmercadorização e pluralidade dialógica. Os dois polos do tensionamento, circunscritos na vida social cotidiana, são necessários para a desconstrução da associação do desenvolvimento com o capitalismo. Mas através de que ferramentas é possível analisar essa tensão? Para isso, trago os três alicerces do imaginário social do desenvolvimento – mercado, sujeito glocal e saber econômico – reposicionando-os como marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade (MARTINS; BENZAQUEN, 2017).

Os marcadores da tensão entre colonialidade/decolonialidade, caracterizados por sua ambivalência interpretativa, possibilitam analisar os eixos centrais dessa pesquisa: a relação entre o modelo de desenvolvimento brasileiro – a segunda experiência desenvolvimentista – e possíveis transformações na estrutura de classes sociais, durante os anos petistas, verificando os tensionamentos existentes nessa concepção de desenvolvimento. Através destes abre-se a possibilidade de novas chaves analíticas acerca de um período de consideráveis mudanças sociais, políticas e econômicas, elementos necessários para refletir sobre o desenvolvimento.

Marcadores Sociais da Tensão entre Colonialidade/Decolonialidade

Os marcadores, então, podem ser caracterizados como mediadores devido a se encontrarem em uma zona fronteira, entre a colonialidade e a decolonialidade. Nesse sentido, o caráter de mediação deve-se à possibilidade de (re)significação que um marcador pode ter, a depender do ponto de vista – seja da colonialidade ou da decolonialidade. Esta ambivalência traz um impacto no momento da operacionalização; ou seja, é preciso considerar a duplicidade do marcador e os plurais significados que podem vir a ter. Isto também o caracteriza como interpretativo, pois as experiências particulares de cada localidade e do cotidiano são determinantes para compreendê-lo.

É aqui que retomamos os alicerces da dominação financeira – mercado, sujeito glocal e saber econômico – e passamos a refleti-los a partir da tensão colonialidade/decolonialidade, possibilitando identificá-los como parâmetros analíticos referentes ao desenvolvimento. Ao tratarmos do ortodoxismo e da

retórica neoliberal verificamos que estes assumem a face da colonialidade. Entretanto, ao observarmos modelos/projetos heterodoxos, nesse caso a segunda experiência desenvolvimentista brasileira, identifica-se a imersão deste em uma tensão entre colonialidade/decolonialidade, visto que busca se colocar antagônico à ortodoxia e promover uma matriz de desenvolvimento. Nesse sentido, buscamos verificar, a partir de uma revisão bibliográfica crítica, se houve alterações significativas no estrato intermediário da estrutura de classes no Brasil em decorrência desse desenvolvimentismo recente. Porém, antes é preciso ressignificar os alicerces do desenvolvimento, agora como marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade, identificando nestes as ambivalências e interpretações.

O mercado, na financeirização e na colonialidade, é identificado como um espaço autônomo da vida social, sendo o local de maior “desenvolvimento” da liberdade individual, visto a relação meritocrática e competitiva. Diante disso, o mercado dentro da dominação financeira tem atuado dentro da colonialidade do poder, explorando e oprimindo, em detrimento da manutenção de privilégios para alguns. Ao propor o giro decolonial, busca-se que o mercado seja reconhecido como um campo de práticas e relações sociais voltado para a troca de bens e serviços diversos que possibilite o acesso e o direito à vida sem negar o bem-comum. A desmercadorização busca promover aos sujeitos coletivos o reconhecimento de direitos que são negados pela lógica mercantilista do capital. Aqui o mercado soma-se a outros campos – político, social, cultural, ecológico – influenciando-se entre si, possibilitando outras economias.

O sujeito glocal na dominação financeira está representado na idealização do indivíduo racional, cujas decisões se baseiam no cálculo, na capacidade de previsão e no acúmulo de conhecimento/informação. O sistema de preferências estaria atrelado às leis da oferta e demanda. Aqui, impera uma colonialidade do ser, que busca naturalizar a calculabilidade e a previsibilidade, denotando aos sujeitos uma racionalidade econômica presente nas escolhas das preferências. O giro decolonial, aqui, centra-se na emancipação social desse indivíduo, estimulando o criativo e a inovação através das redes e dos espaços de fluxo. O sujeito razoável (BOURDIEU, 2006), então, baseia-se em razões e motivos advindos de suas vivências dentro dos processos intersubjetivos.

O saber econômico reduzido pelo discurso economicista refere-se a expertise econômica que se coloca como uma “verdade absoluta” dentro da dominação financeira, através da presença destes nos principais centros de tomadas de decisão e na elaboração das informações/conhecimentos. Os economistas ortodoxos colocam-se como únicos leitores da realidade, monopolizando os locais de tomadas de decisão e as próprias políticas públicas. Assim, o economicismo revela uma colonialidade do saber, pautada no monologismo da matemática e dos gráficos. Através do giro decolonial, propõe-se a pluralidade dialógica que possibilita a troca de experiências e de conhecimentos, situando o saber econômico em sua diversidade, dialogando com outros aspectos promotores de mudança. Refletir sobre o desenvolvimento não envolve apenas a economia, mas o diálogo com outras dimensões – a política, a social e a histórica.

Diante do exposto até o momento nessa seção, tratamos de esquematizar as palavras aqui destacadas. No quadro 1 associamos os marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento, com os elementos que caracterizam tanto a colonialidade como a decolonialidade. E no quadro 2, apresentamos como estes marcadores sociais são interpretados no tensionamento entre colonialidade/decolonialidade, cujos elementos caracterizadores estão descritos anteriormente no quadro 1.

Quadro 1 – Os marcadores sociais do desenvolvimento na tensão entre colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	MARCADORES SOCIAIS	DECOLONIALIDADE
Colonialidade do poder	Mercado	Desmercadorização
Colonialidade do ser	Sujeito Glocal	Emancipação Social
Colonialidade do saber	Saber Econômico	Pluralidade dialógica
<i>MATRIZ COLONIAL DE PODER</i>	Ambivalentes, mediadores e interpretativos	<i>GIRO DECOLONIAL</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 – A interpretação dos marcadores sociais na tensão entre colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	MARCADORES SOCIAIS	DECOLONIALIDADE
Campo autônomo da vida social	Mercado	Campo de práticas e relações sociais voltado para a troca de bens e serviços
Indivíduo racional	Sujeito Glocal	Sujeito razoável
Economicismo	Saber Econômico	Diálogo da economia com a política, o social, histórico
<i>MATRIZ COLONIAL DE PODER</i>	Ambivalentes, mediadores e interpretativos	<i>GIRO DECOLONIAL</i>

Fonte: Elaboração própria

A articulação proposta acima permite construir unidades analíticas (marcadores sociais) que possibilitem refletir a relação entre a segunda experiência desenvolvimentista com possíveis mudanças na estrutura de classes no Brasil, a partir da tensão colonialidade/decolonialidade.

A Segunda Experiência Desenvolvimentista

Apresentado a dominação financeira e a crítica decolonial, que, por sua vez, produz os marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade, faz-se necessário localizarmos como a segunda experiência desenvolvimentista surge como projeto político e como se dá sua implementação como modelo de desenvolvimento. Após violentas ditaduras civis-militares entre os anos de 1960 e 80 em vários países latino-americanos e caribenhos, inicia-se o processo de redemocratização, porém baseado no neoliberalismo que, por sua vez, já era experimentado no Chile e na sua respectiva Constituição de 1980. A partir disso, as crescentes demandas populares, bem como o diagnóstico desta região como uma das mais desiguais e pobres do planeta, impulsionaram a reorganização de diferentes sujeitos da sociedade civil discordantes das tomadas de decisão a favor do receituário neoliberal.

Aqui, teríamos à direita do espectro político/econômico/social grupos conservadores, alinhados com as diretrizes de um capitalismo hegemônico global e a manutenção do *status quo*; enquanto à esquerda, grupos que, em um primeiro momento, principalmente durante os regimes autoritários, alinharam-se à utopia socialista e a formas de resistência. Todavia, estes últimos, encontraram outras

bandeiras para além do debate de classes sociais – como os direitos humanos, questões étnico-raciais e de gênero, os direitos às minorias, e a preservação do meio ambiente – que os reposicionaram (NEGRI, 2014). A renovada esquerda, na América Latina e Caribe, está relacionada diretamente com a reemergência de coletivos feministas, étnicos-raciais, de direitos humanos e ecológicos que discordaram desse capitalismo hegemônico reivindicando transformações através das instituições democráticas, contribuindo para o fortalecimento e plenitude destas.

Desde meados de 2002, com a vitória eleitoral de Lula, o projeto nacional petista surgiu como um discurso “alternativo”. A evolução dos governos petistas⁹ e as medidas implementadas demonstraram a utilização do velho desenvolvimentismo¹⁰ somado a novas estratégias, especialmente a partir do segundo governo (2007-2010) e na “continuação” com o primeiro governo Dilma (2011-2014) (CEPÊDA, 2012). Isso é verificável nas estratégias e nas políticas adotadas para o êxito dos três eixos centrais do programa de governo do PT: consolidação da democracia; crescimento econômico; e redução da desigualdade social (OLIVA, 2010). Tem-se uma associação de políticas de crescimento econômico com políticas de distribuição e inclusão social.

Como primeira estratégia, Lula e o PT procuraram formar um “novo” pacto de poder entre diferentes classes (COSTA, 2018), em que, de um lado, mantinham os aliados tradicionais vinculados ao partido, como sindicatos urbanos, parte da burocracia pública, movimentos e associações sociais. Por outro lado, cediam às pressões de setores da elite brasileira e mundial, como banqueiros, agroexportadores e empresários, adotando uma agenda de políticas conservadoras dando primazia ao crescimento econômico e ao livre-mercado. O discurso mais à esquerda, vinculado à melhoria da educação e saúde pública e outras demandas sociais, seria adequado à lógica dos grupos regentes do grande

9 Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016).

10 Aqui refiro-me ao nacional-desenvolvimentismo, tido como a primeira experiência desenvolvimentista, que vai distinguir-se por uma política de desenvolvimento para dentro voltada para a industrialização e urbanização brasileira. Enquanto a segunda experiência centra-se no fortalecimento do mercado interno, a partir do consumo precário, e na ampliação do mercado externo, com a expansão do agronegócio. Nesse último também se diferencia por um papel mais ativo do Estado no combate às desigualdades sociais (CÊPEDA, 2012).

capital, ou seja, baseado no crescimento econômico e na cultura do consumo (SINGER, 2009).

É importante destacar que esse pacto entre classes, que possibilitou ao PT permanecer no poder ao longo de mais de 14 anos, levou à emergência de um fator não previsto, o lulismo. O ex-presidente Lula notabilizou-se por alcançar uma popularidade de grandes proporções, seja pela sua capacidade carismática, seja pela sua habilidade política de unir em torno de si diferentes grupos de poder. Segundo Singer (2009), o lulismo torna-se um fenômeno político-eleitoral que se descola e supera o petismo.

A segunda estratégia derivou do pacto entre classes ao possibilitar uma segunda estratégia voltada para a prática economicista que consistiu, primeiramente, na manutenção de políticas macroeconômicas neoliberais e, posteriormente, em medidas mais caracteristicamente desenvolvimentistas. Aqui alinha-se à premissa do velho desenvolvimentismo, tendo o Estado como um agente ativo na economia, atuando no estímulo ao crescimento econômico e na expansão da burguesia nacional, principalmente o agronegócio. O debate centra-se não apenas no fortalecimento da produção, mas principalmente na distribuição e em melhorias da infraestrutura brasileira (CEPÊDA, 2012).

A terceira estratégia envolveu a expansão dos gastos sociais e o fortalecimento de políticas distributivas fundadas em um tripé: a valorização do salário mínimo acima da inflação; expansão ao crédito; e o programa Bolsa Família (chamado daqui em diante de PBF). Estes possibilitaram o acesso ao consumo tardio, principalmente no quesito de bens duráveis, e a inclusão de famílias em um novo patamar de rendas fortalecendo o mercado interno do consumo de massas.

A via de desenvolvimento por consumo de massa, transferência de renda direta (como Bolsa Família), políticas de crédito popular e economia social são características importantes de uma acepção de economia estimulada pelo “lado da demanda” – pela tese do mercado interno e pela inovação via multiplicação de empreendedorismo popular (CEPÊDA, 2012, p. 86)

Dentro do universo escolhido verificamos que o principal elemento que o distingue dos modelos ortodoxos da região refere-se às políticas sociais economicamente orientadas, especialmente, aquelas voltadas a modificar a

distribuição de renda no Brasil e, conseqüentemente, combater os altos índices de desigualdade socioeconômica e extrema pobreza. Segundo Cepêda (2012, p. 86):

Em seu conjunto, as políticas diretas e indiretas de renda possuem funcionalidade múltipla: *econômica* – pois aquecem mercado, servindo como meio de dinamismo e estímulo à produção industrial, comércio, serviços (a via do consumo de massa é, em boa medida, parente do modelo mercado interno do velho desenvolvimentismo); e *política* – pois ao incluir como consumidor ou proprietário, a lógica dessa inserção, inicialmente econômica, assenta-se no princípio do direito e da cidadania, como parcela do contrato social que possibilita requerer a promoção do bem-estar como uma das tarefas do Estado.

É nesse conjunto de estratégias programáticas que vai se caracterizar a segunda experiência desenvolvimentista brasileira. Dentro do tensionamento colonialidade/decolonialidade ainda não é possível localizar esse modelo de desenvolvimento heterodoxo, visto que permanece algumas políticas econômicas de cunho neoliberal e alinha estas com políticas desenvolvimentistas. Para isso é necessário avançarmos para a análise das possíveis mudanças sociais promovidas por este no que se refere à estrutura de classes no Brasil.

O Processo de Medianização no Brasil: um país de classe média?

Neri (2011) é o expoente da ideia de que o desenvolvimentismo recente foi gerador de uma *nova classe média* – ou classe C definida a partir da faixa de renda. A tese se baseia na identificação de que mais de 50% da população brasileira, especialmente entre os anos de 2008/10, encontram-se na faixa de grupos de renda intermediária. Ou seja, o Brasil havia se tornado uma sociedade de classe média. Mas qual a definição de classe envolvida aqui? A definição deste autor centra-se numa “visão subjetiva de utilidade” e “na mensuração do bem-estar social subjetivo”. Em outras palavras, Neri vai realizar uma busca do que representa a boa vida para os estratos médios da sociedade brasileira:

Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida. (NERI, 2011, n.p)

Mas como alcançar a boa vida? Para Neri é através da renda. A *nova classe média*, portanto, vai ser definida através da classificação de faixas de rendimentos e as aspirações presentes a partir da melhora da renda – “com base na

classificação das pessoas em grupos de renda, são incorporadas expectativas e atitudes e a renda permanente é aquela na qual os estoques de ativos são convertidos em fluxos (NERI, 2011, n.p)."

Os limites propostos pelo autor para a definição dessa classe C, seriam as classes D e E abaixo, como representante das camadas pobres que possuem rendimentos inferiores a R\$1.200,00 reais. Acima estariam as classes A e B com rendas acima de R\$5.000,00 reais, representativas das camadas com recursos suficientes para as melhores condições de vida.

Tabela 1: Pirâmide Socioeconômica

	Inferior	Superior
Classe AB	R\$ 5.174,00	
Classe C	R\$ 1.200,00	R\$ 5.174,00
Classe D	R\$ 751,00	R\$ 1.200,00
Classe E	0	R\$ 750,00

Fonte: NERI, 2011, n.p

Entre 2003 a 2013, a participação da “Classe C” – que vem sendo chamada de nova classe média –, no recorte estudado, passou de 37,6% para 60,2%. A “Classe A & B” correspondia a 7,6% do recorte, em 2003, passando para 14,8%, em 2013. A Classe D e E, que, em 2003, respondia por 54,8% do recorte, em 2013 cai para 25% (SINGER, 2018, p. 89 apud FGV, 2014). Isso demonstra o aumento das classes C e AB assim como a queda das classes D e E, confirmando a melhoria significativa na distribuição de renda consonante com a fórmula crescimento econômico e inclusão social.

Em relação às classes mais pobres, o PBF tem uma importância fundamental na redução da extrema pobreza. Através da concessão do benefício, famílias conseguiram comprar alimentos, vestuário, higiene pessoal, elementos esses que possibilitam movimentar as economias de municípios muito pobres. O papel ativo de mulheres também é destacável, visto que o PBF fortalece o papel de chefe de família e de gestores da renda¹¹. Esses elementos, em conjunto com

11 Lares chefiados por mulheres sempre foram uma característica forte das camadas pobres da população brasileira (SOUZA, 2012).

outros, nos permitem constatar que ocorreram modificações na estrutura de classes na parte inferior da pirâmide socioeconômica.

No que se refere a transferência de renda, (Dilma) aumentou o valor do Bolsa Família em 46% para as casas que tivessem crianças e adolescentes até quinze anos, estabeleceu um benefício para as mulheres gestantes e as que tinham bebês em fase de amamentação, criou um novo pagamento às famílias com crianças até seis anos (depois estendido também até os quinze anos) e, por meio de um programa de busca ativa, logrou incorporar mais de 1 milhão de famílias ao BF, chegando ao total de 14 milhões em 2014. (SINGER, 2018, p. 83)

Sobre as classes que se encontram na parte de cima, podemos afirmar, a partir de autores como Braga (2012) e Souza (2012), que se mantém o privilégio social das classes médias (tradicionais) e altas. Souza chama atenção para a manutenção não apenas do capital econômico como também do capital cultural e tecnológico. O acesso às tecnologias de informação, aos centros de ensino mais qualificados, à oportunidade de intercâmbios, ainda se restringia a essa parte da população que domina as estruturas de classe.

Aqui, podemos constatar, de forma inicial, o tensionamento colonialidade/decolonialidade do modelo desenvolvimentista recente, enquanto na parte de baixo vê-se uma mobilidade social, na parte de cima mantém-se as formas de privilégio. O reconhecimento dos grupos sociais e suas heterogeneidades é primordial para refletirmos sobre a estrutura de classes. A localização da tensão entre colonialidade/decolonialidade aqui se pauta entre uma visão economicista centrada na renda, representada por Neri, e outra baseada na totalidade de dimensões, sejam elas políticas, culturais, morais, econômicas, sociais, o que é apresentado tanto por Souza (2012), quanto por Pochmann (2014), Braga (2012) e Singer (2018) – considerando as diferenças entre eles.

O aumento dos rendimentos demonstrado por Neri ainda não parece ser suficiente para sustentar a tese de um país de classe média. Podemos apontar a ambivalência entre a manutenção de privilégios/melhoria de renda dos estratos mais pobres, mas o que de fato isso representa? E o que é então essa classe média denominada por Neri? Como a tensão colonialidade/decolonialidade pode contribuir para essa análise?

A Medianização Precarizada: precariada, batalhadora e de consumo tardio

A estratégia de desenvolvimento dos governos petistas possibilitou uma mudança no tratamento dado às classes populares. Concordando com Braga (2012), observamos a emergência de um precariado, ou seja, uma fração de classe pertencente ao proletariado que se baseia em ocupações do setor de serviços e na indústria de baixa produção, mediados pela flexibilização das relações trabalhistas e pela justificação da dominação financeira – o mérito individual, a partir da criatividade, autonomia e esforço próprio.

(...) consiste em proclamar a superação do trabalho degradado típico do regime de acumulação despótico pela “criatividade” e “autonomia” inerentes às tarefas de concepção e planejamento de processos e produtos. Na verdade, a hegemonia desse modelo de desenvolvimento pós-fordista, que Castells chamou de “informacionalismo”, revivificou a promessa de que uma inserção ocupacional emancipada no e pelo trabalho complexo estaria potencialmente acessível a todos. (BRAGA, 2012, n.p)

Esse precariado encontra-se entre a fração média assalariada, formada durante a primeira experiência desenvolvimentista, e a fração baixa – pobres, miseráveis. A estratégia de desenvolvimento dos governos Lula possibilitou a formação de uma nova medianização na estrutura de classes no Brasil? Se há uma nova medianização, é possível afirmar que esse (novo) estrato socioeconômico seria uma ‘nova classe média’? Para essa resposta é preciso compreender os elementos que conformam essa fração do precariado.

Braga (2012) constrói um perfil socioeconômico para esse grupo: trabalhadores/as não qualificados ou semiquilificados; relações trabalhistas precarizadas; sub-remunerados, entre um a dois salários mínimos; e com poucas condições de organização coletiva. Souza (2012), chama atenção para os longos turnos de trabalho e/ou vários empregos; e uma dupla jornada, entre escola/faculdade e trabalho.

É importante destacar as políticas distributivas desenvolvimentistas, como o PBF e o salário mínimo, que foram fundamentais para a inclusão social no mercado de trabalho dessa parcela de trabalhadores/as de baixa renda, naquilo que Pochmann (2014) chama de padrão tardio de consumo fordista. Isso gerou, de acordo com o autor, mobilidade social restrita e mudanças na estrutura de classes, baseadas na produção de custo baixo (*low cost*) e o consumo tardio de

bens duráveis e serviços, ou seja, na massificação do acesso a bens e serviços, que antes era restrito às classes médias e altas da sociedade brasileira. Os produtos a serem consumidos ganharam novos contornos:

Em geral, trata-se de uma cesta de consumo composta por bens não duráveis, como calçados esportivos, alimentação fast-food e roupas de grife, e bens duráveis diversos, como veículos e eletrônicos e, ainda, serviços de viagem e turismo. (...) O avanço das tecnologias da comunicação e de informação redundou em redes de escala global de um consumismo desenfreado e alienante. (POCHMANN, 2014, p. 77)

De acordo com Pochmann o consumo médio da família brasileira passou a corresponder por mais de dois terços da dinâmica de crescimento do PIB. Nesse sentido, é importante compreender algumas modificações, entre elas a redução do tamanho médio da família brasileira; o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive assumindo o papel de chefe de família:

Essa ampliação do nível do rendimento dos trabalhadores de menor rendimento permitiu ampliar o consumo, uma vez que esse segmento social dificilmente teria condições de poupar, dada a demanda reprimida historicamente. Com isso, a elevação no rendimento permitiu incluir, pelo consumo, parcela importante da sociedade, derivada dos movimentos positivos das ocupações e dos rendimentos dos trabalhadores de salário de base. (POCHMANN, 2014, p. 139)

Outro elemento a ser enfatizado é a formalização destas ocupações, seja pela carteira de trabalho assinada, seja por programas de fomento à expansão de pequenas e microempresas – destaque para o programa de micro empreendedor individual (MEI). Concordando com Kerstenetzky (2010), a inclusão de uma massa de indivíduos no mercado de trabalho é uma das formas mais eficientes para romper com o ciclo histórico de reprodução de pobreza e desigualdade, principalmente pela possibilidade de expandir direitos e serviços sociais. No caso brasileiro, a formalização, mesmo sendo de ocupações precarizadas, passa a dar acesso, em algum nível, mesmo que ainda restrito, à previdência social e aos programas de assistência social.

Diante desses elementos aportados por Braga e Pochmann é possível afirmar que essa massa de trabalhadores/as passou a ocupar o espaço intermediário na pirâmide socioeconômica, especialmente a partir de 2008/10. Como apresentado por Neri (2011), esta parcela corresponde à metade da população brasileira, de fato possibilitando uma outra medianização, só que agora precarizada e de forte consumo. A estratégia de desenvolvimento dos

governos Lula, então, possibilitou a formação de uma nova medianização da estrutura de classes no Brasil. Contudo, até o momento trouxemos apenas os aspectos históricos e político-econômicos relacionados ao social sobre essa “nova” fração da classe trabalhadora. Trago, então, Souza (2012) que chama a atenção para a necessidade de compreender a gênese sociocultural da nova classe, visto que apontar os rendimentos, as ocupações e o consumo destas não nos apresenta elementos suficientes para compreender a distinção desta em relação à classe média.

Destaque para a riqueza imaterial transmitida entre gerações, aqui temos o capital cultural que modula os estilos de vida, os gostos e as condutas no mundo prático. Souza, por uma via bourdieusiana, o que caracteriza a classe média, em contraste com a nova classe trabalhadora (batalhadores), é o desenvolvimento de um conjunto de disposições que lhe dota de competências para atuar num mundo capitalista competitivo. A capacidade de raciocínio abstrato, controle emocional e disciplinamento seriam próprios de um *habitus* de classe média que os batalhadores não teriam sequer chegado a constituir, pois trata-se de disposições adquiridas num longo processo de socialização de classe, e não apenas através de uma rápida mudança nas condições de renda. Isso permite que afirmemos que o acesso a bens e serviços, ainda que represente mudanças importantes nas condições de vida, não chega a constituir uma nova classe média.

Nesse sentido, podemos apontar um outro trabalho, em que Ribeiro (2014) identifica que as mudanças na estrutura de classes não geraram ou pouco produziram alterações nas barreiras de mobilidade intergeracional - que verifica a passagem da classe de origem (pai/mãe) para a classe destino (filhos/as). O estudo se baseia no esquema analítico de Goldthorpe e divide a estrutura de classes em sete estratos:

(...) chego à definição de sete classes sociais: I+II, profissionais e administradores; IIIa+b, Trabalhadores não-manuais de rotina; IVa+b, pequenos proprietários com e sem empregados; V+VI, técnicos, supervisores e trabalhadores manuais qualificados; VIIa, trabalhadores manuais não-qualificados; IVc, pequenos proprietários rurais; e VIIb, trabalhadores rurais (para a análise dos dados das mulheres agrego estas duas últimas classes) (RIBEIRO, 2014, p. 186)

O autor conclui, então, que a mobilidade social nas classes mais altas¹² permanece sendo escassa. O alto nível educacional e o status ocupacional são fatores determinantes para uma distribuição de classe bastante distinta entre aqueles que ocupam o topo da pirâmide e as classes no estrato intermediário para baixo.

A forma mais eficiente de transpor as barreiras de classe é adquirir mais escolaridade, embora filhos de profissionais e administradores (I+II) permaneçam tendo vantagens, ou seja, as barreiras à mobilidade intergeracional continuam presentes mesmo quando se leva em conta a escolaridade dos indivíduos. Em termos das chances de mobilidade e da distribuição de ativos educacionais e financeiros, não faz muito sentido juntar profissionais e administradores (I+II) com as classes no meio da distribuição para definir as classes médias. Ou melhor, há muita diferenciação dentro das classes médias quando juntamos a classe I+II com as imediatamente abaixo. (RIBEIRO, 2014, p. 212/213)

O abismo classista apontado por Ribeiro demonstra como o capital cultural associado ao econômico são elementos concomitantes na construção de uma dominação simbólica. A classe trabalhadora/precariado, denominada por Souza (2012) de os Batalhadores, teve o seu acesso ao conhecimento técnico ou escolar de forma reduzida, não fornecendo condições materiais e nem subjetivas para a competição no mercado de trabalho. Os valores morais desta nova classe são oriundos/pertencentes às camadas populares, cuja justificativa capitalista inserida no esforço, no mérito e na capacidade criativa, afirma que a recompensa está por vir. Em outras palavras, não se reconhece as formas de opressão/exploração/violência que mantêm as distinções de classe, repousando as forças de uma baixa mobilidade social em decorrência da capacidade individual de cada sujeito.

Nesse sentido, os Batalhadores, ao ascenderem na estrutura de classes, alçados a essa posição intermediária, vão buscar se afastar dos estratos mais pobres e almejar as situações de classe encontradas acima deles, especialmente a classe média real:

(...) a noção de “classe média” foi introduzida por aqui tardiamente, de fora para dentro. Importada do chamado “mundo desenvolvido” – Estados Unidos e, principalmente, Europa – nas primeiras décadas do século XX, e incorporada pelas camadas médio-superiores urbanas, que buscavam uma identidade social em meio às grandes transformações pelas quais o país passava, a concepção de “classe média” presente no Brasil se traduziria em uma imagem idealizada da

12 É importante destacar que, sobre as classes altas, Ribeiro (2014) está a considerar tanto os mais ricos como a classe média real.

classe média do “mundo desenvolvido”, à qual somente as camadas mais abastadas da população brasileira poderiam corresponder. (SALATA, 2015, p.113)

A classe média real ou tradicional no Brasil está estabelecida bem anteriormente, ainda no primeiro processo de medianização, chamada por Pochman de deformada. Caracterizada por uma vida social mais estabilizada a médio e longo prazo (SINGER, 2018), visto que o acesso às condições materiais, assim como o status ocupacional, estão inseridos na parte de cima da estratificação social brasileira. Mais uma vez, a justificação e a “gênese” capitalista a partir do esforço e do mérito individual trata de representá-los como vitoriosos cuja recompensa foi alcançada. Todavia, o que de fato ocorre é a promoção do esquecimento de que o privilégio emerge da distinção social e da violência simbólica promovida por ele, enfatizando apenas os aspectos da ascensão social. Isso junta-se ao que Souza (2012) vem a denominar de “capital familiar”, ou seja, com baixos capitais econômicos e culturais, o que resta à massa de batalhadores é a transmissão dos valores morais da justificação capitalista que são transmitidos pelas famílias populares como o esforço, a inventividade, a alegria, mesmo em condições bastante adversas.

Outro elemento em Souza é uma ‘ética do trabalho’, implícita nesse capital familiar, mas que os diferencia de uma ‘ética do estudo’ das classes médias tradicionais – aqui, o esforço necessário é a dedicação aos estudos, e não ao trabalho. Os batalhadores/precariado são reconhecidos, então, como membros úteis da sociedade, especialmente pelo esforço, sendo identificados, ultimamente, como empreendedores/as. A justificação capitalista imprime nessa classe intermediária e precarizada que a recompensa desse esforço é dada pelo acesso a um consumo massificado de bens duráveis e não duráveis, assim como às formas de crédito e o consequente endividamento familiar, especialmente através das linhas de crédito.

Em outro trabalho, realizado por Salata (2015), o autor trata de tentar identificar uma identidade de classe a partir da reivindicação de pertencimento e reconhecimento do próprio indivíduo. A pesquisa se dividiu em dois momentos: i) um primeiro sobre como os sujeitos se identificavam, em termos de pertencimento de classe, e as suas características sociodemográficas; ii) e um



segundo em que estes mesmos indivíduos eram questionados sobre os aspectos que caracterizavam a classe média.

No *“survey sobre a classe média brasileira”*, pediu-se aos entrevistados que declarassem em que medida (*“essencial”, “muito importante”, “mais ou menos importante”, ou “nada importante”*) eles acreditavam que, para fazer parte da classe média, seria importante possuir os seguintes atributos: ter nível superior de escolaridade; ter uma ocupação de prestígio; possuir rendimentos altos; ter casa própria; ser dono do próprio negócio; ter acesso a lazer e diversão; possuir um padrão de vida estável; e ter acesso a escolas/universidades privadas. (SALATA, 2015, p. 129/130)

Os resultados da pesquisa empreendida acima possibilitam confirmar os perfis distintos da classe média, baseada em uma vida social estabilizada e de forte prestígio social, para a classe intermediária, que busca pelo esforço da ocupação precária condições melhores de bem-estar social. Além disso, observa-se que essa massa de batalhadores reconhece seu local de classe e identifica como modelo ideal de comportamento a recompensa do esforço, enquanto elemento característico da real classe média.

Porém, a formação dessa nova classe trabalhadora começava a apresentar limites, principalmente no período que compreende entre a crise de 2008 e o primeiro governo de Dilma Rousseff. A estratégia desenvolvimentista que vinha sendo construída não conseguiu avançar mais significativamente no período Dilma. O estrato intermediário que se torna base do lulismo, passa a sentir o impacto do não crescimento econômico, da baixa valorização do salário mínimo, assim como das altas dos juros, incidindo tanto sobre o crédito, quanto sobre o consumo.

Concordamos com Braga (2012), Singer (2018) e Souza (2012), de que ao desvincular essa massa de trabalhadores das classes populares, identificando-os como classe média, promoveu-se, em certa medida, uma despolitização desse grupo. Ao olhar para o andar de cima, a ascensão social necessitaria continuar em crescimento, mas o abismo era/é bastante profundo, gerações são necessárias para a mudança da estrutura de classes. Podemos afirmar então que não houve mudanças na estrutura de classes no Brasil, o que se verifica é um processo de medianização precarizada, baseado em ocupações precárias e acesso a serviços e bens pelo consumo, que apenas se sustenta com um crescimento econômico forte e sustentado. Uma mobilidade social restrita, a estagnação da economia, a volta



do desemprego e uma forte perda no poder de consumo, foram elementos que promoveram um descontentamento desse estrato social. Outro elemento a ser destacado é o fato da justificação capitalista, do mérito e do esforço próprio, serem uma narrativa mais consolidada e fortalecida do que a presença de um Estado ativo na proteção social.

Em junho de 2013, ficou claro o conflito entre escolaridade e uma inserção profissional precária(...). O alto preço da educação e saúde privadas, assim como as deficiências do serviço público, estimularam protestos contra a tarifa de ônibus, mas também contra a corrupção e os gastos para a Copa do Mundo. O aumento da escolarização via Prouni e expansão do Fies podem ter tido um efeito bumerangue sobre o lulismo, pois ao mesmo tempo que causaram satisfação, foram veículos de frustração por não propiciar colocação compatível com o nível educacional (SINGER, 2018, p. 101)

O apoio dessa classe intermediária e precarizada foi fundamental para a reeleição de Dilma a um segundo mandato em 2014. Contudo, ao iniciar promovendo um ajuste fiscal e se aproximando de uma agenda neoliberal, a massa de trabalhadores fragmenta-se e implode parte da base de apoio lulista (SINGER, 2018).

Nesse sentido, não podemos afirmar que há uma “nova classe média”, apesar de reconhecer um segundo processo de medianização da sociedade. Porém, essa massa de batalhadores/as ganha contornos de um estrato intermediário sem os aspectos que caracterizam a classe média historicamente constituída, dada a precariedade das condições materiais que são alcançadas. A classe média assalariada brasileira, consolidada a partir do nacional-desenvolvimentismo, é uma pequena parcela que ainda mantém certos privilégios. Abaixo dela encontra-se uma classe precarizada, de batalhadores, “de novos” trabalhadores, que sempre esteve presente em nossa sociedade, porém inseridos na imensa maioria de uma massa popular e empobrecida.

As Classes Sociais no Tensionamento Colonialidade/Decolonialidade

A segunda experiência desenvolvimentista no Brasil, enquanto projeto político, teve como elemento central o crescimento econômico articulado à inclusão social. Como expressão máxima desse horizonte temos as transformações na estrutura de classes no Brasil. Se por um lado, não podemos afirmar o surgimento de uma nova classe média, por outro, é necessário dizer que

se promoveu uma medianização precarizada na pirâmide socioeconômica brasileira.

A afirmação de possíveis mudanças na estrutura de classes sociais no Brasil recente, apoiada pela tese de Neri (2011) de que seríamos um país de classe média, torna-se uma análise apressada e reduzida, visto que não considera uma definição ampliada de classe para além da renda. Por isso a necessidade de refletir juntamente com os marcadores da tensão colonialidade/decolonialidade, demonstrando os tensionamentos de um modelo de desenvolvimento que não pretende romper com as amarras do capitalismo/da dominação financeira, mas não concorda com a abissal situação de desigualdade e pobreza.

O mercado é definido pela colonialidade do poder como um campo autônomo da vida social. Verificamos aqui que esse espaço, expresso através das ocupações e do poder de consumo dos sujeitos, foi a via de inserção social que possibilitou muitos/as brasileiros/as a sair da situação de miséria e pobreza, modificando, em certo grau, o quadro de oportunidades de forma a buscar a melhoria do bem-estar social dentro da dominação financeira. O aumento dos rendimentos acima da inflação, a formalização no mercado de trabalho, o fortalecimento de redes de contatos para o trabalho informal (BRAGA, 2012) – como complementar à formalização -, o acesso a bens e serviços, especialmente às tecnologias, oportunizaram que grupos marginalizados que se encontravam em uma zona de pobreza conseguissem alcançar melhores condições materiais de vida. Diante desses elementos podemos afirmar que a medianização precarizada apenas foi possível com a visão de um mercado como um campo de relações e práticas sociais voltado para a troca de bens e serviços, estando associado à vida social e aos demais campos – seja política, cultural, moral.

É necessário ressaltar ainda aqueles que saíram da extrema pobreza, especialmente com o PBF, que através do mercado dinamizou municípios de economias paupérrimas, possibilitou às chefes de família a aproximação à condição de cidadania, trouxe a alimentação para as mesas de muitas famílias. Assim, temos uma redução tanto da miséria como da pobreza, mas ainda insuficiente para modificar a estrutura de classes que o Brasil está assentado.

Em outras palavras, o lulismo por vezes considera que foi muito mais longe na redução da pobreza do que realmente o fez. Isso não significa que a redução da

pobreza tenha sido pequena. Foi expressiva, mas não a ponto de tornar o contingente de pobres residual ou próximo disso, uma vez que os antigos miseráveis ocuparam esse lugar (SINGER, 2018, p. 84/85).

Tal afirmação é necessária pelo fato de a pobreza ainda ser mensurada a partir de rendimentos – como é o caso de Neri (2011) – e não a partir de uma perspectiva multidimensional, ou seja, considerar fatores como saúde, educação, acesso, infraestrutura, habitação, meio ambiente e outros. E isso se afirma ao focar-se em políticas sociais distributivas centradas nas rendas, não investindo de forma mais contundente em outras políticas, especialmente na melhoria da qualidade dos serviços públicos que possam ampliar a desmercadorização, principalmente dos grupos subalternizados.

A medianização da segunda experiência desenvolvimentista brasileira não promove uma desmercantilização da vida social, visto que o acesso a bens e serviços se faz através de um forte consumo e extenso endividamento - e não uma qualificação dos serviços públicos. Simultaneamente, ao ponto que possibilita uma certa mobilidade social, esta mesma se encontra limitada em decorrência das condições materiais e simbólicas oportunizadas. Dentro de um cenário de crescimento econômico positivo e, principalmente, de um papel ativo do Estado como promotor de desenvolvimento foi possível se verificar uma melhoria nas condições de bem-estar social. Todavia esta desmercadorização, que oportunizou aos diferentes grupos sociais o acesso a bens e serviços restritos a uma pequena parcela da população, baseia-se na precariedade pois, como vimos, está sujeito às variações do capitalismo e as correlações de classe.

Em relação à figura do sujeito global, o indivíduo imerso nas redes digitais para além das fronteiras nacionais, na colonialidade do ser, este é imputado à racionalidade pura e suas ações devem ser precedidas pela calculabilidade e previsibilidade. De forma antagônica, a emancipação social possibilita a este indivíduo se reconhecer enquanto sujeito razoável que tem suas ações precedidas por motivos e razões advindos das vivências de processos intersubjetivos.

Em relação aos estratos populares e intermediários brasileiros, destaco a formalização de ocupações de rendimentos intermediários – um bom exemplo são as empregadas domésticas e os prestadores de serviço através do MEI. Isso possibilitou o acesso a uma rede contatos que possibilitava a complementação da



renda com outros pequenos serviços. Aqui se oportunizava para muitos o início de micro e pequenos empreendimentos que melhoravam a renda e a condição de vida. O empreendedorismo vai se firmar como um discurso de esforço, criatividade e autonomia fundamental para um capitalismo que se fortalece numa sociedade de serviços.

Outro importante fator está no acesso às tecnologias, especialmente com a entrada de produtos asiáticos, especialmente chineses, massificando o acesso a esses bens. Insere o/a brasileiro/a nas redes sociais e virtuais possibilitando o acesso à informação e ao conhecimento. Representou a possibilidade de se expressar, criar relações, novos empreendimentos e adquirir um capital cultural mais democrático.

Todavia, essa emancipação social se dá de forma condicionada, especialmente, pelo vínculo maior à renda. A perspectiva de melhoria das condições materiais está atrelada ao consumo e a possibilidade de aumento dos rendimentos. Em relação às ocupações, estas são subalternizadas, pois estão aprisionadas ao não avanço, seja em carreiras ou nos próprios empreendimentos. Constitui-se aqui um exército de trabalhadores/as manuais, não-qualificados, pequenos administradores, que permanecem atados a uma posição inferiorizada, de baixa ou média remuneração. A dominação financeira limita o crescimento profissional, visto que o campo de lutas é extremamente hierarquizado e aqueles que possuem mais capital econômico e cultural tendem a definir as regras, mantendo as altas posições sociais.

O saber econômico tenta escapar da retórica do economicismo através da emergência de outros saberes, fundamental para romper com o monologismo e a linearidade, e isso apenas é possível através de práticas dialógicas que possibilitem a construção de pensamentos críticos próprios. O modelo desenvolvimentista brasileiro ao propor desenvolvimento associando crescimento econômico com inclusão social dá um importante passo nesse sentido. Todavia, ao não confrontar a pobreza em suas múltiplas dimensões, dando maior centralidade à renda, acaba fragilizando mudanças que em médio prazo podem ser desfeitas.

Podemos pontuar, também, que os estratos intermediários e populares por conta de não haver uma desmercadorização da vida social o acesso a outras

experiências e vivências que rompem com o reducionismo econômico se colocam limitado. O “sujeito razoável” encontra-se atado a mercantilização da vida social. A pluralidade dialógica encontra-se limitada a um imaginário ainda fortemente colonizado pelo econômico.

A medianização precarizada da sociedade brasileira teve a renda como principal ferramenta para a mobilidade social, mas é preciso observar outros fatores: a expansão das universidades públicas e a interiorização destas; o fortalecimento da descentralização do SUS através das Unidades básicas de Saúde; o subsídio nas contas de energia; as ações afirmativas, como as cotas raciais; e a expansão de serviços pela rede privada. O crescimento do nível dos rendimentos se dá concomitantemente com o acesso à educação, saúde, transporte, moradia, lazer e cultura – mesmo esses se apresentando, em muitos momentos, a partir do consumo na esfera privada. A limitação se dá no sentido de oferecer serviços de baixos custos e de menor qualidade, assim como os bens – especialmente os tecnológicos. A massificação tardia de um consumo que possibilitou uma melhoria na qualidade de vida, mas de forma precária, condicionada e limitada. Os serviços públicos de qualidade mantêm-se precarizados e as altas taxas de juros incididas sobre o consumo, especialmente no crédito, mantêm uma dominação financeira e a lógica privatista.

Diante dessa análise podemos concluir, como exposto no quadro 3, onde se localiza o modelo heterodoxo brasileiro, ou seja, tensionado entre a colonialidade/decolonialidade. Se o ortodoxismo está fidelizado às formas de colonialidade, o modelo heterodoxo desenvolvimentista brasileiro não promove uma decolonialidade completa, pois se encontra atado a uma matriz de poder colonial que mantém um enredamento entre as múltiplas relações de dominação e classificação social. Isso não possibilita promover mudanças na estrutura de classes sociais no Brasil, e muito menos tornar o país uma sociedade de classe média, limitando-se à medianização precarizada de uma massa de trabalhadores e pobres.

Quadro 3 – O desenvolvimentismo na tensão colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	ORTODOXISMO / neoliberalismo	MARCADORES	HETERODOXISMO BRASILEIRO / desenvolvimentismo	DECOLONIALIDADE

Colonialidade do poder	Livre-Mercado	Mercado	Desmercadorização ausente	Desmercadorização
Colonialidade do ser	Bem-estar individualizado	Sujeito glocal	Emancipação Social Condicionada	Emancipação Social
Colonialidade do saber	Economicismo	Saber econômico	Pluralidade dialógica limitada	Pluralidade dialógica

Fonte: Elaboração própria

Considerações Finais: A manutenção da colonialidade

O desenvolvimentismo, em seu caráter ausente, condicionado e limitado – ver quadro 3 – apresentou-se de forma temporária. Podemos afirmar, então, que os modelos de desenvolvimento heterodoxos, em especial esse de cunho desenvolvimentista, constroem-se a partir de pactos classistas com o intuito de suavizar as formas de desigualdade e de vulnerabilidade social promovidas pela expansão capitalista e excessiva concentração de renda e riqueza. Ambas as experiências desenvolvimentistas brasileiras não se propuseram em nenhum momento a romper com as amarras do capitalismo periférico, dependente e colonial. É perceptível o esforço, especialmente nos governos petistas, de gerar crescimento econômico e inclusão social das massas populares, mas sem deixar de manter os privilégios sociais, como a concentração da renda, acesso a serviços de maior qualidade, consumo de alto padrão, e o crescimento econômico desigual às classes abastadas.

A heterodoxia e o desenvolvimentismo se estabelecem nessa tensão colonialidade/decolonialidade, ao se colocar como alternativa viável ao ortodoxismo na sua forma pura. Porém as amarras ao sistema-mundo capitalista/moderno/colonial permanecem, visto que a própria definição de desenvolvimento está atrelada ao capitalismo. A construção de um modelo heterodoxo de desenvolvimento que se pautar nos horizontes utópicos da decolonialidade – emancipação social, desmercadorização e pluralidade dialógica em suas formas totais – ainda se apresenta como um cenário distante, devido às teias de poder que são enredadas pelo sistema-mundo capitalista/moderno/colonial presentes na vida social cotidiana, sob as formas da financeirização.

O capitalismo dependente, periférico e colonial, em especial no Brasil está estabelecido pela manutenção das estruturas e instituições de dominação oligárquica. Aqui permanece uma ordem social desigual baseada nas formas de colonialidade que se associam a processos de modernização, estes exigidos pelas transformações do sistema capitalista. As experiências desenvolvimentistas, seja o do nacional-desenvolvimentismo ou do lulismo, não se propuseram a romper com os privilégios e as dominações do capitalismo – “El análisis de la emergencia del desarrollimentismo en América Latina explica la adaptación de un modelo teórico eurocéntrico a realidades distintas que necesitan la presencia del Estado en la organización del mercado para asegurar la colonialidad” (MARTINS, 2017, p. 304).

Como pensar em mudança da ordem social e da estrutura de classes sem o combate efetivo à complexidade das desigualdades? Como sugerir desenvolvimento e sustentabilidade social sem alterar as relações de dominação? O processo de medianização precarizada no Brasil, de maneira reformista (SINGER, 2009), promoveu alguns avanços, o desenvolvimentismo lulista avançou também nas temáticas positivas da promoção de igualdade racial e de gênero: secretarias com estatutos de ministérios; políticas públicas em consonância com os movimentos sociais e a sociedade civil; ações afirmativas; programas de qualificação profissional e acesso à educação; formalização do trabalho; e acesso a direitos sociais. Todavia, tais medidas se fazem insuficientes ao não confrontar os privilégios, mantidos por uma classe dominante que construiu os movimentos para o impeachment do governo petista. Ao produzir uma medianização precarizada que mantém a coexistência do par privilégio/opressão.

As reações conservadoras e de extrema direita, dos últimos anos, no caso brasileiro, apontam para uma contrarrevolução burguesa (FERNANDES, 2009) no intuito de manter as formas coloniais da vida social brasileira. A formação de grupos anti-desenvolvimentistas ao final do primeiro governo de Dilma Rousseff (SINGER, 2018), resgatando os ideários liberais de Hayeck e Friedman demonstram a retomada deste caminho. A redução do tamanho do Estado e, sobretudo, do seu ativismo na economia se associa a pautas vinculadas a aspectos morais e culturais. O capitalismo dependente, periférico e colonial

latino-americano e caribenho traz consigo processos históricos de modernização conservadora, ou seja, agregam-se elementos de expansão e reconfiguração do sistema capitalista mundial, mas se permanece o lugar de periferia. Soma-se a isso a manutenção de oligarquias concentradoras de renda, riqueza, poder e prestígio. Nesse sentido, "(...) a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes)." (FERNANDES, 2009, p. 52). Nesse contexto é que florescem as classes sociais na América Latina e Caribe, em especial no Brasil.

Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. "América Latina e o giro decolonial". *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 11, p. 89-117, agos. 2013

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes, 2009

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Porto, Campo das letras, 2006

BRAGA, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, PPGS, 2012. (E-book)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "O Segundo Consenso de Washington e a Quase estagnação da Economia Brasileira". *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003.

CASANOVA, Pablo González. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; e GROSGUÉL, Ramon. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico". In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGUÉL, R. (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

CATTANI, Antonio David. "Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa". *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, pp. 74-99, jul/dez 2007.

CEPÊDA, Vera Alves. "Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico". *Estudos avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, pp. 77-90, maio/ago. 2012.



COSTA, Sérgio. "Estrutura Social e Crise Política no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 499-533, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000400499&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DUSSEL, Enrique. "Europa, modernidad y eurocentrismo", IN: LANDER, E. (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do Welfare State". *Lua Nova*. São Paulo, n. 24, set/1991.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina*. 4.ed. -. São Paulo: Globo, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25 ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998;

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: (formação histórica e problema)*. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GROSGUÉL, Ramón. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". IN: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. (pp. 455/491)

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. LVM editora, 2017

KERSTENETZKY, Celia Lessa. "O Brasil, a Pobreza e o Século XXI". **Revista Sinais Sociais**, v. 13, p. 78-103, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas". IN: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008

MARTINS, Paulo Henrique. "El posdesarrollo y la refundación de las utopías sociales". *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 2, p.282-307, jul./dez 2017.

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Julia Figueiredo. "Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais". *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, Recife, Vol. II, N. 11, Ago/Dez, 2017

MIGNOLO, Walter. "Colonialidade - o lado mais escuro da modernidade". *RBCS*, Vol. 32, nº 94, junho/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

NEGRI, Camilo. "Democracia, mudança de valores e transformação ideológica da esquerda na América Latina". *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, v. 2, p. 197-216, 2014.

NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média – o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva 2011. (E-book)

OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP. Campinas, SP. 2010

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. 11ª edição. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000

QUIJANO, Aníbal. "El fantasma del desarrollo en América Latina". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 6, n. 2, 2000.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do Poder e classificação social". In: SANTOS, B. S. de (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. "Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, no 37, set/dez 2014.

SALATA, André Ricardo. "Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe". *DADOS*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015.

SALATA, André Ricardo. "Uma nova abordagem empírica para a hierarquia de status no Brasil". *RBCS* Vol. 31 nº 92 outubro/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCALON, Celi; SALATA, André. "Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica". *Revista Sociedade e Estado* – V. 27 N 2 - Maio/Agosto 2012

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das letras, 2009.

SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018



SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2ªed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

Caminhos da Reprodução da Colonialidade: experiência desenvolvimentista e reação conservadora sob a tensão colonialidade/decolonialidade

Resumo

A presente comunicação trata de verificar de como ocorreu o recente processo de medianização precária no Brasil. Isso parte do questionamento se a segunda experiência desenvolvimentista brasileira promoveu alterações nos estratos intermediários da estrutura de classes no Brasil. Através de uma consistente revisão bibliográfica, oriunda da pesquisa de doutoramento, fazemos uso do pensamento decolonial como saber que confronta a retórica neoliberal e financeira. Aqui se delinea a tensão entre colonialidade/decolonialidade que possibilita localizar referências normativas denominadas de marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade. Os marcadores então tratam de analisar o desenvolvimento, especialmente o modelo heterodoxo brasileiro dos governos petistas, e possíveis alterações na estrutura de classe. Identifica-se, então, um processo de medianização precarizada em que a mobilidade social se dá de forma limitada inflando os estratos intermediários e não produzindo uma sociedade de classe média. Isso produz reações conservadoras e de extrema direita a fim de garantir a manutenção de uma ordem social desigual, baseada em fortes privilégios no topo da pirâmide socioeconômica, não rompendo com a colonização da vida social.

Palavras-chaves: Classes sociais; colonialidade/decolonialidade; conservador; desenvolvimentismo

Paths of Coloniality Reproduction: developmental experience and conservative reaction under coloniality/decoloniality tension

Abstract

This communication aims to verify how the recent process of precarious medianization occurred in Brazil. This is part of the question whether the second Brazilian developmental experience promoted changes in the intermediate strata of the class structure in Brazil. Through a consistent bibliographic review, derived from doctorate research, we make use of decolonial thought as a knowledge that confronts neoliberal and financial rhetoric. Here we outline the tension between coloniality/decoloniality that makes it possible to locate normative references called social markers of the tension between coloniality/decoloniality. The markers then try to analyze the development, especially the Brazilian heterodox model of the PT governments, and possible changes in the class structure. It is identified, then, a process of precarious medianization in which social mobility occurs in a limited way inflating the intermediate strata and not producing a middle class society. This produces conservative and far-right reactions in order to ensure the maintenance of an unequal social order, based on strong privileges at the top of the socioeconomic pyramid, not breaking with the colonization of social life

Keywords: Social classes; coloniality/decoloniality; conservative; developmentalism

Caminos de Reproducción Colonialidad: experiencia de desarrollo y reacción conservadora bajo tensión colonial/descolonialidad

Resumen

Esta comunicación tiene como objetivo verificar cómo se produjo el reciente proceso de mediación precaria en Brasil. Esto es parte de la pregunta de si la segunda experiencia de desarrollo brasileño promovió cambios en los estratos intermedios de la estructura de clases en Brasil. A través de una revisión bibliográfica consistente, derivada de la investigación doctoral, utilizamos el pensamiento decolonial como conocimiento que se enfrenta a la retórica neoliberal y financiera. Aquí delineamos la tensión entre colonialidad/decolonialidad que permite localizar



referencias normativas llamadas marcadores sociales de la tensión entre colonialidad/decolonialidad. Los marcadores luego tratan de analizar el desarrollo, especialmente el modelo heterodoxo brasileño de los gobiernos PT, y posibles cambios en la estructura de la clase. Se identifica, entonces, un proceso de medianización precaria en el que la movilidad social se produce de manera limitada inflando los estratos intermedios y no produciendo una sociedad de clase media. Esto produce reacciones conservadoras y extrema derecha con el fin de asegurar el mantenimiento de un orden social desigual, basado en fuertes privilegios en la parte superior de la pirámide socioeconómica, no rompiendo con la colonización de la vida social.

Palabras-llaves: Clases sociales; colonialidad/decolonialidad; conservador; desarrollismo



Crise da Democracia Liberal, Neoliberalismo e Corpos na Rua no Brasil Contemporâneo: reflexões sobre a política pública de cortes de recursos ao ensino superior público e faíscas insurgentes

Luciana Fernandes¹

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, é representativa de uma série de contingências que têm tensionado os modelos de democracia em ordem no mundo e, especialmente, a brasileira de forma pendular². Propondo uma discursiva alternativa à “perversidade” eleitoral instalada no Executivo, referindo-se constantemente a seu passado militar³, o candidato, desde as propostas de governo, personificava as soluções de políticas autoritárias e neoliberais em expansão no centro, enquanto nova racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2017), e na periferia do capitalismo global, apresentando-se como variante diante das rupturas democráticas já em curso (MIGUEL, 2020, p. 77).

No Brasil, a ampliação dessas pautas encontrava restrições em governos de centro-esquerda que ocupavam os cargos de chefia de Estado na última década e

1 Professora substituta no Departamento de Ciências Jurídicas da UFRRJ e Pesquisadora do IPEA. Contato: lucianafernandesppa@gmail.com

2 A categoria é trabalhada por Leonardo Avritzer: “Denomino esse elemento de ‘pêndulo da democracia’ e o defino como a oscilação política pela qual passa a política brasileira entre certos períodos históricos nos quais elites e massas partilham um forte entusiasmo democrático e outros momentos em que a classe média adota uma visão antidemocrática, alinhada com as elites, e muitos setores populares aderem à rejeição da política ou à antipolítica(...) A partir dessa chave, analisarei a conjuntura 2013-8 como um momento turbulento de degradação institucional contínua e de movimentação da elite e da classe média contra a soberania popular e a ordem democrática” (AVRITZER, 2019, pp. 16-17)

3 Embora há décadas parlamentar, Bolsonaro construiu a sua própria imagem como de um *Outsider* da política, representando algo de “diferente” à corrupção e desvios que ajudou a entranhar como imaginário da política brasileira. De forma similar, Donald Trump teria se lançado durante a disputa eleitoral como um empresário, também anti-*establishment*. Para Clara Ramas, trata-se de característica de um projeto *neoliberal autoritário* (MIGUEL, 2019, p. 77), emergente da confluência entre neoliberalismo, rupturas democráticas e surgimento das extremas direitas no plano mundial mas com viscosidades regionais.



que passaram a ser sistematicamente deslegitimados – processo simbolicamente representado pelos movimentos de rua em 2013 e que atingiu o seu ápice no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (ALMEIDA, 2019). O raivoso eleitorado, forjado na crise sociopolítica que abalou sensivelmente a jovem dinâmica democrática no país, deu vazão a políticas neoconservadoras que tomaram conta da disputa no Norte e chegaram aos países do Sul com especificidades, já que a agenda, no território, precisava e ainda precisa caminhar em sintonia com a fundação colonial das instituições.

Assim é que as pautas de governo, aparelhadas ideologicamente, passaram a privilegiar os interesses de mercado e anunciar o desfalque de garantias fundamentais – tais como a educação pública e superior de qualidade – políticas que, na periferia do capitalismo global, reforçam as hierarquias de raça, classe e gênero. Na geopolítica das exclusões (ORTEGA, 2018), desde a vitória da presidência, a promessa tem se transformado em planos concretos que favorecem a adesão não só à expansão dos interesses do capital, como à moral conservadora instalada, ambiente em que as políticas que concernem à educação se apresentam como estratégicas⁴. Quando se trata do ensino superior, especialmente, no que tocam as ciências sociais e humanidades, cujo lugar histórico de produção de contestação e reflexões críticas representam verdadeiro atentado à ordem instalada.

Nesse cenário, é possível entender uma série de notícias que passaram a associar as universidades, sobretudo federais, à “balbúrdia”⁵ como prelúdio do anúncio dos cortes de orçamento voltados à área da educação pública e de programas como o Future-se⁶, pautas alinhadas com um projeto amplo de expansão da privatização do ensino superior e do desmonte de políticas com vistas a redução das desigualdades históricas no país. Isso tudo, no mesmo ano em que o IBGE (2019) divulgou também o primeiro dado de paridade racial entre

4 Para aprofundar a questão, recomenda-se a leitura do capítulo sobre “a fábrica do sujeito neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2017, pp. 321-376).

5 Após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciar uma política de cortes no orçamento da pasta, (30% das verbas das 60 universidades federais e 40 institutos federais) o presidente, Jair Bolsonaro (PSL), disse que instituições de ensino no Brasil “promovem balbúrdia”. Disponível em < <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/05/apos-ministro-de-bolsonaro-chamar-universidades-de-balburdia-pesquisadores-reagem/> >. Acesso em 14/12/2019;

6 Para mais informações sobre o projeto, acesse as plataformas do Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>> Acesso em 14/12/2019.

peças brancas e negras entre as universidades que implantaram o sistema de cotas.

A vitória da presidência é sintomática de uma ordem que se organiza no dia a dia da política e da tolerância aos absurdos produzidos na atual gestão, na corrosão progressiva dos direitos sociais e da “lógica democrática da cidadania social” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 381). Escândalos e discussões na era da pós-verdade ambientam a dispersão e amortização do “povo”, vocabulário, de um lado, precário, porque referido a um sentido de coletivo que é incompatível com a racionalidade neoliberal. De outro, como categoria política em reivindicação, sobretudo nas manifestações políticas que reverberam e produzem diferenciações a um sentido de “Nós” potente, de um grupo animado pela rebelião.

Esse artigo que, metodologicamente, é construído através da revisão bibliográfica, se propõe a compor o atual estado de discussões (ainda inconclusas) sobre as crises apresentadas no cenário político brasileiro. Assim, em um primeiro momento, discute os sentidos da democracia liberal organizada enquanto sistema de governo, analisando aspectos de sua consolidação e atual estágio de aparente esgotamento (AVRITZER, 2019) no Brasil.

Considera-se, para isso, os efeitos de operações como a Lava Jato; dos movimentos de rua organizados a partir de 2013; e da difusão do clima de revolta política através das mídias sociais como conviventes – embora guardadas as condições particulares – com as rupturas do modelo liberal democrático a nível mundial, em especial impactos políticos em outros países da Europa Ocidental (DARDOT; LAVAL, 2017). Assim, o artigo reflete sobre a forma como o contexto de rupturas entre governantes e governados (CASTELLS, 2018), que é sintomático das atuais conformações que dizem respeito à governabilidade, foi catalisador das transformações na esfera política e serviu como base de emergência de neoconservadorismos (MIGUEL, 2019).

Após, considera-se o neoliberalismo como razão (BROWN, 2017), como racionalidade que associa aspectos particulares (DARDOT; LAVAL, 2017) e que se organiza, também, a partir da redução da vida pública e esvaziamento do sentido da política a nível global e regional. Nesse terreno, drásticas transformações nas relações com as institucionalidades e com agendas de direitos

sociais, como é a educação pública, ocorrem, tornando-se férteis as agendas de governo ostensivas à inclusão. Para tanto, toma-se como estudo de caso a decisão pelos cortes na educação superior pública, anunciada pelo Executivo federal em maio de 2019, entendendo-a como representativa do cenário apresentado.

Por fim, encara-se as respostas ao anúncio, em especial as possíveis tônicas das diversas manifestações populares contra o conjunto de medidas em desfavor do ensino, como simbólicas dos movimentos de contra hegemonia que começam a eclodir especialmente a partir da juventude (GOHN, 2018). Evocando sentidos do comum, as alianças dos corpos (BUTLER, 2018) nas ruas têm uma gigantesca potência transformadora, inclusive para o cenário de catástrofes neoliberais em expansão anunciadas.

Assim, partilhando algumas interpretações sobre o contexto que experimentamos no Brasil, busca-se não só construir mais um diagnóstico crítico aos atuais desenhos da democracia brasileira, como também debater caminhos coletivos de mudança. E que, não por acaso, partem da educação como prática de liberdade, como lugar de possível engajamento e transgressão (hooks, 2017), especialmente representados pelos movimentos de rua analisados.

Regressão Democrática e Rupturas Institucionais

Vive-se no Brasil, acentuado desde 2013, um período de regressão democrática entendido como de diminuição do apoio da democracia e de estreitamento das práticas que são a ela constitutivas (AVRITZER, 2019, p. 141). Sem esgotar as camadas de produção do fenômeno, mas selecionando alguns que parecem dialogar com o tema deste artigo, destacam-se os relacionados aos novos contornos das disputas políticas no Brasil.

O primeiro diz respeito à forma como a desconfiança nas instituições foi produzida de modo a romper as bases da democracia liberal, e que tomou corpo em operações voltadas contra parte dos políticos, como Mensalão e Lava Jato, e nas manifestações a partir de 2013. O segundo à forma como agendas políticas que retrocedem em termos de inclusão social passam a ser autorizadas e facilitadas pela atual gestão, fazendo eco a uma política neoliberal de rebaixamento da qualidade de vida. O terceiro, à emergência de

neoconservadorismos que articulam discurso de violência e *desdemocratização* (ALMEIDA, 2018, p. 32). Todos eles, possivelmente tensionados pelo fornecimento de ensino superior público e com fomento ao pensamento crítico que passa, então, a ser uma das primeiras ameaças a ser combatida pelo governo.

Sobre as rupturas institucionais, a primeira imagem que retomamos é a da realidade construída pelas agências midiáticas no bojo da criminalização de agentes da política na década de 2010, bem como das aglomerações que iniciaram em 2013, nas principais avenidas das capitais do país, que faziam surtir um sentimento coletivo de revolta dos representados contra os representantes. Duas cenas conviventes ao processo de repulsa à corrupção e de construção de um sentimento de catarse frente a ideologia da decadência moral da política. Assim maniqueísmo e seletividade operaram, conforme Luis Felipe:

a revolta contra a corrupção é marcada pela seletividade, mas também pelo maniqueísmo. A corrupção não é entendida como um produto das relações do poder político com o poder econômico, mas como um desvio de pessoas sem caráter. A resposta a ela exige sobretudo a punição mais efetiva dos culpados. (...) Seletividade e maniqueísmo marcaram não só a mentalidade da classe média, mas também a cobertura jornalística e a ação do aparelho repressivo de Estado. (MIGUEL, 2018, p. 25)

A seletiva luta contra a corrupção, escatológica na operação Lava Jato, produziu uma disjunção ainda maior com os modelos de representação democráticas, sobretudo os relacionados à representação direta (GALLEGO, 2018, p. 09). Em parte, esse processo resultou dos próprios limites das demais formas de representação democrática no país. Mas também pela dimensão que atores relacionados à formação de opinião pública, sobretudo da mídia, deram ao processo, sedimentando o imaginário coletivo de associação entre desonestidade e governos de esquerda – especialmente o Partido dos Trabalhadores que possuía maioria do eleitorado.

A transmissão das mensagens com conteúdo simples – e debatíveis –, repletos de imagens, explorando universo visual-emocional pelas comunicações de massa e sociedades de rede deu maior amplitude ao sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, operando no nível das subjetividades. As redes digitais, incutindo as regras de autonomia e liberdade de expressão, contribuíra – e têm contribuído – para o

ofuscamento dos tênues limites entre opinião e informação, mas sem dúvida para a catarse da revolta contra a política.

Tamanho inconformismo tomou, de verde e amarelo, as ruas de diversas capitais⁷ e passou a caminhar por uma recuperação de um forjado nacionalismo que superasse o estado de mácula da política brasileira, corrupta, subversiva, vermelha. O processo também contou com o ativismo do judiciário que, blindado na igualdade da lei e na lisura da instituição (CASARA, 2018, p. 77), do processamento e das prisões de líderes do partido que vencia nas consultas públicas em 2018. A prisão do ex-presidente Lula em um processo escatológico quanto a quantidade de ilicitudes produzidas, assim como ex-ministros ligados ao PT e PMDB foi simultânea à descriminalização de políticos próximos à Jair Bolsonaro (AVRITZER, 2019, p. 171), catapultando os resultados das eleições presidenciais de 2018. Isto é, o pêndulo setORIZAVA-se contra setores do governo de esquerda, mas nisto não se esgotou, dando ampla projeção a atores e partidos que se apresentavam como recém-nascidos, imunes à mácula da corrupção tradicional da cena política brasileira. Para Leonardo Avritzer,

A partir de 2013, há uma nítida concentração em um tipo de corrupção no Brasil, a princípio identificada erroneamente com o governo de esquerda. É nessa interseção que reside esta nova agenda a mover o pêndulo democrático. A crise política começou com um forte movimento jurídico midiático contra o Partido dos Trabalhadores, que implicou tanto condenações jurídicas quanto forte crítica midiática, e acabou não mais restrita à concentração no Partido dos Trabalhadores – que teve uma presidente afastada e um candidato a presidente na primeira posição das pesquisas impedido de concorrer às eleições – atingindo o sistema político como um todo. Ao longo do primeiro turno das eleições para presidente em 2018, a punição a membros do sistema político foi muito forte, expressa no fato de tanto o PMDB quanto o PSDB e o PP terem perdido parte significativa de suas bancadas. Ao mesmo tempo, partidos sem nenhuma trajetória anterior, como o PSL e o Novo, se beneficiaram do clima antissistema político. (...) Assim, a bandeira da luta anticorrupção mudou a correlação de forças no sistema político sem ficar claro se os beneficiados pela bandeira vão introduzir uma forma diferente de trato com a coisa pública. (ibidem, p. 150)

Embora os efeitos imediatos importem, interessa dar ênfase aos de longa duração produzidos. O esgotamento dos esquemas clássicos de

7 Inédito na história do país a tomada das ruas pelas classes dominantes, nesse período. Para Ester Solano, que pesquisou a fundo esses movimentos: “Ruas e redes se realinharam contra o PT. As ruas, tradicionalmente espaço de grupos autodenominados de esquerda, passaram a ser ocupadas por novos protagonistas: camisetas verde-amarelas, bandeiras de Brasil, gritos nacionalistas. O repertório patriótico, com manifestantes portando bandeiras, e vestidos de verde-amarelo, que já estava mais timidamente presente em 2013, explodiu em 2015 e 2016 nas maiores cidades brasileiras, fundamentalmente em São Paulo” (ibidem, pp. 11-12).

representatividade, situados nessa ambiência de apresentação da política como vergonhosa e suja, têm atingido a legitimidade democrática dos partidos e acentuado a substituição “do espaço público de debate pelo protagonismo dos meios de comunicação de massa e da internet com um eleitorado mais fluido, menos fidelizado, que se mobiliza muito mais por causas concretas do que por referências partidárias.” (GALLEGO, 2019, p. 05). A dessacralização das dinâmicas tradicionais democráticas projeta a distância crescente entre a classe política e o conjunto dos cidadãos que se torna cada vez mais veloz pela introdução das comunicações de massa *online*, redes e mídias sociais.

Mesmo contingenciada por alguns dos elementos descritos, próprios da realidade brasileira, trata-se de um fenômeno global, de “crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam” (CASTELLS, 2018, p. 11). E que em diversos países também vem sendo matizada pela suposta luta contra a corrupção enquanto subterfúgio para a instalação de uma ordem pós-liberal que têm permanecido porque negam as formas partidárias existentes. Para Manuel Castells,

o rompimento fora das instituições tem um alto custo social e pessoal, demonizado por meios de comunicação que, em última análise, são controlados pelo dinheiro ou pelo Estado, apesar da resistência muitas vezes heroica dos jornalistas. Em situação de crise econômica, social, institucional, moral, aquilo que era aceito porque não havia outra possibilidade deixa de sê-lo. E aquilo que era um modelo de representação desmorona na subjetividade das pessoas. Só resta o poder descarnado de que as coisas são assim, e aqueles que não as aceitam que saiam às ruas, onde a polícia os espera. Essa é a crise de legitimidade. (CASTELLS, 2018, p. 11)

A ruptura mencionada transcende os esquemas de divisão entre esquerda e direita, informando no nível emocional e cognitivo um colapso do modelo político de representação da democracia liberal instalada na ordem mundial e que historicamente representou frente aos autoritarismos. Sem pretensão de esgotar as possíveis causas e sem deslocar o eixo do Sul para o Norte, o dado é que a falta de confiança nas formas de representação direta, que opera em nível coletivo e constrói subjetividades, revela os limites da democracia liberal na contemporaneidade. Se a cidadania no seu conteúdo social é antagônica ao

modelo da *empresa de si*, incutido pelo neoliberalismo, a própria governabilidade que demanda atenção para o social, soberania popular, entra em colapso⁸.

A composição política anterior a 2018, no Brasil, embora com diversas vicissitudes, apresentava alguns embargos a um projeto do mercado aberta e inteiramente hostil aos direitos sociais. A retirada de cena forçada de candidatos representantes dessa cena manifesta os interesses nas reformas que cortam orçamento de políticas públicas, dentre as quais se situa a educação, mas que demandam uma breve introdução quanto aos sentidos do neoliberalismo no presente.

Neoliberalismo como Razão e o Contexto de Rupturas Democráticas

A segunda chave de análise do momento político-econômico vivido no Brasil requer a percepção da forma como um modelo neoliberal de Estado tem como projeto a destruição da democracia. Wendy Brown, para quem “(...) *el neoliberalismo, uma forma particular de razón que configura todos los aspectos de la existencia em términos económicos, está anulando silenciosamente elementos básicos de la democracia*” (BROWN, 2017, p.13), é a autora que recorta este tópico do artigo, pelas reflexões sobre os atravessamentos no sistema de representações que não mais se limitam às projeções econômicas do sistema produtivo no campo político, mas de uma constelação ainda mais complexa que opera em dimensões individuais e coletivas.

Uma breve situação do neoliberalismo como “projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas.” (HARVEY, 2013, p. 14), pós-crise da década de 70 e agenciada em torno do valor de liberdade mercantil é central. A neoliberalização do capitalismo, no eixo do Norte Global, respondeu às tensões do sistema financeiro que se reinventava em suas próprias ruínas, junto à geopolítica do momento, ambientado na Guerra Fria; bem como o desinteresse na manutenção de um modelo de Estado Social de um modelo keynesianista.

8 Para refletir sobre o esgotamento da democracia liberal a nível global, no ponto sublinhado, conferir DARDOT; LAVAL, 2017, pp. 377-384.

A plenitude da liberdade em um sentido mercadológico fixava-se como livre empreendimento e liberdade privada em resposta à inclusão promovida tempos antes por um modelo de Estado social que não dissolveu as tensões de classe, mas promoveu a emergência de um estado de igualdades e de protagonismo dos direitos relacionados à cidadania fundamentais para a prática democrática. Ainda mais forte seriam seus fatores ideológicos, com ênfase na retórica neoliberal das liberdades individuais e na “empresa privada e a iniciativa dos empreendedores julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza” (ibidem, p. 75) que fez ascender o mercado à situação de principal organizador da vida.

Wendy Brown percebe o *neoliberalismo* não apenas como um conjunto de políticas estatais⁹, fase do capitalismo ou ideologia, atribuições já mais construídas no campo crítico-reflexivo, sim como ordem de razão normativa que produz uma economização de todas as características da vida e por isso “dissemina el modelo del mercado a todas a las esferas y actividades – incluso aquellas em que no se involucra el dinero – y configura a los seres humanos de modo exhaustivo como actores de mercado” (BROWN, 2017, p. 36). A autora explora os mais variados campos de apresentação da economização da vida¹⁰, sendo especialmente interessante mobilizar sua chave de análise para pensar na relação política dos indivíduos e das instituições; no sucateamento da educação pública superior; e na organização de um projeto de desmobilização coletiva já que ofuscados os sentidos do “povo”.

9 Especificamente quanto ao conjunto de produções que associam neoliberalismo a políticas estatais, Wendy Brown afirma: “La manera más común de entender el neoliberalismo es como un ensamble de políticas económicas que coinciden en su principio original de afirmar libres mercados. Éstos incluyen la desregulación de las industrias y de los flujos de capital; la reducción radical de las provisiones del Estado de bienestar y de sus protecciones para quienes son vulnerables; la privatización y subcontratación de bienes públicos, que van desde la educación, los parques, los servicios postales, las carreteras y la previsión social hasta las cárceles y los ejércitos; el reemplazo de esquemas hacendarios y de arancel progresivos por regresivos; el fin de la redistribución de la riqueza como una política económica o sociopolítica; la conversión de cada necesidad o deseo humano en una empresa rentable, desde la preparación para ser admitido en universidades hasta los trasplantes de órganos, desde las adopciones de bebés hasta los derechos de contaminación, desde evitar colas hasta asegurar un espacio cómodo en un avión, y, más recientemente, la financiarización de todo y el creciente dominio del capital financiero sobre el capital productivo en la dinámica de la economía y la vida cotidiana” (BROWN, 2017, p. 30).

10 Propondo também uma perspectiva ampla sobre neoliberalismo, ver DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, 2017.

Especificamente quanto à democracia, na relação entre governados e governantes, parece sintomático à ordem a redução da vida pública e esvaziamento do sentido da política, facilitando a diminuição das garantias de direitos individuais, sociais e econômicos e a possibilidade de participação nas decisões comunais. O Estado, que se relaciona a serviço da economia de livre mercado e os indivíduos, que se tornam uma unidade do capital empresarial, são causa-efeito da perda de valor da cidadania das coisas públicas e dos bens comuns em tempos neoliberais (ibidem, p.32).

Assim é que, também Dardot e Laval, que observam o neoliberalismo como uma racionalidade, percebem o absoluto esvaziamento da democracia. Se a base distintiva substancial da democracia em relação à demais sistemas de governo é justamente a soberania de um *povo*, e se essa noção é absolutamente incongruente com a doutrina neoliberal, que privilegia a liberdade individual, o regime vai despindo-se de seu conteúdo essencial, cada vez mais passando a operar como um modo técnico e nada substancial de escolha de governantes. Isto é, cada vez mais, a referência ao argumento democrático diz respeito, simplesmente, à maneira de eleger dirigentes por eleição, ao procedimento, não ao valor da liberdade política, o exercício da cidadania, à construção da soberania popular enquanto um valor. Para os autores “o neoliberalismo se tornou hoje a racionalidade dominante, não deixando da democracia liberal nada além de um envelope vazio, condenada a sobreviver na forma degradada de uma retórica cora comemorativa, ora marcial” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 384).

Nesse sentido, as privatizações – em seu amplo espectro, incluindo do próprio Estado¹¹ – e o aumento liberdade definida economicamente, que são

11 Nesse sentido, Harvey argumenta: “Os negócios e corporações não só colaboram intimamente com atores do governo como chegam mesmo a assumir um forte papel na redação de leis, na determinação das políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias (que são vantajosas principalmente para eles mesmos). (...) O Estado produz tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócios etc. Em muitos casos das parcerias público-privadas, em especial no nível dos municípios, o governo, assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros. Se necessário, o Estado neoliberal além disso recorre a legislações coercivas e táticas de policiamento (por exemplo, regras antipiquete) para dispersar ou reprimir formas coletivas de oposição ao poder corporativo. As maneiras de vigiar e policiar se multiplicam: nos Estados Unidos, a prisão se tornou uma estratégia-chave do Estado para resolver problemas que surgem entre trabalhadores descartados e populações marginalizadas. O braço coercivo do Estado é fortalecido para proteger interesses corporativos e, se necessário, reprimir a dissensão.” (HARVEY, 2013, p. 87).

efeitos inexoráveis, eliminam a ideia de um “povo” ou uma “soberania política coletiva”. Brown afirma que:

Esta persistencia de la política en medio de la destrucción de la vida pública y, en especial, de la vida pública instruida, en combinación con el mercantilismo de la esfera política, forma parte de lo que vuelve a la política contemporánea particularmente poco atractiva y tóxica: esa vida política de hoy en día está llena de despotismos y afectaciones, carece de seriedad intelectual, dirigida a un electorado no instruido y manipulable y a medios corporativos hambrientos de celebridades y escándalos. El neoliberalismo genera una condición de la política en que están ausentes las instituciones democráticas que sustentarían a un público democrático y a todo lo que representa este público en su mejor sentido: pasión informada, deliberación respetuosa, soberanía aspiracional, contención drástica de los poderes que podrían dominarla o socavarla. (BROWN, 2017, pp. 48-49)

Com todas as falhas, regimes democráticos liberais historicamente foram territórios ameaçadores às concepções individualistas da liberdade porque, embora convivessem com a ordem imperialista, racista, classista, sexista de organização social, mantiveram-se minimamente organizados a partir das noções que emergem da própria soberania popular. O sentido privilegiado da liberdade mercantilizada é estratégico para a manutenção e intensificação das desigualdades sem as quais o mercado inflado não opera soberano. Ai reside o lugar paradoxal entre neoliberalismo e democracia, arena para as disputas em diversos campos, incluindo o de serviços relacionados a direitos sociais em geral e que promoveram o forte deslocamento de governabilidade nas últimas eleições de vários países.

No Brasil, embora a Constituição de 1988 tenha cristalizado a igualdade no acesso a serviços em geral, como pondera Leonardo Avritzer, sempre foram monopólio das elites no país. Na década de 2000, porém, algumas rupturas começaram a ser produzidas,

os serviços que seriam proporcionados igualmente aos cidadãos foram, na maior parte da história do Brasil, oferecidos de formas segmentada a cada um dos grupos sociais de modo que a presença igualitária do Estado e dos serviços ligados à cidadania no Brasil é uma experiência recente. (AVRITZER, 2019, p. 31)

Especialmente em tempos neoliberais, a repartição de serviços e a ampliação, ainda que tímida, no acesso a garantias fundamentais e da própria base discursiva da democracia são uma subversão. Cada serviço guarda em si sua condição particular, mas parece que especialmente a educação crítica é tida como ameaça para a manutenção da ordem de interesses neoliberais, já que “são

lugares fundamentais de formação de um certo tipo de subjetividade” (LAVAL, 2019). Mais ainda, quando demanda protagonismo público pode, pelas condições de acesso ao capital da educação fissurar – se não transformar inteiramente – o pacto narcísico das elites brancas, masculinas, burguesas e cisheterossexuais que têm garantido a perpetuação dos privilégios que goza desde a intrusão colonial.

A reflexão sobre esse e outros contextos de ordem que pode ser produzida nos cursos superiores, especialmente no campo das humanidades¹², passa, então, a ser demonizada, perseguida, sucateada e, estrategicamente, privatizada. A venda das universidades incorpora as agendas políticas de manutenção da nova ordem autoritária, inclusive porque a relação entre tolerância ao colapso das instituições democráticas e escolaridade já vinha sendo mapeada, constatando-se a tendência de encontrar, nos níveis de maior escolaridade, menos conformismo a rupturas democráticas:

se encontramos a evolução de um padrão favorável à ruptura democrática quanto mais alta for a renda, encontramos um padrão diferente no que se refere à escolaridade. Há patamares favoráveis e desfavoráveis à ruptura relativamente próximos enquanto a escolaridade se situa no nível médio, mas, quando entramos no campo da educação superior, deparamos com uma rejeição mais forte às ações de ruptura com a democracia, mesmo em caso de alta incidência da corrupção. (AVRITZER, 2019, p. 153)

Assim se situa o relacionamento tenso entre neoliberalismo, democracia e acesso a direitos sociais, que avançava com embargos nas últimas décadas e, a partir da eleição de 2018, parece assumir o seu auge. Um último elemento surge

12 Uma disputa estratégica já que “a perseguição às ciências sociais, juntamente com a filosofia, a história, as letras e as artes em geral, revela o medo – justificado, diga-se de passagem – do pensamento crítico, da vontade de saber, de explorar o novo, de quebrar paradigmas que fazem parte do ofício de todas estas áreas. As humanidades colocaram para debate as novas formas de trabalho que desregulamentaram direitos e reorganizaram os interesses do capital. Também, junto com os movimentos sociais, deram voz aos até então invisíveis, indesejados pela sociedade conservadora, tornando visíveis as condições das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos presidiários, dos desempregados, dos informais. As humanidades, através da história, mostraram o silenciamento do racismo no Brasil por séculos e a agência da população escravizada no sentido de sua libertação. As ciências sociais estudaram a ditadura cívico-militar, que dominou o país por mais de 20 anos a partir de 1964, trataram da censura, provaram a existência da tortura, de desaparecidos, a existência de um crescimento econômico que aprofundou a desigualdade social. Tudo isto foi feito com metodologia científica, com pesquisa empírica, com análise de dados, com horas de entrevistas, de busca em arquivos, de análise de documentos. Quando cientistas sociais analisam o atual momento pelo qual passa o Brasil e identificam uma grave ameaça às instituições democráticas, reconhecem uma crise nas políticas públicas e uma incapacidade de tomada de decisão frente à pandemia que se apresenta. Não é achismo, não é picuinha, é análise com base em conhecimento acumulado.” (PINTO, 2020).

como nodal ao contexto, que é o elemento neoconservador em convergência e que também organiza de forma peculiar a condição dos cortes na educação.

Neoconservadorismo e Neoliberalismo no Brasil

Os diversos sentidos de precarização produzidos em contexto neoliberal, que conta com estado mínimo, cortes de gastos e redução das obrigações sociais, esfacelamento das garantidas do trabalho e da previdência social, desemprego e recessão, aumento dos níveis de pobreza e intensificação das desigualdades demandam um tipo de legitimação própria. A manutenção de um sistema de moralidades democráticas, com vistas a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos¹³, é incondizente com os discursos de ódio e terror que ambientam o governo de Bolsonaro no Brasil. Para Ester Solano, a religião, valores como família tradicional patriarcal e heteronormativa, nacionalismo e políticas da inimizade surgem como modeladores da crise de legitimidade que políticas de austeridade teriam em tempos, supostamente, democráticos:

“[...] para se erguer como esta força reguladora das subjetividades e da vida coletiva, o neoliberalismo precisa de um conjunto de valores e configurações éticas que reinterprete as crises econômicas como crise morais, de valores e de abandono dos valores tradicionais. É aqui onde entra o papel da religião como legitimadora moral do neoliberalismo especificamente no seu modelo meritocrático da teologia da prosperidade e da lógica do sacrifício. É aqui também onde, diante da pulverização do tecido social por medidas de austeridade, pelo desemprego em longo prazo, a precarização, a concorrência de todos contra todos, a pauperização, entra em jogo a defesa da família tradicional patriarcal e heteronormativa como principal núcleo social e o ressurgimento do nacionalismo, e da figura do —homem de bemll como forma de coesão social a partir do sentimento de unidade frente um —outroll ameaçador que é designado como inimigo e que leva também à militarização do espaço político e público para manter a lei e ordem necessárias para o mercado operar. (GALLEGO, 2018, p. 07)

Assim, neoconservadorismos aparecem imbuídos de um moralismo fundamentalista, de discursos de ódio e pautas de extermínio da diferença que

13 Expressão retirada do preâmbulo da Constituição de 1988 do Brasil, segundo o qual: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.



dialogam com o interesse da globalização da pobreza e do alastramento das condições de subalternidade. Trata-se de processo multifacetado, emergente em nível global, mas especialmente latente nas Américas, onde as posições ultraneoliberais no econômico vem sendo marcadas por posições especialmente reacionárias na moral, estrategicamente legitimadoras do desfalque da cidadania social. Para Clara Ramas, se trata *“em suma, de um retorno de lo neocon: neoliberalismo econômico, autoritarismo social y reaccionarismo social”* (MIGUEL, 2019, p. 77).

É nesse contexto que o projeto de privatização da vida, de ordem neoliberal, assume valor de escárnio, ódio, extermínio. E que as políticas de austeridade aparecem sempre acompanhadas da fixação de estereótipos que alimentam as moralidades neoconservadoras. No que atinge a educação superior pública, a demonização de Paulo Freire¹⁴; a ambiência de um combate ao comunismo¹⁵ e a posterior construção da imagem desses territórios como lugares de “Balbúrdia”¹⁶; de desperdício de recursos públicos e capital político em vista da realidade perversa e de libertinagem das universidades federais acompanha o anúncio dos cortes. O indizível e irrazoável, a banalização do ódio e a sua apresentação teatral, escatológica, nesses tempos, torna-se não só possível como autorizadora da ordem de rupturas experimentada.

Mais que a vitória de um candidato, ou de um programa de governo, o “bolsonarismo” se apresenta como a disjunção entre aquilo que não podia ser externalizado e a radicalização de ações truculentas em projetos de poder,

14 São diversas as manifestações públicas não só do próprio presidente como de agentes do executivo que lhe acompanham nesse sentido. Em 16/12/2019, por exemplo, ao sair do Palácio da Alvorada, em uma coletiva, Jair Bolsonaro afirmou: “Os caras estão há 30 anos sendo formados assim. Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia. Do Paulo Freire da vida. Esse energúmeno aí ídolo da esquerda”. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/para-bolsonaro-educador-paulo-freire-era-um-energumeno>>. Acesso em 16/12/2019.

15 Também são diversas as declarações públicas, mas destacam-se as incursões recentes de deputados federais do PSL a universidades federais sob o subterfúgio da fiscalização da “doutrinação comunista” nesses espaços. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-daniel-silveira-cospe-em-mulher-durante-visita-a-universidade/>>. Acesso em 16/12/2019.

16 O atual ministro da educação, Abraham Weintraub, justificou os cortes direcionados aos recursos repassados a universidades federais sob o seguinte argumento: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Disponível em <https://www.geledes.org.br/mec-mira-universidades-por-balburdia-e-corta-30-de-verba-da-unb/?gclid=EAlaIqObChMInciDwLS65glViQSRCh2e4gmQEAAAYASAAEgK13fD_BwE>. Acesso em 16/12/2019.

produzindo uma ruptura democrática com aparência democrática. Uma das ainda inconclusas questões se refere aos elementos produtores do silêncio e do amorfismo da classe universitária frente às políticas trabalhadas. Assim, uma breve passagem pelo sentido da aliança dos corpos nas ruas finaliza as reflexões deste trabalho.

Corpos nas Ruas em Aliança, Performances de Insurgência

Embora a relação entre neoconservadorismos, neoliberalismo e colapso da democracia formal constitua uma ordem, com impactos centrais na constituição das Américas e com peculiaridades referentes ao contexto brasileiro, é também tempo, em nosso território, de insurgências populares. Nesse sentido, há um papel central em nossa história contemporânea que deve ser atribuído às contra-hegemonias, especialmente aos movimentos de rua, para a representação dos horizontes possíveis de liberdade.

No Brasil, como trabalhado nas sessões anteriores, o anúncio das referidas políticas de cortes de recursos voltados à educação superior público foi acompanhado da programação de outras diretrizes de esfacelamento de direitos e garantias fundamentais. Mas foram essas a que primeiro mobilizaram grande contingente de pessoas nos centros urbanos, representando os valores sintetizados na frase “Tomar as ruas para resistir pela educação.” (CARNEIRO; SILVA; LAGAZZI, 2019, p. 01).

Espalhadas por todo Brasil, só no Rio de Janeiro, na primeira ocasião, aproximadamente 150 mil pessoas compareceram à manifestação na região do Centro (BLASI, 2019). Um segundo ato foi rapidamente programado e circulou pelas mídias sociais através da #30M, convidando a sociedade civil na luta contra o desmonte da educação pública, de qualidade e gratuita. Fotos de estudantes, professores, cartazes enaltecendo o papel da educação atravessaram toda a semana dos noticiários regionais, nacionais e internacionais, convocando os sentidos daquilo alianças de corpos possuem como essencial.

Judith Butler, para refletir sobre as manifestações políticas em contexto de vidas precárias, questiona os motivos pelos quais a afetação de políticas mais ou menos próximas àqueles que se aglomeram pode gerar uma forma particular de

solicitação ética (BUTLER, 2018, p. 70). Consideramos, brevemente, este marco para não deixar em aberto qualquer questionamento sobre os efeitos dos movimentos de rua, ainda que nem todas as pessoas em assembleia ou aquelas que acessam as imagens da política em movimento estejam simultânea e diretamente atravessadas pelas questões envoltas à aglomeração. A potência das multidões, em si, reverbera pelos interpelamentos que as exposições podem causar, nas e para além das pessoas que se reúnem.

As demandas insurgentes dos corpos que tomam as ruas dão tom a uma dimensão agregadora da política e evidenciam o conteúdo de relação da ação política (BUTLER, 2018, p. 56). Butler percebe essas movimentações de corpos como performances, como comunicação visível, tangível:

As assembleias se afirmam e se fazem representar pela fala ou pelo silêncio, pela ação ou pela inação contínua, pelo gesto, por se reunirem como um grupo de corpos no espaço público, organizado pela infraestrutura – visível, audível, tangível, exposta de maneira tanto deliberada quanto indesejada, interdependente de formas tanto organizadas quanto espontâneas (...) a assembleia já está falando antes de qualquer palavra ser pronunciada, que se reunir a assembleia já é uma representação da vontade popular; essa representação significa, de maneira bastante diferente, a maneira como um sujeito/ singular e unificado declara seu desejo por meio de uma proposição vocalizada. opostos. (...) E não significa que falem exatamente as mesmas palavras, embora algumas vezes isso aconteça. (ibidem, p. 106)

No silêncio, nas falas, nos movimentos, nas diversas composições de ação, as assembleias expõem vozes, gritos, inconformismos com uma ordem estabelecida. Disso se extrai seu potencial subversivo, porque as reuniões/multidões em si representam soberania e vontade popular, manifestam vontade de representação. E que tomaram as ruas a partir dos corpos de estudantes, professores e pessoas em geral em 2019 no Brasil.

O ajuntamento de sujeitos também reverbera no sentido dos espaços que toma, porque as linguagens dos corpos em manifestação transformam territórios como públicos e redefinem as compreensões comunais sobre o político. Centros políticos, avenidas urbanas que, no dia a dia, parecem funcionar para a manutenção do estado de coisas de dominação, são recuperadas de seu conteúdo

público e de igualdade (ainda que com suas limitações) o que é não só fundamental como condição de qualquer ordem democrática¹⁷.

Se em qualquer circunstância as características apresentadas significam tanto, em tempos de rompimento com as democracias liberais e suas instituições as representações latentes das assembleias tornam-se ainda mais marcantes. Evocar, no coletivo, soberania popular é (também) buscar mais uma vez o núcleo duro da organização democrática, embora sem abandonar os enfrentamentos dos limites de suas atuais roupagens.

Além disso, em tempos neoliberais, de apagamentos e expansão dos limites abissais de existência, bem como de privatização dos espaços e das vidas, e dos dispositivos de subjetivação *desdemocratizantes*, as insurgências em assembleia representam fortes disjunções. Tais insurgências são potentes negações à subjetivação que nega o valor da cidadania e do comum; elas pausam a lógica da concorrência e da “empresa de si” pelo sentido da aglomeração, desobedecem ativamente, porque reforçam as potências populares, estratégias conclamadas por Dardot e Laval:

“[...] à subjetivação-sujeição constituída pela ultrassubjetivação, devemos opor uma subjetivação pelas contracondutas, à governabilidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta de outros, devemos opor, portanto, uma dupla recusa não menos específica: a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência. Nisso, essa dupla recusa não esta ligada a uma “desobediência passiva”. Porque, se é verdade que a relação consigo da empresa de si determina imediata e diretamente certo tipo de relação com os outros (a concorrência generalizada), inversamente a recusa de funcionar como uma empresa de si, que é distanciamento de si mesmo e recusa do total autoengajamento na corrida ao bom desempenho, na pratica só pode valer se foram estabelecidas, com relação aos outros, relações de cooperação, compartilhamento e comunhão. (DARDOT, LAVAL, 2017, pp. 400-401).

Assim, qualquer ajuntamento que paute a ruptura com a ordem estabelecida passa a dar vida a um conjunto de pessoas que são cada vez mais silenciadas, mercantilizadas, o que é em si afrontoso. Sobretudo quando as demandas dizem respeito aquilo que é estrutural na manutenção da estabilidade

17 Butler trabalha as relações entre as alianças e regimes democráticos: “Em outras palavras, as condições do regime democrático dependem por fim de um exercício de soberania popular que nunca é completamente contido ou expressado por nenhuma ordem democrática em particular, mas que é a condição do seu caráter democrático. Trata-se de um poder extraparlamentar sem o qual nenhum parlamento pode funcionar de forma legítima e que ameaça qualquer parlamento com a disfunção ou mesmo a dissolução.” (BUTLER, 2018, p. 110).

do quadro de dominações, como é o caso dos cortes na educação superior pública.

Quando o cenário apresentado também se ambienta nos neoconservadorismos enquanto condição de legitimidade, qualquer faísca de inconformismo e de reinvenção dos espaços de soberania popular passa a ser intolerável. Por isso, criminalizável, reprimível, violentável e desmoralizado, chegando o presidente do Brasil a nomear os estudantes em manifestações contra os cortes de “idiotas úteis”¹⁸. Recorre-se a tentativa crassa de estratificação da sociedade entre povo e “idiotas”, sem atentar para o fato de é nas ruas que se constroem sentidos de inclusão:

Quando aqueles que enfrentam perspectivas aceleradas de precariedade vão para as ruas e começam uma reivindicação com “nós, o povo”, então estão afirmando que eles, os que aparecem e falam, estão identificados como “o povo”. Eles estão trabalhando para afastar a perspectiva do esquecimento. A frase não implica que os que lucram não são “o povo”, e não implica necessariamente um sentido simples de inclusão: “nós também somos o povo”. A frase pode significar “nós ainda somos o povo” – e, portanto, ainda resistimos e não estamos destruídos. Ou pode afirmar uma forma de igualdade em face da desigualdade crescente; os que participam fazem isso não simplesmente pronunciando essa frase, mas corporificando a igualdade em qualquer medida que se prove possível, constituindo uma assembleia do povo fundamentada na igualdade. (BUTLER, 2018, p. 120)

Por isso, em meio ao caos apresentado, a tomada das ruas por estudantes e professores, especialmente, ascende a faísca da possibilidade de reconduções democráticas e da ordem neoliberal. Evocar sentidos de liberdade a partir da educação¹⁹, que transcendam a sua condição mercadológica, para formar aglomerações de desobediência não violentas, são limite e horizonte da formação de uma geração que já se constrói a partir da ruptura e da participação (GOHN, 2018) – não do sonho ilusório da plena democratização – e que sabe que é preciso manifestar-se.

Considerações Finais

18 Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557925930_773928.html >. Acesso em 16/12/2019.

19 O que bell hooks se refere em todo o livro e nesta passagem quanto ao papel de professoras/es em sala, através de teoria, prática, diálogos multiculturais: “temos de reivindicar continuamente a teoria como uma prática necessária dentro de uma estrutura holística de ativismo libertador” (hooks, 2017, p. 96).

Vive-se na América Latina um período especialmente hostil a qualquer sentido de democracia minimamente fidedigno a seus eixos estruturantes, relacionados ao sentido do comum, do popular, do soberano coletivo e da cidadania. O passado de golpes antidemocráticos – e que assim não temiam em se apresentar – tem se reinventado em novas estratégias para a derrubada de governos legítimos, e que agora fazem questão de travestirem-se em democráticas. A retórica democrática, assim, têm sido cada vez mais inspirada pelas matrizes neoliberais, que tensionam o substrato material e transformam este sistema em um procedimento que diz respeito, meramente, à forma de escolha de dirigentes.

No Brasil, a relação entre as regressões democráticas, a ruptura entre governantes e governados, neoliberalismo e neoconservadorismos têm proporcionado a consolidação de um conjunto de políticas de austeridade que operam no caminho do imperialismo, da globalização da pobreza, do racismo, da misoginia e da LGBT+fobia. E cujo questionamento se torna cada vez mais duro, pela truculência e violência com que se têm reagido a qualquer manifestação contrária à ordem, e também pela estrutural constrição do pensamento crítico, das subjetividades desobedientes.

Nesse contexto se situam as políticas de cortes voltadas ao ensino superior público, lugar histórico de resistência política; de acesso a direitos e rompimento com as estruturais hierarquizações do país; e de alargamento dos horizontes críticos da sociedade. Constranger esses territórios, através de medidas orçamentárias e de perseguição ideológica é fundamental para o projeto de regressões que se instala no país. Especialmente se atingem um coletivo formado majoritariamente por jovens.

Assim, as manifestações públicas de estudantes e professores insurgentes às medidas representaram um conjunto movimentações pela recuperação do sentido do político e da soberania popular de tantas formas atravessadas pela situação política e econômica do país. Performances que dão voz a sujeitos cujas vidas se planeja, através dessas e outras medidas de austeridade, (ainda mais) precarizar; foi a militância pela educação uma das primeiras, em um governo de ódio, a tomar em grandes proporções as ruas das principais capitais do país.

As cenas da aglomeração dão carne e osso a um projeto de ensino que transcende os limites da sala e que, assenhorando o público, pauta liberdade política como uma práxis de transformação. E que dão conta das estratégias de desobediência ativa ao cenário caótico que experimentamos em meio à subjetivação-sujeição em ordem, cuja recusa é urgente e, mais uma vez, ensinada e reivindicada pela potência da juventude.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. "Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira". *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. "Neoconservadorismo e liberalismo". In: *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 27-34, 2018.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. "Pós-democracias no sul global e a melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo". In: *Democratization*, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2016.

BELCHIOR. *Sujeito de sorte*. Polygram: 1976.

BLASI, Bruno. Ato contra corte na educação reuniu cerca de 150 mil manifestantes no Rio de Janeiro. Disponível em <<https://agenciauva.net/2019/05/18/15-de-maio-de-2019-confira-fotos-da-manifestacao-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 13/04/2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Constituição 1988*. Vol. 31. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos: La secreta revolución del neoliberalismo*. Barcelona: Malpaso, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Ceres Ferreira; SILVA, Silmara Dela; LAGAZZI, Suzy. "(D)O FEMININO EM MANIFESTAÇÃO: DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO". In: *A Análise do Discurso e suas condições de produção*. Anais de Congresso. IX SEAD, 2019. Disponível em http://anaisdosead.com.br/sead9_simposios.html.

CASARA, Rubens. 'Precisamos falar da "direita jurídica"'. In: *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 73-78, 2018.

CASTEL, Robert. "Del postliberalismo al neoliberalismo". In: *Neoliberalismo versus democracia*. v. 1, n. 31, pp. 225-226, 1998.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CORREIO BRASILIENSE. Sem detalhar critérios, o ministro Weintraub disse que a medida considera o desempenho acadêmico aquém do esperado ou promoção de 'bagunça, evento ridículo'. Disponível em <https://www.geledes.org.br/mec-mira-universidades-por-balburdia-e-corta-30-de-verba-da-unb/?gclid=EA1aIQobChMIInciDwLS65glViQSRCh2e4gmQEAAAYASAAEgK13fD_BwE>. Acesso em 16/03/2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____, Anatomia do novo neoliberalismo. REVISTA IHU ON-LINE, 2019. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>>. Acesso em 18/03/2020.

EL PAÍS. Protestos contra cortes na educação: "O que o presidente diz é uma ofensa a nós que viemos às ruas". Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557925930_773928.html>. Acesso em 19/03/2020

GALLEGO, Esther Solano. "Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando". In: *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 19, pp. 126-139, 2016.

_____. "La Bolsonaroización de Brasil". In: *Documentos de Trabajo IELAT*, Versión Digital, ISSN: 1989-8819, v. 1, nº 121, abril 2019.

GOHN, Maria da Glória. "JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação". In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 14/04/2020.

LAVAL, Christian. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. Blog da Boitempo, 2019. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>>

METROPOLES. Após ministro chamar universidades de 'balbúrdia', pesquisadores reagem. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/para-bolsonaro-educador-paulo-freire-era-um-energumeno>>. Acesso em 16/03/2020.

MIGUEL, Clara Ramas San. "Social-identitarios y neoliberales autoritários: dos corrientes em la nueva internacional reaccionaria". In: GUAMÁN, Adoración; MARTÍN, Sebastián; ARAGONESES, Alfons. *Neofascismo: La bestia neoliberal*. Siglo XXI de España Editores, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. "A reemergência da direita brasileira". In: *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Future-se: "É a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos"*, diz ministro . Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>> Acesso em 14/04/2020.

ORTEGA, Marcelo José Cabarcas et al. "Perspectivas interculturales en la escuela latinoamericana: empoderar el diálogo para superar la exclusión". *Polyphōnia. Revista de Educación Inclusiva*, v. 2, n. 1, p. 100-117, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Boletim Especial da ANPOCS n. 14, 2020. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2326-boletim-n-14-as-ciencias-e-o-conhecimento-como-ameacas>. Acesso em 28/03/2020.

REDE BRASIL ATUAL. Após ministro chamar universidades de 'balbúrdia', pesquisadores reagem. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/05/apos-ministro-de-bolsonaro-chamar-universidades-de-balburdia-pesquisadores-reagem/>>. Acesso em 14/04/2020.

REVISTA FORUM. Deputado que quebrou placa de Marielle, Daniel Silveira cospe em mulher durante visita a universidade. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-daniel-silveira-cospe-em-mulher-durante-visita-a-universidade/>>. Acesso em 16/03/2020

Crise da Democracia Liberal, Neoliberalismo e Corpos na Rua no Brasil Contemporâneo: reflexões sobre a política pública de cortes de recursos ao ensino superior público e faíscas insurgentes

Resumo

Esse artigo que, metodologicamente servirá da revisão bibliográfica, se propõe a discutir neoliberalismo e a crise da democracia liberal brasileira, tomando como objeto de análise as

decisões pelos cortes na educação superior pública anunciadas pelo Executivo federal a partir de maio de 2019. Para tanto, considera a precarização do ensino superior público, no Brasil, como parte integrante de um projeto de austeridade que se alastra pelo Ocidente, e que tem como escopo o aniquilamento dos programas de democratização, inclusão e participação – especialmente hostis em território latino-americano. Por fim, encara as possíveis resistências ao processo, especialmente as organizadas em manifestações populares de estudantes e professores, como potência própria das “alianças dos corpos” que ressignificam “povo” e disputam o “político” em regressão, faíscas insurgentes ao contexto de austeridades.

Palavras-Chave: Democracia; manifestações populares; neoliberalismo; educação superior pública

Crisis of Liberal Democracy, Neoliberalism and Bodies on the Street in Contemporary Brazil: reflections about the public policy of cuts in resources to public education and insurgent sparks

Abstract

This article, methodologically counted with bibliographic review, discuss neoliberalism and the crisis of liberal democracy, taking as object of analysis the decisions concerning budget cuts in public higher education announced by the Federal Executive Power on May 2019. It considers the precariousness of public higher education in Brazil as part of an austerity project that is spreading across the West, and whose scope is the annihilation of democratization, inclusion and participation programs - especially hostile in Latin American territory. Finally, it faces resistances to the process, especially those organized in popular demonstrations by students and teachers, as the powerful “bodies alliances” that resignify “people” and dispute the “politician” in regression, insurgent sparks in the context of austerities

Keywords: Democracy; popular demonstrations; neoliberalism; public higher education

Crisis de la Democracia Liberal, Neoliberalismo y Cuerpos en la Calle del Brasil Contemporáneo: reflexiones sobre la política pública de recortes de recursos a la educación pública y chispas insurgentes

Resumen

Este artículo, que servirá metodológicamente como una revisión bibliográfica, propone discutir el neoliberalismo y la crisis de la democracia liberal en Brasil, tomando como objeto de análisis las decisiones de los recortes del presupuesto en la educación superior pública anunciados por el Ejecutivo federal, a partir de mayo de 2019. Para este fin, considera la precariedad de la educación superior pública en Brasil como parte integral de un proyecto de austeridad que se está extendiendo por todo Occidente, y cuyo alcance es la aniquilación de los programas de democratización, inclusión y participación. - especialmente hostil en territorio latinoamericano. Finalmente, enfrenta posibles resistencias al proceso, especialmente aquellas organizadas en manifestaciones populares de estudiantes y maestros, como el poder de las "alianzas de cuerpos" que ressignifican a "personas" y disputan el "político" en regresión, chispas insurgentes en el contexto de las austeridades.

Palabras-Clave: Democracia; manifestaciones populares; neoliberalismo; educación superior pública.

O Governo López Obrador no México: entre a crise e as relações com os Estados Unidos

Fabio Barbosa dos Santos¹
Marcela Franzoni²

Introdução

A chegada de Andrés Manuel López Obrador ao cargo de presidente do México, em 2 de dezembro de 2018, representou uma mudança histórica na política nacional. Rompendo com a dominação secular dos partidos de direita, o candidato do Movimento Regeneração Nacional (Morena) trouxe expectativas de renovação na estratégia de desenvolvimento e na política externa. López Obrador se elegeu com ampla maioria, 53,19% dos votos válidos³, e em um contexto de descrédito dos três partidos tradicionais - Partido Revolucionário Institucional (PRI), Partido Ação Nacional (PAN) e Partido da Revolução Democrática (PRD). AMLO, como é conhecido, promete a 'quarta transformação' do México, depois da independência (1821), das reformas liberais (1858-1861) e da revolução de 1910. Esta transformação tem como alicerce uma política de 'austeridade republicana', que acabaria com a corrupção e com o excesso de gastos públicos das gestões anteriores.

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Autor de: *Power and Impotence. A history of South America under progressivism* (1998-2016). Boston/Leiden: Brill, 2020; *L'espoir vaincu par la peur. Du PT a Bolsonaro*. Paris: Syllepse, 2020, entre outros livros. Contato: faboroso@gmail.com

² Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Visiting Graduate Student na Universidade da Califórnia, San Diego. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2018/00711-8. Co-organizadora do livro *México e os desafios do progressivo tardio* (2019) e do artigo 'La nueva alternancia en México y los impactos en las relaciones con Latinoamérica', *Pensamiento Proprio* (2019). Contato: marcelafranzoni32@hotmail.com

³ Ver dados do Instituto Nacional Electoral (2018).

Entretanto, esta transformação nunca encontrou correspondência no discurso da política externa. A América Latina pouco foi lembrada durante a campanha e a América Central só teve destaque em função da questão migratória. AMLO defendeu uma perspectiva mais humanitária e o trabalho em conjunto com os governos da Guatemala, de El Salvador e de Honduras para promover o desenvolvimento na região e controlar os fluxos de migrantes que passam pelo México em rota para os Estados Unidos. Neste quadro, as relações com os Estados Unidos eram centrais, sobretudo pela entrada em vigor do Tratado Estados Unidos-México-Canadá (USMCA, em inglês), que substituiu o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês) em 1 de julho de 2020.

De modo geral, as promessas de López Obrador são genéricas, face a desafios de grande magnitude. O crescimento econômico está estagnado, embora o México seja o país da América Latina que mais participa do comércio internacional e o segundo que mais recebe investimentos externos, depois do Brasil⁴. A estrutura produtiva destes países é diferente, destacando-se o peso das 'maquiladoras' na economia mexicana, um setor industrial de baixa integração com a economia nacional, caracterizado por alto índice de insumos importados e baixos salários. Assim, ainda que o México seja um país manufatureiro e relativamente integrado às cadeias globais de valor, é possível argumentar que as políticas de liberalização econômica e a integração com os EUA, ao contrário das expectativas de seus formuladores, têm sido insuficientes para desenvolver o país. Os altos índices de violência e de pobreza são alguns resultados desse modelo, implementado após a crise da dívida de 1982, aprofundado na gestão de Salinas de Gortari (1988-1994) e preservado nos governos seguintes.

O objetivo desse artigo é discutir o contexto de crise em que se elegeu López Obrador e a natureza das respostas sinalizadas por este governo. Argumentamos que, a despeito de expectativas de mudanças profundas mobilizadas na campanha, a agenda avançada pelo governo sinaliza para uma tentativa renovada de gestão da crise, sem enfrentar suas bases estruturais. Para isso, seria necessária uma reformulação dos princípios neoliberais implementados

⁴ Ver dados da CEPAL (2019).

após 1982, que ampararam a liberalização econômica e a formalização da relação de dependência com os Estados Unidos. As políticas de AMLO no início do seu mandato indicam que focalizará a dimensão doméstica como a principal variável para a 'quarta transformação'. Contudo, apontamos que esse objetivo é severamente constrangido pelas bases externas que sustentam o modelo de desenvolvimento mexicano, que não se pretende modificar.

O texto se organiza em três seções. Inicialmente, uma contextualização dos principais partidos, do comportamento político dos governos e os padrões de dominação que ocorreram na história mexicana do século XX. Na segunda seção, apresentamos quatro dimensões que ajudam a compreender historicamente o contexto atual da crise em que López Obrador foi eleito: a estrutura econômica do México; a política de aumento dos salários no país; a migração e as remessas internacionais; e a importação de alimentos e o campo mexicano. Na terceira seção, analisamos a política externa e de desenvolvimento durante o primeiro ano do governo AMLO. Por último, as reflexões finais.

1. Da Revolução Institucionalizada à Crise do PRIAN

Caso singular na América Latina, o México adentrou o século XX sob o signo de uma revolução. O levante contra a reeleição de Porfirio Díaz, em 1910, que comandava o país desde 1876, logo transcendeu os modestos objetivos políticos daqueles que o iniciaram, convertendo-se em uma das rebeliões populares mais radicais da história. Durante quase dez anos, o país mergulhou em uma guerra civil que envolveu tropas de trabalhadores rurais, guerrilhas camponesas, batalhões operários, caudilhos liberais e conservadores, a Igreja, as mulheres (como as 'Adelitas'), o exército mexicano e os Estados Unidos.

Se a revolução não alterou a estrutura de classes da sociedade mexicana - e neste sentido, pode ser descrita como uma 'revolução interrompida', ela foi um divisor de águas na história do país (Gilly, 1974). O muralismo mexicano; a reforma agrária e a nacionalização petroleira sob Cárdenas; o PRI como partido de Estado; a neutralidade em relação à revolução cubana; a preservação do patrimônio arqueológico; a trajetória da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), maior universidade da América Latina; entre outros traços

marcantes na trajetória do país, só podem ser compreendidos à luz deste evento fundador.

Não há consenso em relação ao momento em que a revolução se extinguiu. Entre o levante contra a reeleição e a Constituição de 1917 – mesmo ano da Revolução Russa, o poder mudou de mãos diversas vezes. Neste processo, a intransigência das classes dominantes com a mudança social ficou cristalina: sucessivos presidentes dedicaram-se a encerrar o conflito reprimindo a reivindicação popular, o que prolongou a guerra civil. Confrontada com o espectro da insurreição popular e da intervenção estadunidense, os de cima evitaram a todo custo o caminho mais curto para a paz: resolver a questão agrária.

Na leitura de Gilly e Roux (1996), a revolução terminou em uma espécie de empate. Se é certo que a estrutura de classes e a desigualdade social se perpetuaram, demandas populares fundamentais foram integradas ao arcabouço institucional que se consolidou. Para endereçar a questão agrária sem questionar a ordem do capital foi necessária a mediação estatal, que incorporou o direito à terra à nova ordem jurídica, plasmada na figura do *ejido*, modalidade de propriedade comunal. No conjunto, consumou-se um pacto velado, no qual se pode dizer que os direitos políticos dos de baixo foram expropriados, uma vez que se impuseram sérios limites à concorrência política, resultando na dominação autocrática do partido de Estado. Por outro lado, avançou-se uma agenda de direitos sociais consagrados na nova Constituição, com a qual o regime se comprometeu (Gilly; Roux, 1996, p. 118).

Nesta chave, a legitimidade do padrão de dominação que se impôs dependeu antes do compromisso do partido de Estado com este arranjo fundador, do que da obtenção de votos. Os limites à concorrência política se expressam de modo lapidar na figura do “dedazo”, onde cada presidente apontava o seu sucessor. Na prática, estabeleceu-se a dominação de um partido único cujo mandato era periodicamente renovado por eleições, configurando uma situação descrita pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa como uma “ditadura perfeita”. Visto por este prisma, o partido que institucionalizou a revolução não foi forjado para competir pelo voto cidadão, mas para disciplinar os estratos da classe dominante que chegaram ao poder pelas armas (Meyer, 2016, p. 114). Quando o

general revolucionário Álvaro Obregón foi assassinado em 1928, sepultando suas ambições de perpetuar-se no poder, a alternância presidencial consolidou-se como regra, embora nunca a renovação política. O partido estatal se afirmou como o espaço de resolução das disputas intraburguesas.

Neste movimento em que a revolução foi capturada pelo Estado, que logo se confundiu com um partido, o avanço de uma agenda estatal popular e nacional atingiu o ápice sob o governo do general Lázaro Cárdenas (1934-1940). Interpretado por alguns como uma continuidade da revolução (Gilly, 2001), neste governo a reforma agrária e a nacionalização do petróleo foram acompanhadas de um disciplinamento da relação com os trabalhadores segundo moldes corporativistas. A “democracia dos trabalhadores” de Cárdenas favoreceu o interesse material dos de baixo, mas não a sua autonomia.

No decênio seguinte, o regime pós-revolucionário se estabilizou. Caracteristicamente, o país que até então só teve presidentes militares, a partir deste momento foi comandado por civis. Entre 1940 e 1972, o México avançou consistentemente em uma direção industrial, enquanto o centro da economia gravitou do campo para a cidade, em meio a uma acelerada urbanização. Altas taxas de crescimento e baixa pressão inflacionária caracterizaram este período, descrito como ‘desenvolvimento estabilizador’ (Martin del Campo, 1984). Entretanto, a estabilidade política foi rompida em 1968, quando uma massiva mobilização estudantil foi fortemente reprimida às vésperas dos Jogos Olímpicos que se realizaram na capital, em um contexto de crescente contestação do regime priista pela juventude e pelos trabalhadores. O PRI se manteve no poder, mas o massacre de Tlatelolco, como o episódio ficou conhecido, resultou em mais de 300 mortes e fraturou de modo irreparável a ideologia democrática do Estado mexicano, expondo sua face autocrática e repressiva (Aguilar Camín; Meyer, 2000).

Nos anos 1970, o México se deparou com os impasses do desenvolvimentismo: o ‘milagre mexicano’ se esgotou. Jazidas de petróleo exploradas no final da década atenuaram provisoriamente os desequilíbrios econômicos, enquanto o endividamento externo se acelerou em um contexto de liquidez internacional, de modo análogo à Venezuela no período (Aguilar Mora, 1984). Entre 1973 e 1981, as reservas de petróleo passaram de 3,6 bilhões para

72 bilhões, enquanto a dívida externa saltou de 6,5 para 75 bilhões de dólares (Cano, 1999). Entretanto, a convergência entre a elevação das taxas de juros internacionais e a queda nos preços do petróleo provocaram uma aguda crise, e o país foi forçado a decretar moratória da dívida em 1982.

As medidas iniciais adotadas pelo governo do México para superar a crise da dívida tinham como meta reequilibrar a balança de pagamentos, dentre elas: a nacionalização dos bancos privados, o controle de importações e o aumento das exportações de petróleo via macro-desvalorização do peso (Moreno-Brid; Ros, 2009). Contudo, o crescimento da inflação e o colapso dos preços do petróleo em 1986 levaram o governo a radicalizar as políticas de liberalização comercial e financeira, cujos antecedentes remetem a uma primeira carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assinada em 1976. Neste contexto, a entrada do México no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, em inglês) em 1986 pode ser entendida como uma tentativa de recuperar a confiança do setor privado nacional e estrangeiro, na medida em que 'amarrava' o país às instituições internacionais, dificultando qualquer retorno à orientação política anterior (Moreno-Brid; Ros, 2009).

Assim, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, acordado em 1992, consolidou um processo de liberalização comercial e financeira que já estava em curso desde meados da década de 1980. Antes do NAFTA entrar em vigor, em 1994, a economia do país já estava em grande parte aberta (Moreno-Brid; Ros, 2009). Nos anos anteriores, a Secretaria de Comércio e Fomento Industrial fez diversas modificações na política industrial, de forma a promover a liberalização comercial e adaptar a legislação nacional ao futuro acordo. No setor de manufaturados, as importações foram flexibilizadas e o conteúdo obrigatório nacional foi drasticamente diminuído. A Lei de Investimento Estrangeiro, de 1993, abriu setores antes exclusivos ao Estado e ao capital privado nacional para o capital externo. Esperava-se que a entrada massiva desse capital pudesse dinamizar a economia e promover o crescimento econômico prolongado. Embora deva ser visto como a culminação de um movimento na direção dos Estados Unidos nos marcos da crise do nacional-desenvolvimentismo, antes de ser um ponto de inflexão, o tratado é considerado um marco na reformulação da estratégia de desenvolvimento econômico e da política externa do México.



Os setores ganhadores do NAFTA foram aqueles que já tinham grau considerável de integração com a economia estadunidense. No plano manufatureiro, alguns segmentos nacionais cuja produção se dirigia ao mercado interno não sobreviveram à competição internacional, o que significa que encerraram as suas atividades ou foram adquiridos por grandes conglomerados nacionais ou estrangeiros. Alguns setores se adaptaram e passaram a produzir para exportação, caso da indústria automotriz. Outros, originalmente exportadores, foram amplamente beneficiados pela abertura, como foi o caso das 'maquiladoras'.

A origem de empresas desta natureza na década de 1960 coincidiu com um conjunto de políticas públicas que tinham como objetivo estimular a produção industrial para exportação na fronteira norte do México a partir do estabelecimento de zonas francas, livres de impostos de importação. Inicialmente, sua operação estava condicionada às leis que regulavam o investimento estrangeiro no país e à sua localização, na fronteira com os Estados Unidos (Douglas; Hansen, 2003). Porém, essa normativa foi progressivamente flexibilizada: a partir de 1972, permitiu-se às 'maquiladoras' se instalarem no interior do país e, com o NAFTA, estabeleceu-se que seriam consideradas fabricantes nacionais. As medidas agravaram a desnacionalização da economia, que, na atualidade, atinge desde os três principais bancos (BBVA, Santander e Citibank), até a indústria de tequila, controlada por empresas estadunidenses e japonesas.

No campo político, a opção estratégica pelos Estados Unidos nos marcos da inflexão neoliberal institucionalizou uma relação de dependência histórica e implicou em um distanciamento das premissas do regime pós-revolucionário. Embora o compromisso com a nação até então prevalente não deva ser idealizado, houve uma guinada notável, em que o dinamismo econômico passa a ser dado pelas exportações, em detrimento da produção para o mercado interno; privatizações comprometem a soberania sobre os recursos minerais e energéticos; pressões mercantis em prol do agronegócio ameaçam a propriedade comunal da terra. No conjunto, as bases do pacto fundador do Estado pós-revolucionário foram colocadas em xeque, erodindo a legitimidade do padrão de dominação que lhe correspondia (Roux, 2005).

É este o contexto em que se dá a rebelião eleitoral liderada por Cuhautémoc Cárdenas, um dissidente do PRI que se candidatou à presidência contra o partido de Estado em 1988. Vitoriosa nas urnas, a candidatura foi derrotada por uma escandalosa fraude, que as manifestações subsequentes foram impotentes para reverter (Fuser, 1995). Cárdenas recuperava o ideário nacionalista do pai no momento em que a burguesia mexicana se integrava aos EUA. É sintomático que o PAN, que surgiu nos anos 1940 como uma reação ao cardenismo original, tenha se aliado ao PRI contra o neocardenismo meio século depois.

A presidência de Salinas de Gortari (1988-1994) começou sob o espectro da fraude e terminou em meio a denúncias de corrupção e assassinatos. A adesão ao NAFTA foi em grande parte possível devido a promoção de um debate restrito, sem participação ampla da sociedade, e pelo sucesso de Salinas em manipular os símbolos políticos do país (Wise, 1998). Neste mesmo governo, modificaram-se os artigos mais famosos da constituição de 1917, abrindo caminho para a mercantilização dos *ejidos* e para a ulterior privatização e desnacionalização das riquezas naturais. A resistência a este processo foi sintetizada pela insurgência do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN), que eclodiu em Chiapas no mesmo dia em que o NAFTA entrou em vigor, em 1 de janeiro de 1994.

No plano ideológico, é possível dizer que a classe dominante abandonou o grande relato da Revolução Mexicana, evidenciando que o pacto velado na origem do regime estava ultrapassado (Meyer, 2016, p. 68). Esvaziado qualquer lastro com a revolução que o fundou, daí em diante este padrão de dominação se sustentou na base da coerção, do clientelismo e da fraude. Neste contexto, duas respostas políticas foram avançadas. No primeiro dia de seu governo, Salinas de Gortari lançou o Programa Nacional de Solidaridade (PRONASOL), pioneiro entre as políticas de transferência de renda condicionada no subcontinente. Além de sinalizar a passagem da lógica de direitos universais para estratégias focalizadas de combate à pobreza, a iniciativa visava mitigar a combatida legitimidade do novo governo por meio de um programa assistencial manipulado segundo desígnios clientelistas. Ao mesmo tempo, o PAN foi instado pelo PRI a co-governar, intensificando a alcance da aliança contra o neocardenismo.

Nas eleições seguintes, a expectativa em relação à entrada em vigor do NAFTA, que afinal coincidiu com uma grave crise econômica, e os vínculos clientelistas reforçados pelo PRONASOL, asseguraram a vitória do candidato do PRI, Ernesto Zedillo (1994-2000). Entretanto, a campanha foi marcada pelos assassinatos do candidato original do partido, Luis Donald Colosio, e do próprio presidente do PRI, Francisco Ruiz Massieu - indícios da degeneração do seu papel aglutinador das classes dominantes.

Estava cada vez mais claro que os efeitos da abertura não se limitavam ao âmbito econômico, mas suas consequências sociais também incidiriam na conjuntura político-partidária. Em 1997, o PRI perdeu pela primeira vez na sua história as eleições para governador, em um pleito vencido pelo PAN no estado de Baja California Norte. Em 2000, o PAN chegou à presidência com a eleição de Vicente Fox (2000-2006), rompendo o que pode ser considerado como o sistema de partido único mais longo da história (1929-2000) e inaugurando o 'governo de alternância'. Contudo, embora tenha sido celebrada por alguns como uma democratização, o que se observou, na prática, foi uma alternância nos marcos do conglomerado político que comandava o país, popularmente conhecido como "PRIAN". Sintomaticamente, Fox foi o primeiro presidente oriundo de uma universidade privada no país, como também seriam seus sucessores, antes de Andrés Manuel López Obrador (AMLO).

No pleito seguinte, López Obrador deixou o governo do Distrito Federal para candidatar-se à presidência pelo PRD, fundado por Cárdenas em 1988. Em um resultado vivamente questionado, AMLO foi derrotado por uma diferença de 0,56% dos votos, enquanto o candidato do PAN, Felipe Calderón, assumiu a presidência "haiga sido como haiga sido"⁵, segundo disse. Pela primeira vez, o PRI amargou um terceiro lugar. Em 2006, López Obrador sustentava posições mais combativas do que três eleições mais tarde, em um momento de ascensão da onda progressista sul-americana: Chávez, Lula e Kirchner estavam no auge, o Frente Amplio comandava o Uruguai, Morales assumiu a presidência da Bolívia e Correa elegeu-se no Equador. Neste contexto, é plausível que a eleição de AMLO

⁵ Em português, "tenha sido como tenha sido".

fosse temida por uma ordem comprometida com os Estados Unidos, ainda que o fantasma fosse mais assustador do que o próprio candidato.

Se Salinas de Gortari recorreu ao PRONASOL para fidelizar eleitores, Calderón (2006-2012) declarou uma ‘Guerra às Drogas’ à moda americana, na expectativa de dispersar o manto da fraude eleitoral com a pacificação do país. Ao longo dos anos 1990, a repressão e pulverização dos cartéis colombianos desviara rotas de drogas na região, favorecendo que o crime organizado prosperasse e se enraizasse no país⁶. Como consequência, espalharam-se no México os níveis de violência colombianos, praticados com requintes de crueldade por antigos quadros da repressão às guerrilhas centro-americanas treinados pelos Estados Unidos, que agora tiram o seu sustento da economia criminosa. A adoção da Iniciativa Mérida, em 2008, consumou a incorporação da agenda de segurança dos Estados Unidos pelo México, alimentando com dinheiro, treinamento e inteligência, a escalada da violência no país. De modo revelador, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil à época se referiu a esta integração militar como “armoring NAFTA”⁷ (apud Cockroft, 2014, p. 43).

Nas eleições de 2012, o PRI pretendeu-se renovado e voltou à presidência com Enrique Peña Nieto (2012-2018). Logo em seu primeiro mês de mandato, o novo presidente acordou o “Pacto pelo México” com o PAN e o PRD, que após sucessivas derrotas eleitorais, se rendia ao PRIAN. As reformas de cunho neoliberal pretendiam modernizar o país, incluindo uma polêmica reforma energética, orientada a privatizar a exploração dos recursos mineiros e energéticos, inclusive da estatal petroleira Petróleos Mexicanos (PEMEX), e uma reforma da educação que enfrentou forte resistência (Sotelo Valencia, 2016). Peña Nieto prosseguiu a guerra às drogas, e seu governo terminou com baixíssimos níveis de aprovação, manchado por escândalos de corrupção e violações aos direitos humanos – a mais famosa delas envolvendo o desaparecimento de 43 estudantes de uma escola rural no município de Ayotzinapa. Como segundo colocado, López Obrador contestou novamente o resultado, deixou o PRD e transformou o movimento eleitoral que liderou em um partido político: o Morena.

⁶ Entrevista concedida por David Barrios. Cidade do México, 2 dez. 2018 a 13 dez. 2018.

⁷ Em português, “blindando o NAFTA”.

Em 2018, AMLO triunfou com uma votação massiva. O candidato do Morena venceu em 31 dos 32 estados da federação (perdeu em Guanajuato), arregimentando mais da metade dos votos, em uma eleição em que compareceram quase dois terços dos eleitores. Se é certo que a superioridade eleitoral tornou qualquer fraude mais difícil, também se pode aventar que o desgaste do PRIAN frente à magnitude dos problemas nacionais tornou a alternância para a esquerda não somente aceitável, mas desejável. Em 2018, a onda progressista no continente já era passado. Estava claro que estes governos não pretendiam alterações estruturais, mas podiam ser gestores eficazes da crise em contextos de desgaste da ordem. Para explorar esta hipótese, analisaremos a seguir alguns aspectos da crise mexicana, visando dimensionar os desafios encarados pelo governo de López Obrador.

2. Dimensões da Crise

2.1 Estrutura Econômica

Em contraste com outros países da América Latina, a economia mexicana não está alicerçada no extrativismo, mas na indústria manufatureira. A indústria nacional mexicana foi construída com base no padrão industrial de substituição de importações, mas sofreu profundas transformações a partir da década de 1970, quando se agravou o déficit na balança de pagamentos. Após a crise da dívida de 1982, em um contexto em que a desvalorização da moeda nacional barateou a força de trabalho, a maquila mexicana consolidou-se como um elo de cadeias globais de valor, instalando-se em enclaves territoriais sob um regime de excepcionalidade fiscal e laboral. Conforme já observamos, as origens desta atividade remontam aos anos 1960, quando a pretensão de industrializar a fronteira norte combinou-se ao propósito de reter a força de trabalho migrante, uma vez expirado o Programa Braceros, acordo que permitia e estimulava que mexicanos trabalhassem nos campos estadunidenses nos marcos do esforço de guerra (Durand, 2007).

O Programa de Industrialização da Fronteira, de 1965, estabelecia uma zona franca na fronteira norte do México, em uma faixa de até 20 quilômetros da

divisa com os Estados Unidos, cujas empresas cadastradas poderiam importar livres de impostos (Douglas; Hansen, 2003). O desequilíbrio na balança de pagamentos do México levou o governo a lançar uma série de políticas para vários setores da indústria nacional que tinham como objetivo promover as exportações. Assim, as 'maquiladoras' adquiriram papel central na nova política industrial e as normativas que as regulavam foram sendo flexibilizadas. A partir de 1973, 100% do seu capital poderia ser estrangeiro (Douglas; Hansen, 2003). Ao longo dos anos 1980, o México se converteu em um exportador manufatureiro, e em 1993, às vésperas do NAFTA, o setor respondia por 80% das exportações totais. No período, registravam-se 2.114 'maquiladoras' no país, empregando 542.074 trabalhadores, que respondiam por metade das exportações manufatureiras (Morales, 2015, p. 106).

Visto em perspectiva, o NAFTA formalizou e consolidou a tendência em curso, mas também criou condições para aprofundá-la (Arroyo Picard, 2009). O regime de liberalização comercial característico das 'maquiladoras' foi generalizado, rebaixando-se as tarifas em quase todos os ramos da indústria. Ao mesmo tempo, anularam-se ou diminuíram-se drasticamente as exigências de conteúdo nacional nas manufaturas. No caso da indústria automotriz, por exemplo, o conteúdo nacional obrigatório passou de 60% para até 20%, o que aprofundou a dependência das importações.

No período mais recente, o Produto Interno Bruto (PIB) do México cresceu em média 2,7% ao ano entre 2010 e 2019 (OECD, 2020). A crise de 2008-2009 nos Estados Unidos levou a uma diminuição drástica da demanda nacional por produtos mexicanos, assim como afetou os investimentos norte-americanos no país, que caíram 11,7% em 2009 (OECD, 2020). A queda de 5,2% do PIB do México naquele ano foi uma das mais altas do mundo, e evidenciou o grau de dependência em relação à economia dos Estados Unidos.

Em 2019, os Estados Unidos foram o destino de 80% das exportações mexicanas, índice praticamente constante em relação a 1993, quando atingia 82% (México, Secretaria de Economia, 2020). No período, as exportações totais do México aumentaram 9 vezes e as importações, 7 vezes (México, Secretaria de Economia, 2020). Contudo, nas importações, observa-se uma diminuição significativa da participação dos EUA, que passam de 69% para 45% no mesmo

período (México, Secretaria de Economía, 2020). Esta mudança não significa uma diminuição das relações comerciais, ou mesmo da dependência, mas reflete as transformações da economia política internacional das duas últimas décadas e em especial, a ascensão econômica da China. As exportações do México para a China aumentaram 162 vezes entre 1993 e 2019, e as importações, 346 vezes (29% do total, em 2019) (México, Secretaria de Economía, 2020). Os dados indicam que o México possui relações significativamente assimétricas com a China, com déficit comercial de U\$ 126 bilhões (México, Secretaria de Economía, 2020). Parte deste déficit é compensado com relações superavitárias com os Estados Unidos, o que reforça a importância do setor maquilador para o equilíbrio das contas externas do país.

Em fevereiro de 2020, 89,3% das exportações do México corresponderam a produtos manufaturados (Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2020). Entre as importações, bens de consumo responderam por 12,1%, bens intermediários, 79,9%, e bens de capital, 7,9% (Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2020). A participação majoritária de bens intermediários e a magnitude das importações mexicanas da China indicam a natureza da inserção do país nas cadeias globais de valor: o México importa produtos intermediários da China, agrega valor internamente e os revende para os Estados Unidos, aproveitando os baixos custos de transporte e as tarifas do Tratado de Livre Comércio. É importante notar também que as empresas cadastradas no Programa da Indústria manufatureira, maquiladora e de serviços de exportação (IMMEX) contam com incentivos alfandegários para as importações, o que se converteu no principal mecanismo de política industrial do governo mexicano, e contribui para o alto índice de importações (Moreno Brid; Ross, 2009). A cada insumo nacional utilizado nas empresas cadastradas no Programa IMMEX, em fevereiro de 2020, 2,6 foram importados (Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2020). Isso significa que as 'maquiladoras' possuem baixo grau de integração à economia nacional e, portanto, tem efeitos limitados no desenvolvimento econômico do país.

Não se sabe ao certo qual é o grau de participação das 'maquiladoras' no PIB mexicano e no total das exportações⁸. Dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (2000) mostram que, em 1990, 43,3% das exportações mexicanas foram de produtos manufaturados. Em 1993, o índice chegou a 74,6%, após a inclusão das 'maquiladoras' como provedoras nacionais, seguindo determinação do NAFTA (CEPAL, 2000). Pode-se afirmar que em 1993, antes do acordo entrar em vigor, a indústria mexicana estruturada no período da industrialização por substituição de importações tinha maior peso nas exportações do que as 'maquiladoras'. Contudo, há indícios de que esta relação foi revertida nos anos seguintes, apesar de não haver dados claros.

O crescente peso das 'maquiladoras' na economia do México levou setores que originalmente não tinham conexão direta com essas empresas, a desenvolverem relações mais próximas com o setor, caso da indústria automotriz⁹. Em 2018, 74,4% dos veículos exportados pelo México foram destinados aos Estados Unidos (AMIA, 2020). Nesse mesmo ano, os veículos mexicanos representaram 14,9% do total das vendas de veículos leves no país, o que dimensiona o papel do México na cadeia produtiva de automóveis e no abastecimento do mercado da América do Norte (AMIA, 2020).

No conjunto, é possível dizer que as expectativas de prosperidade associadas à maquiladora não vingaram. É certo que o México se converteu em exportador de manufaturas, mas trata-se de uma modalidade de industrialização de enclave, com escasso encadeamento a setores produtivos nacionais ou transferência tecnológica. Neste contexto, o crescimento do setor é incapaz de dinamizar o conjunto da economia, enquanto as divisas geradas são insuficientes e o endividamento público aumenta. Apesar do superávit com o país vizinho, que incitou Trump a renegociar os termos do NAFTA, a balança comercial mexicana tem sido deficitária em função das trocas com a Ásia, principalmente com a China. O quadro se agrava ao considerarmos que a aposta maquiladora se apoia na superexploração do trabalho, agravando as determinações estruturais do

⁸ O Programa IMMEX foi criado em novembro de 2006, quando o governo do México fundiu dois programas que tinham como objetivo a promoção das exportações: o Programa de Fomento à Indústria Maquiladora de Exportação, de 1965, e o Programa de Importação Temporária para produzir artigos de exportação (PITEX), de 1990. Desde então, os dados foram unificados.

⁹ Indústria de fabricação de auto-partes, automóveis, caminhões e carrocerias de reboque.

subdesenvolvimento mexicano como o reverso da expectativa de crescimento e modernização.

2.2 Salários

Parte significativa da competitividade internacional da economia mexicana é atribuída ao custo relativamente baixo da força de trabalho. Os salários médios no país são os mais baixos dentre os membros da OCDE. Depois de quedas drásticas em 1995 e 1996, no contexto da crise econômica que eclodiu no final de 1994, observa-se uma tendência de alta nos salários até 2009, quando os salários médios caíram novamente e não se recuperaram (OECD, 2020). Na prática, isso significa que os salários no México estão estagnados, e mais baixos do que em 1994. Em 2018, o salário mínimo mexicano rondava U\$ 128, valor inferior à China, mas também a países como Haiti e Honduras.

Mensurado por hora, o salário mínimo real no México em 2001 era US \$ 0.9, e em 2018, US \$ 1.1 (OECD, 2020a). No mesmo ano, o salário mínimo real nos Estados Unidos era US \$ 7.3 e no Canadá, US \$ 9.5 (OECD, 2020a). No setor de manufaturados, a diferença salarial entre os três países é ainda mais dramática: um trabalhador recebe 10 vezes mais nos Estados Unidos por hora e 11 vezes mais no Canadá do que no México (Trading Economics, 2020). As diferenças salariais ajudam a explicar a migração de mexicanos ao país vizinho, assim como o movimento daqueles que cruzam diariamente a fronteira para trabalhar no setor de serviços nos Estados Unidos.

Dados publicados em 2017 pelo Instituto para el Desarrollo Industrial y el Crecimiento Económico (IDIC), indicam que 62% da população que trabalha não tem acesso às instituições de seguridade social e 42% tem ingressos inferiores à “linha de bem-estar mínimo” (IDIC, 2017). Em uma população economicamente ativa estimada em 54 milhões de pessoas, 74% recebem menos do que cinco salários mínimos, a metade tem ingressos inferiores a 200 pesos diários (cerca de U\$10), enquanto 15,5% recebe menos do que um salário mínimo. No sexênio de Peña Nieto, a fração dos trabalhadores que ganha entre 3 e 5 salários mínimos caiu 9,6%, enquanto a que recebe mais do que cinco salários mínimos, encolheu 30,6% (Sotelo Valencia, 2017). No outro lado da moeda, o jornal La Jornada

calcula que a fortuna de dez indivíduos equivale a 10% de economia do país, enquanto quatro em cada dez mexicanos não conseguem garantir uma boa alimentação diária (Cockroft, 2014, 155).

Seis em cada dez trabalhadores estão na informalidade (cerca de 30 milhões), proporção que alcança 80% da população em estados como Chiapas, Oaxaca e Guerrero. Estima-se que há cerca de 8 milhões de jovens 'ni-ni', que nem estudam, nem trabalham. Em 2015, 53,4 milhões mexicanos estavam em situação de pobreza, e 9,4 milhões em pobreza extrema, em uma população pouco superior a 120 milhões¹⁰. Parte desta população é amparada pelos programas de transferência de renda condicionado de origem priista, que ofertam entre U\$ 20 e U\$ 60 aos beneficiados.

2.3 Migração e Remessas

O Pew Research Institute calcula que entre 2000 e 2017, a população de origem mexicana que vive nos Estados Unidos cresceu 76% (Noe-Bustamante; Flores; Shah, 2019). Apesar dos dados não serem claros, estima-se que vivem nos Estados Unidos 36 milhões de pessoas de origem mexicana, que inclui aquelas que nasceram nos EUA, imigrantes legalizados e também os que estão no país sem documentação. Estudos indicam que 7 em cada 10 mexicanos que emigram têm trabalho no México, sugerindo que os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho são um importante vetor da migração.

Os dados mais recentes mostram que o número de mexicanos que emigram sem documentação aos Estados Unidos vem caindo, o que indica uma mudança significativa no padrão migratório. O número de nacionais nessas condições caiu 29% em relação a 2007, ano recorde na série histórica. A queda no número de mexicanos sem documentação veio acompanhada do aumento da chegada de imigrantes de outras nacionalidades, principalmente da Ásia e da América Central. Em 2007, os mexicanos representavam 52% dos imigrantes que chegavam sem documentação nos Estados Unidos, enquanto asiáticos representavam 13% e guatemaltecos, salvadorenhos e hondurenhos 11%. Em 2017, os números corresponderam respectivamente a 20%, 23% e 17% (Pew

¹⁰ Entrevistas concedidas por Susanna Rappo, em Puebla, e Adrian Sotelo Valencia, na Cidade do México. México, 2 dez. 2018 a 12 dez. 2018.

Research Institute, 2019). Isso significa que além de expulsor nas redes de fluxos migratórios, o México é também país de trânsito para muitos que querem chegar aos Estados Unidos.

Durand (2007) apontou que a migração de mexicanos aos EUA tornou-se um ciclo vicioso, já que os que se estabelecem no país vizinho possuem importante papel no sustento das famílias que permaneceram no México. Assim, o envio de dólares dos imigrantes às suas famílias é outra dimensão da integração assimétrica da economia mexicana à estadunidense, que se tornou crucial para mitigar o desequilíbrio das contas do país. Em 2018, as remessas alcançaram U\$ 33 bilhões, o que correspondeu a 2,7% do PIB, superando as divisas provenientes do petróleo e do turismo (Banco de México, 2020). O México é o quarto país que mais recebe remessas de imigrantes no mundo, depois da Índia, da China e das Filipinas.

2.4 A Importação de Alimentos e o Campo Mexicano

Outro vetor da intensificação das migrações foram as mudanças operadas no campo, que tiveram como divisor de águas a modificação, em 1992, do artigo 27 da constituição, que resguardava a propriedade *ejidal*. A estrutura de amparo à produção camponesa, que envolvia um sistema público de crédito, seguro para a produção, política de preços protegidos, entre outros, foi progressivamente desmontada. A situação foi agravada pelo NAFTA, que impulsionou a exportação de itens que os Estados Unidos não produzem a custos competitivos, como frutas, cítricos, hortaliças, tomate, pepino e abacate, ao mesmo tempo em que facilitou as importações de milho, leite, trigo e outros gêneros agrícolas que possuem subsídio estatal nos Estados Unidos. Como resultado desta política, o México, que exportava grãos até o final dos anos 1970, voltou a ser importador, com uma dependência na ordem de 50%. Atualmente, o país importa em torno de 40% do trigo, 80% do arroz e 60% do milho que consome, além de gêneros como carne bovina, feijão, soja e leite¹¹.

Esta mudança associada ao NAFTA afetou o padrão alimentar dos mexicanos, principalmente da população mais pobre. Conforme apontou

¹¹ Entrevistas concedidas por Armando Bartra, na Cidade do México, e Susanna Rappo, em Puebla. 2 dez. 2018 a 13 dez. 2018.

reportagem do New York Times, atualmente o México exporta frutas, legumes e sucos, enquanto importa carne bovina, soja e milho, que servem de insumos para a indústria de alimentos processados, favorecida pela expansão de redes de *fast food* e hipermercados estadunidenses. A taxa de obesidade na população saltou de 7%, em 1980, para quase 21%, em 2016, enquanto o diabetes tornou-se a principal causa de morte no país, que tem o maior número de obesos no mundo. Em 2015, o mexicano médio comprava 1.928 calorias ao dia de bebidas e alimentos ultraprocessados, 380 calorias a mais do que os estadunidenses (Jacobs; Richtel, 2017). É emblemática a situação do milho, patrimônio cultural ancestral da região: o México passou a importar o grão transgênico em lugar de abastecer-se com as variedades nativas, um sintoma da degradação do tecido social do país, denunciada pela campanha ‘sin maiz no hay país’. Fenômeno análogo aconteceu com o petróleo, agravado pela reforma energética imposta por Peña Nieto: o México se converteu em um país petroleiro que importa 75% da gasolina que consome. Em 2018, até petróleo cru foi importado¹².

A despeito da difícil situação da agricultura camponesa, que condenou muitos à migração às cidades ou para o exterior, cerca de metade da superfície do país ainda pertence a *comuneros* ou *ejidos*. Desamparados pelo Estado, famílias de trabalhadores rurais sobrevivem graças a si, muitas vezes apoiadas por remessas dos parentes que emigraram. Há um forte componente cultural na relação com a terra, e muitos resistem a deixar de ser camponeses, mesmo que a produção mal alcance para sobreviver. Embora somente 25% dos 15 milhões de indígenas pertencentes a 62 grupos etnolinguísticos no país ainda viva no campo, a vitalidade de tradições comunitárias que atravessaram a colonização e o capitalismo, nutre esta resistência¹³.

Tomadas em conjunto, os desafios de uma economia estagnada e dependente, baseada em baixos salários que estimulam a migração aos Estados Unidos, agravada por um contexto de desamparo rural e violência social que atinge o campo e a cidade, compõem um panorama crítico que antecipa desafios

¹² Entrevista concedida por Alejandro López Bolaños. Cidade do México, 2 dez. 2018 a 13 dez. 2018.

¹³ Entrevista concedida por Susanna Rappo em Puebla. 2 dez. 2018 a 13 dez. 2018.

de grande magnitude para o governo de López Obrador, iniciado em 2 de dezembro de 2018.

3. A Eleição de López Obrador e o seu Primeiro ano de Governo

Vista sob o pano de fundo da história mexicana recente, a eleição de López Obrador incita expectativas contraditórias. De um lado, a primeira alternância para a esquerda em uma política marcada pelo autocratismo e pela fraude despertou um indiscutível entusiasmo, motivado por uma notável mobilização cidadã que concedeu ao novo governo uma legitimidade inicial ímpar. Por outro lado, a gravidade dos problemas enfrentados coloca desafios colossais, fato retoricamente reconhecido por López Obrador quando reivindica a responsabilidade de realizar uma 'quarta transformação'.

Entretanto, o atual presidente não é uma figura nova na política do México. AMLO passou por dois partidos tradicionais, o PRI e o PRD; foi Chefe de Governo do Distrito Federal entre 2000 e 2005; e disputou duas eleições presidenciais, em 2006 e 2012, antes de vencê-las em 2018. A criação do seu partido em 2014, o Morena, ajudou a descolar de AMLO a imagem de político tradicional, transmitindo uma ideia de renovação. Além de o descrédito popular do PRI e do PAN, López Obrador elegeu-se em um momento de incerteza nas relações com os Estados Unidos, em função do governo Trump. Desde agosto de 2017, os governos do México, do Canadá e dos Estados Unidos negociavam a modernização do NAFTA, o chamado Tratado Estados Unidos-México-Canadá, em meio as inúmeras ameaças de que os EUA poderiam deixar o acordo. Caso concretizada, esta ruptura seria um choque externo de grandes proporções para a economia do México, em função do grau de dependência em relação ao mercado norte-americano e aos investimentos externos. Como discutido por González e Castillo (2019), o México não possui alternativa a curto e médio prazo à relação com os EUA, sobretudo pela baixa representatividade das outras regiões na sua pauta de exportações. Em certa medida, a relação com os Estados Unidos se naturalizou do ponto de vista do establishment mexicano.

As expectativas em torno da eleição de López Obrador são melhor compreendidas nos marcos da alternância política do que pela inovação das



propostas e políticas sinalizadas e implementadas pelo novo presidente. Qualquer mudança estrutural no país implica em rever a estratégia de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a própria relação com os Estados Unidos consolidadas no NAFTA. Ao contrário de um tratado restrito à economia, a natureza desta relação constrange as políticas públicas do país em todas as suas dimensões, com efeitos em todas as esferas da sociabilidade, do padrão alimentar à política de segurança, da política industrial à questão agrária, do mimetismo cultural à imigração. Porém, apesar das expectativas, a mudança pela política externa está fora do horizonte do novo governo, que aceita os parâmetros estruturais da ordem legada.

Durante a campanha, as propostas de López Obrador para as relações com os EUA foram genéricas. O então candidato reiterou que a sua prioridade era a agenda interna, declarou apoio ao NAFTA e sua intenção de aproveitar as relações bilaterais. Depois de eleito, personagens que posteriormente integrariam o governo de López Obrador se incorporaram ao governo de transição da gestão de Enrique Peña Nieto, o que deu sinais de continuidade importantes. Jesús Seade, hoje Subsecretário para a América do Norte da Secretaria de Relações Exteriores, participou das negociações para modernização do NAFTA e auxiliou no processo de ratificação no Senado mexicano, o que ocorreu já sob o novo governo, em junho de 2019. Durante a tramitação do novo acordo no Senado dos Estados Unidos, o presidente López Obrador manifestou-se publicamente em várias ocasiões, defendendo o resultado das negociações: “vai ajudar muito a trazer mais investimento estrangeiro (ao México), impulsionar o crescimento e gerar empregos bem remunerados no país” (LA VOZ ARIZONA, 2020)¹⁴. As declarações e atitudes de López Obrador mostram um posicionamento de endosso ao NAFTA, indicando que o acordo continuará sendo o principal eixo de política externa do México.

A modernização do NAFTA foi acompanhada de um série de políticas no âmbito doméstico que tinham como objetivo implementar as normas do acordo e complementá-las. Por exemplo, visando adequar-se ao acordo e cumprindo uma promessa de campanha, o governo de López Obrador tem adotado uma política

¹⁴ Do original: “va a ayudar mucho a que llegue más inversión extranjera (a México), se impulse el crecimiento y haya empleos bien pagados en el país” (LA VOZ ARIZONA, 2020).

anual de aumento do salário mínimo. O projeto Zona Livre da Fronteira Norte, lançado em dezembro de 2018, dobrou o salário mínimo na região fronteiriça do lado mexicano, além de conceder benefícios fiscais, como a redução de 8% do Impuesto al Valor Agregado (IVA) e de 20% do Impuesto sobre la Renta (ISR), além de equiparar o preço do combustível com aquele praticado nos Estados Unidos (México, Secretaría de Economía, 2018). Nas outras regiões do país, o aumento de salário concedido foi de 16,21%. Em dezembro de 2019, o governo de López Obrador anunciou um novo aumento: 5% na Zona Livre da Fronteira Norte e 20% no restante do país.

O aumento do salário mínimo acompanhou as novas normativas do Tratado México-Estados Unidos-Canadá, que estipula que no mínimo 40% do valor agregado dos veículos leves deve ser produzido por trabalhadores que ganhem ao menos US \$ 16 por hora. Há muitas dúvidas se a medida promoverá efetivamente o aumento dos salários no México, já que o salário mínimo na fronteira é por lei mais alto do que no restante do país e o salário pago na indústria automotriz é o mais alto do setor manufatureiro no México. Além disso, os demais 60% dos trabalhadores do setor de autopartes não se enquadram nas novas normas, o que dá ampla margem para a continuidade da política salarial. O Tratado também não menciona ajustes anuais ao valor mínimo, nem mecanismos mais eficientes de fiscalização do setor privado.

Outra mudança no bojo do Tratado México-Estados Unidos-Canadá foi o aumento da regra de origem da indústria automotriz, que passou de 62,5% para 75%. Ou seja: a partir de 2023, 75% do custo líquido das partes essenciais deve ser originado nos três países para que o veículo possa ser exportado sem taxas. A medida reforça a indústria automotriz regional ao aumentar as restrições para a importação de insumos de outros países, sobretudo da China. Neste quadro, a produção de veículos e de autopartes no México pode ser incrementada, já que o Tratado reforçou as cadeias produtivas da indústria automotriz na América do Norte. Atualmente, o México ocupa a sexta posição na produção mundial de veículos. O governo mexicano também espera que o novo acordo comercial aumente o fluxo de investimentos externos ao país para alavancar os projetos de infraestrutura, como a construção do Trem Maya e do canal do Istmo de Tehuantepec, ambos questionados por seus impactos ambientais e sociais.

No campo migratório, o governo de López Obrador tem colaborado ativamente com o governo dos Estados Unidos para restringir a migração de centro-americanos por sua fronteira norte. Em janeiro de 2019, os dois países acordaram o Protocolo de Proteção ao Migrante (MPP, em inglês), estabelecendo que os cidadãos não mexicanos que tentarem entrar sem documentação nos EUA, deverão aguardar no México até a decisão da corte estadunidense. Em junho do mesmo ano, este protocolo foi estendido para toda a fronteira México-Estados Unidos, e além disso, o governo mexicano mandou tropas da Guarda Nacional para reforçar o policiamento da fronteira sul. As medidas indicam um endurecimento da política migratória dos Estados Unidos, com a colaboração do governo do México, apesar das promessas de que o governo de López Obrador adotaria uma perspectiva mais humanitária¹⁵.

Embora um verniz latino-americanista adorne o ideário do Morena, foram raras as menções à América Latina na campanha eleitoral, excluindo a possibilidade de uma guinada radical na política externa (Franzoni; Carvalho, 2018). A visita de Alberto Fernández ao México, em novembro de 2019, suscitou especulações de uma possível frente contrária a governos mais conservadores no Brasil e no Chile, por exemplo. Contudo, pouco se avançou em iniciativas práticas substantivas. Além disso, o contexto regional hostil a iniciativas integracionistas, evidenciado pelo esvaziamento das principais instituições multilaterais, a UNASUL e a CELAC, limitam a margem de ação do governo mexicano nesta direção. Neste cenário, o não reconhecimento de Juan Guaidó como presidente autoproclamado da Venezuela em janeiro de 2019, e a concessão de asilo ao ex-presidente da Bolívia Evo Morales em novembro de 2019, remetem a uma antiga acomodação diplomática com os Estados Unidos, em que a liberdade para destoar da potência mundial acalma pressões domésticas, mas não tem consequências práticas relevantes (Ojeda, 2011).

Reflexões Finais

¹⁵ O Plano de Desenvolvimento para a América Central, lançado pelo governo do México e pela CEPAL em junho de 2019, tem como objetivo combater as causas estruturais da migração internacional a partir da promoção dos investimentos em infra-estrutura em Honduras, El Salvador e Guatemala. A proposta foca no ciclo migratório, ou seja, na origem, trânsito, destino e retorno. Além de medidas econômicas, propõe o fortalecimento das redes consulares e planos de reintegração aos respectivos países de origem.

Primeira alternância política à esquerda na história do México, a eleição de López Obrador pelo Morena despertou expectativas de mudança no país e na região. Entretanto, o presidente se defronta com graves problemas, entre o estancamento do crescimento e a violência associada ao crime organizado, passando pela situação do campo, os impasses no mundo do trabalho, e a questão migratória, todas questões relacionadas, em última análise, à natureza dos nexos do México com os Estados Unidos. Ao aceitar os parâmetros da relação com o vizinho do Norte, a margem de manobra do Estado mexicano para fazer política pública se vê constrangida em todas as direções. Neste contexto, mais realista do que uma 'quarta transformação', é a expectativa de uma espécie de programa republicano de salvação pública, ambicionando frear a degradação do tecido social mexicano e recuperar a capacidade interventora do Estado, nos marcos de uma política econômica que, embora ortodoxa, reivindica o desenvolvimentismo¹⁶.

Entretanto, mesmo esta aspiração mais modesta se defronta com obstáculos e contradições. Qualquer desígnio desenvolvimentista se depara com uma realidade em que o USMCA restringe a possibilidade de controle do espaço econômico nacional; em que a burguesia mexicana comprometeu-se com a associação subordinada aos Estados Unidos em todos os níveis; em que a dependência em relação ao dinamismo da economia deste país, se exponenciou; em que a indústria maquiladora reproduz os condicionantes que caracterizam um enclave econômico; em que a autonomia do banco central, vigente desde 1994, fragiliza o comando governamental da política monetária; em que a dívida pública tem crescido, a captação fiscal é baixa (cerca de 10% do PIB) e uma reforma tributária está fora da agenda. Neste contexto, o governo de López Obrador sinaliza que buscará benefícios relativos sem modificar o padrão de relações com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que implementa sua agenda doméstica de centro-esquerda, ou seja: uma tentativa de mitigar as mazelas sociais do país sem enfrentar suas causas estruturais, apostando em uma modalidade de crescimento econômico que agrava conflitos socioambientais, como se observou em governos similares na América do Sul em anos recentes.

¹⁶ Entrevista concedida por Lucio Olivier na Cidade do México. México, 2 dez. 2018 a 13 dez. 2018.

Especificamente, no plano das relações exteriores, o grau de dependência econômica do México em relação à potência do norte limita a possibilidade de construção de alternativas, sobretudo com a América Latina. Neste quadro, o governo AMLO desponta como uma versão relativamente tardia do progressismo latino-americano, mesclando a expectativa de crescimento econômico com programas sociais redistributivos, sem questionar os fundamentos da “modernização” do subdesenvolvimento mexicano, cristalizada no USMCA.

Referências Bibliográficas

AGUILAR CAMIN, Héctor; MEYER, Lorenzo: *À sombra da Revolução Mexicana*. São Paulo: EDUSP, 2000.

AGUILAR MORA, Manuel. *Crisis y esperanza. México mas allá de 1984*. México: Juan Pablos Editor, 1984.

ASOCIACIÓN MEXICANA DE LA INDUSTRIA AUTOMOTRIZ (AMIA). Boletín de Prensa: Cifras de diciembre y cierre 2018. Disponível em: <http://www.amia.com.mx/prensa/>. Acesso em 1 maio 2020.

ARROYO PICARD, Alberto. "México a 14 años del TLCAN: realidad y propaganda" in SANDOVAL PALACIOS, Juan Manuel. *TLCAN: Balance general e impactos subregionales y sectoriales*. México: Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio, 2009, pp. 15-46. Disponível em: <http://www.rmalc.org.mx/documentos/libros/tlcan2009.pdf>. Acesso em: 7 set. 2013.

BANCO DE MÉXICO. Sistema de Información Económica: Ingresos por remesas. Disponível em: <https://www.banxico.org.mx/SieInternet/consultarDirectorioInternetAction.do?sector=1&accion=consultarCuadro&idCuadro=CE81&locale=es>. Acesso em: 5 maio 2020.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 1999.

FRANZONI, Marcela; CARVALHO, Carlos Eduardo. López Obrador diante de Trump. *Valor Econômico*, 20 jul. 2018.

ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 1980, mar. 1981. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/930>. Acesso em: 2 abr. 2020.



COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2019. Resumo executivo, ago. 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44706-o-investimento-estrangeiro-direto-america-latina-caribe-2019-resumo-executivo> Acesso em: 05 jul. 2020.

COCKROFT, James. *Revolución y contrarevolución en México*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

DOUGLAS, Lawrence; HANSEN, Taylor. "Las orígenes de la industria maquiladora en México". *Comercio Exterior*, vol. 53, n. 11, nov. 2003. Disponível em: <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/59/7/RCE.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DURAND, Jorge. "El programa bracero (1942-1964). Un balance crítico". *Migración y Desarrollo*, n. 9, 2007, pp. 27-43.

FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995.

GAMBRILL, Monica. "The 'Maquiladorization' of the Mexican Manufacturing Industry under NAFTA" in NÚÑEZ-GARCÍA, Silvia; CHAVEZ, Manuel. (Eds.) *Critical Issues in the New U.S.-Mexican Relations: Stumbling Blocks and Constructive Paths*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América del Norte; Michigan State University, Center for Latin American and Caribbean Studies, 2008, pp. 109-125.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: El Caballito, 1974.

_____. *El cardenismo: una utopía mexicana*. México: Era, 2001.

_____. *México: el poder, el dinero y la sangre*. México: Nuevo Siglo, 1996.

_____; ROUX, Rhina. "México: crisis de la forma de Estado" in GILLY, Adolfo. *México: el poder, el dinero y la sangre*. México: Nuevo Siglo, 1996, pp. 111-138.

GONZÁLEZ; Guadalupe G.; CASTILLO, Rodrigo M. "La política exterior del gobierno de Enrique Peña Nieto hacia América Latina y el Caribe en un mundo en transición: una trama de tres actos". *Foro Internacional*, LIX, n. 3-4, pp. 763-808, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). Balanza Comercial de Mercancías de México. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/temas/balanza/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

INSTITUTO PARA EL DESARROLLO INDUSTRIAL Y EL CRECIMIENTO ECONÓMICO (IDIC). La Voz de la Industria. Vol. 5, n. 108, 2017. Disponível em: <http://idic.mx/wp-content/uploads/2017/12/VozIndustria-20171213-Vol-05-Num-108-Bajos-salarios-informalidad-y-pobreza-la-debilidad-social-del-modelo-econ%C3%B3mico-v2.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

JACOBS, A.; RICHTEL, M.. Nafta pode estar relacionado à disparada da obesidade no México. *New York Times*, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2017/12/1942835-nafta-pode-estar-relacionado-a-disparada-da-obesidade-no-mexico.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2019.

LA VOZ ARIZONA. Andrés Manuel López Obrador: EEUU aprobará la próxima semana el tratado de libre comercio. *La Voz Arizona*, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www.lavozarizona.com/story/mexico/2020/01/02/mexico-senado-ee-uu-aprobara-t-mec/2796336001/>. Acesso em: 1 maio 2020.

MARTÍN DEL CAMPO, Julio Labastida. "La unidad nacional al desarrollo estabilizador (1940-1970)" in GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: história de médio siglo*. México: Siglo XXI, 1984, pp. 328-376.

MÉXICO. SECRETARÍA DE ECONOMÍA. Zona Libre de la Frontera Norte. 2018. Disponível em: <https://www.gob.mx/zonalibredelafronteranorte>. Acesso em: 4 maio 2020.

MÉXICO. SECRETARÍA DE ECONOMÍA. Comercio Exterior / Estadísticas históricas. 2019. Disponível em: <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-externo-estadisticas-historicas?state=published>. Acesso em: 1 maio 2020.

MEYER, Lorenzo. *Distopía mexicana. Perspectivas para una nueva transición*. México: Penguin Random House, 2016.

MORALES, Josefina. "La industria maquiladora en México bajo el TLCAN 1993-2013" in ROJAS VILLAGRA, Luis. *Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas*. Asunción: Clacso, 2015, pp. 103-124.

MORENO-BRID, Juan Carlos; ROS, Jaime. "The Years of Adjustment, the Lost Decade, and the Reform Process" in MORENO-BRID, Juan Carlos; ROS, Jaime. *Development and Growth in the Mexican Economy: An Historical Perspective*. Oxford: Oxford Scholarship, 2009.

NOE-BUSTAMANTE, Luis; FLORES, Antonio; SHAH, Sono. Pew Research Center. Facts on Hispanics of Mexican origin in the United States, 2017, set. 2019. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/hispanic/fact-sheet/u-s-hispanics-facts-on-mexican-origin-latinos/>. Acesso em: 5 maio 2020.

OECD. Data: Mexico. Disponível em: <https://data.oecd.org/gdp/real-gdp-forecast.htm#indicator-chart>. Acesso em: 30 abr. 2020.

OECDa. Real Minimum Wages. Disponível em: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=RMW>. Acesso em: 5 maio 2020.

OJEDA, Mario. *Alcances y limites de la política exterior de México* Ciudad de México: El Colegio de México, 2011.

PASSEL, Jeffrey S.; COHN D'Vera. Pew Research Center. Mexicans decline to less than half the U.S. unauthorized immigrant population for the first time, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/06/12/us-unauthorized-immigrant-population-2017/> Acesso em: 31 maio 2020.

ROUX, Rhina. *El príncipe mexicano. Subalternidad, historia y estado*. México: Era, 2005.

TRADING ECONOMICS. Mexico Nominal Hourly Wages in Manufacturing. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/canada/wages-in-manufacturing>. Acesso em: 5 maio 2020.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *México (des)cargado. Del Mexico's moment al Mexico's disaster*. México: Itaca, 2016.

_____. Trabajo precário e informalidade laboral en México. *Rebelión*, 28 dez. 2017. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=235878>. Acesso em: 21 mar. 2019.

WISE, Carol. *The Post-NAFTA Political Economy: Mexico and the Western Hemisphere*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1998.

O Governo López Obrador no México: entre a crise e as relações com os Estados Unidos

Resumo

A eleição de López Obrador no México trouxe expectativas de renovação na estratégia de desenvolvimento e na política externa. No entanto, as propostas eleitorais foram genéricas diante da magnitude dos desafios colocados. O objetivo deste artigo é discutir as políticas do governo López Obrador à luz do contexto de crise em que foi eleito. O texto se organiza em três seções. Inicialmente, contextualizamos os principais partidos, o comportamento político dos governos e os padrões de dominação prevalentes na história mexicana do século XX. Na segunda seção, apresentamos quatro dimensões que ajudam a compreender o contexto crítico em que López Obrador foi eleito em 2018: a estrutura econômica do país; a política de aumento dos salários; a migração e as remessas internacionais; e a importação de alimentos e o campo mexicano. Na terceira, analisamos a política externa e de desenvolvimento durante o primeiro ano do governo AMLO. Argumentamos que a “quarta transformação” anunciada por López Obrador envolveria necessariamente uma revisão das bases estruturais de política externa e de desenvolvimento do México, o que não está em pauta. Diante desta realidade, vislumbra-se uma versão relativamente tardia do progressismo latino-americano, sem questionar os fundamentos da dependência em relação aos Estados Unidos.

Palavras-chave: México; Estados Unidos; desenvolvimento; política externa.

El Gobierno de López Obrador en México: entre la crisis y las relaciones con los Estados Unidos

Resumen

La elección de López Obrador en México trajo expectativas de renovación a la estrategia de desarrollo y a la política exterior. Sin embargo, las propuestas electorales presentadas fueron genéricas delante de la magnitud de los retos. El objetivo del artículo es discutir las políticas del

gobierno de López Obrador a la luz del contexto de crisis en que fue electo. El texto se organiza en tres secciones. En la primera, contextualizamos los principales partidos, el comportamiento político de los gobiernos y los estándares de dominación prevalentes en la historia mexicana del siglo XX. En la segunda, presentamos cuatro dimensiones que ayudan a entender en contexto crítico en que López Obrador fue electo en 2018: la estructura económica del país; la política de incremento de los sueldos; la migración y las remesas internacionales; y la importación de alimentos y el campo mexicano. En la tercera sección, analizamos la política exterior y de desarrollo durante en primer año del gobierno de AMLO. Argumentamos que la “cuarta transformación” enunciada por él implica en necesariamente una revisión de las bases estructurales de la política exterior y de desarrollo de México, lo que no se menciona. Delante de esta realidad, se vislumbra una versión relativamente tardía del progresismo latinoamericano, sin cuestionar los fundamentos de la dependencia con relación a Estados Unidos.

Palabras clave: México; Estados Unidos; desarrollo; política exterior.

The López Obrador administration in México: between crisis and relations with the United States

Abstract

The election of López Obrador in Mexico brought expectations of renewal of the economic development strategy and of foreign policy. However, his electoral proposals were generic towards the dimension of the challenges. The aim of this article is to discuss the policies of López Obrador administration considering the context of crisis he was elected. The text is organized in three sections. First, we contextualise the main parties, the political behaviour of the governments and the standard domination in Mexican history during the 20th century. Second, we present four dimensions that help to understand the critical context that López Obrador was elected in 2018: the Mexican economic structure; the policy of raising wages; migration and international remittances; and the food imports and Mexican countryside. And third, we analyze the foreign and development policy during AMLO's first year in power. We argue that the ‘forth transformation’ announced by him necessarily implies a structural revision of Mexican foreign and development policy, what is not addressed by López Obrador. In this sense, we detect a relatively late version of Latin America progressivism, but without questioning the foundations of Mexican dependency on the United States.

Keywords: Mexico; United States; development; foreign policy.



Estado Burguês, Planejamento Econômico e Industrialização no Brasil (1930-1980)¹

Glauber Lopes Xavier²

Introdução

É sabido que, à luz do pensamento marxista, ao modo pelo qual o Estado se organiza corresponde determinado arranjo entre as classes sociais, o que pode ser garantido tanto por meio do pacto de compromissos sob condições democráticas quanto por meio da ordem social sustentada pelo autoritarismo. Dado o caráter periférico e dependente da economia brasileira, seu processo de industrialização, decorrido entre as décadas de 1930 e 1980, se estabeleceu de modo *sui generis*, demandando um certo tipo de Estado e valendo-se de um determinado modelo de aliança entre sua burguesia, a burguesia estrangeira e as demais classes sociais envolvidas. Para cada estágio da industrialização foi requerido um determinado papel por parte do Estado e este se fez estabelecer segundo as acomodações, conflitos e contradições que emergiam do confronto entre a classe dominante e a classe dominada. Nesses termos, o Estado se manifesta então como:

I – *forma desenvolvida na socialização do processo de produção*, resposta contraditória do modo de produção dominante à contradição entre forças produtivas e relações de produção; II – *instrumento de dominação e hegemonia* a serviço da classe dominante; III – *espaço de enfrentamento*, de equilíbrio

¹ O resumo que deu origem a este trabalho foi apresentado na 8ª Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais, evento realizado na cidade de Buenos Aires, Argentina, entre os dias 19 e 23 de novembro de 2018.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Realizou estágio pós-doutoral no CPDA/UFRRJ. Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás e do PPGSS em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). É autor de dois livros na área de Sociologia Rural. Seu artigo mais recente se intitula “MATOPIBA: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva”, publicado pela revista *Confins* (Paris). E-mail para contato: glauberlx@gmail.com

‘instável’ (Engels) entre forças políticas antagônicas, o que leva a fazer concessões às classes dominadas para salvaguardar os interesses de longo prazo da classe dominante; IV – *espaço de ruptura ou de transição* entre uma classe dominante declinante e uma classe dominada ‘ascendente’ (Gramsci). Ruptura ou transição que se traduzirá por uma decomposição do aparelho ou dos aparelhos hegemônicos do Estado, minados em seu interior por esta forma aberta da luta de classes. (LOJKINE, 1981, p. 56, grifos do autor).

Acerca do processo de industrialização brasileiro, o êxito alcançado deveu-se mais ao tipo de industrialização adotado, via substituição de importações, ancorado num primeiro momento em um Estado que conseguiu compatibilizar os interesses das classes sociais, do que por razões inerentes à própria dinâmica de acumulação de capital. Ou seja, a expansão e consolidação da indústria nacional não poderiam ter sido logradas sem que o Estado tivesse ocupado uma posição de centralidade, canalizando os capitais e fornecendo toda sorte de sustentação ao projeto representado pela burguesia industrial. Ao ponderar que após a experiência alemã em nenhum outro país a industrialização em ritmo acelerado foi possível sem o apoio do Estado, Fiori assevera que:

Em todas elas, coube ao Estado, como no Brasil, além de suas funções clássicas, o papel de construtor de infra-estrutura, produtor de matérias-primas e insumos básicos, coordenador dos grandes blocos de investimento e de importante instrumento de centralização financeira. (FIORI, 1995, p. 59)

O propósito deste artigo consiste em problematizar o papel do Estado no processo de industrialização no Brasil, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954), Juscelino Kubistchek (1956-1961) e Ernesto Geisel (1974-1979), os quais representaram verdadeiros pontos de inflexão nos rumos tomados pela economia do país. Tal esforço resultou numa análise das etapas do processo de industrialização, bem como das principais políticas de planejamento levadas a cabo durante tais governos. Dividido em três partes, seu conteúdo contempla as seguintes discussões: a) a industrialização “restringida” e a formação do Estado burguês no Brasil, momento no qual é enfatizado o projeto varguista e o populismo que o acompanha; b) a industrialização pós 1956, contexto no qual a indústria nacional alcança estágios superiores (mormente a indústria automobilística) e a relevância do Plano de Metas e c) a consolidação da indústria nacional, tendo alcançado setores pesados e, para tanto, se apoiado em um Estado autoritário. Sobre este período, é dado



destaque ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual foi primordial para a consolidação da indústria nacional em seu estágio mais avançado.

O artigo consiste, ainda, em uma revisão crítica acerca do processo de industrialização brasileiro que se fez observar entre 1930 e 1980, período de intensas e complexas transformações políticas e econômicas, marcado por acelerada modificação na estrutura produtiva e por alterações substanciais no papel ocupado pelo Estado. Metodologicamente lançou-se mão de aportes teóricos oriundos do chamado método histórico-estrutural, o qual teve, em Celso Furtado, um de seus principais expoentes, bem como da chamada teoria marxista da dependência, sendo um de seus principais formuladores o cientista social Ruy Mauro Marini e cuja obra teve ressonância em boa parte da América Latina.

A Era Vargas e a Industrialização “Restringida”

A industrialização brasileira remete ao final do século XIX, período em que a relevância na produção manufatureira se dava, sobretudo, em setores insipientes em tecnologia, tais como os setores de alimentação, bebidas, vestuário, móveis, dentre outros³. Contudo, a partir dos primeiros decênios do século XX este quadro sofreu alterações, tendo emergido novos setores, bem como novos ramos industriais, os quais requeriam, além de tecnologias mais aprimoradas, maior volume de capitais e de mão de obra especializada. Muitos setores foram impulsionados a partir da Primeira Guerra Mundial em decorrência da interrupção do fluxo de mercadorias importadas. “Os investimentos industriais foram então expandidos para a produção de cimento, aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos, maquinaria e equipamento e produtos de seda e raio.” (SUZIGAN, 1986, p. 347).

Em todo caso, ainda que tais ramos tenham se estabelecido, a indústria nacional seguiu tendo como característica básica o processamento de produtos primários e a manufatura tecnologicamente pouco avançada. O contexto da Era Vargas, deflagrada pelo golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930, contando com amplo apoio dos militares, e pela vigência do Estado Novo a partir de 1937,

³ Sobre o processo de constituição e desenvolvimento da indústria brasileira com base em distintas concepções teóricas, ver: Suzigan (1986); Peláez (1972); Baer (1979) e Dean (1971).

investiu o Estado de um caráter autoritário e o levou a assumir um papel central na condução da economia nacional. Foi nesse contexto que várias instituições públicas foram criadas, como empresas estatais, além da modernização de sua burocracia. Foi levada a efeito, ainda, ampla reforma administrativa e financeira, sendo que o Estado Nacional se tornou ainda mais fortalecido perante suas Unidades Federativas. Naquela quadra histórica houve, segundo a compreensão de Ianni (2009), a transição de um Estado Oligárquico para um Estado Burguês.

Com efeito, o Estado deixou de atender prioritariamente aos interesses das oligarquias cafeeiras e passou a atuar, ademais do apoio aos primeiros, segundo as demandas dos industriais, comerciantes, trabalhadores urbanos e demais setores da sociedade. No que concernem os conflitos entre as classes sociais, o autoritarismo do Estado-Novo implicou na repressão das lutas engendradas pelos trabalhadores, principalmente urbanos. Tais lutas vinham se intensificando desde meados da década de 1920, momento que inaugurou as greves operárias e, com elas, o recrudescimento de medidas repressivas por parte do Estado. (FAUSTO, 2016). No plano do pensamento social, eram disseminadas interpretações sobre a realidade política, econômica, social e cultural brasileiras de cariz nacionalista e autoritário, às quais “[...] concebiam uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não-controladas.” (FAUSTO, 2001, p. 46).

No tocante à administração pública, o governo Vargas foi marcado pela modernização dos quadros burocráticos e a criação de diversas instituições, além do aperfeiçoamento daquelas já existentes. “Um arcabouço institucional completo que, ainda quando envelhecesse, seria a matriz que viabilizaria, do ponto de vista estatal, a nossa modernização industrial.” (FIORI, 1995, p. 64). Para que o leitor possa ter uma noção da amplitude dessas mudanças, foram criados os seguintes órgãos no âmbito do serviço público federal: o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1932; o Conselho Federal do Comércio e o Instituto Nacional de Estatística, em 1934; o Conselho Brasileiro de Geografia e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937; o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938. (IANNI, 2009). Destaque deve ser conferido, ainda, à

criação de empresas estatais decisivas para o processo de expansão e consolidação da indústria brasileira, como a Companhia Siderúrgica Nacional, criada em 1941.

No âmbito destas instituições, os intelectuais comportaram papel decisivo enquanto elite burocrática, mormente o de garantir, no plano da educação e da cultura, a vigência do ideário nacionalista. “No Brasil, o nacionalismo adquiriu especial ênfase nos anos 1930-1945, quando foi incorporado ao nível das decisões sobre política econômica.” (IANNI, 2009, p. 72). Por meio do sofisticado trabalho realizado pelos intelectuais, foi engendrada, inclusive, uma cultura oficial, garantindo que o Estado atuasse consoante não apenas os propósitos da acumulação, mas, para além disso, segundo as aspirações ideológicas das elites nacionais, emanadas pelo nacionalismo há pouco mencionado.

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.). Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma ‘intelligentzia’ e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. (MICELI, 2001, p. 197-198),

Um exemplo seminal do importante papel ocupado pelos intelectuais durante o governo Vargas tratou-se da querela entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudín⁴ em torno da problemática do planejamento. De um lado, Roberto Simonsen, à época relator do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) defendia a adoção por parte do governo de políticas de proteção à indústria e, de outro, o reconhecido intelectual liberal Eugenio Gudín, ocupando à época a relatoria da Comissão de Planejamento Econômico, rechaçava o protecionismo e a intervenção estatal. Referindo-se ao debate, Motta (1994, p. 94) fez a seguinte afirmação: “[...] ele se constituiu em elemento fundamental da criação do espaço social a ser ocupado pelos economistas, na medida em que promoveu o reconhecimento do saber econômico como um dado relevante no jogo político.”

⁴ A famigerada “controvérsia do planejamento dos anos 40” resultou na obra “A controvérsia do planejamento na economia brasileira”, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e disponibilizada por meio do link: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_simonsen_gudin_vol03.pdf>

O reconhecimento do saber econômico, assim como de outros campos do conhecimento, aprofundou o papel ocupado pelas chamadas novas elites burocráticas, bem como de outros segmentos sociais das camadas médias urbanas. Ademais, o intervalo reconhecido como varguismo na política brasileira significou, grosso modo, a emergência de novos interesses advindos de estratos sociais até então anódinos na composição da sociedade nacional, bem como a atuação do Estado com o claro propósito de acomodá-los em torno de alianças que passaram a ter, nele próprio, a salvaguarda de suas demandas.

Em verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas – em que se envolvem civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários – que se verifica a interiorização de alguns centros de decisão importantes para a formulação e execução da política econômica. (IANNI, 1975, p. 56).

Sobre esta atuação, cabe destacar o estabelecimento de um salário mínimo em 1939 e a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, por meio do Decreto-Lei n.º 5.452, em 1º de maio de 1943. É certo que a instituição do salário mínimo e a legislação trabalhista asseguraram a formação e a ampliação da força de trabalho urbana e, portanto, incrementaram o mercado consumidor nacional. Há que se ter em conta, no entanto, que os níveis salariais fixados para determinadas categorias de trabalhadores não seriam compatíveis com os valores que poderiam ter sido estabelecidos desde que, para tanto, houvesse livre barganha entre estes e os empresários.

Assim, os salários teriam sido fixados tomando por base a subsistência do trabalhador ou o estritamente necessário para sua reprodução. “[...] a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a.” (OLIVEIRA, 2003, p. 39, grifos do autor). Convém assinalar que a crítica de Chico de Oliveira teve como alvo as explicações dualistas acerca da problemática do subdesenvolvimento brasileiro, inclusive a explicação de tradição cepalina. No particular ao salário mínimo instituído por Vargas, o cientista político Armand Dreifuss comunga da concepção de Chico de Oliveira, asseverando que:

Tal política apresentava ainda dois benefícios significativos quanto à acumulação capitalista: primeiramente, ao determinar os salários institucionalmente, essa política permitia um cálculo econômico efetivo, enquanto o aumento de produtividade não era incorporado ao aumento dos salários. Em segundo lugar, um efeito importante da imposição de um salário mínimo foi a cooptação das classes trabalhadoras, mostrando assim a 'face admissível do corporativismo'. O Estado então foi projetado e percebido como protetor dos pobres, tendo à frente a figura paternalista de Getúlio Vargas. (DREIFUSS, 1981, p. 24-25).

A incorporação das massas ao consumo, naquele contexto, possui correlação com a emergência do populismo⁵ na política brasileira, o qual, associado ao nacionalismo de cariz autoritário, foi a marca do Estado Novo. Tal populismo foi a face do Estado "provedor" na economia periférica, bem distante do Estado de bem-estar social que emergiu nas economias centrais no pós segunda guerra. "Nesse sentido, em vez do Estado de bem-estar social, o que temos é uma combinação permanente e alternada de paternalismo e repressão." (FIORI, 1995, p. 46). Em seu famoso texto *Além da Estagnação*, escrito em parceria com José Serra, Tavares (1979) afirma que a industrialização extensiva, a qual abrange amplas camadas da população e é direcionada aos bens de consumo das famílias (*wage goods*⁶), requer a incorporação dos assalariados. Noutros estágios da industrialização, a dinâmica de acumulação capitalista reverberará politicamente em modelos particulares de alianças e acomodações de interesses, o que examinaremos ao tratar do nebuloso momento político que levou ao golpe militar de 1964.

Em face do conturbado contexto internacional, marcado por uma grave crise econômica no decurso da década de 1930 e pela eclosão da segunda guerra mundial, a economia brasileira tomou um rumo distinto daquele trilhado até então, voltando-se para os interesses domésticos e operando segundo as demandas da industrialização. Na esteira de outras experiências compartilhadas por economias tidas como atrasadas, teve início um vigoroso processo de industrialização via substituição de importações, propiciado pelas condições típicas de um contexto bélico e pela atuação do Estado Nacional. As transformações que se sucederam no âmbito da economia internacional

⁵ "O populismo, comparado ao nacionalismo, poderia ser caracterizado como expressão tópica e espontânea do processo de incorporação das massas ao regime político, enquanto o nacionalismo aparece como expressão global e ideológica deste mesmo processo." (WEFFORT, 1980, p. 54).

⁶ Bens-salários, ou seja, mercadorias indispensáveis à reprodução da força de trabalho dos assalariados e de suas famílias.

conduziram a mudanças internas em face das exigências requeridas pelo novo quadro de divisão internacional do trabalho. A exportação, até então a variável chave para a obtenção da renda nacional, cedeu lugar ao investimento e, com isto, uma economia que era anteriormente voltada para fora deu lugar a uma economia voltada para dentro.

No que concernem as explicações acerca desse processo, é importante mencionar que surgiram duas grandes concepções teóricas. A teoria cepalina⁷, na qual se filiavam tanto Celso Furtado quanto Maria da Conceição Tavares, atribuía o surgimento da indústria nacional ao choque adverso produzido pela Grande Depressão e pela queda nas exportações de café. A segunda corrente de pensamento, da qual comungavam Warren Dean e Carlos Manuel Peláez, tributava a industrialização à expansão das exportações. Ou seja, o primeiro seria resultado direto do segundo. Por outro lado, a chamada corrente do capitalismo tardio, ao perscrutar um capitalismo dependente, e tomando por base os fundamentos da teoria cepalina, foi capaz de promover um alcance maior da formação econômica e social brasileira, conforme apontou Suzigan (1986).

A grande contribuição da chamada “ótica do capitalismo tardio” residia na admissão de que o setor exportador foi crucial para o advento da indústria nacional, sem deixar de reconhecer, contudo, que a Grande Depressão significou um ponto de inflexão na história econômica brasileira. Para esta corrente, a indústria nacional emergiu do setor exportador cafeeiro, embora o tenha suplantado apenas na década de 1950, quando a indústria de bens de consumo e a indústria de bens de capital estavam relativamente consolidadas. Em seu estudo, Suzigan (1986) aponta duas lacunas que, todavia, não implicaram na invalidez da corrente em análise: Primeiro, o fato de que tivera início, ainda nos anos 1920, um processo de diversificação industrial, em parte impulsionado pelo setor agrícola-exportador e, em segundo, de que importadores e imigrantes

⁷ A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos. [...] A motivação original para a inclinação cepalina pelas tendências históricas é conhecida. A agenda de reflexão e investigação inaugurada por Prebisch em 1949 compunha-se essencialmente do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, do modelo de crescimento primário exportador, *hacia afuera*, ao modelo urbano-industrial, *hacia adentro*.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20, grifos do autor).

constituíram a gênese da burguesia industrial e não os cafeicultores, conforme defendido pela tese de Cardoso de Mello (1988).

A despeito das lacunas acima mencionadas, importa ter em conta que durante o período de vigência de modelo agroexportador na economia brasileira, o quadro de divisão internacional do trabalho fora imposto pelo próprio processo de desenvolvimento econômico das principais economias mundiais. (TAVARES, 1977). É certo que o caráter “reflexo” da economia brasileira, conforme definição de Furtado (2007), a tornava mais vulnerável aos desequilíbrios do setor externo. Dado que o café possui baixa elasticidade-demanda, sérias dificuldades econômicas se impunham quando havia queda no preço deste que era o principal produto nacional de exportação. No entanto, como a industrialização se dera sem que, para tanto, tenham se modificado determinados elementos estruturais da economia, é forçoso admitir que se manteve a dependência da economia brasileira diante das economias avançadas, adrede tenha sido alterada a sua natureza.

Tavares (1977) expõe da seguinte maneira a evolução do setor externo e as alternativas do processo de substituição de importações: 1º período (1929-1945) - observa-se forte redução do coeficiente de importações, o que leva à substituição das importações de bens não duráveis de consumo final; 2º período (1945-1955) - contexto favorável à capacidade de importações, o que permite o avanço da substituição de importações nos ramos de bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital; 3º período (Pós 1954) - Condições externas desfavoráveis. Redução da capacidade de importações, o que não impediu a continuidade do processo de industrialização.

Ao período que vai até 1955, o economista João Manuel Cardoso de Mello (1988) denominou de industrialização “restringida”, cuja marca principal foi a ausência de condições para que tal processo se estabelecesse de forma autossuficiente, ou seja, que a capacidade produtiva se alterasse consoante a ampliação da demanda e que, ademais, ocorresse progresso tecnológico. Estas condições garantiriam a reprodução ampliada do capital, isto é, que o investimento, variável central do Departamento dos Bens de Produção (Departamento I) aumentaria nas mesmas proporções em que aumentariam o

Consumo dos capitalistas (Departamento II) bem como dos trabalhadores (Departamento III) conforme a equação marxista de reprodução postulada por Kalecki (1977).

Enquanto os países desenvolvidos encontraram, fora de suas economias, condições para a reprodução ampliada de seu capital, os países subdesenvolvidas, como era o caso brasileiro, se integraram à dinâmica reproduzindo uma industrialização cuja ampliação do consumo dos capitalistas extrapolava o nível de investimentos em sua própria indústria, estancando o processo de avanço da própria industrialização e de diversificação de sua capacidade produtiva. O êxito das economias avançadas era oriundo de uma acumulação a longo prazo, considerando que o progresso tecnológico, *per se*, não era capaz de criar a demanda efetiva necessária. Em seu estudo das contribuições de Rosa Luxemburgo e do Tugan-Baranovski acerca da reprodução ampliada do capital, Kalecki aponta que Luxemburgo estava correta ao perceber a relevância do mercado externo⁸ para a prosperidade da acumulação nos países avançados. Equivocava-se, porém, ao considerar que sem esta iniciativa tais países não encontrariam condições para a promoção do avanço. Acerca da contribuição de Tugan-Baranovski, Kalecki aponta que este estava correto ao perceber o caráter antagônico do modo de produção capitalista, equivocando-se, porém, ao afirmar que este antagonismo poderia ser contornado por meio da aplicação adequada do produto nacional a fim de se evitar o entrave da demanda efetiva.

A lacuna da demanda (in) efetiva interna poderia ser preenchida caso fosse levado a cabo um processo de incorporação de setores não capitalizados da economia, a exemplo da indução ao assalariamento no campo. Esta foi, segundo Kalecki (1977), a hipótese levantada por Rosa Luxemburgo. No caso brasileiro, o desenvolvimento de seu capitalismo permitiu uma parcial capitalização do setor primário, isto é, sua incorporação aos circuitos de acumulação financeira e industrial. Por outro lado, esta capitalização não foi capaz de promover a

⁸ O mercado externo, conforme expõe Rosa Luxemburgo (1976) em sua obra *A acumulação de capital* não se refere apenas aos mercados estrangeiros. Ou seja, é possível que haja mercado externo ainda que nos limites territoriais de um dado país. Mercado externo, portanto, assume o sentido de uma parcela de um dado território e sua população que não foram, ainda, incorporados ao capitalismo.

inserção de um grupo considerável de agricultores nos mercados. “Foi a expansão da fronteira agrícola que permitiu expandir a produção agrícola no Brasil sem necessidade de redistribuir a propriedade agrária.” (SILVA, 1982, p. 62).

No plano social, os meados da década de 1940, nos estertores da segunda guerra mundial, serão marcados pela piora das condições de vida da classe trabalhadora. É o crepúsculo do Estado Novo varguista, cujas bases haviam erodido. Isto repercutirá na organização da classe em torno de uma série de reivindicações por melhores salários, a despeito do controle exercido pelo Estado sobre os sindicatos. “Estava se tornando claro para as classes dominantes que novas formas de governo teriam de substituir as medias coercitivas do Estado Novo.” (DREIFUSS, 1981, p. 26). Diante desta situação, o esforço de Vargas em promover um novo pacto de compromissos capitaneado pela burguesia industrial fracassou.

Antes que Getúlio Vargas conseguisse consolidar sua estratégia e formar um novo bloco de poder, o Exército, tendo como ponta de lança os oficiais da FEB, entrou em ação e o depôs, apoiado por um alinhamento que compreendia os industriais locais, a oligarquia, as classes média e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam renovado seu interesse pelo Brasil. (DREIFUSS, 1981, p. 28).

O desfecho do Estado Novo significou, em termos econômicos, o encerramento de um ciclo de industrialização sob condições favoráveis, contando com a ampla participação do Estado na condução das políticas de investimento. “Ao término do Estado Novo, estavam sob a órbita estatal de atuação e relativo controle a moeda e o crédito, o comércio exterior, a gestão da força de trabalho e os salários, além de uma estrutura tributária em transformação [...]” (DRAIBE, 2004, p. 111). O governo seguinte, do Marechal Eurico Gaspar Dutra, consistiu numa aliança política capitaneada pelo poder oligárquico-empresarial, com bastante similaridade ao bloco de poder que teve vigência durante o Estado-Novo. Sobre esse período, importa ressaltar a criação da Constituição de 1946 e a crescente importância assumida pelo Partido Comunista que, nas eleições de 1947, foi o quarto partido mais votado no âmbito dos estados e venceu a UDN em São Paulo, tendo sido o terceiro partido em número de votos. Ainda em 1947, o Partido Comunista foi, por determinação judicial, declarado ilegal. “A frágil ‘sociedade civil’, um legado do Estado Novo, não era

uma estrutura apropriada de contenção das classes trabalhadoras, tornando difícil a institucionalização do regime.” (DREIFUSS, 1981, p. 29).

Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas retorna ao poder e imprime um governo com importante participação dos setores conservadores da sociedade. No plano econômico, verifica-se um estreitamento do vínculo entre o capital nacional e o capital estrangeiro, notadamente o recrudescimento de investimentos norte-americanos. Tais medidas não significaram, todavia, o abandono do projeto nacional-desenvolvimentista que nutria as aspirações políticas de Vargas. Talvez o maior trunfo nesse sentido tenha sido a criação, por meio da Lei Federal nº 2004, de 3 de outubro de 1953, da Petrobrás. Esta mesma Lei estabeleceu o monopólio estatal do petróleo, medida crucial para os rumos do processo de industrialização no Brasil. Apesar da acomodação de interesses que se estabeleceu durante o segundo governo Vargas, promovida pela aliança entre o capital nacional e o capital estrangeiro, havia, por parte do governo, o intento de se conformar um projeto de industrialização com certos limites em relação aos interesses das multinacionais.

Esta teria sido, segundo a análise de Dreifuss, uma das principais motivações do golpe de 1954, tendo culminado no suicídio de Vargas⁹. (DREIFUSS, 1981). Em sua análise sobre o fracasso do modelo varguista, cuja principal meta consistia na promoção do desenvolvimento calcado no nacionalismo e, portanto, na atuação do Estado em nome dos interesses da indústria nacional, Fiori (1995, p. 80, grifos do autor) assevera que “Vargas naufragou porque lhe faltou o apoio interno prussiano em 1939. E fracassou novamente porque não obteve o apoio externo *associado* em 1953.” Vargas teria sido, segundo Fiori, um *prussiano desfigurado*, cujos arroubos progressistas teriam sido premidos pelo conservadorismo inerente à burguesia brasileira, especialmente a agrária. O interregno entre o governo Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pela maior facilidade de penetração do capital estrangeiro, o que favoreceu sobremaneira as corporações multinacionais.

⁹ Segundo Dreifuss (1981, p. 33): “Agindo dessa forma, ele explicitamente condenou na sua carta-testamento, o que percebeu ser uma conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas.”

Destaque-se a importância da Instrução n.º 113¹⁰, da Superintendência da Moeda e do Crédito, a SUMOC, por meio da qual os investidores estrangeiros encontraram condições facilitadas para a aquisição de máquinas e equipamentos valendo-se da cobertura cambial garantida pelo governo.

A Instrução 113 representou, portanto, um *incentivo cambial* às empresas estrangeiras e acelerou o processo de internacionalização da economia brasileira, incentivando os empreendimentos associados e gerando a desnacionalização de alguns setores antes dominados pelo capital nacional, tais como a indústria farmacêutica. (LEOPOLDI, 2000, p. 245, grifos da autora).

Ao tempo que os debates em torno do planejamento e da industrialização tomavam vigor¹¹, os planos econômicos se tornavam cada vez mais sofisticados, com diretrizes claras e objetivos bem definidos. Este foi o caso do Plano de Metas, proposto pelo presidente Juscelino Kubistchek, cuja ascensão ao poder, em 1956, “[...] aparentemente baseada na mesma correlação de forças políticas do regime de Getúlio Vargas, implementou uma política de desenvolvimento que resultou em uma mudança drástica no modelo de acumulação, reforçando um padrão de ‘desenvolvimento associado’ [...]”. (DREIFUSS, 1981, p. 34). Sobre o processo de industrialização e o Plano de Metas tratará o momento seguinte.

O Governo JK e o Plano de Metas

A propositura do Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubistchek consistiu, pelo escopo de suas formulações, por sua amplitude e pelos instrumentos utilizados, na “[...] primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil.” (LAFFER, 2010, p. 30). É certo que o cabedal de informações documentadas e de volumosos relatórios contendo extensos diagnósticos acerca da economia brasileira propiciaram um arsenal de dados para a formulação do Plano. Além disso, a mobilização da burocracia estatal, mormente de seus quadros técnicos, em parceria com a iniciativa privada, tratou-se de um importante fator para os êxitos alcançados. Há que se considerar que o aperfeiçoamento de tais quadros remonta à Era Vargas, o que se deu *pari*

¹⁰ Informações detalhadas sobre a Instrução n.º 113, ver: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113>>

passu a criação de instituições fundamentais para a racionalização da administração pública. Sobre esse histórico:

A partir da década de 1940, várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia a economia brasileira. Entretanto, o que se pode dizer a respeito dessas tentativas até 1956 é que elas foram mais propostas como é o caso do relatório Simonsen (1944-1945); mais diagnósticos como é o caso da Missão Cooke (1942-1943), da Missão Abbink (1948), da Comissão Mista Brasil-EUA. (1951-1953); mais esforços no sentido de racionalizar o processo orçamentário como é o caso do Plano Salte (1948); mais medias puramente setoriais como é o caso do petróleo ou do café do que experiências que pudessem ser enquadradas na noção de planejamento propriamente dito. (LAFFER, 2010 p. 29-30).

Posto em prática, o ousado Plano de Metas interferiu em cinco setores estratégicos para o processo de industrialização, sendo eles: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, dentre os quais os três primeiros representavam *pontos de estrangulamento*¹² da economia brasileira. (LAFFER, 2010). “De fato, como já tinha apontado a Comissão Mista Brasil-EUA, o desequilíbrio de desenvolvimento econômico brasileiro tinha provocado uma demanda insatisfeita de infra-estrutura [...]” (LAFFER, 2010, p. 35). Além *dos pontos de estrangulamento*, o Plano previa o conceito de *ponto de germinação* para se referir às obras de infraestrutura que, por sua natureza, promoveriam externalidades positivas. O melhor exemplo foi a construção de Brasília, com o que novas atividades foram impulsionadas, ademais dos investimentos em transportes devido à ocupação e integração do centro geográfico do país às demais regiões.

Conforme apontado, o Plano continha um apetrechado conjunto de instrumentos para sua implementação, dentre os quais deve-se destacar a interdependência setorial e a previsão de demandas derivadas, por meio dos quais foi possível planejar consoante o cumprimento das metas e o surgimento de novas demandas. Ressalte-se a coordenação, prevista pelo Plano, das decisões atinentes ao comércio exterior, tendo em vista o planejamento da substituição de importações. Ademais, a criação de Grupos Executivos, a exemplo do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), dotou a administração de maior racionalidade, dando a ela o caráter de administração paralela.

¹² “O conceito de *ponto de estrangulamento*, isto é, a percepção de que existiam certas áreas de demanda insatisfeitas que estrangulavam a economia justificou basicamente o planejamento dos setores de *energia, transportes e alimentação*. (LAFFER, 2010, p. 35, grifos do autor).

Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista. Na realidade, isso significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência de capital local e multinacional. E mais ainda, os novos interesses evitariam os mecanismos de controle e autoridade populistas, como o Congresso e a crítica pública que poderia ser dirigida aos interesses multinacionais e associados por parlamentares da oposição. (DREIFUSS, 1981, p. 35).

Para o financiamento do Plano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o qual tinha na figura de Lucas Lopes o seu presidente, teve destacado papel. “Foi possível assim articular-se, sob a liderança de Lucas Lopes, uma equipe técnica formada por membros de diferentes origens institucionais – Itamarati, Cepal, FGV [...]”. (MOTTA, 1994, p. 107). É importante ter em conta que Lucas Lopes “[...] tinha participado das tentativas anteriores de planejamento e controle da economia brasileira – notadamente da comissão mista Brasil-EUA e da assessoria econômica de Getúlio Vargas no período 1950-1954.” (LAFFER, 2010, p. 35). Direta ou indiretamente, era por meio do BNDE que se realizava concessões de recursos nacionais ou por meio dele se contraía empréstimos internacionais assegurando o compromisso de seu pagamento. (LAFFER, 2010).

Uma análise geral do Plano de Metas leva à conclusão, aliás consagrada em boa parte da literatura sobre o tema, de que este fora bem-sucedido no que diz respeito ao cumprimento de uma etapa crucial do processo de industrialização via substituição de importações, qual seja, a conformação de uma indústria nacional de bens de capital e de insumos, verticalmente integrada, a despeito das lacunas porventura existentes em sua estrutura. (LESSA, 1981). O resultado foi um vigoroso crescimento da economia, alavancado pelo expressivo aumento da produção industrial nos mais diversos ramos, principalmente no tocante à indústria de equipamentos de transportes, impulsionado pelo setor automobilístico e pelos encadeamentos para frente e para trás, por ele, provocados.

Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e

indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. (SKIDMORE, 1982, p. 84).

A despeito do crescimento logrado, três questões devem ser consideradas no tocante ao governo JK, as expõem os desafios que se impuseram à economia brasileira nos períodos subsequentes: I - Com o Plano de Metas findou um modelo de industrialização induzido a partir do estrangulamento externo e fomentado pelo financiamento inflacionário; II - O aprofundamento de disparidades setoriais, sociais e regionais; III - O estreitamento do vínculo entre o capital nacional e o capital estrangeiro, o que resultou na ampliação da participação do segundo em relação ao primeiro, configurando um quadro de dependência cada vez maior. Em relação ao primeiro, impôs-se a necessidade do investimento autônomo a fim de permitir a continuidade da dinâmica de crescimento econômico e, em relação ao segundo, destaque-se que o aumento da produção agrícola, no período, resultou mais da incorporação da fronteira de recursos do que do aumento de produtividade, constituindo um impedimento à integração campo-indústria, indispensável para o desenvolvimento. (LESSA, 1981).

A despeito do crescimento econômico observado, deve-se reconhecer que parcela importante do setor primário permaneceu débil; o aumento dos salários da classe trabalhadora se deu nos estratos mais qualificados e, finalmente, houve o recrudescimento das disparidades regionais, dado que o centro-sul do país concentrou o crescimento logrado¹³. (LESSA, 1981). No tocante ao terceiro elemento, a Instrução n.º 113, de que tratamos há pouco, ao garantir a importação de máquinas e equipamentos por parte de investidores estrangeiros, com cobertura cambial, assegurou condições vantajosas ao capital externo em relação ao capital nacional.

Tudo isso impunha uma inflexão estratégica com a opção por um desenvolvimento associado com o capital internacional, única forma de financiar uma industrialização tardia e periférica que jamais se tornou um projeto verdadeiramente nacional, ao estilo prussiano. [...] Finalmente, com JK, fez-se a opção definitiva por um padrão de financiamento fortemente dependente do capital estrangeiro e do uso pelo Estado do endividamento interno e externo, ou

¹³ Não se pode ignorar, no entanto, a criação, durante o governo JK, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, com o propósito de mitigar os problemas sociais da região. Sobre isto, ver: Oliveira, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

mesmo da inflação, como forma de *escorar* uma burguesia empresarial extremamente conservadora, protecionista e antipopular. (FIORI, 1995, p. 69-70).

No que se refere às mobilizações sociais, localizadas especialmente nos centros urbanos, o final do governo JK foi marcado pela insurgência de movimentos de trabalhadores e de demais setores da sociedade, apontando, portanto, a fragilidade do modelo político calcado no populismo. “O final da década de cinquenta testemunhou o florescer de atividades sindicais e de organizações de classes trabalhadoras, assim como de uma intensa mobilização estudantil e de debates no interior das Forças Armadas [...]”. (DREIFUSS, 1981, p. 36). Localizava-se nestes movimentos uma das principais razões que levaria à convulsão social nas vésperas do golpe de 1964. Segundo Dreifuss (1981, p. 36): “[...] foi o próprio Juscelino Kubitschek quem, ao falar na Escola Superior de Guerra, insistiu para que essa se dedicasse ao estudo da potencial ameaça subversiva de forças sociais desencadeadas pela modernização contra a ordem vigente.” Tendo sido constituída uma indústria de bens duráveis de produção, a qual atendia especialmente as camadas de altas rendas, diante de um processo inflacionário, que significava perdas salariais para a classe trabalhadora, somada à precariedade das condições de moradia nos centros urbanos e a germinação de uma consciência política por parte dos operários, o populismo não mais cumpria os desígnios para os quais fora empregado.

O período seguinte ao governo Kubitschek é marcado por um processo de aceleração inflacionária, dificuldades fiscais e deterioração do balanço de pagamentos, com o que o governo decidiu levar a cabo uma reforma do regime cambial (Instrução 204¹⁴ da SUMOC). Em linhas gerais, a reforma consistiu na desvalorização da taxa de câmbio e a adoção de letras de importação em lugar da aquisição de cambiais por parte dos importadores¹⁵. *Pari passu*, o governo negociou as condições de pagamento (reescalonamento) da dívida externa junto aos credores. (ABREU, 1990). Tendo durado pouco menos que sete meses, ao

¹⁴ Informações detalhadas sobre a Instrução n.º 204, ver: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-204>>

¹⁵ “O sistema anteriormente vigente, de diferir a entrega de cambiais aos importadores, foi substituído pelo sistema das Letras de Importação através do qual os importadores ao comprarem suas divisas eram obrigados a realizar operação colateral depositando no Banco do Brasil por 150 dias o valor em cruzeiros correspondente à importação e recebendo Letras de Importação.” (ABREU, 1990, p. 198).



breve governo de Jânio Quadros sucedeu-se um dos períodos mais conturbados da vida política brasileira, marcado pela ampliação da mobilização política por parte da classe trabalhadora. Somava-se a isto a dificuldade em se compatibilizar os interesses das camadas médias, das oligarquias tradicionais, dos industriais nacionais e, por fim, das multinacionais.

Nessa época, congressos nacionais de líderes sindicais já haviam recomeçado sua atuação a partir de onde haviam parado treze anos antes, com a diferença de que agora os congressos se organizavam em meio a uma classe trabalhadora industrial que havia se multiplicado e que se achava relativamente concentrada em termos regionais. [...] O seu fracasso em corresponder às crescentes expectativas da classe média, juntamente com inadequações burocráticas, também dificultou ao Executivo a realização das reformas exigidas pela grande comunidade industrial. Tais reformas envolviam sacrifícios das classes trabalhadoras e fortes limitações econômicas e políticas a setores oligárquicos tradicionais, bem como a interesses industriais locais de porte médio. Os interesses multinacionais e associados tornaram-se cientes da impossibilidade de conseguirem o necessário reajuste extensivo da economia e da administração dentro de uma sociedade 'pluralista' e de um sistema político eleitoral. (DREIFUSS, 1981, p. 129).

Se a crise política desvelava a impossibilidade de manutenção das alianças entre as classes sociais com base numa política populista, a crise econômica tornava límpido o fato de que o padrão de acumulação instaurado com o processo de industrialização requeria, para sua autossuficiência (constituição de condições endógenas para a acumulação capitalista via capital industrial), transformações profundas na estrutura econômica do país. Emprega-se, aqui, o termo industrialização para, em concordância com Marini (2000, p. 139): "[...]designar o processo através do qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter no eixo da acumulação de capital."

Não é fortuita a relação entre a indústria nacional, os entraves para seu progresso, em certa medida advindos da questão da terra, isto é, da fragilidade do setor primário brasileiro - apoiado na concentração fundiária e no trabalho precário, de parca remuneração - e a questão agrária, elemento fulcral no contexto do golpe de 1964. Nesses termos é que a crise do populismo, dada a dificuldade de manutenção do *status quo* e a incorporação das massas ao trabalho e ao consumo, conforme apontado por Weffort (1980) coaduna-se à cisão horizontal apontada por Marini (2000), consubstanciada no processo inflacionário que levou à corrosão dos salários e, portanto, à redução dos níveis

de vida dos trabalhadores. Resta considerar que este processo guarda relação, em alguma medida, com a questão agrária de que se tratou há pouco, dado que o aumento dos preços agrícolas foi bem maior que os preços dos bens industriais entre 1949 e 1960, conforme expôs, em dados, Marini (2000).

Ademais do aumento do custo de vida, reflexo do encarecimento dos alimentos, a baixa mobilização política dos trabalhadores rurais impediu o enfrentamento da piora de suas condições de vida e de trabalho, advindas da modernização que vicejava no campo. Com isto, legiões de trabalhadores foram compelidos ao deslocamento em direção aos centros urbanos, à época em vertiginosa expansão. Este processo guarda relação com a crise ideológica sobre a qual se ancoravam as alianças entre as classes sociais durante a vigência do populismo na política brasileira. Ou seja, as condições rurais não mais permitiam a reprodução do domínio ideológico exercido pela burguesia agrária. Economicamente, o campo não mais atendia aos desígnios da industrialização, o que se devia mais pela crise externa e a queda do preço dos produtos agrícolas exportados do que por qualquer outro motivo.

Das exportações de produtos primários obtinha-se, em moeda estrangeira, os recursos que eram convertidos em lucros dos investidores estrangeiros. “À cisão vertical que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se, agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo.” (MARINI, 2000, p. 29). Ambas as cisões não significaram, no entanto, a eclosão de um quadro de instabilidade social marcado pela ausência de hegemonia burguesa ou de determinadas frações desta conforme defende Weffort (1980) e que teria levado à queda do presidente João Goulart em 31 de março de 1964.

Estamos em pleno acordo com Marini (2000) ao enunciar que com a radicalização política por parte da esquerda, a burguesia nacional se mobilizou e, ao debelar as forças antagônicas (algumas mais revolucionárias, outras de caráter apenas reformista), adrede tornara-se sócia menor da burguesia estrangeira. Reconhece-se a impossibilidade de permanência do populismo enquanto recurso ideológico por meio do qual a burguesia dominava politicamente a classe

trabalhadora, o que não consiste em admitir que seu fracasso tenha sido produto da ausência de hegemonia por parte da burguesia nacional, relegando o Estado à posição de entidade independente como argumentou Weffort (1980). Além disso, e em concordância com Marini, considera-se que a aliança entre o capital nacional e o capital estrangeiro, aprofundada a partir do golpe militar de 1964, investiu a economia e a sociedade brasileiras de um caráter subimperialista. Este aspecto apresenta-se indispensável para a análise do modelo de industrialização e da participação do Estado que viria em seguida. Sobre ele trata o próximo tópico.

O Governo Geisel, o II PND e a Indústria “Pesada”

A década de 1960 foi bastante tumultuada no plano internacional. A revolução cubana, ocorrida em 1959, e logo depois a crise dos mísseis, envolvendo diretamente a União Soviética¹⁶, fizeram com que os Estados Unidos partissem para uma ofensiva sobre a América Latina a fim de impedir qualquer influência das ideias comunistas. Além desse fato, em agosto de 1961 foi assinada a Carta de Punta del Este, com a participação do Brasil, por meio da qual firmou-se a chamada Aliança Para o Progresso¹⁷. A chegada de João Goulart se deu de forma bastante tumultuada. Se por um lado a tentativa de evitar a sua posse havia fracassado, por outro foi levado adiante um arranjo político que limitou os seus poderes, o que se deu por meio da instituição do parlamentarismo. ao poder trouxe desconfianças por parte dos credores do Brasil, bem como do governo estadunidense. “A tentativa de evitar que João Goulart tomasse posse foi travada por um bloco de poder popular., do qual participavam a burguesia industrial de

¹⁶ A crise dos mísseis teve como palco a ilha cubana e teve a duração de treze dias, de 16 a 28 de outubro de 1962. A tentativa fracassada, em ano antes, de invasão da ilha por parte dos Estados Unidos levou a que o governo cubano buscasse apoio na União Soviética, a qual forneceu mísseis balísticos para a defesa do território. Este fato abriu uma séria crise entre os EUA e a URSS, a qual foi solucionada mediante um pacto de retirada dos mísseis e o acordo de não agressão por parte dos EUA.

¹⁷ “Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).” (CPDOC, FGV, 2018.).

Para maiores detalhes, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>

porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais [...]” (DREIFUSS, 1981, p. 130).

Em meio às dificuldades políticas, Goulart fez a propositura, nos últimos meses de 1962, de um plano econômico, denominado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, cujas diretrizes eram ortodoxas. Este Plano fez com que o Fundo Monetário Internacional e o governo estadunidense dessem algum crédito aos propósitos do governo brasileiro em matéria de política macroeconômica, especialmente o esforço de estabilização¹⁸. Diante de um contexto político cada vez mais delicado, marcado por insatisfação por parte de praticamente todos os segmentos da sociedade, Goulart optou pela radicalização política, aproximando-se dos trabalhadores. Já nos estertores de seu governo, tendo conquistado a restauração do presidencialismo, propôs a realização de reformas de base, dentre elas, a reforma agrária. Ressalte-se o fato de que Goulart havia adotado medidas que contrariavam frontalmente os interesses do capital estrangeiro, como a lei que limitava a remessa de lucros por parte de empresas multinacionais às suas matrizes.

As limitações das remessas de *royalties* forçaram as companhias multinacionais a fazer exatamente aquilo o que haviam evitado durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, ou seja, investir em capital no país pelo fato de terem de reinvestir seus próprios lucros. A administração de João Goulart tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, ele tentou reajustar os salários mínimos, reajustar o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição dos bens básicos de consumo. Foi decretado também o primeiro e tímido estágio da Reforma Agrária. Essa reforma visou a desapropriação, com compensação prévia e efetiva, de áreas não cultivadas localizadas a curta distância de ferrovias e rodovias. O governo objetivou também controlar e limitar o redesconto bancário, junto a outras medidas para combater a especulação financeira; quanto à dívida externa o governo objetivou reescalonar o seu pagamento renegociado com os países credores. Tais medidas forçaram a comunidade financeira dos Estados Unidos a aceitar as mesmas condições que os credores europeus. Além disso, o governo de João Goulart, seguindo as diretrizes iniciais de Jânio Quadros, fixou uma linha política independente para o Brasil dentro da Organização dos Estados Americanos, das Nações Unidas e outros organismos internacionais. Finalmente, João Goulart propôs uma reestruturação do sistema tributário baseado na taxação da renda, uma reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a

¹⁸ Segundo Skidmore (1988, p. 37), “O plano Dantas-Furtado propunha a desvalorização do cruzeiro, o que elevaria o custo de importações como petróleo e trigo, que por sua vez elevaria o custo do pão e das passagens de ônibus – dois itens básicos no orçamento do trabalhador urbano. O plano também propunha a contenção dos aumentos salariais, outra medida impopular, pois a inflação já estava ultrapassando a casa dos 50 por cento.”

elegibilidade ao legislativo, bem como uma reforma do sistema educacional estendendo seus benefícios às classes populares. Em outras palavras, seu programa era sem dúvida reformista, favorecendo a participação popular. (DREIFUSS, 1981, p. 132).

Tais iniciativas garantiram a Goulart o reconhecimento por parte de intelectuais críticos, tais como Celso Furtado, Darci Ribeiro, Paulo Freire e Josué de Castro. (DREIFUSS, 1981) Contudo, o seu projeto reformista e distributivista não encontrou o devido apoio, especialmente por parte das frações burguesas da sociedade. Somava-se a um contexto econômico ruim (baixo crescimento e inflação) a insatisfação popular e, principalmente, por parte da oligarquia agrária e as empresas multinacionais. Unida em seus propósitos, a burguesia nacional estabeleceu um pacto com a burguesia estrangeira delegando, aos militares, o poder político. Enquanto títeres das burguesias, os militares asseguraram seus interesses à pretexto da manutenção da ordem, para o que lançaram mão de instrumentos ideológicos tais como os de “inimigo interno” e “guerra revolucionária”. O combate ao comunismo tornou-se, com efeito, o aparato ideológico através do qual os militares passaram a exercer o controle, a vigilância, a perseguição e, em alguns casos, a tortura e o assassinato dos opositores ao regime. (MARINI, 2013).

Do ponto de vista econômico, a chegada do general Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência da República e de sua equipe econômica, formada por Octavio Bulhões no Ministério de Fazenda e por Roberto Campos no Ministério do Planejamento, significou a adoção de um plano de estabilização, denominado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Em linhas gerais, o plano consistiu na redução dos níveis inflacionários, bem como na realização de reformas institucionais, destacadamente as reformas bancária e tributária, as quais foram cruciais para o crescimento econômico que ocorreria nos anos seguintes. É certo que tais reformas foram fundamentais para a emergência de um mercado de capitais no país, indispensável para o sucesso de uma economia capitalista. Contudo, a política salarial adotada teve resultados perversos para a classe trabalhadora. No tocante à atuação dos sindicatos, “a cobertura dos gastos e despesa dos sindicatos continuou sempre fortemente dependente dos recursos provenientes do então imposto sindical.” (RODRIGUES, 1974, p. 94). Isto



permitiu o controle do Estado sobre os sindicatos, além do fato de que após 1964 as greves praticamente deixaram de ocorrer, fruto da intervenção do governo nos principais sindicatos, bem como a eliminação das antigas lideranças. (RODRIGUES, 1974).

Cumprir considerar que, ao estabelecer nexos com as demais economias latino-americanas, fornecendo bens de consumo não duráveis e duráveis, manufaturas sem grande incorporação tecnológica, a economia brasileira encontrava demanda para preencher a lacuna deixada pelo mercado interno. Além disso, ao se industrializar em ramos com alta incorporação tecnológica (a exemplo da indústria automobilística) atendia-se a demanda advinda das camadas mais abastadas de sua população, ao passo que a massa de trabalhadores permanecia desprovida do acesso às mercadorias industrializadas em virtude dos baixos rendimentos. Assim, a acumulação de capital se realizava sem que, para isto, fossem superados os entraves estruturais à autossuficiência no processo de produção de riqueza e, portanto, à autonomia no crescimento econômico. De caráter ortodoxo, essa política tomava, por um lado, a inflação pela ótica da demanda, provocada por uma política de emissão monetária excessiva, e, por outro, produto de aumento dos custos, o que levou a um duro arrocho salarial. O sucesso do combate à inflação deveu-se, em grande parte, ao caráter autoritário do governo que, ao adotar uma fórmula oficial para o reajuste dos salários, pôs fim às negociações anteriormente levadas a efeito pelos próprios empregados junto aos empregadores.

A aplicação desta fórmula, conforme se viu, reduziu o salário mínimo a cada ano, de 1965 até 1974, enquanto o salário médio industrial caiu entre 10 e 15%, dependendo do deflator usado, entre 1965 e 1967. Desta forma, usando o poder, sobre a sociedade em geral e os sindicatos em particular, de que dispõe o governo autoritário, foi possível fazer diretamente aquilo que a ortodoxia pretende conseguir através da recessão e do desemprego: solucionar o impasse distributivo através da redução da parcela salarial. (LARA RESENDE, 1990, p. 229).

Ao questionar a natureza ortodoxa da política econômica do governo Castelo Branco, o economista André Lara Rezende (1990) faz uma observação que, a meu juízo é bastante pertinente: afirma que ao contrário da ortodoxia (a qual eu chamaria de convencional), a ortodoxia contida na política monetária em causa não lançou mão da restrição de liquidez, dado que ela foi proposta nos

quadros de um governo autoritário. Esse expediente, a restrição da liquidez, ao dar a impressão de que o ajuste da economia seria natural, eliminando os ineficientes ou mais fracos, seria praticável noutros contextos políticos, em regimes democráticos, o que definitivamente não era o caso. No nosso caso, não urgia colocar um véu (o ajuste promovido pelo mercado) sobre as injustiças econômicas perpetradas pelo regime.

Vencida a inflação, abriu-se uma via para a retomada dos investimentos em setores estratégicos da indústria, visando a integração entre seus ramos. O período pós 1967 foi marcado pela expansão do crédito, especialmente na construção civil por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH), enquanto os salários prosseguiram sem reajustes *pari passu* o aumento dos demais preços. Singer (1976) enfatiza dois aspectos dessa política, quais sejam: o favorecimento daqueles que recebiam altos vencimentos, em detrimento dos demais trabalhadores e o fato de que o impulso dado à construção civil mobilizava uma série de setores da indústria, como a metalúrgica, a de minerais não metálicos e a de materiais elétricos. Abria-se, portanto, um novo contexto do processo de industrialização no país.

No período de 1968/71, a indústria de material de transporte (na qual predomina a automobilística) cresceu 19,1% ao ano, a de material elétrico (na qual se inclui a de eletrodomésticos) cresceu 13,9% ao ano, ao passo que a indústria têxtil cresceu apenas 7,7% ao ano, a de produtos alimentares 7,5% ao ano e a de vestuário e calçados 6,8% ao ano. Como se vê, a produção de bens duráveis de consumo, que são comprados principalmente pelos grupos de elevadas rendas, cresceu a um ritmo duas a três vezes maior que a produção de bens não duráveis de consumo, que são adquiridos por toda a população. (SINGER, 1976, p. 112-113).

Com base nos dados apontados, é forçoso reconhecer que a partir de 1968, período em que estive à frente da equipe econômica Antônio Delfim Netto, houve substancial mudança nos rumos da industrialização brasileira, sendo que ao aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, fez-se acompanhar a ampliação das exportações de bens de consumo não duráveis e mesmo de algumas manufaturas. O primeiro, reflexo da crescente demanda dos estratos mais abastados da população e o segundo do aumento do consumo em países de economias avançadas, mas também de economias subdesenvolvidas, como as latino-americanas. Segundo Marini (2000), essa dinâmica de

acumulação engendrou dois fenômenos: o subimperialismo e a superexploração da força de trabalho, esta última impulsionada com a entrada de empresas estrangeiras em território nacional.

O primeiro seria produto da ofensiva sobre mercados para produtos que não encontrariam, internamente, demanda. O segundo, correlato ao primeiro, seria o mecanismo por meio do qual empresas multinacionais poderiam verter seus investimentos em altos lucros. Tal dinâmica garantiu altas taxas de crescimento do produto interno bruto e, por isso, configurou o chamado “milagre” econômico brasileiro; no ano de 1973, foi de 14 % o crescimento do PIB. Dadas as facilidades de entrada do capital estrangeiro (reduzidas taxas de juros de empréstimos em virtude da excessiva liquidez internacional), foi possível a ampliação da formação bruta de capital fixo, porém, em proporções menores do que o necessário para que se pudesse lograr autossuficiência no processo de acumulação, conforme aponta Singer (1976), ao tomar como exemplo o caso japonês. Diagnóstico semelhante foi àquele a que chegaram Tavares e Belluzzo.

Mais que isso: em condições de uma industrialização atrasada, por mais moderna e internacionalizada que seja, o baixo peso absoluto e relativo do setor de bens de capital (e não o fato de ser tecnologicamente *dependente*) impede um crescimento auto-sustentado à *la* Tugan-Baranovsky, ou seja, impede que o milagre brasileiro tenha qualquer semelhança com os chamados milagres japonês e alemão. (TAVARES; BELLUZZO, 1984, p. 124, grifos dos autores).

Há que se considerar, destarte, que a debilidade do Departamento I em face do Departamento I e II resultou, por um lado, da própria dinâmica de acumulação que se estabeleceu internamente e, por outro, do modelo de conexão estabelecido com o setor externo (divisão internacional do trabalho, fonte de financiamento e de recursos tecnológicos). Reconhece-se, contudo, a relevância do financiamento externo do processo de industrialização no período, dado que em 1973, estágio de esgotamento do “milagre”, as reservas internacionais (6,4 bilhões de dólares) superavam a dívida externa líquida (6,2 bilhões de dólares), sendo que para o ano seguinte a dívida externa líquida superava em 6,6 bilhões as reservas internacionais¹⁹. A despeito das condições favoráveis ao financiamento do processo de industrialização, agora em estágios

¹⁹ Dados disponíveis na obra *Economia brasileira*, organizada por José Márcio Rego e Rosa Maria Marques.

superiores da pirâmide, a sociedade não pôde desfrutar dos louros do crescimento observado, exceto os mais ricos, parcela diminuta da população.

A apropriação da renda pelos 50% de assalariados mais pobres passou de 17,6% da renda total em 1960 para 15,0 % em 1970. Já a renda apropriada pelos 10% mais ricos aumentou de 39,7% da renda total em 1960 para 47,8% em 1970. (REGO; MARQUES, 2013, p. 110).

Em condições periféricas, o “milagre” alcançado não implicou na melhoria dos padrões de vida da classe trabalhadora. Com exceção dos trabalhadores qualificados, empregados em setores cujas tarefas exigem algum grau de sofisticação, a maioria teve expressivas perdas salariais. Com efeito, a dinâmica de acumulação que aqui se estabeleceu, ancorada na superexploração da força de trabalho, foi correlata ao modelo político autoritário em vigência. Não seria diferente, dado que “[...] uma renda distribuída desigual e injustamente é o produto de uma estrutura de poder organizada desigual e injustamente.” (GUIMARÃES, 2008, p. 203). Sob uma ditadura, qualquer voz de oposição poderia ser alvo de toda sorte de violência, desde prisões, torturas e até mesmo a morte. “O regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância - censura - repressão.” (NAPOLEONI, 2014, p. 128).

O autoritarismo do regime garantiu uma aparente ordem social diante de um modelo econômico altamente perverso para a classe trabalhadora. É importante ter em conta que o “milagre” se deu nos quadros de um Estado que instituiu, por meio do Ato Institucional n.º 5²⁰, o período mais duro da ditadura. Por meio dele, o presidente da República cassou parlamentares, determinou recesso do Congresso Nacional, suspendeu direitos políticos e perpetró outros atos contra as liberdades individuais. “O AI-5 assinalou a passagem da repressão a uma etapa nova, a um nível mais elevado, fascistizante.” (KONDER, 1980, p. 119). Dispostos a enfrentar o regime, diversos militantes políticos, intelectuais e estudantes engrossaram as fileiras dos movimentos clandestinos que, à época, surgiam. Alguns deles, os mais aguerridos, corajosamente se orientaram pela luta armada. “Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos; ataques de surpresa a quartéis ou a postos

²⁰ Sobre o AI-5, ver: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>

policiais; propaganda armada.” (REIS, 2014, p. 74). Muitos dos opositores ao regime foram barbaramente torturados, outros tantos assassinados ou passaram a constar da lista de desaparecidos, sem contar àqueles que permaneceram presos ou foram exilados.

A perseguição e o massacre daqueles indivíduos considerados “subversivos” tornaram-se uma política institucionalizada, conduzida sob a égide do conceito de guerra interna ou guerra revolucionária. “Por essa lógica, todos eram suspeitos até que se provasse o contrário.” (NAPOLITANO, 2014, p. 128). Tomado de empréstimo dos franceses, os quais dele fizeram uso nos conflitos contra vietnamitas na Indochina e argelinos que pertenciam a Frente de Libertação Nacional, o conceito de guerra revolucionária balizou inúmeras ações violentas, verdadeiras barbaridades, perpetradas contra qualquer indivíduo que se opusesse ao regime. Não apenas homens, mas também mulheres, algumas grávidas, e mesmo crianças foram submetidos às sevícias de seus algozes. Alguns dos relatos que constam no livro *Brasil: nunca mais*, produzido pela Arquidiocese de São Paulo e publicado em 1985, são estarrecedores e apontam o nível de degradação física e psicológica impingidos às vítimas. Não se pode, inclusive pela importância histórica desse período, ignorar que estes crimes foram chancelados pelo Estado, sendo que muitos deles eram de conhecimento de militares de alta patente e mesmo do presidente da República²¹.

O período seguinte ao “milagre” brasileiro foi marcado por um contexto econômico internacional desfavorável. O abandono por parte dos Estados Unidos do padrão-ouro, em 1971, bem como o choque do petróleo, ocorrido em 1973, promoveram uma recessão em termos mundiais. Especialmente a segundo evento trouxe sérios prejuízos ao Brasil, dada a sua dependência de importação de petróleo. (REIS, 2014). Ainda assim, a opção política foi a de um esforço de superação dos limites estruturais da economia por meio da tentativa de consolidação do Departamento I. Para tanto, o governo do general Ernesto Geisel, por meio do ministro do planejamento João Paulo dos Reis Velloso, lançou mão de um ambicioso plano econômico, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o

²¹ Sobre isto, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/medici-sabia-das-torturas-em-hospital-no-rio-diz-comissao-da-verdade.html>>

qual, segundo Castro e Souza (1985) visava superar, concomitantemente, a crise e o subdesenvolvimento.

Nessa conjuntura adversa, a ditadura brasileira preferiu uma política de *fuga para a frente*. Subestimou os obstáculos e lançou, em setembro de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com a meta ambiciosa de completar o processo esboçado nos anos Médici, que formulara o I PND em 1971. O país era imaginado como uma ilha de prosperidade, de tranquilidade e de paz num mundo marcado por crises e convulsões. Havia que se caminhar para a frente. Fechar o ciclo iniciado nos anos 1930 e conquistar a autonomia, com o Estado e as empresas estatais como fatores propulsores de um desenvolvimento econômico que haveria de se dar segundo os *interesses nacionais*." (REIS, 2014, p. 95).

Para sua execução, os empréstimos internacionais foram decisivos, bem como a participação do Estado por meio da grande empresa estatal e da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada via BNDE. "Os gigantes investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa." (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 38). O II PND apontou como prioridades os setores de energia, petróleo, mineral, siderúrgico e indústria de bens de capital de modo geral, ou seja, setores que requeriam longo período de maturação e que, portanto, promoveriam baixa rentabilidade no curto/médio prazo.

Na esteira do que afirmou Castro e Souza (1985), fez-se clara opção pelo financiamento da indústria pesada, especialmente no setor energético-intensivo (petrolífero) que, por sua particularidade, só pode apresentar viabilidade no longo prazo, dado que todos os demais consomem tais recursos. Em linhas gerais, o II PND logrou certo êxito no tocante à alteração da estrutura produtiva e, de certa maneira, na consolidação do processo de industrialização brasileiro. A execução dos grandes projetos de investimento resultou, contudo, no crescente déficit em transações correntes e no paulatino aumento dos níveis inflacionários. Fracassou, ainda, na promoção de distribuição de renda e, portanto, de melhoria das condições de vida da parcela mais pobre da população. (CASTRO; SOUZA, 1985).

O projeto do Estado Nacional autoritário levantado em 1974 não só não conta com apoio popular, porque nada tem a ver com ele, como conta apenas, do ponto de vista das classes dominantes, com um setor restrito da grande empresa internacional (os setores cartelizados de bens de equipamento pesado), de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficam fora do pacto todos os demais setores empresariais a quem a

demanda da indústria pesada não favorece. Daí a grita contra a estatização. À margem do movimento de acumulação industrial, mas beneficiando-se dos excedentes não-reinvestíveis da grande empresa e valendo-se da aceleração inflacionária, provocada por uma forte inversão nas tendências dos preços, prospera o setor financeiro, a quem o endividamento interno e externo favorece sobremaneira. (TAVARES; BELLUZZO, 1984, p. 133).

O período pós 1974 na economia brasileira corrobora a análise que Marini (2012) realizou acerca do ciclo do capital na economia dependente. Este ciclo foi marcado pelo papel central ocupado pelo Estado ao realizar a transferência de mais-valia para a iniciativa privada, possível graças aos investimentos públicos em infraestrutura, por exemplo. Neste desiderato, contudo, a empresa estatal não conquistou envergadura suficiente para, a despeito da sua importância, promover a acumulação com base nos interesses autônomos e soberanos do Estado. Problemas de ordem macroeconômica e de financiamento, acrescidos aos impasses políticos decorrentes da ausência de apoio à estatização, revelaram que Geisel havia sido, nos dizeres de Fiori (1995) um *prussiano rejeitado*, premido pelo antagonismo entre os anseios desenvolvimentistas e a pressão por parte de grupos conservadores. Ao explicar a crise da dívida nos anos 1980, de certo modo uma herança do II PND, afirma:

Essa crise desenvolveu-se nos anos 80, mas originou-se na ambiguidade estratégica do II PND, dividido entre sua opção desenvolvimentista e sua gestão estabilizadora, entre seu projeto de Nação-potência e seu financiamento externo; entre sua vocação estatista e sua submissão aos pactos e compromissos cartoriais, corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado. (FIORI, 1995, p. 73).

A explicação para a dificuldade de promoção do desenvolvimento econômico no período guarda relação com a dinâmica ocupada pelo ciclo da acumulação. Nele, a empresa estrangeira levava vantagem em relação à nacional, produto da assimetria tecnológica e das dificuldades que a segunda encontrava em relação à primeira na obtenção de financiamentos. No tocante à relação capital-trabalho, ele teve como característica a superexploração da força de trabalho e, portanto, a sobreacumulação de capital, dado que os salários pagos eram muito baixos. Não se pode ignorar, contudo, a progressiva organização da classe trabalhadora por meio dos sindicatos no final da década de 1970, o que se tornou um importante fator para a transição política rumo à democracia. Tudo isso, não sem antes reorganizar institucionalmente o país por meio de reformas

que passavam pela anistia aos políticos cassados pela ditadura e [...] a reforma partidária. (MAZZEO, 1999, p. 145).

Conclusão

Ainda que o Brasil tenha alcançado a consolidação de sua indústria por meio da instalação de setores intensivos em capital, com longo prazo de maturação e caracterizados por denso conteúdo tecnológico, isto não promoveu a ruptura com um modelo econômico marcado pela concentração de renda e de riqueza e tampouco resultou em um modelo político cujas condições para o exercício da cidadania estejam plenamente asseguradas. A resposta para tal constatação conduz, inexoravelmente, ao estudo do processo de constituição da indústria nacional e o papel ocupado pelo Estado. De uma indústria inicialmente “restringida” até a indústria “pesada” foram vários os papéis ocupados pelo Estado. Contudo, há que se ressaltar dois papéis decisivos: o de convergência de interesses e promoção de alianças entre classes sociais durante o período varguista, economicamente sustentado pela substituição de importações no que concerne o processo de industrialização nacional e, em segundo lugar, o autoritarismo emanado na ditadura militar e o estreitamento do vínculo entre o capital nacional e o capital estrangeiro, desaguando na incessante busca pela consolidação da indústria nacional.

Ambos os contextos deslindam as estratégias encetadas pela burguesia nacional para o alcance de seus propósitos. Em face das transformações sociais, primeiramente com a incorporação de homens e mulheres no trabalho e no consumo (populismo varguista) e, em seguida, com o sufocamento das reivindicações advindas dos trabalhadores rurais e urbanos (golpe militar de 1964), o Estado enfeixou estratégias de acomodação de interesses, ainda que isto tenha significado o uso da força, a supressão de direitos políticos e a violação de liberdades individuais. Em todos os casos, no entanto, o Estado se fez presente por meio da criação de instituições e de políticas de planejamento econômico, indispensáveis por seu turno aos desígnios da acumulação de capital. Destaque-se o Plano de Metas e o II PND. O primeiro foi responsável por importantes avanços na indústria de bens de capital e de insumos, além, é claro, dos avanços



na infraestrutura, sobretudo em matéria de rodovias e o segundo propiciou a execução de grandes projetos de investimento em setores estratégicos (mineral, energético, petrolífero etc.) bem como vultosos financiamentos destinados à indústria de bens de capital.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1960-1964. In: ABREU, M. P (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 197-212.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 13-68.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.



FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LAFFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, B. (org.). *Planejamento no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010, pp. 29-50.

LARA RESENDE, André. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 213-231.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOJKINE, Jean. A análise marxista do Estado. *Espaço e Debates*. Ano 1, n.º1, jan. 1981. São Paulo: Cortez Editora, pp. 55-59.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Emir Sader (org.). Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, Marly Silvia da. Economistas: intelectuais, burocratas e “mágicos”. In: GOMES, A. C. (org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 82-131.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1972.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria [orgs.]. *Economia Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 2ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 122-140.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: SERRA, J. (coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 210-251.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Páginas consultadas

Instrução n.º 113. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113>> Acesso em: 20 set. 2019.

Instrução n.º 204. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-204>> Acesso em: 20 set. 2019.

USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). (CPDOC, FGV, 2018.). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>> Acesso em: 20 set. 2019.

AI-5. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>> Acesso em: 09 mai. 2020.

G1. Médicos sabiam das torturas em hospital no Rio, diz Comissão da Verdade. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/medicos-sabiam-das-torturas-em-hospital-no-rio-diz-comissao-da-verdade.html>> Acesso em: 10 mai. 2020.



Estado Burguês, Planejamento Econômico e Industrialização no Brasil (1930-1980)

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir o papel do Estado no processo de constituição, expansão e consolidação da indústria na economia periférica brasileira. No primeiro momento é realizada uma exposição do que convencionou-se denominar de industrialização “restringida” e a constituição do Estado burguês no Brasil durante a era Vargas. No segundo, enfatiza-se a industrialização que se fez observar durante a implementação do audacioso Plano de Metas proposto por Juscelino Kubistchek. No terceiro e último é realizada uma abordagem acerca da consolidação do processo de industrialização levado a efeito durante a ditadura militar, mormente no período do chamado “milagre” econômico e nos marcos do II PND, o qual teve vigência entre os anos de 1974-1979, durante o governo do general Ernesto Geisel. O artigo consiste numa revisão crítica acerca do processo de industrialização brasileiro, sustentando-se, teoricamente, tanto nas contribuições de autores do chamado método histórico-estrutural quanto na teoria marxista da dependência.

Palavras-chave: Estado. Planejamento. Industrialização. Capitalismo.

Bourgeois State, Economic Planning and Industrialization in Brazil (1930-1980)

Abstract

The article aims to discuss the role of the State in the process of constitution, expansion and consolidation of industry in the Brazilian peripheral economy. In the first moment, there is an exhibition of what was conventionally called “restricted” industrialization and the constitution of the bourgeois state in Brazil during the Vargas era. In the second, the industrialization that was observed during the implementation of the audacious Plano de Metas proposed by Juscelino Kubistchek is emphasized. In the third and last one, an approach is taken about the consolidation of the industrialization process carried out during the military dictatorship, especially in the period of the so-called economic “miracle” and in the milestones of the II PND, which was in force between the years 1974-1979, during the government of General Ernesto Geisel. The article consists of a critical review about the Brazilian industrialization process, based, theoretically, on the contributions of authors of the so-called historical-structural method and on the marxist theory of dependence.

Keywords: State. Planning. Industrialization. Capitalism.

Estado Burgués, Planificación Económica e Industrialización en Brasil (1930-1980)

Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir el papel del Estado en el proceso de constitución, expansión y consolidación de la industria en la economía periférica brasileña. En el primer momento, hay una exhibición de lo que convencionalmente se llamó industrialización “restringida” y la constitución del estado burgués en Brasil durante la era Vargas. En el segundo, se enfatiza la industrialización que se observó durante la implementación del audaz Plan de Metas propuesto por Juscelino Kubistchek. En el tercero y último, se adopta un enfoque sobre la consolidación del proceso de industrialización llevado a cabo durante la dictadura militar, especialmente en el período del llamado “milagro” económico y en los hitos del II PND, que estuvo en vigor entre los años 1974-1979, durante el gobierno del general Ernesto Geisel. El artículo consiste en una revisión crítica sobre el proceso de industrialización brasileño, basado, teóricamente, en las contribuciones de los autores del llamado método histórico-estructural y en la teoría marxista de la dependencia.

Palabras clave: Estado. Planificación. Industrialización. Capitalismo.

Florestan Fernandes: sociólogo e socialista¹

Jales Dantas da Costa²

Introdução

Esse artigo é fruto de um projeto maior que desembocava em tese de doutoramento. Começou por volta de 2011 com leituras sistemáticas, incontáveis anotações e escritos elaborados de parte do conjunto da extensa obra de Florestan Fernandes, e seguiu por quase dois anos de intensa dedicação. O objetivo de então era escrever e defender uma tese de natureza comparativa sobre *A revolução socialista em Cuba e a revolução burguesa no Brasil*. Tal projeto não fora concluído, e não me cabe aqui esclarecer os motivos para tanto, apenas sublinhar que dele resultou cinco capítulos em fase de finalização: *“Florestan Fernandes: um sociólogo socialista”*; *Sociologia e Socialismo*; *Em defesa do socialismo e do marxismo*; *Teoria e Práxis*; *Reflexões sobre revoluções interrompidas e desatadas na América Latina: os casos de Cuba e do Brasil*; além da reprodução sistematizada de um de seus artigos metodológicos³. O capítulo

1 O título deste artigo se inspira numa apresentação de Heloísa Fernandes, filha mais velha de Florestan Fernandes, socióloga, professora durante anos na Universidade de São Paulo e colaboradora da Escola Nacional Florestan Fernandes vinculada ao MST. Em *Florestan Fernandes, um sociólogo socialista*, Heloísa elabora um *Panorama da vida e da obra* de seu pai. Sua *Presentación* fora originalmente publicada em espanhol pelo CLACSO no ano de 2008, seguida de sete capítulos de Florestan Fernandes por ela selecionados. Foi posteriormente (2011) modificada, traduzida e publicada pela Editora da UFRJ como *Apresentação* ao livro *Brasil: em compasso de espera*.

2 Jales Dantas da Costa, brasileiro e professor adjunto no Departamento de Economia e de seu Programa de Pós-Graduação (na área de Economia Política) da Universidade de Brasília. Doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (atual Departamento de Estudos Latino-Americanos) da UnB. Mestre e Graduado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina. jalesdc@gmail.com

3 Trata-se d'A *Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais*, escrito em janeiro de 1957 e publicado em novembro do mesmo ano. Este trabalho foi considerado por Florestan “um verdadeiro marco na definição da minha idade madura como sociólogo” (1977, p.142). Foi posteriormente reproduzido como o capítulo primeiro do livro *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (a segunda edição data de 1967). O esforço de reprodução condensada desse trabalho pode ser lida em minha tese de doutorado, *Brasil e Chile: riquezas e pobreza*s, páginas 33 a 38. Consultar <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15829>

Em defesa do socialismo e do marxismo foi concluído e publicado como artigo na Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos em 2014 (vol. 4, n. 2).⁴

O artigo que o leitor tem diante de si é uma versão modificada e ampliada do capítulo “*Florestan Fernandes: um sociólogo socialista*”.⁵ O que me motiva a publicá-lo nesse momento é tanto instigar pelo exemplo de sua sociologia crítica e militante que coletivamente possamos responder e enfrentar na teoria e na *práxis* todos os dilemas que se nos apresentam contemporaneamente, como homenagear o maior dos cientistas sociais brasileiro no ano do centenário de seu nascimento⁶ – e nisso ele se inscreve no rol de trabalhos passados e presentes dedicados a esse fim. E são certamente muitos os escritos voltados a descrição e análise da trajetória de sua vida e obra. Há ao menos duas importantes biografias de Florestan: uma escrita por Laurez Cerqueira e publicada pela Editora Expressão Popular em 2004 sob o título *Florestan Fernandes: Vida e Obra*; a outra intitulada *Florestan: a inteligência militante*, de Haroldo Ceravolo Sereza, publicada pela Boitempo em 2005. Sua filha Heloísa Fernandes também registrou *Panorama da vida e da obra* de seu pai, bem como seu inestimável amigo, Antonio Candido, contribuiu para manter viva a lembrança de *Florestan Fernandes*. Ele próprio deixou um conjunto de relatos de natureza autobiográfica⁷ em textos e em entrevistas, a exemplo dos publicados sob os títulos *A condição de sociólogo*⁸, *Em*

4 Consultar <https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/181/485>
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15829>

5 Essa modificação e ampliação se deu graças a um dos pareceristas desse artigo, que além de corrigir um conjunto de imprecisões que cometi inicialmente quanto à história de vida e à produção do Florestan, incentivou-me a (re)ler alguns tantos trabalhos de que não conhecia ou pouco conhecia. Também a ampliação se deve a ele, ao me instigar a ir além da apresentação de sua trajetória, buscar originalidade ao problematizar “as complexas e difíceis relações entre o socialismo e a sociologia, como elas se concretizaram nos escritos acadêmicos de Florestan Fernandes”. As imprecisões foram sanadas, assim espero. Quanto a essa problematização, ela certamente ficou aquém do que é necessário, mas é o que posso apresentar agora ao leitor, dadas as condições em que me encontro no presente. Em verdade, esse não fora o meu objetivo inicial e não estava no raio de minha intencionalidade. Ainda assim, a questão não deixa de ser instigante a ponto de buscar tateá-la aqui, ainda que sem debater com posições dissonantes. Agradeço aos preciosos comentários e assumo as responsabilidades por meus possíveis erros, limites e omissões.

6 Foi assim que Antonio Candido referiu-se a Florestan Fernandes em *Mensagem* em sua homenagem: “É com emoção e respeito que me associo, como velho amigo e admirador irrestrito, a esse preito ao maior cientista social que o Brasil já produziu” (2001, p.64).

7 Sílvia G. Garcia relata ter sido “somente na segunda metade dos anos 70 que Florestan cede[ui] ao depoimento autobiográfico” (2002, p.16).

8 Trata-se de uma longa entrevista concedida em 1975 a Caio Navarro de Toledo, A. T. Menezes Arruda, J. F. T. Lima e U. T. Guariba Netto, posteriormente (1978) publicada como livro *A condição de sociólogo*.

*busca de uma sociologia crítica e militante*⁹, *Florestan Fernandes, histórias e histórias*¹⁰, *Florestan Fernandes por ele mesmo*¹¹ e *A contestação necessária*¹².

Há outros estudos e pesquisas dedicados a um período mais específico de sua trajetória de vida e obra, como o livro de Sylvia Germignani Garcia, *Destino ímpar*, concentrado, conforme seu subtítulo, *sobre a formação de Florestan Fernandes*, na qual reconstrói sua 'formação humana' desde "a aprendizagem 'sociológica' aos seis anos", e, portanto, ainda na década de 1920, até 1953, ano em que defende sua tese de livre-docência e alcança "a maturidade intelectual" (2002, p.13 e 17). Ou o livro *Florestan Fernandes: Mestre da sociologia moderna*, de Maria Arminda do Nascimento Arruda & Sylvia G. Garcia, concentrado nas décadas de 1950 e 1960, período no qual "o principal artífice da moderna sociologia brasileira" constrói "o seu projeto sociológico, constituindo um grupo de pesquisadores comprometidos com áreas temáticas definidas, desenvolvendo reflexões articuladas" (2003, p.09-10). Assim como há estudos e pesquisas que sublinham determinadas dimensões de seu pensamento e trajetória (acadêmica, sociológica, educacional, política, democrática, militante, socialista...), cientes que essas múltiplas dimensões são completa ou em muito indissociáveis. É o caso de *Florestan Fernandes: o militante solitário*, de Eliane Veras Soares, que como o seu próprio subtítulo indica sublinha a atuação de Florestan como militante. A autora reconstrói a sua trajetória política com base em um trabalho exemplar de um conjunto de entrevistas, incluindo suas próprias entrevistas com Florestan durante o seu primeiro mandato como deputado federal entre os anos de 1987 e 1990. Já no livro *Florestan Fernandes*, Marcos Marques de Oliveira sublinha como Florestan analisou e enfrentou o "dilema educacional brasileiro", como atuou contra os desajustes de nosso sistema de ensino perante as necessidades

9 Nesse texto Florestan expõe sumariamente e de "modo fiel" a sua "complicada e dolorosa trajetória intelectual". Foi publicado como o capítulo oitavo do livro *A sociologia no Brasil* pela Editora Vozes em 1977.

10 Entrevista concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn no Museu da Imagem e do Som em São Paulo no dia 26 junho de 1981. Em 2008 foi reproduzida no livro *Florestan Fernandes*, organizado por Amélia Cohn e publicado pela Beco do Azougue, coleção Encontros.

11 Trata-se de uma seleção de cartas de um longa troca entre Florestan e Barbara Freitag (realizada entre junho de 1966 e setembro de 1994). Barbara selecionou algumas dessas cartas e publicou em 1996 na Revista Estudos Avançados da USP. O principal critério de seleção foi destacar a sua própria "fala de seu percurso acadêmico, político e pessoal, destacando os momentos de produção, de crise e de êxito de seus trabalhos" (p.129).

12 Último trabalho de Florestan Fernandes, publicado postumamente pela editora Ática em 1995.

prementes da nação brasileira. O referido livro de Arruda e Garcia contempla a dimensão do trabalho do *Mestre da sociologia* mais voltado para o âmbito da pesquisa, da formação de pesquisadores e da concepção da profissão. A temática da democracia e da educação vivida e analisada pelo grande sociólogo também foi objeto de atenção por parte dos autores de *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Em *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, seus autores analisaram sete áreas centrais de interesse de Florestan: “universidade e escola pública, a questão racial, o problema indígena, o folclore, a revolução burguesa, teoria sociológica, e marxismo e revolução”, numa tentativa pioneira “de abordar sistematicamente sua obra extensa e variada” (1987, p.11).¹³

É claro que não se pretende com o que já foi dito aqui fazer qualquer espécie de inventário das publicações mais relevantes sobre o maior expoente da sociologia brasileira.¹⁴ *O que importa destacar é que nesse artigo nos dedicamos a sumarizar sua trajetória do começo ao fim sublinhando suas dimensões de sociólogo e socialista*. E o fazemos pelas (re)leituras de boa parte de sua extensa obra e de um conjunto de autores consagrados estudiosos de sua obra e de convívio com Florestan. É conhecida a tese defendida por Barbara Freitag¹⁵ de que houve um “corte ou ruptura epistemológica” na obra de Florestan quando da consolidação do regime militar no Brasil e de sua aposentadoria compulsória pelo

13 Ver a *Apresentação* de Maria Angela D'Incao ao livro *O saber militante*.

14 Reconhecendo que é longa a lista de referências de trabalhos voltados ao estudo da vida e/ou obra do Florestan, e para melhor municiar o leitor interessado, registro aqui mais alguns outros trabalhos pertinentes: FREITAG, Barbara. *Die sozio-ökonomische Entwicklung aus der Sicht eines brasilianischen Sozialwissenschaftlers (SSIP - Verlag, Saabrücken, 1969)* [O desenvolvimento socioeconômico brasileiro segundo a perspectiva de três cientistas sociais (Gylberto Freire, Florestan Fernandes e Celso Furtado)]; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, V.B. (Orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo : Brasiliense, 1989; REVISTA USP. Dossiê Florestan Fernandes. São Paulo : Revista USP. N°29, mar-maio 1996; CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Florestan Fernandes: a criação de uma problemática*. São Paulo : IEA/USP, n. 26, 1996; MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo : EDUSP/FAPESP, 1998; MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo : Boitempo & Centro Universitário Maria Antônia USP, 1998; COHN, Amélia. *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro : Beco do Azogue, 2008; PIZETTA, Adelar João. & FERNANDES, Heloísa & SOARES, E. Veras et al. *O legado de Florestan Fernandes*. Guararema : Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009. Ademais, alguns dos livros já citados trazem informações a esse respeito, ou mesmo uma lista de obras a seu respeito.

15 Ver o seu artigo *Democratização, universidade e revolução*, apresentado durante 1º Jornada de Estudos Florestan Fernandes em Marília/SP em 1986, e publicado no ano seguinte no livro *O saber militante*.

AI-5 em 1968, no qual ele transita de uma fase “acadêmico-reformista” para uma fase “político-revolucionária”.

Certamente essa *ruptura* epistemológica não se deu da noite pro dia (...). Já no Florestan reformista se encontrava o embrião do Florestan revolucionário. Mas talvez esse último não se desenvolvesse de forma tão radical e consistente em direção ao socialismo se a conjuntura política tivesse sido outra, ou melhor, se tivesse continuado o pacto populista-desenvolvimentista. Índícios da presença embrionária do revolucionário no reformista se encontravam especialmente nos temas e problemas selecionados e minuciosamente estudados por Florestan (...). O crítico incansável das desigualdades e injustiças, na fase reformista, revela o revolucionário latente. (...) Seja como for, o Florestan de antes do AI-5 não deu por si só o salto da reforma para a revolução. Foram, a meu ver, os processos políticos que se radicalizavam no Brasil que provocaram a ruptura epistemológica definitiva. (Freitag, 1987, p.167-168).

Também se sabe que o próprio Florestan não aprovava tal tese¹⁶, e que Eliane Soares retomou essa tese de uma maneira (nas palavras de Freitag) “tão original e perspicaz que permite sua “Aufhebung”, isto é, sua contestação, superação e preservação, no bom estilo da dialética hegeliana”. Em sua avaliação, Soares “descobre que, na trajetória de Florestan Fernandes, o político já se encontrava encubado no jovem Florestan, estudante de sociologia, do mesmo modo que no deputado federal; nunca se silenciava a voz do sociólogo crítico, dissecando a realidade brasileira” (Freitag, 1997, p.12-13). De minha parte avalio ser também possível reescrever essa sentença trocando o político pelo socialista (tais dimensões são indissociáveis no seu caso), sem que isso se configure numa descoberta.

De “Vicente” a Florestan

Florestan Fernandes nasceu na cidade de São Paulo no dia 22 de julho de 1920. Filho de Maria Fernandes, mulher de origem portuguesa que chegou ao Brasil aos 13 anos de idade para fugir da fome e trabalhar nas lavouras do interior de São Paulo, e que mais tarde passou a prestar serviços em casas de famílias paulistas. Viveu sem conhecer o pai. Teve o seu nome trocado por “Vicente” ao ser batizado pela patroa de sua mãe, Hermínia Bresser de Lima, que julgava o nome Florestan reservado apenas para gente de classe alta, inapropriado para um

16 “Florestan não gostou da tese que lá defendi, em sua presença, sobre a existência de um “corte” em sua obra, separando o “acadêmico-reformista” do “político revolucionário” (...). Tenho a impressão que o deputado Florestan Fernandes não me perdoou a avaliação de Marília” (Freitag, 1996, p.131).

filho de lavadeira, apesar do carinho ao recém-nascido. Seu primeiro trabalho foi limpar as roupas de fregueses numa barbearia. Logo passou a engraxar sapatos nas ruas de São Paulo, nos bairros de Bela Vista, Cambuci, Vila Mariana e no Largo Ana Rosa. Ainda na infância e pré-adolescência trabalhou carregando compras em feiras livres e como auxiliar numa alfaiataria. Na adolescência trabalhou como ajudante de açougue e em vários outros lugares, marcenaria, padaria, bar e restaurante como garçom, e pouco depois como vendedor de material para consultórios de dentistas na Novoterápica e assim quebrando o “círculo de ferro” de sua condição anterior, já que passara a manter sua mãe e a pagar os estudos. Sua filha, Heloísa Fernandes, nos conta que ele viveu ao léu, em cortiços, porões e em quartos alugados. Conheceu “o legado trágico da vida de São Paulo”, “comendo quando dava, sofrendo humilhações, (...) vive nas ruas a experiência da exclusão, da violência e do preconceito, temas que são marcantes na sua obra sociológica. Aprendeu com as duras lições da fome, do medo e do desamparo” (2011, p.10).

Estudou inicialmente no Grupo Escolar Maria José, em Bela Vista, mas para “ganhar a vida” teve que abandonar os estudos no terceiro ano. Só muito mais tarde, já com pouco mais de dezesseis anos, retomou-os no curso madureza (Ginásio Riachuelo) com muito entusiasmo, passando “do pato ao ganso” no cenáculo ao qual participou, e aos poucos convertendo-se em um intelectual, com aspirações de tornar-se professor. Lia o que podia no âmbito de seu autodidatismo forçado, curta aprendizagem compacta e precária bagagem intelectual. Ainda assim, era momento em que “novos horizontes humanos e novas vias de socialização” se lhe abriam, abandonando a cultura de *folk* anterior; momento de transformação do “orgulho selvagem, de agressão e autodefesa” numa força psicológica que o colocava em interação com o “mundo dos homens”, dentro da sociedade.

Falando sobre sua própria “formação humana”¹⁷, revela ter iniciado a sua

aprendizagem ‘sociológica’ aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade (...) Eu me descobri e, ao mesmo tempo, sentia crescer dentro de mim uma vocação adormecida, que me dava força e agúcia para aceitar o desafio de tornar-me um professor e um intelectual.

17 O relato autobiográfico detalhado de sua “formação humana” pode ser lido no capítulo 8, *Em busca de uma sociologia crítica e militante*, do livro *A sociologia no Brasil*.

(...) já no segundo ano do curso eu sabia muito bem o que pretendia ser e me concentrava na *aprendizagem do ofício* (...) Em suma, o *Vicente* que eu fora estava finalmente morrendo e nascia em seu lugar, de forma assustadora para mim, o *Florestan* que eu iria ser. (Fernandes, 1977, p.142 e 156-157, itálicos no original).

Aos 21 anos (em 1941) e decidido em fazer curso superior e tornar-se professor (ainda no ensino secundário, pois as aspirações ao magistério superior viriam depois), prestou exame para o curso de Ciências Sociais¹⁸ da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Heloísa deu o seguinte testemunho sobre a Universidade de São Paulo e a relação de Florestan com ela durante princípios dos anos 1940:

A universidade faz parte de um complexo contexto social e político marcado pela crise da oligarquia cafeeira paulista, pela intensa urbanização da cidade e pela industrialização crescente. É neste contexto que um projeto liberal assumido por uma fração da elite dominante começa a construir uma hegemonia intelectual e moral comprometida com a defesa da ciência e com uma certa democratização do ensino e da universidade, que é sua filha dileta (...). Formalmente proclamada para funcionar segundo os critérios acadêmicos de seleção, avaliação e promoção, a universidade é uma instituição que incentiva o mérito e a capacidade individual numa sociedade em que a riqueza e, especialmente, a origem familiar continuam decidindo quem “é gente”. (...) Florestan ascende ao “mundo dos letrados” e ao projeto de democratização da sociedade pela via da educação, que ele acaba de encarnar. No fundo, apenas um sujeito como ele, disposto aos piores sacrifícios que só a ideologia do mérito é capaz de impor, poderia ter assumido com tamanha convicção a face mais utópica e generosa do radicalismo burguês. (Fernandes, H., 2011, p.11-12).

Florestan foi recebido com certa frieza no início de sua vida universitária, dado sua condição social. Mas aos poucos foi melhorando suas relações sociais com estudantes (que ao contrário dele, provinham de famílias tradicionais de classe média ou alta), e sobretudo depois que recebeu o respeito e reconhecimento de vários professores¹⁹, quando passou a publicar na revista de

18 Sua opção inicial era fazer o curso de engenharia química, porém a exigência de presença integral o impossibilitou de realizar essa escolha. Florestan precisava “manter a casa”. Já a escolha das Ciências Sociais e Políticas, se deu por conta das oportunidades que coincidiam com seus “interesses intelectuais mais profundos”. Foi aprovado por Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide (e um terceiro professor) por comentar um trecho *De la division du travail social: étude sur l'organisation des sociétés supérieures* de Émile Durkheim. (Florestan, 1977, p.154-5).

19 Ainda no início da graduação, Florestan já revelara sua vocação para a pesquisa de campo e para o trabalho de reconstrução histórica, como o demonstram sua investigação sobre o folclore paulistano e outros trabalhos, tais como o estudo sobre a evolução do comércio internacional no Brasil da Independência a 1940. Não foi à toa que recebeu o reconhecimento e respeito por parte de vários professores: do professor Paul Hugon, que se dispusera a orientá-lo, e inclusive arrumou um emprego para trabalhar com Roberto Simonsen, o qual ele negara; de Roger Bastide, que apreciou seu estudo sobre *O Folclore em São Paulo* e logo tornou-se o seu “principal professor” e um de seus “melhores amigos”; bem como de Emílio Willems, que aceitou publicar

Sociologia (seu primeiro artigo saiu em 1942) e nos jornais O Estado de São Paulo e Folha da Manhã²⁰, depois que firmou amizade com Candido. Os ânimos se abrandaram e o reconhecimento brotou das mais inesperadas pessoas, não só da própria faculdade como do meio intelectual e político paulistano. Morria assim o Vicente, “aprendiz de sociólogo” que viveu obrigado a enfrentar os desafios que a dura vida lhe impunha, ao mesmo tempo em que nascia o Florestan, que desde os princípios de sua iniciação como cientista social já demonstrava extraordinária disciplina intelectual²¹, originalidade e talento inventivo.

O Ofício do Sociólogo e a Ruptura com as Malhas da Profissionalização do Sociólogo

Ao final da graduação Florestan aceita o convite do professor Fernando de Azevedo para ser seu segundo assistente na Cadeira de Sociologia II. Concomitantemente a atividade de professor assistente na Faculdade de Filosofia, cursou a pós-graduação na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Esse fora o seu “segundo patamar de formação”, momento de perigração pelas bibliotecas, tentativas de alargar a educação escolarizada, árdua e compensatória experiência ao nível do ensino²² e intensa atividades de pesquisas. Dois marcos

artigos seus na revista Sociologia; Fernando Azevedo que em reconhecimento ao seu talento colocou-lhe a sua bolsa e sua biblioteca à disposição. Era o início de “uma longa e sólida amizade”. Foi com ele que iniciou sua carreira docente, ocupando em 1945 o cargo de seu segundo assistente na Cadeira de Sociologia II (o primeiro assistente fora o Antonio Candido); Eduardo Alcântara de Oliveira o queria para ser seu segundo assistente em estatística; mais tarde, e já na pós-graduação, também Herbert Baldus apreciou o talento de Florestan e veio a orientar-lhe em seu mestrado.

20 Foi por intermédio de Sérgio Milliet que Florestan passou a publicar em O Estado de São Paulo. E foi por intermédio de Jussieu da Cunha Batista e de Hermínio Saccheta que passou a publicar na Folha da Manhã. *Livros que valem* foi o primeiro artigo de Florestan publicado na Folha da Manhã, em 1 de julho de 1943. Será a partir desse momento que ele passa a agregar à sua carreira acadêmica à função de intelectual publicista, com presença nos debates sobre questões políticas, sociais e culturais.

21 Antonio Candido conta ter conhecido Florestan no ano de 1944, e que logo no início de sua convivência ficou impressionado com a sua capacidade de trabalho. Sua extraordinária disciplina intelectual o levava a ler até “14 horas no dia”. Chegava pontualmente às 8 horas e não se distraía quando se dedicava ao trabalho intelectual. À noite, enquanto esperavam o ônibus para irem embora, discutiam questões relativas à universidade, aos teóricos, às teorias etc. Candido ia para casa descansar, já Florestan dirigia-se para a biblioteca municipal e lá ficava até às 23 horas, quando esta fechava as portas.

22 É digno de nota que desta atividade de ensino resultou em extraordinário avanço por parte de Florestan: “Foi por aí que avancei, rapidamente, em novas direções e, em particular, que logrei certa competência intelectual em várias disciplinas (das quais, as mais importantes para mim, foram a sociologia aplicada e a sociologia do conhecimento). As preocupações sobre o objeto, campo e problemas da sociologia tomavam maior força e nitidez, ao mesmo tempo que me via forçado a trabalhar, mais a fundo, sobre as técnicas empíricas e lógicas da investigação

de sua preparação sociológica vieram das pesquisas relacionadas com o folclore (destaque para *As trocinhas do Bom Retiro*) e o levantamento sistemático de dados e a pesquisa de reconstrução histórica sobre os Tupinambá, do qual resultou em *A Organização social dos tupinambá*²³ e com ela não apenas o título de mestre em Ciências Sociais em 1947, também “a modificar a [sua] concepção da sociologia e da natureza ou alcance da explicação sociológica (...) encadear[-se] a uma tradição de pensamento científico de um modo mais crítico” (Fernandes, 1977, p.175).

O início dos anos cinquenta marca o fim de seu período de formação com a sua transferência à frente da Cadeira de Sociologia I (oficializada em 1952), e em seguida a assinatura do contrato para substituir Roger Bastide; também pela defesa de seu trabalho “mais puro como sociólogo” e no qual dera a “maior vazão aos ímpetos de *scholar*”, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*²⁴, tese pela qual conquistou em 1951 o título de doutor em sociologia. Florestan reconhece que seus estudos sobre os tupinambás marcaram o fim de sua iniciação como cientista social, o período em que aprofundou seu processo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, em que se tornara um sociólogo com pleno domínio da sociologia descritiva e da sociologia diferencial. (1978, p.72 e 85).

Sobre os seus dois estudos dos tupinambá, Florestan teceu a seguinte avaliação:

as duas contribuições [*A Organização Social dos Tupinambá* e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*] surgem em um momento que as torna, queiramos ou não, um marco nas investigações das sociedades primitivas no Brasil. (...) Penso que mostrei que se pode explorar a reconstrução histórica com o mesmo rigor que a pesquisa de campo e que demonstrei que éramos capazes de estudar as sociedades tribais, por nossa conta e com os nossos meios, segundo os requisitos descritivos e interpretativos da ciência moderna. (Fernandes, 1978, p.88-89).

sociológica. Três livros ilustram a fecundidade de tais avanços, obtidos principalmente através das salas de aula: *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, Ensaios de sociologia geral e aplicada* e *Elementos de Sociologia Teórica*” (1977, p.177-178).

23 FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambá*. 2º ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

24 FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3º ed. São Paulo: Globo, 2006.

No início dos anos 1950 passou a trabalhar com Roger Bastide numa inovadora pesquisa²⁵ relacionada à temática das relações entre negros e brancos na sociedade paulistana, abordando a formação da sociedade escravocrata em São Paulo, manifestações e efeitos do preconceito de cor, e também a luta travada contra esse antigo preconceito. Nessa pesquisa, patrocinada (com irrisórios recursos) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Bastide e Florestan decidiram mobilizar a comunidade negra para que participassem ao lado dos pesquisadores, o que causou forte impacto na Universidade, onde alguns professores reagiram mal aos métodos adotados, métodos esses que rompiam com a redoma em que vivia a academia, e abalava as estruturas do poder burocrático que se faziam sentir nos arraigados hábitos e na rotina de seus pesquisadores.²⁶

Anos depois Florestan diria que “através do índio, ficara conhecendo o Brasil dos séculos XVI e XVII; através do negro teria de estudar relativamente a fundo o Brasil dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX” (1978, p.95), e que “se se procede a uma avaliação global, de todos os temas que eu tratei, aquele que me engrandeceu mais, do meu ponto de vista, foi o estudo do negro” (Idem, p.92). Revelaria também que essa pesquisa com Bastide e outros foi a maior das que

25 Esta pesquisa foi escrita por Bastide e Florestan, e foi inicialmente publicada em 1953 na Revista Anhembi. A sua 4ª edição saiu sob o título *Branco e Negro em São Paulo* pela Editora Global no ano de 2008.

26 Em *A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes*, publicado na Revista USP de março/maio de 1989 e dedicada ao *Dossiê Florestan Fernandes*, João Batista Borges Pereira apresenta três principais motivos que levaram alguns autores a jugarem a pesquisa de Bastide, Florestan e outros como “revolucionária”: “1) Propunha-se, em síntese, através da pesquisa sociológica desmascarar a realidade brasileira, colocá-la a nu, desfazer um mito fortemente arraigado no imaginário popular e no pensamento científico, e que já começava a se internacionalizar, de que o Brasil era o país da democracia racial; (...) 2) Adota-se uma linha teórico-metodológica que dava grande importância à empiria e procurava interpretar os fatos dialeticamente à luz de um referencial marxista, ainda que outros esquemas teóricos não fossem totalmente abandonados. Sem dúvida alguma a conjugação – questão racial, pesquisa empírica e método dialético – representava uma inovação na prática sociológica; (...) 3) Escreve-se um capítulo na institucionalização da pesquisa no Brasil”. Quanto à distribuição de tarefas dessa grande pesquisa, Pereira reproduz o que disse Florestan a respeito: “A reconstrução histórica ficou a meu cargo [de Florestan], com a colaboração de Renato Jardim Moreira; uma importante sondagem quantitativa sobre incongruências de atitudes e valores na esfera das relações raciais foi conduzida por Roger Bastide, com a colaboração de Lucila Herrmann. Os materiais referentes à Lei Afonso Arinos, por sua vez, foram arrolados através de uma sequência de debates” (p.38). Pereira também resgata as seguintes impressões de Florestan sobre as reações à pesquisa: “de imediato, fomos considerados 'tendenciosos' e responsáveis pela 'deformação da verdade' em vários níveis da sociedade circundante. Houve, mesmo, uma ocorrência típica. O diretor de uma escola de sociologia que afirmou publicamente que Bastide e eu estávamos introduzindo 'o problema' no Brasil! A comunidade negra, por sua vez, exagerou a importância de nossa contribuição”. (Pereira, 1996, p.37-40).

participou ao longo de toda a sua carreira, sendo a maior contribuição empírica que logrou dar ao conhecimento sociológico da sociedade brasileira, e pela qual conformou o seu modo de praticar o “ofício de sociólogo” (Ibidem, p.58 e 95).

Em 1953 tornou-se livre-docente da Cadeira de Sociologia I da FFCL/USP, com o *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*. A essa altura já

estava disposto a lutar com qualquer um que dissesse que nós não somos capazes de impor a nossa marca à sociologia. Ao antigo símbolo do *made in France*, eu pretendia opor o *feito no Brasil*. Não estava em busca de uma estreita “sociologia brasileira”. Pretendia, isso sim, implantar e formar padrões de trabalho que nos permitissem alcançar o nosso modo de pensar sociologicamente e a nossa contribuição à sociologia. (Fernandes, 1977, p.178).

Essa Cadeira de Sociologia I fora por ele convertida “em um pião para atingir fins que são inacessíveis ao professor e ao investigador isolado” (Fernandes, 1977, p.178). Foi no âmbito desta Cadeira de Sociologia I, e através de “intensa e fecunda atividade intelectual”, que ele e seus colaboradores²⁷ deram sua contribuição à sociologia brasileira. Isso durou quase quinze anos, entre 1955 e 1969. Para registrar 'apenas' a sua contribuição 'individual' à sociologia brasileira durante boa parte desse período, listamos um conjunto de trabalhos memoráveis: *A etnologia e a sociologia no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências no Brasil* (1958), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1960) e *A sociologia numa era de revolução social* (1963). Os três ensaios de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (escritos entre 1953 e 1957) se voltam aos temas de natureza metodológica nas ciências sociais e na sociologia.

27 Florestan adverte que o esforço coletivo do grupo “não pode nem deve ser isolado do que fizeram outros sociólogos brasileiros. Contudo, ele foi encarado, aqui e no exterior, como um índice de autonomia intelectual e de capacidade criadora independente. O que fomentou o mito da 'escola paulista de sociologia' e nos conferiu um prestígio que sobreviveu ao expurgo que sofremos” (1977, p.179). Entre os representantes do grupo, incluindo aí os vinculados ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – o CESIT foi um “anexo da Cadeira de Sociologia I” criado em 1962 –, estavam: Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni, Maria Sílvia Carvalho Franco, Marialice Foracchi, Luiz Pereira, Gabriel Cohn, José de Souza Martins, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues Neto, Roberto Cardoso de Oliveira, José Carlos Pereira, José César Aprilanti Gnaccarini, Gabriel Cohn, José Carlos Pereira, Gabriel Bolaffi Sedi Hirano, Lourdes Sola, Claudio José Torres Vouga, José Rodrigues Barbosa, Luiz Wejz, José Francisco Fernandes Quirino, Vera Lúcia Brizola, Maria Célia Pinheiro Machado, Dirceu Nogueira Magalhães, André Pompeu Vilalobos, Maria Helena Oliva Augusto e Bertram Hutchinson. Também contribuíram com o grupo alguns economistas (Sebastião Advíncula da Cunha, Nuno Fidelino de Figueiredo, Aécio Cândido Galvão e Advíncula da Cunha. Manoel Tosta Berlinck colaborou no setor docente e Noemi Pinheiro como secretária devotada de todo o grupo.

A etnologia e a sociologia no Brasil trata de certos aspectos da formação e do desenvolvimento da sociologia (e da etnologia) no Brasil. Os *Ensaio de sociologia geral e aplicada* trata de problemas de natureza teórica e prática da sociologia, bem como formação e do desenvolvimento da sociologia como ciência. *A sociologia numa era de revolução social* são ensaios que propõem abordar diversos problemas com que se defrontam os sociólogos brasileiros e latinoamericanos, desejosos de expandir a sociologia em nossa região e superar padrões de trabalho pré ou extra-científicos.

Logo após o golpe militar no Brasil (ainda em abril de 1964 e antes de ser preso em 11 de setembro do mesmo ano pelo regime opressor²⁸), Florestan defende sua última tese acadêmica, *A integração do negro na sociedade de classes*, apresentada no concurso de cátedra e que se tornaria clássica, sendo reconhecida no país e no exterior como um dos mais importantes trabalhos de sociologia moderna.²⁹ Neste, Florestan acompanha a desagregação do regime servil e a emergência da ordem social competitiva (capitalista), combinando análises sincrônica e diacrônica. (Fernandes, H., 2011, p.14-15). Nele buscou “esclarecer os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações raciais, mas da própria sorte da democracia no país” (Fernandes, 1977, p.199), abrindo o caminho para explicar sociologicamente os protagonistas da revolução burguesa no Brasil, como ela se desencadeou e por que se fechou para a ampla maioria de nossa população. Os resultados teóricos de *A integração do negro na sociedade de classes*

28 A esse respeito ver: FERNANDES, Florestan. “A compressão reacionária”. In: FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp 88-107.

29 “Traduzido para o inglês, foi premiado nos EUA como melhor livro do ano sobre o racismo. Tornou-se referência em diversas universidades e também para lideranças do movimento negro estadunidense, que naquele momento travava a histórica luta pelos direitos civis. (...) este livro colocou em evidência a violência, o preconceito e a segregação contra os negros como elementos fundamentais na formação da sociedade brasileira. Florestan subverteu a visão contemplativa sobre a escravidão que havia a partir da “casa grande” em relação à “senzala”, uma visão que colocava em relevo a miscigenação como fator indutor da “democracia racial”. Ele contestou essa tese, colocou a questão racial na perspectiva do oprimido, a partir da “senzala” em relação à “casa grande” sem, contudo, mistificar a senzala. Junto com as comunidades negras segregadas, desenvolveu uma interpretação da realidade social do negro tomando como base a necessidade de uma segunda abolição. Pela primeira vez foi abordada, de forma sistematizada, sua tese sobre a revolução burguesa, inconclusa no Brasil, e o modo dramático e subalterno pelo qual os negros são integrados ao novo regime, após a abolição da escravatura. Esse trabalho revolucionou a Sociologia e passou a ser considerado um marco nos estudos sobre os afrodescendentes no Brasil. A partir dele, a visão predominante até a década de 1950 foi superada, rompeu os limites da universidade e abriu outras vertentes para abordagem das questões relativas à escravidão”. (Cerqueira, 2004, p.53-54).

foram muito importantes, inclusive porque eu descobri os papéis do fazendeiro e do imigrante na transformação de toda a economia e podia ligar esses papéis ao processo global da revolução burguesa no Brasil. (...) De um ângulo teórico (...) esse foi o trabalho que teve maiores consequências para mim, seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e da dependência. (Fernandes, 1978, p.95-96).

Em 1968 publica o livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, um trabalho que sintetiza a problemática do capitalismo dependente como fenômeno sociológico dinâmico, e fornece as premissas fundamentais não só para a compreensão da formação original da sociedade brasileira como também no que ela viria a se tornar.

Nele, Florestan desorganizou toda uma visão elitista e senhorial da sociedade e mostrou que a sociedade brasileira não era só de classes, mas de estamentos, classes e castas. Mostrou também que o subdesenvolvimento, nas sociedades capitalistas dependentes, não é apenas fruto de uma contingência ou uma condição transitória. (...) Nesse trabalho, os aspectos econômico, social, cultural e político foram alinhavados numa configuração singular. Nele são expostas as contradições que levaram o Brasil ao desenvolvimento problemático. A integração do negro na sociedade de classes e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* são obras reconhecidas como um dos mais importantes conjuntos de análises contemporâneas para se interpretar a sociedade brasileira. (Cerqueira, 2004, p.61).

A essa altura Florestan, como ele próprio reconheceu, já deixara de estar “preso nas malhas da profissionalização do sociólogo”, malhas essas que faz com que o trabalho do sociólogo obedeça a uma “ética da ciência que foi construída no período liberal” (1978, p.61).

A Sociologia Crítica de Florestan

Em *Algumas referências teóricas sobre a obra*³⁰ de Florestan, Heloísa recorda o fato de que a obra mais volumosa de seu pai fora escrita e/ou publicada depois de 1969³¹, período em que publica, entre outros, *Capitalismo Dependente*

30 *Algumas referências teóricas sobre a obra* é a parte final da referida *Apresentação*. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista, de Heloísa ao livro *Brasil: em compasso de espera*.

31 Até o ano de 1969 Florestan havia publicado 12 livros. Além dos 9 livros já citados (*A organização social dos tupinambás* (1949); *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (1952); *Branco e Negro em São Paulo* (1953); *A etnologia e a sociologia no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências no Brasil* (1958); *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1960); *A sociologia numa era de revolução social* (1963); *A integração do negro na sociedade de classes* (1964); *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1967) e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968)), publicou até 1969 os seguintes outros títulos: *Mudanças sociais no Brasil* (1960); *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*

e *Classes Sociais na América Latina* (1973), trabalho o qual, segundo Florestan, “reflete uma perspectiva ideológica explicitamente socialista. Ela é intrínseca à minha posição intelectual como sociólogo. Tento falar, simultaneamente, como sociólogo e como socialista” (Fernandes, 1978, p.129); *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica* (1975), considerada por muitos como sua principal obra, é, segundo sua *Nota explicativa*, um resumo das “principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil”. Não se trata de uma obra de “Sociologia acadêmica”, mas “de um ensaio livre (...) que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante”. (Fernandes, 2011, p.26); *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (1976) é, na avaliação sintética da professora Maria Arminda do Nascimento Arruda³² (2010a, p.22), “em essência, uma densa reflexão sobre a

(1961); e *Educação e sociedade no Brasil* (1966). Depois de 1969, veio a publicar outras dezenas de livros: *The Latin American in residence lectures* (1969/70); *Elementos de sociologia teórica* (1970); *O negro no mundo dos brancos* (1972); *Comunidade e sociedade no Brasil. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil* (org.). (1972); *Comunidade e sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* (org.). (1973); *Comunidade e sociedade* (org.). Tomos ainda inéditos; *Las classes sociales em América Latina* (em co-autoria com N. Poulantzas e A. Touraine) (1973); *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973); *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios* (1975); *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica* (1975); *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* (1975); *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (1977); *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento* (1977); *A condição de sociólogo* (1978); *O folclore em questão* (1978); *Lenin* (1978); *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979); *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”* (1979); *Brasil: em compasso de espera* (1980); *A natureza sociológica da sociologia* (1980); *Movimento socialista e partidos políticos* (1980); *Poder e contra-poder na América Latina* (1981); *O que é revolução?* (1981); *A ditadura em questão* (1982); *K. Marx – F. Engels: história* (1983); *A questão da USP* (1984); *Que tipo de República?* (1986); *Nova República?* (1986); *O Processo Constituinte* (1988); *A Constituição inacabada* (1989); *O desafio educacional* (1989); *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo* (1989); *O significado do protesto negro* (1989); *A transição prolongada* (1990); *As lições da eleição* (1990); *Depoimento* (1991); *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores* (1991); *Reflexão sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores* (1991); *Parlamentarismo: contexto e perspectivas* (1992); *LDB: impasses e contradições* (1993); *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual* (1994); *Consciência negra e transformação da realidade* (1994); *Tensões na educação* (1995); *Em busca do socialismo* (1995); e *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários* (1995). Cabe aqui registrar, ainda que brevemente, que alguns desses livros acima mencionados foram compilações de artigos e ensaios produzidos em temporalidades distintas, além de publicações de capítulos de livros serem publicadas mais de uma vez, a exemplo de capítulos publicados em língua estrangeira e que posteriormente vieram a ser traduzidos e publicados em outro de seus livros em português. Ainda, diversas publicações em formato de livro, sobretudo durante a segunda metade dos 1980, foram compilações de sua atividade publicista em jornais diversos.

32 Em *Uma Sociologia do desterro intelectual*, Maria A. N. Arruda prefacia (em 15 páginas) os *Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*: *A sociedade escravista no Brasil; 25 anos depois: o negro na era atual; América Latina: hoje; e A universidade em uma sociedade em*

perda de lugar da *intelligentsia* na América Latina, a sua derrota, capitulação e o seu encerramento num circuito que se conclui. É um livro que não isenta os intelectuais da responsabilidade com os rumos assumidos pela atividade”; *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979), no entender de Candido, *Uma interpretação exemplar* da revolução cubana; *Brasil: em compasso de espera* (1980) é um conjunto de vinte e um ensaios e seis entrevistas elaborados ao longo de quatro décadas, onde a questão da democracia permanece no centro de sua interpretação; *Poder e contrapoder na América Latina* (1981) reúne três ensaios – *Notas sobre o fascismo na América Latina*; *Os movimentos de guerrilha contemporâneos e a ordem política na América Latina*; e *Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (uma rotação de perspectivas)* – os quais “têm em comum a problemática do poder, o poder que se organiza para constituir a ordem e defendê-la por todos os meios, e o poder minúsculo mas real, que tende a crescer, dos que se opõem à ordem revolucionariamente e querem transformá-la ou destruí-la” (Fernandes, 1981, p.11); *O que é Revolução?* (1981) é uma clara “tentativa de colocar em termos elementares as bases de uma reflexão política sobre a revolução proletária concebida como uma atividade coletiva do proletariado” (Fernandes, 2009, p.119); *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual* (1994) são escritos que “sugerem os dilemas que se abatem sobre as nações pobres e periféricas para se emanciparem do controle externo imperialista e a luta para conquistarem o socialismo e mantê-lo” (Fernandes, 1994, p.17); *Em busca do socialismo* (1995a) é uma coletânea de 18 artigos publicados entre 1946 e 1991, versam sobre *A tradição revolucionária*, *As contradições do capitalismo dependente* e *A luta pelo socialismo*. Nestes e em outros trabalhos localizamos as ideias mais críticas de um intelectual que definitivamente não se deixou cooptar pelas 'minorias poderosas' e pelo 'espírito conservador', capaz de neutralizar os fracos e convertê-los em “pobres diabos”³³.

desenvolvimento. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo : Globo, 2010b, p.09-23.

33 Florestan explica que “a cooptação (...) se dá através de vários canais, não só por meio da universidade. Há empregos que ainda são mais importantes que aqueles que se podem obter nas universidades. No entanto, a “carreira universitária” é um exemplo. Um professor que tenha um alto nível salarial, como sucede em algumas universidades no país, se identifica muito mais e com maior intensidade com o nível de vida de classe média, penetra a fundo na sociedade de consumo em massa e se condena fatalmente como intelectual. Ele fica uma peça da ordem, uma força



A tensão que brota da crise da civilização capitalista é que torna difícil a autonomia crítica do intelectual em geral e dos cientistas sociais em particular. A crise e à tensão existiu (e existe) justamente porque houve (e há) duas forças contrapostas que se puseram (e se põem) em luta constante. De um lado estão as forças que operam a partir da estrutura íntima da economia capitalista, da sociedade de classes e do Estado burguês, que ao longo de uma duração secular vem promovendo o desmoronamento da civilização ocidental. De outro estão às forças que nascem das alternativas socialistas, parcialmente internas e parcialmente externas a essa crise, e que constroem um novo padrão de civilização por meio da organização socialista da economia, da sociedade e da cultura.³⁴ A maior ou menor autonomia crítica do cientista social e do sociólogo está no comportamento do movimento socialista. Quanto mais fraco e ambíguo são os movimentos sociais de cunho socialista, tanto mais condenados a neutralizarem-se como agentes do pensamento crítico estão os sociólogos e cientistas sociais. Florestan dizia que só do socialista é que o sociólogo pode retirar uma autêntica vocação sociológica crítica, capaz de romper com o monolitismo cultural do pensamento conservador e uma visão do mundo intrinsecamente contrarrevolucionária, visão esta que exclui a ciência da política, mas que tende a unir o inconformismo intelectual às propensões revolucionárias das classes despossuídas. Só o socialismo é capaz de liberar a sociologia como ciência e como técnica social, potencializando-a para saturar funções estabilizadoras, decorrentes da transição ou da consolidação dos regimes socialistas, bem como para preencher funções revolucionárias nascidas das propensões de 'transformação do mundo' rumo ao comunismo. Somente em interação com a real transformação da ordem social burguesa é que a investigação sociológica pode almejar e alcançar uma dimensão política e prospectiva.³⁵

cultural da ordem e não pode gravitar pelos caminhos da rebelião e da contestação, nas quais acaba tendo muito a perder. Não há, pois, como compatibilizar um indivíduo que aceita tal nível de vida com os comprometimentos envolvidos em uma atividade intelectual crítica, independente e negadora. Inclusive, na melhor das hipóteses, sobra-lhe pouco tempo para a atividade intelectual propriamente dita. Ele pulveriza a vida intelectual comprimindo-a entre outras exigências, nascidas das atividades mundanas, do consumo conspícuo e dos fins de semana sedutores. Torna-se, enfim, um pobre diabo" (1978, p.164-5).

34 Fernandes, 1995a, p.159.

35 Fernandes, 1973, p.132; 1995a, p.161-2; 1980, p.109.

Dizia que o verdadeiro estudo sociológico não é e não pode ser neutro. A verdadeira *imaginação sociológica* só pode existir e florescer onde há plena compreensão crítica da ordem social existente e uma projeção responsável dos papéis intelectuais dos sociólogos nos processos de transformação revolucionária dessa ordem social. Os sociólogos não deveriam se omitir diante dos “grandes dilemas históricos”, diante da situação de mudança social revolucionária ou perpetuação e aprofundamento da barbárie sob o capitalismo.³⁶ Para manter a sociologia como uma influência ativa permanente diante dos dilemas históricos, os sociólogos precisam não só vencer as pressões que tentam destruí-lo em nome da “defesa da ordem” social burguesa, como também precisam encontrar uma harmonização construtiva entre “a militância política como e enquanto cientista” e “a militância política como ativista de um movimento político-social ou de um partido”. Ele próprio testemunhou não ser fácil harmonizar tais militâncias, não ser “fácil estabelecer-se conexões dialéticas entre a sociologia e a história viva dos homens”, isso mesmo para alguém que persistiu tenazmente em “enlaçar a sociologia, como ciência, ao socialismo, como movimento político revolucionário”.³⁷

Aos críticos (à esquerda) de que sua orientação crítica e militante pouco se evidencia em seus escritos durante os anos 1940-1960, respondeu:

Pediria a esses leitores que procurassem ler melhor o que escrevi e ver se, por trás de um aparente empírico-criticismo ou de um sociologismo 'experimentalista', não havia uma firme intenção que cresce aos poucos, na medida em que abria espaço para defrontar-me com as inibições de uma sociedade tão opressiva quanto a brasileira. Não pude ligar a minha condição de socialista com a minha condição de sociólogo. (...) O que importa, no caso, é a projeção de minha vontade e o elemento subjetivo intrínseco às intenções que transmitia, implícita ou explicitamente, pelas quais enquadrava a sociologia dentro de uma posição materialista especificamente engelsiana e a comprometia com o confronto com a sociedade (...) O amplo uso que fiz de Mannheim sugerem as fronteiras não declaradas de um inconformismo que incorporei à sociologia (e que, portanto, nunca foi externo àquilo que poderia designar como a *minha prática sociológica*). (...) Avancei até aonde podia e tentei cumprir o que me parecia o meu dever, sem fazer concessões à esquerda e à direita. E com esta travei o verdadeiro combate, embora nos limites melancólicos dentro dos quais alguém pode enfrentar o adversário dentro e através de uma rede institucional de poder, construída, mantida e dinamizada para neutralizar e destruir o pensamento crítico, com todas as suas irradiações diretas e indiretas sobre a atuação intelectual militante. (...) Ora, por mais débil ou menos visível que tenha sido, a minha socialização socialista me excluía a alternativa de manipular a 'neutralidade ética' como uma ponte de acomodação intelectual com o

36 Fernandes, 1995a, p.162-3; 1973, p.142.

37 Fernandes, 1973, p.156-7; 1980, p.15.

pensamento conservador e com os dinamismos repressivos (institucionalizados ou não) da sociedade brasileira. (...) À falta de um sólido movimento socialista revolucionário, somente o acúmulo de conhecimentos críticos, por parte dos cientistas sociais, poderia revelar que, na periferia do mundo capitalista, os ritmos da história não repetem a revolução burguesa 'clássica', de algumas nações da Europa e dos Estados Unidos. Por isso, demorei algum tempo para vencer certas limitações descritivas e interpretativas (na verdade entre o término de *A Integração do Negro à Sociedade de Classes* em 1964, e a redação da parte final de *A Revolução Burguesa no Brasil*, entre 1973 e 1974, ao todo dez anos), as quais podem ser facilmente identificadas nos ensaios coligidos em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* e, principalmente, em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Hesitações, oscilações, avanços parciais e insatisfatórios que sublinham uma coisa – o sociólogo não descobre a verdade 'pronta e acabada'. Ele tem de travar uma luta sem tréguas com a sociedade, para depurar sua condição humana e libertar a sua inteligência, pois a verdade, transmitida pelo código da ciência, é uma negação e uma superação do que parece ser a realidade. (...) Se existisse uma conexão mais íntima e frutífera entre o ofício de sociólogo e o movimento socialista é quase óbvio que eu lograria chegar mais depressa aos mesmos resultados (ou, quem sabe, a resultados ainda mais ricos e reveladores). No entanto, não devemos esquecer onde estamos e o que significa o tempo histórico da maior parte da América Latina, que oscila entre o capitalismo dependente e o subimperialismo. Uma interpretação sociológica que se propõe, sem ambiguidades, os problemas centrais da época, à luz dos fatos cruciais e da história em processo, não é algo de somenos, quaisquer que sejam os ziguezagues do pensamento para atingir esse limiar. (Florestan, 1977, p.140-142, 181, 199-200 e 205).

Florestan teve um curto envolvimento mais direto na ação socialista revolucionária. Se deu por meio de sua participação (a partir de 1943 até 1946/47) no movimento trotskista na luta subterrânea contra o Estado Novo. Sua principal tarefa foi nada menos do que introduzir e traduzir a *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx. Isso foi marcante em sua evolução intelectual, na descoberta dos caminhos que o levariam à perspectiva sociológica que defende e à prática sociológica que se impôs. Ainda que comprometido muito mais como sociólogo do que como ativista político, essa tarefa o colocou diante do desafio em “identificar-se com os ideais socialistas de reforma e de revolução sociais”, ajudou-o “a vencer o forte intelectualismo abstrato” inerente à sua recente formação universitária, bem como a se localizar no interior do 'debate sociológico' num “sentido novo” (Fernandes, 1977, p.172-3). Nesse sentido novo, “o método dialético, com sua exigência de combinação entre teoria e prática, já teria sido aí assimilado por Florestan e incorporado a algumas dimensões de seu pensamento sociológico” (Costa, D. 2009, p.73). Nessa evolução intelectual, além de *Marx e o Pensamento Sociológico Moderno* (1946), são também dignos de nota os seguintes outros trabalhos sociológicos: *As soluções fundamentais dos Problemas de Indução na Sociologia* (1954);

Elementos de sociologia teórica (1970); *Sociologia, modernização autônoma e revolução social* (1973); *A sociologia numa Era de Revolução Social* (numa nova versão reorganizada e ampliada, publicada em 1976); *A sociologia no Brasil* (1977); e *A natureza sociológica da sociologia* (1980). Em *Os Problemas da Indução na Sociologia*, Florestan inicialmente apresenta os *caracteres e implicações da descrição sociológica dos fenômenos sociais* e as *condições e fundamentos da indução sociológica*, para então descrever e analisar suas soluções a partir dos clássicos da sociologia (Durkheim, Weber e Marx) e os *processos de inferência indutivo* (em termos qualitativos e quantitativos). Ele confronta a herança metodológica de Marx com as tradições da sociologia clássica derivadas de Durkheim e Weber. Os *Elementos de sociologia teórica* apresenta inicialmente uma discussão do que é a sociologia, seguida de um “esboço de um quadro de referência geral”. Já os seus últimos cinco capítulos tece orientações teóricas variadas no estudo da sociedade. Em *Sociologia, modernização autônoma e revolução social*, busca projetar a sociologia num amplo quadro histórico para fins de não apenas compreender a realidade, também “transformá-la” e “superá-la” (1973, p.126), mesmo ciente de que “a opção política do sociólogo não cria a realidade política correspondente” (p.154), mas “a Sociologia ganha muito com o envolvimento político do sociólogo” (p.155). Nesse artigo, escrito em abril de 1970 e publicado posteriormente, ele analisa “os requisitos da explicação sociológica quando esta se identifica com rupturas e transições que transcendem e negam a ordem existente”; bem como “as relações da Sociologia com a modernização controlada e orientada por forças internas autônomas e revolucionárias” (p.126); e, por fim, “em que sentido a Sociologia constitui uma matriz intelectual de conhecimentos potencialmente revolucionários” (idem). Na versão de 1976 de *A sociologia numa Era de Revolução Social*, o que se alterou em seu modo de ver a sociologia, não exigiu-lhe o esforço de “uma tentativa honesta de auto-explicação e de autocrítica” (p.11), pois “os esforços [ali] despendidos foram bem empregados e as ilusões que eles envolviam, “realistas” (algumas) ou “românticas” (outras), são inevitáveis, quando se quer fazer algo partindo-se do ponto zero” (p.09). O que importa aqui sublinhar é que Florestan, seja em 1967 ou em 1976, “vinculava à sua dupla condição de sociólogo e de socialista uma ampla visão dos problemas



teóricos, empíricos e práticos da sociologia como ciência”, já que “a sociologia não valeria uma missa se não fosse possível associar a pesquisa sociológica à revolução democrática” (idem). Na verdade, essa vinculação é tanto anterior como posterior as referidas datas.

O livro *A sociologia no Brasil* trata em sua parte inicial do desenvolvimento histórico do pensamento sociológico no Brasil.³⁸ Aborda tanto “uma sociologia científica enquadrada institucionalmente pela ordem social existente, quanto de outra, que rompe essas barreiras para colocar a investigação sociológica na órbita da negação e da desagregação dessa ordem” (1977, p.07). Nele, Florestan reconhece ter vivido esses “dois tempos históricos” “com intensidade diferente, mas com a mesma paixão pela “descoberta da verdade” e com o mesmo ardor intelectual” (idem). E em um de seus capítulos (*Sociologia e Socialismo*), contrariando os corifeus postulantes de uma pretendida “neutralidade científica”, defendeu ser “impossível (e também indesejável e improdutivo) separar a investigação sociológica do movimento socialista, isolando a sociologia do socialismo”, ainda que se possa “ser sociólogo sem ser, ao mesmo tempo, socialista; e, reciprocamente, o movimento socialista pode passar fora e acima da investigação sociológica institucionalizada”. Em sua condição de sociólogo socialista *em busca de uma sociologia crítica e militante*, a realidade lhe impunha que a investigação sociológica e o movimento socialista avançassem juntas, “influenciando-se de maneira permanente, profunda e fecunda”. (ibidem, p.254).

No ensaio *Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira*³⁹, Octavio Ianni (o mais legítimo discípulo de Florestan) argumenta que “a sociologia de Florestan inaugura um novo estilo de pensar a realidade social”, e sua obra sociológica “entra de modo decisivo na construção da sociologia brasileira” (2004, p.15). Como representante da “terceira geração da sociologia brasileira”, ao lado de L.A. Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e tantos

38 Otávio Ianni se encarregou de dar continuidade a este primeiro balanço crítico na produção sociológica brasileira em *Sociologia e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975; e em *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 3º edição revista e aumentada. São Paulo: Editora Ática, 1989.

39 Este ensaio fora apresentado na já referida “Jornadas de Estudos Florestan Fernandes” na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, em Marília, 1986. Em 2004 foi publicada pela Expressão Popular na forma de apresentação ao livro *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*, conjuntamente com o citado breve texto de Vladimir Saccheta, *De Vicente a Florestan, sempre ao lado do povo*, e outros nove textos completos para que “o leitor adquira uma primeira visão de conjunto da obra” de Florestan, selecionados por Ianni.

outros, Florestan combinava de modo variado às contribuições de sociólogo clássicos e modernos, como Comte, Spenser, Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Mannheim, Merton entre outros. Na verdade, ao desenvolver o conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna em seus escritos teóricos e históricos, ele foi mesmo além de uma mera combinação eclética de tais contribuições. Para Ianni “Florestan Fernandes é o fundador da sociologia crítica no Brasil”⁴⁰ (idem, p.28). Crítica pelo estilo de reflexão questionadora do real e do pensado, presente em sua vasta produção intelectual em que aos poucos emergem as linhas essenciais de uma história carregada de diversidades, disparidades, desigualdades e antagonismos.

Ianni identifica cinco principais fontes que em conjunto sintetizam as matrizes da “sociologia crítica” fundada por Florestan: o diálogo contínuo, aberto e crítico com representantes da sociologia clássica e moderna; o diálogo contínuo e crescente com a perspectiva da crítica da economia política de Marx e Engels e da tradição marxista, de Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Kaustky, Gramsci etc.; o diálogo, explícito ou implícito, com representantes da corrente mais crítica do pensamento brasileiro, a exemplo de Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bomfim, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior etc.; as influências externas e as próprias transformações internas na sociedade brasileira em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, a emergência de

40 “Toda sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento. As suas contribuições sobre as relações raciais entre brancos e negros, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho em interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta e ao mesmo tempo, discutir as interpretações prevaletentes. No mesmo sentido, as suas reflexões sobre os problemas de indução na sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade. Essa perspectiva está presente nas monografias e ensaios sobre o problema indígena, escravatura e abolição, educação e sociedade, folclore e cultura, revolução burguesa, revolução socialista e outros temas da história brasileira e latino-americana. O mesmo se pode dizer dos seus trabalhos sobre a teoria sociológica. A perspectiva crítica está presente em toda a sua produção intelectual, incluindo obviamente o ensino, a conferência, o debate público. Questiona o real e o pensado, tanto os pontos de vista dos membros dos grupos e classes compreendidos na pesquisa, quanto as interpretações elaboradas sobre eles. Assim, alcança sempre algo novo, outro patamar, horizonte. Vai além do que está dado como estabelecido, explicado. Ao submeter o real e o pensado à reflexão crítica, descortina as diversidades, desigualdades e antagonismos, apanhando as diferentes perspectivas dos grupos e classes compreendidos pela situação. Nesse percurso, resgata o movimento do real e do pensado a partir dos grupos e classes que compõem a maioria do povo. São índios, negros e imigrantes, escravos e livres, trabalhadores da cidade e do campo que reaparecem no movimento da história. As mais notáveis propostas teóricas da sociologia são avaliadas, questionadas e recriadas, tendo em conta a compreensão das suas contribuições para apanhar os andamentos da realidade social”. (Ianni, 2004, p.28-29).

movimentos sociais e partidos políticos, governos e regimes, responsáveis pela criação e recriação de desafios práticos e teóricos; e, por fim, a perspectiva crítica constituída pela reflexão sobre a realidade e a história a partir da presença de grupos e classes sociais que compõem a maioria do povo.⁴¹

Em certo momento Florestan revelara que “há tempo namora a idéia de fazer uma autêntica análise sociológica da sociologia e de uma perspectiva que vá além da chamada “sociologia crítica”” (1980, p.09). Foi em *A natureza sociológica da sociologia* que cumpriu esta tarefa – considero esta a sua obra sociológica mais madura e com a qual mais se identificou como sociólogo socialista e comunista. O que havia de íntimo e encubado no jovem aprendiz de sociólogo aflora com todo o seu vigor. Ele inicialmente se atem *A herança intelectual da sociologia clássica e o seu destino*. Avalia que no processo histórico, o movimento burguês deixou de ser vivo e criativo, e as promessas utópicas de uma *intelligentsia* sociológica desapareceram. A responsabilidade intelectual severa dos grandes sociólogos clássicos fora substituída por uma “neutralidade ética”. “M. Weber e K. Mannheim não estão no ponto de partida de um *renascimento* e de uma *renovação*. Eles encerram, cada um a seu modo, mas ambos de forma melancólica, as potencialidades criadoras de uma sociologia da ordem vinculada com a história e com a inquietação intelectual” (1980, p.43). A recomposição da “sociologia como ciência” e a exploração das perspectivas de unificação teórica ou prática que tal herança clássica deixou em aberto, ainda parecem aguardar o advento de uma civilização na qual os sociólogos deixarão de serem eternos “servos do poder”. Uma vez ultrapassada a visão institucional da formação e da evolução da sociologia, Florestan passa a ressaltar a fecundidade da herança da *sociologia clássica de contestação da ordem burguesa*, sobretudo do excepcional legado da *sociologia marxista*, que se explica pela aplicação rigorosa do *materialismo dialético* à investigação sociológica do caráter antagônico da sociedade capitalista – foi por sua irreduzível *posição negadora e revolucionária* que a sociologia marxista foi capaz de se ligar tanto à *sociologia clássica* quanto à *sociologia moderna* e assim manter acessa as *promessas da verdadeira imaginação sociológica*. E também passa a destacar a

41 A essas cinco fontes, Ianni ainda ressalva que se poderiam acrescentar outras fontes, como “a militância política, a reflexão sobre a responsabilidade ética e política do sociólogo, o convívio com o pensamento latinoamericano” (2004, p.39) etc.

fecundidade da herança da sociologia clássica de contestação da ordem burguesa e o legado excepcional da sociologia marxista. Ele enfatiza as potencialidades do socialismo (sobretudo do *socialismo científico*) que pela *luta de classes*, pela *ocupação e conquista do poder*, pode transformar a sociedade burguesa e criar uma *sociedade nova*, uma *civilização sem barbárie*. Isso requer grandes compromissos das classes trabalhadoras e das ciências em geral contestadoras da ordem existente (incluindo às ciências sociais e a sociologia), bem como das mais diversas organizações culturais, sindicatos, partidos políticos, enfim todos plenamente comprometidos com o socialismo. Tal transformação e criação implicam em deslocar as classes dominantes; acabar com o seu monopólio de saber e de poder; libertar os trabalhadores e todos os “de baixo” da alienação coletiva que há muito estão submetidos; eliminar as desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas; dissociar a civilização da violência, da desigualdade social, da exploração econômica, sexual... em suma, destruir a sociedade de classes e aniquilar o capitalismo, e irradiar o socialismo e numa etapa mais distante o comunismo.

O Sociólogo Socialista

*O jovem Florestan*⁴², nos diz Candido, “foi deslizando dos estudos de corte mais acadêmico para os que requerem um posicionamento político por parte do estudioso consciente”. Era o momento em que ele começava a atuar como o “sociólogo que conseguiria modificar a natureza da Sociologia no Brasil (...) efetuando a operação difícil de combinar rigor científico e visão política, de maneira a tornar a Sociologia, não apenas instrumento de compreensão da realidade, mas contribuição teórica à transformação da sociedade” (2001, p.46). A partir de seus trabalhos sobre o negro, “começava a ser o definitivo, isto é, o marxista aberto e pessoal, que integrou na sua fórmula de maneira coerente o ensinamento de outras teorias” (idem, p.56). Àquele que passou a privilegiar cada vez mais o marxismo nas suas concepções teóricas, e que se tornou um “marxista aberto e compreensivo”, enriquecido pela experiência de outras teorias, aberto

42 “Texto lido na sessão de homenagem à memória de Florestan Fernandes, promovida pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em 5 de outubro de 1995” (Candido, 2001, p.41).



para as lições da realidade objetivamente observada, despido do sectarismo teórico e de quaisquer imposições mecanicistas, e do dogmatismo e unilateralismo predominantes nos marxistas de sua geração.⁴³

A leitura de Marx e da tradição marxista foi algo precoce na vida de Florestan⁴⁴, o que não significa uma “filiação exclusiva à interpretação marxiana”, ao menos durante o período de sua formação. Aos 26 anos traduziu *Contribuição à crítica da economia política* e apresentou uma notável análise deste trabalho sob a forma de uma *Introdução*⁴⁵. Candido conta que o *Florestan Fernandes marxista*⁴⁶ “chegou ao marxismo no curso de um processo intelectual complexo, que não anulou, mas incorporou outras linhas teóricas” (2001, p.59), como prova os seus estudos concomitantes de Marx, do positivismo sociológico francês e do funcionalismo anglo-americano nos anos 1940.⁴⁷ A partir dos anos 1950 o eixo

43 Ver Candido, 2001, p.36-40; 47-51 e 52-58. Vejam também os demais textos, todos de sua autoria: *Um grande homem*, um discurso em que Cândido presta homenagem a Florestan na Universidade de São Paulo em 23 de junho de 1994; o texto *Florestan Fernandes: estudante e estudioso*, “lido na sessão de homenagem à memória de Florestan Fernandes promovida pela Escola de Sociologia e Política, em 10 de outubro de 1995”; *Um instaurador*, “texto lido (na ausência do autor por motivo de doença) na sessão de homenagem à memória de Florestan Fernandes na reunião anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Caxambu (MG), em 18 de outubro de 1995”.

44 Florestan conta que foi através de Mário Piana (imigrante italiano recém-chegado ao Brasil) que teve “a primeira oportunidade de discutir a sério o socialismo e a sociedade brasileira” (1977, p.151). Isso certamente foi antes de seu ingresso na FFCL/USP, quando ainda estudava no Madureza e trabalhava na Novoterápica. Relembra ao ingressar na Faculdade de Filosofia que “o meu vago socialismo levou-me a pensar que poderia conciliar as duas coisas, a necessidade de ter uma profissão e o anseio reformista de ‘modificar a sociedade’, cuja natureza eu não conhecia bem, mas me impulsionava na escolha das alternativas” (idem, p.154).

45 Tal *Introdução* fora publicada numa versão resumida inicialmente pela Editora Flama no ano de 1946. A versão mais completa dessa *Introdução* foi posteriormente (em 1959) publicada no livro de sua autoria *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, sob o título *Marx e o pensamento sociológico moderno*. Uma versão um mais resumida (em relação a esta última) fora também publicada pela editora Xamã no livro *Em busca do socialismo* (1995), sob o título *Introdução a Contribuição à Crítica da Economia Política*.

46 “Texto lido na sessão de homenagem à memória de Florestan Fernandes, em 10 de novembro de 1995, no Simpósio realizado na Universidade de São Paulo em comemoração do centenário de morte de Friedrich Engels” (Candido, 2001, p.59).

47 No livro *A condição de sociólogo*, Florestan deu seu próprio testemunho sobre as diversas influências teóricas que acumulou, e de como conduziu-as enquanto professor na USP. Selecionamos a seguir algumas passagens marcantes desta entrevista a este respeito: “... ao tentar combinar influências teóricas que vinham dos Estados Unidos e da Europa e concentrar a reflexão crítica em Marx, Durkheim e Weber, estava fazendo algo de muito sentido para a formação dos sociólogos brasileiros. (...) O estudo que fiz de Marx e Engels levou-me à conclusão de que não podia fundir pensamentos que são opostos. Seria muito mais fecundo procurar a razão de ser de sua diferença específica. Eu começava a enfrentar, assim, a questão de saber qual é a contribuição teórica específica de Durkheim, de Marx, de Max Weber etc. E por aí, tentei descobrir as respostas que me iriam conduzir, mais tarde, à identificação dos modelos de explicação sociológica, seus fundamentos lógicos e empíricos, suas consequências para a divisão dos campos fundamentais da sociologia etc. (...) na USP sempre me ajustei aos papéis de professor, acima de tudo, como

de seu trabalho passou a ser, como ele mesmo diz, “a ampla influência de Marx”. Ainda assim, muitos consideram que foi tardia a adesão mais explícita de Florestan ao marxismo, mais nítida sobretudo a partir da década de 1970. Candido avalia que

Florestan Fernandes pode (...) ser considerado um marxista de formação lenta e compósita, mas muito pessoal. O seu grande feito sob este aspecto consistiu em fundir harmoniosamente o rigor da sociologia acadêmica com a perspectiva política. Quando chegou a isto, estava pronto o Florestan Fernandes maduro, o Florestan Fernandes que instituiu no Brasil um novo tipo de sociologia, transformando a sociologia científica neutra em sociologia participante, sem perder nada do rigor metodológico e da objetividade na investigação. (Candido, 2001, p.60).

A pesquisa sobre o negro desatou em Florestan o postulado marxista fundamental de *ligação necessária entre teoria e prática*. Foi a partir daí que começou a tomar corpo na sua mente e na sua ação uma “sociologia crítica e militante”, que o leva não apenas a estudar sistematicamente a realidade, mas também a preparar os instrumentos teóricos adequados à sua transformação em profundidade (idem, p.51). Florestan foi segundo Candido *Um militante incansável*⁴⁸, que apesar de desligado de qualquer partido político durante a maior parte de sua vida, revelou-se “um grande militante, em pleno processo de juntar as águas do marxismo com as da Sociologia acadêmica”, esboçando o que viria a ser a partir dos anos 1960, “uma grande figura de militante solidário, de homem que pode ter atuação equivalente aos que se enquadram num partido” (ibidem, p.31).

A *Militância Política*⁴⁹ de Florestan não começou na Universidade. Não atuou no grêmio da Faculdade de Filosofia, pois ali os seus “líderes” recebiam certas vantagens e privilégios, o que definitivamente não combinava com sua ética e posições políticas. Sua militância inicia-se numa organização clandestina,

professor eclético, dando naturalmente igual importância às diferentes correntes da sociologia sem privilegiar o marxismo. Também, nunca procurei ser um marxista dogmático e rígido. Isso simplificava meu ajustamento intermediário e me dava certa força para 'remar contra a corrente'. (...) Graças ao estudo do marxismo, ao qual eu podia aplicar as técnicas que aprendera na Universidade, me colocava o problema do que deveria ser a sociologia e sua relação com outras ciências de uma perspectiva que era relativamente diferente daquela que se poderia ter dentro do ensino acadêmico”. (FERNANDES, 1978, p.79, 15, 157 e 14-15).

48 *Um militante incansável* compõe o apêndice do livro *Florestan Fernandes*, de Candido. Fora anteriormente publicado em MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Centro Universitário Maria Antonia/USP e Boitempo, 1998.

49 *A Militância Política* é um dos oito subitens que compõe o segundo capítulo *Construir a sociologia científica e interpretar o Brasil*, do livro *Florestan Fernandes: vida e obra* de Cerqueira.

fora da faculdade. Florestan foi convidado por Hermínio Sacchetta a integrar, como vimos, a corrente trotskista e a se engajar no movimento subterrâneo contra o Estado Novo, militando no Partido Socialista Revolucionário (PSR).⁵⁰ Colaborou decisivamente na elaboração do “Anteprojeto Técnico Eleitoral” – documento da Coligação Democrática Radical, organização de frente ampla, originária do PSR – que criticava o Estado Novo e apresentava reivindicações⁵¹ do movimento para as eleições presidenciais e parlamentares à Constituinte de 1946. Apesar do apoio que recebeu de intelectuais, políticos e sindicalistas de esquerda da época, a organização teve vida curta e não conseguiu erguer-se como alternativa ao Partido Comunista⁵².

50 Hermínio Sacchetta foi jornalista e ativo militante da seção da IV Internacional oriunda do Partido Comunista Brasileiro. Sacchetta fora secretário do PCB em São Paulo, mas rompeu com o comitê central do partido por discordar de suas posições em relação às eleições de 1938, frustradas pelo golpe do Estado Novo. Aderiu ao trotskismo após um período na prisão. (Cerqueira, 2004, p.42). Seu filho, Vladimir Sacchetta, nos conta que após contato com seu pai, Florestan passou a frequentar e colaborar com a *Folha da Manhã* e logo aderiu a militância do PSR. “Na pequena e clandestina organização trotskita abriram-se outros horizontes, novas responsabilidades e esperanças. Se num primeiro momento a ditadura de Getúlio Vargas impunha-se como alvo imediato, a revolução proletária começava a se delinear como um objetivo essencial e permanente para o jovem Florestan” (Sacchetta, 2004, p.10).

51 Cerqueira reproduz um trecho desse documento que vale a pena aqui expô-lo, uma vez que parte de suas reivindicações (que data de 1946) nos planos político, econômico e social ainda hoje (2020) não foram alcançadas no Brasil. Eis o referido trecho: “No plano político: eleições diretas em todos os níveis com voto secreto; liberdade de agremiação, reunião e imprensa livre; liberdade sindical e direito de greve; igualdade de direitos políticos para ambos os sexos; liberdade de consciência e de culto; separação do Estado da Igreja; ensino leigo; liberdade de cátedra e de pesquisa; sistema unicameral de representantes do povo; transferência do comando supremo das forças armadas do Poder Executivo para o Poder Legislativo; abolição dos tratados secretos. No plano econômico: estatização dos bancos e companhias concessionárias de serviços públicos; abolição dos trustes, monopólios e cartéis de qualquer espécie; proteção ao pequeno e médio produtor; partilha da terra nas regiões mais atrasadas com fornecimento pelo governo, aos produtores, dos instrumentos de trabalho; abolição dos impostos indiretos e revisão democrática do imposto sobre a renda. No plano social: aperfeiçoamento da legislação trabalhista, com a revogação da parte de direito corporativo e permissão para os sindicatos livres exercerem a fiscalização; extensão da legislação do trabalho ao campo; seguro contra o desemprego; instituto da universalização da previdência social; ensino primário obrigatório e gratuito até os 14 anos. Escolas no número necessário para absorver, em todo território da República, os menores proibidos, por lei, de trabalhar; vinte e cinco por cento, no mínimo, de todas as rendas públicas para o ensino; remuneração condigna para os professores, com adicionais nos rincões longínquos; Plano Nacional de Educação e Conselhos Estaduais de Mestres; ensino gratuito, nos níveis mais altos, para os filhos de pais que não paguem impostos sobre a renda; bolsas de estudo para estudantes carentes; admissão dos autodidatas à Universidade; instituição do divórcio; instituição do combate às grandes endemias; garantia da alimentação às populações em dificuldades de prover o seu sustento” (2004, p.43-44).

52 A aproximação e o afastamento de Florestan ao Partido Comunista foi assim narrado por Cerqueira: “Florestan havia se aproximado do Partido Comunista, mas percebeu que o espaço político era restritivo para um intelectual questionador como ele. Também não concordava com as alianças e com a posição adotada naquela conjuntura política do país, que desestimulavam um jovem radical como ele a permanecer na organização. Por outro lado, os trotskistas possibilitavam

Não foi fácil conciliar o exercício da militância política com a atividade acadêmica. O próprio Florestan chegou a tecer o seguinte comentário a esse respeito: “uma atividade militante intensa é incompatível com a vida acadêmica: ela pode ser posta em prática de modo transitório, em dados momentos. Apesar de tudo, a situação é produtiva para o cientista social” (1978, p.68). O momento em que mais se dedicou à militância foi durante o início e o final de sua carreira. A dedicação intensa à vida acadêmica predominou no meio, sem que se afastasse da política, sem perder o olhar atento sobre os fatos, acompanhando e participando dos movimentos em certas ocasiões. Foi assim entre os anos de 1960 e 1961 na Campanha Nacional de Defesa pela Escola Pública e nos debates sobre as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira⁵³. “Ali eu vivia praticamente os papéis intelectuais do sociólogo-militante” (idem, p.62). Também durante o seu envolvimento posterior nas agitações em prol das reformas de base (com a reforma universitária⁵⁴, reforma agrária etc.), na luta pela implantação de um regime político democrático ou mesmo através da ação política direta como parlamentar.

Em 1965 já muito visado pela ditadura que se instaurara no ano anterior, Florestan aceita o conselho de amigos para se afastar e embarca para os Estados Unidos, onde passa a lecionar na Universidade de Colúmbia. Em 1966 retorna ao Brasil e participa de forma ativa na luta contra a ditadura, incitando a população civil a assumir a luta de resistência, se preciso “recorrendo às armas”, como chegou a defender na época em entrevista à grande imprensa. Mas logo os defensores da democracia acabaram sendo derrotados, e a vitoriosa ditadura assumiu a sua face mais repressiva. Em abril de 1969 Florestan é aposentado compulsoriamente pela ditadura. Nesse mesmo ano escolhe o exílio e aceita o convite para lecionar na Universidade de Toronto onde permanece por três anos. Lá utiliza seu tempo livre para estudar as revoluções socialistas na Rússia, na China e em Cuba.⁵⁵

debates mais apropriados para aquele momento. Eram mais atraentes e não tinham alianças com nenhum setor comprometido com as forças de sustentação da ditadura Vargas” (2004, p.42).

53 A esse respeito ver o artigo *Florestan Fernandes e o marxismo: o Brasil em perspectiva socialista*, de Diogo V. A. Costa. In: CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. *O legado de Florestan Fernandes*. Guararema: 2009, p.69-89.

54 Ver FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* SP : Editora Alfa-Ômega, 1975.

55 Ver FERNANDES, Heloísa, 2011, p.15-17.

Será a partir de então que passa a se declarar explicitamente como um sociólogo marxista, e que irá dedicar-se ao estudo sistemático da teoria revolucionária e do tipo de capitalismo dependente surgido na América Latina, tudo com o fito de construção de uma teoria revolucionária adequada as condições concretas do Brasil e de *nuestra América*.⁵⁶ O faz por meio de cuidadosa leitura das obras clássicas de Marx, e Engels, bem como da vasta tradição marxista, Kautsky, Lenin⁵⁷, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Hilferding, Trotsky, Lukács, Gramsci, Althusser, Poulantzas, Mao Tse-tung, José Martí, Mariátegui, Frantz Fanon, Ho Chi Minh entre outros. De volta ao Brasil (ele retornara do Canadá no ano de 1972), o socialista e o sociólogo aparecem fundidos buscando “enlaçar a sociologia, como ciência, ao socialismo, como movimento político revolucionário (nas várias gradações: da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem; alternativas históricas que não dependem da vontade pessoal – eu prefiro a última, a ela dei minha adesão definitiva)” (Fernandes, 1980, p.15). Para Florestan, *O significado das ciências sociais no mundo moderno*⁵⁸ está na preparação do homem para proceder a escolhas compatíveis com seus interesses e com os valores os quais de fato se identifique. Considerando os extremos, há muito já avaliava que ou nos atentamos para a “lógica da dominação” ou cuidamos da “lógica da revolução”. Em vista de sua longa experiência como sociólogo, acreditava que a sociologia como forma de pensamento, de conhecimento da realidade e de inspiração prática não valia a pena sob qualquer modalidade de “neutralização”. Por isso mesmo é que não concebeu alienar-se dos outros e da vida, neutralizar-se como sociólogo, anulando as ligações dinâmicas da sociologia com o próprio fluxo histórico de reconstrução da civilização em crise.⁵⁹

Sobre a contribuição de Florestan à sociologia brasileira, Candido

56 Idem

57 O estudo de Lenin deu fruto ao volume de nº5 da Coleção Grande Cientistas Sociais, coordenada (e neste caso também organizada) por Florestan. Apesar de ter sido publicada apenas em 1978, a introdução e seleção de textos de Lenin fora concluída em 1973. Mais recentemente, esta introdução, juntamente com a introdução que Florestan preparou para o volume duplo Marx-Engels (nº 36) fora republicada em 2012 no livro *Marx, Engels e Lenin: a história em processo* pela Editora Expressão Popular. Nele “Florestan nos brinda mesmo é com sua concepção madura do marxismo”, diz José Paulo Netto em Nota prévia a esta edição da Expressão Popular.

58 *O significado das ciências sociais no mundo moderno* é um dos catorze *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, livro publicado no ano de 1959 pela Livraria Pioneira Editora.

59 Fernandes, 1959, p.300; 1980, p.30; 1973, p.124.

testemunhou em *A condição de sociólogo*⁶⁰ que “ele foi o fulcro, o pivô à cuja volta girou toda a evolução da sociologia brasileira (...) foi ele quem desenvolveu e consolidou o espírito e a organização científica, como condição *sine qua* para a qualificação de um sociólogo”⁶¹ (2001, p.12-13). Como sociólogo, Florestan deu o seguinte depoimento (concedido em 1975):

Como intelectual aproveitei muito e, principalmente, descobri que a sociologia precisa responder às expectativas que não devem nascer dos donos do poder, mas sim de critérios racionais de reforma, que levam em conta as necessidades da Nação como um todo, ou das pressões históricas de grupos inconformistas. (...) Os que me conhecem sabem que, apesar de todas as transformações que ocorreram na minha vida, procuro manter a mesma posição diante dos problemas básicos da vida brasileira e dos papéis intelectuais do sociólogo no mundo em que nós vivemos. Fui pouco suscetível às modas. (Fernandes, 1978, p. 61 e 157-8).

Como socialista revelou nesta mesma entrevista:

Eu já era socialista antes de começar a lecionar na Faculdade de Filosofia e, inclusive, tive alguma militância em movimentos de esquerda como socialista. (...) Como socialista não acreditava naquilo [colaboração com a burguesia nacional], mas se me negasse a aceitar os debates reformistas ficaria condenado ao silêncio. (...) O que aconteceu comigo, em termos de evolução intelectual, não é tanto uma passagem de um socialismo menos consequente para um socialismo mais consequente. Nesse nível, a sociedade brasileira não foi de muito proveito para mim. O movimento socialista no país nunca foi tão organizado ou tão forte a ponto de dar amparo intelectual ao meu trabalho. (idem, p.153, 155 e 152).

E como sociólogo socialista desabafa:

Fiquei como uma pessoa dividida ao meio, entre o sociólogo e o socialista. (...) devo dizer que me sinto muito insatisfeito pelo fato de que não consegui superpor os dois papéis que gostaria de preencher. Eu gostaria de ser um cientista social ao mesmo tempo vinculado com a universidade e com o socialismo. Todas as tentativas que fiz para combinar as duas coisas falharam. E falharam porque não existe movimento socialista bastante forte na sociedade brasileira que sirva de substrato e de apoio para os intelectuais que tenham uma posição socialista. (ibidem, p.79 e 77).

Pela longa *Amizade com Florestan*⁶² Candido pode distinguir três momentos em sua carreira:

O Florestan dos anos 40 é o da construção do saber, que ao construir o seu constrói a possibilidade de saber dos outros. O Florestan dos anos 50 é o que começa a se apaixonar pela aplicação do saber ao mundo, porque, tendo já os instrumentos na mão, se dedica a aplicá-los para compreender os problemas do

60 O fez no o prefácio ao livro *A condição de sociólogo*.

61 Florestan figura entre os mais destacados sociólogos latino-americanos. Em 2005 o seu nome foi indicado para *patrono da sociologia no Brasil*.

62 Trata-se de um depoimento dado por Candido em homenagem a Florestan, em 22 de maio de 1986, durante a primeira Jornada de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no Campus de Marília. Tal depoimento foi transcrito e “carrega” esse título *Amizade com Florestan*, depois reproduzido no texto *Florestan Fernandes*.

mundo. O terceiro momento é o do Florestan que, tendo aplicado o saber à compreensão do mundo, o transforma numa arma de combate. Naturalmente as três etapas estão misturadas, pois sempre houve a terceira na primeira e a primeira na terceira. Estou me referindo às predominâncias. (...) na fase inicial dos anos 40 o seu foco de interesse foi sobretudo o índio, no caso os extintos tupinambá, cuja organização social descreveu e interpretou, contra a afirmação generalizada de que os documentos disponíveis não permitiam conhecê-la de modo sistemático. Já a tarefa decisiva dos anos 50 se ordenou em torno do negro, pois naquela altura ele aceitou participar com Roger Bastide na direção de uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo. Aí começou o cruzamento das duas linhas: o sociólogo de grande formação teórica e o intelectual de grande consciência política (...). [Já a partir dos] anos 60 Florestan chega ao que eu chamaria os seus limites naturais: o sociólogo, o pensador e o militante unidos num só tipo de atividade, vai agora se configurar como cientista cujo ato de construção intelectual já é um ato político. Por isso os seus temas mudam significativamente. O que estuda agora são as classes sociais, o problema da burguesia, os conflitos do subdesenvolvimento, o Brasil na América Latina, a Revolução Cubana. Isto quer dizer que ele transformou Sociologia em militância, a partir do momento em que os dois caminhos paralelos que mencionei se fundiram numa personalidade intelectual harmoniosa. (Candido, 2001, p.28-32).

Vladimir Sacchetta acrescenta um quarto momento, “que se resume na radicalização plena de Florestan. É quando o cientista social, educador e pensador assume a identidade de tribuno e publicista” (2004, p.11).

O Intelectual, Publicista e Parlamentar

No início dos anos 1980, momento em que a oposição à ditadura avança e ocorre certa liberalização do regime, Florestan retoma algumas atividades públicas (tais como palestras e cursos de pós-graduação na PUC de São Paulo) e passa a dedicar-se a sua vocação intelectual de publicista na grande imprensa⁶³ – onde se vale de uma tribuna para divulgar sua interpretação da sociedade e do tipo de república que sonhara para o Brasil, e onde encontra sua melhor “arma de

63 A sua atividade como publicista começou muito cedo, ainda no ano de 1943 e por intermédio de Sérgio Milliet, que abriu-lhe as portas do Jornal O Estado de São Paulo. Quase simultaneamente começou a publicar também na Folha da Manhã. (Fernandes, 1977, p.161-2). Muitos anos depois passou a publicar na Folha de São Paulo, desde 27/10/1980; no Jornal do Brasil, desde 25/9/1987; e no Jornal de Brasília desde 25/9/1988. (Cerqueira, 2004, p.181). Apenas na Folha de São Paulo foram mais de 300 colunas entre os anos de 1989 e 1995, tratando das mais variadas pautas e assuntos. (Sacchetta, 2004, p.12). Os livros *Que tipo de República*, publicado originalmente em formato de livro pela Editora Brasiliense e posteriormente pela Editora Globo em 2007, e *A Constituição inacabada*, publicada pela Estação Liberdade em 1989, reúnem escritos publicados essencialmente nos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil. O livro *A transição prolongada: O período pós-constitucional*, publicado pela Editora Cortez em 1990, reúne 94 escritos publicados em sua maioria na Folha de São Paulo, mas também no Jornal do Brasil e na Voz da Unidade. O livro *Florestan Fernandes: a força do argumento*, publicado pela EDUFSCar em 1997, reúne 82 escritos publicados nos jornais Folha da Manhã e Folha de São Paulo, a maioria deles entre os anos de 1984 e 1995.

combate” à ditadura e ao “capitalismo selvagem”. E foi desta atividade de publicista que também se viabilizou a sua candidatura a deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido dos Trabalhadores, que fora fundado em 1980 e ao qual Florestan veio a se filiar em 1986.⁶⁴ Sobre o PT, escrevera dois trabalhos: *Pensamento e ação: o PT e os novos rumos do socialismo* (1989) e *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores* (1991). O curso que Florestan lecionara em fins dos anos 1970 sobre a Revolução Cubana e a análise que realizara sobre o caso chileno o levava a compreender que na América Latina a fraqueza das classes subalternas cria a necessidade de partidos que são frentes ideológicas e políticas capazes de unir tendências diferentes.⁶⁵ Daí sua posição de “cabem todos os rebeldes debaixo de seu guarda-chuva”.

No lançamento de sua candidatura assumiu o compromisso de defender a escola pública e as reformas de base; empenhar-se na defesa de medidas socialistas e no combate a iniquidades econômicas, sociais e políticas; lutar pela igualdade racial e por quaisquer preconceitos etc.⁶⁶ Fora eleito com 50.024 votos (o quarto deputado mais votado do partido) para defender os interesses dos “de baixo”. Lutou com outros quinze companheiros de bancada para aprovar leis capazes de pavimentar a construção de uma *democracia da maioria*. No entanto, o campo progressista (que agregava as forças dos partidos de esquerda e de parte

64 Como assessor parlamentar de Florestan, Cerqueira conta que “quando o PT se preparava para disputar as eleições ao Congresso Constituinte, Lula telefonou para Florestan e o convidou para uma conversa na sede do partido, juntamente com Eduardo Suplicy e José Dirceu. Propôs que ele se candidatasse a deputado constituinte. Florestan agradeceu a gentileza e disse: “Não sou político profissional, portanto não sei fazer campanha política. Não tenho recursos para financiar uma campanha. Também estou recém-saído do hospital e a campanha vai ser muito desgastante para mim”. Lula insistiu. Aí Florestan perguntou: “o que o PT oferece para que eu seja candidato? Vocês vão me dar alguma coisa? Lula disse: “Nada. Você é que vai dar 30% de tudo o que recolher para o partido”. Florestan deu uma gargalhada e disse: “Está bom, assim eu aceito” (...). O PT não era o partido sonhado por Florestan, mas ele considerava o mais próximo das condições que os trabalhadores dispunham para romper com a subalternização. Entendia que naquele momento as condições sociais, culturais e políticas do país não permitiam a existência de um partido revolucionário. Porém, percebia a necessidade de um sistema que organizasse as manifestações operárias nas bases. Dizia-se também assustado com aquele arco de forças, que ia desde o movimento de comunidades de base sem conotação política, de caráter humanitário, passando por um núcleo socialdemocrático até socialistas democráticos e comunistas e socialistas revolucionários. Ele acredita que o partido promoveria uma grande transformação na cultura política do país” (2004, p.123; 120-121).

65 Consultar a revista Teoria e Debate número 13. São Paulo, jan/fev/mar de 1991.

66 Sobre a *Candidatura Florestan Fernandes – PT, o Lançamento da campanha, e o Compromisso político* assumido por Florestan ver: FERNANDES, Florestan. *Pensamento e Ação. O PT e os rumos do socialismo*. São Paulo : Globo, 2006, p.123 a 139.

do centro) era numericamente bastante inferior quando comparado às forças conservadoras, que eram maioria no Congresso e formavam posições contrárias às reformas agrárias, urbana etc. Na Constituinte denunciava estar-se desperdiçando “uma oportunidade rara para a burguesia”, para tentar amenizar as distorções do “capitalismo selvagem” antes que fosse sucumbida pela crise econômica e pela barbárie.⁶⁷ Florestan foi um dos poucos parlamentares a se reeleger para um segundo mandato a deputado federal, que o exerceu entre 1991 a 1994. Como parlamentar, foi considerado dos mais destacados representantes da esquerda no Congresso, o mais destacado no Congresso Constituinte, segundo Cerqueira.

Sobre esse período mais recente da história brasileira, nos deixou uma análise exaustiva numa vasta produção de livros, artigos para os jornais e revistas, depoimentos etc. Entre os livros (onde alguns dão conta também de parte de sua atividade como publicista), aparecem: *Que tipo de República? (1986)*; *Nova República? (1986)*; *O Processo Constituinte (1988)*; *A Constituição inacabada (1989)*; *O desafio educacional (1989)*; *O significado do protesto negro (1989)*; *A transição prolongada (1990)*; *As lições da eleição (1990)*; *Depoimento (1991)*; *Reflexão sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores (1991)*; *Parlamentarismo: contexto e perspectivas (1992)*; *LDB: impasses e contradições (1993)*; *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual (1994)*; *Consciência negra e transformação da realidade (1994)*; *Tensões na educação (1995)*; *Em busca do socialismo (1995)*; e *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários (1995)*.

No prefácio (20 de julho de 1995) de seu último livro, *A contestação necessária*, observou que a maior controvérsia dos países que conduziam os grandes processos históricos se vinculava à extirpação do socialismo. Constatou a presença de uma propaganda conservadora que procurava não deixar 'pedra sobre pedra', sobretudo após experiências revolucionárias concretas. Uma “onda conservadora, sem paralelos na história da humanidade” voltava disfarçadamente a modelos pré-democráticos, que reduziam cotidianamente a proporção de

⁶⁷ Ver Cerqueira (2004), especialmente, os capítulos 4 – *O cientista militante e a esperança no socialismo*; e 5 – *O professor Florestan Fernandes no Congresso Constituinte*.

cidadãos “responsáveis” e “participantes” ao mesmo tempo em que excluía a massa dos “eleitores” da condição de “cidadãos válidos”. De seu centro dinâmico despejava “os seus efeitos na periferia, com intensidade variável, dado que a ela se agregaram conflitos raciais, étnicos e religiosos que pareciam superados ou os riscos de revivescências revolucionárias” (p.08). Enquanto os conservadores impunham aniquilar da memória histórica as tendências político-filosóficas do anarquismo, do socialismo e do marxismo, Florestan refletia sobre o pavor que a repetição de tentativas revolucionárias e a fobia contra frágeis versões da social-democracia causavam, mesmo depois da Guerra Fria.

Falando sobre o Brasil, acreditava que o quadro aqui não era tão sombrio se comparado aos EUA e Europa. Nessas partes do Norte, a confusão que os controles ultraconservadores impuseram sobre a inteligência e o comportamento radical surgia com um ímpeto destrutivo. Aqui, ao contrário, havia um “vazio político” que protegia a emergência ou o reaparecimento de forças sociais que não foram eliminadas.

No Brasil, ocorreu um deslocamento de rumos do socialismo e da social-democracia. Esta se amalgamou ao controle conservador, interno e externo, da economia, da cultura e do Estado. Serve como instrumento de continuidade no poder das elites das classes dominantes e de contemporização com os baixos salários e a exclusão de milhões de indivíduos da sociedade civil. O socialismo, porém, encontrou canais de autodefesa relativa. O pensamento radical enervou-se e reativou nichos de sobrevivência construtiva. (Fernandes, 1995b, p.08).

*A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*⁶⁸, nas palavras de seu próprio autor, “restabelece o valor de uma herança intelectual e política que parecia condenada ao esquecimento ou à supressão pela violência”, e “focaliza como seu objeto o eclodir de aspirações utópicas, que foram destroçadas pelas classes dominantes e pelo recurso extremo a duas ditaduras” no Brasil. E ainda “assinala esperanças frustradas, que sobrevivem e crescem no substrato de uma sociedade capitalista fomentadora de

68 Entre os intelectuais inconformistas e revolucionários, Florestan incluiu 14 pessoas (Luís Inácio Lula da Silva, José Martí, José Carlos Mariátegui, Caio Prado Júnior, Roger Bastide, Antonio Candido, Octavio Ianni, Richard Morse, Luís Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Carlos Marighella, Hermínio Sacchetta, Cláudio Abramo, Henrique de Souza Filho (Henfil) e Fernando de Azevedo) que buscaram construir uma “sociedade nova”, pelas vias reformista, radical e revolucionária. Sua preocupação maior em resgatar o valor destas e de outras heranças intelectuais e políticas era retomar a questão de como ideias podem (ou não) transformar-se em conhecimento crítico, e quiçá engendrar as forças sociais dos trabalhadores e de outros grupos em uma sociedade acentuadamente fechada às mudanças sociais impostas de baixo para cima, como era (e ainda é) a sociedade brasileira bem como outras tantas sociedades latino-americanas.

contradições que convertem a radicalidade em estilo de pensamento e ação, indispensável à construção de um futuro limpo da canga arcaica e ultraconservadora”. (idem, p.09, 12 e 13). Sobre os papéis dos intelectuais nos movimentos sociais e sobre o destino de sua produção, indagou se sucumbiram à onda conservadora ou ainda contavam com os meios para criar ideias suscetíveis de elaboração prática no plano político-cultural. No caso dele próprio, é fato que não se subordinou a uma ótica liberal e não se submeteu ao pessimismo da “trágica etapa de negação do socialismo” e da “morte do comunismo” e do marxismo, propaladas no fim do século passado. Ao contrário de muitos, constatou que “o socialismo não morreu! Ele existe e vive na ótica reformista ou revolucionária de subalternos, operários ou não, e nas atitudes dos intelectuais que alimentam as correntes das ideias contestadoras” (ibidem, 1995b, p.24).

Em seu cuidadoso trabalho biográfico sobre Florestan⁶⁹, Laurez Cerqueira nos conta que a profunda convicção do grande sociólogo de que o socialismo era o melhor caminho para o Brasil ficou marcada numa frase lapidar pronunciada por ele antes de entrar na sala de cirurgia para a realização de um transplante no Hospital das Clínicas: “*o que me mantém vivo é a chama do socialismo que está dentro de mim*”. Infelizmente, por uma sucessão de erros e negligência da equipe médica, Florestan veio a falecer seis dias depois, em 10 de agosto de 1995. Seus escritos, sua memória e sua luta pela construção do socialismo continuam vivos.

Considerações

Ao estudar a trajetória de Florestan Fernandes, o que vejo é o socialista sempre presente. É certo que as primeiras noções vagas do 'socialismo' vão sendo no percurso superadas pelas compreensões mais acuradas do socialismo utópico e científico. Isso não implica separação definitiva entre o jovem e o maduro, sempre desejoso da mudança social e ativo (com intensidade e conteúdos variados) no enfrentamento dos múltiplos dilemas de nossa sociedade. Rupura

69 Em *Trajetórias paralelas, Caminhos cruzados*, onde é apresentado este trabalho biográfico, Vladimir Sacchetta conta que “este livro celebra a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, erguida em Guararema, interior de São Paulo, graças ao extraordinário esforço coletivo dos companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à solidariedade de seus amigos e apoiadores. Uma biografia e um espaço de reflexão prestam justa homenagem ao pensador que deu o melhor de si por um Brasil melhor, com liberdade, igualdade e felicidade. (...) Florestan Fernandes vida e obra resgata a trajetória do homem e do intelectual que jamais perdeu a perspectiva socialista nem suas raízes de classe”. (Cerqueira, 2004, p.05, grifos meu).

aqui seria se o menino pobre, o dedicado e talentoso estudante, o sociólogo renomado, o militante, o publicista, o parlamentar ou qualquer um desses vergasse do socialista (reformador/revolucionário) num “pobre diabo”, num conservador, reacionário ou contrarrevolucionário.

Estudando a trajetória de sua obra, o que vejo é um sociólogo que durante muitos anos dedicou o melhor de si na “descoberta da verdade”, tanto por meio de uma sociologia científica enquadrada na ordem social vigente, como numa investigação sociológica questionadora e desagregadora da dominação burguesa e capaz de irradiar as revoluções “dentro da ordem” e “contra a ordem”. É certo que essa sociologia crítica e militante, identificada com os ideais socialistas de reforma e de revolução sociais (a esta última deu sua “adesão definitiva”), marcou desde cedo a sua evolução intelectual. Também é certo que sua persistência em “enlaçar a sociologia, como ciência, ao socialismo, como movimento político revolucionário” lhe impôs um pesado dilema psicológico, político e moral. Houve mesmo um momento em que sociologia perdera para ele o seu encanto, e em que não se via mais como a mesma pessoa nem o mesmo sociólogo.⁷⁰

Há quem negue o socialismo de Florestan por considerá-lo um “sociólogo acadêmico”. De outro, há quem vislumbre à sua condição de sociólogo, do início ao fim, a um vínculo estreito com o socialismo científico e o materialismo histórico dialético. Estou de acordo com Maria A. N. Arruda, quando afirma que

a riqueza de sua obra [de Florestan] não pode ser convertida em esquemas de interpretação simplificadoros, reduzindo sua visão prismática a concepções unitárias; é igualmente forçado atribuir-lhe intenções cristalizadas desde a mais tenra juventude, como se o intelectual maduro já estivesse pronto desde o nascimento. (...) Qualquer dessas posições repele a complexidade de sua trajetória pessoal e pública, desumaniza sua figura e rasura sua herança intelectual, um patrimônio do nosso pensamento social. (Arruda, 2010b, p.13).

Penso que a devida homenagem no centenário de nascimento do grande sociólogo-socialista que foi Florestan Fernandes, está em responder e enfrentar na teoria e na *práxis* todos os dilemas que se nos apresentam contemporaneamente no Brasil e mais além.

70 Tal afirmação aparece na *Introdução d'A Natureza Sociológica da Sociologia*: “... a sociologia perdeu o seu encanto, para mim. (...) Já não sou nem a mesma pessoa nem o mesmo sociólogo. (...) O que quero enfatizar é que aprendi e pratiquei uma sociologia; e, na medida em que o tempo passou, mudei com ele. No entanto, nem tão depressa, nem tão profundamente quanto seria necessário! Há um abismo entre nós” (Florestan, 1980, p.13-16).

Referências

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "Prefácio. Uma Sociologia do desterro intelectual". In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: Globo, 2010a, pp 09-23.

_____. "Por uma sociologia da solidariedade social". In: Florestan Fernandes: Leitura & Legados. São Paulo: Global, 2010b, pp 11-22.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento & GARCIA, Sylvia Gemignani. "À guisa de apresentação". In: ARRUDA, Maria A. Nascimento & GARCIA, Sylvia Gemignani. *Florestan Fernandes: Mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15, 2003, pp 09-11.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4º ed. São Paulo: Global, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. "Florestan Fernandes e o marxismo: O Brasil em perspectiva socialista". In: CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. *O legado de Florestan Fernandes*. São Paulo: 2009, pp 69-89.

COSTA, Jales Dantas. *Brasil e Chile: Riquezas e Pobrezas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2014.

_____. "Em defesa do socialismo e do marxismo". *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 4, n. 2, pp. 1-22, mai./ago. 2014.

D'INCAO, Maria Angela. "Apresentação". D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, pp 11-15.

FÁVERO, Osmar. "Apresentação". In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005, pp 01-07.

FERNANDES, Florestan. "Marx e o Pensamento Sociológico Moderno". In: FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira Ed., 1959, pp 301-342.

_____. "O significado das ciências sociais no mundo moderno". In: FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira Ed., 1959, pp 290-300.

_____. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. "Sociologia, modernização autônoma e revolução social". In: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, pp 123-157.

_____. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.

_____. *A sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *Poder e Contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. "Sociologia e socialismo". In: FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995a, pp 159-164.

_____. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995b.

_____. "Florestan Fernandes, histórias e histórias". In: COHN, Amélia (Org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008, pp 96-147.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5º ed. São Paulo: Globo, 2011.

FERNANDES, Heloísa. "Presentación. Florestan Fernandes, un sociólogo socialista. In: FERNANDES, Florestan. *Dominación y desigualdad: El dilema social latinoamericano*. CLACSO: Prometeo Libros, 2008, pp 09-28.

_____. "Apresentação. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista". In: FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, pp 07-29.

FREITAG, Bárbara. "Democratização, universidade e revolução". In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, pp 163-180.

_____. "Florestan Fernandes por ele mesmo". *Revista Estudos Avançados da USP*, v. 10, n. 26, pp. 129-172, 1996.

_____. "Prefácio". In: SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997, pp 09-13.

GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.

IANNI, Octavio. "Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira". In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo : Expressão Popular, 2004, pp 15-73.

OLIVEIRA, Marcos Marques. *Florestan Fernandes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PEREIRA, João Baptista Borges. "A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes". Revista USP. Dossiê Florestan Fernandes, nº 29, pp. 34-41, mar./mai. 1996.

SACCHETTA, Vladimir. "De Vicente a Florestan, sempre ao lado do povo". In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp 09-13.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan Fernandes: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

Florestan Fernandes: sociólogo e socialista

Resumo

O objetivo do presente artigo é o de sumarizar a trajetória de vida e obra de Florestan Fernandes, sublinhando suas dimensões de sociólogo e socialista, resgatando seus escritos, suas contribuições à sociologia brasileira, sua militância política e publicista, sua integridade humana, e sua incansável luta pela libertação dos oprimidos e menos iguais e pela construção do socialismo no Brasil e mais além. E o fazemos pelas (re)leituras de boa parte de sua extensa obra e de um conjunto de autores consagrados, estudiosos de sua bibliografia que conviveram com Florestan. O que concluímos nos permitiu não só descrever os enlaces entre o sociólogo e o socialista ao longo de sua vida e em parte de sua obra, como também registrar sua integridade e moralidade incontestáveis, sua coerência e seriedade intelectual. Por fim, o que me motiva nesse momento é tanto homenagear o maior dos cientistas sociais brasileiros no ano do centenário de seu nascimento, como instigar, pelo exemplo de sua sociologia crítica e militante, que coletivamente possamos responder e enfrentar na teoria e na práxis todos os dilemas que se nos apresentam contemporaneamente.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; sociologia; socialismo; marxismo

Florestan Fernandes: sociólogo y socialista

Resumen

El propósito de este artículo es resumir la trayectoria de vida y obra de Florestan Fernandes,



subrayando sus dimensiones como sociólogo y socialista, rescatando sus escritos, sus contribuciones a la sociología brasileña, su militancia política y publicitaria, su integridad humana y lucha incansable por la liberación de los oprimidos y menos iguales y por la construcción del socialismo en Brasil y más allá. Y lo hacemos al (re)leer gran parte de su extensa obra y de un grupo de autores de renombre que han estudiado su bibliografía y vivido con Florestan. Lo que concluimos mediante estas (re)lecturas nos permitió no solo describir los vínculos entre el sociólogo y el socialista a lo largo de su vida y en parte de su obra, sino también registrar su integridad y moral indiscutibles, además de su coherencia y seriedad intelectual. Finalmente, lo que me motiva en este momento es tanto rendir homenaje al más grande científico social brasileño en el año del centenario de su nacimiento, como instigar, con el ejemplo de su sociología crítica y militante, que colectivamente podamos contestar y nos enfrentar, en teoría y praxis, con todo los dilemas que se nos presentan contemporáneamente.

Palabras-clave: Florestan Fernandes; sociología; socialismo; marxismo

Florestan Fernandes: sociologist and socialist

Summary

The purpose of this paper is to summarize Florestan Fernandes' life and work trajectory, emphasizing his dimensions as a sociologist and a socialist, revisiting his writings, his contributions to Brazilian sociology, his political and publicist militancy, his human integrity, and his tireless struggle for liberation of the oppressed and less equal and for the construction of socialism in Brazil and beyond. And we do this by (re)visiting a good part of his extensive work and of a group of renowned authors who have studied his bibliography and interacted with Florestan. The conclusions we have come to allowed us not only to describe the links between the sociologist and the socialist throughout his life and in part of his work, but also to note his unquestionable integrity and morality, his coherence and intellectual seriousness. Finally, what motivates me at this moment is both to pay homage to the greatest Brazilian social scientist in his birth centenary year and to instigate, by the example of his critical and militant sociology, that collectively we can respond to and face, in theory and in praxis, all the dilemmas that appear to us contemporaneously.

Key words: Florestan Fernandes; sociology; socialism; marxism



Repensando o Comum como Princípio Político¹

Marina Bolfarine Caixeta²

O livro do filósofo e sociólogo franceses Pierre Dardot e Christian Laval é a mais recente reflexão dos autores que pode iluminar os debates atuais sobre as duas grandes ideologias políticas: esquerda e direita. Desta vez, eles trazem uma alternativa política para o século XXI: um princípio político que pode superar a razão neoliberal. Os livros que o precederam, *A Nova razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016), *Sauver Marx?* (2012) e *Marx: prénon Karl* (2012) mostram esse percurso reflexivo. Se após as análises sobre a ‘nova razão neoliberal’, o leitor se sentiu pessimista quanto a qualquer possibilidade de mudança sistêmica, a leitura do ‘comum’ oferecerá um contraponto. A obra, densa e abrangente, traz a genealogia de conceitos e pensamentos que abordaram a noção do ‘comum’, resignifica-a como algo que deve ser construído pelas sociedades atuais a partir de práticas políticas coletivas deliberativas.

Nas 583 páginas, este ensaio sobre a revolução do século XXI se organiza em três partes e 10 capítulos. Após explicar, na introdução, o comum como estratégica para o novo século e realizar, no primeiro capítulo, um trabalho arqueológico que justifica o empreendimento de repensar e reificar o comum, o livro apresenta a emergência do comum (parte 1), o direito e a institucionalização do comum (parte 2) e as nove proposições políticas (parte 3). Um projeto político revolucionário é apresentado na parte conclusiva da obra em ‘instituir o inapropriável’, cujo âmago está no ‘princípio do comum’ resumido em 10 observações, a modo de recapitulação da obra.

¹ Resenha da obra: DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo-SP: Ed. Boitempo, 2017.

² Graduada em Relações Internacionais (UCB), mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/UnB) e doutoranda em ciências sociais pelo Departamento de Estudos Latino-americanos (ICS/UnB); brasileira, bolsista do CNPq, principais publicações disponíveis em <http://lattes.cnpq.br/2521803239016390>; marinabolfarinecaixeta@gmail.com.

Ao criticar a naturalização da ideia de que a sociedade moderna e sua forma de produção formam-se num *continuum* com a lógica de propriedade, tanto privada quanto pública, a narrativa do livro se apresenta por meio de vasta revisão bibliográfica, para reinterpretar alguns legados do pensamento científico como os gregos e romanos, para reconstituir as correntes filosóficas e do direito, contar sobre a fundação da sociologia, notadamente Marx e Proudhon e apresentar obras notáveis como aquela ganhadora do prêmio Nobel de economia de Elinor Ostrom.

O comum deve ser um substantivo e não um adjetivo. No primeiro caso, os autores defendem uma *praxis*, corroborando o princípio político; devemos construir o comum na prática cotidiana, com vista a preservar, compreender e fazer viver o que é definido como socialmente relevante. Ao contrário, o segundo caso aponta para uma condição intrínseca de determinados bens definida em função da sua utilidade, oferta ou posse. A emergência do comum, portanto, se dá a partir das lutas democráticas e dos movimentos sociais ‘alternomundistas’ que resistem coletivamente à globalização capitalista. Esta proposta dos autores se constrói a partir da nova economia política de Elinor Ostrom, que contestou empiricamente a clássica ‘tragédia dos comuns’ de Garrett Hardin, e da trilogia ‘multitude, império e *commonwealth*’ de Michael Hardt e Antonio Negri, que marcou etapa do pensamento crítico em torno da noção do comum.

Daí os autores se propõem a estudar as principais tradições de pensamentos consolidadas sobre a categoria do comum. A primeira seria de essência *teológica* que concebe o comum como finalidade suprema das instituições políticas e religiosas e que defende que a norma superior do ‘bem comum’ deveria ser o princípio de ação e de conduta daqueles que se encarregam dos corpos e das almas. A segunda é de origem *jurídica* que trata da continuidade nos dias atuais do discurso econômico sobre a classificação dos bens; ela tende a reservar a designação de comum a determinados tipos de ‘coisas’, exemplificada em ‘bens comuns globais’, muito recorrente nos movimentos antiglobalização. A terceira é de tradição *filosófica* que tende a identificar o comum com o universal, aquilo que é comum a todos; ou ainda a rejeitar aquilo que de comum resiste a essa identificação, ou seja, um grupo insignificante de coisas, coisas ordinárias e banais. A empreitada dos autores

neste livro, entretanto, é notabilizar o conceito verdadeiramente *político* do comum.

Neste sentido, os autores tratam o comum a partir de três raízes, a saber: 1) o comunismo da ‘comunidade de vida’: concebe a sociedade como uma propriedade comum; baseada no pensamento grego do ‘viver em comum’ de Platão e ‘viver junto’ de Aristóteles e no pensamento dos primeiros comunistas europeus (primeira metade do século XIX); 2) o comunismo da ‘associação de produtores’: apresenta os traços do socialismo moderno, enfatiza a capacidade desse grupo social de auto organizar-se mediante forças coletivas e reúne as faculdades e energias de seus membros em prol da coordenação democrática e transformação social (Durkheim, Marx e Engels); e 3) o ‘comunismo de Estado’: domínio burocrático do comum (século XX) com o modelo do partido único na administração e na sociedade, mantendo elo com as retóricas doutrinárias; viabilizado por governos fundados no terror e totalitarismo, sacrificou os direitos individuais em prol do Estado de direito, confundindo o conceito de comum com o da ‘propriedade estatal’. Por isso, os autores defendem que é preciso liberar o comum da captura pelo Estado e evidenciar a diferença entre o público e o comum para ser possível resgatar a ‘democracia dos comuns’ dos conselhos operários.

O retorno ao debate dos *comuns* (desta vez no plural) se dá no fim do século XX com as manifestações antiglobalização. Assim, os termos ‘comuns’ e ‘bens comuns’ emergem nas lutas e reivindicações por direitos que se opõem aos processos de privatização e mercantilização que se desenvolvem desde 1980. Com elas, o comum (no singular) se tornou a categoria central do ‘anticapitalismo contemporâneo’ renascendo neste início do século XXI mediante uma abordagem pensada à luz da antiguidade histórica, ou seja, com base no que se conhecia como ‘comunais’ (*communaux*). Trata-se de um conjunto de regras que permitiam aos camponeses de uma mesma comunidade usar coletivamente a terra guiados pelo costume (caminhos, pastagens e florestas), mas, desta vez, como uma empreitada global por abarcar tipos de recursos, atividades e práticas extremamente variadas e em benefício de toda a população do mundo – eis o que Naomi Klein no ano 2000 elaborou em “*Reclaiming the commons*” e o Manifesto

pela recuperação dos bens comuns em 2009 do Fórum Social Mundial de Belém/Brasil.

Para tanto, há que se pensar numa 'economia política dos comuns' que sirva para negar os binarismos Estado-mercado, público-privado, liberalismo-igualitarismo. Faz-se uma crítica à desmercantilização do mundo, que se contenta em defender o patrimônio e serviços públicos via o fortalecimento da intervenção do Estado, e, com isso, perder o foco do que deveria ser a causa política da construção de algo novo, inerente aos novos tempos e demandas sociais. No fim do livro, os autores voltam a esse tema e ponderam sobre a importância atual de defender o mundo do neoliberalismo por meio da defesa dos serviços públicos, mas como parte das proposições políticas revolucionárias apresentadas mais adiante.

Neste momento, aparece uma discussão bastante cara aos tempos atuais: o conhecimento. Afinal, não é ele algo naturalmente comum? Contra a propriedade intelectual (patentes) que transformou o conhecimento em produto capitalista, surgem iniciativas como o '*General Public License/Linux*', '*copyleft*', '*creative commons*' que evidenciam um *ethos* científico. Há uma interessante tendência crescente de aliar os mundos da informática e jurídico para proteger os 'comuns do conhecimento' da lógica de apropriação e acumulação de capital. Por isso, os autores propõem não tão-somente voltar ao passado, mas refundar o comum como um fenômeno novo em consonância com esta nova ética para a sociedade global presente.

Nos capítulos da segunda parte do livro sobre o direito e ato de instituir o comum, os autores: (capítulo 6) abordam o direito de propriedade para, depois, defender o inapropriável, uma vez que ele é resultado de uma decisão institucional (constituição jurídica) e não algo objetivamente dado na vida em sociedade; (capítulo 7) distinguem o 'direito comum', baseado no costume na tradição inglesa da *Common Law*, do 'direito do comum', emanado da prática política que institui o comum, o 'ser/estar em comum'; (capítulo 8) explicam a elaboração de Marx sobre o direito costumeiro da pobreza, que permite a comparação da pobreza física (da natureza) com a pobreza humana (da sociedade) - os galhos cortados sem seiva nas propriedades arborizadas dos ricos poderiam ser recolhidos pelos pobres, o que justifica a tese marxista de que o

‘direito da pobreza’ é útil e complementar ao ‘direito da riqueza’ já que os pobres colocam ordem na natureza; (capítulo 9) resgatam o comum dos trabalhadores, mediante seus costumes e suas instituições (cooperativas, sindicatos, etc.) como base útil para pensar o comum, uma vez que a associação e a filosofia prática dos trabalhadores conduzem ao exercício da solidariedade e cooperação e criam regimes de instituições autônomas - com base em Proudhon, discute-se a instituição da força coletiva e, em Mauss e Jaurès, a cooperação socialista como forma de transformar os homens e a prática social; e (capítulo 10) apresentam a *praxis* instituinte, recorrendo à Castoriadis e ao poder instituinte do imaginário social - e não constituinte, pois trata-se de destacar o processo permanente de autotransformação que nunca chega a estagnar-se num texto constitucional. Daí que os autores defendem a *praxis* como processo de criação, enquanto a socialização consiste em interiorizar nos indivíduos as significações produzidas pelo imaginário social. A *praxis* seria o meio pelo qual a imaginação radical dos indivíduos pode agir sobre as significações instituídas do imaginário social num movimento de instituição mútua; o social é a instituição ou criação, e o político é a *praxis*.

O comum não compartilha com a propriedade o mesmo espaço social nem a mesma natureza conceitual. Ele é, antes de mais nada, o princípio do dever, a obrigação de uns perante outros; não se trata de algo concreto, tampouco de uma ‘comunidade de destino’, mas de uma ‘comunidade de base’ a partir da qual se constrói o desejável. Com isso, defende-se uma reflexão prospectiva e evita-se o mito do denominador comum, que em nome de igualar sufoca a pluralidade. Nas condições oferecidas por um mundo em comum, não se pressupõe a existência de uma ‘natureza comum’ dos seres humanos, mas, a despeito das diferenças de localização e variedades de perspectivas que resultam da diversidade, acredita-se que todos os seres humanos podem se interessar pelo mesmo objeto, pelo mesmo projeto. Tal é o objetivo da política.

Na terceira parte do livro, os autores apresentam nove proposições políticas para o projeto revolucionário desde início de século. Este projeto prevê que a concretização do *princípio do comum* deve ser um exercício de imaginação política em que se consideram todos os planos: do direito, poder, economia, cultura, educação e proteção social. Afinal, os movimentos atuais que

reivindicam o comum e que surgem em vários lugares do mundo prefiguram novas instituições. A originalidade histórica dessas mobilizações, que lutam contra as transformações neoliberais da universalidade, a privatização da água, o império dos oligopólios e dos Estados sobre a Internet e a apropriação dos espaços comuns por parte dos poderes estatais e privados, mostra a exigência prática que se impõe às atuais sociedades: não mais separar a democracia das instituições, numa constante prática política de criar meios que a viabilizem. Nove seções tratam de apresentar e explicar essas nove propostas políticas, são elas:

- A *proposição política 1* diz que é preciso construir uma política do comum que seja uma nova instituição de poderes na sociedade pelo autogoverno, no sentido do local ao mundial (de baixo para cima);
- A *proposição política 2* recomenda que é preciso opor o direito de uso ao direito de propriedade, porquanto a soberania tende ao poder absoluto e à dominação e, por isso, deve ser eliminada – a soberania na esfera pública é a propriedade na esfera privada;
- A *proposição política 3* sugere que o comum é o princípio da emancipação do trabalho, pois não se pode separar o trabalhador (esfera econômica) de seus valores morais, seu senso de justiça, sua relação com o coletivo, seus pertencimentos sociais (esfera social);
- A *proposição política 4* diz que é preciso instituir a empresa comum, pois a empresa é um órgão social, e a organização da produção deve ser uma instituição política com base na destinação social desta empresa;
- A *proposição política 5* estabelece que a associação na economia deve preparar a sociedade do comum; isto é, a transformação da economia em democracia, pois ao expandir a democracia para a economia e a sociedade, desenvolvem-se laços sociais voluntários de igualdade e solidariedade entre seus membros;
- A *proposição política 6* defende que o comum deve ser fundado na democracia social com a participação política direta nas decisões e na gestão daquilo que deve ser ‘colocado em comum’;
- A *proposição política 7* diz que os serviços públicos devem derivar das instituições daquilo que será concebido como comum; o Estado deverá ser o garantidor dos ‘direitos fundamentais’ dos cidadãos com base na satisfação das necessidades coletivamente definidas como essenciais;
- A *proposição política 8* recomenda que é preciso institucionalizar os comuns globais com base num ‘direito comum global’ a ser inventado, contra o ‘direito

comum da humanidade’ cuja prática é bastante ambígua e de difícil concretização num contexto desigual - a humanidade não é um ator jurídico e suas formas de organização política é sempre algo indireto e longínquo;

- A *proposição política 9* mostra que é preciso institucionalizar uma federação dos comuns que combine as duas formas de democracia: a política das comunas (relacionada a territórios) e a industrial das companhias proletárias (relacionada ao mercado) vislumbrando uma ‘cidadania política transnacional’.

Com vistas a transformar o comum num princípio político, evolui-se do conceito-adjetivo presente no ‘bem comum’ e ‘patrimônio comum da humanidade’, para o conceito-substantivo a ser reificado, num processo construtivo. Trata-se, portanto, de uma leitura bastante otimista e com um chamado à ação, mirando o passado tão-somente para se apropriar do legado da história do pensamento da civilização humana, sem apego a determinada época ou sociedade. O caráter instituinte do comum valoriza a presente sociedade global, seus problemas e dilemas. Deve-se, entretanto, emancipar os sujeitos politicamente de tal modo que o que seja entendido como ‘coisa comum’ seja resultado da decisão coletiva e do que se espera manifestar no mundo.

Esse projeto intelectual de Dardot e Laval se alia às propostas de Boaventura de Souza Santos para quem ser utópico é ser realista no século XXI, evitando que os nossos sonhos sejam reduzidos ao que existe – daí as epistemologias do sul, a ecologia dos saberes, o Fórum Social Mundial e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais; também ao construtivismo teórico, segundo o qual as mudanças podem ocorrer de baixo para cima, algo tão necessário nos tempos atuais em que se avolumam as críticas ao modelo de desenvolvimento imposto de cima e de fora; e à tradição latino-americana do ‘giro decolonial’, que reconhece a ligação intrínseca entre ciência e política, conhecimento e transformação social.

Afinal, a Revolução a ser perseguida deve ser pensada como forma de organização da comunidade política, de direção das políticas públicas, de adoção de uma lógica instituinte e de um significado dado à vida coletiva. O comum da obra introduz uma ‘nova razão política’ em substituição à razão neoliberal.